

TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE

***Mediação e Conflitos em Espiral:
Encontros e Desencontros
do Estado e dos Movimentos Sociais
no Pontal do Paranapanema.***



Arte sobre foto de Tânia Andrade. 1998.

Universidade Federal do Ceará

Mestrado em Sociologia

Fortaleza

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE

***MEDIAÇÃO E CONFLITOS EM ESPIRAL:
ENCONTROS E DESENCONTROS DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
NO PONTAL DO PARANAPANEMA.***

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Professor Doutor César Barreira.

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza

2006

TÂNIA MÁRCIA OLIVEIRA DE ANDRADE

***MEDIAÇÃO E CONFLITOS EM ESPIRAL:
ENCONTROS E DESENCONTROS DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
NO PONTAL DO PARANAPANEMA.***

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

APROVADA EM: 25/07/2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Barreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Ricardo Abramovay
Universidade de São Paulo – USP

*Dedico este trabalho aos lutadores
da causa da terra e da liberdade,
qualquer que seja a sua trincheira,
aos que têm coragem,
aos que não desanimam na luta e
mantêm elevado o ânimo dos seus
companheiros,
aos que guardam sempre uma
palavra boa e um sorriso amigo
para os momentos mais difíceis.*

São esses os que nos inspiram.

Porque certamente não seria possível concluir esse trabalho sem a colaboração de tantas pessoas eu gostaria de expressar a todos os que me apoiaram os meus mais profundos agradecimentos, especialmente:

*Ao **CNPQ**, pelo apoio financeiro com a bolsa de pesquisa.*

*Aos **Entrevistados**, por me concederem um espaço inestimável em suas vidas.*

*Aos **Assentados** e **Lutadores** pela reforma agrária, por sua recepção calorosa e por sua história de vida, sem a qual nada disso seria possível.*

*Aos **Meninos e Meninas do ITESP**, pelo carinho, pelas histórias e por me fornecerem imagens tão bonitas desse passado que tanto nos marcou, e mais ainda:*

*À **Márcia Regina**, por seu apoio e amizade, que incluiu o envio de textos, materiais e dicas preciosas em todo o meu percurso;*

*Ao **Alberto**, pelo apoio ainda na fase de projeto de pesquisa, no momento da descoberta inicial dos clássicos da sociologia, por sua disponibilidade;*

*A **Ricardo, Marcelo, Gilmar e João Ferrari**, por me conduzirem uma vez mais nos caminhos do Pontal, com a mesma boa simpatia dos velhos tempos;*

*Ao **Odjalma**, pela pesquisa minuciosa nos jornais do Pontal;*

*A **Antônio Carlos Magu, Kiki e Arthur**, pelo apoio na revisão do texto final.*

*Ao Prof. **Ricardo Abramovay**, pelo apoio inicial na transição da vivência executiva para a acadêmica, que me facilitou a escolha do tema da pesquisa e me apresentou a esta figura admirável, que se tornou meu orientador.*

*Ao Prof. **César Barreira**, sempre tranquilo e sorridente, por orientar rumos seguros e ao mesmo tempo permitir a construção do meu próprio caminhar.*

*À Prof.^a **Auxiliadora Lemenhe**, pela leitura atenta, pelo tempo de conversa interessada, com a indicação de problemas e sugestões que me foram tão valiosas, desde antes e depois da banca de qualificação.*

*Ao **Belisário**, exemplo de ética pública e fonte de inspiração permanente, por sua disposição sempre amiga e resposta lépida às minhas insistências.*

*Aos homens da minha vida: **Saulo, Olavo e Caetano**, os filhos – por me emprestarem sua arte e pela compreensão, que me permitiu passar tanto tempo mergulhada em papéis e letras, sem outros conflitos além daqueles que me dedicava a analisar; e **Arthur**, o companheiro – por partilhar comigo a riqueza das descobertas da pesquisa e pelas trocas incansáveis, produtivas, plenas de estímulo e de amor.*

MUITO OBRIGADA!

*Y esto acontece con la lucha y la paz.
Así en la sucesión como en la
coexistencia de la vida social, ambos
estados se ofrecen tan confundidos
que, en toda paz se están elaborando
las condiciones para la guerra futura y
en toda guerra las de la paz siguiente.
(Georg Simmel, 1977)*

MEDIAÇÃO E CONFLITOS EM ESPIRAL: ENCONTROS E DESENCONTROS DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA.

RESUMO

Este trabalho trata de conflitos coletivos rurais e de acordos construídos para sua pacificação em um processo de mediação estatal.

Inicia pela história de 150 anos de fraudes e grilagem no Pontal do Paranapanema, acompanhando a transformação da luta de resistência dos posseiros em grandes ocupações de terra lideradas pelo Movimento Sem Terra (MST), num conflito coletivo de grandes proporções que ganhou as manchetes nacionais e internacionais em 1995. A partir daí, traça um perfil histórico dos principais atores sociais envolvidos – sem-terra, fazendeiros e Estado – e resgata as circunstâncias que culminaram na elaboração de um Plano de Ação Governamental, construído a partir de propostas negociadas entre esses três atores, que incluía a retomada pelo Estado das terras devolutas estaduais em poder dos fazendeiros e o assentamento gradual das famílias acampadas.

Esse Plano de Ação que se pretendia pacificador deu início a uma espiral de conflitos e acordos que parecia tendente ao infinito. Num esforço de compreensão desse processo, a nova forma de ação estatal, iniciada com a experiência de execução do Plano, e as dinâmicas sociais daí resultantes foram minuciosamente reconstruídas com recurso às falas dos atores e imagens que retratam os principais episódios. A narrativa prossegue até o ano de 1996, quando as primeiras mil famílias envolvidas naqueles conflitos começam a ser assentadas em lotes definitivos e a situação ganha ares de normalidade. O Plano de Ação enfim cumpria seus objetivos de pacificação.

Ao final, o trabalho analisa os vários planos em que esses conflitos se desenvolveram, com fatores relacionados simultaneamente a questões pessoais ou coletivas; aos aspectos de honra, prestígio e carisma; aos aspectos de poder econômico e político; aos valores e códigos morais compartilhados nos grupos sociais; e aos jogos de cenas e espetáculos voltados ao público externo, em que a imprensa exercia papel fundamental. Analisa também a ação de mediação estatal desenvolvida, as práticas dos mediadores e os dilemas relacionados à dualidade do agente estatal na condição de mediador-executor dos acordos referentes ao Plano de Ação.

Em conclusão, o trabalho apresenta algumas reflexões sobre as condições de possibilidade de uma prática estatal de mediação de conflitos no Brasil.

**MEDIATION AND CONFLICTS IN SPIRAL:
MEETINGS AND MISUNDERSTANDINGS OF STATE AND SOCIAL
MOVEMENTS IN PONTAL DO PARANAPANEMA.**

ABSTRACTS

Rural collective conflicts and agreements conceived to its pacification within a process of state mediation is the subject of the present work.

It is introduced by the history of 150 years of frauds and illegal land appropriation in Pontal do Paranapanema, follows the landholders struggle of resistance transformation into huge land occupation process led by Movimento Sem-Terra (MST), within a collective conflict of great proportions, registered in national and international headlines in the 1995 news. Then, it traces a historical profile of the central social actors in field – landless workers, farmers and State agents – and rescues the circumstances that led to the construction of a Plan for Government Action, based on negotiated proposals among these three actors, which included the reclaiming of those land due to the State that were under the farmers possession, and the gradual settlement of the camped families.

That Plan, intended to be peacemaker, started a spiral of conflicts and agreements that seemed to stretch till infinite. In the effort to understand this process, the new way of state action, initiated with the execution of that plan, and the resulting social dynamics, were reconstructed in its minor details, by the actors speeches and images that pictured the main episodes. The narrative goes on until the year of 1996, when the first thousand families that took place in those conflicts are definitively settled in rural settlement and the situation turns to normality. The Plan of Action fulfilled its objectives of pacification, at last.

In the final part, the work analyses the several plans in which these conflicts were developed, with simultaneous factors related to personal and collective issues; to honor, prestige and charisma aspects; to economic and politic power aspects; to beliefs and moral codes shared by the social groups; and to the showing off and scenes directed to external public, when press acted key rule. It also analyses the action developed by state in mediation, the mediators' practices and the dilemmas related to the duality of the state agent in the dual role of mediator-executor of the agreements originated by the plan.

In conclusion, the work presents some reflections about the conditions of possibility for a state practice in mediation on conflicts in Brazil.

***MEDIAÇÃO E CONFLITOS EM ESPIRAL:
ENCONTROS E DESENCONTROS DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
NO PONTAL DO PARANAPANEMA.***

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1. LOCALIZAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA EM SÃO PAULO.....	22
FIGURA 1.2. MUNICÍPIOS COM CONFLITOS VIOLENTOS NA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA.	22
FIGURA 1.3. EROÇÃO EM PASTAGEM NO PONTAL DO PARANAPANEMA.	23
FIGURA 1.4. MAPA DOS PERÍMETROS DO PONTAL DO PARANAPANEMA.	51
FIGURA 1.5. MAPAS DE PERÍMETROS DO PONTAL ANTES E DEPOIS DE 1991.....	53
FIGURA 1.6. OCUPAÇÃO NA SÃO BENTO (1991).....	56
FIGURA 2.1. OS FAZENDEIROS SE ARMAM.	80
FIGURA 2.2. A VIOLÊNCIA DOS SEM-TERRA.....	91
FIGURA 3.1. MANIFESTAÇÃO PELA MANUTENÇÃO DO ITESP.	127
FIGURA 3.2. ACAMPAMENTO 1º DE ABRIL NA DIVISA DE FAZENDAS NO PONTAL.....	129
FIGURA 3.3. AMBIENTE AUSTERO NAS REUNIÕES NA SJDC.....	137
FIGURA 3.4. INFORMALIDADE NAS REUNIÕES NO PONTAL.....	140
FIGURA 3.5. ACAMPAMENTO DO MST.....	144
FIGURA 4.1. APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO PLANO DO PONTAL.....	167
FIGURA 4.2. PRISÃO DE LÍDERES DO MST (OUTUBRO DE 1995).	179
FIGURA 4.3. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DAS FAZENDAS DE PECUÁRIA NO PONTAL.....	183
FIGURA 4.4. FAC-SÍMILE DE DOCUMENTO ASSINADO ENTRE MST E ITESP.....	212
FIGURA 4.5. CAMINHÃO DE MUDANÇA ATRAVESSANDO O ACAMPAMENTO 1º DE ABRIL.....	219
FIGURA 4.6. CONTATO INDIVIDUAL COM AS FAMÍLIAS.	237
FIGURA 4.7. OCUPAÇÕES FORA DO 11º MP NO PONTAL (JANEIRO DE 1996).....	247
FIGURA 4.8. REUNIÕES NOS ASSENTAMENTOS PROVISÓRIOS.....	250
FIGURA 4.9. FAC-SÍMILE DE CARTA ENTREGUE NOS ASSENTAMENTOS PROVISÓRIOS.	250
FIGURA 4.10. FAC-SÍMILE DE PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE ÁREAS EM SANDOVALINA.	268
FIGURA 4.11. JUNGSMANN E COVAS VISITAM OS ASSENTAMENTOS.....	274
FIGURA 4.12. IMAGENS DA RADICALIZAÇÃO DOS CONFLITOS.....	279
FIGURA 4.13. FAC-SÍMILE DE CARTA DE AMEAÇA: RADICALIZAÇÃO CONTRA OS ACORDOS.....	281
FIGURA 4.14. ASSENTAMENTOS NO 11º MP.....	283
FIGURA 4.15. NOVOS ACORDOS NO PONTAL.....	284
FIGURA 5.1. ESQUEMA SIMBÓLICO DE RELACIONAMENTO NOS CONFLITOS DO PONTAL.....	297
FIGURA 5.2. PRESENÇA MACIÇA DA IMPRENSA NOS CONFLITOS DO PONTAL.	348
FIGURA 5.3. FAC-SÍMILE DO PLANO DO PONTAL: ASSENTAMENTOS PROVISÓRIOS.....	352
FIGURA 5.4. A LINGUAGEM DAS IMAGENS NO PONTAL.....	353
FIGURA 6.1. COMPORTAMENTO INFORMAL DE MÁRIO COVAS NO PONTAL.....	386

**MEDIAÇÃO E CONFLITOS EM ESPIRAL:
ENCONTROS E DESENCONTROS DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
NO PONTAL DO PARANAPANEMA.**

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1. SITUAÇÃO JURÍDICA DOS PERÍMETROS.	50
QUADRO 2.1. OBJETIVOS DA UDR.	83
QUADRO 2.2. OBJETIVOS DO MST.	92
QUADRO 2.3. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA ORGANIZAÇÃO DO MST.	94
QUADRO 2.4. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO MST DO PONTAL.	95
QUADRO 2.5. ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO INCRA EM SÃO PAULO (1970 A 1994).	104
QUADRO 2.6. ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO DE SÃO PAULO (1983 A 1994).	106
QUADRO 2.7. HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE SÃO PAULO NA ÁREA AGRÁRIA (1961-1994)	107
QUADRO 2.8. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA ESTRUTURA DO ITESP EM 1995.	116
QUADRO 3.1. OCUPAÇÕES NO 11º MP ENTRE ABRIL E JUNHO DE 1995.	134
QUADRO 4.1. PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL PARA O PONTAL DO PARANAPANEMA.	168
QUADRO 4.2. PROJEÇÃO NACIONAL DOS CONFLITOS NO PONTAL (OUTUBRO DE 1995).	179
QUADRO 4.3. AÇÕES REIVINDICATÓRIAS PARA ASSENTAMENTO EM 1995.	188
QUADRO 4.4. REUNIÃO DE ARGUMENTAÇÃO COM AS FAMÍLIAS.	229
QUADRO 4.5. AS COISAS NO CAMINHÃO.	241
QUADRO 4.6. OS CAMINHOS DIFÍCEIS.	242
QUADRO 4.7. A SOLIDARIEDADE.	243
QUADRO 4.8. A SENSÇÃO DE VITÓRIA.	244
QUADRO 4.9. 'DIÁLOGO' MST X ESTADO NA FOLHA DE SÃO PAULO (JANEIRO/1996).	246
QUADRO 4.10. TERRA, DIGNIDADE	286
QUADRO 4.11. TERRA, MORADIA.	287
QUADRO 4.12. TERRA, EDUCAÇÃO	288
QUADRO 4.13. TERRA, TRABALHO.	289
QUADRO 4.14. TERRA, ALIMENTO	290
QUADRO 5.1. A POLÊMICA DOS ASSENTAMENTOS PROVISÓRIOS (1995).	351
QUADRO 6.1. A VERSÃO FINAL DO PLANO DO PONTAL (SÍNTESE).	360
QUADRO 6.2. PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO DO ITESP EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS.	397

***MEDIAÇÃO E CONFLITOS EM ESPIRAL:
ENCONTROS E DESENCONTROS DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
NO PONTAL DO PARANAPANEMA.***

LISTA DE SIGLAS

11° MP – 11° Perímetro de Mirante do Paranapanema
13° MP – 13° Perímetro de Mirante do Paranapanema
8° PP – 8° Perímetro de Presidente Prudente
BANESER – Banespa S.A. Serviços Técnicos e Administrativos
CAIC – Companhia Agrícola, Incorporadora e Colonizadora
CCA – Cooperativa Central dos Assentados
CCTA – Centro de Capacitação Técnico-Agrária
CEAGESP – Central de Abastecimento Geral do Estado de São Paulo
CEB – Comissão Eclesial de Base
CESP – Companhia Energética do Estado de São Paulo
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
COCAMP – Cooperativa dos Assentados do Pontal
CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSCF – Centro de Solução de Conflitos Fundiários
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAF – Departamento de Assentamento Fundiário
DRF – Departamento de Regularização Fundiária
FAESP – Federação da Agricultura do Estado de São Paulo
FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP
GEBAM – Grupo Executivo de Terras para a Região do Baixo Amazonas
GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
IAF – Instituto de Assuntos Fundiários
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MPF – Ministério Extraordinário da Política Fundiária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Movimento Sem Terra.
ONU – Organização das Nações Unidas
PGE – Procuradoria Geral do Estado

PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PR-10 – Procuradoria Regional da 10ª RA – Presidente Prudente
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RA – Região Administrativa
SAA – Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SEAF – Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários
SENAC – Serviço Nacional do Comércio
SJDC – Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania
SRB – Confederação Rural Brasileira
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária
TDA – Título da Dívida Agrária
TJ – Tribunal de Justiça
UDR – União Democrática Ruralista
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP – Universidade de Campinas
USP – Universidade de São Paulo

SIGLAS UTILIZADAS PARA A IMPRENSA:

CB – Jornal Correio Brasiliense
DGABC – Jornal Diário do Grande ABC
DP – Jornal Diário Popular
FSP – Jornal Folha de São Paulo
FT – Jornal Folha da Tarde
JB – Jornal do Brasil
JT – Jornal da Tarde
OESP – Jornal O Estado de São Paulo
OG – Jornal O Globo
RM – Revista Manchete
RV – Revista Veja
RF – Revista da Folha

**MEDIAÇÃO E CONFLITOS EM ESPIRAL:
ENCONTROS E DESENCONTROS DO ESTADO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
NO PONTAL DO PARANAPANEMA.**

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	XVII
LISTA DE QUADROS	XVIII
LISTA DE SIGLAS	XIX
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: PONTAL DO PARANAPANEMA, UMA HISTÓRIA DE CONFLITO.	19
1.1. VIOLÊNCIA E PODER	26
1.2. NOVOS VENTOS NO PONTAL	32
1.3. O PONTAL É VERMELHO	49
1.4. A CHAMA DE UMA BANDEIRA	55
CAPÍTULO 2: OS ATORES E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS	69
2.1. OS SENHORES DA TERRA	72
2.2. OS COMPANHEIROS DE LUTA	86
2.3. A GENTE DO ESTADO	97
CAPÍTULO 3: CONVICÇÕES EM CONSTRUÇÃO.	121
3.1. OS ALICERCES	127
3.2. UM GRANDE QUEBRA-CABEÇA	143
CAPÍTULO 4: CONFLITOS E ACORDOS EM ESPIRAL	163
4.1. OS PONTOS DE DISCÓRDIA	173
4.1.1. A QUESTÃO DOS PRAZOS	173
4.1.2. A QUESTÃO DA OBTENÇÃO DA TERRA	182
4.1.3. A QUESTÃO DA SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS	191
4.1.4. A QUESTÃO DO ASSENTAMENTO PROVISÓRIO	205
4.2. DIAS DE MUDANÇA	227
4.2.1. A BATALHA DOS ARGUMENTOS	228
4.2.2. UMA LONGA JORNADA	238
4.3. ANO NOVO, VIDA NOVA.	245
4.4. O VÔO DO BESOURO	284
CAPÍTULO 5: HONRA, AMOR E ÓDIO NOS CONFLITOS DO PONTAL.	293
5.1. DESAFIOS DE HONRA	300
5.2. CÓDIGOS E COMUNHÃO	309
5.3. COMPETIÇÃO, AUTORIDADE E CARISMA	324
5.4. REDES DE PODER	332
5.5. JOGOS DE CENA	347

CAPÍTULO 6: MEDIAÇÃO, NEUTRALIDADE E RELAÇÕES DE PODER.	357
6.1. O PODER-SABER E AS PRÁTICAS DO DIREITO.	364
6.2. MEDIAÇÃO E PODER.	369
6.3. DE PARTE A MEDIADOR, DE MEDIADOR A PARTE.....	377
CONCLUSÕES.....	399
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	411
DOCUMENTOS	419
PERIÓDICOS	420
PÁGINAS NA INTERNET	420

INTRODUÇÃO

Uma Ponta de Saudade

Pontal do Paranapanema

A palavra evoca lembranças de dor, de sofrimento
Sol e calor causticante nas planícies imensas e nuas
Pessoas de olhar suplicante ou desafiador
Um dia no Pontal eu vi as cinzas do incêndio provocado
Fruto maduro da incompreensão e da arrogância
Porteiras fechadas, cercas farpadas, ouvidos lacrados, palavras duras
Conflito

E quando fecho os olhos e volto ao Pontal
Posso ver as lonas pretas que se estendem até bem longe
Posso ouvir as histórias de luta e esperança
Posso sentir o cheiro de suor e poeira, e imaginar
Pés calejados, mãos ásperas do trabalho duro, corpos cansados
Mas ainda assim os sorrisos brotam espontâneos
Tão miraculosos como as plantações de quem nada tem
Doces e inacreditáveis como frutos do mato na hora da fome
Revigorantes como o jorro de água cristalina escorrendo nos cabelos
Em um longo dia sob o sol

Em algum lugar do Pontal aprendi a ser mais humana
A saber que não sei tudo que a vida pode ensinar
E a ter paciência com o fluxo da vida
A suprema arte do camponês
Em algum momento no Pontal aprendi a ter mais sentimentos
A ser mais simples em cada uma das minhas facetas
E simplesmente aceitar a dádiva da vida
E então descobri a magia

Talvez quando eu voltar não encontre esse lugar de minhas
lembranças
Talvez tudo tenha mudado
E a beleza esteja só em minha visão interior
Mas ainda assim eu vou voltar

Porque Pontal lembra mudança
E no final um saldo bom

INTRODUÇÃO

Todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. Pois embora possa modificar a imagem tradicional que se faz de um autor, será a partir de uma nova posição do autor que recortará, em tudo o que poderia ter dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra (FOUCAULT, 2004: 29).

Pontal do Paranapanema. Primeira parada: Presidente Prudente. Maio de 2005, seis horas da manhã.

Desço do ônibus, meio amarfanhada, sonolenta, numa rodoviária com cheiro e cara de dez anos atrás. Dormi pouco. A semana toda com a sensação de que o túnel do tempo se abria. A viagem que sacolejou a noite inteira é a mesma que eu fazia em 1995, quando era Diretora do Departamento de Assentamento Fundiário do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – o ITESP. Tomo um café na rodoviária (a mesma velha lanchonete...) e vou direto pro trabalho. Como antes, quando o Pontal ficou famoso pelos conflitos pela terra que ganharam repercussão nacional e internacional.

O escritório do ITESP em Prudente mudou. Muita gente saiu, eu sei. Chego cedo, antes do escritório abrir e espero o dia começar. Um ou outro dos antigos faz festa, a maioria cumprimenta num misto de timidez e surpresa, quase incredulidade. Afinal, eu já havia deixado há mais de três anos a direção do ITESP e nunca mais estivera na região. Mas a recepção é boa, está parecendo.

Meu trabalho também mudou: essa foi minha primeira viagem de campo para a pesquisa do Mestrado na Universidade Federal do Ceará, Estado que é o novo lar de minha família. Agronomia, Direito e agora Sociologia? Perguntam-me os amigos surpresos com a decisão de morar no Ceará. Novos conceitos, novas linguagens, também por isso, o Mestrado representa para mim um grande desafio. Depois de quase duas décadas envolvida em atividades executivas na área agrária e alguma aproximação tópica com a Academia, voltar a estudar parecia um mergulho em águas desconhecidas. Para minha felicidade, as águas no Ceará são tépidas.

Comecei o Mestrado com muitos receios: talvez ter participado tão intensamente dos episódios do Pontal pudesse prejudicar de algum modo à pesquisa; talvez eu não conseguisse exercer o distanciamento acadêmico, tendo vivido o objeto de estudo; talvez as pessoas não me recebessem adequadamente, tendo sido tão polêmico aquele período; talvez ninguém me dissesse a verdade, ou pelo menos a *sua* verdade, não *para mim*; talvez eu jamais deixasse de ser quem eu fui.

No projeto¹ que enviei à Universidade, manifestei a pretensão de realizar a análise comparativa da mediação de conflitos no Pontal entre fazendeiros e trabalhadores rurais, em luta pela terra, em que o papel de mediador coube preponderantemente ao Executivo Estadual, com outra situação de mediação vivida no Tocantins, dessa feita combinando a atuação do Ministério Público Estadual e a mediação privada contratada pela empresa construtora de uma hidrelétrica, nos conflitos havidos entre a empresa, os reassentados rurais e diversas prefeituras e instituições públicas em torno dos impactos oriundos do empreendimento. Mas ambas enquadram-se na situação de conflito coletivo rural de grandes proporções, em que há múltiplos interesses em jogo, incluindo o interesse público, então essa sempre é uma mediação *sui generis*.

Assim, a complexidade dos casos e as dificuldades relativas à interface da sociologia com o direito, no que respeita ao conceito de mediação e seu enquadramento jurídico, fez-me optar pela aproximação do foco, mergulhando mais fundo na análise dos conflitos do Pontal, transbordando das práticas de mediação para as relações desenvolvidas entre os atores sociais, explícitas ou ocultas, que se travaram no desenrolar daquele caso.

Meu percurso metodológico iniciou com um roteiro dos acontecimentos, que escrevi de memória, tentando seguir a ordem cronológica em que aconteceram, embora isso não seja de todo possível. Então iniciei o trabalho de campo, pesquisando notícias de

¹ O tema da pesquisa havia surgido numa *conversa* eletrônica com o Prof. Ricardo Abramovay, pesquisador notável, amigo e ex-companheiro do Conselho Curador da Fundação ITESP: *Porque você não faz uma reflexão sobre a mediação dos conflitos que foi desenvolvida lá no Pontal?*

jornal pela Internet e resgatando em meu arquivo pessoal, de disquetes e papéis antigos, recortes de jornal, mapas, documentos, anotações e inúmeros depoimentos realizados em 1998, para a elaboração de certo *'livro do ITESP'* que até hoje não foi editado. Tive a sorte de obter acesso ao "*Clipping SJDC*", um enorme conjunto de material jornalístico reunido em cinco volumes pela assessoria de imprensa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, cobrindo toda a atuação da Pasta entre os anos de 1995 e 1998. Também obtive, através da Biblioteca da Câmara Federal, os depoimentos prestados em 1997 por prefeitos municipais, representantes do Estado, dos fazendeiros e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em uma Comissão Externa relativa aos conflitos do Pontal do Paranapanema.

Com a incerteza típica do pesquisador de primeira viagem, comecei a aplicar as primeiras entrevistas. De um roteiro de perguntas inicial absurdamente detalhado evolui para uma conversa mais solta que focava meus interesses fundamentais: os conflitos, os acordos, a conversão de um em outro e do outro em um. E à medida que mergulhava cada vez mais fundo nesse mar de lembranças, meu objeto de estudo foi se delineando mais claramente. Interessava-me saber a visão que cada um tinha sobre os conflitos do Pontal e quem os integrava. Qual era o conflito? Como ele se constituía? Quem eram as partes? Qual o papel de cada uma? O Estado era o mediador? Investigava em que posição no conflito cada um via a si, como ator social, e aos outros que com ele interagem, como essa relação se dava e o que motivava conflitos e acordos.

Procurei ouvir todos os segmentos e percorrer os três vértices do triângulo formado pelo Estado, fazendeiros e sem-terra, investigando também suas divisões internas relacionadas ao objeto de estudo. Destaco alguns momentos que me foram especiais.

Ouvi muitos profissionais do ITESP. Há mais entrevistas com eles do que com pessoas dos demais segmentos e apresento minhas razões para isso: a principal é meu interesse em entender os mecanismos que levaram o 'Estado' a agir de forma tão diferente dos aparatos públicos em geral; outra foi provavelmente a minha própria insegurança inicial *versus* o fato de que a agora entrevistadora tinha sido 'a chefe' por sete anos consecutivos (Isso influenciaria as respostas?); por fim, os laços afetivos que me prendem a esses técnicos, que já chamei meus 'meninos' e que me receberam com tanto carinho². Tantos queriam ser ouvidos! Tantas histórias para contar! Comoventes,

² Pelos mesmos bons motivos, com ligeira variação, também dediquei especial atenção aos meus outrora 'chefes' e ainda amigos queridos, Belisário dos Santos Júnior e Edson Luiz Vismona, Secretários da Justiça e da Defesa da Cidadania naquele período. Principais mediadores e articuladores da ação do Estado no Plano do Pontal, eles me concederam horas inestimáveis, emocionantes, revivendo histórias preciosas e reagindo às minhas provocações da mesma forma arguta, paciente e amável de dantes.

alegres, tristes, surpreendentes... E inúmeras, quase todas as entrevistas marcadas por vozes embargadas de emoção.

Com os assentados em Mirante houve uma característica muito especial. Cheguei em suas casas sem avisar, num final de semana, a bordo do mesmo fusquinha branco com que tantas vezes me aventurei pelo Pontal em companhia dos meus 'meninos'. Depois da surpresa inicial (*Não acredito!! Olha quem está aqui!*), as demonstrações espontâneas de alegria e a hospitalidade simbolizada na visita ao sítio (*Venha ver o que nós fizemos!*) confirmavam a generosidade que sempre os caracterizou. Havia tanto orgulho em sua voz quando me mostravam suas culturas e construções! Tanta vitória no olhar quando me apresentavam filhos sorridentes, na universidade ou a caminho dela, técnicos agrícolas, secundaristas... (*Conseguimos tudo da terra...*)! As entrevistas acabavam virando rodas de conversas em que famílias inteiras participavam, anuindo, divergindo, rindo, dando detalhes, explicações, complementando as histórias uns dos outros, enriquecendo a todos nós.

Quero declarar que fiz parte dessa história, com ela me emocionei muitas vezes. E guardo vívidas lembranças disso tudo.

Esse não é, no entanto, um livro de memórias, ainda que elas, evidentemente, estejam presentes no estudo, algo assim como um ponto de partida. Esse não é também um livro de histórias, se bem que elas, naturalmente, vão recheando todo o texto, mesmo sem o rigor narrativo do historiador.

A palavra escrita nem sempre reproduz bem a palavra falada³, nem sempre ficam perceptíveis a ênfase, a hesitação, a emoção que transborda, a raiva, a alegria, a ironia, a diversão, a lágrima furtiva nos olhos, o embargado da voz... Muitas histórias me foram confiadas... Tantos *causos*, detalhes, opiniões e lembranças às vezes tão pessoais. No momento de começar a escrever pesa, sobretudo, a responsabilidade do uso que darei a elas, o dever de reciprocidade à confiança depositada na pessoa-pesquisador. Por isso também tento ser o mais fiel possível às narrativas.

A história do Pontal é uma história notória, vivida por alguns personagens conhecidos publicamente e outros não. Sendo assim, optei por manter a denominação dos locais e as datas, manter os nomes reais das pessoas públicas, dos 'famosos' por sua posição protagonista ou exposição constante na mídia, preservando anônimos aqueles que assim o foram no desenrolar dos fatos. A esses identificarei por sua posição de ator

³ Adotei no trabalho a linha de transcrever com o máximo de fidelidade as falas dos entrevistados, mantendo suas expressões e contrações de palavras, tais como ditas, com as características da linguagem coloquial, e inserindo entre colchetes as manifestações não verbais mais relevantes.

social no momento vivido na narrativa.

A distância de Fortaleza às minhas fontes determinou entrevistas em blocos, com os entrevistados sendo ouvidos em seqüência, nos horários marcados numa agenda lotada em que procurava aproveitar ao máximo as viagens que pude fazer: a partir de maio de 2005, no Pontal, na cidade de São Paulo, em Brasília e até em Palmas (TO), para onde migraram profissionalmente diversos ex-integrantes do Instituto de Terras, peregrinei por residências e escritórios de trabalho, restaurantes, bibliotecas, saguões de hotéis e aeroportos, entrevistando técnicos e dirigentes do ITESP, autoridades e procuradores do Estado e da União, dirigentes do Sindicato dos Fazendeiros e o primeiro Presidente da União Democrática Ruralista, a UDR, assentados em Mirante e lideranças do Movimento dos Sem Terra, o MST, quase 60 pessoas. Alguns me receberam com susto, outros com alegria, mas a franqueza das respostas me surpreendeu. E a boa recepção que tive em toda parte ajudou a superar meus receios iniciais em relação à pesquisa, em que temia ser classificada ou rotulada de tal modo que prejudicasse a fluência das entrevistas. Obviamente fui rotulada – ou *mapeada*, na perspectiva apresentada por John Comerford (2003) – e os entrevistados ‘sabiam’ quem eu era, de um conhecimento construído na vivência comum daquele período. Alguns depoimentos inclusive se dirigem a mim diretamente ou fazem referência à minha participação no processo, o que talvez fosse mesmo inevitável.

Se esse conhecimento inegavelmente facilitou meu percurso, por outro lado, fazer pesquisa tendo sido militante é difícil, porque você tem que operar sobre suas próprias representações⁴. Nesse sentido, o mais próximo é muito mais difícil, tornando mais constante e mais cerrada a vigilância necessária para exercer o distanciamento acadêmico. Talvez por isso, e também para evitar confundir minhas próprias lembranças com a memória dos entrevistados, procurei gravar todas as entrevistas. Escapou da gravação uma ou outra conversa telefônica⁵.

Tentei, mas não pude entrevistar alguns dos principais personagens: José Rainha, ausente do Pontal nas duas vezes que lá estive, a última mais uma vez foragido de mais um pedido de prisão por conta de suas atividades como liderança da luta pela terra; o ex-Ministro Raul Jungmann, agora deputado federal, ocupado demais com uma das CPI sobre a corrupção e depois com a campanha contra a comercialização de armas no plebiscito; o ex-presidente do INCRA Milton Seligman e o ex-Prefeito de Mirante do

⁴ Nesse sentido me alertou a Prof^a. Beatriz Heredia, com quem tive a oportunidade de conversar sobre meu trabalho, durante sua estada como professora visitante na UFC.

⁵ Também não há registro escrito das muitas, intermináveis, interessantes e proveitosas conversas com Arthur Yamamoto, companheiro de vida e luta pela Reforma Agrária.

Paranapanema, Núbio Pinto Medeiros, que não consegui localizar; e o ex-Coordenador do ITESP, Jonas Villas Boas, que não pôde me receber por motivos variados.

Não tentei e não sei se conseguiria entrevistar os líderes da UDR à época: em alguns momentos a radicalização foi a tal ponto que chegamos a receber ameaça de morte em carta anônima que se supunha proveniente da ala mais radical dos fazendeiros. Nesses casos, recorri às falas na imprensa e aos depoimentos à Câmara dos Deputados e para *aquela* 'livro do ITESP'.

Minha pesquisa abrange dados colhidos na condição de pesquisadora, em trabalho de campo desenvolvido durante o ano de 2005, mas alcança e é influenciada também por dados e fatos de minha vivência pessoal.

Comecei a descobrir o *mundo* político e social aos 17 anos⁶, quando entrei na Universidade. As descobertas que fazia desde logo me levaram a ingressar decidida na luta por um país melhor.

Em meados da década de 1980, recém-formada, participei de processos de luta de trabalhadores rurais e ocupações de terra, como assessora do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sorocaba e Região e como militante do PC do B. Ajudei a organizar a luta institucional pela reforma agrária e acompanhei os conflitos pela terra, bem como negociações com autoridades do Estado e políticos locais. Foi meu primeiro contato com o MST, que um dia apareceu para dar apoio à luta daqueles trabalhadores. Mais tarde, na Bahia, como técnica de uma grande empresa, morei um ano numa fazenda de cacau, em convivência estreita com os pequenos 'parceiros' que ali moravam e trabalhavam incansavelmente, desde antes do nascer do sol até que ele se punha, negando por completo os estereótipos do 'jeca' e do 'baiano'. Nesses anos todos e por todos os aspectos, minha convicção pela reforma agrária foi se firmando. Que isto fique claro: eu realmente penso que a reforma agrária é a principal política de desenvolvimento rural que o Brasil precisa fazer.

Ingressei no ITESP, como engenheira agrônoma. Do processo do Pontal, especificamente, participei em dois momentos separados no tempo e posições distintas.

O primeiro foi em 1991, quando tive o primeiro contato com a história do Pontal e vi o processo de grilagem ser desnudado e relacionado inequivocamente à ação e convivência do próprio Estado. A primeira vez que li aquela tese⁷, tive a nítida impressão

⁶ Nasci em Angra dos Reis, bela cidade praiana onde passei minha infância e adolescência protegida dos dissabores do mundo e do Brasil. Meu pai militar, o enquadramento da cidade como de 'segurança nacional' e a escola local dirigida por almirantes e capitães contribuíam para meu alheamento político e social.

⁷ Tese de Livre-Docência do Prof. José Ferrari Leite, da UNESP: A Ocupação do Pontal do Paranapanema, 1981.

de que assistia a um filme de faroeste, onde o Professor descrevia vividamente, com uma riqueza extraordinária de detalhes e documentos, cenas de violência, expulsões, assassinios, revides, golpes, complôs e toda sorte de situações que eu jamais imaginara para o Estado de São Paulo. Ainda nesse ano participei de um levantamento documental do patrimônio fundiário estadual que comprovou a existência de enormes porções de terras devolutas na região e a ira dos guardiões desse *segredo*.

Por isso, vivi uma transferência compulsória para a CESP⁸, onde passei um ano e meio trabalhando com os impactos sobre as populações rurais, mas mantendo um contato relativamente próximo com o que acontecia no ITESP.

Depois, em 1995, regressei ao Instituto de Terras, já na condição de dirigente do órgão, assumindo o papel de representante do Estado, e como uma das responsáveis pela execução da política estatal que ali se desenvolveu até o final de 2001. Conduzi pessoalmente inúmeras negociações e participei de muitas decisões impactantes. Durante momentos importantes praticamente morei no Pontal, onde andava o dia inteiro no *campo* e era conhecida e reconhecida por todos os atores.

Naquele momento, a partir de enormes acampamentos instalados em rodovias e fazendas ou de assentamentos mal conduzidos, os trabalhadores rurais sem-terra promoviam ocupações em fazendas improdutivas ou de baixa produtividade, na sua maioria julgadas devolutas estaduais, amplamente divulgadas com repercussão nacional.

Ali, no Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado de São Paulo, os acampamentos eram apenas os sintomas mais aparentes de uma crise fundiária e econômica com raízes seculares. Desde a Lei de Terras de 1850, a região foi palco de grilagem e conflitos violentos pela terra, e desde o início da década de 80, mesmo antes de surgir o MST, os conflitos envolviam sem-terra e fazendeiros. Já nessa época, alguns assentamentos foram promovidos através de acordos extrajudiciais.

Baseado no direito potencial do Estado de retomada das fazendas, em 1995 ocorreu um processo de negociação coletiva que culminou num Plano de Ação Governamental. Após o ajuizamento de dezenas de ações judiciais, num exaustivo processo de negociação, quase todas se encerraram por acordo em prazos que variaram de nove meses a dois anos, o que, em termos de processos dessa natureza é um prazo assombrosamente curto⁹.

⁸ Companhia Energética de São Paulo, empresa estatal responsável pela construção de inúmeras hidrelétricas e implantação de vários reassentamentos rurais de população impactada por esses empreendimentos.

⁹ Para exemplificar, nas quatro ações que foram ajuizadas na mesma época e não houve acordo, os processos tramitam até hoje (fez onze anos em 2006!) e não há previsão para sua conclusão.

No Pontal estão em questão situações que envolvem múltiplos interesses e atores, caracterizando um conflito coletivo de grandes proporções. Trata-se provavelmente de um dos únicos casos dessa monta no Brasil em que a mediação desenvolvida desembocou em um termo de acordo formal e executável, construído a partir de negociações efetivas entre todos os envolvidos numa instância não judicial.

Os principais atores desse processo podem ser classificados em três grandes grupos – sem-terra, fazendeiros e Estado, que por sua vez podem ser subdivididos em outras partes que se relacionavam diferentemente em todo o processo. A cada momento se identificavam os segmentos a favor ou contra, a liderança e a base, os identificados com uma facção ou com a outra... Classificações dinâmicas e mutantes, que podiam se aplicar às divisões internas de todos os atores.

E havia também os atores coadjuvantes, que gravitavam em torno dos primeiros, aparecendo mais ou menos notoriamente, alinhando-se com uns ou com outros conforme o momento ou sua convicção ideológica. Falo dos políticos, da imprensa, da academia e dos representantes da sociedade civil organizada, mas também da Polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

O recorte temporal das análises privilegiará os episódios que levaram à construção do Plano de Ação para o Pontal, negociado entre os vários atores, desde sua formulação até o início de sua implantação, especialmente o ocorrido entre 1991 e 1996, de forma a abranger um ciclo completo de conflitos e acordos envolvendo o MST, milhares de famílias, dezenas de fazendeiros e o Estado, no episódio relacionado ao acampamento “União da Vitória” e seus derivados, possibilitando acompanhar sua transformação gradual em assentamentos emergenciais, provisórios e definitivos. Esse recorte põe o foco do estudo no município de Mirante do Paranapanema, onde se desenrolaram os principais acontecimentos que marcaram a história recente da região. Em virtude deles, constituiu-se o Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema.

Nesse episódio, destaca-se a participação consciente e planejada de representantes do Estado, criando a instância inicial de negociação, pelo seu poder de conduzir as partes em conflito à mesa de negociação, e implementando uma ação de mediação que merece reflexão. O alcance da ação do Estado no Plano de Ação do Pontal foi tão significativo, que levou a representação do Governo dos Estados Unidos a propor um intercâmbio técnico e político com universidades, instituições governamentais e não governamentais, na área de mediação de conflitos, política agrária e agricultura familiar.

Nesse intercâmbio¹⁰, foi possível conhecer mecanismos e estratégias de mediação estatal desenvolvidas naquele país, onde predominam ações de mediação individual, mas também explicar as estratégias que tornaram possível a mediação de um conflito coletivo daquela dimensão e que tanto interessaram aos especialistas americanos.

O interesse nesse episódio se justifica porque o Estado tem sido chamado com intensidade crescente a atuar nos conflitos coletivos rurais. Contudo, apesar da proliferação dos mecanismos de solução não judicial para os conflitos em diversas áreas, a estratégia de intervenção do Estado Brasileiro nos conflitos rurais ainda tem privilegiado a via processual, seja na tentativa de sua contenção imediata, a exemplo do cumprimento geralmente em prazo recorde das liminares de reintegração de posse pelas polícias estaduais e até pelo Exército, seja na proposta de solução mais efetiva, que se persegue geralmente por meio de ações judiciais de complexo trâmite e difícil acompanhamento, como as desapropriatórias, discriminatórias e reivindicatórias.

Dessa forma, a atuação do Estado brasileiro tende ao tratamento burocrático judicial ou policial das situações de conflito. E embora o direito brasileiro aceite e – teoricamente – até incentive o acordo em qualquer fase dos processos, a prática não confirma a teoria. Uma vez ajuizada a ação, o corriqueiro é aguardar indefinidamente sua conclusão, praticamente esquecendo os conflitos que a originaram, quase como se eles tivessem sido resolvidos. Com esse entendimento, não é raro que os governos já incluam nos seus resultados o mero ajuizamento da ação ou o decreto que a autoriza, gerando intermináveis polêmicas sobre números da reforma agrária.

A lentidão da Justiça brasileira nesses processos é agravada pela inexistência de varas especializadas e mais contribui para o acirramento que para a solução dos conflitos. Em alguns casos têm surgido como alternativa as soluções negociadas, obtidas por intermédio de mediadores *lato sensu*, com diversos atores atuando nessa direção, como igreja, sindicatos, parlamentares, políticos, incluindo desde a auto-composição dos envolvidos até as ações de mediação do Estado, em sentido jurídico.

A mediação de conflitos em sentido jurídico¹¹ é aquela atividade que busca a composição das partes em litígio em um acordo voluntário, com a ajuda de um terceiro – o mediador – que se pretende neutro e desinteressado, e que não pode proferir nenhuma decisão ou sentença sobre o caso.

¹⁰ Trata-se do *International Visitor Program*, do Governo dos EUA, em que participei na condição de Diretora do ITESP, como visitante convidada, por indicação da Embaixada Americana no Brasil, em março de 1998.

¹¹ Na sociologia, não há uma conceituação rígida para a mediação de conflitos coletivos, como demonstra SANTOS F^o (1990) ao levantar vários e diferentes significados de mediação. Assim, mediação poderia ser qualquer ação de intermediação no conflito, incluindo a mediação em sentido estrito jurídico, a arbitragem, e a representação ou a defesa dos envolvidos.

Mas relações que se dão em situações de mediação de conflitos também são relações sociais e, se passam pelo interesse desinteressado, a que se referia Bourdieu, também são permeadas por relações de poder, na perspectiva da análise de Foucault. A participação do Estado nessas situações envolve contradições adicionais, conceituais e práticas, de diversas ordens, tanto pelo ângulo dos movimentos sociais, dos fazendeiros como dos agentes estatais, seja pelo valor que lhe é atribuído, seja pelo seu posicionamento no conflito.

Boa parte dos estudos sociológicos sobre os conflitos sociais adota, direta ou indiretamente, a linha marxista de análise, em que o Estado é a superestrutura da classe dominante e os movimentos os grandes protagonistas da ação social pela conquista da terra. Outros se resumem a contabilizar e classificar os conflitos, relatando feitos e heroísmos dos atores sociais, sem aprofundar a crítica de sua atuação. Assim, em muitos casos, o Estado costuma ser concebido como ser monolítico, a serviço do latifúndio, cuja ação de mediação é percebida, na verdade, como um recurso a mais de dominação.

Num enfoque mais abrangente, BARREIRA (1992) analisa o surgimento e a prática de novos mediadores nos embates políticos no sertão nordestino, incluindo entre eles a Igreja, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e o Estado, fundamentalmente através do INCRA, partindo do pressuposto de que a prática política da mediação se dá de forma diferenciada conforme o envolvimento político e a natureza das instituições, apontando as dificuldades e ambigüidades de seus agentes nesse processo.

Por outro lado, a sociologia do direito vem estudando a existência na sociedade de mecanismos formais e informais de solução de litígios, em que o Estado é coadjuvante ou sequer participa. SANTOS (1996:175) informa a proliferação de estudos sobre "*mecanismos de resolução dos litígios caracterizados pela informalidade, rapidez, participação activa da comunidade, conciliação ou mediação entre as partes*", revelando "*a existência na mesma sociedade de uma pluralidade de direitos convivendo e interagindo de diferentes formas*".

Se no período da ditadura militar José de Souza Martins atribuiu ao Estado o papel de repressor ativo dos movimentos sociais em favor dos grandes proprietários, em recente e polêmico texto, o autor aborda uma mudança na natureza da participação do Estado na questão agrária e lança crítica aberta aos movimentos sociais mais ativos da atualidade pela resistência à possibilidade de mediação do Estado, posta por ele como o único meio de avançar na implantação da reforma agrária na atual conjuntura brasileira.

Essas duas organizações optam pelo apoio e mesmo pelo estímulo ao que presumem ser a verdadeira luta pela terra, em sua própria opção por uma

reforma agrária não reformista, por mais contraditório que isso pareça. [...] Podem estar, no entanto, negando a possibilidade de uma reforma agrária, porque negam a inevitabilidade da mediação do Estado na consumação da reforma e na legalização do que é, no mais das vezes, legítimo. (MARTINS, 2000:22)

À luz da complexidade e lentidão dos processos judiciais nesse campo, os conflitos coletivos pela terra no Brasil assumem contornos de gravidade que justificam a busca de novas estratégias de intervenção, como a mediação de conflitos.

Pela forma como evoluíram as relações sociais no campo brasileiro, aparentemente, a mediação em sentido jurídico não seria possível. E o que ocorreu no Pontal não seria uma opção clássica de mediação. John W. Cooley, especialista em mediação de conflitos, assim se refere a situações dessa natureza:

A despeito das muitas vantagens da mediação, ela não é necessariamente adequada em todas as situações. Por exemplo, se uma parte na mediação não tem conhecimentos relevantes, tem pouco ou nenhum poder em relação ao outro contendor, e não está representada por advogado, a mediação não é um processo de resolução preferencial. A situação colocaria o mediador na situação muito delicada de tentar ser neutro e ao mesmo tempo colocar em equilíbrio a situação desigual de conhecimento e de poder por meio da prestação de aconselhamento, jurídico ou de outra natureza, à parte mais fraca, e sendo mais imponente com a parte mais forte. [...] Essas disputas são mais bem resolvidas num ambiente de julgamento e de decisão judicial, no qual os procedimentos que garantem o devido processo podem compensar os desequilíbrios de força. (COOLEY, 2001:64-65)

Historicamente, os movimentos sociais de trabalhadores rurais, como o MST no episódio concreto do Pontal, enquadravam-se muito bem na situação de inferioridade de conhecimento e de poder político e econômico, e não estavam assessorados por advogados, ao contrário dos seus contendores (fazendeiros e suas organizações). E o mediador estatal imerso naquela 'situação delicada' descrita pelo autor, equilibrava-se numa tênue linha entre a neutralidade e a compensação da desigualdade, e ainda acrescia a ela a dificuldade decorrente da condição de agente do Estado, com toda a carga política e ideológica que isso traz e os conflitos que acarreta.

Os acordos muitas vezes geravam novos e acirrados conflitos, que iam se desenvolvendo em vários planos, imbricados e superpostos. Revelaram-se cisões internas de grandes proporções em todos os segmentos. E em certos momentos, o Estado parecia ser o principal adversário nos conflitos tanto para fazendeiros como para

sem-terra. Esse efeito parecia inverter as posições dos atores, que passavam de parte a mediador e de mediador a parte, ou ainda demandar novos mediadores externos para essa relação. Por que assim acontecia? Qual a natureza desses conflitos? O que os originava e de que forma puderam ser superados?

Tudo aparentava ser tão complicado que parecia quase impossível que desse certo. Não conheço registro de que no Brasil se tenha tentado nada parecido e, durante a construção e consolidação do Plano do Pontal, o país assistira os episódios de massacres de sem-terra em Corumbiara¹² e depois em Eldorado de Carajás¹³, que parametrizavam o que poderia ocorrer ao menor deslize na intervenção em conflitos rurais de grandes proporções.

No entanto, apesar da complexidade do caso e contra todas as expectativas, a mediação pôde ser considerada bem sucedida. No Pontal, tudo enfim se ajustou: os acordos foram feitos, os assentamentos foram realizados, mais que isso: ninguém foi morto naquele processo. Por quê? Por que deu certo, contra todas as evidências? Ali se obteve acordos, múltiplos e sucessivos acordos, sim, mas aceitos pelas partes e que foram cumpridos no fundamental.

O que fez com que assim acontecesse? Que circunstâncias permitiram que a mediação ocorresse? Que elementos contribuíram ou dificultaram seu sucesso? Seria uma situação excepcional dependente das pessoas envolvidas e de suas características, que destoa do Brasil rural? Ou seria o sintoma de uma nova forma de socialização em construção na sociedade e no Estado brasileiro?

A discussão sobre os conflitos sociais e a mediação desses conflitos neste trabalho vem nessa direção. Mais do que definir qual o lado 'certo' ou 'errado' em cada um dos planos do conflito, o objetivo é descrever sua dinâmica e investigar as suas chaves explicativas; mais do que discutir a natureza ou aplicabilidade jurídica da mediação, o intento é discutir a teia de relações sociais que envolvem sua aplicabilidade prática nas condições brasileiras, tendo em vista as estratégias de ação dos

¹² Em 9 de agosto de 1995, durante a ocupação da fazenda Santa Elina, em Corumbiara, Estado de Rondônia, foram mortas 12 pessoas (9 trabalhadores rurais, 2 policiais e 1 criança), e outros 23 morreram mais adiante em consequência das agressões sofridas. A Polícia Militar e jagunços são acusados do massacre. (<http://www.dhnet.org.br/w3/cdhmp/cdh/chico.htm> acesso em 17/02/2006)

¹³ Em setembro de 1995, cerca de 3.500 famílias organizadas no MST, formaram um acampamento à margem da estrada, próximo à fazenda Macaxeira, reivindicando a desapropriação dessa área. Houve divergências em relação à produtividade da área e, num contexto de negociação, uma promessa de envio de alimentos e remédios aos acampados foi descumprida pelos órgãos governamentais. Em 10 de abril de 1996, o MST organiza uma marcha a Belém. Em 16 de abril, os trabalhadores bloqueiam a estrada PA-150, próximo à Eldorado de Carajás, exigindo comida e ônibus para prosseguir a caminhada. Novas negociações foram abertas, mas em 17 de abril elas são canceladas e os trabalhadores voltam a bloquear a estrada e às 16 horas, o que seria uma desocupação da estrada transforma-se num massacre: 17 trabalhadores rurais são mortos e 56 ficaram feridos. (BARREIRA, 1999)

protagonistas e intermediários dos conflitos coletivos no meio rural.

A análise do Estado nesse âmbito incluirá o seu posicionamento, do ponto de vista sociológico, como parte ou mediador. Isto porque

o Estado era também, através do Direito, uma forma de organização social e que, como tal, não podia ser dissociado da sociedade e das relações sociais subjacentes. Daí a necessidade de uma distinção entre ponto de vista jurídico [...] e ponto de vista sociológico, que deveria valer-se das contribuições dos sociólogos, dos etnólogos, dos estudiosos das várias formas de organização social. (BOBBIO, 1987:56).

Em tudo isso, há uma pergunta de fundo que permanece e que diz respeito às condições nas quais pode ser possível, ou não, utilizar o instituto da mediação em conflitos coletivos rurais. Em que circunstâncias a mediação de conflitos sociais pode ser bem sucedida? Dessa decorrem outras relacionadas à possibilidade do Estado brasileiro, historicamente comprometido com os senhores da terra, exercer tal função.

Início esse plano da escrita na perspectiva de quem viveu intensamente os fatos¹⁴ e, tantos anos passados, propõe-se a analisá-los sob o enfoque sociológico. Recorro a Foucault, para quem o conhecimento é sempre oblíquo, parcial, perspectivo, resultado mesmo de um jogo ou de uma composição de paixões, como rir, deplorar, detestar. Mas, se é verdade que houve no Pontal situações em que paixões como essas estiveram presentes, não é menos verdade que revivê-las sob o crivo da análise sociológica ajuda o processo de compreensão.

Persigo neste trabalho dois objetivos primordiais:

- Reconstruir a história dos conflitos do Pontal e as circunstâncias que cercaram o Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema, de uma forma que, espero, seja agradável à leitura, mas com o detalhamento necessário à sua compreensão;
- Investigar os vários planos em que ocorreram os conflitos no Pontal entre 1995 e 1996, bem como sua inter-relação em uma grande espiral, e analisar também a mediação desenvolvida pelo Estado para a composição dos conflitos nesse período.

Nessa perspectiva, organizei o trabalho em seis capítulos. Os quatro primeiros são dedicados à história do Pontal, deixando o segundo objetivo para os capítulos finais.

¹⁴ E se ao longo dos anos sempre me posicionei ao lado dos trabalhadores rurais e da reforma agrária, durante o período em estudo vivi plenamente a condição de agente do Estado, defensora da política agrária do Governo Mário Covas, a quem tive orgulho em servir.

No Capítulo 1 (Pontal do Paranapanema, uma história de conflito), reconstruo o período que precedeu aos fatos em estudo, situando a origem dos conflitos agrários na região na década de 1850, quando inicia seu processo de ocupação irregular.

Há um destaque para o período a partir da década de 1980, quando ocorrem as primeiras grandes mobilizações de trabalhadores sem-terra que darão origem ao MST e para a atuação do Estado a partir de então. Outro destaque aborda a questão jurídica das terras do Pontal, pivô dos acontecimentos que desembocam no conflito de grandes proporções que se verificou no ano de 1995, onde se situa o corte temporal desse capítulo. Dois autores me foram de grande valia para o estudo desse período: Leite e Fernandes, que estudaram a ocupação do território e os conflitos decorrentes, descrevendo com riqueza de detalhes fatos e processos havidos no Pontal.

No Capítulo 2 (Os Atores e suas circunstâncias), faço a caracterização dos atores no processo, com apoio em autores clássicos da sociologia rural brasileira e em documentos e depoimentos dos próprios atores, buscando percorrer a origem e motivação das organizações de fazendeiros, de sem-terra e do Estado que vivenciaram os conflitos e acordos em análise, situando novamente o corte no início do ano de 1995. Evidentemente, não se trata de um estudo completo sobre esses movimentos sociais e o Estado, talvez algo mais como uma compilação de elementos importantes para a compreensão da relação entre eles no Pontal e de sua dinâmica.

No Capítulo 3 (Convicções em construção), retorno à reconstrução histórica a partir de 1995, abrangendo o período de elaboração do Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema, que pautou a ação estatal a partir daí e cuja formulação pretendia ser um marco de pacificação dos conflitos nessa região. Exploro aqui os fatos e a dinâmica que marcaram o processo de construção das propostas do Plano de Ação.

No Capítulo 4 (Conflitos e acordos em espiral), prossigo na reconstrução histórica, minuciosa, do período que abrange a divulgação e a execução inicial do Plano do Pontal, objetivando demonstrar a espiral ascendente de conflitos e acordos que se produzia nesse processo, entre meados de 1995 e 1996, quando o Governo do Estado exercia simultaneamente a função de mediador dos conflitos e executor da política agrária definida a partir do Plano de Ação.

Procurei imprimir nesses dois capítulos um olhar multi-focal, construindo a narrativa a partir das falas dos atores principais e das histórias que elas me trouxeram. Embora, em nenhum momento tenha abandonado a minha própria perspectiva dos fatos, pela posição de quem vivia simultaneamente a condição de agente do Estado e representante do Governo sobre um passado militante.

Assim, optei por uma história contada em múltiplas falas que se traduz em muitas citações. Indispensáveis à compreensão do conjunto, elas não cumprem apenas a função de ilustrar, mas estão de tal forma integradas no texto que muitas vezes são a própria narrativa. É verdade que talvez essa opção revele ainda um certo temor de suspeição que me assombra, pela posição que ocupei nessa parte da história.

No Capítulo 5 (Honra, amor e ódio nos conflitos do Pontal), inicio a análise dos conflitos em seus pontos fundamentais, dissecando-os em seus vários planos de ocorrência, abordando a natureza dos conflitos, os aspectos da honra e dos valores envolvidos, as disputas de poder e os jogos de cena, analisando as divisões internas e oposições entre os principais atores – fazendeiros, trabalhadores rurais, Estado. O suporte teórico dessas análises vem principalmente dos conceitos de Bailey, Bourdieu, Foucault, Pitt-Rivers, Simmel e Weber.

No Capítulo 6 (Mediação, neutralidade e poder), abordo a noção de mediação e sua inserção nas práticas do direito, com recurso a autores consagrados do campo jurídico. A partir daí procurei focar as características essenciais do mediador e da mediação, à luz dos conceitos de Cooley, Bourdieu e Foucault, para sobre elas proceder à análise das práticas de mediação desenvolvidas pelo Estado no Pontal por seus principais mediadores. Ressalto que, tendo sido eu própria um desses mediadores, vivi uma dificuldade adicional para a escrita dessa parte, que espero ter conseguido superar.

Redigir um trabalho do porte de uma dissertação de mestrado traz uma sensação curiosa em que a sensação do autor oscila entre o angustiante e o gratificante. Angustiante porque sempre fica o medo de não ter feito jus ao caso, à história, aos atores e sua riqueza – sistematizar não é sempre redutor? Gratificante porque as descobertas que se faz, o aprendizado, resultam num impacto profundo sobre a forma de pensar e a visão de mundo, ajuda a crescer – conhecer não é sempre crescimento? Concluir um trabalho desse porte significa compartilhar essa angústia e essa gratificação – expor-se é sempre um desafio.



*CAPÍTULO 1:
PONTAL DO PARANAPANEMA,
UMA HISTÓRIA DE CONFLITO.*



Arte sobre foto do Acervo ITESP

1. PONTAL DO PARANAPANEMA, UMA HISTÓRIA DE CONFLITO.

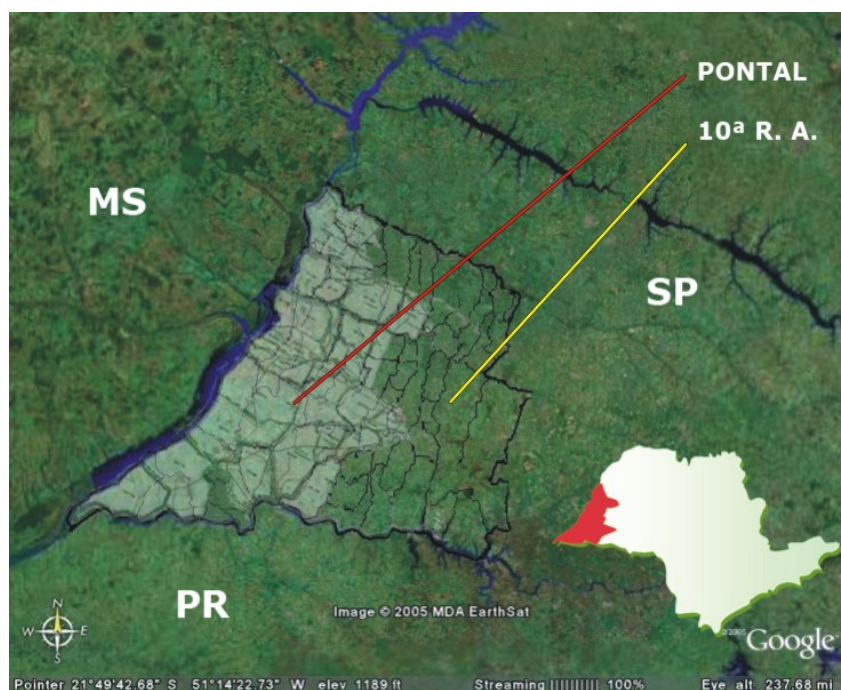
Assim se deu a ocupação do Pontal do Paranapanema. Embora recente, como se viu, foram usados, porém, os mesmos processos antigos, agora mais refinados. Na luta pelo domínio da terra ficou claro que vence sempre o poder econômico e político, pois que, em verdade, se constituem numa só entidade irresistível, insensível e brutal. (LEITE, 1981:241)

Pontal do Paranapanema, região Oeste do Estado de São Paulo. Lá na divisa com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, os rios Paraná e Paranapanema formam um bico com 1,2 milhão de hectares de extensão¹⁵ – alguma coisa como 12 mil Km². Região de conflito pela terra que em 1995 principiava a tomar vulto nacional e internacional. O Velho Oeste do Pontal.

O Pontal do Paranapanema ocupa a maior parte da 10^a Região Administrativa (10^a RA) do Estado de São Paulo (Figura 1.1). Na configuração política dessa região, há destaque para Presidente Prudente, sua principal cidade e sede da 10^a RA, e alguns municípios onde, a partir da década de 1980, ocorreram os conflitos mais violentos (Figura 1.2).

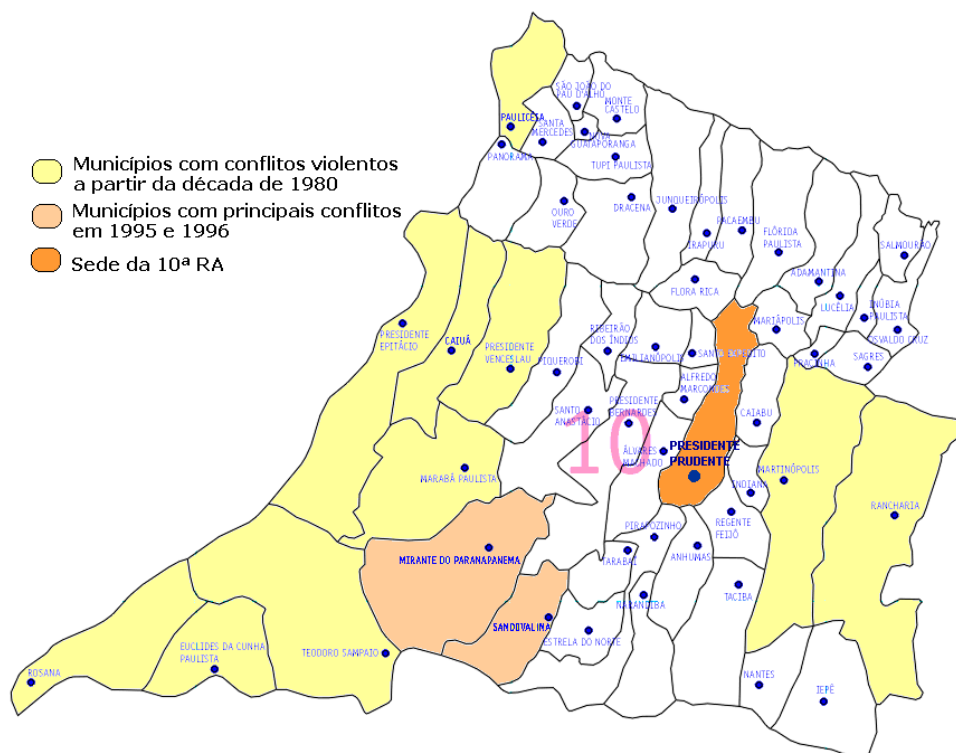
¹⁵ Há alguma divergência a respeito da extensão do Pontal do Paranapanema: alguns estudiosos, fazendeiros e políticos locais localizam o Pontal num triângulo menor na confluência desses Estados, abrangendo pouco mais da metade dessa área; o Governo do Estado, em 1995, adotou a denominação Pontal para um triângulo maior, abrangendo toda a porção de terras devolutas do oeste paulista compreendida na 10^a Região Administrativa do Estado, inserida na Alta Sorocabana. É essa última a configuração adotada neste trabalho.

FIGURA 1.1. LOCALIZAÇÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA EM SÃO PAULO.



Arte de Saulo Yamamoto sobre imagens dos sites:
www.eatlas.sp.gov.br e www.google.com.br

FIGURA 1.2. MUNICÍPIOS COM CONFLITOS VIOLENTOS NA 10ª REGIÃO ADMINISTRATIVA.



Arte sobre imagem do site: www.eatlas.sp.gov.br.

No limiar do Século XXI, essa ponta de São Paulo destoava muito da imagem popularmente difundida do Estado. Se quando falamos em São Paulo, pensamos em grandes indústrias, agricultura avançada, tecnologia de ponta, produtividade elevada, se pensamos também em caos, poluição, aglomerações... enfim, coisas e fatos da modernidade exacerbada, nada disso parecia fazer parte do Pontal. Ali naquele grande vazio nada havia de locomotivas ou Califórnicas.

Território imenso, pouco variado, a suave ondulação dos solos cobertos de pastagens quase sempre mal cuidadas, lembrando um oceano verde-marrom entrecortado, aqui e ali, por longas estradas retas, cercadas de pouca vida. Vez em quando um rasgo sanguíneo de erosão desnuda o sofrimento da terra maltratada.

FIGURA 1.3. EROÇÃO EM PASTAGEM NO PONTAL DO PARANAPANEMA.



Foto: Garcia Leal, 2005.

Não se via muita vida no Pontal. De dia era possível percorrer quilômetros de estradas vendo pouco gado e casa quase nenhuma, de noite a vastidão negra era ainda mais significativa e não se avistava quase nada, nenhuma luz daquelas que bruxuleiam nas portas de casas simples, nenhuma aglomeração de lâmpadas que indicasse um povoado, um vilarejo, vizinhos. Como um deserto negro e enorme.

A origem dessa paisagem monótona se encontra no processo de ocupação do Pontal. Com a edição da Lei de Terras, em 1850, tem início um processo de ocupação tumultuado, que desemboca num histórico secular de conflitos pela terra, associado à apropriação em grandes fazendas e exploração econômica predatória. Esse processo foi marcado por sucessivas fraudes e violência que invalidam o direito de propriedade daí decorrente.

O direito de propriedade no Brasil tem suas origens fundadas no Direito Português. Aplicava-se à Colônia Brasileira a Lei de 26 de junho de 1375, que instituiu o sistema de sesmarias no Reino português. Logo em seu intróito, a lei esclarece que pretende obrigar *"a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários, arrendatários, foreiros e outros"*.

Todo o território brasileiro pertencia à Coroa Portuguesa, e a apropriação das terras ocorria pela constituição de sesmarias – grandes dotações de terra, de natureza ainda feudal, em que o sesmeiro tinha por obrigação atender às cláusulas da concessão, incluindo aproveitamento, medição, demarcação e confirmação, cujo descumprimento implicava em sua devolução ao patrimônio público.

Diversas tentativas de implantar o sistema sesmarial foram feitas, incluindo as Capitânicas Hereditárias, instituídas a partir de 1534, e os Governos Gerais, instituídos a partir de 1548, todas enfrentando dificuldades relacionadas aos enfrentamentos com índios e estrangeiros pelo domínio do território.

O regime de sesmarias perdurou por 322 anos, durante os quais privilegiou o latifúndio, fato já detectado no censo de 1823. Ao lado, porém, das grandes propriedades oficiais, já se constituía um processo de ocupação espontânea das terras públicas, que se concentrava sobre as terras de difícil acesso ou de pior qualidade, terras devolutas, sesmarias abandonadas ou não totalmente exploradas.

Confusa, a legislação sobre sesmarias vige praticamente inalterada até 17/7/1822, às vésperas da Independência Brasileira, quando é suspensa por Resolução de D. Pedro, confirmada por Provisão do Império após três meses. Essa conjuntura gerou um vazio legal, que perdurou até a edição da primeira legislação de terras do Brasil, a Lei 601, de 18/09/1850, que entrou em vigor pelo Regulamento 1.318, de 30/1/1854.

Foram 32 anos (até a vigência do Decreto-Lei nº 1.318 de 1854 que regulamentou a lei nº 601 de 1850) durante os quais foi suspensa a concessão de títulos dominiais expedidos pelo poder público. Este clima de incerteza gerou uma série de litígios judiciais e extrajudiciais criando uma situação ainda mais caótica. (TRECCANI, 2001:70)

A Lei 601 de 1850 visava regularizar a situação fundiária do país, já a essa altura fortemente irregular, dispendo sobre 'as terras devolutas no Império', 'as possuídas a título de sesmaria sem preenchimento das condições legais', e as possuídas 'por simples título de posse mansa e pacífica'. Previa a alteração do regime de apropriação de terras devolutas,

introduzindo a compra¹⁶ e a regularização de posses¹⁷, sempre condicionadas à existência de cultura efetiva e morada habitual¹⁸.

O Decreto 1.318 de 1854 regulamentava minuciosamente a regularização de posses produtivas, através do seu registro junto ao Vigário da paróquia respectiva¹⁹, nos prazos e condições que instituiu. (ANDRADE, 2003)

Os Registros Paroquiais ou Registros do Vigário eram obrigatórios para todas as terras, independente da natureza do seu título – propriedades, sesmarias (confirmadas ou não), posses, terras de mineração, terras comunais etc. Os vigários não tinham poder para contestar ou corrigir as declarações; os registros resultantes geralmente eram vagos, omitiam detalhes importantes sobre a localização do imóvel, sequer servindo para provar a posse, menos ainda a propriedade²⁰ (TRECCANI, 2001).

A primeira Constituição da República (1891) destinou aos Estados as terras devolutas situadas em seus territórios, mantendo para a União as áreas de fronteira, o que foi mantido até a atual Constituição Brasileira de 1988.

Para quem não entende de regularização fundiária ou de direito agrário, pode parecer que tudo isso está muito longe no tempo e que seria irrelevante, mas o sistema jurídico brasileiro estabelece que terras em que há fraude na cadeia sucessória de transferência de domínio são terras devolutas, e sobre tais terras não há usucapião. Quer dizer que seu verdadeiro dono é e será sempre o Estado, e somente este poderá transmitir a propriedade ou regularizar a ocupação de terras devolutas.

De ocupação relativamente recente no Estado, o Pontal é marcado pela desigualdade social, pelo convívio da pobreza extrema com o privilégio dos grandes. No Século XIX, toda a região era uma grande floresta, habitada por índios Caiuás, Caigangs, Tupiniquins, Xavantes e Coroados (LEITE, 1981; PÁDUA, 2004).

¹⁶ Lei 601 de 1850, Artigo 1º - Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

¹⁷ Lei 601 de 1850, Artigo 5º - Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo possessor ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: (seguem 4 parágrafos).

¹⁸ Lei 601 de 1850, Artigo 6º - Não se haverá por princípio de cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derrubadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos e outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efetiva e morada habitual exigidas nos artigos antecedentes.

¹⁹ Decreto 1318 de 1854, Artigo 97 – Os Vigários de cada uma das Freguesias do Império são os encarregados de receber as declarações para o registro das terras, e os incumbidos de proceder a esse registro dentro de suas Freguesias [...].

²⁰ Nos Tribunais, embora não haja unanimidade, prevalece hoje a tese que não reconhece os títulos paroquiais como títulos de domínio.

Nessa região, dois enormes *grilos*²¹ foram realizados logo após a edição da Lei de Terras de 1850.

A história da grilagem das terras do Pontal começou entre 1886/1890 e remonta ao ano de 1856. Em maio deste ano, Antônio José Gouveia teria registrado, na Paróquia de São João Batista do Rio Verde (hoje município de Itaporanga, região Sul do Estado de São Paulo, próximo aos municípios de Itapeva e Itaberá) uma gleba de aproximadamente 238.000 alqueires ou 583.100 ha. E a denominou fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Antonio José Gouveia declarara residir na Gleba desde 1848.

Neste mesmo mês e ano, José Teodoro de Sousa teria registrado na Paróquia da Vila de Botucatu (hoje município de Botucatu) uma Gleba denominada de Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Aguapeí de 356.000 alqueires ou 872.200 ha. José Teodoro de Sousa declarara residir na gleba desde 1847. (FERNANDES, 1996:104-105)

Esse grilo histórico, registrado no último ano do prazo concedido por aquela Lei, foi realizado por dois indivíduos que se pretendiam proprietários cada um de metade do Pontal. Com eles teve origem uma cadeia viciada e irregular de transmissão da propriedade, que tornou sem validade todos os títulos deles decorrentes e marcou como devolutas todas as terras que abrangiam.

1.1. VIOLÊNCIA E PODER

A terra, irregularmente apossada desde a origem, passa a ser retalhada e retransmitida por muitos meios que misturavam o lícito ao ilícito²². No início da colonização, já no final do Século XIX, a ocupação se dá por confrontos entre os índios e novos ocupantes, em disputa pelo território. Evidentemente, esse processo não foi pacífico, muitas vezes culminando em violência e morte.

Comprimidos entre as frentes pioneiras procedentes do leste e o Rio Paraná, a oeste, não restara outra opção aos “caigangs” senão atacar, vez

²¹ A origem das expressões grilo, terra grilada, documento grilado, e similares vem do costume adotado naqueles tempos para envelhecimento de um documento falsificado, pelo qual o documento forjado era colocado em um recipiente com grilos vivos: enquanto os insetos estavam vivos iam se alimentando do papel, comendo suas bordas, e depois, quando morriam, liberavam substâncias que amarelavam o papel, dando ao documento a aparência de antigo.

²² Para melhor compreensão desse processo, ver LEITE (1981) e FERNANDES (1996). Segundo o relato desses pesquisadores, as irregularidades envolviam desde a falsificação da assinatura do Vigário que teria efetuado o registro em 1856, a venda cruzada das duas enormes possessões para gerar escrituras de compra e venda, até uma operação envolvendo autoridades públicas no que ficou conhecido na década de 1950 como “golpe da arrematação”. Também as descrições das áreas eram tão incorretas que seus absurdos levaram a mais de uma declaração de nulidade em processos oficiais.

por outra, ao pôr do sol, ou ao amanhecer, as palhoças instaladas fortuitamente no seio da floresta. Matavam os homens, as mulheres, as crianças, as mulas, os bois e outra criação que houvesse. Depois roubavam ferramentas, destruíam plantações e, finalmente, ateavam fogo às casas. Assim agindo, tentavam afugentar aqueles que queriam invadir seus domínios. Porém o revide do colonizador branco era terrível. Eram contratados bandos de jagunços armados, cujo objetivo era limpar o território e exterminar o “bugre ateu”. (LEITE, 1981:44-45)

Inicia o Século XX. O processo de ocupação do Pontal, fundado na fraude e na grilagem, prossegue marcado pelo confronto também entre os novos ocupantes, resultando na consolidação de enormes possessões sobre a floresta. Relatos da época falam de conflitos entre os próprios grileiros e do costume dos grandes posseiros que tinham a seu soldo grupos de jagunços armados visando à expulsão dos ocupantes menores. (LEITE, 1981; FOLHA DA MANHÃ, 1954)

Foi nessa época que surgiu a célebre figura do “quebra-milho”, capanga contratado por grandes posseiros com o fito de expulsar grileiros e portadores de falsos títulos de domínio.

As demarcações de terras também passam a gerar sérias refregas [...]. Não eram raros os cadáveres vistos boiando em águas dos riachos e rios do sertão sorocabano, vítimas de tocaias traiçoeiras em picadões recém abertos. (LEITE, 1981:59)

Desde esses primórdios, o poder dos grandes fazendeiros se fez sentir: pela força das armas, o seu jugo se concretizava em morte, fuga ou submissão; a posse de milhares de hectares de terras assegurava seu poderio econômico. *“Daí o grande ocupante do Pontal ser chamado ‘coronel’ em toda a região, quer pelos peões das áreas rurais, quer pelas quermesses urbanas até a década de 40”* (LEITE, 1981:93). Assim marcadas por violência e dominação, estruturavam-se as bases das relações entre os que se tornaram senhores da terra e aqueles que serão os seus trabalhadores. Subjugados no conflito, não lhes restava alternativa senão fugir para matas mais distantes, como fizeram os índios remanescentes, ou, no caso dos pequenos posseiros, confinar-se em pequenos povoados rurais, convivendo com o latifúndio em formação e fornecendo mão-de-obra para o desmatamento da região.

Nas primeiras décadas do Século XX, o primeiro grande ciclo econômico do Pontal relacionava-se à exploração madeireira.

A ocupação da região, que a princípio foi lenta, teve uma aceleração com a chegada da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro à cidade de

Presidente Prudente em 1917, alcançando as margens do Rio Paraná em 1922. A estrada de ferro facilitou o desmatamento em maior escala e a madeira passou a ser utilizada para diversos fins, inclusive para a própria construção das redes ferroviárias. A madeira rapidamente tornou-se símbolo de valor econômico e de acordo com a espécie servia a propósitos diversificados. (PÁDUA, 2004:91)

Entre 1930 e 1950, a ação de desmatamento atingia grande proporção. Em 1936, havia em Presidente Prudente 19 serrarias funcionando, além de dezenas de outras em toda a região. A Estrada de Ferro Sorocabana e mais à frente o ramal ferroviário de Dourados eram um dos elementos principais do avanço da ocupação do Pontal. As cidades cresciam e se multiplicavam. No período 1930-1940 a população dessa região da Alta Sorocabana havia dobrado e cresceu mais 43,4% até 1950, alcançando a marca de 321.345 pessoas, conforme o censo demográfico do IBGE; destas, 77% relacionava-se às atividades rurais (LEITE, 1981).

Os grileiros (contando com a garantia da impunidade e com a omissão do Estado) chegaram mesmo a ser idolatrados pela imprensa de Presidente Prudente, como pode ser observado na matéria a seguir: “O grilo foi o fator formidável de progresso. Ninguém contesta. Aos grileiros, devemos, inegavelmente, o surto progressista da zona, que se operou em pouco mais de uma década” (*A Voz do Povo*, 21/4/1931, *apud* Almeida, 1993, p. 28). (FERNANDES, 1996:103-104)

No mesmo período, o Estado tomava as primeiras providências para coibir a ocupação irregular do Pontal e a devastação de suas matas. Ações discriminatórias²³ ajuizadas na década de 1930 obtinham resultado favorável ao Estado, declarando as terras devolutas.

No início da década de 1940, o engenheiro agrônomo e Governador Interventor do Estado de São Paulo, Fernando Costa, por meio de decretos-lei, criou três grandes reservas florestais que somavam quase 300 mil hectares²⁴. Tal ato objetivava assegurar a integridade das florestas da região, propiciar maior proteção à fauna e à flora, colocar um freio no intenso processo de desmatamento e reduzir as acirradas disputas pela terra (LEITE, 1981; PÁDUA, 2004; ITESP, vol. 4, 2000).

Mas a determinação dos decretos não resistiu à força predatória dos ocupantes e em alguns anos as reservas passam a existir apenas no papel, estando

²³ Ação discriminatória é aquela utilizada para extremar as terras devolutas (públicas) das terras particulares.

²⁴ O Decreto 12.279, de 29 de outubro de 1941, criou a Reserva Florestal do Morro do Diabo; o Decreto 13.049, de 06 de novembro de 1942, criou a Reserva da Lagoa São Paulo; o Decreto 13.075, de 25 de novembro de 1942, criou a Grande Reserva do Pontal.

reduzidas na atualidade ao Parque Estadual do Morro do Diabo, com cerca de 36 mil hectares, pouco mais de 10% da área original. Em 1954, a intensa devastação e a apropriação indevida das terras públicas motivaram uma grande campanha nos jornais da época²⁵. Mas, apesar de ter havido a intervenção do Ministério Público e o despejo pelo Estado de alguns ocupantes das reservas, a ocupação do Pontal prosseguia como dantes. A formação legal e deformação fática dessas reservas eram permeadas pelos conflitos e pela violência.

O solo desmatado era logo ocupado pelo café e a seguir pelo algodão, incentivado pelo governo em função da demanda internacional relacionada à guerra mundial. Uma grande leva de imigrantes é atraída para a região e outros cultivos ganham importância econômica, quase sempre associados à exportação e à monocultura, em sistema de latifúndio, mas através de arrendatários e meeiros²⁶ que expandiam a área da grande fazenda sobre a floresta remanescente.

[...] a cultura do algodão era desenvolvida em pequenos estabelecimentos rurais, com área entre 20 e 50 hectares, sendo a maioria deles dirigida por meeiros. Os supostos proprietários, por meio de grandes arrendatários e testas de ferro, utilizavam-se de pequenos posseiros, explorando sua mão de obra barata para desmatar a extensa região, colonizando-a e a explorando da forma que lhes convinha. (ITESP, vol. 4, 2000: 105)

Com a disseminação das notícias sobre o caráter público das terras, multiplicam-se os conflitos pela terra entre grandes posseiros e arrendatários ou ocupantes, que passam a reagir com mais vigor. Alguns desses confrontos marcaram fortemente a história da região e vão dando o tom das lutas pela terra que aconteciam no Pontal em meados do Século XX.

Na Fazenda Alcídia, em 1954, o famoso jagunço “quebra-milho” da região, Juventino Nunes, é morto pelo lavrador Orlando José, pequeno arrendatário que o pistoleiro tentava expulsar das terras do grande fazendeiro. Em 1955, lavradores despejados pelo fazendeiro da Alcídia apelam à Assembléia Legislativa e o fato repercute na grande imprensa. Em 1956 cinco empregados dessa mesma fazenda foram julgados pelo homicídio de um pequeno posseiro que resistira nas terras que ocupava, tendo sido morto e enterrado no mato. (LEITE, 1981).

²⁵ A “Folha da Manhã” declarou-se em “campanha cívica conservacionista” em 27/04/1954; o “Estado de São Paulo” passa a defender as reservas em 28/07/1955; também a “Última Hora” e o “Diário de São Paulo” faziam constantes reportagens sobre o assunto. Denunciava-se o “golpe da arrematação”. Falava-se em crime ambiental. Relatavam-se episódios de morte e violência. (LEITE, 1981).

²⁶ Agricultores que plantavam em terra alheia, arcando com os custos de produção e dividindo meio a meio seus ganhos com o proprietário da terra.

No município de Estrela do Norte, no início da década de 1960, um violento confronto envolveu parceiros, arrendatários e o latifundiário grileiro da Fazenda Rebojo, levando à desapropriação da fazenda, em março de 1964, pelo então Presidente João Goulart. A Fazenda desapropriada foi então repartida em pequenos lotes e vendida a baixo preço aos interessados. (ANTONIO, 1990; LEITE, 1981).

Em 1963, o grande posseiro Zé Dico adquiriu os direitos de uma área onde já havia mais de 300 famílias, passando a lhes cobrar renda de 30% da produção. A partir de 1965, sabedores que a terra era pública, os posseiros-arrendatários deixam gradualmente de pagar essa renda. O fazendeiro passa a recorrer a jagunços. Um posseiro é espancado, outros são baleados, dois são mortos. Em setembro de 1967, Zé Dico e seu filho são mortos a tiros pelos posseiros revoltados. Anos mais tarde, a CESP²⁷ reassentaria os posseiros em outra área. (LEITE, 1981; FERNANDES, 1996).

Esses e outros episódios caracterizam o surgimento de uma luta de resistência dos pequenos posseiros em que aparecem pelo menos dois fatos novos, ainda que incipientes: o enfrentamento organizado por parte dos pequenos e o recurso às instituições, incluindo o Estado, contra os abusos dos grandes. Possivelmente, a discussão dos 'direitos' dos trabalhadores rurais, que vinha tomando força com as Ligas Camponesas e o debate do Estatuto da Terra, tenha influenciado tais condutas.

Em São Paulo, o Governador Carvalho Pinto (1959-1962) havia inaugurado a experiência estadual de intervenção na questão agrária com a Lei de Revisão Agrária²⁸, que propiciou a implantação de alguns projetos de colonização agrícola no Estado, embora nenhum na região do Pontal. De todo modo, a experiência teve fôlego curto.

A experiência paulista foi castrada por uma manobra política do presidente do Senado Federal, Auro Soares de Moura Andrade, grande terratenente no Estado de São Paulo. Inesperadamente, Moura Andrade colocou em tramitação um Projeto-de-lei que dormitava na Casa, transferindo o Imposto Territorial Rural-ITR dos estados para os municípios. Com isso, Carvalho Pinto e São Paulo ficaram sem recursos para custear os assentamentos e a Revisão Agrária foi arquivada. (SILVA, 1996:23)

Durante o Governo seguinte, de Adhemar de Barros (1962-1966), a grilagem e o desmatamento receberam novos estímulos: ações discriminatórias foram esquecidas,

²⁷ Companhia Energética de São Paulo, empresa estatal responsável pela construção de inúmeras hidrelétricas e implantação de vários reassentamentos rurais de população impactada por esses empreendimentos.

²⁸ Lei Estadual 5.994 de 30 de dezembro de 1960, que dispunha sobre normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural, atendendo a dispositivo da Constituição Estadual que determinava ao Estado facilitar o acesso à propriedade a pequenos agricultores e desapropriar terras inaproveitadas para as lotear.

novas verbas foram liberadas e foi inaugurado um ramal ferroviário até Dourados cuja construção iniciara em princípios da década anterior, além disso todas as datas urbanas e rurais da cidade de Rosana²⁹ foram vendidas, intensificando o processo de ocupação e desmatamento do Pontal. A ditadura militar pouco ou nada interferiu na região, o que também contribuiu para a aceleração desse processo. Em 1973, um inquérito policial sobre crimes ambientais numa das grandes fazendas da região indica a utilização do desfolhante “agente laranja”, o mesmo usado na guerra do Vietnam. (LEITE, 1981)

Portanto, não só as pessoas estavam mudando no Pontal, também a paisagem sofria profundas alterações. Na década de 1970 e estimulada ainda mais pela instalação de frigoríficos, as pastagens predominavam na paisagem (FRANCISCO, 1989). A estagnação econômica da região se fazia sentir, o “progresso” decantado por grileiros e seus representantes na elite regional desmanchava-se em poeira. A arrecadação municipal real permaneceu inalterada por nove anos, entre 1967 e 1975 (LEITE, 1981).

Os elevados índices de produtividade decorrentes da riqueza orgânica da floresta recém-suprimida haviam decaído com o tempo. O esgotamento dos solos e os preços baixos alcançados no mercado contribuíam para a redução da agricultura em favor da pecuária de corte que se adapta melhor a solos pobres e exige menos recursos na sua instalação (PÁDUA, 2004).

A gente estava acostumado antes a ficar três anos em cada fazenda roçando e desmatando a área. No terceiro ano é que a gente plantava o capim e pegava a renda. Quando acabava, você ia para outro lugar. Até que chegou o dia que não queriam mais a gente porque tinha acabado a mata na nossa região. (ex-arrendatário de Mirante) (IOKOI, 2005:118)

Os fazendeiros ainda utilizavam uma corruptela de arrendamento para prosseguir com o desmatamento sobre os pequenos remanescentes de floresta ou para a renovação de pastagens esgotadas: após três anos de utilização com lavouras, a terra era devolvida com o pasto formado.

A luta de resistência se acentua: houve episódios em que após o serviço feito, os arrendatários se rebelam e resolvem ficar com a terra, a exemplo do ocorrido nas fazendas Santa Rita e Ribeirão Bonito, situadas respectivamente nos municípios de Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio.

Da Santa Rita eu sei de ter lido, ter conversado com pessoas da época, os conflitos brabos que tiveram, em 1979, 1978... Segundo as histórias que

²⁹ Rosana foi uma cidade projetada na década de 1950, recebendo esse nome em homenagem a uma das filhas de Sebastião Camargo, principal acionista da Camargo Correia, construtora da ferrovia no Pontal, cujo Presidente à época era da família Barros, sendo ambos posseiros com grandes glebas na região.

eu já li e os antigos me contaram, na Santa Rita e mesmo na Ribeirão, as pessoas de lá arrendaram uma terra e descobriram, não sei como surgiu essa conversa, que lá era terra devoluta. O fazendeiro da época, quando era o velho, ele era muito bravo, ele não queria saber desse negócio de que era terra devoluta.

As pessoas dizem que teve muita participação da igreja na época, dando apoio ao pessoal, porque eles eram arrendatários e resolveram não sair da terra. E se formou um conflito. Eles foram ficando lá e durou por anos a fio. Eu li um documento na Secretaria da Promoção, quando fui Diretora lá, de barracos incendiados, de poço que jogavam veneno... E depois a gente veio conhecer muita gente de lá.

A Ribeirão também. Era gente que arrendou e depois o conflito da Santa Rita acabou sendo um exemplo pra Ribeirão Bonito. (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

Em meados dessa década de 1970, a crise do petróleo e os ecos do “milagre brasileiro” estão na base da implantação de uma destilaria de álcool combustível no Pontal. Era a vez do Pró-Álcool e da cana-de-açúcar com seu sistema de produção industrial. O trabalho como bóia-fria nas lavouras de cana e, em menor escala, na colheita de sementes de forrageiras para pastagens passa a ser uma alternativa para a ocupação sazonal de mão-de-obra.

Nesse mesmo período, outros grandes projetos para a região se configuram com a construção de três usinas hidrelétricas: Porto Primavera no Rio Paraná, Rosana e Taquaruçu no Rio Paranapanema, atraindo milhares de pessoas. Os investimentos em infra-estrutura ganhavam força: estradas eram abertas, escolas eram construídas. Os ventos do progresso talvez começassem a soprar outra vez...

1.2. NOVOS VENTOS NO PONTAL

A década de 1980 tinha trazido novos ares para o país. O processo de redemocratização em curso permitiria a realização de eleições diretas para governadores, num período marcado por forte recessão econômica. O desemprego assustava a nação, havia crise na indústria automobilística e em 1981, pela primeira vez desde o “milagre brasileiro”, a indústria demitiu mais do que contratou. Nas eleições de 1982, a oposição ao regime militar conquista a maioria na Câmara Federal e o governo dos Estados mais importantes, incluindo Franco Montoro no Estado de São Paulo. A organização popular avançava; saques, greves, rebeliões de bóias-frias e protestos de desempregados

espocavam em vários pontos do Estado. (PEREIRA, 1984).

... até dezembro, o custo de vida já havia atingido o patamar de 172,9%, pressionado por uma inflação de 211% ao ano. Essa recessão, parte da política econômica do governo federal, era uma questão estrutural que gerava constantes aumentos dos preços dos gêneros alimentícios, das taxas públicas, dos aluguéis. (MENDES, 1999:112)

No Pontal, o início da década de 1980 não seria diferente. O Ramal de Dourados da Estrada de Ferro Sorocabana havia fechado, devido principalmente ao esgotamento das florestas, o empreendimento canavieiro não obtivera o sucesso proclamado e a destilaria falira, as obras das hidrelétricas foram paralisadas e uma grande enchente atingiu gravemente a região. A população trabalhadora sofria o maior impacto com o grande número de desempregados e a perda dos locais de moradia de ilhéus e ribeirinhos³⁰, causada pela enchente.

Em 15 de março de 1983, Franco Montoro assume o Governo (1983-1986) em meio a uma imensa crise.

Quando o Montoro assumiu, a gente vivia uma época de recessão econômica grande, também. Faltou dinheiro pros grandes investimentos, na época, pras barragens e muita gente ficou desempregada. Se você pegar o Jornal Imparcial da época, em maio de 1983 tinha uns 12-13 mil desempregados em Rosana. Era muita gente de fora que veio atraída por emprego e gente da cidade que tava trabalhando... Aí veio uma chuva, que deu uma puta enchente lá na região. Então a gente tinha a situação de gente desempregada da barragem, gente das ilhas que não conseguiram voltar pra casa depois que saiu por causa das chuvas, e tinha muita gente da Destilaria Alcídia desempregada, trabalhadores rurais. (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

É nessa conjuntura que os conflitos no Pontal começam a assumir nova conformação: antes decorrentes de lutas de resistência para manter a terra que havia sido individualmente ocupada, voltavam-se a lutas de conquista pela terra em que a ocupação coletiva principiava a ser utilizada. Esse momento marca uma guinada importante no desenvolvimento das relações sociais no Pontal.

Em várias regiões do Estado, incluindo a vizinha região de Andradina, a

³⁰ Um contingente populacional não mensurado, mas tido por numeroso, morava e sobrevivia em função dos Rios Paraná e Paranapanema, que delimitam o Pontal; ilhéus eram chamados àqueles que constituíam suas posses nas várias pequenas ilhas fluviais ali existentes, ribeirinhos eram posseiros que viviam às margens dos rios; ambos locais de terras férteis e de pescaria.

Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinha atuando em apoio à estruturação de um movimento de luta pela terra. Esse movimento pressionava o Governo Estadual, que determinou a criação do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF)³¹ na Secretaria da Agricultura e um levantamento dos imóveis públicos do Estado³². O mesmo envolvimento da CPT não acontecia no Pontal, onde a participação da igreja restringia-se ao apoio isolado de alguns padres mais comprometidos, que apenas cediam o salão paroquial para a realização de reuniões, em decorrência da postura conservadora da Diocese de Presidente Prudente. (FERNANDES, 1996) Também o movimento sindical e o Sindicato de Trabalhadores Rurais local estavam ausentes, enquanto o PMDB local apoiava explicitamente a movimentação.

Aí, na época, por incrível que pareça, o PMDB lá de Teodoro dava apoio pras pessoas se mobilizarem. E muita gente foi se mobilizando, foi juntando... (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

Na região de Andradina, em agosto de 1983 ocorre uma ocupação de terras da CESP, seguida de outra em outubro. No Pontal, desde meados desse ano, realizavam-se reuniões que reivindicavam solução para a situação dos ribeirinhos que se encontravam abrigados em centros comunitários e outros locais com precária estrutura, e, para o problema do desemprego, reivindicavam a retomada das obras das barragens. Várias dessas reuniões tinham a participação de autoridades, como o Presidente da CESP e políticos do PMDB. Outras eram apenas dos trabalhadores e seus aliados mais próximos. Possivelmente, além das informações de militantes da área agrária, a notícia daquelas ocupações de Andradina chegava a eles disseminada pela "rádio peão", que é como se chama em São Paulo a rede de informações boca a boca, formada por vizinhos, amigos, familiares e colegas de trabalho, provavelmente incluindo, no caso, colegas ainda empregados na própria CESP. E a idéia da ocupação ia tomando vulto.

E eu já sentia na época uma forte movimentação de ocupar. Teve um cara que foi um articulador, sinceramente, não sei de onde aquele cidadão apareceu. Ele era um comerciante de Teodoro, ele tinha um barzinho. E ele foi pra lá com mais outros caras e começaram a incentivar a ocupação. Tinha um cara que era um desempregado da CESP, desempregado lá da barragem. Eu até participei de uma reunião que eles articularam todo o esquema de como ia ser a ocupação em 15 de novembro. Então eles fizeram a ocupação da Tucano. (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

³¹ Decreto Estadual 20.038, de 30 de maio de 1983.

³² Decreto Estadual 21.003, de 20 de junho de 1983.

Então fazíamos reunião na igreja, no salão paroquial, no Sindicato Rural, nas casas das famílias, sempre escondido. E isso foi na época do João Figueiredo, no tempo da ditadura. Tinha que fazer as reuniões escondido. Até que marcamos o dia da ocupação. E fomos. Nós não queríamos ocupar uma fazenda com gado. O que a gente queria era pegar uma fazenda que a Camargo Correia estava desmatando, e outra que estava ao lado e que já tinha um pedaço desmatado pelo fazendeiro, porque essas áreas eram do Estado. Eram reserva. O fazendeiro não deveria estar ali. (Assentado na Gleba XV, ex-barrageiro) (IOKOI, 2005:117-118)

A história foi essa: na época que eu estava em Terra Rica [Paraná], chegou um mecânico lá. Ele falou para todo mundo ouvir, lá no bar. *"Quem quiser ganhar terra, vai domingo fazer inscrição lá em Euclides da Cunha"*. Já estava bastante gente lá na hora, e organizamos uma turma. Éramos 60 famílias para a inscrição. E na época da inscrição, as lideranças falaram: *"Olha gente, vamos parar por aqui, porque tem três mil assinaturas. É muita gente, na área não cabe todo mundo! Nós estamos calculando que dessas famílias, talvez ganhemos mil. Ganhando mil já está bom. Eu sei que dois mil são medrosos. Não vão querer entrar no dia. Então, nós esperamos por mil"*. Isso foi no domingo, em Euclides da Cunha, quando ele falou: *"Só não vou falar a área que nós vamos atacar, porque senão os fazendeiros vão esperar nós com metralhadoras. Vamos fazer o seguinte. Terça-feira vai ser 15 de novembro, estejam todos aqui às três horas da manhã. Aí nós vamos para o lugar onde vamos acampar. Nós vamos entrar na fazenda"*. (Assentado na Gleba XV, ex-comerciante) (IOKOI, 2005:144)

Assim, a primeira grande ocupação coletiva de que se tem notícia no Pontal ocorreu em 15 de novembro de 1983, nas Fazendas Tucano e Rosanela, da construtora Camargo Correia e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril, com centenas de famílias. Os ribeirinhos desalojados e os desempregados estavam redirecionando sua luta para a obtenção de terra³³.

... fui trabalhar na barragem Taquaruçu. Fiquei morando em Teodoro. Isso foi na mesma época em que o Montoro entrou para o Governo do Estado (1983). Aí começaram os cortes na Taquaruçu até que ela parou. Aliás, pararam todas as barragens aqui do município. Parou a barragem de Primavera, a barragem de Rosana e parou a barragem de Taquaruçu. Outras obras também pararam. E ficaram assim até ele arrumar a casa,

³³ Um cadastramento feito pela Secretaria Estadual de Promoção Social apontou a seguinte composição: 46,5% de trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37,5% de bóias-frias demitidos da Destilaria de Alcool Alcídia e 16% de posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos pelas barragens (ANTONIO, 1990).

como ele dizia. E foi com essa parada que o pessoal foi mandado embora. Alguns foram para a fazenda Tucano e outros para a Rosanela. Foi aí que a gente, que já era acostumado com roça desde cedo, resolveu ocupar a fazenda. (Assentado na Gleba XV, ex-barrageiro) (IOKOI, 2005:115)

... fui bóia-fria. Fazia de tudo, carpia, cortava cana, mexia com boi, furava poço. O que pintasse na minha frente e desse dinheiro, eu estava fazendo. Era animal, era boiada, tudo o que pintasse eu fazia. Depois, surgiu essa gleba! [...] No começo da organização da luta, tinha que dar alguma idéia! Porque justamente você não entende de uma luta, tem que ter alguma orientação. Agora, depois que a gente começa, aí a gente vai a fundo porque se começa a tomar conhecimento com as pessoas. Uma troca idéia com outro. Você vai a fundo. Mas no princípio, se não tiver alguém que dê idéia, é difícil. (Assentado na Gleba XV, ex-bóia-fria) (IOKOI, 2005:123)

Os primeiros líderes dessa ocupação eram ligados a políticos locais em ascensão e eles próprios, ao que parece, não tinham grande expressão nem tradição, foram lideranças de ocasião, que hoje não mais são vistas na luta pela terra no Pontal.

Sinceramente eu não sei de onde saiu. Ele tinha um barzinho em Teodoro, era vinculado ao Gérson Caminhoto³⁴, tinha fortes ligações na época com o Gérson. O Mauro Bragato³⁵, ele já fazia um trabalho na época, ele era estudante lá no Pontal, principalmente na Santa Rita. Teve uma participação do Bragato com o pessoal das Ciências Sociais na época lá, que eles tinham bastante circulação por lá, o pessoal da igreja também. (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

Cada um a seu modo, padres e políticos apoiavam a luta dos trabalhadores, mas sem investir em sua formação política e organizativa. No Pontal predominou uma vertente conservadora e, diferentemente do que fizeram os partidos de ideal revolucionário e as organizações da igreja progressista, como as CEB e as CPT, o apoio que os trabalhadores recebiam na região limitava-se à cessão de espaços e apoio material para suas reuniões e reivindicações.

Essa forma de participação propiciou a mobilização e o reconhecimento coletivo de seus direitos, mas não possibilitou a organização de um espaço social próprio e a elevação da consciência política dos trabalhadores sem-terra, resultando que *"sua forma de organização social não conseguiu superar as relações populistas de dependência aos políticos que apoiaram a luta"* (FERNANDES, 1996:111).

³⁴ Vereador e candidato a prefeito do PMDB local, posteriormente eleito.

³⁵ Candidato a deputado estadual pelo PMDB, posteriormente eleito.

Quem eram os interlocutores do Governo do Estado na Gleba XV e no Pontal, foram pessoas que depois ao longo da história se mostraram absolutamente... traidoras da causa, vamos dizer assim. Pessoas como o Gérson Caminhoto que foi Prefeito de Teodoro Sampaio. Esse era o interlocutor que existia lá no Pontal do Paranapanema e era pessoa que sem prurido algum trocava promessa de assentamento por transferência de título de eleitor, né? (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Teve uma eleição no acampamento para eleger um representante e eu fui eleito e me chamaram de "prefeito". Aí eu fui para São Paulo. Chegamos lá eu, o Gerson, mais o Deputado Bragato, para falar com o Governador Montoro. Eu nunca tinha ido nem em São Paulo, quanto mais conversar com o governador. Esse aqui é o Prefeito do acampamento. O Montoro: "*Senta aqui!*" Naquela mesona deles lá. E eu sentei junto com o Montoro e comecei a conversar. E parece que fui desacanhando. Ele fazia perguntas e nós respondíamos. (Assentado na Gleba XV, ex-bóia-fria) (IOKOI, 2005:123)

A origem diversa e a organização incipiente das famílias resultavam em sua fragmentação. Com o despejo da fazenda, estruturou-se um acampamento caracterizado pela divisão política e geográfica em três blocos: os ribeirinhos, os desempregados e os outros "de fora".

Aí eles ficaram acampados em frente à Tucano, um grande acampamento. Era dividido em três acampamentos, era tudo perto, uma distância de um quilômetro, quinhentos metros. Eles eram meio divididos por... tinha um pessoal dos ribeirinhos que ficavam mais juntos, entendeu? Aí tinha o pessoal dos desempregados que tava mais junto, era bem assim. E o primeiro acampamento, de quem vinha de Teodoro pra Rosana, ali era quem... chegava. Que não tava naquele processo inicial da luta, mas ia chegando e parava. (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

O primeiro grupo, dos ribeirinhos, reunia pessoas do próprio local, habitantes das margens e ilhas dos rios, que haviam perdido tudo na grande cheia, alguns inclusive reconhecidos como produtores de importância na cidade, como aquele "*que hoje é assentado, ele era um cara que morava numa ilha, que ele abastecia Rosana com farinha de mandioca da ilha dele*". O segundo grupo, dos desempregados, era constituído por ex-trabalhadores das barragens e da destilaria, misturando pessoas originárias da região e outras que vieram atraídas pela oferta de emprego de alguns anos antes, principalmente "*o pessoal peão mesmo da obra, que os mais qualificados não se envolveram com isso*", sendo seus vínculos definidos por essa circunstância. O terceiro

grupo eram 'os outros', principalmente forasteiros, que chegavam de vários locais atraídos pelo próprio acampamento e pela possibilidade de acesso a terra que ele significava, cujos vínculos começaram a se constituir ali.

Os dois primeiros grupos eram mais próximos aos políticos locais e deles sofriam maior influência: "O movimento dos acampados fora evidentemente organizado pelo esquisito diretório do PMDB de Teodoro Sampaio e inequivocamente apoiado por um deputado do Partido: Mauro Bragato" (VEIGA, 1990: 45). Mas é no terceiro que vão surgir as novas lideranças, que viriam a se tornar líderes do MST mais adiante, invertendo o equilíbrio instável de poder a que se refere Norbert Elias ao tratar das relações entre estabelecidos e outsiders (ELIAS, 2000).

Eu e o Bil³⁶, nós somos primos, nós íamos embora para Rondônia, mas como o acampamento ficava ali próximo de Teodoro, nós passamos, vimos... A gente pensava que ia roubar terra se ficasse ali, mas ao mesmo tempo a gente pensava que estava indo para tão longe se aventurar... (Walter, Liderança do MST, assentado na Gleba XV) (IOKOI, 2005:89)

A ocupação coletiva da terra como forma de luta havia estourado como uma bomba no Pontal, fazendo a máquina estatal se mobilizar rapidamente. Para o despejo, um forte aparato policial foi acionado.

E lá era tudo cercado. Tinha guarda na frente tomando conta para não deixar ninguém entrar. Diziam que estavam protegendo a reserva, mas na verdade estavam é escondendo a máquina esteira D-8 que estava desmatando tudo lá dentro. Então nos juntamos e entramos. Aí veio avião, helicóptero, batalhão de polícia armada até os dentes para nos tirar de dentro da reserva porque nós éramos invasores. Nós fomos tratados como bichos, enquanto que o cara que tinha dinheiro era o coitado. (Assentado na Gleba XV, ex-barrageiro) (IOKOI, 2005:118)

Nessa ocupação eu estava junto desde o primeiro dia. Metemos a foice para dentro, e o pau quebrou. Com 8 dias de invasão, chegaram os homens do Estado. Nós estávamos roçando, aí chegou aquela turma com o advogado e o padre. Eu sei que chegou um e avisou para nós que era para parar, que a coisa estava ficando feia. Aí, por derradeiro, veio o padre José Antonio, chegou e disse: "*olha, é para vocês arrancarem os barracos de dentro do mato e passar para a beira da pista. Não queira agir contrário, porque é perigoso vocês se machucarem.*" (Assentado na Gleba XV, ex-bóia-fria) (IOKOI, 2005:123)

³⁶ Importante liderança do MST no Pontal.

Depois de despejadas, as famílias permaneceram acampadas de novembro de 1983 até o ano seguinte, quando se deu sua transferência para uma área de segurança da usina hidrelétrica em construção pela CESP. Lá ficaram vários meses.

Mas na época que nós estávamos acampados no quilômetro 35, éramos seiscentas famílias na beira da pista [...] e houve uma parceria do IAF – Instituto de Assuntos Fundiários com a CESP. Fizeram uma vilinha para nós, que nós demos o nome de Vila Socó, por causa de uma novela que passava na época. Ficamos lá até se sacramentar o assentamento. (Walter, Liderança do MST, assentado na Gleba XV) (IOKOI, 2005:89)

No início do Governo Montoro, a Secretaria da Agricultura era conduzida por José Gomes da Silva³⁷, histórico defensor da Reforma Agrária desde o Governo Carvalho Pinto, e o recém-criado IAF vinculava-se ao setor dirigido por José Eli da Veiga³⁸ nessa Secretaria. No IAF se reuniram diversos militantes dessa área e um grupo de jovens idealistas, recém-egressos do movimento estudantil.

Quem tava no Governo Montoro? Era todo mundo que tinha acabado de sair da clandestinidade, principalmente nessa área de reforma agrária e meio ambiente, né? Então era um pessoal que tinha estado na luta pela reforma agrária dentro dos movimentos sociais e com um componente político e ideológico até muitas vezes destoante da sociedade brasileira. O Governo Montoro foi marcado por isso, o início de um processo, o fazer, o construir um processo. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1983, 21/10/05)

Então essa confusão toda, vamos dizer assim, essa efervescência... Porque essa coisa continuava na mesa do bar! E ia pra uma discussão política extremamente acalorada sobre o que a gente pensava da reforma agrária, qual era o futuro que a gente imaginava, da organização social, da organização popular, então eram debates acalorados nessa época. Mas não existiam posições muito divergentes, não. Eram muito mais discussões orgânicas, tinha discussões de pessoas que eram do Partidão, do PT, do PC do B, mas essas coisas não refletiam no nosso trabalho cotidiano. Cada um de nós que ia pros projetos de assentamento, fazia assistência técnica, ou trabalhava em São Paulo no planejamento, tinha

³⁷ Batalhador incansável pela causa da Reforma Agrária, José Gomes participou da formulação do Plano de Revisão Agrária do Estado de São Paulo e do Grupo de Trabalho que elaborou o anteprojeto do Estatuto da Terra. Foi presidente da SUPRA – Superintendência de Política Agrária, responsável pelo IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e presidente do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Foi fundador, presidente e Conselheiro da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária. (In: <http://www.itesp.sp.gov.br/quemsomos/jose.htm>)

³⁸ José Eli da Veiga Foi Secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (2001-2002). Superintendente regional do INCRA-SP (1985-6). Diretor do Instituto de Assuntos Fundiários e coordenador sócio-econômico da Secretaria da Agricultura paulista (Governo Montoro, 1983-5). (In: http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/Curriculum/curriculum_jul2004.htm)

uma certa visão que, embora pudesse ter organicamente algumas discordâncias sobre o que fazer naquele momento, tinha uma unidade na ação, eu não notava uma diferença muito grande nisso. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Com esse espírito, o Governo do Estado procurava uma solução para o problema, até então inédito. Cinco semanas após o despejo, durante os festejos natalinos, o Secretário do Trabalho e um dirigente da Secretaria de Agricultura reúnem-se com os fazendeiros no Pontal, numa tentativa de conciliação que não deu resultado.

A viagem era sim, mais uma tentativa de conciliação. Mas, desta vez, armada pelos latifundiários. O único erro, imprevisível, foi o Secretário do Trabalho ter-me convidado, não sei exatamente por que motivo. Em reunião no SENAC de Presidente Prudente quase fui linchado, mas acabei com a festa. [...] Evidentemente não havia possibilidade de entendimento. (VEIGA, 1990:45)

Pela primeira vez se cogitou a possibilidade do Estado contestar a ocupação dos grandes fazendeiros do Pontal. Em março de 1984, o Governador Montoro assina os primeiros decretos de desapropriação. Foram utilizados dois diferentes mecanismos para desapropriar as três áreas onde o conflito estava deflagrado no Pontal: as fazendas Ribeirão Bonito e Santa Rita, por interesse social, e o conjunto de 17 fazendas que vieram a formar a Gleba XV, por utilidade pública.

Por fim, o Governo do Estado, na gestão de Franco Montoro, alegando a importância da área para a produção de alimentos, desapropriou por utilidade pública (Decreto 22.034/84) uma faixa de terra que cortava 17 fazendas, totalizando 15.000 hectares. Ali foi implantado o Projeto de Assentamento denominado Gleba XV de Novembro, o primeiro a ser criado no Estado após o período de governo militar. (IOKOI, 2005:80)

Estrategicamente acho que o Montoro queria saber até onde poderia ir o poder do Governo do Estado naquele período de redemocratização. Tanto é que ele tentou a Ribeirão Bonito e a Santa Rita por interesse social, que acabou depois não vingando por ser uma prerrogativa do Governo Federal isso, e a Gleba XV pra produção de alimentos, projeto emergencial pra fins de produção de alimentos, em função muito do verdadeiro colapso que a região tava enfrentando em função da desmobilização das usinas hidrelétricas. E esse argumento da valorização regional passou. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Dessa forma, quando o MST ainda não havia sido organizado, mas sob imensa pressão decorrente de uma grave crise social, constituía-se por meio de inédita ação de

desapropriação estadual o primeiro assentamento no Pontal: Gleba XV de Novembro, com 572 famílias. A medida causou espanto e furor na região: porque a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária era prerrogativa da União; também porque o Estado afinal dava conseqüência às medidas anunciadas, contrariando os interesses dos grandes do Pontal, para beneficiar os miseráveis. A ação do Governo Estadual configurou um marco na região, e grande parte das famílias o idolatrava.

Rapaz, graças ao Montoro, o ex-governador que faleceu, nós conseguimos um lote. Vou falar, o Governador Montoro, para nós não foi um pai, foi um Deus, porque hoje nós temos 500 famílias assentadas, e foi o Montoro que assentou. E a gente agradece muito a ele. (Assentado na Gleba XV, ex-comerciante) (IOKOI, 2005:143)

Foi um ato político e simbólico que mostrou o seguinte: primeiro, a disposição do Governo de trabalhar com a questão agrária; segundo, se o Governo Federal não fizer, nós vamos fazer, qualquer que seja o mecanismo. Então o Pontal foi isso. É um símbolo da reforma agrária que até hoje continua, até hoje ainda é isso. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1983, 21/10/05)

Então, o ponto de inflexão aí na questão do Pontal foi 1984, porque antes não se falava em Pontal como conflito, se falava em terra devoluta para legitimação. Ou seja, terra devoluta era meramente uma questão secundária, era só pagar a taxa de legitimação e todo mundo legitimava. A Casa, o Procurador-Chefe dizia isso tranqüilamente. Depois de 1984 a coisa mudou completamente. (Procurador do Estado na década de 1980, 24/05/05)

A fúria dos fazendeiros não tarda a se fazer sentir. Reagem fortemente às medidas do Governo Estadual, com medidas judiciais e pelo uso de violência contra os trabalhadores, contratando jagunços, promovendo tiroteios contra barracos, envenenando a água dos poços nas fazendas desapropriadas que teriam que deixar.

Teve um tempo que precisava pôr guarda no acampamento porque os fazendeiros diziam que iam pôr veneno na água. Era tudo na beira do asfalto. O acampamento era acompanhando o asfalto, então os tambores de água ficavam todos na beira do asfalto. (Assentado na Gleba XV, ex-bóia-fria) (IOKOI, 2005:124)

Consolidando essa reação, em 1985 é criada a União Democrática Ruralista (UDR) na cidade de Presidente Prudente³⁹, para se *defender* dos *“aproveitadores de*

³⁹ A criação da UDR relaciona-se também com a estruturação do MST Nacional, em fins de 1984, e a discussão da proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Sarney, em maio de 1985 (Ver item 2.1).

terra, por conta da questão do Pontal" (primeiro presidente da UDR, 24/05/05).

Nesse contexto, o Estado adota algumas medidas de caráter jurídico que terão influência em toda a política agrária paulista daí em diante: reabre a discussão sobre as terras devolutas, ajuizando ação discriminatória incidente sobre o 15º perímetro de Teodoro Sampaio em que se situavam as terras desapropriadas da Gleba XV; edita duas leis estaduais disciplinando a atuação do Estado na área agrária.

Em dezembro desse mesmo ano, foram promulgadas duas Leis Estaduais da maior importância para a história da política agrária brasileira: a Lei 4.925/85, que dispõe sobre a alienação de terras públicas estaduais a rurícolas que as ocupem e explorem, e a Lei 4.957/85, que dispõe sobre os planos públicos de aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado, prevendo a destinação de terras públicas estaduais para a implantação de assentamentos de trabalhadores rurais, consolidando a experiência iniciada na Gleba XV de Novembro, no Pontal do Paranapanema, e na Fazenda Pirituba II, no sudoeste paulista. (Introdução do PCCS⁴⁰ do ITESP, 2000:5)

A Lei 4925/85 confirmava o limite dado pela Lei Federal de Discriminatórias para legitimação de terras devolutas em 100 hectares e permitia o acordo em áreas em processo de discriminação. A Lei 4957/85, conhecida como *Lei dos Planos Públicos*, determinava a destinação dos próprios públicos ociosos, mal utilizados ou utilizados irregularmente, para grupos de trabalhadores rurais sem-terra. Com isso, Montoro imprime uma marca definitiva nas relações entre seu Governo e os fazendeiros do Pontal, que lhe declararam guerra.

Ou seja, antes de 1984, o fazendeiro sempre foi um aliado do Estado, né? Porque o fazendeiro na verdade queria o título, o Estado dava o título, etc. Os fazendeiros começaram a ver o Estado como inimigo a partir de 1985, quando veio aquela Lei, chamada Lei do Franco Montoro, a 4925, que proibia a legitimação de mais de 100 ha de terra. Quer dizer, a partir desse momento, o Governo passou a ser o inimigo dos fazendeiros. (Procurador do Estado na década de 1980, 24/05/05)

O próprio Governador reconhecia a oposição que lhe faziam os fazendeiros. José Gomes da Silva cita o que considera uma *preciosa passagem* do Governador Franco Montoro acerca de seu Governo, recolhida pelo Jornalista Antônio Callado: *"Ao quebrar o imobilismo de 40 anos em que governos anteriores mantiveram a grilagem centenária e predatória das terras do Pontal de Paranapanema, o atual governo provocou uma onda*

⁴⁰ Plano de Cargos, Carreiras e Salários do ITESP. Disponível em www.itesp.sp.gov.br.

de críticas por parte de alguns latifúndios” (SILVA, 1996:135).

O ano de 1984 havia trazido mudanças também em nível nacional. A Campanha pelas eleições diretas para Presidente empolgara o país de ponta a ponta. Mesmo não tendo êxito, sua articulação prosseguiu em apoio a Tancredo Neves e José Sarney que em 1985 derrotam Paulo Maluf, candidato dos militares, no Colégio Eleitoral. Uma das primeiras providências do Governo da Nova República foi abrir um debate sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cujo texto final foi publicado em 10 de outubro de 1985.

Nos momentos finais de elaboração do PNRA, em setembro de 1985, uma nova ocupação aconteceu na Fazenda Água Sumida, mas nenhuma das entidades atuantes pela Reforma Agrária tinha qualquer informação a respeito, pois, ao que tudo indicava, havia sido articulada pelos próprios fazendeiros. Essa fora a interpretação de José Eli da Veiga, à época dirigente da Secretaria da Agricultura, onde se alocava o IAF.

Teria sido uma invasão espontânea, sem que nenhuma dessas entidades tivesse apoiado ou ajudado? Justo numa fazenda da família Sodré⁴¹, amigo íntimo do Presidente? E exatamente no dia em que Sarney recebera oficialmente o Plano? No dia seguinte fui sozinho dizer aos autores da ocupação – *in loco* – que tinham sido vítimas de uma manipulação muito bem urdida. E pela pesquisa que pude fazer em Teodoro, o principal instigador havia sido ‘um comerciante do Paraná’ que contara com a ajuda da PM local (VEIGA, 1990:124).

A situação do Pontal permanecia tensa e inspirava cuidado. A solução judicial não se mostrava satisfatória, pois a ação de desapropriação revelava-se complicada na situação de terras devolutas estaduais e uma ação discriminatória pode durar dezenas de anos até sua conclusão. Em 5 de março de 1986, o Governo elevou o IAF à condição de Secretaria, criando a SEAF – Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários, à qual ficaram vinculados o Departamento de Assentamento Fundiário (DAF) e o Departamento de Regularização Fundiária (DRF). E ainda, fundamentado nas Leis que editara, passou a estruturar uma alternativa para acordo com os grandes detentores de terras naquela região, pelo qual uma parte da área seria cedida pelo fazendeiro para o assentamento dos trabalhadores e o restante seria reconhecido como válido pelo Estado por meio de uma escritura de transação. O percentual originariamente proposto para esse acordo variava da seguinte forma: se o fazendeiro escolhesse a terra, cederia 35% para o assentamento; se o Estado é quem escolhesse, essa porção seria de 25%.

⁴¹ A Fazenda Água Sumida era de João Avelino Pinho Melão, o Joãozito, cunhado do ex-governador paulista Roberto de Abreu Sodré.

Mas nesse último ano do Governo Montoro nenhum acordo foi realizado. Uma das explicações está no crescimento da influência da UDR, que se tornava nacional e promovia leilões de gado para defender seus interesses contra os sem-terra e as ações governamentais. Outra razão decorre do próprio PNRA, que transferia o foco das ações políticas na reforma agrária para a desapropriação de terras improdutivas.

Entrementes, a organização dos trabalhadores no Pontal ia lentamente assumindo nova conformação. Na Gleba XV havia sido reproduzida, de certa forma, a configuração geopolítica do acampamento. O grupo dos ex-ribeirinhos, mais difuso, ensimesmava-se e tinha pequena expressão política. O grupo mais forte era o dos ex-desempregados, que permanecia sob forte influência dos políticos locais. O MST, cuja estruturação tinha se iniciado em um encontro nacional realizado em 1984, realizou seu primeiro Congresso Nacional em janeiro de 1985, consolidando a organização do Movimento. Algumas jovens lideranças em ascensão na Gleba XV participaram do Congresso, mas sua influência política sobre os assentados ainda estava restrita a um pequeno grupo e se manifestava na estruturação de experiências de produção coletiva.

Nos anos seguintes, alguns outros assentamentos foram instalados nas redondezas, ainda sem a participação do MST. Dois foram implantados pelo INCRA no início de 1988, no contexto do Plano Nacional de Reforma Agrária: Areia Branca, em Marabá Paulista, com 87 famílias; Água Sumida, em Teodoro Sampaio, com 121 famílias, esta última onde havia ocorrido aquela ocupação de 1985, às vésperas do PNRA.

Outros acampamentos tinham sido organizados sob influência dos políticos locais. Em Presidente Epitácio, 50 famílias acamparam em frente à Fazenda Lagoinha; no trevo para Euclides da Cunha Paulista instalou-se um enorme acampamento que chegou a quase mil famílias nos momentos de pico.

O Governo Orestes Quécia (1987-1990) prometia dar continuidade à política de acordos concebida no Governo de seu antecessor⁴², mas já agora em total articulação com os fazendeiros e com a UDR.

O acordo foi pro Estado titular as terras, e cobrir o que hoje é devoluta, não é devoluta. Nós então reivindicava o critério que deveria ser titulado como terras de propriedade daqueles que estavam na terra, que tinham escritura, tinham todos os documentos. Foi no Governo Quécia. O Quécia que propôs a nos ajudar e propôs a concordar e concordou. O início foi que o governo pediu, em princípio, 30% do valor da terra para o Estado. Aí nós discutimos, discutimos e baixou pra 20%. Eu fui a São

⁴² Quécia havia sido vice do Governador Montoro.

Paulo, ia várias vezes, discutimos, e conversamos e tal, o Fábio Meirelles⁴³ sempre lá participando... O Fábio foi um monstro pra gente. Depois veio pra 20%. Mas vindo 20% aqui o pessoal precisou concordar. Mas quando chegou nos 20% não concordaram, aquilo que cê conhece. Bom, não concordaram, nós fomos a SP de novo, reivindicando que fosse 10%. Tava eu, eu me lembro muito bem que foi no dia que estavam decidindo a extinção da CAIC. Estava sendo feito lá na FAESP. E tava o Quércia, tava o Fábio Meirelles, eu, o Plínio Junqueira⁴⁴, e mais um elemento. E conversando, conversando, que em 10% nós concordaríamos, faríamos o acordo. Aí o Quércia falou: *Mas 10% é pouco, vai ser difícil a gente fazer...* No fim ele virou e disse assim: *Tudo bem! Vai ser assim.* Como nós três estamos conversando. *10% vocês acham que vão concordar? – Vamos concordar! – Então eu vou fazer por 10%.* Aí o Fábio Meirelles virou e disse assim: *Mas, Governador, e a Assembléia?* Ele falou: *A Assembléia eu tenho a assembléia na minha mão, ela vota do jeito que eu quero.* Foi expressão pura e simples dele. Ela vota como que eu quiser e não tem problema nenhum. Aí o Fábio virou e disse assim: *O senhor tem o Secretário para Assuntos Fundiários, não é isso? Ele pode não concordar.* Ele virou pura e simplesmente e disse o seguinte: *Eu troco de secretário até achar um que concorde.* Eu aceitei a disposição do governador de fazer. Muito bem. Então ficou certo que eu viria a Presidente Prudente, colocaria os fatos aqui para que pudesse ser discutido. Cê sabe que novamente não concordaram? É aquele de sempre que cê conhece: *Ah, mas se concordou por 10%, podia fazer por menos...* (Primeiro presidente da UDR, 24/05/05)

Talvez não tenha sido tão fácil achar quem concordasse com tal política, ou talvez a vitória do “Centrão”⁴⁵ na Constituinte no tema da reforma agrária tenha influenciado... mas o fato é que em 14 de dezembro de 1988 o Governador extingue a SEAF e dispersa seus departamentos, alocando o DAF (assentamento) na Secretaria de Agricultura e o DRF (regularização fundiária) na Procuradoria Geral do Estado.

Com tanto vai-vem, no Governo Quércia um único assentamento foi implantado em 1990, pela via desses acordos de regularização fundiária: Santa Rita, em

⁴³ Advogado e Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) desde 1975.

⁴⁴ Um dos líderes dos fazendeiros do Pontal na década de 1980, conhecido por sua reação à Gleba XV.

⁴⁵ “No Brasil, a influência dos setores conservadores e latifundiários, aglutinados em torno do chamado ‘Centrão’, imprimiu na Constituição de 88 um conceito de Reforma Agrária extremamente limitado, segundo o qual somente a União pode desapropriar e somente se a fazenda for muito grande e somente se for muito improdutiva e somente se pagar o valor de mercado e somente se pagar previamente... Transformou-se assim o instrumento de reordenação fundiária em instrumento de compra e venda de áreas mal utilizadas por seus proprietários, passando muito longe da punição pretendida pelos movimentos sociais” (ANDRADE, 1999:37).

Euclides da Cunha Paulista, naquela fazenda onde o conflito entre o grande posseiro e os seus ex-arrendatários vinha desde a década de 1970. Nesse acordo, o maior premiado foi sem dúvida o fazendeiro, que recebeu um título *quentinho* saído do forno, pois o Governo lhe concedeu uma escritura de propriedade em troca de uma área de litígio que ele já não utilizava há 20 anos. Quanto aos que foram considerados como *assentados*, sendo a área de acordo insuficiente para atender a todos com lotes, permaneceram exatamente como estavam, alguns com posses irrisórias, outros com muitíssimo mais.

E pros fazendeiros foi muito vantajoso você dar um percentual da terra e ficar com a outra com o título quente, né? Uma área que eles sabiam que era devoluta... (Assistente Social do DRF/ITESP desde 1989, 07/11/05)

Em 13 de julho de 1990, o MST realizava a sua primeira grande ocupação no Pontal, no município de Rosana. Despejadas da Fazenda, as famílias acamparam nas margens da rodovia de onde também foram despejadas, em uma decisão até então inédita. Como suas principais lideranças eram oriundas da Gleba XV, para lá se dirigiu uma parte do acampamento e se instalou por algum tempo na agrovila do assentamento, de onde também foi despejado ainda no Governo Quércia. Se havia benevolência para com os fazendeiros, sobrava truculência para os sem-terra.

... as famílias foram despejadas no dia 21 de julho por uma operação que envolveu novecentos policiais das polícias militar e civil. A operação contou também com trinta cachorros, cento e cinco cavalos, além da artilharia de elite e da participação de vários jagunços. [...] Com o objetivo de desmobilizá-los, vários fazendeiros da região enviaram quinze caminhões e jagunços para acelerar o despejo e reconduzir as famílias para os municípios de onde vieram. (FERNANDES, 1996: 163)

O Governo Quércia terminava e seu candidato, Luiz Antônio Fleury, oscilava no início entre o 3º e o 4º lugar nas pesquisas, numa acirrada campanha. Numa tentativa de diferenciar-se dos principais concorrentes (Paulo Maluf, Mário Covas e Plínio Arruda Sampaio), procurando manter sua base de apoio conservadora e também atrair o apoio de centro-esquerda, Fleury passou a articular um discurso mais democrático e progressista comprometendo-se com uma plataforma híbrida, dirigida aos *consensos*.

Essa atitude coadunava-se com o clima geral vivido no país. Na transição da década de 1980 para 1990, o mundo assistia o final dos regimes totalitários e sentia a vitória da 'democracia' por toda parte. No Brasil, a Constituinte de 1988 e a primeira eleição direta para Presidente da República em 1989 confirmavam essa sensação. Construía-se por toda parte uma democracia liberal, em que expressões como consenso, pacto social, eficácia e governabilidade davam o tom.

... a democracia liberal era um porto seguro de ancoragem de uma política concebida como ampla produção de um consenso controlável, geralmente expresso na palavra “governabilidade” – indicando uma eficácia administrativa no controle das tensões e divergências e a supressão para valer dos “velhos conflitos”. (OLIVEIRA & PAOLI, 2000:7).

Nesse contexto, o candidato visitou o Pontal conduzido pelo Deputado Estadual da região, já nessa época o terceiro mais votado do PMDB no Estado, e se encontrou com os sem-terra, a quem prometeu reorganizar o órgão estadual de terras. Fleury venceu Maluf no segundo turno por uma pequena margem de votos.

Cumprindo a promessa, no primeiro dia de sua gestão, Luiz Antônio Fleury (1991-1994) editou um decreto que criava o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) pela reunião dos dois departamentos e o subordinava à Secretaria da Justiça, que passava a se chamar Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC).

O ITESP foi montado como uma Coordenadoria em 1991 [...]. Então, veio pra Secretaria da Justiça porque teoricamente ia ser uma pessoa do PMDB, um jurista do PMDB [...] e a Secretaria da Agricultura ia ficar com o PTB e daí pra trás, daí pra mais pra direita. O PMDB ainda tinha uma gotinha de coisa lá, aquela importância... depois de 10 itens prioritários, a reforma agrária tava no 11º. Então, dentro dessa lógica, a coisa acabou passando pra Justiça. E aí cabe um parênteses , porque [...] já passado em 1985 o PNRA, o Plano Estadual foi em março de 1986, então depois de cinco anos a coisa acabou sendo tratada mais por um aspecto da compensação, do que de uma modificação produtivista.

Eu entendi assim: você vai trabalhar numa pasta que trabalha todas as minorias, né? [...] na medida que mudou isso aí, a reforma agrária deixou naquele primeiro momento de ser uma coisa de cunho mais reformista, de base mais produtiva, coisa desse tipo. A coisa acabou sendo encaixada numa pasta aonde você trabalha a questão mais social da sociedade, mas não essa questão mais produtiva também. Então deu essa conotação. [...] fica sendo tratado como uma coisa mais... assistencialista, vamos dizer assim. (Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/05/05)

Diferente do que ocorreu no Governo Montoro, a criação do órgão de terras não afrontava os fazendeiros, pois estes continuavam influenciando fortemente na política agrária do Governo e nos acordos no Pontal.

Entrou o Governo Fleury e o Secretário da Justiça era o Dr. Manoel Alceu. A gente manteve entendimento com o Dr. Manoel Alceu e ele também bateu nos 35% pra fazer o acordo. Aí ele baixou, reduziu pra 25%. E na

gestão do Governador Fleury houve sete acordos. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

As demandas partiam da vontade do fazendeiro, dependia da vontade de cada fazendeiro. Tinha a UDR, né? Não se pode esquecer que eles atuavam nesse período, ela era bem forte. Então um fazendeiro ou outro manifestava o interesse, a vontade de fazer esse acordo. Geralmente era o fazendeiro quem escolhia a área do acordo, infelizmente. Ele ficava com a melhor parte, tirava a sede pra ele e as melhores partes das fazendas, que eram grandes à época, e o restante ficava com o Governo do Estado, geralmente as áreas mais ruins mesmo, considerando-se as terras do Pontal que não são muito boas, né? (Técnico em Agrimensura do DRF/ITESP desde 1986, 28/05/05)

E assim, os fazendeiros eram tratados com deferência pelo Governo, podendo escolher quando, onde e como fazer seus acordos de regularização fundiária, conforme sua própria vontade e conveniência, com o beneplácito dos políticos locais.

Os acordos realizados no Governo Fleury resultaram em dois assentamentos: Tucano, em 1991, com 36 famílias; e Santa Rosa, em 1992, com 99 famílias; ambos em Euclides da Cunha Paulista. Esses acordos foram interrompidos em 1992, por uma Ação Popular (Processo 1.083/91), movida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), contra todos os envolvidos.

E o último acordo foi feito com a Camargo Correa, dando 25%. Até houve uma solenidade aqui na Procuradoria e participaram várias autoridades de Governo nessa solenidade. Acho que foi no segundo ano do Governo Fleury. E depois desse acordo, a CPT entrou com uma ação popular contra o Governo do Estado, o Secretário da Justiça, os sete proprietários, inclusive eu [ele ri] fui envolvido no processo. Aí o Manoel Alceu ligou pra gente dizendo que a partir daquele momento em que a CPT entrou com a ação popular o Governo deixaria de fazer os acordos, né? Então não houve mais acordo. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

Nesse início do Governo Fleury, o controle dos políticos locais sobre os assentamentos era imenso. Eles interferiam no rol dos assentados, nas suas reivindicações e até no tamanho dos lotes que lhes seriam destinados.

O pessoal da Santa Rita e da Ribeirão, eles eram muito apadrinhados pelo Mauro Bragato e pelo Gérson Caminhoto. Eles eram pessoas que os dois falavam muito por eles. Eles não tinham assim liderança de peitar, era diferente a relação. Tudo que eles iam fazer o Bragato ia junto, a

liderança tudo que ia fazer pedia a opinião do Gérson. [...]

O pessoal da Gleba XV também era muito apadrinhado por eles dois. [...]

O pessoal da Tucano, eles eram um movimento também, no começo, muito apadrinhado pelo Mauro Bragato, que eles ficaram muito tempo na lagoinha, eram um grupo pequeno, e o Mauro dava muita assistência através do Sindicato de Trabalhadores. Tanto é que eles vieram pra lá apoiados pelo Bragato. Então eles também não peitavam muito. [...]

Aí saiu a Santa Rosa, teve uma briga infernal com o Jacaré, que hoje deve ser o Prefeito lá, era vereador na época. Ele queria de qualquer jeito assentar todo mundo lá [...] porque dava ibope pra ele, que já era candidato, eterno candidato a Prefeito daquele município, quando virasse município, que ele era vereador de Teodoro. [...]

Então esses grupos eram apadrinhados e muitas vezes manipulados pelo Gérson e tinham uma influência forte do Mauro Bragato. (Assistente Social do DRF/ITESP desde 1989, 07/11/05)

Desse modo, os políticos locais faziam seu teatro eleitoreiro, com algumas poucas e providenciais *ocupações* de terra sob seu controle, e lhes era permitido *lotear* politicamente os assentamentos resultantes para tudo ficar em *paz*.

Eu acho que não se tinha uma idéia clara pra esses políticos, acho que nem pro Bragato na época. Porque eu nunca fiquei sabendo por ele – e eu era super ligada a ele – da quantidade de terras devolutas que tinha lá. Não se tinha essa noção, entendeu? Achava-se que apaziguava, fazia que os sem-terra iam produzir ali e acabar com o desemprego, então era uma situação cômoda. (Assistente Social do DRF/ITESP desde 1989, 07/11/05)

Mas havia também o Movimento Sem-terra, que vinha crescendo em importância na região, e cobrava do Governo seus compromissos de campanha, exigindo ações e resposta em relação às terras devolutas, embora tivesse clareza de que não havia no Governo intenção de fazer muita coisa. De toda forma, a bandeira vermelha do MST começava a ser içada pra valer no Pontal.

1.3. O PONTAL É VERMELHO

As regiões com grande concentração de terras devolutas no Estado de São Paulo foram estudadas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) na década de 1930, e subdivididas em 'perímetros' – unidades administrativas utilizadas para a propositura de ações judiciais visando à discriminação das terras, que se constituíam de porções

territoriais delimitadas por grandes acidentes naturais, como rios, espigões de serras etc, e que podiam variar de algumas dezenas de hectares a centenas de milhares. Os Perímetros eram numerados e adotavam letras que indicavam a comarca judicial a que se referiam: 11° MP – 11° Perímetro de Mirante do Paranapanema.

A PGE adotava um mapa de classificação, em que cada região era desenhada com sua configuração em perímetros (v. Figura 1.4), tendo cada uma dessas unidades a cor que simbolizava sua situação jurídica, como sintetiza o Quadro 1.1.

QUADRO 1.1. SITUAÇÃO JURÍDICA DOS PERÍMETROS.

Cor*	Situação Jurídica do Perímetro
Marrom	Ações discriminatórias não iniciadas
Preto	Ações discriminatórias em andamento
Azul	Terras julgadas devolutas, com legitimação a iniciar (sem cadastro)
Rosa	Terras julgadas devolutas, com legitimação em andamento (com cadastro)
Roxo	Terras julgadas devolutas, com títulos parcialmente expedidos
Vermelho	Terras julgadas devolutas, com títulos totalmente expedidos
Laranja	Ações discriminatórias encerradas por improcedência ou desistência

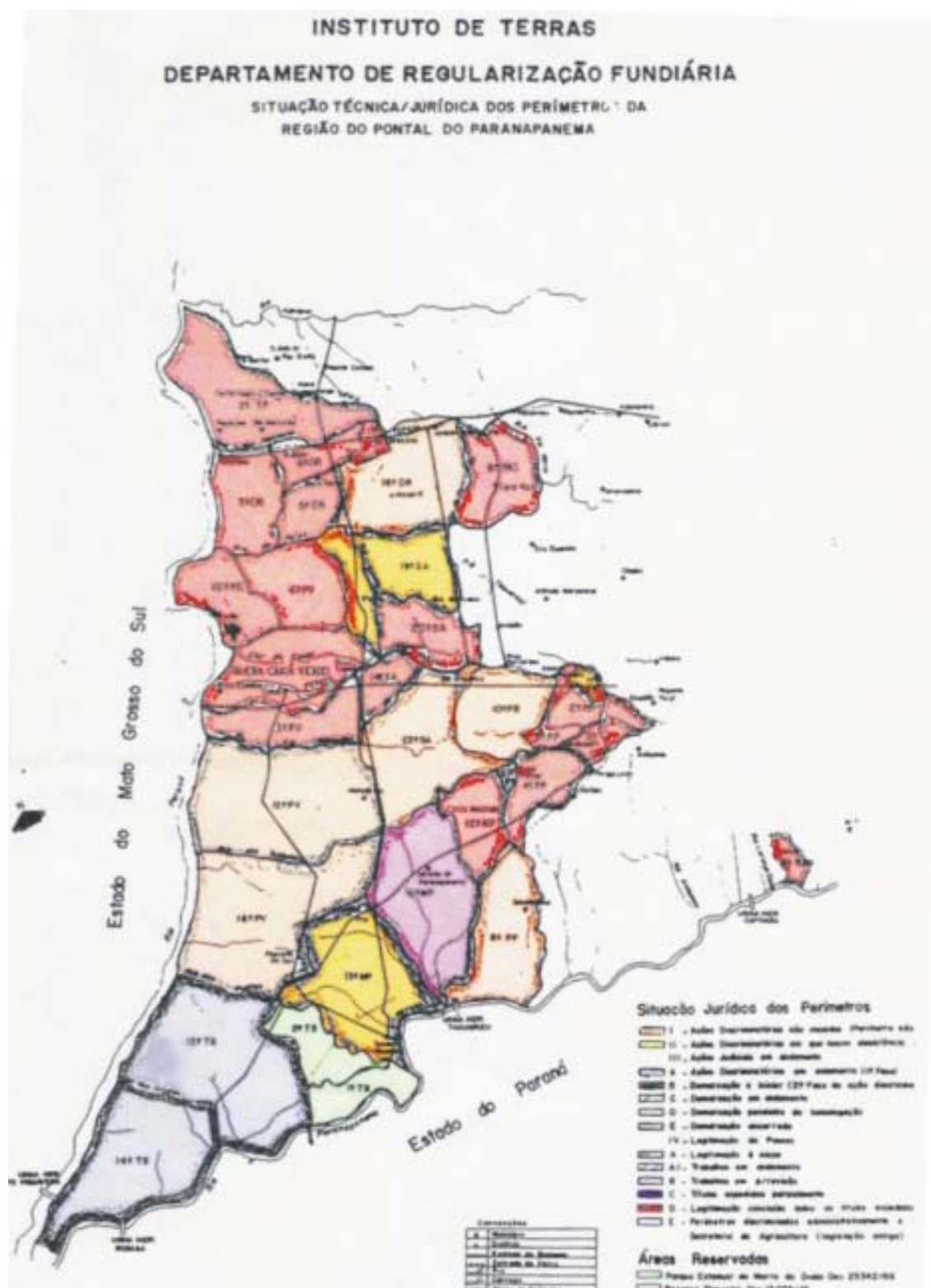
* Conforme convencionado no mapa da PGE

Conforme as informações disponíveis até 1990, nos 33 perímetros do Pontal as cores predominantes no mapa eram o vermelho, o laranja e o marrom. Ou seja, considerava-se que a maioria das terras na região já era equivalente a terras particulares, seja porque tinham recebido o título de propriedade do Estado (vermelho), seja porque o Estado perdeu ou desistiu das ações ajuizadas e não mais poderia questioná-las em juízo (laranja). Outra porção significativa das terras ainda não tinha ação ajuizada (marrom), sem que houvesse qualquer expectativa sobre isso. Havia ainda dois perímetros cujas ações discriminatórias, ajuizadas na década anterior, pendiam de decisão judicial (preto) e um perímetro, um único perímetro de terras devolutas sem títulos de domínio expedidos pelo Estado (rosa) – o 11° MP. Toda a preocupação do Estado então se restringia a esse Perímetro⁴⁶, oficialmente reconhecido como devoluto.

Para além do 11° MP, a discussão sobre as terras devolutas parecia longínqua e esquecida no passado ou remetida para um futuro incerto, que dependia de decisões nas discriminatórias em andamento. Decisões que, mesmo quando favoráveis ao Estado, sempre podiam ser convenientemente esquecidas.

⁴⁶ “Em outubro de 1990, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente celebraram um convênio para a realização do levantamento aerofotogramétrico do 11° perímetro de Mirante do Paranapanema para o cadastramento das terras devolutas” (FERNANDES, 1996: 166).

FIGURA 1.4. MAPA DOS PERÍMETROS DO PONTAL DO PARANAPANEMA.



Cópia de documento original do ITESP (1991), colorido no computador. Arte de: Saulo Yamamoto, 2006.

Naqueles idos de 1991, depois da (re)criação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) e criação da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC), surgiu a idéia de catalogar as terras do Estado, criando o embrião da primeira base de

dados centralizada sobre o assunto. Para isso, buscaram-se os dados de antigos processos guardados nos arquivos das Regionais da PGE, numa operação cheia de artimanhas.











Nós fomos, eu e uma colega, fazer esse levantamento. Por quê? Porque os números até então apresentados eram muito mascarados, né? A gente tinha um mapa. A colega era engenheira, eu na época era técnico em agrimensura, e a gente tinha noção da geografia do Pontal. E aqueles números que a gente até então tinha na mão não representavam a realidade. Ora, você via o mapa de uma cor... cada cor representava uma situação jurídica, uma situação técnica, que o que nos interessava era quanto, o saldo de terra devoluta. E esse número era muito variável, não batia. Então nós fomos designados pra fazer esse levantamento e eu entendo que nós fomos felizes. Por quê? Porque nós conseguimos apurar um número considerado absurdo pelo nosso Coordenador. E nós fomos felizes... enganamos um pouco o engenheiro chefe das terras devolutas... Eu não lembro exatamente, mas a gente usava de todo argumento possível, todo tipo de persuasão, né? Eu sei que a gente começou a elogiar esse engenheiro... Na hora do almoço, a gente começou a elogiar esse engenheiro, não sei por qual motivo. E ele tinha que sair pro almoço, que era demorado, né? Duas horas de almoço... Então a gente deixou ele muito à vontade pra sair pro almoço, fazer sua refeição e voltar, que a gente tomaria conta daquela seção enorme... [rindo] E foi o que se passou. Em duas horas nós tiramos cópia de farto material, copiamos à mão... enfim, nós levantamos dados que até então estavam embaixo do tapete. Compilamos e levamos pra São Paulo. O rigor era muito grande, né? Esses números, de terras devolutas, terras públicas, eles eram guardados a sete chaves, né? Ou seis... porque a sétima nós achamos [rindo]. Então foi muito engraçado... mas muito sério, né? Nosso Coordenador achou que nós estávamos malucos em apresentar um número que até então se desconhecía. Mas ele acreditou. O trabalho foi pitoresco, o que nós fizemos, mas foi um trabalho muito sério. Enfim, daquele dia em diante, o Pontal começou a ficar com um tamanho diferente. (Técnico em Agrimensura do DRF/ITESP desde 1986, 28/05/05)

O que era chamado Pontal até aquela época coincidia basicamente com o grilo Pirapó-Santo Anastácio e compreendia menos da metade do território total da 10ª Região Administrativa. O Geógrafo José Ferrari Leite, no primeiro e mais completo estudo sobre a história da ocupação do Pontal, considerou uma extensão que *“não ultrapassará os 6 mil Km², envolvendo os atuais municípios de Marabá Paulista, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio”* (LEITE, 1981:7), sendo que deste último município desmembraram-se

mais dois: Euclides da Cunha Paulista e Rosana. E até os dias atuais, quando se referem ao Pontal, os fazendeiros estão se referindo à área situada vizinha e além do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio. Mas a Procuradoria havia criado Perímetros na área correspondente aos dois grilos, que somam aproximadamente 1,2 milhão de hectares.

Com o acesso aos processos tidos por concluídos, descobria-se que, em quase todos esses perímetros, boa parte dos títulos de propriedade não havia sido entregue ao seu destinatário, o que alteraria a categoria do perímetro de vermelho (títulos totalmente expedidos) para roxo (títulos parcialmente expedidos) e até para azul (legitimação a iniciar), conforme a Figura 1.5.

FIGURA 1.5. MAPAS DE PERÍMETROS DO PONTAL ANTES E DEPOIS DE 1991.

Antes	Depois
	
 Ações Discriminatórias não iniciadas	 Ações Discriminatórias em Andamento
 Terras com status de particulares (desistência da ação discriminatória)	 Terras devolutas com status de particulares (Títulos totalmente expedidos)
 Terras devolutas (Títulos parcialmente expedidos)	 Terras devolutas (Legitimação em Andamento)
 Terras devolutas (Legitimação a Iniciar)	 Terras devolutas (destinadas ao Parque do Morro do Diabo)

Como resultado desse trabalho, foi proposta uma tabela com nova classificação para essas terras, o que aumentaria tremendamente o “estoque” de terras públicas no Pontal, sendo uma parcela terra devoluta municipal⁴⁷. Na mesma época, um

⁴⁷ Terra devoluta municipal seria aquela que, tendo sido definitivamente julgada devoluta em ação discriminatória, estivesse inserida num raio de 8 Km ao redor da sede do município, ou de 6 Km de seus distritos, passando ao domínio do município por meio de convenção administrativa.

trabalho técnico da Secretaria do Planejamento, realizado para subsidiar a formulação de políticas para o Fundo de Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, confirmava essa situação, publicando essa nova tabela.

Teve início uma acirrada discussão sobre os números apresentados e suas conseqüências, envolvendo principalmente a possibilidade de ação estatal e o conteúdo dessa ação. Por trás da polêmica havia algumas questões de caráter jurídico, que merecem um pequeno parênteses explicativo.

A principal delas diz respeito ao direito adquirido – alguns procuradores advogavam que, tendo já a PGE emitido os títulos de propriedade, os seus beneficiários teriam direito adquirido a recebê-los, ainda que tais títulos não lhes houvessem sido entregues; outros entendiam que a legitimação de posses, por ser ato discricionário do Estado, não gerava direito adquirido; outros ainda entendiam que a existência de direito adquirido estaria condicionada ao pagamento *em tempo hábil* da taxa de legitimação.

Ocorre que tais perímetros foram julgados devolutos nas décadas de 1930 a 1950, quando a legislação em vigor não impunha nenhum limite de tamanho à legitimação de suas posses, bastando que ela atendesse a certos requisitos de ocupação e o beneficiário pagasse no prazo estabelecido o valor da taxa de legitimação, em torno de 10% do valor do imóvel. Segundo consta, por arrogância ou ignorância jurídica, muitos fazendeiros se recusaram a pagar essa taxa e mesmo a reconhecer a validade dos títulos estaduais sobre os seus, que já teriam um século de origem...

Em 1976, a lei federal 6383, conhecida como *Lei das Discriminatórias*, passou a estabelecer 100 hectares como limite máximo de legitimação e 2500 hectares como limite máximo de regularização de posses⁴⁸. A polêmica sobre a aplicação da lei federal no âmbito do Estado perdurara por mais de dez anos, até que a lei estadual 4925/85 ratificou os 100 ha como limite para legitimação. Nesse ínterim teria havido uma corrida de parte dos fazendeiros para o pagamento da taxa administrativa, gerando questionamentos de toda ordem. Teria validade uma taxa paga fora do período administrativo estabelecido? Por terem sido administrativamente expedidos antes da nova lei, esses títulos poderiam extrapolar os limites que ela agora impunha? Se não mais podiam ser legitimadas, o que fazer então com essas terras?

Por via das dúvidas, os títulos expedidos dormiam há décadas nos processos administrativos que estavam considerados encerrados, à exceção do 11º MP. Com efeito,

⁴⁸ Grosso modo, a legitimação é a concessão de título de propriedade a quem tem a posse da terra sem nenhum documento de propriedade, e a regularização é a concessão de título de propriedade a quem tem a posse e um documento irregular. Para aplicação de cada uma há regras e condições que variam entre os Estados e a União.

1991 não parecia ser o ano de mexer nesse vespeiro... Por tal inconveniência, a dupla de técnicos foi afastada do trabalho nessa área e, consultados os níveis hierárquicos pertinentes, manteve-se colorido de *vermelho* o mapa do Pontal.

A partir daí, porém, o *vermelho* começaria a deixar o mapa e alcançar a paisagem do Pontal, sob a forma da chama trêmula de uma bandeira que incendiava corações e mentes em defesa do direito a terra para plantar.

1.4. A CHAMA DE UMA BANDEIRA

Em julho de 1990, 700 famílias do Movimento Sem-terra (MST) haviam ocupado a Fazenda Nova do Pontal, em Rosana. Essa fazenda ficava encravada no 15º Perímetro de Teodoro Sampaio, aquele sobre o qual o Governo Montoro havia ajuizado ação discriminatória na década de 1980, ainda tramitando em juízo.

A discussão sobre as terras devolutas do Pontal, embora permanecesse desconhecida do grande público, havia se tornado de conhecimento do MST nesse período, como se infere das declarações de algumas de suas principais lideranças:

A gente foi descobrindo, juntamente com pessoas do próprio órgão do Instituto de Terras que era empenhada na reforma agrária, que o lugar mais avançado na lei, na justiça e que tinha sido julgado o 11º Perímetro em Mirante do Paranapanema. Foi por isso que nós mudemo o rumo. Saímos do Município de Rosana e entremo no Município de Mirante devido ao 11º Perímetro, com 66 mil hectares de terra. A gente acreditava que ali era mais fácil o movimento social avançar, que nos outros que a discriminatória ainda tava enrolada na segunda instância. Isso foi o motivo de nós mudar o rumo da luta pra Mirante aqui no Pontal. (Bil, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

O principal foco do conflito era por conta de que as terras eram devolutas. Então tinha toda uma demanda de trabalhadores aqui desempregados, principalmente depois que terminou as obras das barragens aqui da região, e tinha um grande número de hectares de terras que eram terras devolutas, principalmente no Município de Mirante do Paranapanema que já tinha até sido julgado em última instância, já tinha transitado em julgado. Então, as terras eram realmente devolutas e não caberia mais recurso pro lado dos fazendeiros. (Márcio Barreto, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Disposto a fazer com que o Governo Fleury cumprisse seus compromissos de

campanha, em 23 de março de 1991, uma semana após a posse do novo Governador, o MST promoveu a ocupação da Fazenda São Bento, que tinha cerca de cinco mil hectares e se situava no 11º MP (Figura 1.6). Muitas idas e vindas marcaram esse processo, com ocupações e despejos sucessivos. E violência.

FIGURA 1.6. OCUPAÇÃO NA SÃO BENTO (1991)



Composição de fotos enviadas pelos técnicos do ITESP no Pontal, 1991.

Na São Bento foi onde a gente enfrentou mais tiro, foi na fazenda São Bento mesmo, onde o fazendeiro não queria perder aquela... e nem vender as áreas. Então, onde tinha mais conflito mesmo foi na São Bento, de tiroteio contra nós. Os outros, quase não era ninguém daqui da região. Na São Bento, nós entrava e eles vinha com bala ou então era na justiça. Então teve 23 liminar de despejo pra nós, o maior conflito foi na São Bento mesmo, no município. (Bil, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

A Fazenda São Bento '*pertencia*' a um dos poderosos da região, que em dois dias obteve a liminar de despejo da área. Mas a disposição do grupo tendia ao enfrentamento e, embora reduzido pelo longo desgaste e sucessivos despejos, compunha-se de mais de duzentas famílias que começaram a preparar a terra para o plantio de feijão. Uma Comissão foi imediatamente negociar apoio com a recém-constituída Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, em São Paulo. "*Dois dias após a concessão da liminar, a Procuradoria do Estado de São Paulo entrou na justiça com uma ação de seqüestro do imóvel. O despejo das famílias foi suspenso até o julgamento da ação*" (FERNANDES, 1996:167). Quatro dias após ajuizada a ação de seqüestro, o juiz de

Mirante indeferiu a ação de seqüestro⁴⁹, alegando que “*é uma medida violenta, odiosa e de exceção*” (OESP, 2/4/1991, p.14). A velocidade das providências jurídicas nesse caso contrastava com sua lentidão usual.

...a Fazenda São Bento ia sendo invadida e nós entramos com um seqüestro. Exatamente isso. Perdi e acabei ganhando no STJ. Mas quando nós ganhamos no STJ [...] já não havia nenhum sentido. (Procurador do Estado na década de 1980, 24/05/05)

A Justiça solicitou ao comando da Polícia Militar que mantivesse a posse do fazendeiro. Em mais uma semana, as famílias foram despejadas por um enorme contingente policial, superior ao número de famílias, e com um aparato de força impressionante. Era 9 de abril de 1991.

Era os sem terra, um grupo de mais ou menos umas 300 pessoas de um lado; a polícia, muita gente, cassetete, aqueles escudos, aquelas coisas assim, cachorro pastor alemão, de outro; e nós [três do ITESP] e o motorista no meio, entre os dois lados. A polícia de cá, os sem-terra do outro lado, na frente, lá acampado, era uma mais coisa impressionante! Enquanto uns tremendos de uns cachorrões tavam do lado de cá, pastor alemão, se impondo naquele barulhão, que se via que eram cachorros realmente treinados, do outro lado aqueles vira-latinhas: *au, au, au...* [fazendo voz fininha] bem pequenininho do outro lado lá. Uma desproporção, né? Enquanto o pessoal de cá estava com arma, do lado de lá os caras com foice, com cabo de foice, enxada na mão, tudo levantado [falando ritmado]: “*Ocupar!... Resistir!... Produzir!...*” Aquele lema deles. Nunca esqueço disso. Nunca esqueço mesmo! (Advogado do ITESP desde 1992, 24/5/05)

Como resultado, o grupo se transferiu para a área da antiga estação Engenheiro Veras, daquele ramal ferroviário desativado de Dourados. Depois de algumas outras tentativas frustradas de ocupação, o MST passou a utilizar a tática de manter o acampamento na estação desativada e somente entrar na fazenda para prosseguir as operações de plantio. O fazendeiro reagiu com jagunços. Em 10 de junho os trabalhadores foram recebidos a tiros; no dia seguinte voltaram com um trator, mas foram novamente impedidos pelos jagunços, que ameaçaram matar as lideranças do acampamento.

O impasse estava *armado*, exigindo a intervenção do Estado. O Governador

⁴⁹ Cf. Código de Processo Civil, art. 822: O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o seqüestro: I. de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações; [...].

Fleury editou então um Decreto de Requisição⁵⁰ sobre a Fazenda São Bento, pelo prazo de 180 dias, mas que sofreu intervenção do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Existia um conflito latente, um conflito forte, que exigia uma intervenção da então Coordenadoria Instituto de Terras, e, depois de vários estudos, optou-se por uma requisição da área. O estudo foi feito aqui, no ITESP. [...] a requisição é um instrumento extremamente... é mais forte que uma desapropriação, teoricamente. É um preceito constitucional, está na Constituição Paulista. [...] É uma medida extrema de um Governador que baixa um Decreto, como Chefe do Executivo, pra reverter uma situação, pra que o Estado assumira uma determinada área pra fazer uma coisa porque há um risco iminente. [...] Então, em razão do Decreto, o Coordenador foi à Fazenda São Bento e assumiu a área. Contra o Decreto houve uma medida judicial, contra o ato do Governador, junto ao Presidente do Tribunal de Justiça e o Tribunal alterou a área da requisição da totalidade da São Bento pra uma área de 10 hectares. Parece-me que era onde tinha a linha férrea lá. (Advogado do IAF/ITESP desde 1985, 31/05/05)

Nesse ínterim, o MST prosseguia arrematando famílias para a luta pela terra no 11º Perímetro e havia trazido uma nova liderança para o Pontal: José Rainha Jr, que causa grande impacto na região.

E todo mundo falava desse Rainha, eu ficava imaginando como será que é o homem, porque era o temido, né? Como eles ocuparam lá e tava já pra ter o despejo, eu fui avisar. [...] Aí eu vi aquele cidadão magro, esbelto... Eles falavam de um jeito que eu achava que era outra coisa. Aí eu senti já o Rainha mesmo uma forte liderança [com ênfase], que respeitava a gente como interlocutor do Estado, mas que tinha posições claras sobre todo aquele trabalho. (Assistente Social do DRF/ITESP desde 1989, 07/11/05)

Um novo grupo é organizado com famílias de bóias-frias, arrendatários, parceiros e meeiros das cidades da região do Pontal e principalmente do Norte do Paraná, reunindo 600 famílias, incluindo diversos proprietários de caminhões, máquinas e implementos agrícolas. Em 1º de setembro de 1991, ocorreu a ocupação da Fazenda Santa Clara. (FERNANDES, 1996:169) A partir daí, ocorreram diversas manifestações e ocupações da Fazenda Santa Clara, e respectivos despejos.

Tinha vez que tinha sempre mil, mil e duzentas famílias... começou a vir pessoal de Andradina, da região inteira aqui de São Paulo, do Paraná!

⁵⁰ Decreto 33.404, de 21/06/1991.

Mais mesmo era paranaense, né? Que é pro lado de cá. Acho que o pessoal do Estado de São Paulo aqui não acreditava, o pessoal dessas cidadinhas aqui, ninguém acreditava. (Assentado na Fazenda Santana, acampado desde 1992, 26/05/05)

Em janeiro de 1992, a situação voltou a se acirrar quando venceu o prazo de 180 dias da requisição dos 10 hectares da São Bento. Uma Comissão dos dois acampamentos reuniu-se com o Governador em 28 de março e recebeu a notícia de que o Estado negociava um acordo na Fazenda Santa Clara. Essa Fazenda tinha uma parte inserida no 11º MP e outra parte no 13º Perímetro, em que já tinha sido resolvida a questão dominial pela desistência da ação do Estado há várias décadas. A Fazenda era, portanto, parcialmente devoluta e parcialmente considerada particular, a parte devoluta tendo perto de 975 hectares. Talvez por essa peculiaridade ou ainda porque *“dos fazendeiros, o mais manso era o Manoel Rodrigues, que era o dono da Santa Clara”* (Bil, Liderança do MST, 27/05/05), o Governo anunciava que nessa área seria possível realizar um acordo: *“o proprietário da fazenda propôs, que ele não tinha nenhuma restrição a sair da área, tal, e que deveria ser feito um determinado acordo, que foi conduzido no âmbito da Procuradoria”* (Advogado do IAF/ITESP desde 1985, 31/05/05)

Entrementes, o clima prosseguia tenso no restante da área do 11º MP por todo o ano de 1992. A fazenda São Bento voltou a ser ocupada várias vezes (Figura 1.6) e várias outras fazendas passaram a ser objeto das ocupações do Movimento Sem-terra.

E aí nós pegava, ia, entrava nas fazenda, aí vinha a liminar, nós voltava pra linha do trem. Depois começou a dizer que nós não podia ficar na linha. Lá na Flor Roxa mesmo, veio 9 ônibus. Lotado! Com cachorro, caixão, e tirou nós de lá de dentro da fazenda, todos pra linha, e nós também tivemos que sair da linha. Fazendeiro também vinha com jagunçada tirar nós. Teve vez que veio trator de esteira, trator grande. (Assentado na Fazenda Santana, acampado desde 1992, 26/05/05)

Em 22 de julho, o Juiz de Mirante do Paranapanema, atendendo ao pedido do Ministério Público, concedeu o primeiro mandado de prisão preventiva de oito lideranças do MST, que foi suspenso em novembro pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Nenhuma liderança foi presa nesse período, mas alguns acampados foram presos, acusados de furto de madeira das cercas de uma fazenda. Nesse período, também aconteceram eleições municipais e a questão dos assentamentos foi um dos principais focos das atenções. O número de famílias crescia a cada dia. Mas não era fácil a vida no acampamento.

A Prefeitura era do lado do fazendeiro. A igreja apoiava os acampados,

era o Padre João, na época, né? Apoiava ajudando com cesta básica, ajudava os acampado com a questão de leite, medicamentos inclusive. A Pastoral da Terra, né? Eu morava no acampamento com a família, toda vida morei. A situação era de pobreza. De muita pobreza. Muita dificuldade, falta de alimentação, água... Era tudo dificuldade. Na miséria! Aquele estilo, na miséria. Campo, árvore, debaixo de árvore, debaixo de lona... (Acampada desde 1991, assentada na Santana, 26/5/05)

Finalmente, em janeiro de 1993 concretizava-se o acordo na Fazenda Santa Clara no âmbito de uma ação reivindicatória⁵¹, abrangendo toda a parte devoluta. Ali foram assentadas emergencialmente 315 famílias, porque os 975 hectares obtidos com o acordo não bastavam para a destinação de terras suficientes para o seu sustento e desenvolvimento. Isso significava que seu assentamento definitivo dependeria da obtenção de novas áreas, mantendo o estado de tensão. De toda forma, o MST comemorava a primeira vitória com a marca do Movimento, enquanto os fazendeiros criticavam duramente o acordo. Os políticos locais, especialmente o Prefeito de Mirante, procuravam diminuir o radicalismo entre as partes. Algumas reuniões foram realizadas nesse intento sem resultado.

Eu sentei com o Zé Rainha, eu e outros pecuaristas, outros proprietários, sentamos e conversamos com o Zé Rainha. Inclusive eu fui convidado, não fui eu que provoquei a reunião, eu fui convidado. Aí eu falei pro Zé Rainha: *o propósito desse grupo de proprietários é juntar esse grupo e comprar uma terra adequada e suficiente pra assentar vocês. Porque nem toda terra do Pontal se presta pra agricultura. Então, o pensamento deles é comprar uma área, suficiente e adequada pra assentar vocês, porque isso vai beneficiar o Estado, infra-estrutura, administração, tal.* (Presidente do Sindicato Rural de Pres. Prudente em 1995, 24/05/05)

Os fazendeiros insistiam na idéia dos acordos de regularização fundiária, entendendo que também nas terras devolutas isso seria possível, e apresentaram uma proposta em que a porcentagem a ser entregue para o Estado seria escalonada conforme o tamanho da área. Assim, os possuidores de áreas superiores a 3.800 hectares repassariam 25%, reduzindo-se até que nas áreas entre 500 e 1200 ha esse percentual seria de 10%. Para as áreas até 500 ha, a regularização não teria contrapartidas (FERNANDES, 1996). O MST, por outro lado, não aceitava essa proposta e exigia mais.

Sentemos com os fazendeiros uma vez, com uns representantes, uns mais que queria negociar, outros fraco. A idéia era que os fazendeiros diziam

⁵¹ A Ação Reivindicatória é utilizada para a retomada da propriedade quando está em discussão quem é o seu verdadeiro dono por meio de prova documental – o título de propriedade, independente da posse.

que nós era radical, não tinha negócio. Nós falou: *tem negócio*. – *Que negócio vocês têm?* Nós foi, consultamos e reuniu o movimento: *vamo pro debate com os home*. Como nós ia em debate em Presidente Prudente, com o Sindicato Rural, nós ia em debate [...] que eles tinha proposta. Qual que era: era dar uma mixaria de terra pra nós e ficar com a fazenda inteira. Nós dizia o contrário, que eles ficasse com 500 hectares e dasse o restante todo pra nós pra fazer reforma agrária. Estivemos uma duas vezes em Mirante, Prudente, mas não avançou esse debate. Então, já que não avança mesmo, vai no pau, na ocupação. (Bil, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

O Estado descartava a proposta dos fazendeiros, juridicamente insustentável, especialmente depois que tais acordos haviam sido interrompidos em 1992, em decorrência de Ação Popular movida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Assim, a solução judicial permanecia sendo a única alternativa. Mesmo entre os fazendeiros, crescia o grupo radicalmente contrário às tentativas de negociação com o Movimento ou à busca de acordo em relação às terras devolutas. E o *pau* prosseguia.

As notícias sobre os conflitos eram freqüentes, mas as ocupações prosseguiam e o número de famílias aumentava. Algumas vezes eram recebidos à bala, mas prevalecia a expectativa dos acordos com o Estado e a perspectiva de *ganhar* terra.

Apois o Zé Rainha quando chegou lá em Santo Inácio ele falava pra nós que era pra nós vim que com 15 dias... fazia comida pra comer 15 dias, com 30 dias todo mundo tava com seu lote definitivo. Aí nós viemo. Só que quando nós chegemo ali não tinha nada começado. Aí nós comecemos, né? (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmem, 26/5/05)

Nos novos acampamentos que aconteceram a partir do assentamento provisório da Santa Clara, os sem-terra chegavam de toda parte, muitos em ônibus cedidos pelas Prefeituras da região. Em 8 de março de 1993 constituiu-se o mega acampamento⁵² "União da Vitória", com o objetivo de reunir todas as famílias coordenadas pelo MST, oriundas de dez municípios da Alta Sorocabana e dezoito municípios do norte do Estado do Paraná. "Esse acampamento novo, o maior na história da luta pela terra no Estado de São Paulo, reunia em torno de mil e oitocentas famílias

⁵² Utilizo a expressão "mega acampamento" para marcar as diferenças existentes entre União da Vitória e os acampamentos anteriores: além de reunir milhares de famílias, esse mega acampamento tinha uma estrutura formidável: "No União da Vitória foi montada uma infra-estrutura que envolvia os vários setores da forma de organização do Movimento em diversas atividades. Dessa forma, esse imenso acampamento contava com uma farmácia, duas escolas, uma secretaria, um tanque de abastecimento de água, um tanque de abastecimento de óleo diesel e uma oficina mecânica que funcionava em uma pequena propriedade ao lado do acampamento" (FERNANDES, 1996:179)

de trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros, parceiros, etc" (FERNANDES, 1996:178). Mas a vida no acampamento não era fácil.

A ação reivindicatória da Santa Clara, embora de cunho quase amigável, criou um precedente para a ação do Estado na Fazenda São Bento. O Governo havia tentado várias medidas jurídicas para retomar esse imóvel, como o seqüestro e a requisição, sem sucesso; finalmente ingressou com uma ação reivindicatória, utilizando como prova da propriedade a sentença judicial definitiva que declarou todo o perímetro devoluto.

Embora a perspectiva jurídica de vitória fosse grande, a morosidade dos trâmites judiciais não permitia prever o desfecho do episódio, pois as ações que discutem a propriedade da terra podem durar décadas sem solução, tornando o acordo fundamental.

Mas, além da questão da propriedade em si, surge em cena a polêmica sobre as indenizações. Laudos e contra-laudos foram elaborados pelo perito do Juiz, pelo fazendeiro e pelo Estado, e entre eles havia valores discrepantes. O laudo do perito judicial tinha valores absurdamente elevados, que consideravam indenização pelas benfeitorias deixadas pelo fazendeiro, mas também *melhoramentos* que consistiam em operações realizadas há mais de 30 anos na propriedade, como o desmatamento e a destoca. Na sociedade, algumas vozes dissonantes criticavam abertamente tais negociações, chegando-se a cogitar que o Estado devesse *cobrar* ao invés de *pagar*⁵³.

Temia-se o acirramento do conflito e havia uma enorme pressão política e social para que tudo fosse resolvido com rapidez. Propunha-se o acordo, mas o mais forte parâmetro para a negociação era o *prazo*, deixando o Estado numa condição de '*refém duplo*', conforme expressão utilizada pelo ITESP.

Com os sem-terra acampados nas beiras de estradas, a pressão social decorrente da precariedade dessa situação tornava-se quase insuportável, gerando uma *pressa* absoluta na obtenção da área, impedindo negociações mais cuidadosas. O fazendeiro, na posse da totalidade da fazenda, ficava em condição de estabelecer as regras da negociação, em termos de prazos e valores. Decorrencia disso, o acordo de indenização na São Bento, por exemplo, chegou à marca de R\$ 1.700,00/ha para as benfeitorias da fazenda. (ITESP, 2000, vol. 6:73, nota 27)

Assim, em 12 de fevereiro de 1994, o Estado de São Paulo firmou o acordo com a Fazenda São Bento, praticamente nas mesmas bases da vizinha Fazenda Santa

⁵³ OLIVEIRA (1995) publicou um artigo em que calculava o custo do arrendamento, com juros, estimando que a dívida dos fazendeiros para o Estado seria de R\$ 5.920 por hectare, sem considerar o que deviam pela madeira extraída ilegalmente das antigas Reservas Florestais dizimadas.

Clara. As condições do acordo estabeleciam que o fazendeiro somente repassaria a área quando o valor total fosse pago, o que só ocorreria em 30 de junho de 1994. Portanto, somente a partir daí poderia ter início o assentamento. Cinco dias antes que esse prazo se esgotasse, deu-se a ocupação da Fazenda Estrela Dalva, com 833 hectares contíguos à Fazenda São Bento. O roteiro talvez fosse o mesmo: ocupação, plantio, despejo, acampamento; mas a fazendeira resolveu mandar destruir os 25 hectares recém-plantados de feijão; então, o caldo engrossou. Pela primeira vez os acampados reagiam violentamente às ações de um fazendeiro.

Naquela invasão lá da... aquela miudinha perto da S. Bento, como é que é, Estrela Dalva, né? É... Plantemo feijão dentro da Estrela Dalva, fia, aí... Aí o feijãozinho tava nascido e até nem ia precisar eliminar o feijão, porque geou. Aí a fazendeira... diz que foi a fazendeira que eu não vi, diz que mandou gradear aquilo lá. Meu Pai do Céu! Aquela vez queimou dois trator. Aquilo lá parecia uma guerra, hein? Óia... Nós tava lá no meio... tinha muito mais de mil, minha fia! Chegou lá bem cedinho assim e foi cortando aquelas cercas velhas e esbagaçando com tudo e chegou lá e pegou pra riba do feijão e meteu fogo. Óia... ali era coisa de filme, hein? E gado, carneiro, não ficou nada. Acabou com tudo. Também foi a única invasão meia feia que eu peguei, foi aquela na Estrela Dalva. As outras não. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

A fazendeira declarava à imprensa que foram queimados dois tratores e foram mortos duzentos animais, *"o que houve foi um ato de guerrilha, um assalto, com ameaças aos empregados caso tentassem impedir a depredação"* (FSP, 27/06/94, p.1-6). Embora a UDR Nacional se encontrasse enfraquecida por complicações internas, seus líderes regionais acirravam o enfrentamento e ameaçavam publicamente responder *fogo com fogo* pela formação de uma milícia armada.

UDR cria milícia armada contra sem-terra. Entidade diz que começa a montar operação de "contraguerrilha" e que pode usar até helicópteros e aviões. O presidente regional da UDR em Presidente Prudente (558 km a oeste de São Paulo), Arnaldo Couto, disse ontem que os fazendeiros do Pontal do Paranapanema decidiram criar uma milícia rural para proteger suas propriedades das invasões de sem-terra. Couto afirmou que os fazendeiros vão montar uma contraguerrilha para combater "a guerrilha rural instalada na região". (FSP, 30/06/1994, p. 1-9)

No mesmo período, o Governo Federal, em articulação com várias PMs estaduais, entre elas a de São Paulo, havia começado uma movimentação voltada a caracterizar o MST como perigoso, divulgando um dossiê indicativo de que o Movimento

estaria preparando uma revolução. "A Polícia Militar de São Paulo entregou à SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) documento em que afirma que o Movimento dos Sem-Terra (MST) recebe verbas do exterior para financiar invasões e organiza uma república marxista-leninista" (FSP, 14/06/1994, p. 1-8).

Para colocar ainda mais lenha na *fogueira*, avizinhavam-se as eleições de 1994. O total de terras obtidas com os dois acordos alcançava cerca de seis mil hectares, mas havia já mais de trezentas famílias assentadas emergencialmente na Santa Clara e outras mil famílias acampadas esperando a São Bento: a área não seria suficiente para todas, mesmo que o terceiro acordo fosse firmado na Fazenda Estrela Dalva⁵⁴. Além disso, os trâmites administrativos para o assentamento de famílias no Estado de São Paulo, estabelecidos pela Lei 4957/85, implicavam numa comissão de seleção e na análise do cadastro dos pretendentes a um lote, para verificar o atendimento dos critérios legais de assentamento.

Não havia tempo. Não havia terra. Avizinhavam-se as eleições.

Aí houve a arrecadação da área e optou-se por fazer um projeto emergencial. É o projeto provisório previsto no artigo 13 da Lei 4957/85. Um projeto provisório que levou o acampamento pra dentro da área da São Bento e eu lembro que à época foi 4 hectares mais ou menos pra cada família. Essa era uma saída. Era simplesmente a idéia de se acomodar... [...]

Nós tínhamos um problema sério: muitas famílias, todas foram cadastradas e foram expedidos Termos de Autorização de Uso para todas famílias, num projeto provisório. Então isso foi uma decisão que partiu daqui: *Olha, é melhor fazer assim, não vamos partir do pressuposto de que nós vamos deixar metade da população, ou mais da metade, fora e jogar lá pra dentro só aqueles que foram selecionados, etc.* Houve um cadastro de todos os trabalhadores que estavam acampados, aqueles que eram trabalhadores rurais. O entendimento era que não havia necessidade de seleção. Porque a lei 4957 é clara nesse ponto: tem que ser trabalhador rural sem-terra ou com terra insuficiente. E aí vem o processo de seleção quando existe uma determinada área, já devidamente estudada, com projeto técnico, tal. E para os casos de grande oferta de mão-de-obra, está lá no artigo 13, o provisório. Então ali tinha grande oferta de mão-de-obra. Então não houve nenhuma... nenhuma discussão assim: *o que nós vamos fazer, como vamos fazer, vamos fazer uma*

⁵⁴ Esse acordo foi efetivamente firmado bem no final de 1994, mas, como os pagamentos seriam parcelados até 1995, a área não pôde ser utilizada para assentamento nesse período.

seleção... [...] Porque a expectativa do plano provisório é que existia a possibilidade de arrecadação de mais área no 11º Perímetro. (Coordenador do ITESP em 1994, 31/05/05)

Então, com a aceitação do MST do Pontal, o Governo do Estado criou mais um assentamento emergencial, agora com 966 famílias, e simplesmente declarou 'assentados' todos os acampados na São Bento, ainda que mais uma vez sequer houvesse terra disponível para demarcar os lotes de todos. Estava criado o misto de assentamento e acampamento, que significativamente manteve o mesmo nome do acampamento: "União da Vitória".

O emergencial era que... A São Bento comportaria no máximo em torno de 180 famílias, 185 famílias, mas tinha muita gente na beira da linha, então tinha que acomodar esse pessoal, pra dar uma acalmada no pessoal tinha que acomodar. Então entrou todo mundo pra dentro da São Bento. Naquela época eles pegaram uma área de 4 hectares pra cada família, pra tentar acomodar enquanto arrecadava mais área. Então em 1994 tava dessa forma aí. (Agrônomo do ITESP, desde 1994. 25/05/05)

Porque não cabia as famílias todas, né?... Lá hoje estão assentadas 190 famílias e nós era 900 famílias. E cada uma queria um retalho de terra pra plantar uma abóbora, uma melancia, um feijão de vara, ou mandioca, né? E pra nós era estratégico segurar o povo ali dentro, porque aí nós abrangia depois, nós ficava ali, descansava uns dias, uns quatro meses, pra depois avançar pra frente pra arrumar mais fazenda. Pra nós, na época, foi ótimo. Porque por uma questão de estratégia, a Fazenda São Bento, pra acumular o povo lá dentro, e rápido. Fizemo a colcha de retalho, por núcleo de família, e cada um ficava com tantos hectares, cada grupo. E daí o pessoal fez um plantiozinho, mas ia pra luta direto. Então o emergencial da S. Bento pra nós foi de grande importância. (Bil, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05).

Nesse arranjo, por um lado o Governo Fleury obteve do Movimento uma espécie de legitimação tácita ao número de assentados incluído no rol de suas 'realizações' e, nesse sentido, o seu 'silêncio' nas eleições, por outro o MST obteve do Governo uma espécie de delegação tácita de poder, pela qual o Movimento tornou-se praticamente o único controlador do ingresso e da permanência no assentamento.

Quando a gente pegava a terra lá no emergencial, falava: *Ó, vai tantas famílias pra lá!* Aí nós tomava com o pessoal do Movimento mesmo, nem o ITESP sabia. Era tantos alqueiro pra cada um, aí nós mesmo cortava. Que eu lembro que eu mesmo cortei que nem um engenheiro lá: tantos

pra um, tantos pra outro, tantos pra outro... Assentei todo mundo do grupo meu. Eles falou assim: *Ó, 50 alqueiro! Se vira com seu grupo! Ai nós mesmo foi lá e cortou os lotes. Um queria na beira d'água, outros na beira da estrada, nós mesmo que cortemo. (Assentado na Fazenda Santana, acampado desde 1992, 26/05/05)*

... aquelas fazendas tinham sido demarcadas em lotes emergenciais pelo próprio pessoal, a gente não tinha o controle, tinha que ficar atualizando a lista constantemente, não sabia quem seriam as pessoas com que a gente estava trabalhando... Santa Clara e São Bento era um emergencial enorme. [...]

Na época também o Estado tinha pouca atuação porque não tinha proposta, então, era bem desacreditado. E também, como não tinha nenhuma proposta, não era nem respeitado pelo pessoal. A gente estava bem desacreditado na época. Ai, no decorrer do tempo, a equipe técnica mesmo infelizmente não tinha expectativa nenhuma. (Agrônomo do ITESP desde 1991, 15/01/98).

Assumida por todos como situação emergencial, União da Vitória tornava-se um ponto de partida para a conquista de novos e mais amplos domínios no 11º Perímetro. Uma espécie de território livre do MST, onde os técnicos do Estado tinham quase nenhum acesso e as regras de distribuição e permanência na terra eram determinadas pelos dirigentes locais do Movimento.

Ali se cumpriam muitas funções importantes para a *luta*. Era um local de arregimentação de novos lutadores, para onde se dirigiam os interessados em conseguir o seu pedaço de terra e participar do MST. Era um local de organização, onde os grupos eram formados e se dava a distribuição das tarefas. Era um local de formação, em especial a sede da fazenda, onde o debate político podia ser travado em melhores condições do que nas barracas dos acampamentos. Era um local de sobrevivência, embora precária, onde se plantava um pouco e se morava um pouco. Era um local de seleção, onde a *base*, os *militantes* e até os *quadros* eram postos à prova, na expectativa de que os *fracos* não *agüentassem o rojão* e desistissem. Era um local de luta, base para a conquista da reforma agrária em todo o Pontal e de terra suficiente para todos os ali *assentados* e para os ainda acampados. Mas principalmente era um lugar de *legalidade*, de onde não poderiam ser despejados novamente.

E isso pra nosso avanço foi bom, criou o emergencial da Santa Clara, com a saída da São Bento foi uma tática que a gente ficou no meio dos fazendeiros, daquele mundaréu de fazenda, isso mesmo que nós queria. Na época até foi cara a São Bento, mas deu poder de fogo pro movimento

social avançar. (Bil, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

A estratégia do MST vinha sendo bem sucedida, o Movimento se fortalecera e prosseguia promovendo ocupações em outras fazendas do 11º MP. A bandeira vermelha se impunha na paisagem da região. Imobilizada por problemas internos, a UDR Nacional foi extinta⁵⁵ e a UDR Regional reduziu-se a quase nada.

Os ventos da democracia já sopravam em outra direção e o Governo Fleury não fez o sucessor. O Governador eleito era Mário Covas que, embora historicamente a favor da reforma agrária⁵⁶, não tinha em seu programa de governo nenhuma meta em relação a novos assentamentos, nenhuma palavra em relação aos conflitos do Pontal. Na verdade, a discussão da reforma agrária e dos assentamentos não teve nenhum peso durante a campanha eleitoral de 1994.

Acho interessante a gente lembrar que durante a campanha eleitoral a reforma agrária foi um tema que não esteve presente em nenhuma das campanhas, nenhuma das candidaturas enfrentou o tema da reforma agrária [...]. O Estado de São Paulo, para uma grande parte da elite pensante, era um Estado com os seus problemas agrários e fundiários completamente resolvidos, a imagem que se passava pras pessoas que não estavam ligadas a questão da terra é que era um tema resolvido. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 14/01/98).

A partir daí, a redescoberta do tema da terra e dos conflitos no Pontal, iria assombrar não apenas os políticos, mas toda a sociedade paulista, através da imprensa principalmente. Embora já desde 1991 a problemática fundiária do Pontal estivesse ressurgindo, o tratamento dado a ela tinha uma configuração local e pontual, praticamente sem atenção da imprensa⁵⁷, não sendo objeto de discussão mais ampla.

Mas em 1995 ocorreria uma mudança na estratégia de ação dos principais atores sociais, que passou a dar maior visibilidade e abrangência ao que ali acontecia, levando o Pontal para o centro da cena política, sob imensos holofotes que a imprensa nacional passou a lhe dedicar. Mais do que isso, propiciou uma guinada importante na história dos conflitos na região. Assim, antes de prosseguirmos na narrativa, importa caracterizar um pouco melhor esses atores, em busca de conhecer sua trajetória e estratégias de ação, contribuindo na compreensão dos acontecimentos seguintes.

⁵⁵ Em 30/11/1994 a FSP noticiava: "UDR nacional é extinta. Decisão foi tomada por unanimidade na União Democrática Ruralista. Seções regionais continuam a funcionar" (p. 1-8).

⁵⁶ Mário Covas destacou-se na Constituinte de 1988, quando se posicionou incisivamente a favor da Reforma Agrária, enfrentando o Centrão.

⁵⁷ Para exemplificar: em pesquisa no site da Folha de São Paulo <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/arquivo.htm> com os argumentos "conflito Pontal" e "MST Pontal" foram encontradas respectivamente 3 e 0 referências relativas ao ano de 1994, contra 92 e 175 referências para os mesmos argumentos relativas ao ano de 1995.



Homenagem a Montoro

Montoro foi um homem
Que muito se dedicou
A sua vida política
Ele muito trabalhou
É por este motivo
Que ele triunfou
Lá nos assentamentos
Ele sempre esteve presente
A garra que ele tinha
Não desanimava a gente
Na luta da reforma agrária
Montoro se faz presente
Montoro foi um homem
Que muito se dedicou
Com certeza desta terra
Jesus ele já levou
Com certeza minha gente
Bons frutos ele plantou
Ele plantou a semente
E ela germinou
Já colhemos o fruto
Da semente que ele plantou
Esse é um dos frutos
Porque hoje aqui estou
Da pessoa do Montoro
Não é fácil de falar
Porque ele sempre foi
Um homem exemplar
Eu me sinto pequena
Dele poder falar
Espero em Jesus Cristo
Com Montoro possa estar
Um lugarzinho lá no céu
Ele há de ganhar
Porque terra aqui na terra
Pra muitos ele pôde dar
A Fundação ITESP
Que na luta sempre está
Nos assentamentos
O nome de Montoro
Sempre vamos lembrar
Montoro você no céu
De nós há de se lembrar
Uma reforma agrária digna
Um dia há de chegar.
Foi pela luta da terra
Que viemos lhe homenagear
À esposa do Montoro
Um abraço quero dar
Espero que o Espírito Santo
Força possa lhe dar
Em nome de todos os assentados
Que lá no Pontal está.

ELEONICE M. SILVA
Assentada na Gleba XV - 8/12/2005

CAPÍTULO 2: OS ATORES E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS



Arte sobre foto do acervo ITESP

2. OS ATORES E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS.

... estas diferenças profundas que cindem a população rural entre nós em categorias largamente dispare; disparidade que não é apenas no nível material de vida, já inteiramente desproporcionado, mas sobretudo no estatuto moral respectivo de umas e outras e que nos projeta inteiramente para o passado. (PRADO JR, 1986: 11)

A partir da década de 1980, no Pontal, os atores sociais do conflito pela terra começaram a se estruturar e se relacionar de forma diferente do que ocorria até então. Foi nesse período, durante a gestão do Governador Franco Montoro, que em 1983 surgem o órgão estadual de terras e o embrião do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, que se consolidaria em 1984; no ano seguinte, a organização dos fazendeiros dá os primeiros passos para a formação de um movimento de reação que se consolida em 1986 em uma entidade nacional contra a reforma agrária.

Compreender quem são esses atores sociais, como eles agiam e se estruturavam, como evoluíram as relações entre eles, é o objeto deste capítulo. Para efeito desse estudo, os atores sociais estão agrupados em três blocos: os fazendeiros, organizados no Sindicato Rural de Presidente Prudente e na União Democrática Ruralista (UDR); os trabalhadores rurais, organizados no Movimento Sem Terra (MST); e o Governo do Estado, representado principalmente pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC) e pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), com seus agentes.

Evidentemente, não se trata de um estudo completo sobre esses atores, mas uma compilação de elementos importantes para sua caracterização e compreensão da dinâmica da relação estabelecida entre eles no Pontal. O corte temporal desta parte é o início de 1995, quando será retomado o fio da narrativa, no Capítulo 3.

2.1. OS SENHORES DA TERRA

As relações de dominação dos senhores da terra no Pontal não são inéditas nem diferentes do que aconteceu no país, a história da ocupação do Pontal e os conflitos daí decorrentes demonstram isso. Essa dominação tem suas raízes na própria história das relações sociais no campo brasileiro, desde os seus primórdios.

No Brasil, a colonização nos remete a rimas pobres – exploração, concentração, escravidão, servidão, sujeição. Desde o desembarque dos primeiros colonizadores em solo brasileiro, essa triste cantilena se repete.

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. (FREYRE, 1963:13)

Em busca de ampliar ao máximo seus limites territoriais, os portugueses implantaram um regime de sesmarias que possibilitou a ocupação de toda a costa do Brasil a partir de enormes extensões de terra concentradas em poucas mãos – a base do latifúndio. Os interesses econômicos da metrópole se ajustaram a tal formação fundiária na produção monocultora, com predominância de alguns poucos produtos para exportação, em especial o açúcar e mais à frente o café. A associação se completou com a introdução em larga escala do regime de escravidão, como força motriz da economia colonial. No dizer de Caio Prado Jr., no passado encontra-se o tripé que sustentará a estrutura agrária brasileira.

São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil-colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam [...] (PRADO JR., 1986:119-120)

Sobre tal base, as relações sociais no Brasil colonial se estabeleceram. Geraram uma justaposição de domínios rurais quase independentes, sob a autoridade incontestada do senhor que imprimia a marca da dominação pessoal absoluta sobre tudo e todos a sua volta. Sob o domínio do colonizador, índios e principalmente negros viviam na escravidão. Sua submissão forçada era obtida a ferro e fogo, por todos os meios de coação física, moral e religiosa. O senhor todo poderoso não lhes tirava apenas o

trabalho e todos os seus frutos, arrancava-lhes o ambiente natural, a nacionalidade, a cultura, a dignidade.

A dominação se estendia sobre todas as demais categorias sociais, incluindo os homens livres '*sanduichados*', na expressão de Gilberto Freyre (1963), entre os extremos antagônicos – senhores e escravos. Segundo o autor, essa camada *livre* vivia em condições até piores do que os negros escravizados, tanto em termos de alimentação como de condições materiais de vida.

Para Maria Sylvania de Carvalho Franco (1983), uma das mais importantes conseqüências da escravidão foi a expansão econômica condicionada a fontes externas de suprimento da mão-de-obra, embora já não houvesse uma carência efetiva de mão-de-obra interna disponível para o trabalho, dando origem à formação de uma camada livre e expropriada, não integrada à produção mercantil, que não era de escravos nem de assalariados. Aos trabalhadores livres restaram serviços residuais, que não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos que dispunham de patrimônio próprio, tais como os ligados ao transporte de mercadorias e cargas em lombo de burro e veículos rústicos, a condução de tropas, o comércio de animais, e ainda as atividades relacionadas ao pouso e abastecimento de caravanas, as vendas e hospedarias. Entre esse segmento e os grandes proprietários estabeleceu-se uma tênue, mas forte linha de dependência, um vínculo que, embora transitório, era imprescindível à concretização de suas atividades. Ainda que seus laços de dependência pudessem ser mais limitados, não se livravam do pagamento de um tributo pessoal.

Enquanto se consolidava o processo de ocupação da terra sob a forma de grande propriedade privada com a exploração agrícola baseada no trabalho escravo, surgia a categoria do *morador* em terra alheia, *agregado* ou *camarada*, cujo relacionamento com o senhor baseava-se numa aparente cordialidade. No entanto, havia entre eles todo um conjunto de obrigações e deveres de solidariedade, que estatuiu para os agregados e camaradas um caráter de retribuição obrigatória, que era exercido tanto na esfera judicial, em processos de demandas de terra, quanto em episódios de violência. O tipo de dependência nesses casos, para além do econômico, alcançava a esfera pessoal, por meio da instituição do compadrio e da admissão do sitiante pobre como pessoa, como 'igual'. Os vínculos formados revestiam-se de certa durabilidade e estabeleciam uma trama de fidelidades e lealdades pessoais, onde as relações entre o senhor e seus dependentes tomavam a aparência de harmonia, de convergência de vontades, e não a de imposição da vontade do mais forte.

Deixou assim, o período colonial escravista, o legado de dominação de um

sistema econômico fundado em grandes unidades produtoras, concentrador do poder na pessoa do senhor de engenho, que resultou em *mandonismo*, abusos e violências de toda ordem, subordinando os demais à condição de escravos, dependentes, servis.

A partir da abolição da escravatura e do advento da República, surgiram sinais de declínio de seu poder e principiou a substituição das antigas por novas formas – nem sempre mais sutis – de dominação. O fortalecimento do Estado e a transferência gradual do poder político do campo para as cidades propiciavam a redução progressiva da esfera de mando do senhor rural, porém não retirando dele a capacidade de manter sob seu controle e submissão a massa dos que o serviam.

O domínio econômico levava ao político e se misturavam na figura do 'coronel'. Era o dono da terra quem podia obter financiamentos para a produção. A ele o roceiro apelava nos momentos de aperto, comprando fiado em seu armazém ou emprestando dinheiro para pagar com a colheita. Dele recebia os únicos e poucos favores que conhecia e normalmente o tinha na conta de seu benfeitor. *"É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente."* (LEAL, 1975:36)

Antonio Candido (1987) relatou o impacto sobre regiões caipiras de São Paulo, em meados do século XX, onde a ocorrência do latifúndio alterava os padrões tradicionais e promovia a reorganização das relações e da estrutura do bairro, concentrando os parceiros, colonos e salarizados em agrupamentos liderados pela fazenda, com a redefinição dos seus vínculos de dependência.

Assim, as relações de sujeição persistiram e se aprofundaram sob novas formas. O domínio pessoal do senhor rural sobre seus dependentes se ampliou, incorporando novos mecanismos de dominação política, econômica e cultural.

No mesmo sentido, FRANCO (1983) concluiu que as condições do passado permaneciam vigendo, quando apresentou o resultado de seus estudos sobre os homens livres na ordem escravocrata, já em pleno alvorecer da *Revolução Verde*⁵⁸. Para ela, as condições pregressas da vida do caipira ainda pesavam sobre seu destino e se acentuaram as dificuldades entre o fazendeiro e seus dependentes, então transformados em patrão e empregados, mas prosseguia o esquema de dominação.

Todo o relato incluso neste trabalho também indica um histórico de relações

⁵⁸ "A Revolução Verde foi a mais sistemática tentativa de se resolver o problema da fome nos países pobres através do recurso a meios técnicos avançados, isto é, pela elevação da produção e, sobretudo, da produtividade agrícola. Ao mesmo tempo, foi um dos maiores fiascos sociais do nosso tempo, tendo contribuído para o agravamento da subnutrição das nações em que foi aplicada". (ABRAMOVAY, 1983: 76-77)

de fortíssima dominação e dependência dos trabalhadores rurais para com os proprietários de terras.

Para Raymundo Faoro (1991), o Estado brasileiro foi vítima do *patrimonialismo*, pelo qual se tornou o aparato daquela parcela da classe dominante que dele se apropriou. Historicamente foi apropriado pelo senhor de terras, pelo latifundiário, pelo coronel, colocando-se a serviço desses senhores e utilizando as forças repressivas estatais para proteção de seu *status* político e patrimonial. Mesmo os ventos democráticos iniciados na década de 1980 não tiveram o condão de afastar sua influência. Também no Pontal não fora diferente.

A dominação dos senhores da terra, de ordem econômica, social, política e cultural, atravessou toda a formação da sociedade brasileira, desde a colonização até nossos dias, conformando o binômio composto pelo senhor da terra e seus dependentes, qualquer que seja a sua nomenclatura em cada uma das épocas. E a evolução das formas jurídicas dessas relações não alterou essa realidade de profunda desigualdade. Embora tenham existido desde sempre, os movimentos organizados de resistência não lograram alterar esse quadro em profundidade.

Os conflitos rurais no Brasil são uma constante em nossa história. Dos quilombolas de dantes ao MST de nossos dias, a presença da organização social no campo imprimiu quase sempre na luta pela democratização da propriedade da terra a marca dos conflitos coletivos. Essa estratégia tem trazido certo equilíbrio nas relações conflituosas, com o volume dos grupos em luta balanceando o poderio dos grandes proprietários de terra. E vem se consolidando. Nos últimos anos, os acampamentos como formas de luta tornaram-se cada vez mais comuns, no Pontal e no Brasil.

A entrada em cena desses novos atores sociais contribui para a elevação da consciência e do nível de organização dos trabalhadores rurais, num processo de acirramento crescente dos conflitos na luta pela terra. Por seu lado, o quadro de violência que persiste em nossos dias indica que os grandes proprietários não abdicam de sua posição de superioridade. Opõem uma resistência ideológica a essa luta, pretendendo manter a balança a seu favor no desequilíbrio histórico das relações sociais brasileiras.

Os senhores da terra ensaiam corporações de diversos calibres, na expectativa de criar uma frente coletiva de resistência aos movimentos sociais pró-reforma agrária. Federações e Sindicatos atualizam o discurso contra a 'baderna' promovida pelo movimento social.

A primeira organização nacional dos fazendeiros surge no final do Século XIX,

para estimular a *"união do setor rural"* e reagir ao que lhes parecia perda de prestígio decorrente da abolição da escravatura e da extinção do Ministério da Agricultura pelo novo governo republicano, *"onde a atividade agrícola foi relegada ao segundo plano, já que a Agricultura mereceu somente uma simples segunda diretoria. É nesse contexto que surge a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), em 1897"* (CNA, 2001:12).

Dez anos após a fundação da entidade, já se registrava a fundação de 54 associações especificamente rurais e em 1928 houve uma tentativa de criação da Confederação Rural Brasileira. Frustrada a experiência, os líderes patronais investem seus esforços na institucionalização do movimento associativo de uma forma diferente dos sindicatos profissionais e, dias antes da queda da ditadura Vargas, conseguem a edição do Decreto-Lei⁵⁹ que tratava da organização do setor rural. *"No início de 1950 já haviam sido registradas mais de 200 associações rurais e oito federações estaduais"* (CNA, 2001:15), entre elas a do Estado de São Paulo. Em 27 de setembro de 1951, a Sociedade Nacional da Agricultura dava lugar à Confederação Rural Brasileira (CRB).

No início da década de 1960, conclamando a classe a se unir e reagir à *"acomodação"* em que se encontrava, a organização nacional dos fazendeiros se articulava em oposição às medidas do Governo João Goulart na área da reforma agrária.

Por outro lado, uma proposta de emenda constitucional do governo João Goulart para permitir a desapropriação de imóveis rurais transformava a reforma agrária no principal inimigo. A tranquilidade para produzir estava ameaçada, e o setor rural entrou em estado de alerta. [...]

No famoso Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, João Goulart estabeleceu o decreto de criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), que previa o confisco dos latifúndios improdutivos de mais de 500 hectares, situados a menos de 10 quilômetros das rodovias e ferrovia federais.

O setor rural reagiu contra o decreto e lutou pela extinção da SUPRA, o que acabou acontecendo pouco tempo depois. Para a CRB, a orientação demagógica da SUPRA somente visava a agitação dos meios rurais, para fins subversivos. (CNA, 2001:30-32)

Pouco antes do golpe militar de 1964, a CRB era reconhecida pela União como entidade sindical de grau superior em âmbito nacional, como coordenadora dos interesses econômicos da lavoura, da pecuária e da produção extrativa rural, passando a

⁵⁹ Decreto-Lei 8.127, de 24 de outubro de 1945.

se chamar Confederação Nacional da Agricultura (CNA)⁶⁰. Quando ocorre o golpe, a entidade ainda em estruturação apóia com entusiasmo a ação dos militares golpistas.

Em nota oficial, a entidade dizia: “A CRB congratula-se com o povo, as Forças Armadas e a classe rural pela vitória democrática contra o comunismo que ameaçava completar sua obra nefasta entre nós, com o apoio impatriótico do governo deposto”. (CNA, 2001:36)

Apesar dessa postura, a entidade não deixa de sofrer – sem reagir – a intervenção militar. Seu presidente desde 1953 não concorre ao que seria seu sétimo mandato, para “abrir espaço” para a candidatura única de um suplente de senador pela Arena⁶¹, que era apoiado pelo presidente-ditador Costa e Silva, representante da ala mais radical das Forças Armadas, a chamada ‘linha-dura’. Nos 20 anos que permaneceu à frente da CNA, esse presidente a manteve “*numa postura moderada, sem causar grandes constrangimentos ao Governo*”, mas também sem “*a envergadura necessária para uma organização que pudesse defender uma política agrícola condizente com os interesses dos produtores rurais e do País*” (CNA, 2001:43, 47).

Os fazendeiros em São Paulo também iniciaram sua organização em associações e uniões, estruturadas em nível municipal ou regional, cujo caráter voltava-se predominantemente ao desenvolvimento da agricultura e políticas para o setor. Desde a década de 1940, essa organização alçou ao nível estadual, com a criação de uma federação que congregava essas organizações locais.

A criação da FAESP reporta-se aos idos de 1940, quando realizaram-se os primeiros encontros nas propriedades dos líderes dos agricultores e pecuaristas das regiões de Mogi-Mirim, Barretos e Franca. Estas reuniões constituíram-se no germe da semente de um órgão associativo rural paulista de grau superior que veio a ser denominado na época de Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo – FARESP. [...]

Assim, a FARESP foi o marco inicial do movimento associativista rural, tendo desempenhado, ao longo de sua história, importante papel no desenvolvimento da agricultura do Estado de São Paulo e Brasil. (Histórico da FAESP, disponível em <http://www.faespsenar.com.br/>)

Em 1946, a Federação foi reconhecida pelo Ministério da Agricultura como órgão de defesa e representação da classe produtora agrícola paulista. Em 1949, foi fundada a **Associação Rural de Presidente Prudente**, que representou os fazendeiros

⁶⁰ Decreto 53.516, de 31 de janeiro de 1964. Para constar: o Decreto 53.517, de mesma data, promovia o reconhecimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

⁶¹ A Ditadura Militar só autorizava dois partidos nessa época: Arena (Aliança Renovadora Nacional, pró-governo) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro, de oposição).

da região até se transformar no Sindicato Rural de Presidente Prudente, em 1965.

A FARESP levou a sério o seu papel: foi a Federação, em conjunto com as Associações Rurais, que protagonizaram o episódio de enfrentamento do Governo paulista sobre um projeto de lei que consideraram contrário aos seus interesses.

Em 1959, o Governador Carvalho Pinto (1959-1962) e seu Secretário da Agricultura José Bonifácio inauguraram a experiência estadual de intervenção na questão agrária paulista, lançando uma *"proposta de revisão agrária com a qual pretendia, com os limitados poderes de um governo estadual, melhorar as condições de acesso à posse da terra e modernizar a estrutura agrária do Estado"* (SILVA, 1996:12-13), que, sob acirrado combate dos latifundiários e seus representantes, viria a se tornar a Lei Estadual 5.994 de 30 de dezembro de 1960, conhecida como *Lei de Revisão Agrária*⁶².

A Federação organizou uma campanha que contou com o suporte de uma "caixinha" de Cr\$ 10,00/ha para combater o projeto (SILVA, 1996). Fazendeiros de todo o Estado manifestavam-se contra o projeto. Articulados pela FARESP, os fazendeiros do Pontal protagonizaram um dos mais agitados entreveros dessa campanha, quando representantes do Governo tentavam expor as razões do Projeto de Lei em discussão.

Ao final, aconteceu o tumulto. Presidente Prudente já era (devido em boa parte à devastação das reservas florestais que fazendeiros da Região já faziam no Pontal do Paranapanema) um núcleo do conservadorismo rural, organizado para se opor a qualquer modificação que se pretendesse no sistema latifundista de apropriação de terras, dominante naquela área.

Organizados em torno da Associação Rural local, os terratenentes exigiam a presença de José Bonifácio que apenas enviara, para a reunião, uma mensagem gravada, a ser apresentada por um dos seus porta-vozes.

- *"Se puserem o disco, eu quebro a vitrola"*, gritava, enfurecido, o presidente da entidade local. Generalizado o tumulto, a reunião terminou sem exposição e muito menos sem apartes dos enraivecidos oradores da comunidade latifundiária local. (SILVA, 1996:20-21)

O episódio dá mostras da capacidade de articulação dos fazendeiros do Pontal e do nível de sua reação, que não hesitava ante a autoridade do Governo quando se sentiam ameaçados em seus interesses. Mas, apesar da truculência, a batalha travou-se no plano institucional, com os fazendeiros exigindo manter seu poder econômico e político contra a tentativa de intervenção estatal.

⁶² Lei Estadual que dispunha sobre normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural, atendendo a dispositivo da Constituição Estadual que determinava ao Estado facilitar o acesso à propriedade a pequenos agricultores e desapropriar terras inaproveitadas para as lotear.

As associações se transformaram em sindicatos e a FARESP deu origem à Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), mantendo a linha de atuação em defesa da agricultura no plano institucional. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a que se filia a FAESP, tem atuação complementar em São Paulo e na mesma linha da Federação, de defender políticas e ações no interesse dos fazendeiros, chamados 'produtores rurais', e para o desenvolvimento da agricultura, especialmente em questões ligadas a crédito e política agrícola.

Reconhecida em 1965 pelo Ministério do Trabalho como a entidade de grau superior coordenadora das categorias dos empregadores rurais, a FAESP hoje congrega 233 Sindicatos Rurais no Estado. A Federação tem o mesmo presidente desde 1975, que ocupava também a 1ª Vice Presidência da CNA ao final da ditadura militar.

Não há a identificação de seus objetivos na página da FAESP na Internet (<http://www.faespsenar.com.br/>), mas a lista de atividades ali citadas comprova sua linha de ação: defesa da agropecuária paulista; promoção do aumento da produção e da produtividade das explorações agrícolas; implantação de políticas agrícolas; apoio aos parceiros no trabalho da cultura cafeeira; alfabetização dos trabalhadores adultos.

Com o fim da ditadura militar e o advento da Nova República, a organização popular aumentava e aquecia a discussão do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Os produtores rurais estavam preocupados com os rumos que o País tomava. O Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), fundado em setembro de 1984, em Cascavel, no Paraná, reacendia as invasões de terra. E a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado pela Nova República, que tinha no comando do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) José Gomes da Silva, conseguia desagradar e, ao mesmo tempo, unir fortemente a classe rural brasileira. (CNA, 2001:52)

Esse quadro fez com que as organizações de fazendeiros do Brasil inteiro sentissem a necessidade de articular um discurso mais radical contra a reforma agrária, incluindo o enfrentamento armado dos movimentos sociais. Suas ameaças obtêm matéria de capa numa das principais revistas nacionais (Figura 2.1).

Mas a CNA estava tão desarticulada após 20 anos de acomodação política, que não conseguiu nem mesmo concluir o primeiro processo de eleição para sua diretoria. O pleito, questionado na Justiça, acabou sendo anulado, condenando a entidade à inação até que novas eleições fossem realizadas. Daí para a constituição de outra organização nacional que atendesse àqueles objetivos foi um passo muito pequeno.

FIGURA 2.1. OS FAZENDEIROS SE ARMAM.



Capa da Revista Veja de 19/06/85, disponível em http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/index.html

Um pouco antes desse período, no Pontal, a luta pela terra e as ações do Governo Montoro na constituição do assentamento da Gleba XV provocavam uma reação de mesmo nível de radicalização. Desde 1983, os fazendeiros do Pontal já vinham falando em se armar. Então não é de se admirar que o Pontal tenha sido o *berço* da UDR⁶³. A mais truculenta organização dos fazendeiros, ironicamente batizada de União Democrática Ruralista, nascia ali para enfrentar o surgimento de uma ameaça potencial, genericamente classificada como "*aproveitadores de terra*".

1: A UDR nasceu aqui dentro do Sindicato Rural de Presidente Prudente, na gestão de meu antecessor, acho que foi em 86, 85, por aí.

P: A UDR surge em função do que?

2: Em função da defesa dos aproveitadores de terra.

⁶³ No site da UDR consta que: "A entidade teve sua primeira sede regional fundada em 1985, na cidade de Presidente Prudente - SP, e posteriormente no ano 1986, na cidade de Goiânia - GO foi fundada a primeira UDR - Nacional, com sede em Brasília - DF. Os proprietários rurais sentiram a necessidade de se mobilizarem para pressionarem o Congresso Nacional. Na época, a ala da esquerda da recém nascida "Nova República" queria acabar com o direito de propriedade e os ruralistas decidiram reagir. Com isso, conseguiu-se colocar na Constituição de 1988, a Lei que assegura este direito do produtor rural." (www.udr.org.br).

2: A nossa UDR era em função do Pontal, mas ela tinha ramificação com a UDR Nacional.

2: Nós é que promovemos o Caiado! O Caiado acabou surgindo e se desenvolvendo por nosso intermédio. Depois foi Goiânia que entrou desenvolvendo também, mas principalmente daqui. Aqui é o berço.

1: A UDR mais forte foi de Presidente Prudente.

(1: Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, e
2: primeiro presidente da UDR, 24/05/05)

O surgimento dessa organização trouxe diferenças fundamentais em relação às associações, à Federação e à CNA: apesar de negar inicialmente, a UDR fortalece a defesa armada da propriedade contra qualquer ameaça, e seu projeto político passa pela manutenção a qualquer custo de seu poder, com a intervenção direta na política.

A UDR diz que não está se armando – e reafirma isso a cada dia, mesmo que seus adversários não acreditem. Seu objetivo, de acordo com os que a comandam, é arrecadar fundos para eleger constituintes que defendam os interesses dos proprietários rurais. "Não se vêem políticos nesse papel hoje em dia", queixa-se Roosevelt Roque dos Santos, advogado e fazendeiro em Presidente Prudente, no sudoeste de São Paulo (RV, 18/06/1986).

Tivemos o mando político deste País até o Presidente Getúlio Vargas. Depois acomodamo-nos, nós, fazendeiros, sitiantes, produtores rurais, dentro da porteira. Contentamo-nos em deixar o arado e montar o trator, contentamo-nos em deixar a charrete e montar a D-20, e deixamos os sociólogos, os operários, os líderes sindicalistas tomar conta do País. Quando os coronéis, fazendeiros, produtores de café e de cacau tomavam conta da política brasileira, a situação era diferente. (Nelson Marquezelli, deputado e membro da UDR, Reunião 0166/97, 3/4/97, p. 15)

Essa diferença de atitude pode ser explicada pelo fato de que a batalha contra a reforma agrária, com o seu enfrentamento armado, antes não precisou ser feita diretamente pelos fazendeiros: o aparato de repressão do Estado cuidou disso durante a ditadura militar.

Com a redemocratização, a desarticulação e acomodação da sua organização maior não lhes permitiram reagir à altura ao PNRA e ao MST, e não houve tempo para uma rearticulação. A CNA ficou a reboque da UDR na luta contra o 'principal inimigo': a reforma agrária.

A recém-criada União Democrática Ruralista (UDR) não integrava a Frente

Ampla⁶⁴, mas acabou dominando o encontro dos produtores em Brasília.

“Quando chegamos ao Ginásio Presidente Médici (Ginásio de Esportes), o Caiado (Ronaldo Caiado) fez um discurso muito inflamado. Dominando a cena, convocou as pessoas a uma marcha até o Palácio do Planalto. Nós já tínhamos ido falar com o Sarney, que concordou em estudar as mudanças que propusemos e pediu para que não fôssemos em passeata”, relata Antônio Ernesto⁶⁵.

Chovia muito em Brasília. Enquanto o presidente da UDR convencia as pessoas a irem até o Palácio do Planalto, os líderes da Frente Ampla pediam aos ruralistas que permanecessem em seus lugares. Houve um “racha” na direção do movimento. Uma grande parte preferiu seguir Ronaldo Caiado. (CNA, 2001:62-63)

Mas, depois do estranhamento inicial, a CNA reassumiu a direção da Frente Ampla e estabelece um ajuste político com a UDR, e já na Constituinte passam a agir de forma complementar, a Confederação assumindo o papel de moderada e a União mantendo sua postura de radicalização, agora considerada necessária pelo setor.

Alysson Paulinelli⁶⁶ observa que a pedra angular da Frente Ampla era mesmo a agricultura unida. Para ele, o movimento exerceu papel muito importante na Assembléia Nacional Constituinte. *“Havia o surgimento da UDR, muito radical, e a Frente Ampla era a área moderada. Nós trazíamos sempre o Caiado (deputado Ronaldo Caiado) para participar. Ele também foi importante na Constituinte, pois era o contraponto nos embates, já que tínhamos problemas seriíssimos com a CUT e o PT”*. (CNA, 2001:65)

Para RODRIGUES (2000), a UDR continha dois grupos: Um grupo tradicionalista, cujo objetivo maior era o combate à reforma agrária, e um grupo de agro-empresários modernos, interessados em controlar o processo de redistribuição de terras no país, mas também modernizar a política agrícola nacional. Por isso, para ele, a organização tinha também um forte componente de grupo de pressão ou lobista, atuando preferencialmente junto aos integrantes do Congresso Nacional e tomadores de decisão.

Sua atuação foi sempre centrada em dois pilares. Primeiro, ampla mobilização da classe que pudesse ser mostrada pelos meios de comunicação de massa e demonstrasse o poder e a coesão dos

⁶⁴ Frente Ampla da Agropecuária Brasileira – movimento de luta contra a Reforma Agrária que unia federações estaduais descontentes com a CNA e entidades nacionais patronais como a Organização das Cooperativas Brasileiras e a Sociedade Rural Brasileira. Sua primeira grande ação foi reunir em Brasília, em 1987, 30 mil manifestantes contra a política econômica do Governo Sarney.

⁶⁵ Presidente da CNA desde 1990.

⁶⁶ Presidente da CNA entre 1987 e 1990.

proprietários de terra. O outro pilar dizia respeito a um trabalho intenso de *lobby* nos corredores e no plenário do Congresso nacional. (RODRIGUES, 2000:11).

No Quadro 2.1, apresentam-se os objetivos indicados na página da UDR na Internet e extratos do discurso de seus representantes em Comissão na Câmara Federal.

QUADRO 2.1. OBJETIVOS DA UDR.

Objetivos mencionados no Site	Objetivos mencionados em discurso espontâneo
<p>Principais objetivos da UDR</p> <p>A União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade sem fins lucrativos, organizada para defender incondicionalmente os direitos e interesses do produtor rural brasileiro, patrocinando sempre que necessário a manutenção do Instituto de propriedade "imóvel rural" como direito privado, de acordo com a Constituição do País.</p> <p>A UDR exerce um papel fundamental em promover, por todos os meios Legais, a conscientização em amplitude nacional de que a propriedade privada e a liberdade de produzir são direitos inalienáveis, como também manter fórum permanente de estudos jurídicos voltados para a formulação da política fundiária, inclusive da produção e comércio da agropecuária e do agro-negócio brasileiro, sempre defendendo a manutenção e aperfeiçoamento dos direitos e deveres junto aos Poderes Constituídos.</p>	<p>Como Presidente da UDR, defendo o direito sagrado que tem o proprietário rural de, em última instância, para repelir um assalto contra sua propriedade, fazê-lo da forma necessária. Isso está baseado na lei. E defendo os direitos dentro dos limites da lei. É óbvio que nunca chegaria a dizer a um proprietário rural: pegue uma metralhadora, pegue isto ou aquilo, faça isto ou aquilo com a arma. Não estimulamos o uso de armas [...] dizemos do direito que temos de possuir gente que cuide da segurança de nossas terras num momento de invasão. (Roosevelt Roque)</p> <p>Porque um imóvel urbano [...] pode ter guardas particulares, dentro e fora da propriedade, para protegê-la e nós não podemos ter nenhuma segurança numa propriedade agrícola? Lá é um guarda, aqui, um jagunço; assim nos tratam a imprensa, o Governo e a sociedade.</p> <p>Precisamos defender-nos, não devemos ter medo. Não podemos ter receio de dizer aos nossos companheiros: defendam-se, a lei está aí para defendê-lo, o esbulho está na lei. E defenda-se, com a mesma pressão e no mesmo sentido que vier, de quem estiver invadindo. (Deputado Nelson Marquezelli – integrante declarado da UDR)</p>

Fonte: www.udr.org.br acessado em 19/11/05.

Fonte: Comissão Externa – Pontal do Paranapanema, Transcrição da Reunião 0166/97, 3/4/97. P. 8-9 e 15.

No discurso formal ou escrito, os objetivos da organização são sempre pacíficos e relacionados ao cumprimento da Lei, mas o discurso informal ou espontâneo de seus líderes é bem mais virulento e a defesa da reação armada não deixa de aflorar. Para colocar em prática seus objetivos, a UDR arrecadou uma imensa quantia em dinheiro, por meio dos leilões de gado que promoveu nesse período. Com o discurso mais radical que as entidades associativas tradicionais, a nova organização atraiu muitos adeptos quando de sua fundação.

A última coisa que um fazendeiro quer ouvir é que o governo vai desapropriar sua terra para promover a reforma agrária – e a primeira coisa que Caiado diz aos produtores rurais é que eles precisam se organizar e fazer pressão para que o governo pense duas vezes antes de

meter-se a desapropriar terras. "A UDR já tem mais de 5.000 associados no Brasil e, pelo que vejo entre os produtores rurais, acho que poderemos ter 60.000 filiados até o fim do ano", diz Caiado. Por enquanto, com 5.000 associados, pode-se supor que ele lidere um em cada vinte grandes fazendeiros. Se chegar a 60.000, falará em nome da maioria deles, pois há no Brasil cerca de 120.000 propriedades individuais com mais de 500 hectares. A UDR já se organizou em cinco Estados, suas sedes brotam sobretudo em áreas conflagradas por lutas fundiárias e seus membros já doaram 7.000 bois - o consumo diário de São Paulo - para a caixa da entidade. Os animais foram vendidos ao bater do martelo em leilões concorridíssimos. "Em Goiânia, leiloamos 1.461 cabeças de uma vez só, no ano passado", conta Caiado. (RV, 18/06/1986).

A UDR se fortaleceu durante a Constituinte de 1988, ao ponto de pretender eleger seu candidato à Presidência da República em 1989. Mas a derrota eleitoral e questões financeiras a ela relacionadas começaram a minar suas estruturas.

Quando começou o Governo Fleury, a UDR do Pontal permanecia atuante, mas os fazendeiros do Pontal estavam representados principalmente pelo Sindicato Rural de Presidente Prudente, ligado à Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP). Seu discurso mais moderado não agradava a muitos fazendeiros, sobre os quais a UDR mantinha grande influência, manifestada nos momentos de maior acirramento ou de tentativa de conciliação do Sindicato Rural com os sem-terra e o Governo.

Aí eu cheguei aqui no Sindicato, recebemos um telefonema. [...] Eu peguei o telefone e ó a expressão que o cara usou, ele falou: *Como é que você senta com os bandidos pra negociar? Você não representa... você não expressa o pensamento dos proprietários do Pontal, seu Presidente de bosta!* Eu falei: *Pois é, eu sou um bosta, só que você é duas vezes bosta, porque você foi Presidente Regional da UDR e não resolveu merda nenhuma. Eu pelo menos tô tentando.* E desliguei o telefone. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

A representação política do Sindicato de Presidente Prudente efetivamente não alcançava a todos os fazendeiros do Pontal, havendo inclusive outro Sindicato na região, no Município de Presidente Venceslau, mais identificado com a UDR.

O leilão de gado, marca da organização e fator de alavancagem de seu grande crescimento naquele período, foi também um real fator de sua desmobilização, como narram lideranças de fazendeiros no Pontal:

P: Porque a UDR acabou?

2: Mal administrado.

1: E tinha dinheiro pra burro.

2: A UDR, ela fazia leilão de mil, mil e quinhentos bois. Então era um mundo de dinheiro.

1: Teve até de 5 mil bois!

2: Eu me lembro bem, porque na época, quando surgiu aquele mundo de dinheiro, apareceu um mundo de “pai da criança” querendo administrar o dinheiro. Então, ééé... [elevando a voz] olha, se eu for relatar nas minúcias é uma vergonha! Então queriam administrar o dinheiro. Eu sei que um companheiro nosso, ele fez questão de ficar como tesoureiro, botou no banco, mas disse pro gerente do banco: *Eu só ponho aí, se vocês me fizerem financiamento a título zero, muito baixo. Pra mim, particular. Éééééé...* [elevando a voz] E depois começou aquela orgia. Aquela orgia da UDR. E viagem, com o Sr. Caiado querendo ser candidato a Presidente da República, e festa de cá, e festa de lá, e arma circo em... em... na capital, e arma isso e arma aquilo... Até que quebrou. Quebrou, mas quebrou sumariamente, viu! Ó, até máquina de escrever levaram!

(1: Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, e
2: Primeiro presidente da UDR, 24/05/05)

Com a falência do seu projeto político, atolada em contradições internas, a UDR Nacional foi extinta em novembro de 1994.

A UDR nacional foi extinta ontem por unanimidade dos votos dos 30 representantes que participaram de assembléia da entidade. As seções regionais continuam a existir. O deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), principal líder da UDR, apontou como causa da desativação a desmobilização das bases ruralistas. (FSP, 30/11/94, p. 1-8)

A UDR Regional do Pontal permaneceu funcionando, mas bastante desmobilizada, praticamente restrita a área de influência do Sindicato Rural de Presidente Venceslau, nos municípios de seu entorno.

Quando inicia o ano de 1995, os fazendeiros de Mirante do Paranapanema encontravam-se representados quase exclusivamente pelo Sindicato Rural de Presidente Prudente⁶⁷, que, no entanto, reconhecia sua própria fragilidade nesse aspecto: *“Você falou em liderança, mas não sei até que ponto essa liderança realmente prevalecia, porque o Sindicato Rural sempre procurou fazer um trabalho de mediação através do*

⁶⁷ Somente em 1997 foi criado o Sindicato Rural de Mirante do Paranapanema.

diálogo, não através de violência" (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05).

Assim, os fazendeiros entram no ano de 1995 fragilizados e divididos, exatamente quando a ameaça potencial vislumbrada pelos fazendeiros no movimento de criação da UDR – os movimentos sociais e a ação do Governo para a reforma agrária – repetia-se e havia crescido em força e poder. Junto com a ruptura de seu domínio histórico sobre a terra vinha a possibilidade de rompimento com a dominação histórica sobre os trabalhadores rurais e o Estado, e a redução de seu próprio poder.

2.2. OS COMPANHEIROS DE LUTA

A ruptura de um liame de dominação tão antigo e acentuado quanto o que marca a evolução das relações sociais brasileiras no campo não poderia ser um processo fácil. Até porque a dominação não necessita e nem se impõe somente pela força, mas usa de mecanismos ideológicos de aceitação e reconhecimento que mascaram essa realidade e a tornam imperceptível para o dominado.

A cultura do 'homem do campo', aqui incluídas todas as categorias de 'trabalhador rural', 'agricultor pobre' ou 'pequeno', 'camponês' ou 'sem-terra' – todos os que ao longo desse processo foram submetidos à dominação dos poderosos 'senhores' ou 'donos' da terra – essa cultura, continuamente alimentada pela dependência, foi lentamente sendo alterada, com a introdução de novas relações no meio rural.

Em meados do século XX, o advento de novas práticas trabalhistas, a retirada da condição de moradia e proteção, a transformação das práticas agrícolas que combina a busca da produtividade com o fim da autorização para o cultivo de subsistência nas propriedades coincidiram com o surgimento de novas formas de organização dos trabalhadores e favoreceu a elevação da consciência dos próprios direitos. Essa ruptura nas regras do jogo abriu espaço para a desnaturalização de outras regras impostas pelos patrões e aceitas pelos trabalhadores, *"notadamente aquelas que os obrigavam a serem leais a seus patrões e a não questionarem sua autoridade"* (SIGAUD, 2004:136).

Foi o que verificou também César Barreira na análise dos sertões nordestinos, em que pouco a pouco se ampliaram os conflitos sociais no campo e, com eles, o espaço de contestação camponesa, na gestação de uma 'nova ordem'.

As mudanças históricas ocorridas na base de sustentação do poder mostraram as cicatrizes das rupturas, as permanências, o redefinido em nova conjuntura. [...] o marco da "dominação tradicional" é a

submissão⁶⁸. Já o da “dominação moderna” é a contestação. Ambas convivem na gestação de uma “nova ordem” no campo. (BARREIRA, 1992:12)

A contestação e o conflito não são novidade: o histórico de dominação que marca a formação da sociedade brasileira não impediu a ocorrência de conflitos e de lutas de resistência desde os seus primórdios. Em nota de rodapé, Gilberto Freyre refere-se a guerras e conflitos com indígenas e quilombolas nos tempos da colonização como os primeiros indícios de luta de classes. Algumas houve que duraram anos e resultaram no massacre de comunidades inteiras de rebelados.

Nos processos de apropriação do território e expansão do latifúndio, a violência do senhor de terras contra posseiros e pequenos lavradores era a forma corriqueira de encerramento da questão, culminando com a grilagem fraudulenta ou o ‘convencimento’ da venda de suas terras, e sua expulsão para confins cada vez mais distantes.

No período abolicionista, os negros fugidos, rebelados em quilombos tornaram-se uma constante, disseminando-se em todo o país. Em decorrência, após o fim da escravidão e com o grande incremento das lavouras, ressurgiram os problemas relacionados à mão-de-obra, desembocando em conflito entre o fazendeiro e seus dependentes, em especial os colonos endividados, que também fugiam em busca de melhor remuneração.

Para CORDEIRO (2004), deve-se entender como formas de lutas libertárias as “manifestações camponesas, classificadas como ‘rebeliões primitivas’, ‘fanatismo’, ‘banditismo’, ‘messianismo’ e ‘movimentos pré-políticos’ ” (p.16), pois denunciam com nitidez o confronto entre organizações de trabalhadores rurais e as forças repressivas do Estado. Nesse sentido podem ser compreendidos movimentos organizados importantes que marcaram a história brasileira: no período que vai de 1850 a 1940, Cabanagem no Pará, Balaiada no Maranhão e Piauí, Canudos na Bahia, Contestado em Santa Catarina, Caldeirão no Ceará; mais à frente, surgiram as Ligas Camponesas (1954-1964) e a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), além de conflitos generalizados contra a grande propriedade a partir da década de 1980.

O cenário dos conflitos sociais no Brasil no período entre 1972 e 1997 foi estudado por GOHN (1997), que mapeia os principais atores com atuação organizada no meio rural: CONTAG – Confederação Geral de Trabalhadores da Agricultura: 1964; CEBs – Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica: 1972-1980; CPT – Comissão

⁶⁸ É importante destacar que a submissão não implica ausência de conflitos. (nota da citação)

Pastoral da Terra: a partir de 1974; MST – Movimento Sem Terra: a partir de 1979 – *“movimento popular rural mais estruturado no Brasil nos anos 90”*; UDR – União Democrática Ruralista: a partir de 1987; CONTAG-Rural: anos 90.

Durante a ditadura militar o Estado se posicionou firmemente na repressão aos movimentos populares. José de Souza Martins entende que as transformações no campo foram grandemente impulsionadas pela política de desenvolvimento agropecuário da ditadura militar de 1964, no sentido da alteração ou destruição de velhas estruturas e relações de dominação, acirrando os conflitos e abrindo uma nova etapa de lutas sociais.

Simultaneamente, a brutalidade que cerca a efetivação dessa política de desenvolvimento – despejos violentos para abrir espaço às novas empresas, assassinatos de trabalhadores, queimas de casas, destruição de roças – contribuiu poderosamente para disseminar o descontentamento social e desencadear uma nova fase de lutas sociais. (MARTINS, 1985:15)

Nessa fase, evoluiu a organização dos trabalhadores em sua posição de luta e contestação política. Passaram a predominar nos conflitos questões que envolviam a propriedade e a expropriação, para além daquelas relativas ao trabalho e à exploração. Como novos sujeitos históricos, surgiram, cresceram e se disseminaram comunidades de base, movimentos sociais e organizações indígenas, que definiam um quadro de conflito e questionamento do poder e prenúncio de uma nova legitimidade. Camponeses, indígenas, grileiros e grandes empresas entraram em disputa pela terra devoluta e convulsionaram amplas regiões do país.

Numa descrição que se ajusta com precisão à situação em São Paulo, Martins (1985) assinalou três frentes de lutas sociais no campo – os assalariados, os posseiros e os sem-terra – que apresentam diferentes motivações, fundamentos e estratégias.

Os assalariados pretendem a concretização de direitos trabalhistas, existentes no papel, mas descumpridos pela maior parte dos fazendeiros. É uma luta sistemática que se caracteriza pelo respeito à lei e não pela transformação da legalidade. Envolve conflitos institucionalizados, permanentes, que são recriados diuturnamente e anualmente ritualizados. Politicamente representados pelos sindicatos, fazem da greve o seu principal instrumento de luta. Mas, embora tenha havido greves e confrontos importantes em regiões relativamente próximas, especialmente na região centro-norte do Estado⁶⁹, no Pontal, esse segmento não tem um histórico de atuação muito forte e não há relatos de sua participação nos conflitos pela terra. Na luta pelo emprego, em sua

⁶⁹ Veja-se, a exemplo, os acontecimentos grevistas da região de Ribeirão Preto, no início da década de 1980, que culminaram com os acontecimentos revoltosos relacionados à greve dos bóias-frias de Guariba, em 15 de maio de 1984. (MENDES, 1999)

maior crise (1983), os assalariados acabaram sendo capitaneados pelos políticos locais.

Os posseiros, ocupantes de terra sem título legal, pretendem sua regularização e manutenção na terra ocupada. Lutam contra uma legalidade que garante a prepotência e impunidade dos grandes, e lhes assegura regularização mais rápida. É *“uma luta pelo instrumento de produção, que é a terra. Envolve relações de propriedade e não as relações de trabalho; o problema não é o da exploração, mas da expropriação”* (MARTINS, 1985:93). O que não quer dizer que o posseiro também não sofra exploração. A luta do posseiro se dá no âmbito da legitimidade e opõe o legítimo ao legal: pretende a modificação da própria lei para consagração de sua legitimidade. No Pontal, a luta pela terra foi desde sempre marcada pela resistência dos pequenos posseiros no confronto com os grandes e a demanda pela regularização das suas posses tem um peso significativo nas demandas políticas da região. Mas também, em regra, seus canais de participação se dão através dos políticos locais.

Os sem-terra podem ser classificados em dois grandes grupos. O primeiro compõe-se dos atingidos por barragens, que, desalojados de suas terras, lutam pela compensação devida pelo dano sofrido. Antes, agricultores de vazante e pescadores, geralmente posseiros, têm suas terras submersas para a formação do lago das hidrelétricas e entram em conflito com as grandes empresas concessionárias de energia. Nesse grupo encontra-se o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, e sua luta, que já foi por indenização justa da terra perdida, mais atualmente tem se centrado na realização de reassentamentos rurais que permitam a elevação da qualidade de vida. Ao final da década de setenta, a região do Pontal do Paranapanema foi palco da construção de grandes barragens para fins de geração de energia elétrica a partir dos rios Paranapanema e Paraná – as obras das usinas de Porto Primavera e Taquaruçu foram iniciadas nesse período. Embora tenha importância em outras regiões paulistas, principalmente no Vale do Ribeira, Sudoeste Paulista, no Pontal, o MAB não se estruturou e a luta dos ribeirinhos também foi grandemente conduzida por políticos locais.

O outro grupo dos sem-terra é composto por lavradores sem-terra própria: meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários, trabalhadores rurais e bóias-frias. Com forte apoio da igreja e da Comissão Pastoral da Terra, os sem-terra desse grupo estão em tensão com os sindicatos, *“evidentemente com exceções aqui e ali”* (MARTINS, 1985). Sua estratégia de luta passa pelas ocupações de fazenda e instalação de acampamentos em pontos de alta visibilidade à beira das estradas. Mais recentemente têm adotado a prática das longas marchas e ocupações de prédios públicos. Sua luta centra-se no questionamento do latifúndio, do uso da terra, do

cumprimento da sua função social. Este é o grupo que tem maior importância na luta pela terra na região do Pontal, razão porque merece análise mais atenta.

O principal movimento representativo desse grupo é o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que desde a sua fundação tem posto em cheque a propriedade e a omissão do Estado em relação à reforma agrária. Nascido da reunião de vários movimentos pré-existentes em diversos Estados, o MST traz consigo essa forma de organização inovadora oriunda das lutas pela terra, inspirada pelas Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica e articulada em nível nacional (FERNANDES, 1996), mas mantendo certo caráter federativo. Seu objetivo, declarado no Encontro Nacional de fundação do movimento, é reunir os camponeses para lutar por terra e pela reforma agrária, mas também para a luta política.

Seu lema – *ocupar, resistir, produzir* – traz à tona uma discussão conceitual sobre a natureza e o objetivo de suas ações.

“ *‘Estamos simplesmente ocupando’*, alegam os sem-terra. *‘Estão invadindo’*, respondem os latifundiários” (SILVA, 1996:114). É assim que José Gomes da Silva, um dos grandes pensadores da reforma agrária de nosso tempo, aborda essa polêmica. Apóia-se em renomados juristas como Fábio Comparato, Luiz Edson Fachin e Régis de Oliveira, que advertem para profundas diferenças de caráter ético, jurídico e pragmático entre *invadir* e *ocupar*. “*Segundo essas autoridades, “invadir” significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém, “ocupar” diz respeito, simplesmente, a preencher um vazio – no caso, terras que não cumprem sua função social*” (SILVA, 1996:116).

Sendo assim, o MST, ao declarar que *ocupou* uma área, expressa seu não reconhecimento do direito legal de propriedade do latifundiário e ao mesmo tempo indica sua ilegitimidade, por descumprimento da função social da terra. Com essa lógica, o MST se converteu no principal protagonista dos conflitos pela terra na década de 1990, ganhando projeção na mídia e captando a atenção da sociedade e do Estado.

Para RODRIGUES (2000), o MST atua como um poderoso grupo de pressão, mas seu foco principal não são os políticos diretamente e sim a opinião pública, sendo através dela que sua influência atinge os tomadores de decisão.

Não há qualquer tentativa de influenciar o processo legislativo diretamente através do lobby. A influência buscada tem a ver com os resultados práticos das mobilizações no campo, das demonstrações públicas, dos acampamentos e das invasões de terras. [...] A opinião pública, pois, é o mais importante alvo da atuação do grupo. É através da opinião favorável que o MST influencia a administração pública.

(RODRIGUES, 2000: 12)

Na mídia, a nova forma de ação do sem-terra, por meio de ocupações e confrontos abertos, é classificada como violência equiparada à dos fazendeiros. É nessa perspectiva violenta que os sem-terra obtêm sua primeira matéria de capa numa revista de circulação nacional (Figura 2.2), quando um policial foi morto com um golpe de foice num confronto em Porto Alegre.

FIGURA 2.2. A VIOLÊNCIA DOS SEM-TERRA.



Capa da Revista Veja de 15/08/90, disponível em http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/index.html

Uma luta de foices e armas. A violência no campo já matou centenas – e nos dois lados. A violência no campo já deixou centenas de vítimas no país nos últimos anos – e as mortes se acumulam de ambos os lados, tanto entre fazendeiros e seus capatazes como entre os sem-terra. [...] A violência agrária, porém, não se resume às lutas de foices, facões e balas entre fazendeiros e lavradores. Nos últimos anos, foram registrados roubos, saques, invasão e depredação de propriedades públicas e privadas, seqüestros, extorsões e chantagens. (In: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/contexto_3.html acesso em 29/12/05)

Mas o Movimento Sem Terra não faz a defesa institucional da violência armada e situações de agressão ao adversário geralmente envolvem instrumentos de trabalho ou resultam do *calor* das mobilizações, como nos casos da morte do soldado em Porto Alegre e da queima dos tratores em Mirante do Paranapanema. Entre suas táticas de luta estão grandes ocupações, saques, depredações e declarações bombásticas, mas são raros os episódios em que são acusados de uso de armas.

No mais das vezes, os sem-terra são as vítimas em agressões armadas e o número de trabalhadores mortos em conflitos pela terra é alarmante no Brasil. Porém, o MST admite a violência revolucionária e assume que a luta pela terra faz parte da estratégia revolucionária pelo socialismo.

Desta forma, a luta pela terra se transforma numa luta pela reforma agrária. As ocupações e outras formas massivas de luta pela terra, vão educando as massas para a necessidade da tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico: o socialismo! [...] A luta econômica deve estar combinada com uma estratégia revolucionária. (MST, 1991:20-22)

Os objetivos do Movimento Sem Terra definidos em sua fundação⁷⁰, em 1984, receberam nova elaboração no Terceiro Congresso Nacional do MST, em 1995, adotando maior amplitude política (Quadro 2.2).

QUADRO 2.2. OBJETIVOS DO MST.

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

Fonte: <http://www.mst.org.br/historico/objetivos.html> Acesso em 28/12/2005.

O processo de gestação do MST liga-se a lutas localizadas pela terra, que aconteciam em vários Estados, incluindo São Paulo, desde 1978, sendo um de seus marcos importantes os episódios ocorridos nos municípios de Ronda Alta e Sarandi, no Rio Grande do Sul, que culminaram com os assentamentos da Gleba Macali e da Fazenda

⁷⁰ Objetivos gerais definidos na fundação do MST: "1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; 3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; 4. Organizar os trabalhadores rurais na base; 5. Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6. Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; 7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina" (FERNANDES, 1996:79).

Anoni, fonte de inspiração para lutas posteriores (FERNANDES, 1996).

No Estado de São Paulo, o processo de formação do MST é decorrente de uma diversidade de experiências de luta pela terra que foram acontecendo desde 1979, entre as quais FERNANDES (1996) relaciona: a luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, região noroeste do Estado (1979); as lutas de posseiros em terras devolutas, nas Fazendas Santa Rita e Ribeirão Bonito, no Pontal do Paranapanema (1979); as lutas de conquista das terras públicas da Fazenda Pirituba, nos municípios de Itapeva e Itaberá, região sudoeste do Estado (1980); a ocupação de terras em Sumaré, na região de Campinas, vizinha a Capital (1983); a ocupação de terras relacionadas à Gleba XV de Novembro no Pontal do Paranapanema (1983). Todos esses foram processos vitoriosos que culminaram com a implantação de assentamentos rurais a partir do Governo Montoro.

Ainda em 1984, a partir da articulação dos movimentos no estado, coordenada pela CPT, algumas lideranças dessas lutas (Andradina, Sumaré e Pontal) participaram da fundação do MST na cidade de Cascavel-PR, em janeiro desse ano. Em maio, os trabalhadores realizam em Andradina o Primeiro Encontro Estadual da Luta pela Terra. A partir desse Encontro, o processo de articulação das lutas tornou-se o processo de organização do MST no Estado de São Paulo, com a participação de lideranças das lutas de Andradina, Pontal, Sumaré e Vale do Ribeira. (FERNANDES, 1996:100-101).

O MST se constituiu em São Paulo em 1985, ainda no Governo Montoro, pelas mãos de acampados e assentados dos primeiros assentamentos paulistas, entre eles a Gleba XV de Novembro, no Pontal do Paranapanema.

Em 1985, foi o primeiro Congresso do Movimento Sem Terra, em Cotia. Eu fui, o Bil não, mas eu fui como mero expectador, eu nem sabia o que era o Movimento dos Sem Terra. Aí foi aquela coisa bonita, todo mundo falava, e a gente via um monte de coisa vermelha. Eu pensava: mas isso que é comedor de criancinha? Isso é coisa de comunismo? [...] Depois teve uma reunião em Andradina, fomos eu, Bil e Davi. [...] Depois dessa reunião, nós fomos para um encontro em Agudos. E então, a gente começou a militar, estudar, e foi quando a gente começou dentro da organização. [...]

Quando a gente começou a ter algumas divergências aqui e acolá, eu, o Bil e o Davi decidimos organizar as coisas; nesse tempo o Zé Rainha veio para o estado. Foi quando a gente começou a estruturar o movimento no Pontal. Naquela época, era muito junto o Movimento Sem Terra e o PT.

(Walter, Liderança do MST, assentado na Gleba XV) (IOKOI, 2005:13)

Embora no Pontal o MST tenha seu surgimento associado especificamente à ocupação de uma fazenda em 1990, seus líderes principais vinham da luta pela terra desde o início do Governo Montoro, associando-se esse surgimento à vitória na luta pela Gleba XV e ao ano de 1983.

A história do MST aqui na luta pela terra veio desde 83, na XV de Novembro, mas nós só conheceu o MST em 85, que nós foi pra fundação lá em Curitiba. [...] E daí pra cá, nós, o Movimento ficou muito nos assentamento e só viemos ocupar em 90 a Fazenda Nova do Pontal, que 10 anos depois que virou assentamento. Nova do Pontal em Rosana. Aí é que a primeira vez fincou a bandeira do MST nas ocupações, 13 de julho de 90. (Bil, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

O processo de formação do MST como resultado da articulação de diversos movimentos de luta pela terra independentes e localizados resultou em uma organização de caráter federativo, em que as unidades possuem grande autonomia para tomar decisões sobre seus processos de luta. A estrutura organizativa do Movimento também foi se transformando desde 1985, em função dos desafios enfrentados e vitórias obtidas, diversificando as Coordenações e incorporando cooperativas de assentados, apresentando em 1995 a configuração esquematizada no Quadro 2.3.

QUADRO 2.3. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA ORGANIZAÇÃO DO MST.



Adaptado de: FERNANDES (1996:82).

A Coordenação Nacional é formada por aproximadamente noventa pessoas. São dois membros por estado, eleitos nos encontros estaduais; um representante eleito de cada Central das Cooperativas Estaduais; dois membros eleitos por setores nacionais e vinte e um membros da Direção Nacional, que são eleitos no Encontro Nacional.

A Coordenação Estadual é representada por um coletivo eleito no Encontro Estadual e formada por sete ou até quinze membros, de acordo com a realidade da forma de organização em cada estado. Este coletivo é composto pelos membros da Direção Estadual, da Central de Cooperativas e dos setores estaduais.

A Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembléias.

As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças, etc. Em nenhuma das instâncias existem cargos tipo: chefes, presidentes, diretores, etc. Os dois graus da hierarquia são coordenadores e membros. (FERNANDES, 1996:82-83)

O MST do Pontal é uma Coordenação Regional do Movimento com algumas características especiais: pela força de suas mobilizações, adquiria um espaço político importante; pela dimensão dos seus acampamentos, estruturou um nível hierárquico adicional: os Coordenadores de Grupo, que eram responsáveis pela organização das subdivisões nos acampamentos. Essa estruturação está representada no Quadro 2.4.

QUADRO 2.4. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO MST DO PONTAL.



Adaptado de: FERNANDES (1996:179).

Nós sempre fomos do Movimento Sem Terra. Era formado de grupos, né? Nós era do Grupo 46 e tinha um Coordenador. Eu não era, só fazia parte da Coordenação de Educação, fazia esses cursos pelo Movimento, de liderança, através da coordenação de educação. E o que a gente poderia agrupar e desenvolver o acampamento naquela época a gente fazia. (Acampada desde 1991, assentada na Santana, 26/5/05)

Lá mesmo donde que eu fui um responsável, chegaram a armar um barracão. Aí o pessoal vinha chegando: Como é seu nome? Fulano de Tal.

Chega pra cá! Você vai querer terra? Vou. Então, dá o seu nome, dá os seus dados aqui, fazia entrevista, via quem era ele... Perguntava quem era ele, que que ele vinha fazer no acampamento, se ele queria terra mesmo, a família dele, que lugar que ela era... aí ele entrava num grupo. Aí teve vez que nos teve lá de 122 grupo, até 126 grupo nós teve. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/5/05)

O crescimento extraordinário do número de famílias acampadas no Pontal era resultado de uma forma de convocação massiva para a luta⁷¹ e da expectativa de conquista de terras na região.

Conforme FERNANDES (1996), os novos grupos eram mobilizados sem a preparação usual de seus integrantes, cujo processo de formação no Estado de São Paulo podia demorar até 2 anos. Pela nova estratégia de massificação da luta, um rápido contato onde se relatavam as lutas em andamento e a história da grilagem no Pontal podia ser suficiente para convencer e mobilizar um novo grupo.

Nós começamos nos assentamentos, nos acampamentos, sempre com os professores do Movimento, que explicam. Ali, 400 anos atrás, como é que era. E eu tenho conhecimento que naquela região há 150 anos atrás, quem dominava tudo essas áreas era o padre⁷². [...] Então é um histórico que a gente aprendeu como organizar o pessoal e vir pras áreas. Então a gente sempre contava essa história pros caras e como é que a gente sobrevivia num pedaço de terra. (Assentado na Santana, ex-coordenador de grupo 26/5/05)

Mas essa massificação trouxe como conseqüências a fragilidade da organização e uma dicotomia entre a massa dos acampados e a liderança. Evidentemente, numa organização com essa dimensão, a hierarquização e a necessidade de tomar decisões acabou constituindo uma camada intermediária de coordenadores de grupo, afastando as lideranças integrantes da Coordenação Regional da base acampada. *"Com essa prática, mesmo no acampamento também não foi dimensionado o espaço de socialização política, de forma que a maioria dos trabalhadores não participava das discussões políticas"* (FERNANDES, 1996: 180):

Tem os militantes, tem os delegados, tem os coordenadores de... lá dos militantes... cê sai, vai num grupo e fala. Faz uma reunião aqui, fala assim: *Ó, amanhã ou depois de amanhã, domingo, vai ter um ônibus e tal*

⁷¹ A massificação das lutas, desde 1988/89, era parte das linhas políticas do MST. A experiência das ocupações massivas era resultado das deliberações do 5º Encontro Nacional, realizado em 1989. (FERNANDES, 1996: 169-170).

⁷² Referência ao Frei Pacífico de Monte Falco, vigário cuja assinatura falsificada inaugurou a grilagem no Pontal.

hora é pra tá em tal lugar! Vai vir um caminhão, vai vir um ônibus ou vir um trator... (Assentado na Repouso, ex-coordenador de grupo, 26/05/05)

1: Nós não sabia pra onde que ia, só ocupava a fazenda e não sabia pra onde ia.

2: O coordenador sabia! Os coordenadores sabiam, só que nós... eu não fazia parte da coordenação naquela época, nem ele não era coordenador. O Movimento chamava os coordenadores, fazia reunião e depois o coordenador vinha e convocava as famílias. (1 e 2: Assentados na Santana, acampados desde 1992, 26/5/05)

De todo modo, embora com um ponto fraco em sua estrutura decorrente dessa debilidade na discussão política com a massa dos acampados, o MST ingressa potencialmente poderoso no ano de 1995, reunindo milhares de famílias sob sua bandeira e dispostas a seguir seu comando em busca de terra para plantar. "União da Vitória" havia se convertido numa cidadela em defesa da Reforma Agrária no Pontal.

2.3. A GENTE DO ESTADO

Independência ou morte! O brado grandiloquente de 1822 não reverberou com tanto impacto nas relações sociais brasileiras: nem trouxe independência aos brasileiros subjugados pelo sistema colonial, nem causou a morte dos velhos mecanismos de dominação política, econômica e social. Ao contrário, manteve-se o Império e a escravidão, conviveu-se cautelosamente com o poderio dos grandes senhores rurais. O senhor de engenho, latifundiário e escravocrata, se incorpora à nobreza de ordem rural, num processo de estratificação ascendente, em que transita da riqueza à aristocracia e desta ao poder político (FAORO, 1975).

No período do Brasil Colônia, o Estado Português se fez representar fracamente no Brasil. Através das administrações municipais, o senhor de engenho determinava os rumos da política e do aparato estatal. O poder privado desafiava e sobrepunha-se ao poder público, o que era tolerado e até estimulado pela Coroa, que muitas vezes sancionava usurpações praticadas pelas câmaras municipais sob ordens do senhor de terras. "*O Rei, muitas vezes, era ou se mostrava impotente para deter o mandonismo desses potentados, que dominavam as câmaras e, por meio delas, todo o espaço territorial compreendido em sua jurisdição*" (LEAL, 1975:65).

Ainda que a autoridade real começasse a se fortalecer, motivada pela necessidade de combater as invasões estrangeiras, pelo incremento do comércio e pela

descoberta das minas, foi somente a partir da abolição da escravatura e do advento da República que surgiram sinais efetivos de declínio do poder dos senhores da terra. O fortalecimento do Estado e a transferência do poder político do campo para as cidades estão na base do surgimento da figura do 'coronel' – espécie de chefe político local, que recebeu a 'patente' de herança da velha *Guarda Nacional* e a manteve como reflexo de sua posição na hierarquia social. *"Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República"* (FAORO, 1975:622).

Havia uma relação de reciprocidade entre o governo e o 'coronel', que garantia ao primeiro os votos rurais sob o domínio do 'coronel', mantendo e estimulando sua liderança local em troca da obediência aos ditames cada vez mais fortes do governador. *"O 'coronelismo' é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras"* (LEAL, 1975:20). Mas o início da industrialização, o crescimento da população urbana, e o surgimento de uma camada cada vez mais numerosa de profissionais de escolaridade superior, foram a pouco e pouco retirando o poder dos 'coronéis'. Nas primeiras décadas do século XX, os governadores ocupavam o lugar dos senhores da terra em influência e poder.

Nesse contexto se construía o alicerce do aparato estatal brasileiro, sujeito às influências de toda ordem, apropriado pelo poder privado dos senhores e dos políticos.

Aliás, a trajetória do Estado no Brasil revela a precedência das burocracias militar e civil, que historicamente foram estruturadas antes da institucionalização, em âmbito nacional, do sistema de representação política. Durante a maior parte do período republicano observou-se a tendência à centralidade da burocracia governamental em face dos partidos e do Poder Legislativo. (DINIZ, 2000:31-32)

O fim da República Velha começa em 1922, marcado pelo espírito liberal, que pretendia *"libertar o homem do interior do coronel, os Estados das oligarquias, em movimento antitradicional"* (FAORO, 1975:665). Mas a iniciativa dependia do Exército e seu insucesso abre as portas para a era Vargas.

1922 leva a 1930, numa trajetória necessária. [...] Nesse curso de oito anos, alimentado por lenta desintegração, as defesas ideológicas do regime republicano perderam a consistência. As glórias sonhadas pelos propagandistas, as utopias dos extremados, o federalismo dos homens práticos convertem-se, na consciência geral, em instituições odiosas.

Alguns elementos se transformam, o federalismo concentra-se no presidencialismo forte, o país essencialmente agrícola transige com as indústrias, mesmo as "artificiais", o liberalismo cede o lugar ao intervencionismo estatal. (FAORO, 1975:678).

O Governo Vargas (1930-1945) investe na reforma do Estado, com um conjunto de medidas voltadas à desarticulação do estado oligárquico. Mas seu projeto modernizador é autoritário e imposto, sob as condições de poder que lhe conferiam a Ditadura do Estado Novo (1937-1945). Assim, sem o crivo da negociação política, o modelo não trata das questões relacionadas à articulação entre os Poderes, à autonomia dos partidos políticos e ao acesso dos interesses organizados ao Governo. Apesar de seu teor centralizador, trouxe modernização administrativa e racionalização ao aparato burocrático, possibilitando a implantação de um modelo de Estado com vasto poder de intervenção na ordem econômica e social (DINIZ, 2000).

No aspecto da articulação com a sociedade, o modelo de Estado da era Vargas trazia a subordinação dos novos atores urbanos – trabalhadores e empresários – pela implantação de um sistema corporativo de intermediação de interesses, constituído por sindicatos, federações e confederações diretamente ligados ao Estado e dependentes do aporte de recursos estatais. Essa estrutura corporativa transformou-se na principal via de incorporação política de trabalhadores e empresários:

A constituição desses segmentos enquanto atores políticos processou-se mediante o intercâmbio com o Estado, dotado de fortes instrumentos de cooptação. [...] O conflito de interesses seria canalizado diretamente para a burocracia estatal. Foi sobretudo a classe empresarial que se beneficiou dos novos espaços abertos no interior do Estado. (DINIZ, 2000: 35)

Daí para o populismo é um passo, fundado na base do endeusamento do chefe e da hierarquização artificial do governo, no momento em que migrava para as cidades grande parte da população rural formada no padrão autoritário do campo.

O coronel cede o lugar para os agentes semi-oficiais, os *pelegos*, com o chefe do governo colocado no papel de protetor e pai, sempre autoritariamente, pai que distribui favores simbólicos e castigos reais. [...] Criado para substituir a participação política, controlá-la e canalizá-la, anulando-lhe a densidade reivindicatória, não conseguiu estruturar um programa de respostas, primeiro aos pedidos de ajuda e socorro, depois às exigências. (FAORO, 1975: 706)

A queda do Estado Novo e a redemocratização não trouxeram alterações significativas ao centralismo administrativo e ao estilo de gestão deixado por Vargas,

preservando em grande parte o arcabouço institucional herdado:

Executivo forte, controle do processo decisório pela alta burocracia, subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, desenvolvimento de fortes vínculos entre a classe empresarial e o estado, marginalização política dos trabalhadores rurais, papel secundário da representação parlamentar no processo de formação de políticas persistiriam como elementos básicos do novo regime. (DINIZ, 2000:36)

Mas, na década de 1950 e início da década de 1960, a democratização permitia o fortalecimento da organização popular. A discussão das reformas de base, entre elas a Reforma Agrária, vinha alicerçada num processo de mobilização crescente, que assustava os detentores da terra e do capital, desenhando no ar o *bicho-papão* do comunismo. O golpe militar de 1964 é aclamado pela burguesia e pelos senhores da terra, re-introduzindo o regime autoritário no país.

Durante os 21 anos de ditadura militar, alguns dos aspectos essenciais do modelo já descrito foram acentuados, notadamente a centralização do poder do Estado, o fortalecimento dos poderes legislativos do Executivo, o debilitamento do Congresso e dos partidos políticos, a representação dos interesses pela via do corporativismo estatal e o reforço do padrão insulado e fragmentado de negociação entre as elites empresariais e estatais. Expandiu-se consideravelmente o número de conselhos técnicos com representação empresarial [...], paralelamente ao aumento da repressão sobre sindicatos e demais formas de organização dos setores populares, sobretudo durante os três primeiros governos militares (1964-74). (DINIZ, 2000:36)

Também os militares investem na reforma administrativa do Estado, na vigência da doutrina de segurança nacional e num contexto altamente centralista e autoritário, por meio do Decreto-Lei nº 200/67. Os seus princípios norteadores eram: a descentralização das atividades, a introdução das funções de planejamento e coordenação, a expansão da administração indireta (empresas estatais, fundações e autarquias), além da moralização do serviço público e do ingresso por concurso, esses últimos quase nunca respeitados (DINIZ, 2000).

É nesse contexto que ocorrem significativas alterações nas estruturas atuantes na área rural brasileira: a criação do sistema de extensão rural fundamentado na Revolução Verde, com o objetivo de propiciar a modernização da agricultura; e a

criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁷³, com o objetivo de conduzir a política fundiária nacional.

O governo de Emílio Garrastazu Médici (30/10/69 a 15/03/74), fez muitos discursos sobre a *valorização do homem do campo, a integração nacional*, a redução das desigualdades regionais e sociais. A perspectiva era aquela de *modernizar* a agricultura para ampliar sua capacidade produtiva, aumentar o poder de compra do homem do campo para incorporá-lo ao mercado de consumo e permitir assim o desenvolvimento da indústria nacional. [...] Este discurso se traduziu, na prática, na criação do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA), através do decreto n.º 1.110 de 09/07/70, que tinha como prioridade a colonização e a expansão da fronteira. (TRECANNI, 2001:129-130)

O Governo Vargas já discursava sobre a necessidade de modernizar a produção agrícola, com a incorporação de novas técnicas e instrumentos, mas no governo militar, esse discurso se ajustaria à necessidade de combater o avanço da organização dos trabalhadores que, submetidos ao processo de proletarização, articulavam a luta contra a grande propriedade improdutiva à luta pela Reforma Agrária. Nesse contexto, foram definidas novas formas de relacionamento entre o Estado, a grande propriedade e o capital, num processo de *"modernização conservadora"*, em que a dinamização do capitalismo no campo se deu sem alteração da concentração fundiária. *"A partir de então, a política agrícola nacional é traduzida pelo binômio expansão de fronteira agrícola - modernização da agricultura"* (WANDERLEY, 1985:61)

A política de expansão da fronteira agrícola tinha por objetivo garantir a rentabilidade dos empreendimentos da grande propriedade em áreas mais distantes do mercado, pela introdução de infra-estrutura e pela sustentação da posição de força dos grandes contra os pequenos posseiros, antigos ocupantes ou aqueles que para lá também acorriam. A modernização da agricultura construía-se pela injeção de recursos, por meio de crédito rural e subsídios, integrando uma política agrícola que beneficiava especialmente o capital industrial e financeiro e que, longe de visar à destruição da grande propriedade, tinha por objetivo reforçá-la. A Amazônia se torna o principal alvo dessa política (WANDERLEY, 1985; TRECCANI, 2001).

⁷³ Em 1964, o governo militar, após aprovação pelo Congresso Nacional, sancionou a Lei nº 4.504, que criava o Estatuto da Terra, mas não fez o uso desta lei para fins de reforma agrária. A partir de 1970, o governo federal criou o **INCRA** e ao mesmo tempo vários programas especiais de desenvolvimento regional. Entre eles: Programa de Integração Nacional – PIN (1970); Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971); Programa Especial para o Vale do São Francisco – PROVALE (1972); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974); Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974). (In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Incra>)

Esta política é seletiva por definição. Na verdade, ela expressa, claramente, não uma contradição antagônica no interior das classes dominantes, mas uma forma de sua aliança, que se assenta no objetivo de tornar a grande propriedade forte diante do projeto alternativo das classes dominadas e viável para o grande capital. (WANDERLEY, 1985:63)

Na Nova República, o poder despótico do Estado foi mantido pela alta concentração do poder decisório e a criação de uma cúpula tecnoburocrática, a privatização do Estado garantindo uma sobrevida ao legado patrimonialista do Estado brasileiro, a que se referia Raymundo Faoro. Agora quem dele se *apropria* é principalmente o setor empresarial urbano. "*O padrão setorial bipartite de articulação dos interesses empresariais com o Estado, paralelamente à exclusão dos trabalhadores dos arranjos corporativos, garantia a permeabilidade da máquina burocrática aos interesses dominantes*" (DINIZ, 2000:47).

Análises do IMAZON (1998)⁷⁴ relacionam a forma de atuação das instituições a períodos específicos da história recente do Brasil que influenciaram de maneira significativa a política, o uso dos recursos naturais e o desenvolvimento institucional, a partir dos parâmetros de fundação e reformas de cada instituição.

A cultura institucional e o modelo de administração atuais [...] geralmente refletem as atitudes políticas e econômicas dominantes no passado. As agências reorganizam-se estruturalmente e redefinem seus objetivos e procedimentos em resposta a eventos políticos, econômicos e culturais. (IMAZON, 1998:43)

Em relação à questão agrária, no plano federal, o INCRA tem história institucional conturbada. Sua origem pode ser relacionada ao surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste, quando o Governo criou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), mas a criação efetiva se dá em plena ditadura com orientação voltada à colonização da Amazônia como forma de contornar os conflitos e a demanda por terra.

Contraditoriamente, logo no início o regime militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no país, editando o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 1964) e criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

⁷⁴ O estudo se refere a 23 instituições com atuação na área agrária e ambiental do Estado do Pará, e os períodos relacionados foram: período pré-1964; de 1964 a 1984; de 1984 a 1990; de 1990 em diante. No Pará, quase todas as instituições estaduais e federais foram fundadas durante o regime militar, várias foram formalmente reestruturadas no período da redemocratização, mas seus objetivos gerais, estratégias e modelos de gestão não mudaram significativamente desde a sua formação, apresentando muitos problemas estruturais, como engessamento, burocratização e dificuldade de planejamento. As organizações fundadas a partir da re-democratização, por seu turno, apresentam um outro perfil de funcionamento: "*As organizações mais recentes são decididamente mais pragmáticas, mais tolerantes e mais orientadas a buscar soluções*" (IMAZON, 1998:61).

(IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à SUPRA. Em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Não saiu do papel. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do IBRA com o INDA. Muito mais do que reforma agrária, o que se tentou fazer na época foi a colonização da Amazônia. Levas de migrantes nordestinos foram levados a ocupar as margens da estrada Transamazônica e empresas de variados ramos receberam incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. A experiência não foi bem sucedida. (http://www.incra.gov.br/_htm/instituicao/historico.htm, 24/2/2006)

No início da década de 80, o agravamento dos conflitos pela posse de terra, na região Norte do País, ensejou a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, do GETAT⁷⁵ e do GEBAM⁷⁶, de caráter marcadamente repressivo à luta dos trabalhadores, que passaram a dividir com o INCRA a ação fundiária na Amazônia. Em 1985, com o Plano Nacional de Reforma Agrária, criou-se o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). *“O MIRAD tinha as mesmas atribuições que o INCRA, o que gerou conflitos internos de difícil superação”* (<http://www.incra.gov.br/estrut/rel30anos/rel30anos3.htm>, 24/2/2006)

O GEBAM foi extinto em maio de 1986 e o GETAT em maio de 1987, passando suas atribuições ao INCRA. Em 1987, o Instituto foi extinto⁷⁷ e o mesmo destino foi dado ao Ministério em 1989, quando a responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura⁷⁸. Dias depois, o Congresso Nacional estabeleceria a recriação do Incra⁷⁹, rejeitando o decreto-lei que o extinguiu, mas o órgão permaneceu semi-paralisado durante anos, por falta de recursos financeiros, materiais e humanos, por falta de apoio político. Sua vinculação ao Ministério da Agricultura – historicamente comprometido com o patronato rural – era um fator adicional de inação.

Em 1994, o Instituto começou uma lenta caminhada em direção a seu

⁷⁵ Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT, criado pelo Decreto-lei 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, subordinado à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, tem por finalidade coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária na área do Araguaia-Tocantins.

⁷⁶ Grupo Executivo de Terras para a Região do Baixo Amazonas (GEBAM), criado poucos dias depois, com a mesma finalidade para a região do Baixo Amazonas.

⁷⁷ O Decreto-Lei 2.363, de 22/10/1987, extinguiu o INCRA e criou o Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER), passando as atribuições do INCRA ao MIRAD, tendo como órgão vinculado o INTER (<http://www.incra.gov.br/estrut/rel30anos/rel30anos3.htm>, 24/2/2006)

⁷⁸ A Medida Provisória 29, de 15/1/1989, extinguiu o MIRAD e passou suas atribuições ao Ministério da Agricultura. A lei 7.739, de 20 de março de 1989, extinguiu vários ministérios, entre eles o MIRAD. (<http://www.incra.gov.br/estrut/rel30anos/rel30anos3.htm>, 24/2/2006)

⁷⁹ O Decreto Legislativo 2, de 29/3/89, rejeitou o texto do decreto-lei 2.363. O INCRA foi restabelecido pelo Decreto 97.886, a partir de 31/3/89. (<http://www.incra.gov.br/estrut/rel30anos/rel30anos3.htm>, 24/2/2006)

fortalecimento e reestruturação, mas em São Paulo a autarquia não dispunha de condições operacionais mínimas para fazer frente ao problema agrário no Estado. Tendo implantado apenas 14 assentamentos em 24 anos, desde sua criação, o órgão tinha obtido resultados pouco expressivos em São Paulo (Quadro 2.5) e assim permanecia.

QUADRO 2.5. ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO INCRA EM SÃO PAULO (1970 A 1994).

Assentamento	Município	Início	Nº de Lotes	Área Total (ha)
Primavera	Andradina	1981	210	3.676,74
São José 1	Birigui	nov/86	48	1.182,48
Esmeralda	Pereira Barreto	jul/87	85	2.096,29
Aroeira	Guaraçaí	ago/87	40	873,32
Reunidas	Promissão	out/87	629	17.138,26
Santa Rita	Turmalina/Populina	dez/87	19	309,60
São José 2	Guaraçaí	dez/87	39	877,60
Água Sumida	Teodoro Sampaio	fev/88	121	4.210,64
Areia Branca	Marabá Paulista	fev/88	87	1.879,44
Santa Adelaide	Avaré	fev/88	23	701,97
Bela Vista do Chibarro	Araraquara	dez/89	176	3.455,16
Rio Paraná	Castilho	set/90	92	2.208,66
Timboré	Andradina	set/92	176	3.364,71
Ipanema	Iperó	out/93	151	1.768,71
Total	14 assentamentos		1.896	43.743,58

Fonte: <http://www.itesp.sp.gov.br/> link Resultados, 24/11/2005.

Destaque em cinza para os assentamentos situados na região do Pontal.

Dessa forma, não se podia esperar muito do INCRA na ação fundiária no Pontal e, somado ao fato de que as terras na região eram devolutas estaduais, o conflito tornava-se um problema da alçada estadual.

No Estado de São Paulo, a experiência institucional na área agrária se iniciara no Governo Carvalho Pinto, com a criação de uma assessoria para a área agrária e a Lei de Revisão Agrária, que foi interrompida por uma manobra política do Senado Federal. Para José Gomes da Silva (1996), apesar dessa manobra, que ele classificou de desleal, essa experiência resultou em diversos dividendos importantes: trouxe a discussão da questão agrária para São Paulo, sem o tom subversivo que se atribuía a ela nessa época, devido às características do Governador Carvalho Pinto e de seu Secretário da Agricultura, José Bonifácio (usineiro e banqueiro), conseguiu efetivar vários projetos de assentamento e colonização, mas, principalmente formou um núcleo pensante na área agrária, do qual fazia parte o próprio Zé Gomes, e "*uma inestimável experiência*

operacional no trato da questão agrária, já que aqui se formou um seleto corpo de especialistas que passaram a influenciar ações do Governo federal e irradiar conhecimentos para outros Estados" (SILVA, 1996:23-24).

Mas essa experiência teve fôlego curto e foi pequeno o poder de intervenção da assessoria. Talvez por essa razão, usualmente os técnicos mais antigos do órgão de terras atribuem seu início ao Governo Montoro (1983-1986), com a criação do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) em 1983.

Então você volta a falar da redemocratização, então você pega o Franco Montoro: é um democrata-cristão, onde na pauta de trabalho dele como Governador, a questão agrária já fazia parte de um esquema, dentro do capitalismo, uma coisa importante pra ele. Então ele reforça o IAF, vai atrás da desapropriação da XV, vai atrás daquelas duas áreas, a Ribeirão Bonito e a Santa Rita do Pontal. [...] teve um rompimento com a questão do sobrenome, quem era o fazendeiro. O Montoro, por exemplo, ele foi brigar com a família Junqueira, uma família tradicional, quatrocentona, terras no Estado de São Paulo, terras em Minas Gerais, terras no Brasil inteiro. (Engenheiro Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/5/05)

Seja qual for o ponto de origem, o aparato institucional paulista para a área agrária nasce sob o signo da democracia, do compromisso com uma missão, com o objetivo explícito de ampliar o acesso à propriedade, independente do interesse dos senhores da terra – esse início, por si só, já traz uma característica que o diferencia enormemente das instituições públicas existentes nessa época. Na década de 1980 se iniciou o processo de abertura democrática no Brasil. Em São Paulo, a abertura democrática se fazia sentir no Governo Montoro com o exercício da tolerância política e a implantação de uma série de experiências de participação popular.

Não sei se uma outra pessoa conseguiria fazer isso como fez o Montoro, né? Que soube perceber a necessidade de você possibilitar ou de você desenhar um Governo com todas as tendências, as mais e as menos organizadas. Você tinha no Governo Montoro do PT, do PC do B, do PCB, você tinha de tudo trabalhando com isso, trabalhando com essa questão; e técnicos com a expectativa que seria muito interessante trabalhar. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Nesse período, além da criação do IAF, ocorre a instalação dos primeiros assentamentos estaduais (Ver Quadro 2.6), o ajuizamento da primeira ação discriminatória desde a década de 1930, e a promulgação das duas leis agrárias estaduais (Lei 4925/85 e Lei 4957/85), sendo esse conjunto de providências definidor da

atuação da política agrária paulista daí em diante.

QUADRO 2.6. ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO DE SÃO PAULO (1983 A 1994).

Assentamento	Município	Início	Nº de Lotes	Área Total (ha)
Sumaré 1	Sumaré	fev/84	26	237,58
Gleba XV de Novembro	E. da Cunha / Rosana	mar/84	571	13.310,76
Pirituba II Área 1	Itapeva	mai/84	105	2.511,00
Pirituba II Área 2	Itaberá	mai/84	55	1.341,20
Araras 1	Araras	set/84	6	82,73
Araras 2	Araras	set/84	14	208,99
Promissãozinha	Promissão	out/84	8	132,43
Monte Alegre 1	Motuca	mai/85	49	726,00
Porto Feliz	Porto Feliz	jul/85	83	1.092,66
Sumaré 2	Sumaré	ago/85	39	179,59
Casa Branca	Casa Branca	set/85	24	583,00
Monte Alegre 2	Motuca	out/85	62	857,70
Monte Alegre 3	Araraquara	ago/86	76	1.099,56
Monte Alegre 4	Motuca	ago/86	49	679,35
Pirituba II Área 3	Itaberá	dez/86	73	2.142,33
Capão Alto	Itapetininga	mar/87	18	485,00
Santa Rita do Pontal	Euclides da Cunha	nov/90	51	805,37
Pirituba II Área 4	Itapeva	fev/91	51	1.096,83
Monte Alegre 5	Motuca	out/91	34	483,76
Tucano	Euclides da Cunha	nov/91	35	664,83
Santa Rosa	Euclides da Cunha	mai/92	65	865,67
Pirituba II Área 5	Itaberá	set/92	39	807,71
Total	22 assentamentos		1.533	30.394,05

Fonte: <http://www.itesp.sp.gov.br/> link Resultados, 24/11/2005.

Destaque em cinza para os assentamentos situados na região do Pontal.

Além desses, foi obtida para assentamento a área das fazendas Santa Clara (976,45 ha, em janeiro de 1993) e São Bento (5.190,50 ha em junho de 1994), onde se instalou o misto de acampamento e assentamento emergencial "União da Vitória".

O IAF foi criado como um órgão da Secretaria de Agricultura, sob inspiração de José Gomes da Silva – o Zé Gomes, reunindo militantes da reforma agrária e abrindo espaço na base para a atuação de jovens egressos do movimento estudantil.

Na década de 80 ainda tinha muito um componente que – não é que não tinha um compromisso com resultado, é óbvio que tinha isso – mas também tinha um compromisso com um processo de resistência a todo um processo ditatorial de que a gente estava saindo. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1983, 21/10/05)

Você tinha no IAF uma coesão. Eu penso hoje que existia uma coesão em relação ao tipo de postura que a gente teria que tomar dentro do assentamento. A direção do Instituto, acho que, de certa forma, tentando lidar com aquele bando de militantes estudantis e talvez transformar aquelas pessoas em profissionais competentes e fazer com que aquele fogo todo da militância pudesse se reverter em políticas mais conseqüentes. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Mas, o órgão de terras nasceu frágil, sempre às voltas com dificuldades relacionadas a poucos recursos e ausência de funcionários próprios. Sua história institucional é conturbada, construída a partir de duas linhas de ação que se trançam e destrançam ao longo do tempo: assentamento e regularização fundiária.

O ITESP nunca foi um ITESP único, ele tem duas origens. Ele tem uma origem do pessoal que historicamente sempre trabalhou com a questão da reforma agrária em si e você tinha uma origem de outro núcleo de pessoas que trabalharam com a questão da regularização fundiária. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1983, 21/10/05)

A fragilidade decorria também da forma de sua constituição, por Decretos, facilitando as inúmeras transformações em sua estrutura, conforme aponta o Quadro 2.7.

QUADRO 2.7. HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES DE SÃO PAULO NA ÁREA AGRÁRIA (1961-1994)

Decreto	Objetivo	Governo
33.328 de 1961	Criação da ARA – Assessoria de Revisão Agrária, com a finalidade coordenar todos os trabalhos referentes à execução da Lei 5.994/60 (Lei de Revisão Agrária).	Carvalho Pinto
11.138 de 3/2/1978	Alteração do nome da ARA para ATRA – Assistência Técnica de Revisão Agrária.	Paulo Egydio Martins
20.938 de 30/5/1983	Criação da Coordenadoria Sócio-econômica da Secretaria da Agricultura, incorporando as atividades exercidas pela ATRA e alterando seu nome para IAF – Instituto de Assuntos Fundiários.	Franco Montoro
22.969 de 29/11/1984	Organização do IAF e determinação de suas atribuições.	Franco Montoro
23.236 de 29/1/1985	Organização da Coordenadoria Sócio-econômica da Secretaria da Agricultura.	Franco Montoro
24.125 de 16/10/1985	Instituição do Masterplan – Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira, para associar o desenvolvimento agrícola à ação fundiária, a ser implantado pela SUDELPA – Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista.	Franco Montoro
24.814 de 5/3/1986	Criação da SEAF – Secretaria <u>Executiva</u> de Assuntos Fundiários, incorporando o IAF e o Masterplan , para coordenar e desenvolver os assentamentos estaduais (Lei 4957/85) e atuar nas terras devolutas em conjunto com a PGE – Procuradoria Geral do Estado.	Franco Montoro
27.558 de 1987	Criação do GEAF – Grupo Executivo de Ação Fundiária, no âmbito da SEAF , para coordenar a atuação conjunta de várias secretarias nas áreas de conflitos e legitimação de pequenos posseiros.	Orestes Quércia

Decreto	Objetivo	Governo
27.863, de 4/12/87	Elevação da SEAF a SAF – Secretaria de <u>Estado</u> de Assuntos Fundiários, com a criação de dois departamentos, sucessores do IAF e do GEAF : DAF – Departamento de <u>Assessoramento</u> Fundiário e DRF – Departamento de Regularização Fundiária.	Orestes Quércia
29.355 de 14/12/1988	Extinção da SEAF ; transferência do DAF para a Secretaria de Agricultura e do DRF para a Secretaria da Justiça.	Orestes Quércia
29.466 de 29/12/1988	Subordinação do DRF à PGE .	Orestes Quércia
29.622 de 2/2/1989	Altera o nome do DAF para Departamento de <u>Assentamento</u> Fundiário, na Secretaria da Agricultura.	Orestes Quércia
33.133 de 15/3/1991	Alteração do nome da Secretaria da Justiça para SJDC – Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, com a criação do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, vinculado a ela, para executar a política agrária estadual, reunindo o DAF e o DRF .	Luiz Antônio Fleury
33.706 de 23/8/1991	Organização do ITESP e determinação de suas atribuições; criação do CSCF – Centro de Solução de Conflitos Fundiários, no ITESP , para colher dados, documentos e informações de conflitos fundiários	Luiz Antônio Fleury
39.544 de 18/11/1994	Criação do CCTA – Centro de Capacitação Técnico-Agrária, no ITESP , para a capacitação de técnicos e beneficiários.	Luiz Antônio Fleury

Fonte: Série Cadernos do ITESP, anexo: “O QUE É O ITESP”; e <http://perfil.fundap.sp.gov.br>

O órgão de terras, em decorrência dessa instabilidade institucional que marcava sua história, não possuía quadro de funcionários próprio, utilizando quase sempre a terceirização como meio de se suprir dos servidores necessários, numa sucessão de contratos também instáveis e temporários.

A fragilidade institucional se mostrava na estrutura que o próprio Instituto tinha. A gente sobrevivia em função de vários convênios que existiam na época. Eu mesmo, acho que fui contratado pela CEAGESP, pela CAIC, pela CODASP⁸⁰... e cada um de nós tinha uma situação como essa. Então isso causava uma instabilidade profissional muito grande, que não tinha tanto peso em função desse compromisso que existia. Então: *Pô, vocês não são mais da CAIC, agora vocês estão indo todo mundo lá pra não sei onde...* A gente ia pra outro convênio sem muito problema. Diferenças salariais enormes, o salário não era muito legal. Mas essas dificuldades todas é que ajudaram a formar um Instituto que se mostrou coeso durante boa parte do tempo. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Essa característica, aliada à remuneração geralmente baixa e à natureza dos serviços prestados, que envolviam intempéries do serviço rural, situações de tensão e conflitos, especialmente para o DAF, emprestava ao órgão um *status* especial que era assinalado pela condição de militante da maior parte de seus integrantes, direção e base.

⁸⁰ Empresas estatais paulistas, ligadas à Secretaria da Agricultura, onde se vinculava o órgão de terras à época: CEAGESP – Central de Abastecimento Geral do Estado de São Paulo; CAIC – Companhia Agrícola, Incorporadora e Colonizadora; CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo.

O que contava muito na própria direção do Instituto na época era uma vontade militante, mesmo. Acho que tinha uma vontade militante na instituição de se fazer isso aí, de se trabalhar dessa forma e viver a organização. Como hoje eu ainda vejo. Mas o problema é como é que você transfere isso pra dentro da formulação de uma política pública. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Mas quando Zé Gomes deixa de ser Secretário, os técnicos sentem um distanciamento em relação à Pasta, embora compreendam a existência de uma ligação com a vontade política do próprio Governador, independente da Secretaria.

Na época, o Secretário [...] não era mais o Zé Gomes. Então você tinha um *gap*, você tinha um abismo aí. Você tinha lá o Governo Montoro, com tudo aquilo que a gente sabe que o Governo Montoro representou pra democracia, tinha os Secretários e tinha o Diretor do Instituto de Assuntos Fundiários. Então, na época a gente se sentia meio que o Exército de Brancaleone⁸¹, podendo fazer aquelas loucuras que fazia, sabendo que tinha o respaldo do Governador. Mas você não tinha essa correia de transmissão funcionando redondinho. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

De fato, a execução da política agrária estadual naqueles idos iniciais não era tarefa para burocratas acomodados e talvez só tenha sido possível pela presença nos quadros do IAF de jovens militantes da reforma agrária, que não se detinham diante dos obstáculos, nem se curvavam perante o poder dos poderosos fazendeiros do Pontal, faziam 'loucuras', como demonstra a história de um agrônomo que, mal tendo a notícia de que a fazenda teria sido obtida na Justiça, providencia ele próprio a entrada na área.

Na época em que eu trabalhava no Pontal eu tinha a impressão de que era a minha relação com os Junqueira, minha, de [outros agrônomos], que íamos lá e literalmente cortávamos a cerca na frente do Roberto Junqueira e ele em cima do cavalo, dizendo: *É, vou acabar com esse assentamento botando uma garrafa de pinga em cima de cada mourão de cerca!* Foi exatamente isso que ele falou no dia em que a gente cortou o arame pra entrar na propriedade dele.

P: Você cortou a cerca do fazendeiro?!

Era uma propriedade que já estava incorporada ao patrimônio público...

⁸¹ Referência ao filme *L'Armata Brancaleone* (1966), lançado no Brasil como "O Incrível Exército de Brancaleone", sátira aos filmes de heróis medievais, em que Brancaleone é uma espécie de Dom Quixote maltrapilho, à frente de um exército de quatro miseráveis tragicômicos, que fazem um longo percurso pela Europa da Idade Média, enfrentando das formas mais improváveis os seus horrores, como a peste negra, bruxas e bárbaros de todas as espécies.

[ele ri à beça] Olha lá o que você vai escrever aí!... Mas eu me lembro de cenas como essas, eu e [outro agrônomo], com um alicate, cortando a cerca pra entrar. Era uma cerca de arame liso, a gente corta antes do extensor e aquilo vira uma festa, porque ele vai caindo, corre tudo! E o Roberto Junqueira em cima do cavalo dizendo que ia acabar com o assentamento colocando uma garrafa de pinga em cima de cada moirão.

P: Mas quem deu a ordem pra cortar a cerca?

Essa é uma pergunta interessante, porque... [pausa pensativa] Pois é! Olha que coisa maluca! Não era um negócio... não tinha uma certa liturgia... você me entende? Não existia: olha, estamos aqui com uma ordem judicial, estamos aqui revestidos com a autoridade dada pelo... Não tinha essa liturgia.

P: Porque você cortou essa cerca? O que você pensou?

Primeiro tinha aquela certa inconseqüência, né? – *Tô cortando a cerca do latifúndio!* Apesar de eu ser um pouquinho mais maduro, ainda tinha essa certa... Esse furor quase adolescente. Eu não pensei muito no que poderia acontecer. Eu estava lá porque a notícia era de que estava avançando o processo, estavam saindo as fazendas e o assentamento na Gleba XV estava avançando. Mas hoje, eu não me lembro, me parece que era uma notícia que existia, eu não me lembro dessa transmissão acontecendo, dessa rede de conversações se estabelecendo, entendeu? A improvisação caracterizava muito nosso tipo de atuação naquela época... E essa improvisação tinha como base o compromisso que cada um de nós tinha. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

No começo das atividades do órgão de terras, esse compromisso se traduziu em uma atuação muito próxima aos movimentos sociais, quase uma cumplicidade, vivida e assumida por seus técnicos, que se consideravam militantes da reforma agrária, chegando a se posicionar mais próximos do movimento social do que do Estado.

O [agrônomo] já era funcionário do IAF e morava em Rosana, em Primavera. Com o fato de morar lá, ele criou bastante amizade com o grupo⁸², né? Então era aquela história do cara idealista, ele acabou casando lá com a [agrônoma do IAF], foi morar lá... a casa dele era nosso ponto de apoio, a gente dormia, fazia as reuniões, tudo o mais lá. Então na época não era só ele, era um grupo de cabeça boa. (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

Eu me lembro de uma determinada reunião, que uma das discussões que

⁸² Referência à organização inicial dos acampados que mais à frente viriam a constituir o MST.

a gente fez foi a seguinte: *Olha, o trabalho é interessante, agora talvez o fato de a gente ser do Estado é um negócio que atrapalha muito.* [...] Então explica de um lado o compromisso que as pessoas tinham e de outro lado a enorme contradição que tinha na cabeça da gente. Quer dizer: *Olha, a coisa é boa, mas o que atrapalha é o fato da gente ser do Governo do Estado!* Isso é um absurdo, né? Eu me lembro que o [Diretor] na época ele surtou, só faltou desmaiar, babar: *Vocês são do Estado, como é que é uma coisa que atrapalha?!* Foi um negócio muito engraçado. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Alguns técnicos chegaram a participar do 1º Congresso do MST em Curitiba, em janeiro de 1985.

Teve uma reunião em Andradina pra decidir quem ia, e o Bill levou o nome meu e do [agrônomo do IAF]. Ele defendeu os nossos nomes e eles acabaram aceitando. Aí nós fomos e foi bem interessante...

P: Mas vocês eram do Estado e o Bill levou o nome de vocês?

Porque na época eles já achavam a gente militante de coração, embora trabalhava no Estado, ajudava muito na luta. A gente ajudava, discutia, fazia certas coisas que ficam emperradas no Estado fazia agilizar mais. A gente era um defensor da causa deles junto às nossas instâncias. Então eles percebiam que a gente era forte aliado deles mesmo sendo funcionário público, tal. (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

As contradições vividas pelos técnicos do IAF, na sua dupla condição de militante da reforma agrária e agente do Estado, mereceram uma interessante reflexão da Prof^a. Conceição D´Incao que dá bem a mostra do papel do ‘técnico-militante’ que atuava na questão agrária paulista durante o Governo Montoro.

É freqüente a utilização da palavra militante para designar compromisso ou engajamento político. Ora, as primeiras equipes técnicas contratadas para a assessoria estatal aos assentamentos do Estado de São Paulo eram compostas de engenheiros agrônomos na sua maioria engajados, direta ou indiretamente, no movimento pela reforma agrária no país. E não é demais lembrar que decorre daí a maior importância do trabalho que eles vêm realizando nos assentamentos, transformando-se mesmo num dos atores centrais dos avanços que essa política tem, a duras penas, acumulado. Num primeiro momento, porque sentindo a fragilidade da vontade política estatal, decorrente da já mencionada correlação de forças políticas no interior do próprio Estado, esses técnicos tomam para si parte do compromisso de viabilizar essas experiências. Mediando as negociações

entre o Estado e as lideranças dos trabalhadores que vinham conquistando o acesso a terra e assegurando, com isso, o caráter democrático dessa relação. (D'INCAO, 2000: 75)

A consolidação institucional da experiência agrária do Governo Montoro vem com a criação da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF), à qual se incorpora o IAF. O Governo Quécia (1987-1990) logo no início, eleva a Secretaria Extraordinária à condição de Secretaria Estadual, não no objetivo de ampliar a atuação na área agrária, mas sim em busca de aumentar seu próprio poder.

A partir de 1987, o Quécia já entra no esquema de fazer uma gestão aparelhando o Estado. Saiu de Secretaria Executiva pra Secretaria de Estado, sempre aparelhando os esquemas políticos tal, tal, [...]. Você não tinha terra nem desapropriada pelo Governo Federal, porque a coisa foi melando no Governo Sarney né?, e no paralelo você não tinha nenhuma arrecadação de nível estadual. Então se formou uma grande Secretaria, pra dar conta de tudo que precisava ser feito, teoricamente, mas na verdade foi um grande aparelhamento político pras futuras campanhas e assim foi. (Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/05/05)

Ao mesmo tempo, a atuação nesse período foi muito dificultada, chegando às raias da penúria: sem recursos e submetida aos caprichos de políticos e fazendeiros.

O Governo não tinha dinheiro pra bancar as diárias do seu pessoal técnico, então nós medíamos as fazendas e ficávamos alojados nessas fazendas. [...] Foi no dia que eu conheci o velho Junqueira, um dos grandes patriarcas lá da região. Nós estávamos lá medindo a fazenda desse mano, aí. Fazenda enorme, coisa de 15 Km de lado, coisa que eu nunca tinha visto no Vale do Ribeira. Acho que nem existe. Aí chegou aquele senhor reclamando, pela porta da cozinha lá da fazenda, conversando com a cozinheira, de chinelo. Dali a pouco nós fomos apresentados pra ele... – *Quem são vocês?* – *Nós somos técnicos do DRF.* – *Ah, vocês que estão medindo a fazenda?* – *É, somos nós que estamos medindo...* – *Ah, então vocês cortar essa fazenda aí pra dar pra aqueles vagabundos lá dos sem terra!* Isso foi uma coisa que chocava muito, né? (Técnico em Agrimensura do DRF/ITESP desde 1986, 28/05/05)

Mais à frente, o Governo Quécia extinguiu a Secretaria, separando as duas principais áreas de atuação e lhes dando papel menor na política estadual, ficando a área de assentamento (DAF) subordinada à Secretaria de Agricultura e a área de regularização fundiária (DRF) subordinada à Procuradoria Geral do Estado, ambas sob forte influência dos fazendeiros, como já se viu. A vontade militante dos profissionais da

área agrária paulista, posta em xeque, resistia e passava a ocupar o espaço possível no interior do próprio Estado em apoio aos assentamentos.

[...] à medida que as forças reformistas eram derrotadas nas negociações que definiram o pacto político da transição democrática (D´Incao, 1990), fazendo-se acompanhar de um refluxo do movimento de reforma agrária no país como um todo e do retrocesso da política de assentamentos a nível estadual, eles se empenharam em manter viva a chama do compromisso estatal para com as experiências em curso, transformando-se numa espécie de grupo de pressão no interior do próprio Estado, em defesa dos interesses mais imediatos dos assentamentos: necessidades de obras de infra-estrutura – luz, água, terraceamento dos solos, barracões etc. – e de crédito subsidiado para a compra de equipamentos e para o “custeio” da produção. (D´INCAO, 2000: 75)

Nesse processo, foi-se estabelecendo também uma rede de relações internas no Estado em que o capital pessoal era fundamental.

Quando surgiu a Nova Pontal, aquela primeira ocupação, foi uma relação tumultuada com o Governo, era o Governo Quércia que foi assim truculento nos despejos, tal. [...] Dada uma relação que tinham o [Coordenador de Sócio-Economia da SAA] e a [Diretora] do DAF, que eram pessoas que trabalhavam no Estado, mas que tinham bom trânsito, conversavam, entendiam essa história da luta, mesmo no Governo Quércia, que era um governo bem truculento com relação aos sem-terra, eles conseguiram [resolver um problema em favor dos acampados]. (Assistente Social, funcionária pública na década de 1980, 07/11/05)

Essa situação de sobrevivência intestina, quase clandestina (*“A gente chegava a se fingir de morto”*, disse uma dirigente), perdura por todo o Governo Quércia. Mas permanecia a esperança de uma reunificação do órgão de terras, quem sabe até a constituição de uma Secretaria. Resultado da aliança com o movimento social e do PMDB da região, por meio de seu deputado estadual, essa reunificação ocorreria no Governo Fleury (1991-1994) em função de uma promessa que ele fizera aos sem-terra no Pontal, quando em campanha. Passadas as eleições, técnicos do DAF e do DRF redigiram um documento comum em que cobravam a promessa e manifestavam sua posição.

É importante ressaltar que o Estado de São Paulo é um dos poucos Estados brasileiros a não possuir ainda um Instituto de Terras, ou algum outro órgão que centralize a direção da política agrária e conduza a problemática da terra de uma maneira satisfatória.

A intervenção estatal nesse setor é um dever que deflui do Estatuto

Político da nação brasileira, pois a terra, como meio de produção fecundo e essencial, tem o destino da sua ocupação e exploração pelo homem, respeitados os critérios de racionalidade e eficiência. A propósito desse designio, não há desenvolvimento quando, na condução da política fundiária, os espaços físicos não são distribuídos democraticamente, assim como os agentes e destinatários da ação estatal não podem ficar relegados a planos inferiores. [...]

Este documento parte de um pressuposto que a vitória das forças comprometidas com a manutenção da democracia em São Paulo deve atender aos inúmeros compromissos públicos assumidos com trabalhadores rurais, posseiros e sem-terra, durante a campanha para governo do Estado. (Técnicos do DAF e DRF, versão de 22/1/1991, p. 2-3)

O documento nunca foi respondido, mas o ITESP foi efetivamente criado logo no primeiro dia do Governo Fleury e, alguns meses mais tarde, outro decreto conferia as atribuições ao novo Instituto, que ficaria responsável pela *execução* da política agrária, com enfoque predominantemente voltado à regularização fundiária e atuando *subsidiariamente* à Procuradoria Geral do Estado. Esta, embora não tivesse efetivamente essa atribuição, era quem na prática conduzia a política fundiária paulista.

Aliás, de acordo com o Decreto, nós atuávamos subsidiariamente à Procuradoria. Então, nós tínhamos a demanda e nós levávamos a preocupação. Certo? Nessa época, de 1991 até 1994, tinha grupo criado junto à Procuradoria Geral pra conduzir a questão agrária... Esse grupo trazia os Procuradores Chefes das Procuradorias Regionais pra agilizar a questão agrária. Então, discutiam-se as questões que permeavam discriminatórias, regularização fundiária, e a questão da reivindicação de áreas, dos assentamentos, a necessidade de arrecadação, os planos públicos... Tudo era discutido no âmbito da Procuradoria. Na verdade, a Coordenadoria ITESP, quando foi criada, atuava subsidiariamente. (Advogado do IAF/ITESP desde 1985, 31/05/05)

A recém-criada Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC) não se envolvia muito com a questão agrária, nem ocupava um papel preponderante na discussão dos problemas, mantendo seu interesse maior focado na relação com o Poder Judiciário. *“Naquele tempo, os Secretários eram transitórios, ficavam pouco tempo, sabiam que tinham um prazo fatal. [...] A Secretaria, antes de ser da Defesa da Cidadania, ela era porta-voz do Governo junto ao Judiciário”* (Advogado do IAF/ITESP desde 1985, 31/05/05).

Com a relação se dando quase exclusivamente entre Secretário e

Coordenador, na prática a SJDC permanecia distante de um problema que no fundo não lhe dizia respeito, atuando a reboque das demandas sociais e da conveniência política ou jurídica da Procuradoria.

Era o [Coordenador] quem conduzia e o relacionamento dele era com o Secretário. Aqui dentro, é obvio, ele tinha os assessores dele, discutia, conversava, mas a linha de atuação junto à Procuradoria, como se formalizava a discussão, em que nível se formalizava... ele é quem conduzia. Junto ao Secretário, junto à... até porque havia uma proximidade, o prédio da Secretaria era ao lado do prédio do Gabinete do Procurador Geral. Então havia uma interação, uma facilidade de contato. (Advogado do IAF/ITESP desde 1985, 31/05/05)

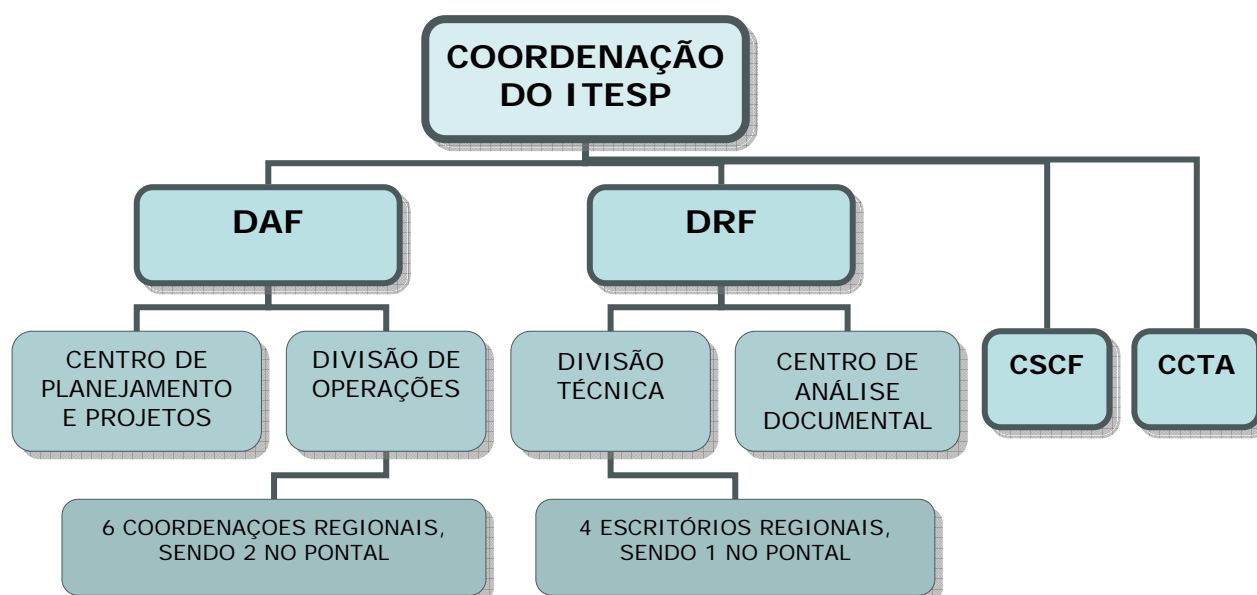
Assim que o novo Secretário assumiu, eu liguei pra lá e pedi uma audiência que era pra levar os graves problemas que a gente vinha enfrentando aqui. E eu pedi com urgência. – *Ah, pois não!* Então ele marcou pra depois de oito dias. Eu falei: *Olha, mas é urgente!* Nesse meio tempo, um pessoal dos sem-terra veio ao INCRA e ele teve a notícia que eles estavam se deslocando pra Secretaria. Aí ele me ligou: *Venha imediatamente!* Aí, a partir daquele instante ele entendeu a problemática do ITESP e passou a dar atenção. (Coordenador do ITESP em 1994, 31/05/05)

Esse distanciamento, maior ou menor conforme o Secretário, era percebido no interior do ITESP e a ele se atribuía um significado relativo ao valor do próprio órgão para o Governo, sua importância, da qual decorriam diretamente seu poder e sua capacidade de conquista.

Antes era muito... Secretário da Justiça e Coordenador. Tinha uma distância muito grande. Não tinha uma... não vou dizer amizade, mas parecia que era uma coisa bem distante. A relação dependia muito do Secretário também, da importância que ele dava pro ITESP. Tinha Secretário pra quem o ITESP era uma... porcaria! Não merecia atenção. E quando você tem a aprovação do Secretário, você tem o Secretário do seu lado, ele acha que o ITESP é importante, é muito mais fácil conseguir as coisas. Mas quando o Secretário acha que o ITESP é um mero... um mero órgão assim, que não tem importância, você não consegue nada! Não consegue nem pros funcionários, nem pro ITESP, nem pros sem-terra. Nada. (Secretária do gabinete de direção do ITESP desde 1991, 3/8/05)

No novo Instituto, além do DAF e do DRF, foram criadas duas estruturas novas (Quadro 2.8): um Centro de Solução de Conflitos Fundiários (CSCF), em 1991, e um Centro de Capacitação Técnico-Agrária (CCTA), já no final de 1994.

QUADRO 2.8. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DA ESTRUTURA DO ITESP EM 1995.



O CSCF, apesar do nome que indicava uma atribuição excessivamente pretensiosa: solução de conflitos, não dispunha de pessoal, estrutura ou delegação real de poder para intervir nos conflitos, limitando-se a sistematizar os dados e informações a respeito (ITESP, 2000, vol. 6).

Uma mudança importante introduzida nesse período foi a unificação dos contratos de terceirização de mão-de-obra que supriam o ITESP de pessoal técnico, o que passou a ser feito exclusivamente através da BANESER⁸³, com a ampliação significativa do número de profissionais. Se isso, por um lado, permitiu melhorar as condições de trabalho dos técnicos mais antigos e ampliar a esfera de atendimento do Instituto nas suas áreas prioritárias, por outro, trazia uma nova componente nas relações entre o ITESP e o movimento social. Os profissionais ingressavam por meio de um teste de competência técnica, mas o caráter militante não podia ser aferido de igual maneira.

A questão propriamente da distribuição de terras eu fui me envolver mais no ITESP e aí me surpreendi até como que, durante a universidade e mesmo depois na minha fase profissional, não tinha atentado pra importância da questão da terra, da questão agrária. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 28/07/05)

Quando eu entrei em 1994, tinha já 2 ou 3 técnicos, né? A gente começou a trabalhar junto, tal. Tinha 2, nós entramos em 2, ficamos com 4. Tinha

⁸³ Banespa S.A. Serviços Técnicos e Administrativos – empresa auxiliar do Banco BANESPA que foi amplamente utilizada pelo Governo Fleury para a contratação de mão-de-obra terceirizada para prestação de serviços a órgãos e entidades públicas do Estado, em regra sem licitação e sem concurso público.

gente que tinha até um certo receio quando falava: Hoje nós vamos ver um líder dos sem-terra, fulano de tal. A gente tinha até um certo receio daquilo lá. (Agrônomo do ITESP desde 1994, 25/5/05)

Mas, embora tenha realizado investimentos em estrutura e inovações administrativas no órgão de terras, o Governo Fleury não alterou significativamente a forma de atuação de seu antecessor na área agrária, sendo visto como uma continuação negativa, mantendo a subordinação política aos interesses dos grandes fazendeiros.

Nesses 8 anos, a base de sustentação, tanto no Quércio como na sucessão do Quércio, os aliados eram os grandes fazendeiros. Então não tem como... o cara não tinha interesse! Até por uma convicção dele mesmo, que a coisa do desenvolvimento do país ou do Estado não passava por essa questão. (Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/05/05)

Ao mesmo tempo, o Governo garantia o atendimento pontual das demandas da liderança do MST no Pontal e dos políticos locais, independentemente da posição dos técnicos do ITESP, que nem sempre concordavam com elas. Isso causava um estremecimento na base das relações entre MST e ITESP, sentida mais profundamente na regional do Pontal.

Em 1994, era muito difícil porque... eu não sei se devido a pressão social que tinha na época, muito acampamento, muita coisa, e o movimento social trabalhava diretamente com os acampados, né? Então existia assim uma... uma... não era uma briga, mas uma coisa, parece um tipo de uma rivalidade, sabe? Era mais difícil. Principalmente pra nós que estávamos aqui na frente, trabalhando no campo, aqui a gente sofria muito com isso. Eu digo principalmente pra nós porque, quando se tratava, por exemplo, com a Diretoria do ITESP aí o contato era mais na base política, tal, ou com as principais lideranças do Movimento e era mais fácil de trabalhar. Agora pra quem enfrentava aqui no dia a dia, era com os militantes do MST, né? Os militantes. Era sempre muito difícil. (Agrônomo do ITESP desde 1994, 25/5/05)

Mas, apesar de toda essa dificuldade que vinha desde o seu início e se acentuava nos Governos menos comprometidos com a causa da terra – ou talvez em decorrência dela – e apesar das inúmeras transformações que sofreu, o Instituto desenvolveu dinâmica própria, que se tornaria uma de suas marcas mais importantes.

Mesmo com direções que não eram exatamente comprometidas com isso, ele tinha uma dinâmica própria, que não é só a dinâmica daquela máquina burocrática, das regras administrativas que vão andar independente de quem seja o diretor administrativo. Ela tinha uma dinâmica técnica

também e uma dinâmica política que funcionava quase que independente de quem assumia a direção naquela época. Ele tinha uma dinâmica muito interessante que contribuiu um pouco pra que o Estado assumisse a dianteira na questão dos assentamentos. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 11/11/05)

Assim, por um lado, durante os Governos Quércia e Fleury, havia uma postura institucional tradicional no Governo do Estado, especialmente nas instâncias decisórias mais elevadas na hierarquia política. Os interesses dos *grandes* (fazendeiros, políticos, lideranças) encontravam eco para suas reivindicações, com acordos firmados pontualmente, ao sabor da sua vontade e atendendo às suas conveniências. Por outro lado, no ITESP se encontrava uma postura absolutamente não tradicional, especialmente na área técnica ligada aos assentamentos, onde a missão de 1984 ainda reverberava, onde a defesa dos *pequenos* (posseiros, assentados, acampados) tinha primazia sobre quaisquer outros interesses.

Talvez por essa razão, quando Mário Covas vence as eleições, sem uma palavra em seu programa a respeito do Pontal e sem qualquer meta definida para o setor de justiça e cidadania relativa aos assentamentos ou à regularização fundiária⁸⁴, o pessoal do ITESP se articula e procura a equipe do candidato eleito para expor seus argumentos e convicções. No final de 1994, uma comissão de funcionários procura o responsável pela área de justiça e cidadania – cogitado, mas ainda não confirmado – para ser o novo Secretário e lhe apresenta o problema e uma perspectiva de atuação.

Eu tive uma noção de que havia dois pólos de atuação, que eram DRF e DAF, era por essas expressões que chegava, por essa canalização. DRF era algo que vinha do Vale do Ribeira, DAF era algo do Pontal. Depois nós fomos ver que não era bem assim. Uma coisa que foi interessante: no primeiro contato foram pessoas, que falavam de acampamentos no Pontal e assentamentos. A primeira coisa que eu perguntei a eles foi: *Mas porque isso?* E a resposta eu não lembro bem, mas a minha intuição era que o diálogo não estava estabelecido em bases boas entre Governo e movimento social. Não quer dizer que o diálogo não fosse bom, é que não estava estabelecido em boas estruturas, estava estabelecido em base a uma relação pela qual o Governo cede no mínimo o que é necessário pra


⁸⁴ Na verdade, no programa de governo, item "**Direitos**", subitem "**Justiça**" não havia nenhuma palavra para o tema, apenas no item "**Desenvolvimento**", subitem "**Agricultura**", lia-se: "*O Governo Mário Covas tem o firme propósito de corrigir as atuais deformações do programa de assentamentos agrícolas, virtualmente paralisado desde 1986 e hoje em situação precária. As mais de 4 mil famílias assentadas receberão capacitação e assistência técnica para não mais depender da tutela estatal. Em colaboração com o Governo Federal, o Estado implantará novos programas de assentamento, com a criação de agrovilas onde os assentados possam se organizar e ter acesso aos serviços e equipamentos sociais. Um assentamento deve conquistar a autonomia no máximo em cinco anos, a contar de sua completa instalação.*" (PSDB, 1994:41)

que o Movimento continue e o Movimento não se aborrece com isso.
(Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/5/05)

Dessa forma, abria-se para 1995 a hipótese de uma nova forma de relação entre o ITESP e a SJDC, com o Secretário sendo apresentado à questão fundiária paulista pela voz dos funcionários do próprio órgão – e não através de demandas ou jogos de influência, não através dos movimentos sociais, dos políticos ou dos dirigentes.

Foi muito positiva aquela visita prévia que eu recebi no meu escritório. Foi positiva, no sentido que a imagem que se passou é: nós queremos saber se temos espaço pra atuar. Foi positiva, porque eram pessoas de um órgão, isso me passou muito claro, era um órgão voluntarioso ali que vai perguntar se tem espaço pra atuar. Então me passou uma excelente idéia, naquele momento: eram pessoas preocupadas com um tema. Eles não estavam preocupados com os empregos, eles estavam preocupados com uma instituição e com um tema. Foi muito interessante isso. E nós quase enfartamos! Não achamos que tinha problema agrário em São Paulo. Então isso foi impactante pra mim, até, quando eles saíram, eu disse pro Edson: *Nossa! Achei que aí não... Não dedicamos uma palavra pra isso no programa!* (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/7/05)

Esse provavelmente foi o ponto de partida para o estabelecimento de uma conexão direta entre a Secretaria e a própria base da instituição, seus técnicos militantes.



Pontal

A extensão da terra quase assusta
E mais que ela, o vazio...
Sensação de desesperança.
Nada ali parece ter vida.
O pasto ralo de um verde seco,
Os bois tristonhos a ruminar
E ora aqui, ora lá longe,
A chaga aberta de uma ferida
Que sangra a terra com violência,
Rasgo feio de erosão.

Cerca, cerca, cerca...
Quilômetros de estrada
E cerca.

De quando em quando uma cidade
– Cidadezinha, melhor dizer –
Modorrenta e esquecida
Dorme o sono de uma velhice precoce

Aonde foi a juventude?
Porque não está mais aqui?
Aonde seus braços fortes?
Quem sugou a sua força?
O eco somente responde:
Força, força, força...

Não há mais nada, nem há ninguém.
Até quando?

Os bramidos do inconformismo
Ressurgindo, são rumores,
Vão crescendo num allegro
E explodem de repente,
Incendeiam corações.
A massa exangue se levanta.
Ergue os olhos, rompe a cerca,
Planta os pés, finca no chão...

De onde vieram tantos?
Que subterrâneo os alimentou?
Quem gerou toda essa garra?
Tanta semente de esperança,
Quem lhes disse pra sonhar?

E a terra redescoberta
Vira a terra prometida
Lentamente é dividida
Com a força da multidão.

E uma nova poesia
Já se encontra em gestação.

TMOA
1997 – DLXIX

CAPÍTULO 3: CONVICÇÕES EM CONSTRUÇÃO.



Arte sobre foto do Acervo ITESP

3. CONVICÇÕES EM CONSTRUÇÃO.

Uma analogia com “bifurcações”, estudadas na física do não equilíbrio, surge imediatamente. Essas bifurcações aparecem em pontos especiais nos quais a trajetória seguida por um sistema se subdivide em ramos. Todos os ramos são possíveis, mas só um deles será seguido. No geral não se vê apenas uma bifurcação. Elas tendem a surgir em sucessão. Isso significa que até mesmo nas ciências fundamentais há um elemento temporal, narrativo, e isso constitui o “fim da certeza”, o título do meu último livro. O mundo está em construção e todos podemos participar dela. (Ilya Prigogine. Caderno Mais! FSP, 30/1/2000)

A primeira gestão Mário Covas (1995-1998) começou em 1º de janeiro de 1995. E logo se descobriu que, longe de estar resolvido, o conflito no Pontal já se generalizava em todas as suas dimensões.

Para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC) foi nomeado Belisário dos Santos Júnior⁸⁵, respeitado advogado de Direitos Humanos. FERNANDES

⁸⁵ Advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1970, com Curso de mestrado em Legislação Penal Especial (pela USP); Curso de Especialização em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica –SP e Curso Interdisciplinar em Direitos Humanos (Instituto Interamericano de Direitos Humanos – Costa Rica). Advogado de presos e perseguidos políticos; procurador de Autarquia Assistente (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, IPESP). Membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, desde 1982. Membro do Conselho Penitenciário do Estado, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, de 1990 a 1994. Membro da Comissão de Direitos Humanos da Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil entre 1985 e 1990. Ex-Membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil até 1994. Ex-Presidente da Associação de Advogados Latino-Americanos pela Defesa dos Direitos Humanos, desde 1980. Membro do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. Foi Secretário da Administração Penitenciária entre 1º de janeiro e 15 de julho de 1995 e Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania entre 1º de janeiro de 1995 e 6 de julho de 2000. (In: <http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=235>)

(1996:190) assim se refere ao novo Secretário: *“Na sua trajetória profissional, o advogado trabalhou na Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, ligada à Arquidiocese de São Paulo. Com essa nomeação, em certa medida, a aliança histórica entre os grileiros e o estado estava abalada”*.

Seu Adjunto foi Edson Luiz Vismona⁸⁶, também advogado da área empresarial. Tinham se conhecido na formatação do Programa de Governo de Mário Covas, quando foram responsáveis um pelo Grupo Setorial de Justiça e outro pelo Grupo de Defesa do Contribuinte. No entanto, somente às vésperas de sua indicação para a Secretaria, tinham tomado conhecimento da existência de uma questão agrária estadual.

Aliás, desde o final de dezembro de 1994 nós estávamos muito impactados com essa questão agrária, porque a gente não tinha idéia, não aparecia isso. A gente não tinha idéia da dimensão. Essa dimensão apareceu pra gente naquela primeira reunião com o pessoal do ITESP, quando eu ainda era Secretário indicado, aliás, nem indicado eu era ainda. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/5/05)

A nova equipe de Governo⁸⁷ tomava pé da situação, ao mesmo tempo em que se defrontava com um problema adicional de ordem institucional.

Em fevereiro, eu fui ao Vale do Ribeira com o Vice-Governador Alckmin e o tema foi o ITESP. O que ia acontecer com o ITESP, se o ITESP ia acabar. Então eu senti que de fato os prefeitos tinham uma preocupação com o ITESP, que o ITESP era importante. O Movimento Sem Terra dizia a mesma coisa. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/7/05)

Desde 1991, os técnicos do ITESP eram contratados pela BANESER. A instabilidade institucional que marcava a história do Instituto e a inexistência de quadro de funcionários próprio eram fatores de preocupação permanente de todos que se relacionavam com a questão agrária paulista e, em especial, dos servidores do Instituto. *“Sempre nas mudanças de Governo a gente morria de medo. A gente ficava morrendo de*

⁸⁶ Advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1981. Pós-graduado em Direito Internacional pela USP em 1986. Cursou a Academia Internacional de Direito de Haia, Holanda, em 1988. Professor de Direito Internacional da UNIVAP de 1986 até 1991; Advogado de empresas, participou da elaboração do Código de Defesa do Consumidor como representante da indústria elétrica e eletrônica junto ao Congresso Nacional; *Ombusman* da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), de 1990 até 1994; Atuou nas negociações empresariais na estruturação do Mercosul; Coordenou o Programa da Qualidade do Serviço Público do Estado de São Paulo de 1995 até 2002; Foi Secretário Adjunto da Justiça e da Defesa da Cidadania de 1º janeiro de 1995 até 6 de julho de 2000; quando assumiu a Secretaria da Pasta, permanecendo até 24 de janeiro de 2002. (In: <http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=236>)

⁸⁷ Foi nesse momento que re-ingressei no ITESP, na posição de Diretora do DAF, em fevereiro de 1995, a convite de Jonas Villas Boas, advogado, recém nomeado como Coordenador do ITESP. Jonas já havia sido Diretor do DRF nos Governos Quéricia e Fleury, e assumido por alguns meses a Coordenação do ITESP, entre setembro de 1993 e janeiro de 1994. O novo Diretor do DRF e os dois outros dirigentes da minha equipe no DAF (Quadro 2.8) eram agrônomos, antigos funcionários (vistos como técnicos-militantes), que atuavam no Instituto desde o IAF.

medo, mas era com os salários, com a estabilidade..." (Técnico em Agrimensura do DRF/ITESP desde 1986, 28/05/05)

Naquela transição havia um motivo adicional de preocupação: Covas havia decidido extinguir os contratos com a BANESER, alvo de denúncias de fraudes, especialmente em relação à contratação de fantasmas políticos e à ausência de processos licitatórios para terceirização de mão-de-obra. Por mais verdadeiro que isso pudesse ser para outros órgãos, o fato é que no ITESP as pessoas trabalhavam regularmente e a máquina do Instituto tinha 90% dos servidores contratados pela BANESER. Mas esse contrato seria rompido: o ITESP ia parar.

Então, a primeira grande preocupação, que foi imediatamente assimilada, era a necessidade de manter o ITESP e por uma decisão do governo anterior o ITESP dependia de um contrato que se extinguia no dia 31 de janeiro de 1995. A urgência era essa.

A urgência foi revelada também na primeira visita que nós recebemos aqui na Secretaria da Justiça, que foi exatamente um grupo de Sem-terra e, para meu espanto, ali na primeira reunião com os Sem-terra, como na primeira reunião com prefeitos, a primeira reivindicação não foi algo para o Movimento e nem foi algo para os municípios, mas foi para que se mantivesse o ITESP. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 14/01/98).

Não obstante, no início de abril, os servidores do ITESP foram todos demitidos e a condição militante de seus técnicos foi novamente testada: durante os três meses que se seguiram, a maior parte permaneceu trabalhando sem qualquer perspectiva de remuneração, especialmente na área de assentamentos. Se os técnicos faziam isso para conquistar do Governo a retomada das atividades do órgão – e conseqüentemente seus empregos – também não deixavam em nenhum momento de atender às necessidades fundamentais dos assentamentos, por vezes utilizando seus próprios meios.

A gente tava sem contrato... Fui lá com o meu carro, botava a gasolina metade eu, metade o pessoal do Movimento Sem Terra.

P: Você pagou pra trabalhar?

Ah, mas foi... fazia parte, né? Eles precisavam de uma força e nós também de uma força. Acho que o trabalho justifica muito mais qualquer pedido, né? Por exemplo, eu trabalhando, eu tenho certeza que mostro importância do local. O ITESP tem uma participação super importante, sempre acreditei nisso, e sem uma participação da gente... que ela é alheia até a certas irregularidades e tal. A gente tem que participar.

(Agrônomo do ITESP, desde 1992, 25/05/05)

Essa decisão de manter a instituição funcionando impactava fortemente a todos os que se relacionavam com a questão, e especialmente ao novo Secretário, fortalecendo o sentimento de identidade que começava a estabelecer.

No desenho da solução, ninguém se incomodou de ficar um mês – era o que a gente imaginava a princípio – sem ganhar nada. Ninguém se incomodou – a idéia que me era passada – ninguém se incomodou da chefia ao último funcionário! Tem alguma coisa estranha nesse órgão!

E as pessoas dessa entidade aí, dessa coisa estranha que era o Instituto de Terras, elas vinham com a mesma idéia que eu vinha pra Secretaria, eu vinha com temas, com idéias na cabeça, tal, e a busca de um espaço pra atuar. Era a mesma idéia. Então era o órgão mais parecido comigo... [emociona-se]

E eles eram muito generosos. Essa generosidade da pessoa machucada, ofendida... e o cara tem tempo e vontade de ainda ser generoso!... Então, no ITESP, quer dizer, três meses sem receber e ainda ter tempo de trabalhar, de montar tudo aquilo ali... (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/7/05)

Na SJDC, os esforços institucionais voltavam-se à recomposição do quadro funcional do órgão, que constituía a principal estrutura de atuação do Estado na questão agrária. Num reconhecimento implícito da importância do seu papel, sindicatos, associações, entidades de luta pela reforma agrária, estudiosos da área, deputados e prefeitos de inúmeros municípios paulistas engajaram-se numa campanha em prol do ITESP⁸⁸. O MST também integrou essa campanha, participando de passeatas e audiências com o Governador, ao lado dos servidores (Figura 3.1).

O Mário Covas atendeu nós, nós fizemos uma reunião aqui grande, fomos pra lá, ele atendeu nós. Até ele pediu pra nós cantar uma moda do Chico Mineiro, né? Naquela vez ele já queria que o ITESP não era o órgão pra atender nós, ia ser o INCRA, não sei o que, que era pra eliminar o ITESP. Então antes de começar isso aí, nós foi lá brigar pra segurar o ITESP. (Assentado na Fazenda Santana, acampado desde 1992, 26/05/05)

⁸⁸ Essa articulação, na verdade, já havia se iniciado em dezembro de 1994, a partir de uma reunião realizada na Assembléia Legislativa, denominada: "A situação atual e as perspectivas de Reforma Agrária no Estado de São Paulo", com 96 participantes. Ali se formou uma Comissão com 16 integrantes, entre deputados, vereadores e prefeitos do Pontal e do Vale do Ribeira, organizações dos trabalhadores, servidores do ITESP e do INCRA. (MEMÓRIA DE REUNIÃO de 14/12/1994)

FIGURA 3.1. MANIFESTAÇÃO PELA MANUTENÇÃO DO ITESP.

Fotos: Acervo ITESP, 1995.

Numa demonstração de apoio também da academia, respeitáveis professores e pesquisadores da UNESP e da UNICAMP se dispuseram a viabilizar um convênio de suas instituições com o Estado para garantir a efetivação de uma política agrária e a continuidade dos serviços do ITESP. Finalmente, em 3 de julho de 1995 o quadro foi recomposto⁸⁹ com a assinatura de um Convênio com a UNESP, através da FUNDUNESP.

3.1. OS ALICERCES

Durante todo o primeiro semestre, a SJDC dedicou seus esforços à recomposição do Instituto de Terras, sem o qual sua atuação na área agrária estaria prejudicada. Por outro lado, outros graves problemas relacionados a rebeliões em presídios também demandavam a atenção do Secretário, que muitas vezes mediava pessoalmente tais situações. Nesse período, a atuação do Governo na área agrária foi de ordem mais política, conduzida diretamente pelo Gabinete do Secretário.

⁸⁹ No momento da demissão, o Governador havia se comprometido com a recontração do número total de funcionários do ITESP; uma pequena parte havia desistido; tais 'vagas' foram preenchidas principalmente com pessoal que atuava nos reassentamentos da CESP, demitido da BANESER, e destinadas ao Pontal. Inseria-se assim um novo bloco de profissionais no ITESP, com caráter fortemente pragmático.

E num período muito conturbado, porque o Belisário nesse momento ele acumulou a Secretaria da Justiça com a Secretaria de Administração Penitenciária, e num período em que essa Secretaria começou a ter rebeliões contínuas, então ele ficava pouco na Justiça e ficava mais na Administração Penitenciária, por motivos óbvios. E eu, um advogado de empresa, que nunca tinha tido contato com o movimento social, passei a receber prefeitos, líderes do MST, líderes ruralistas, deputados federais, estaduais... ou seja, um universo com que eu nunca tinha tido contato. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

O lema da SJDC nessa gestão era ser "*a porta de entrada da cidadania para o Governo do Estado*"; prefeitos, deputados e representantes da sociedade civil tinham acesso garantido ao Gabinete. Com as organizações atuantes na questão agrária em São Paulo o processo de interlocução vinha desde os primeiros dias de Governo e a atuação da Secretaria se edificava sobre essa base.

É interessante lembrar que esses eram atores com os quais a gente não tinha contato e em relação aos quais a gente não tinha nenhuma pré-agenda, não tinha nenhum plano pré-definido de como tratar. [...] o Movimento, no início não trouxe reivindicações, mas ele trouxe a necessidade de que o Estado re-estabelecesse ou evitasse a extinção do interlocutor que eles estavam acostumados a tratar. [...] E aí quando se definia que esse problema poderia ser resolvido, em 1º de abril de 1995 produziu-se a primeira invasão. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05)

Desde 1994 a alternativa de luta pela terra atraía cada vez mais adeptos e o número de novos sem-terra aumentava tanto que logo o MST promovia uma grande ocupação, que deu origem a um novo acampamento, batizado de *1º de Abril*, data de sua constituição, onde anunciava a presença de mil e oitocentas famílias. Situado na divisa entre as Fazendas Haroldina e Arco-íris, o Acampamento 1º de Abril (Figura 3.2) era um novo mega acampamento, com estrutura de mini-cidade, incluindo posto de saúde e coreto central. Cercado de pasto, ele se destacava à distância.

O acampamento mais ao fundo, uns mil metros pra dentro da porteira, a gente via de longe. Enorme o acampamento. Enorme! Meu Deus do Céu! Nunca vi um acampamento tão grande daquele. (Agrônomo do ITESP desde julho de 1995, 10/11/05)

FIGURA 3.2. ACAMPAMENTO 1º DE ABRIL NA DIVISA DE FAZENDAS NO PONTAL

Foto: Acervo ITESP, 1995.

1º de Abril foi teste de abertura das relações do Governo Covas com os sem-terra no Pontal, como declarava o principal líder no MST na região, José Rainha Jr: *"Com Fleury, uma liminar de reintegração era dada na segunda e ele mandava a polícia no mesmo dia. No primeiro teste, Covas não mandou a polícia e recebeu fazendeiros e sem-terra para tentar um acordo."* (FSP, 10/04/95, p. 1-4).

Quase imediatamente, os fazendeiros de terras devolutas em Mirante do Paranapanema começaram a procurar a Secretaria, com a perspectiva de acordos para assentamento nos mesmos moldes anteriores. Poucos dias após a ocupação, os jornais já noticiavam essa disposição de negociar dos fazendeiros, na expressão do prefeito de Mirante do Paranapanema: *"O fazendeiro está disposto a ficar com 500 hectares (a fazenda tem 1.860 hectares) e ser indenizado no restante pelas benfeitorias feitas"*, secundado pelo presidente da Associação dos Proprietários Rurais do município: *"Nós queremos negociar porque a situação está ficando insuportável com tantas invasões, mas não podemos permitir que nos tirem o que foi investido em mais de 40 anos de posse na terra"* (FSP, 08/04/95, p. 1-11). Essa expectativa também se espelhava nas reportagens envolvendo as lideranças do MST: *"No Pontal desde 1993, Rainha já comandou dezenas de invasões, que forçaram o governo do Estado a retirar, por meio de acordos indenizatórios, três fazendeiros da área, entregando as propriedades para assentamento dos sem-terra"* (FSP, 10/04/95, p. 1-4).

Nesse contexto, a SJDC deu início a uma série de reuniões, ainda com o caráter de audiências, envolvendo os principais atores do processo – os líderes do MST na região; os fazendeiros, quase sempre com seus advogados, e líderes do Sindicato de Presidente Prudente e Associações Rurais Patronais; os políticos com atuação local, como deputados e o prefeito de Mirante.

Nós transformamos a Secretaria num espaço de negociação natural, ou seja, nós nunca criamos nenhuma dificuldade burocrática, formalista, no sentido de receber qualquer um dos agentes desse processo. Nós rapidamente identificamos que era necessário conversar e que a Secretaria tinha que ser esse espaço. E isso se desdobrou em vários outros momentos. A Secretaria nunca se posicionou de uma forma burocrática diante das questões, ela trazia pra dentro dela os debates, as discussões. A Secretaria era um espaço em que as pessoas podiam vir conversar e teriam uma interlocução direta com o Governo, uma linha direta de participação. Nós nunca ficamos preocupados em: Ah, a agenda do Secretário... Ah, mas você não procurou primeiro falar com... A gente subverteu isso, a relação era muito direta. Tanto o Secretário, o Adjunto, os Assessores, afastaram a empáfia do poder, aquela coisa de: eu estou no poder e você precisa ter uma certa dificuldade pra falar comigo. Nunca foi assim. E esse ânimo ajudou muito no processo de diálogo. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Mais adiante essa linha de conduta era reproduzida também no ITESP, resgatando a forma de atuação do Instituto no período do Governo Montoro.

Você tinha aqui um espaço, que entrava e saía, de trabalhadores, né? Que vinham aqui porque sabiam que uma certa hora iam ser recebidos. Chegava às nove da manhã ia ser recebido às onze; chegava às onze ia ser às duas. Mas alguém institucional iria recebê-los, mesmo não dando nenhuma solução pronta, por exemplo, mas ia receber o cara. [...] No Covas, eu achei que aqui teve gente pra caramba, foi um espaço que o pessoal acabou vindo inúmeras vezes. [No Montoro] o pessoal do IAF na época ou do DAF, foi muito no campo, muita conversa, se conversava mais, né? E não era no sentido de cooptação de ninguém. Era no sentido de: Bom, você tá na sua trincheira, nós tamos na nossa, o que vocês querem? (Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/05/05)

A conduta da Secretaria nesse sentido era muito diferente do usual. Os Secretários anteriores tinham muito mais formalidade no seu relacionamento com a sociedade e mesmo com as instituições ligadas à Secretaria, à exceção mais uma vez do que ocorrera durante o Governo Montoro.

O Montoro teve isso. O Laudenor e aquela comissão de assentados, lá... Putz! Os caras iam todo dia na Secretaria. Porque achava que ninguém ia expulsá-los, tavam prontos pra ouvi-los, o Secretário, o próprio Governador. No Quércia isso foi muito minimizado, você não via trabalhador entrando na Secretaria. Porque a coisa fica assim num clima, porque, se o cara atender, vai mostrar um papel em branco lá e não vai avançar coisa nenhuma. [...] Governo Fleury e Quércia, muito mais refratários. Mas aí, é assim, um sentimento que o movimento tem, o cara não vai bater em ferro frio, o cara sabe disso. Mas é engraçado porque ele é meio paradoxal, né? Porque na medida que você atende, mais ele bate. Na medida que você não atende, o cara retrai também. Então é um paradoxo aí que eu não consigo entender. Mas acho que é assim que funciona. (Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/05/05)

Naquele tempo, os Secretários eram transitórios, ficavam pouco tempo, sabiam que tinham um prazo fatal. A diferença é que o Belisário quando entrou não tinha um prazo definido. Ele não pensava assim: *Eu vou entrar, ficar aqui dois anos, estabelecer as relações que eu preciso e depois vou embora*. Não, o Belisário não tinha prazo. Acho que ele pensava assim: Já que eu entrei aqui, vou me aprofundar na questão. Vou resolver. (Advogado do IAF/ITESP desde 1985, 31/05/05).

Eu sabia que uma hora eu podia sair. Mas eu tinha noção da autoridade, isso eu acho que eu exerci bastante bem, era um pouco natural, na época. Mas o desapego realmente havia, era uma relação de inquilino que eu tinha com a cadeira. Eu dizia pro pessoal da área de cidadania: Ó, nós temos seis meses. – O Senhor pediu demissão?! – Não, mas meu prazo é sempre seis meses. Essa noção da urgência que a cidadania passa pra você. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05)

Desde o fim do Governo Montoro, era a primeira vez que um Secretário permitia uma abertura tão grande, especialmente desde 1991, quando o tema foi transferido para a Secretaria da Justiça. Essa abertura também era excepcional porque se dava não apenas no sentido de receber as pessoas ou grupos sociais em audiências, mas no sentido de permitir a interlocução direta com todos os atores sociais, em busca de soluções para os problemas, que era o que se fazia nas reuniões promovidas pela SJDC, regidas sempre pelo espírito da negociação.

A Secretaria enfrentou dois desafios muito sérios logo no início do Governo, que foi a movimentação do MST na Secretaria da Justiça e as rebeliões dos presídios. Nós tivemos inclusive medo naqueles momentos, dois momentos muito complicados, que felizmente nós conseguimos

avançar. O segredo desse avanço, eu repito, foi a disposição pro diálogo. Ou seja, não somos gênios, não tínhamos um programa, não tínhamos um conhecimento acadêmico, nem sabíamos ao certo o que era bem essa estrutura agrária, fundiária, mas nós tivemos sempre a disposição pra ouvir. Disposição pra ouvir, pra negociar, pra avançar. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Fui advogado de presos políticos desde 1970, exigia ter contato com os presos políticos e com a repressão, era uma convivência muito complicada, mas exigia ouvir os dois lados. A valorização do outro é mais do que um princípio de direitos humanos é um princípio da negociação. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05)

O espírito que se imprimia nas reuniões da SJDC com os sem-terra e com os fazendeiros vinha marcado ainda por duas características: a interlocução era direta e confiável. Isso porque a Secretaria tinha adotado dois princípios em sua linha de conduta: estar acessível e não mentir. Quer dizer, nas negociações poderiam participar os reais interessados na questão, sem necessidade de intermediários, e a palavra dita no privado seria a mesma dita em público, e representaria exatamente a intenção que a Secretaria pretendia ter.

Quando o Governo assumiu essa postura, ocupou esse espaço, de negociação, de intermediação, de conversa com os diversos setores, nós tiramos os pais, os donos da questão. Então o deputado já não era mais o dono da agenda, nós não tínhamos mais contato com os prefeitos e os fazendeiros só através de um deputado, ele perdeu essa força que ele tinha e que era artificial da interlocução, deixou de ser ele o único interlocutor. Nós abrimos canais diretos de comunicação. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Uma coisa que talvez seja o mais importante de tudo e que eu aprendi mediando as negociações com os presos: a gente não mente! Essa é uma coisa que eu impus, aprendi, você não mente, você pode não dizer tudo, mas não mente. A gente podia não contar toda a história que devia ser contada em três vezes, mas eu não mentia. Isso dá um ganho enorme. Então eu me sentia bem por causa disso: eu não mentia. Ou pelo menos, pensava que não mentia, às vezes eu não tinha as informações todas, isso era outra coisa... [...] Eu tenho muita responsabilidade em relação a essa história que a gente fala e a essa realidade que a gente cria com as palavras. E eu também fui muito respeitoso com a palavra. Essa decisão de não mentir não era muito fácil. Mas isso foi demonstrando ser correto. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05)

Nessas reuniões eram recolhidas pistas que a Secretaria seguia em busca de compreender os interesses em jogo, os pontos de conflito e de confluência, de forma a desenhar a questão em todos os seus contornos. *“Então, tratava-se de ao mesmo tempo: conceber os meios, estruturar os meios, entender a demanda e tentar trabalhar com ela da forma mais aberta possível”* (Belisário, 30/05/05).

Uma dessas pistas veio de acordos iniciais firmados entre o MST e os fazendeiros, nas duas fazendas vizinhas, objeto da ocupação de 1º de Abril: na Fazenda Haroldina, o acordo envolveu a permanência do acampamento em 5 alqueires com acesso à água, não sendo pedido o despejo se o restante da fazenda fosse respeitado e se o Governo do Estado negociasse a área com o Fazendeiro; na Fazenda Arco-Íris houve um acordo formal, assinado, que permitiu o plantio de mandioca pelos acampados em 500 hectares da fazenda, enquanto prosseguia a negociação com o Governo do Estado. O plantio de mandioca, cultura com prazo de colheita de até 2 anos, é um indicativo do tempo esperado para uma solução.

E essa primeira pista vai ser uma pré-fotografia daquilo que a gente lá na frente viria a propor. Aí, curiosamente, pela postura de um fazendeiro e também do movimento social que estava ali é que vem essa noção. E aí nós entendemos que poderia haver um esboço de uma convivência. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

O acordo relativo à Fazenda Haroldina, assinado entre o fazendeiro e José Rainha, no escritório do advogado do fazendeiro, foi intermediado pelo prefeito de Mirante, Núbio Pinto Medeiros. O advogado declarava à imprensa que seu cliente aceitava discutir um acordo com o governo *“desde que ele seja indenizado por todas as benfeitorias que fez em 20 anos de posse da terra”* (FSP, 11/04/95, p.1-10). Na Fazenda Arco-Íris, também com a intermediação do Prefeito, o acordo foi feito diretamente entre fazendeiro e MST, mas celebrado na Secretaria, recebendo o aval político do Secretário.

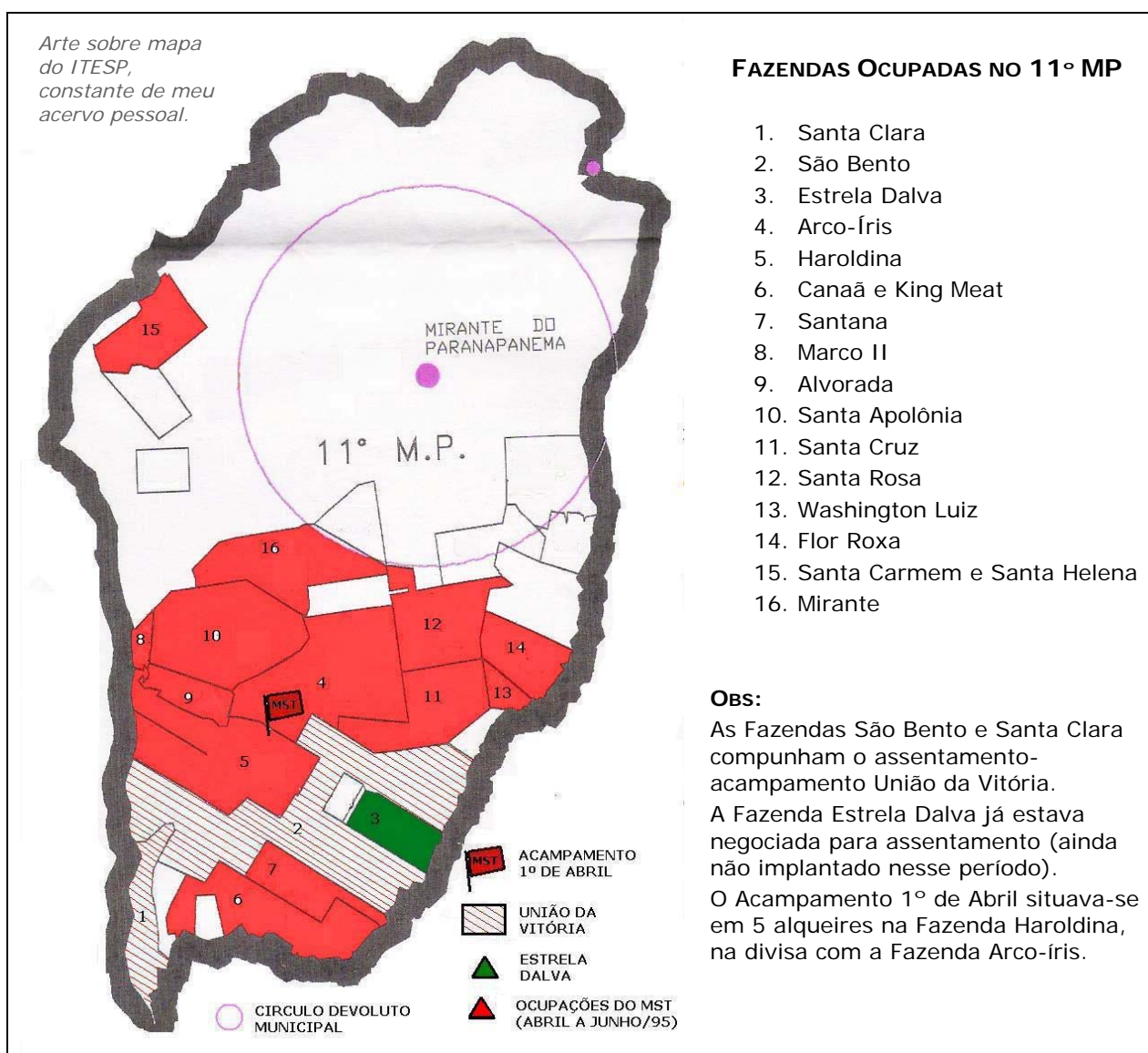
Nos dois casos, a Secretaria teve um papel coadjuvante e tanto a formatação dos acordos como as declarações dos envolvidos no ajuste confirmavam que a expectativa dos políticos locais, dos fazendeiros e dos sem-terra ainda permanecia voltada às soluções individualizadas e pontuais, que respondessem às demandas, mesmo que isso demorasse. Essa tendência não escapou à percepção do Secretário, contribuindo para a formação da idéia da necessidade de um plano de ação mais consistente.

Algumas lideranças apareceram logo no início e eram lideranças que se impunham pela capacidade que elas tinham de evidentemente mobilizar, não de resolver o problema, mas de mobilizar e criar situações de confronto com o Estado, ou seja, criar situações que obrigassem o Estado

a dar uma resposta. Essa atitude foi algo que logo ficou bastante claro que nós deveríamos reverter. Essa atitude de reagir deveria ser revertida. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Mas as negociações não interromperam as ocupações no Pontal. União da Vitória e 1º de Abril tornaram-se o centro de irradiação de uma onda de ocupações que varria todas as fazendas do entorno. Praticamente todas as fazendas da parte sul de Mirante do Paranapanema foram ocupadas pelos 'assentados' e acampados (Quadro 3.1).

QUADRO 3.1. OCUPAÇÕES NO 11º MP ENTRE ABRIL E JUNHO DE 1995.



No Município de Mirante com a saída da São Bento e da Santa Clara, daí pra frente é que... Daí que dos conflitos foi saindo... saiu a 1º de Abril, na Fazenda Haroldina e Arco-Íris. E também na época foi aquelas ocupação

com fogo, com ranca de cerca e daí ocupamos várias fazenda, naquela época, Santa Apolônia, Santa Rosa, Santa... esse monte de santo aí. (Bill, liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

As novas ocupações eram massivas, mobilizando uma multidão de sem-terra, como declarava publicamente Walter, coordenador-regional do MST: *“Nossa tática de invasão foi a mesma de sempre. Nós usamos toda aquela gente para evitar possíveis surpresas, como reação dos fazendeiros”* (FSP, 28/08/1995, p.1-8). E eram ocupações *sui generis*, em que as cercas eram cortadas, as lascas extraviadas e o gado disperso, mas os sem-terra não ficavam na fazenda, retornando quase imediatamente a sua *base*. Os fazendeiros perdiam sua principal arma jurídica até então – o despejo.

A maior parte dos 3.000 sem-terra que invadiram três fazendas no Mirante do Paranapanema (SP) abandonou a área oito horas depois da ocupação, que começou sábado de madrugada com 3.000 pessoas, mas no fim da tarde reunia apenas 50. Os sem-terra usaram 80 carros e camionetes, 2 ônibus, 6 caminhões e 17 tratores para chegar às 5h50 nas fazendas Washington Luiz, Flor Roxa e Santa Cruz, em Mirante do Paranapanema (640 km a oeste de São Paulo). Os invasores destruíram 8.000 metros de cercas e queimaram 50 alqueires – cerca de 157 campos de futebol. Um boi foi morto. A polícia não registrou conflito durante a ocupação. A invasão foi considerada uma das maiores do Movimento dos Sem-Terra (MST). No mesmo dia, depois de oito horas de invasão, a quase totalidade dos invasores havia retornado aos locais de origem. Todos já estavam acampados na região, alguns no assentamento União da Vitória e outros no acampamento Primeiro de Abril, localizados a cerca de 10 km das fazendas invadidas. (FSP, 28/08/95, p. 1-8).

Com o equacionamento da questão funcional do ITESP, em 3 de julho de 1995, intensificou-se a busca de mecanismos para apaziguar os ânimos e construir uma solução para o Pontal. Embora os Secretários não tivessem uma tradição de atuação anterior na área agrária, a SJDC já dispunha a essa altura de elementos de convicção que lhe permitia construir uma linha de ação própria.

Então na verdade, nós tivemos uma grande vantagem: nós não tínhamos uma idéia pré-concebida, nós não tínhamos, nem eu, nem o Belisário, nem o Governador Covas, um programa na cabeça que alguém nos vendeu, que alguém nos trouxe, que algum líder político defendia. Não, nós entramos de peito aberto nesse processo, procurando entender o bom-senso, procurando entender o que poderia ser feito em prol de uma política efetiva de desenvolvimento. Não para atender essa ou aquela expectativa do movimento social, não para atender a esse ou aquele

pedido de um prefeito, esse ou aquele interesse de um deputado, procuramos saber o que é certo, o que deveria ser feito e qual deveria ser o papel do Estado nesse processo. Ou seja: assumir certas responsabilidades, não deixar as coisas soltas, não deixar as coisas como estavam, mas procurar amarrá-las e assumir o controle do processo, mas numa linha de direção, numa linha necessária para um Governo: o Governo não pode se omitir. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Não havia um objetivo delineado, talvez essa fosse a grande riqueza. Havia uma estratégia, evidente, e havia a noção da urgência e da velocidade. Mas o exercício da tolerância era você entender que não havia um pré-movimento que só a você incumbia tocar. Havia alguma coisa que ia num determinado sentido, mas que estava sendo construído naquele momento. Claro, a gente sabia, numa reunião de fazendeiros com sem-terra tinha que sair uma pauta comum, um acordo, uma coisa, mas enfim, tinha que empurrar pra um determinado lugar. Não podia surgir impasse, não podia surgir briga por coisa menor, ou se surgisse impasse tinha que ser um impasse tão essencial que pudesse dali surgir alguma coisa. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05)

A idéia da necessidade de um plano de ação do Governo ganhava força. E as idéias mestras se estruturavam em função da intuição do Secretário, daquelas “pistas” recolhidas nas reuniões com os sem-terra e os fazendeiros, mas também sobre a base das idéias acumuladas pela equipe do ITESP, num processo em que a relação de confiança entre os Secretários e a equipe do ITESP foi se consolidando.

Eu nunca fui um teórico, eu me percebo extremamente intuitivo. E eu tinha a história de ouvir também. Eu era bem abastecido de informações, até eu precisava ser bem abastecido, e eu demandava também bastantes informações, eu era a ponte entre a vontade política do Governo e as pessoas que estavam ali na execução. [...] Uma intuição interessante que foi um pouco minha, um pouco também surgiu da aproximação com as lideranças do Instituto de Terras, foi de desenvolver um caminho, foi uma coisa que impediu que eu me perdesse. A gente tinha um caminho. Hoje eu vejo muitos Secretários reagindo e a gente tinha um caminho pra agir. Eu sabia onde eu estava indo. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05)

Nós tivemos uma sorte que o grupo que ficou do ITESP, aquele grupo que originalmente procurou o Belisário, eram pessoas comprometidas com a causa da questão agrária, mas comprometidas não no sentido de defender

a posição do movimento social ou uma posição política, mas comprometidas com a causa, ou seja, a intenção de realmente viabilizar um processo. Então esse comprometimento foi muito importante pra mim e pro Belisário, porque nós passamos a ter confiança. Ou seja, a gente percebia que esse pessoal não estava defendendo uma ideologia no sentido de partido ou no sentido de busca de um espaço de poder, nada disso. A gente percebia claramente que eram pessoas que tinham essa vocação, essa crença na necessidade de buscar mecanismos que viabilizassem a ocupação de terras que estavam em mãos erradas, porque eram áreas públicas, para colocar ali um processo de desenvolvimento produtivo, de inserção social. Ou seja, a nossa linha de ação, com base na experiência dessas pessoas, foi de desenvolver um programa efetivo de inserção social, mas numa visão de composição, não numa visão de acirramento. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

As conversações para a construção desse plano ocorriam em dois espaços de atuação claramente demarcados: as negociações no gabinete da SJDC e as atividades de campo do ITESP. Em cada um desses *ambientes*, as práticas dos atores, tanto na eclosão dos conflitos como na sua mediação, assumiam conformações bastante distintas.

O gabinete da SJDC era um ambiente austero (Figura 3.3) situado num prédio histórico e muito bonito no centro velho de São Paulo, composto pelas salas dos Secretários Titular e Adjunto, interligadas por uma imensa sala de reuniões, com pé direito duplo e amplas janelas para a rua.

FIGURA 3.3. AMBIENTE AUSTERO NAS REUNIÕES NA SJDC

Fotos: Acervo ITESP, s/d.



Foto maior, da esquerda para a direita:
 1, 2 e 3. Funcionários
 4. Belisário (Secretário)
 5. Edson Vismona (Adjunto)
 6. Tânia (Diretora do DAF/ITESP)

Na grande mesa, com suas cadeiras de espaldar alto e forro de veludo verde, sentavam-se os principais líderes dos segmentos em conflito, no entorno dela postavam-se cadeiras para a audiência. A imprensa entrava por último e ficava em pé por ali ou, se preferissem, do lado de fora, aguardando o desenrolar das negociações. Algumas vezes, sob as janelas, um grande grupo de sem-terra aguardava ou se manifestava, conforme o 'clima' do momento.

Às vezes, os sem-terra iam em tanta gente que nós tínhamos que colocar umas cadeiras que não tinham nada a ver com aquela sala e aí restabelecia o espaço de um Estado que tem diversidade. E aí se estabelecia rapidamente isso, com as cadeiras velhas, se restabelecia isso. Mas eu colocava isso de uma outra forma, nós tínhamos direito de estar ali, eu e eles. Eu não era a encarnação do Estado. Eu passava a imagem de que nós tínhamos o direito de usar aquele espaço. [...] Nós fomos construindo um respeito, né? E eles foram se assenhoreando do espaço, aquele era um lugar que se podia ir. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05)

Mas a Secretaria sentia uma mudança nas relações, até março centradas na questão institucional, em especial quanto ao MST: "Quando começam as invasões, as posturas começam a ficar um pouco mais difíceis... A relação com o Movimento começou a ficar bastante... vamos dizer, diferente" (Belisário, 30/05/05).

Em abril, o movimento social começou a responder de forma mais violenta numa estratégia própria que combinava duas coisas: a questão de ocupar um espaço. Agora é a hora e vamos assumir esse papel, vamos prum confronto se tiver que ser! Com a mídia dando grande repercussão a isso, estimulando de certa forma, porque o MST, a atuação do MST saiu de algo marginal no noticiário para as manchetes de primeira página, e num discurso muito simpático, de inclusão social, de combate a pobreza, algo que tem um apelo muito forte. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Essa mudança de postura levou à adoção de uma prática que marcaria toda a atuação da SJDC daí em diante, que era de realizar as reuniões de forma pública. Se até ali, a SJDC já permitia o amplo acesso dos interessados, as reuniões passaram a se abrir também para a imprensa.

A partir de junho eu comecei a colocar nas reuniões com o movimento social a imprensa. [...] Por essas intuições todas que foram se revelando no curso do ano, né? O Movimento falava uma coisa com a gente em privado e outra coisa em público, essa duplicidade de linguagem era muito

complicada. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05)

Havia reuniões em separado com cada segmento, para tratar de questões que interessavam mais de perto a cada um, e reuniões com a presença de todos os atores, às vezes com dezenas de participantes, onde se debatiam questões mais gerais em que era necessário estabelecer limites e critérios, se possível, com pontos de consenso.

Nessas reuniões começaram a aparecer alguns pontos consensuais, por exemplo, os 500 hectares, que abaixo de 500 hectares não deveria ser tocado, acima de 500 hectares nós iríamos tocar, nós fomos somando diversas informações, diversos dados... (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC, 14/01/98)

Nas reuniões gerais que ali ocorriam, compareciam o MST, os fazendeiros do 11º MP com seus advogados, os políticos envolvidos com a questão e os dirigentes do ITESP. Às vezes um ou outro convidado, como representantes do INCRA, da PGE e outros. Eram reuniões que duravam a manhã toda, com a presença de 20, 30, 50 pessoas e quase toda a imprensa. Se algumas vezes as vozes se alteavam, nunca houve qualquer entrevero mais sério, mesmo quando se defrontavam o mais bravo dos fazendeiros com o principal líder do MST. Veja-se a exemplo matéria jornalística narrando uma reunião na SJDC onde ocorre o encontro de José Rainha e um fazendeiro, que vinham se digladiando pela imprensa dias antes, ambos com discursos recheados de ameaças, armas, mortes e confrontos: *"Face a face com o inimigo. Os dois principais líderes na luta pela posse da terra no Pontal do Paranapanema trocaram as refregas no campo por uma pausa no refrigerado gabinete da Secretaria da Justiça [...], estiveram frente a frente para uma conversa civilizada"* (JB, 28/09/95, p. 5).

A outra frente de atuação era o campo, no Pontal, onde a informalidade era maior (Figura 3.4).

Lá as reuniões aconteciam nos locais mais variados e improváveis – a sede do Rotary Club, o sindicato dos fazendeiros, a escolinha do assentamento, a sede da antiga Fazenda São Bento, o escritório do ITESP, o ginásio municipal de esportes, um barracão abandonado nas proximidades do acampamento, a sombra de uma árvore, um palanque, qualquer lugar.

No campo, sob o sol escaldante do Pontal, em meio aos olhares diretos dos envolvidos, nem sempre as negociações transcorriam com a mesma compostura. Ali compareciam não apenas as lideranças, mas a própria *base* – técnicos, assentados, acampados, fazendeiros – que delas participava, seja na condição de assistência ou de interlocutor. Muitas vezes o próprio Secretário e até o Governador participavam das

reuniões, mas a maior parte delas foi conduzida pelo pessoal do ITESP, principalmente do DAF. Lá o Secretário não vestia terno e os Diretores do ITESP andavam de jeans, camiseta e botina, muitas vezes as mesas eram substituídas por rodas de reunião. Lá a palavra era compartilhada e a *ordem do discurso* muitas vezes era invertida.

FIGURA 3.4. INFORMALIDADE NAS REUNIÕES NO PONTAL.



↑ Em primeiro plano: Belisário (com papéis, Secretário da SJDC); Jonas (de bigode, Coordenador do ITESP); Núbio (de óculos, Prefeito de Mirante); Tânia (Diretora do DAF); Avelino (de azul, Assessor do Deputado Estadual); Assentado (de boné). Ao fundo: vereador (de barba), funcionários do ITESP e assentados.

↓ No palanque: Núbio (encostado ao poste); Jonas (de bigode); Belisário (com papéis) e Tânia.



Fotos: Acervo ITESP, 1995.

Cada um desses locais exercia sobre os partícipes um efeito distinto em relação a suas manifestações e posturas. O clima solene do Salão ensejava um ritual para as reuniões, definidor do tom das conversações.

Fazia parte da história toda, você aproveitar o espaço. O espaço era solene e a solenidade faz parte do acordo, de alguns processos de formação de conduta, a própria lei em alguns atos exige solenidade especial. E não era muito diferente essa solenidade de você fazer acordos. Aquela sala era absolutamente necessária, a solenidade da sala era importante, as pessoas se sentiam valorizadas naquela sala e o tratamento que era dado a ela confirmava que ela ia ser valorizada. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

É possível que a atmosfera do Salão Nobre da SJDC intimidasse e controlasse os discursos, como é provável que a posição ocupada pelo Secretário, à cabeceira da mesa na cadeira de espaldar mais alto, e mesmo a forma de sua entrada no ambiente da reunião, ensejassem um ritual definidor da qualificação dos indivíduos que falam, interditando o discurso indesejável, propiciando o respeito.

Eu não entrava, eu irrompia na sala! [...] Os bons processos que você participa, as boas jogadas, as coisas interessantes que acontecem são quando você tira... é como se você tirasse as forças de dentro de você. Sai de dentro. O movimento de entrar na sala era um movimento que o professor de tênis, o teórico chinês, o filósofo que ensina a mexer o chá com o corpo e não com o dedo... Significa que você se põs na história, você vai pra bola, você foi com o tronco, você se põe lá dentro. Esse era o movimento. Não era entrar na sala. E não era irromper ali como um maluco. Era entrar na sala! Isso era um movimento indo à essência da coisa: você entrava na história, ali, naquela história. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/7/05)

Toda formulação discursiva em qualquer sociedade é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que dão ordem ao discurso, conjurando seus perigos. A *interdição* é um desses mecanismos de controle por exclusão, assegurando o lugar de quem fala, como fala e quando fala, impondo a regra não escrita pela qual todos sabem que não se tem o direito de dizer tudo, nem se pode falar tudo em qualquer circunstância. Da mesma forma, o ritual define a posição que deve ocupar o que fala, seus gestos, comportamentos, circunstâncias e tudo o mais que deve acompanhar o discurso. (FOUCAULT, 2004)

Mas "o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo" (FOUCAULT, 2004: 10). Desse modo,

eliminado o ritual do Salão Nobre e a interdição que ali se determinava, o discurso ficava mais livre e as posições mais equiparadas, permitindo que se dissesse no Pontal (ou simplesmente fora da reunião) o que não se diria nesse Salão.

Assim, na Secretaria formalizavam-se os grandes acordos, as linhas mestras do plano, como diretrizes e intenções mais gerais, sob a condução do Secretário, que detinha o controle da fala. No Pontal esses acordos iam sendo concretizados, discutidos em seus detalhes, esmiuçados para a execução concreta das linhas mestras, sem um ritual pré-definido, sem maiores inibições, por vezes com mais agressividade.

O projeto político do Governo Covas na área agrária construía-se a partir de pontos de apoio obtidos em duas frentes: em público, naquelas reuniões com os segmentos envolvidos; e internamente, pela organização das informações técnicas e jurídicas relativas ao caso, principalmente através da ação executiva do ITESP. Logo no início de julho, a Secretaria solicitou do ITESP um estudo sobre a real demanda por assentamento e as possibilidades de áreas para atendê-la. Seus dois principais departamentos engajaram-se então nessa tarefa.

O Departamento de Regularização Fundiária (DRF) resgatou o levantamento preliminar de terras devolutas, que tanta polêmica havia causado em 1991, completando-o dessa vez com os dados extraídos dos processos administrativos da Procuradoria e *descobriu* que a lista de áreas não tituladas era bastante significativa, reunindo muitas e importantes fazendas. Mas as informações datavam de décadas atrás: fazendas e fazendeiros podiam ter sido alterados por falecimento, herança, venda, etc. e era preciso localizar cada um para verificar sua situação atual – ou seja, o Estado não dispunha de controle efetivo sobre seu patrimônio fundiário.

O Departamento de Assentamento Fundiário (DAF) procedeu a um levantamento nos processos administrativos internos referentes às famílias assentadas em União da Vitória e *descobriu* que mais da metade dos documentos de autorização de uso da área não havia sido entregue⁹⁰ e que em muitos casos o processo não dispunha sequer da documentação do seu titular – ou seja, o Estado não dispunha do controle sobre *quem* ou *quantos* estavam lá de fato.

Para montar um plano era necessário, portanto, estabelecer três pontos básicos: quantos assentados emergenciais e acampados havia; quanta terra (e onde) poderia ser obtida; quanto de área total (e recursos) seria necessário. Para o primeiro ponto surgia como alternativa um cadastramento geral em União da Vitória e no

⁹⁰ Vários motivos concorriam para isso, desde erros no preenchimento do cadastro feito às pressas e sem suporte em documentos, até a ausência ou mesmo inexistência dos supostos assentados.

Acampamento 1º de Abril; para o segundo ponto a alternativa era uma busca geral em cartórios da região, para verificar a existência, dimensão e *titularidade* atual das áreas devolutas; para o terceiro ponto, era preciso calcular o tamanho do lote para que cada família pudesse obter sua subsistência e seu progresso sócio-econômico, permitindo quantificar o volume total de terras necessário.

Algumas perguntas que fazíamos, que o Gabinete fazia para o ITESP: Muito bem, quantas famílias nós precisamos assentar? Aonde nós vamos assentar? De que forma nós vamos assentar? Em que prazo nós vamos assentar? Essas perguntas básicas foram sendo respondidas num processo de discussão, de muitas reuniões, num processo muitas vezes tenso, muitas vezes difícil, porque havia aí uma resistência terrível. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC, 14/01/98).

Nesse processo, foi necessário ultrapassar obstáculos e superar conflitos de variadas feições. Mas essas dificuldades permitiram identificar variáveis que estavam em jogo em todos os casos, que diziam respeito a *quanto* e a *quem*. *Quanto* é efetivamente o público alvo, *quanto* de terra para cada família, *quanto* de indenização por fazenda, *quanto* de dinheiro no total, *quanto* de prazo para resolver. *Quem* é o 'dono' da fazenda, *quem* vai ser assentado, *quem* vai pras melhores terras, *quem* decide o acesso ou o veto ao lote, *quem* vai negociar com *quem*, *quem* determina as regras de acordo, *quem* vai arcar com seus custos. "*Na verdade nós estávamos montando um quebra-cabeça. Nós assumimos um governo sem uma idéia pré-concebida do que nós iríamos enfrentar, sem um plano de ação efetivo*" (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC, 14/01/98).

3.2. UM GRANDE QUEBRA-CABEÇA

No início do segundo semestre de 1995, as manchetes dos principais jornais paulistas evidenciavam o *problema do Pontal*.

Em uma ação mais violenta, o movimento ateou fogo ao pasto de uma das fazendas, prática que passou a adotar de forma sistemática. Animais morreram, inclusive a vaca premiada de um fazendeiro considerado produtivo, gerando revolta no município, mesmo entre aliados. Fazendeiros começaram a dar declarações agressivas e demonstrar intenção de reagir com violência.

O MST anunciava sete mil famílias na luta pela terra no Pontal e solicitava seu assentamento imediato ou poderiam chegar *às últimas conseqüências*. Vários fazendeiros ameaçavam endurecer e agir em *legítima defesa*. A guerra de declarações e hostilidades

ganhava espaço em toda a imprensa e o conflito assumia ares de guerra civil. O incêndio se alastrava no Pontal e a nuvem de fumaça negra escurecia o horizonte.

Revelava-se para o grande público o nome de José Rainha e a imagem de um território incendiado, tomado pelos sem-terra e pela violência. A sigla MST ocupava o lugar de protagonista nesse processo e pretendia a implantação do "*maior assentamento do país*" ("*Líder de sem-terra diz que vai assentar 20 mil famílias*", FSP, 10/04/1995, p.1-4). Pintava-se para a paisagem da região um futuro repleto de cidades de lona preta erguidas sob a bandeira vermelha do MST.

Em São Paulo, um acampamento do MST (Figura 3.5) é geralmente um aglomerado de barracas precárias erguidas com lascas de madeira ou galhos e cobertas de "lonas pretas", que são na verdade plásticos pretos vendidos a metro, mais ou menos grossos, desses usados na agricultura.

FIGURA 3.5. ACAMPAMENTO DO MST



Foto menor: Acervo ITESP, 1995; Foto maior: Acervo MST, obtida em: <http://www.landlessvoices.org/>, acesso em 2/3/2005.

Às margens de uma estrada, à beira de uma fazenda, num descampado qualquer, ergue-se via de regra uma ou duas fileiras de barracas, bem próximas umas das outras, e uma área comunitária pode conter a água, o banheiro, o local de reuniões, às vezes até escola e farmácia comunitária, dependendo do tamanho e do nível de organização dos acampados. Aí, ou nas 'entradas' do acampamento, a indefectível

bandeira vermelha é hasteada bem alta.

A barraca não costuma ter janela e, à guisa de porta, uma das laterais é deixada solta, numa abertura que pode ser fechada à noite. Erguida diretamente sobre o chão de terra batido, a barraca normalmente não tem divisões, nem “banheiro”, nem “cozinha”. Costuma ter um catre de madeira que serve de cama para a família ou parte dela, dependendo das condições do acampado. Alguns, quando podem, deixam a mulher e os filhos na casa de algum parente ou compadre, ficando na barraca apenas o chefe da família e um ou mais filhos homens solteiros. Outros acampam com mulher e crianças, às vezes velhos e bebês.

Se há um riacho, ele serve para cozinhar e lavar a roupa, tomar banho e matar a sede. Se não há, os caminhões pipas das prefeituras próximas abastecem os reservatórios improvisados de quando em vez. Nas “paredes” das barracas são feitos furos para ventilação e para que as ventanias não as arranquem do chão. No Pontal, os dias são muito quentes sob o sol forte e as noites podem esfriar, quando o vento varre as longas planícies. Como resultado, nas barracas cobertas de lona preta a temperatura pode variar do calor abrasador ao frio cortante que penetra por aqueles furos, tornando a vida no acampamento ainda mais insalubre.

Conforme o acampamento se alonga no tempo, as barracas podem começar a parecer mais com uma casa, um cantinho pode virar “cozinha”, com fogão a lenha ou fogareiro, uma mesinha ou um caixote, cortinas de trapos separando o local de dormir. Algumas são ampliadas para trazer a família e agregados, podendo ganhar “janela” e “varanda”. Outras são simplesmente abandonadas. As lonas se rasgam com o tempo e os remendos incluem caixas de leite e papelão, ou paredes de tábuas, se há madeira fácil. Há as que adquirem um jardim misto de horta para enfeitar a “porta” e ajudar a reforçar a mesa magra. Para complementar a cesta básica distribuída pelo governo, quando ela existe, os acampados trabalham como diaristas para os sitiantes e fazendeiros da região, ou ainda buscam serviço no lugarejo mais próximo. Mas o serviço nunca é abundante.

As famílias são organizadas em subgrupos, que podem receber nomes ou números, cada um com seu “representante” ou “líder de grupo”, o qual é responsável pelos controles de permanência e participação dos integrantes do subgrupo nas atividades coletivas, tanto naquelas ligadas à subsistência e organização do acampamento, como nas atividades relacionadas à *formação* e à *luta* pela terra.

No Pontal, nos idos de 1995, os acampamentos começaram a assumir novas feições espaciais. Em União da Vitória, com sua característica de acampamento-assentamento, onde as barracas se espalhavam por uma área enorme, elas se situavam

distantes cerca de 200 a 300 metros uma das outras ou em pequenos agrupamentos, cada um no seu lote ou grupo de lotes vizinhos. Os subgrupos do acampamento original foram mantidos em linhas gerais e distribuídos pelos “setores” da antiga fazenda. Em 1º de Abril, o mega acampamento assumiu uma configuração circular, com várias ruas e travessas que formavam um labirinto e em cujo centro situava-se a área comunitária e suas estruturas, quase uma praça em torno do palanque com a bandeira do MST. Na picada que dava acesso ao acampamento uma guarita e uma cancela demarcavam a “entrada”.

Conhecer o número real de acampados e assentados emergenciais, dimensionar a demanda imediata por assentamentos havia se tornado um dos pontos básicos a serem equacionados para a construção da solução pacificadora pretendida. Apenas olhar para o acampamento ou contar suas barracas não seria suficiente para isso. Assim, o Estado, por intermédio do ITESP, organizou-se para a elaboração de um cadastramento geral da região onde se localizava o epicentro da crise.

No ITESP, os Departamentos tinham por costume reunir periodicamente seus Diretores e Coordenadores Regionais, espécie de dirigentes intermediários responsáveis pelos trabalhos nos assentamentos e chefia dos escritórios no interior, prática que foi intensificada em 1995. Eram reuniões em que trocavam informações sobre o que acontecia em cada Regional e se tomavam decisões conjuntas sobre os principais problemas enfrentados.

O DAF era organizado em grupos técnicos de sede e de campo: no *campo*, ficavam os escritórios do interior do Estado, com a equipe que prestava assistência técnica aos assentamentos, agrônomos e técnicos agrícolas principalmente; na *sede* ficavam os grupos técnicos de apoio ao planejamento e execução das políticas ligadas aos assentamentos de todo o Estado. Um desses Grupos, o *de Sócio-Economia*, com 4 técnicos, era responsável pela organização dos processos administrativos individuais de cada assentado do Estado, pelos controles relativos às irregularidades cometidas e pela sistematização das questões ligadas à produção nos assentamentos.

No ITESP, além do DAF e do DRF, responsáveis pelas questões de assentamento e regularização fundiária, desde 1991 havia uma estrutura auxiliar, o Centro de Solução de Conflitos Fundiários (CSCF), composta por 3 ou 4 funcionários que tratavam das questões referentes aos conflitos e acampamentos existentes no Estado (ver Figura 2.8).

Em 10 de julho de 1995, ocorre a primeira reunião de dirigentes no DAF em que o foco não estava nos problemas funcionais do órgão. A partir de tomada de decisão

coletiva organizou-se uma equipe multidisciplinar para proceder ao cadastro no Pontal, incluindo técnicos da área fim e da área administrativa, de vários níveis de escolaridade, composta por dois critérios que se justapunham – a lotação nos grupos do ITESP e a disponibilidade individual de cada técnico, quase um “*voluntariamento*”, que traduzia, de certa forma, sua compreensão do problema e seu interesse em participar da missão. O tamanho das equipes foi dimensionado em função do tamanho esperado dos agrupamentos e de sua distribuição geográfica, mais concentrado o acampamento, mais espalhado o assentamento.

Para o acampamento, o formulário era o padrão adotado para o cadastro regular de acampados, que colhia informações relacionadas à história de vida ligada ao trabalho rural, origem e composição da força de trabalho familiar. Para o assentamento, esse formulário padrão foi ampliado com um anexo destinado a obter também informações relacionadas ao assentamento emergencial – moradia no assentamento, localização e tamanho do *lote* recebido, recebimento do documento de autorização de uso, qualidade e quantidade da produção desenvolvida no período. A equipe foi instruída a recolher cópia dos documentos de identificação dos cadastrados.

O cadastro era um momento importante para os acampamentos, porque marcava o reconhecimento pelo Estado da sua condição geopolítica, abrindo a porta para os auxílios governamentais, como a cesta básica, e delimitando ao mesmo tempo quem integrava o acampamento, quanto tempo de luta ele representava e a que região ou fazenda ela se dirigia – era, portanto, algo desejado e reivindicado pelos movimentos sociais e líderes do acampamento. Foi com essa expectativa que, na semana seguinte, aquela equipe dirigiu-se ao Pontal, para dar início aos trabalhos. Mas, já na manhã do primeiro dia, os técnicos se defrontaram com uma situação inusitada.

1: Nós chegamos, entramos na área, fomos bem recebidos.

2: Nós fomos ao “escritório” deles, conversamos, quiseram até passar uma lista, subimos, fomos até o topo e chegamos a contar 80 barracos.

1: Dividimos em grupos e começamos a trabalhar sem problemas, até o momento em que o José Rainha apareceu no acampamento. Ele já chegou com uma postura bastante agressiva, dizendo que não concordava com o cadastramento, que os técnicos teriam que sair da área, que o Estado não tinha nada a ver com aquilo. Começou a criticar o Estado, a criticar o próprio Secretário, a Diretora do DAF e pediu que a gente se retirasse. Rapidamente chamei o pessoal que estava ali, eu mesmo nem estava entendendo o que estava acontecendo. Nós nos reunimos e voltamos para a cidade.

2: Todo o mundo vinha correndo atrás da gente, pedindo para ser cadastrado. Ficaram bravos. Diziam: *“Não, não vão embora não, venham nos cadastrar”*.

1: Nós fomos colocados para fora de lá. [...] No segundo dia nós voltamos novamente ao acampamento e as porteiras estavam fechadas. Haviam montado uma guarita, tinha lá umas pessoas na fiscalização. Nós chegamos, nos apresentamos, dissemos que íamos entrar para cadastrar. E fomos barrados novamente. Falaram que não iam deixar a gente entrar e a gente acabou voltando, por entender que o cadastramento não seria possível. No terceiro dia, a gente se reuniu ao outro grupo que ia cadastrar na área do assentamento e que também tinha dificuldades. Na verdade, não se sabia se a gente iria conseguir fazer o cadastro ou não. Havia resistências. Parte do pessoal assentado não respondia às questões, não queriam mostrar documentos. (1: Sociólogo e 2: Agrônomo, ambos do ITESP desde 1991; 17/02/98)

Também os assentados, que vinham respondendo aos cadastros, eram orientados para não continuar colaborando e uma parte deles passou a se recusar a atender aos técnicos. Ligando para a direção em São Paulo, a orientação era de prosseguir com o cadastro e informar que isso serviria para o Estado se organizar para a realização dos assentamentos definitivos. Nem todos os assentados aprovavam a orientação da direção do MST.

No assentamento corria que o MST não queria mesmo o cadastro. A gente não ouviu isso diretamente do José Rainha, mas ele também não queria que a gente entrasse no assentamento e todo mundo falou que isso era um contra-senso. Mas era mais o pessoal ligado às lideranças que resistia. No começo foi super tranquilo. Eu lembro que, enquanto uma equipe estava indo para o acampamento a gente foi para o assentamento e lá não teve problema nenhum. A gente procurava saber o que eles tinham em termos de organização de grupo, procurávamos o Coordenador do grupo e não me lembro de nenhum que não tenha sido receptivo, a não ser aquele grupo 16, que era o grupo do Movimento. A não ser esse grupo das lideranças, os outros foram super receptivos com a gente. (Agrônoma do ITESP desde 1991; 17/02/98)

O MST dispunha de um espaço na Rádio Universal de Teodoro Sampaio, de propriedade do candidato a prefeito pelo PFL. Então, no domingo, logo após o primeiro incidente, José Rainha Jr. discursou incisivamente contra a ação do Estado, desqualificando o cadastro, o estudo de módulo, os técnicos e os dirigentes do ITESP, chegando à ofensa pessoal em alguns trechos.

Walter – Eu gostaria que o Rainha então, explicasse para todos os companheiros da Santa Clara, o pessoal da 1° de Abril, pessoal da União da Vitória, um pouco porque tudo isso, dessa pressa do Estado, principalmente na Santa Clara e na União da Vitória, porque lá os companheiros já foram cadastrados, lá os companheiros já foram selecionados e agora o Estado vem novamente querer fazer cadastro. Por que isso, Rainha?

Rainha – Então, Valter! Eu diria pros companheiros que esse cadastro que eles fizeram não vale nada. [...] Está todo perdido. O cadastro vocês já fizeram. Foi aquele que a comissão de seleção aprovou legal e instituída pelo Estado. Esse sim! E alguns já têm até os títulos provisórios. Vocês podem ficar tranqüilo, que o cadastro foi aquele que nós fizemos juntamente com o Estado e aprovado. [...] Eu fico imaginando, Valter, como pode ter um cara tão burro e besta como o diretor do Instituto de Terras, que primeiro não tem vergonha na cara de chegar e dizer pra um trabalhador que está há 3 anos, há 4 anos acampado, se é aposentado ou solteiro, que não pega a terra [...] como é que um imbecil desse tem coragem de dizer pra um trabalhador que ele vai ficar sem-terra. [...] Aí vem esses imbecil desses técnico, que não conhecem nem um pé de feijão, que nunca pisaram na terra, vocês viram no rosto deles, que só ficaram debaixo, dentro de gabinete, uns burocratas, aonde só tinha ar refrigerado, pra dizer pra um cidadão aqui que ele não vai pegar terra, porque o Movimento não dá terra pra ele, quem dá terra é o Estado. [...] Por outro lado, tem a tal da Dra. Tânia, que é diretora do DAF, que vem conversar com os assentados, que diria que ia fazer um projeto técnico [...] que no lote definitivo que vai refazer o projeto. Vai refazer coisíssima nenhuma. Os trabalhador que estão nos projetos já com lote sorteado definitivo podem continuar seu trabalho normal. Só nós do Movimento Sem-terra é que temo autoridade pra mandar vocês parar. [...] Nós não vamos respeitar de forma alguma esses burocrata, incompetente, irresponsável, de vir para o acampamento pra poder dizer que fazem o cadastro do jeito dele. Nós é que sabemos. [...] Só aceitamos o cadastro feito por parte do Movimento e aqui com os técnico e diretor aqui da região, que conhece o nosso trabalho. [...] Na terça-feira nós vamos arregaçar as mangas⁹¹. E o cadastro, nós vamos começar a fazer eles sim, a partir do dia 7. [...] É aquele velho ditado, Walter, depois que a onça morreu aí começa a aparecer cachorro pra cheirar o couro. Esse Jonas pensa, mais essa Tânia, que vai vir aqui dar palpite na luta do Movimento Sem-terra e no acampamento se enganaram. Esse acampamento, esse

⁹¹ Referência à uma nova ocupação que efetivamente aconteceu para demonstrar a força do Movimento.

assentamento é obra e fruto do Movimento Sem-terra, bem como todos os trabalhadores. [...] E gostaria de dizer mais. Todos os companheiro que fizeram cadastro com nós, nessa cidade de Teodoro, nessas cidades vizinhas, vou dizer toda essa região, principalmente essas beiradas do Paraná que tão aí, que fizeram cadastro com nós, vai pro acampamento logo, porque nós vamos ter terra não é pra assentar as que tão acampada só não, nós temos terra pra assentar mais de 3 mil famílias, já conquistada. [...] Então eu conclamo todos vocês que fizeram as fichas com nós, vá imediatamente ao acampamento, convide seus vizinho, seu amigo, você mesmo que não fez o cadastro, vá pro acampamento pra fazer seu cadastro pra nós pegar terra. No dia 7 começa o cadastramento. [...] É preciso que vocês agora dirijam ao acampamento pra que junto ao Movimento Sem-terra nós começamos a fazer a maior Reforma Agrária do mundo. [...] E o Estado, os incompetentes que estão aí dos técnicos não conseguem nada e estão com um verdadeiro ciúme do nosso trabalho. [...] Esse bando de irresponsável pode ter seguro que nós vamos botar para a rua. Tô com audiência com o deputado Mauro Bragato [...] audiência com o Secretário e com certeza a gente não só vamos fazer o cadastro do jeito que nós precisamos, mas com certeza essa meia dúzia de irresponsável vai pedir demissão do cargo porque vai ter vergonha. Ou seja, se nós não demitir, eles vão pedir demissão porque vai ter vergonha de sair de lá chutado. Eu diria um abraço a todos os companheiros, a firmeza porque a terra é nossa e o cadastro que vai ser feito vai ser o nosso. Terra tem pra todo o mundo, aqueles que querem lutar, que já foram excluídos, que saíram da Santa Clara ou da São Bento, que querem lutar por terra, pode se ajuntar a nós no acampamento, que tem terra pra todo mundo. (Programa Canto da Terra, Rádio Universal, Teodoro Sampaio, 30/07/95)

Por trás desse discurso irado, encontrava-se uma disputa nascente de poder, aberta pela ação do ITESP que 'invadia' seu território sem licença, tratava-se, pois, de uma reação à iniciativa do Governo. Na Secretaria era essa a visão predominante.

Eu lembro de um programa de rádio em que o Rainha falava horrores da ação do ITESP. Poupava o Secretário, mas falava coisas terríveis da Diretoria do ITESP. Porque ele fez isso? Porque ele tomou essa atitude? Porque ele já percebeu naquele momento que ele não era mais o dono da proposta, o dono das reivindicações. Nós ouvíamos a ele, mas ouvíamos também as famílias que estavam ali acampadas. Nós começamos a ter interlocução direta com os diversos setores do movimento e aí foi uma reação. (Edson, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 02/08/05)

A ação do ITESP implicava, por um lado, na possibilidade de diminuição de seu controle sobre a situação, tanto no acesso dos assentados como da disposição dos lotes, pois, na medida em que obtivesse o controle dos cadastros e assumisse o projeto de parcelamento territorial, o ITESP poderia retomar seu poder sobre o assentamento, que era controlado pelo MST; outro aspecto dizia respeito ao número total de acampados, anunciado em 7 mil, que implicava diretamente no poder de pressão do Movimento e na sua *importância* junto à mídia.

A partir daí, abriu-se uma crise. Uma fita, com a gravação desse programa de rádio, foi ouvida pelos representantes de todos os grupos técnicos da sede e do campo na reunião seguinte de Coordenadores do DAF, gerando um misto de indignação e incredulidade – o MST e o órgão de terras do Estado tinham nascido quase juntos, eram vistos como cúmplices em alguns casos... Um mal-estar geral impregnou o espírito dos técnicos do Instituto naquele período e a confusão se alastrou por todo o Estado.

Havia o péssimo clima criado pelo próprio confronto do MST, de crítica aos técnicos e tal. A sede não sentiu tanto essa crítica direta, a não ser o pessoal do cadastro, que foi barrado, teve um enfrentamento maior, mas o resto era mais solidariedade do que por pressão direta, né? (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)

Eu falei assim: Pô, o Movimento Sem Terra é poderoso, né? Recém-chegado ali, falei: Nossa! Os caras têm esse poder todo aí, meu? Os caras não são fracos, não. Mas também achava assim: Pô! Os caras tão pensando que são quem, também? Pra dizer: vai ser do jeito que a gente quer! Mas por quê? Não é assim. Então o sentimento era de confusão. O burburinho entre os técnicos era exatamente esse, que o Zé Rainha ali dava as cartas, e o Estado tinha um posicionamento diferente, mas o MST estava enfrentando o Estado. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 10/11/05)

O MST tinha uma configuração federativa (V. Quadro 2.3), no sentido da relativa autonomia de suas instâncias. Assim, embora sempre houvesse diretrizes e comandos gerais, cada unidade possuía muita independência para decidir como conduzir a luta em seu campo. Em São Paulo havia várias regionais, com sua coordenação própria, e, dentre os seus integrantes, um ou mais líderes compunham a direção estadual eleita nos encontros do Movimento. Essa mesma sistemática reproduzia-se para a direção nacional.

Em São Paulo, as regionais do MST coincidiam mais ou menos com as regionais do DAF. O mal-estar alcançou a base e perspectiva de reação em cadeia fazia pairar o temor de retaliações sucessivas.

A elaboração crítica do que tava acontecendo tinha uma fragilidade de incorporar pra si uma crítica que o cara faz, não interpretava o alcance daquele discurso, a intenção do Zé Rainha ou do MST, quando fazia um discurso de desqualificar o técnico, não era um técnico especificamente, mas tava desqualificando a estratégia do ITESP e isso o técnico não entendia. Não entendia a intenção quando se falava isso no rádio. Quer dizer, tá falando isso pro povão ouvir, pro assentado, pra família ouvir, criando um clima de animosidade na base pra quando vier o cadastrador do ITESP ser mal recebido. Quer dizer, era essa a intenção, não era falar a verdade quando falava "imbecil, burro e incompetente". A verdade não faz parte dessa discussão. Mas era difícil explicar pro técnico isso. Você falar que "imbecil, burro e incompetente" era ideológico... [ele ri] Vá explicar! Vá ter isenção ideológica pra isso! Então é difícil não tomar pra si. O desdobramento efetivo disso foi um desgaste muito grande e psicológico de alguns técnicos que estavam mais na linha de frente. (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)

Uma comissão de funcionários mais próximos politicamente ao MST procurou estabelecer canais de aproximação e superação da crise, várias regionais do MST colaboraram para isso. Em poucos dias ocorreu uma reunião onde a gravação do discurso de José Rainha foi reproduzida para lideranças estaduais do MST.

1: Aí o Jonas colocou a fita do Rainha, uma entrevista que ele tinha dado na rádio, extremamente agressivo e maldoso, ofendendo a integridade das pessoas, falando que esse governo tinha contratado gente do PC do B. Coisas absurdas. O próprio Gilmar e o Delwek ficaram envergonhados, sentiram-se mal ouvindo a entrevista.

2: A reunião foi quente. Ouviam-se, às vezes, as vozes se alterarem, porque era uma reunião decisiva.

(1: Sociólogo e 2: Agrônomo, ambos do ITESP desde 1991; 17/02/98)

Embora apontando o que consideravam *erro* do ITESP de não ter consultado a liderança sobre o cadastro, o exagero da reação de Rainha foi reconhecido pelo MST. Como consequência, os dirigentes do ITESP e do MST acordaram o estreitamento da comunicação institucional, com reuniões mais frequentes de esclarecimento e debate. Acertou-se uma reunião na SJDC com a presença dos líderes do Pontal para tratar do cadastro e das condições para sua realização.

Nessa reunião, o Secretário colocou em pauta a necessidade de continuidade do cadastro, quase como uma condição para o prosseguimento das negociações. Foi um momento tenso. O MST concordava com o cadastro, mas com a exigência de que fosse

realizado em datas marcadas, em locais fixos e na presença de um líder do movimento. O ITESP concordava com a presença do líder e com a fixação de data e local para o acampamento, mas não para o assentamento, onde o cadastro deveria prosseguir volante, com os cadastradores indo ao *lote* de cada assentado, já que, em tese, todos morariam ali no assentamento. Estabeleceu-se então um período limitado para a sua realização. Com o acordo firmado nesses termos, o cadastramento foi retomado.

Para a realização do cadastro no acampamento, o ITESP instalou mesinhas, onde tomavam assento lado a lado um técnico e uma liderança do MST, e na frente de quem se formavam longas filas de acampados, com seus *papéis* (documentos) e suas *histórias*.

A gente saía do escritório, ia pro acampamento. Lá tinha umas barracas de lona, uma coisa assim. Lá a gente organizava as pessoas e ia fazendo o cadastro. Existia lá uma barracona grandona, acho que era utilizada como escola, a gente colocava as mesinhas que se podia arrumar e fazia os cadastros ali. Eles faziam uma fila e a gente ia fazendo de um por um. A gente trabalhava em grupo, né? 5, 6, 7, 10 técnicos, conforme a necessidade, aí organizava as filas e fazia o cadastro. Os cadastros eram entregues pro coordenador do escritório.

O cadastro era preenchido os dados da família, dados pessoais, composição familiar, pegava um documento da pessoa... Experiência da pessoa, tanto experiência na agricultura como pecuária, de que região que a pessoa vinha, essas coisas, algum comprovante que demonstrasse a experiência dele. Se ele não tivesse nada que demonstrasse experiência, vinham as perguntas que demonstrava um tipo de conhecimento. Perguntas tipo uma lavoura, se ele sabia como é que se conduzia uma lavoura, por exemplo, pra que se usava o calcário, alguma técnica de preparo de solo, esse tipo de coisa. Perguntas mais técnicas, né? Ligada diretamente a agricultura ou pecuária. No final tinha um parecerzinho lá que a gente colocava alguma coisa. Sempre depois da entrevista feita, você escrevia uma opinião sua, se a pessoa tinha aptidão, se não tinha... Você concluía alguma coisa. (Agrônomo do ITESP desde 1994, 25/5/05)

Para o assentamento, os técnicos foram organizados por “setores”, conforme as subdivisões realizadas pelo MST no interior do assentamento-acampamento, onde eram acompanhados pelo líder de cada setor e percorriam lote a lote, barraco a barraco, recolhendo documentos, anotando os dados e as histórias fornecidas, registrando suas próprias impressões sobre o que viam e ouviam de cada cadastrado.

1: No início do cadastro, a gente pegou realmente quem morava lá.

Depois foi tendo um pouco mais de pressão, porque o pessoal que não ficava direto na área também queria ser cadastrado, alguns começaram a se sentir injustiçados: “Pô, você já passou no meu grupo, você não vai passar mais? Isso não é justo! A gente está lá plantando.”

2: Começou a aparecer muita gente.

3: A gente teve de voltar a cadastrar em lugares onde já tinha estado.

4: Alguns ficavam esperando na estrada.

2: Em Santo Inácio, uma cidade do Paraná que agora mudou o nome, estavam avisando o pessoal sobre o cadastro e aí aparecia ainda mais gente para ser cadastrado.

1: Mas, a gente achava que iria dar muito trabalho mesmo, porque a idéia não era ficar marcando hora com o pessoal, mas pegar as pessoas lá trabalhando. Você pegava uma parte, depois tinha que voltar para encontrar os demais. Então foi um trabalho de formiga. Como era muito rigoroso, tornou-se muito lento, agravado pela situação precária do emergencial, onde as pessoas tinham que trabalhar fora.

4: E o trabalho em si tinha uma característica engraçada, porque a área era muito grande. Até o final da Fazenda São Bento havia um caminho muito longo, não dava nem jeito de voltar para o almoço. Trabalhávamos o dia todo em campo, almoçávamos de marmitta. [...] Nós fomos para fazer um trabalho de que não se sabia o tamanho, mas tínhamos prazo. Era o mais rápido possível. Então, havia necessidade de correr. Caminhos, a gente não conhecia. Nem todo o mundo conseguia ir junto com o técnico da área e tínhamos que ir descobrindo os caminhos.

1: E, depois, o pessoal do Movimento acabou se rendendo, querendo também fazer o cadastro. Então, ainda tinham sobrado mais esses, que tinham se negado no começo.

(1: Agrônoma, 2: Agrônomo, 3: Advogada; 4: Sociólogo; todos do ITESP desde 1991, 17/2/98)

Foram realizados nesses dois locais mais de dois mil cadastros, incluindo as diversas *repescagens* realizadas a pedido do MST, que se davam quando alguém ou um grupo tinha sido *esquecido*, ou tinha se *recusado* a ser cadastrado, conforme a orientação original do Movimento, ou quando alguns militantes ausentes da região retornavam. Nessas idas e vindas, um certo número de não integrantes dos acampamentos foram cadastrados, muitas vezes alertados por parentes e amigos acampados, apesar da vigilância do MST.

Ao final do processo, os formulários todos foram reunidos na sede do ITESP e pré-analisados pelo Grupo de Sócio-economia, para verificação de seu enquadramento no *perfil* de assentado, em primeiro lugar quanto à eventual impossibilidade de assentamento dos titulares do cadastro (marido e mulher). Pelas regras legais⁹² aplicadas em São Paulo, estavam impossibilitados de serem assentados: os menores de 21 anos, se não emancipados⁹³; os proprietários de terras de tamanho superior ao módulo rural; os que já haviam sido assentados anteriormente pelo Estado ou pelo INCRA e tinham vendido ou abandonado seus lotes; os que não residiam na região do assentamento há pelo menos 2 anos; os que dispunham de renda proveniente de atividades não-agrícolas (comércio, indústria e profissões liberais); os que não eram trabalhadores rurais.

Para os que não estavam impossibilitados, segundo as regras legais adotadas, o Grupo realizou ainda uma análise preliminar quanto ao perfil e composição da força de trabalho familiar, e um cruzamento dos dados dos diversos cadastros, incluindo seus vínculos de parentesco. Identificou assim a existência de cadastros superpostos, em que os membros de um mesmo núcleo familiar haviam preenchido diversos cadastros – por exemplo, pai, mãe e 2 filhos solteiros, cada um com seu cadastro, pleiteando 4 lotes. Nesses casos os cadastros eram anexados e passavam a constituir oficialmente um único. O Grupo identificou também a existência de cadastros de ‘solteiros’, realizados por pessoas singulares que não dispunham de força de trabalho familiar para ‘tocar o lote’, e os agrupou em separado dos demais.

A Prefeitura de Mirante do Paranapanema, que vinha apoiando politicamente o MST e os acampamentos, passa a sofrer forte pressão dos trabalhadores rurais do município, não acampados, para que estes fossem também incluídos no Plano. O cadastramento dos interessados é realizado no escritório local do ITESP e os cadastros passam pelos mesmos crivos já descritos, eliminando-se também o cadastro em duplicata, de pessoas já cadastradas no acampamento.

Enquanto essas análises eram feitas, os outros passos do plano prosseguiram, com o estudo de meio físico para dimensionamento do tamanho do lote necessário e os estudos relacionados à possibilidade jurídica de obtenção da terra, e se somavam à divulgação das reuniões que se sucediam na Secretaria, na capital, propiciando grande repercussão local do Plano e gerando um clima de expectativa quanto à ação do Estado e à possibilidade concreta de criação de novos assentamentos.

⁹² Regras da Lei Estadual 4.957/85 e do Decreto Estadual 35.852/92, combinadas com as do Estatuto da Terra.

⁹³ Conforme as disposições do Código Civil vigente à época.

Paralelamente ao cadastro, organizou-se uma equipe de debate interno, reunindo a PGE, a SJDC e o ITESP, que trabalhava na elaboração de mecanismos e propostas viáveis, do ponto de vista do Estado, em termos financeiros, operacionais e burocráticos, que conferissem exequibilidade ao plano em gestação.

De junho pra setembro, começamos a definir aquela fórmula: Olha, nós temos que cumprir os acordãos lá da década de 1950. Nosso raciocínio era mais ou menos esse: O Tribunal de Justiça nos deu as áreas, não fui eu que tirei, não foi o ITESP, foi o Tribunal que julgou, que discriminou a área e disse que a área era pública. Nós precisamos ou obter a área de volta ou fazer a reintegração. E o que se propunha era uma passagem organizada. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

As questões referentes aos aspectos jurídicos eram alvo desse debate, em especial as referentes às ações de retomada de terras e aos mecanismos de agilização dos trâmites judiciais, extremamente morosos nesses casos. O prazo esperado para a obtenção judicial da terra necessária para efetivar o assentamento das famílias podia ser longo demais, convertendo a *solução* em problema. O pagamento judicial das indenizações, no molde até então adotado, inviabilizaria financeiramente o Estado. Alternativas ousadas e criativas precisariam ser construídas.

Foi quando eu acabei lançando a idéia da tutela antecipada. Não falei em percentual etc, mas falei: *bom, nós podemos, dada a gravidade da situação social e para poder cumprir o plano, podemos utilizar esse novo instituto*. Não se havia pensado até aquele momento em tutela antecipada numa ação reivindicatória. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Este mecanismo era recentíssimo⁹⁴, entrando em vigor em meados de 1995. Sendo novo e pouco utilizado o instituto da tutela antecipada, ninguém supunha que pudesse ser utilizado em ação reivindicatória. Havia uma menção na obra do jurista Cândido Rogério Dinamarco (1995), um dos que participou da elaboração dessa alteração do Código de Processo Civil, mas apenas uma menção meramente teórica. Então, a perspectiva de sua utilização configurava uma ousadia, mas era ao mesmo tempo uma peça fundamental naquele imenso quebra-cabeça.

Havia um segundo ponto a ser equacionado, relacionado à quantidade de área a ser antecipada. Quanto seria necessário? Quanto seria factível obter?

Um assentamento no Estado de São Paulo pode assumir feições muito

⁹⁴ A tutela antecipada foi instituída pela Lei 8.952, de 13 de dezembro de 1994.

variadas. Nas regiões mais próximas à Capital, os lotes são menores e a produção mais diversificada tendente à agricultura mais intensiva. No oeste paulista, a 700 Km da Capital, há uma maior tendência à pecuária de leite e culturas menos exigentes, e o assentamento costuma ter lotes maiores.

O cálculo do tamanho de um lote de assentamento, chamado de *módulo de assentamento*⁹⁵, varia de um local para outro e considera fatores como: aspectos ambientais incidentes, potencialidade produtiva dada pelas características das áreas e dos mercados consumidores; necessidade de renda, dada pelo tamanho e perfil do grupo familiar dos assentados; capacidade de assentamento, dada pela composição desses aspectos para cada fazenda especificamente.

O conceito primeiro de módulo rural e o cálculo do módulo de assentamento são interfaces fundamentais no processo de planejamento, que trazem consigo a responsabilidade de duas grandes definições:

- Determinar o tamanho da área que permitirá ao beneficiário retirar dela o seu sustento e propiciar o seu crescimento sócio-econômico através da geração de excedentes comerciais.
- Indicar a capacidade de suporte da área destinada para o assentamento, determinando assim a quantidade de famílias que poderão ser assentadas. (ITESP, 2000, vol. 8:26)

Na metodologia do ITESP para a realização do parcelamento territorial de um assentamento, o cálculo de módulo e a participação dos assentados são fundamentais. No Pontal, o lote foi calculado entre 14 e 23 hectares de área livre, sem contar as áreas ambientais de preservação permanente e de reserva legal. Nesse módulo, incluiu-se uma fração destinada à subsistência ou auto consumo da família, de 2 alqueires paulistas (4,8 hectares), o restante é o necessário para o desenvolvimento sócio-econômico da família, incluindo sua potencial capitalização.

A discussão sobre a subsistência era crucial. A tutela antecipada poderia permitir obter de imediato uma parte da área, mas o assentamento definitivo dependeria da obtenção da totalidade da área. A demora de soluções judiciais podia condenar as famílias a intermináveis anos de espera. Nesse sentido, aquelas experiências pioneiras de acordo feitas entre o MST e os fazendeiros, com o apoio da Prefeitura e do Estado, nas fazendas Arco-Íris e Haroldina foram uma inspiração fundamental do Plano.

Nós nem assinamos aquele acordo, mas eles assinaram cedendo 500 ha

⁹⁵ Conceito adotado pelo ITESP, que parte do módulo rural, definido no Estatuto da Terra, para calcular a área necessária nas condições específicas do assentamento para a subsistência e o progresso social da família, que lhe absorva toda a força de trabalho, eventualmente com a ajuda de terceiros.

para o MST, o que na realidade virou um precedente, administrativo, amigável e que era um termo de bem viver. Praticamente era isso. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 14/01/98)

A idéia geral construída a partir daí adotava a seguinte sistemática: da área total da fazenda se reduzia o percentual de 20%, destinado à Reserva Florestal Obrigatória pelo Código Florestal, e o percentual médio utilizado para estradas e áreas comunitárias, em torno de 5%; a área útil restante era dividida pelo módulo encontrado nos cálculos técnicos e se chegava ao número de famílias que poderia ser assentado naquela fazenda, quando ela fosse repassada integralmente ao Estado; para esse número de famílias seria feito o *assentamento provisório* na área obtida antecipadamente. As famílias seriam informadas de que a área restante também seria sua, permitindo completar seu lote ao final do processo: seria o *assentamento definitivo*.

Esperava-se com isso diminuir a pressão sobre o remanescente da fazenda durante as negociações com o Estado, favorecendo o acordo, criando um 'termo de bem viver', naquela expressão do Secretário da Justiça. Isso porque o grupo assentado nos 30% tenderia a se manter ocupado na produção em seu lote provisório, enquanto a motivação para novos grupos de sem-terra estaria reduzida, uma vez que os 70% restantes já tinham destinação assegurada para os assentados nos 30% antecipados.

Por outro lado, a área reivindicada deveria ser suficiente para oferecer a subsistência e um pouco mais para os assentados e ao mesmo tempo não inviabilizar o fazendeiro, que prosseguiria de posse do restante da área até a conclusão do processo. Com 30% da área total da fazenda, se localizado em área própria para a agropecuária, seria possível destinar a cada assentado cerca de 3 alqueires, 50% a mais do que o necessário para a subsistência, conforme os cálculos do ITESP.

Então esses dois elementos (técnico e político) constituíram a base para a proposta de destinação provisória de 30% de cada fazenda devoluta para o assentamento. Ao mesmo tempo em que permitia estabelecer esse pacto de 'bem viver', diminuindo os confrontos violentos, esse 'provisório' compunha as questões de subsistência e precariedade, propiciando condições de sobrevivência enquanto perdurasse as negociações ou a demanda judicial. E aí era diferente do 'emergencial'.

Emergencial pegava uma área total de um assentamento e colocava um número x de famílias que não tinha expectativa nenhuma... só se saísse dali pra uma outra área. E aquele assentamento só se tornaria definitivo se tirasse aquelas pessoas pra outras áreas que viessem a ser arrecadadas. O provisório não. No provisório se arrecadava 30% de um espaço físico e se colocava um x de pessoas, cujas pessoas depois que a

totalidade da área fosse arrecadada, eles iriam ficar naquela fazenda, mas aumentando seus lotes pra o tamanho definitivo, não precisariam se deslocar dali pra outros locais.

Tem a questão também da convivência das famílias ali, que conviveriam entre elas, já se faria uma comunidade. A comunidade já tava organizada nos 30%, na fazenda, eles já estavam ali localizados, seriam aquelas famílias que ficariam depois naquele assentamento, convivendo. Por essa convivência já se organizariam pra pleitear junto à Prefeitura, estrada, direitos aí, infra-estrutura necessária pra aquela comunidade sobreviver. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 24/5/05)

A Secretaria da Justiça, em princípio foi favorável à idéia, mas estabeleceu uma condição para que ela fosse empregada: a verificação de uma aceitação entre aqueles que seriam submetidos a esse sistema, o que implicava numa ampla discussão com os assentados e não apenas com suas lideranças.

A gente teve uma intuição de que precisaria falar não só com a liderança do Movimento, mas mandar uma mensagem também pros membros do Movimento. Porque as relações com o Movimento eram muito complicadas. Eu lembro que nas primeiras reuniões a gente acertava umas coisas com o Movimento, eles saíam e davam uma entrevista dando uma outra idéia de como estavam as relações com o Governo. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Por essa razão, organizou-se uma grande reunião na sede da Fazenda São Bento em que seriam expostos os resultados dos estudos de módulo de assentamento para a região e a metodologia empregada, em que participaria a própria Diretora do DAF. ITESP e MST convocaram todos os Coordenadores de Grupo e lideranças regionais do Movimento para a reunião, agendada para 31 de agosto, e amplamente divulgada.

Estado tem projeto de assentamento. Hoje às 10h, [...] questões como a dimensão dos módulos e período de permanência dos ocupantes serão definidos durante a reunião. (O Imparcial, Presidente Prudente, matéria de capa, 31/8/95)

Na véspera do dia aprazado, os técnicos de campo chegam ao escritório com a notícia de que o MST tinha desmarcado a reunião. Ninguém tinha explicação para isso. Embora as relações estivessem tensas desde o início do cadastramento, data e local da reunião haviam sido definidos em conjunto. O ITESP partiu para a contra-ofensiva e, tão logo amanheceu o dia da reunião, os técnicos foram a campo confirmar a convocação anteriormente realizada.

Era a primeira vez que ITESP e MST se enfrentavam abertamente desde a criação das duas organizações. No episódio do cadastro, os técnicos não enfrentaram o Movimento, retirando-se e deixando à direção e à Secretaria a composição da divergência. Dessa vez, talvez porque a *direção* estivesse presente e se sentisse afrontada em sua *autoridade* ou também porque a instituição estivesse se sentindo fortalecida em sua *missão*, o fato foi que o ITESP desafiou a decisão da coordenação regional do MST em desmarcar a reunião e, falando diretamente com as lideranças intermediárias do Movimento, manteve a convocação.

Tava essa disputa de espaço entre o Movimento e o Estado e não sei o quê. E o Movimento, uma parte dele querendo inviabilizar aquela reunião e tal. Lembro que tinha essa tensão no ar. Aí, marcou-se a reunião na sede da São Bento. E tava nesse clima. Tava nesse clima de que também, provavelmente, as pessoas que tinham que comparecer não iriam, aí também esvaziavam a reunião. Porque ia ter aquela exposição toda da arrecadação e ia explicar também como ia ser o parcelamento. Então teria representantes de tudo que era grupo, né? (Agrônoma do IAF/ITESP desde 1983, 31/5/05)

Mais de 200 coordenadores de grupos do MST e também as lideranças regionais comparecem à sede da São Bento, onde assistiram a exposição dos técnicos sobre os módulos de assentamento e, dentro deles, a área necessária para a subsistência. A Diretora do DAF explicava pela primeira vez a proposta de um assentamento provisório tal como agora concebida. A maior parte dos presentes apenas ouviu a proposta, naquele silêncio respeitoso do agricultor, que o técnico nunca sabe se quer dizer sim ou não. A liderança regional ainda se manifestava contrária e lembrou as situações anteriores, onde as famílias ainda não tinham recebido um lote definitivo⁹⁶. José Rainha desafiou a direção do ITESP a ir apresentar sua proposta na Santa Clara, onde, segundo ele, os assentados resistiam a qualquer coisa que não fosse o assentamento definitivo: - *“Eles não vão deixar você nem falar! Se eles toparem, nós também topamos!”*

A proposta incorporou a idéia de transformar União da Vitória em assentamento definitivo, estabelecendo critérios de prioridade para quem fosse permanecer ali: quem se encaixasse nesses critérios, até a capacidade de assentamento da área, ficava; os demais iriam para os assentamentos provisórios. A reunião na Santa Clara ocorreu sem maiores incidentes e a Secretaria assumiu a idéia.

Pensando em obter o acordo com os fazendeiros e também, se necessário, o

⁹⁶ O MST se referia aos casos envolvendo as Fazendas Santa Rita, Santa Rosa e Ribeirão Bonito. (ver item 1.2)

convencimento do Judiciário para a obtenção das liminares, o Governo decidiu-se por pedir a tutela antecipada de 30% de cada fazenda para a realização de assentamentos provisórios, enquanto se discutia o direito de propriedade e o valor das indenizações.

Não foi feito o pedido de antecipação de tutela integral – isto é, de 100% da área em discussão em cada processo – porque não seria aceito pela Justiça, não seria um pedido justo e legítimo do ponto de vista ético. E, ainda, a intervenção estatal tinha como uma de suas finalidades pacificar a região, e o pedido integral criaria, possivelmente, um conflito maior. Dessa forma se preservava, ainda que com alguma diminuição, o espaço para o ocupante tradicional, o produtor rural, continuar a desenvolver sua atividade agropecuária, enquanto o processo judicial tramitava. (Procurador do Estado entre 1993 e 1998, março/98)

Para o Estado, a hipótese de solução negociada parecia a mais viável e a Secretaria trabalhava insistentemente essa questão. Mas as resistências eram muito difíceis de serem quebradas, possivelmente em função da expectativa criada sobre os acordos anteriormente firmados, em que o Estado só recebia a terra depois de pagar por ela. Então a Secretaria demonstrava ter uma posição de força.

Os advogados eram uma resistência muito grande, a não ser privadamente. A gente testou muitas vezes essa conversa. E eu falei: Ó, nós vamos fazer isso. Nós vamos fazer um acordo pelo qual o fazendeiro cujas terras foram discriminadas e consideradas públicas, nós vamos tomar uma parte deles imediatamente, por acordo ou sem ser acordo, vamos instalar pessoas naquela área e aquelas pessoas será o número de pessoas que ocupará o espaço grande, não serão mais. E os fazendeiros me diziam: Sim, mas quem disse que essa é uma coisa boa pra nós? E aí eu chamava Haroldina e Arco-Íris pra dizer: Não é boa, é ótima! É a forma pra vocês continuarem. Isso é um processo pra durar anos e pelo menos você passa uma mensagem de pacificação. Eles resistiam a isso. [...] eles me perguntavam: E se a gente não fizer por acordo? Eu dizia: Se não fizer por acordo, eu tomo os 30% numa antecipação de tutela. E eles falavam: Isso não existe na conservadora legislação civil e processual civil que nós temos. Havia uma outra interpretação da antecipação de tutela. Quer dizer, havia uma resistência à fórmula e nós estávamos testando essa fórmula. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

A propositura da ação reivindicatória com tutela antecipada passaria a ser um elemento coercitivo inicial, uma posição de força do Estado a partir da qual haveria uma motivação diferente para que o acordo se concretizasse, equilibrando as posições no conflito. Se antes os sem-terra ficavam em situação totalmente precária nos

acampamentos, passariam a ter uma condição mínima de subsistência e dignidade, ganhando fôlego para aguardar a obtenção da terra. O fazendeiro deixaria de ser a parte mais forte e capaz de ditar as regras do acordo, porque passaria a ter um incômodo do qual desejava se livrar: a ação judicial e a vizinhança dos sem-terra numa área cedida compulsoriamente e sem indenização prévia.

...e aí, cá entre nós, a diretora do ITESP na ocasião nunca me disse isso diretamente, mas evidentemente eu sempre pensei nisso: ali era evidente que o fazendeiro ocupando 70% da área, e tendo a seu lado 30% ocupado pelo movimento, a todo dia eles perguntando quando é que iria fazer o assentamento completo e etc, evidentemente ele se sentiria entusiasmado a negociar. Era uma forma de se criar pressão para esse fim. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Com esse mecanismo, o Estado poderia sair daquela condição de 'refém-duplo': teria a faca e 30% do queijo nas mãos.

Quando nós entendemos quais seriam as medidas que seriam feitas inicialmente, nós – a Secretaria, o Instituto de Terras, nossa equipe toda – nós nos recusamos a trabalhar como reação. E estruturamos um Plano. Nós faríamos tudo aquilo e mais um pouco, dentro de um Plano de Ação, quer dizer, não era uma resposta só. Era uma atitude positiva do Estado. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05)

Assim, entre julho e setembro de 1995, a Secretaria delineou os principais aspectos do Plano, que diziam respeito ao cadastro e critérios de seleção a serem aplicados aos sem-terra, à área de abrangência e tamanho das fazendas a serem alcançadas, à necessidade e condições de indenização das benfeitorias realizadas pelos fazendeiros, à instalação dos assentamentos em etapas provisória e definitiva.

Nesse período também, o Secretário obteve do Governador Mário Covas o aval político necessário à implementação do Plano, nos seus aspectos mais polêmicos: retomada das terras devolutas mesmo quando o suposto proprietário portasse um sobrenome ilustre e ainda que houvesse pressão política em contrário; adoção dos critérios legais de assentamento mesmo quando houvesse pressão em contrário do MST ou de agentes políticos; demanda junto ao Governo Federal para que o INCRA assumisse seu papel institucional e responsabilidade financeira nesse processo. Em pouco mais de dois meses de discussões, o 'quebra-cabeças' do Plano de Ação estava montado. A SJDC agendou para 27 de setembro a apresentação do Plano e convidou a todos os envolvidos e toda a imprensa, na expectativa de que as propostas ali contidas traduzissem o amplo leque de decisões governamentais e acordos havidos em sua construção.

*CAPÍTULO 4:
CONFLITOS E ACORDOS EM
ESPIRAL*



Arte sobre fotos do Acervo ITESP

4. CONFLITOS E ACORDOS EM ESPIRAL.

La estructura psíquica de cada individuo viene a ser un órgano preceptor, dotado de una forma determinada que permite la comprensión de ciertas verdades y está condenado a inexorable ceguera para otras. Asimismo, cada pueblo y cada época tienen su alma típica, es decir, una retícula con mallas de amplitud y perfil definidos que le prestan rigurosa afinidad con ciertas verdades e incorregible ineptitud para llegar a ciertas otras. (ORTEGA Y GASSET, s/d)

O Plano do Pontal efetivamente tinha sido construído em um amplo processo de negociação. Em muitos pontos aparentemente havia se conseguido consenso. "O Plano do Pontal obedeceu a todas as normas de um Plano negociado, porque sentamos à mesa, ninguém afrontou esse Plano, ninguém se mostrou contra o Plano, pelo contrário, nós discutimos com os fazendeiros, com os assentados..." (Belisário, 30/05/05). Mas é provável que por trás do aparente consenso houvesse apenas uma descrença na capacidade de ação do Estado, ou uma crença na sua inércia, o que dá no mesmo.

Os fazendeiros participavam das reuniões achando que não ia dar em nada, como em outros governos. Muitos participavam numa crença de que iriam ficar nessas reuniões de forma infinda e que isso não iria ter um processo de planização. O MST vinha com a preocupação de que tinha que obter soluções, mas que também não iria obter, que nós iríamos ficar nessas reuniões e que as coisas não caminhariam. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC, 14/01/98)

Assim, é possível que o que se estava arquitetando fosse uma convicção dos agentes do Estado, uma base segura para as idéias que alicerçavam a construção do plano a partir dos elementos recolhidos nas várias opiniões e reivindicações que ali se expunham. *"Esse raciocínio [do plano] vai sendo formulado no curso de reuniões, ascoltando um pouco a opinião dos movimentos"* (Belisário, 30/05/05).

Então é possível que cada uma das partes apenas aparentasse esse consenso travestido de silêncio porque se lhe haviam esgotado os argumentos, ou eles eram insustentáveis no debate público que se tornaram as reuniões na Secretaria. Quem cala pode até consentir, mas não necessariamente concorda. Talvez a solenidade do Salão impedisse a formulação em voz alta de um discurso agressivo ou até egoísta que só se expressava do lado de fora. Talvez por tudo isso, as formulações do Plano se construíssem ao mesmo tempo em que os ânimos se acirravam no Pontal e os conflitos pela terra ganhavam espaço crescente na imprensa.

Todos os atores sociais envolvidos tiveram acesso garantido à discussão e os parâmetros do Plano foram sendo estabelecidos em inúmeras e tortuosas rodadas de negociação. Houve muitas idas e vindas, vários recuos e retrocessos, às vezes vinculados mais à expectativa de espaço na mídia do que propriamente a questões ideológicas. Dois segmentos sociais antagônicos se enfrentavam com declarações de efeito, bravatas, ações temerárias e ameaças bombásticas, tudo junto compondo o pano de fundo em que se travavam as discussões do Plano. (ITESP, 2000, vol 6:72-73)

O Governo do Estado tinha agendado uma reunião para 27 de setembro, onde prometia anunciar as medidas do Governo para a questão. Na semana dessa reunião, a situação chegava a extremos: no dia 25, um dos fazendeiros de Mirante aparecia no Jornal Nacional exibindo armas de grosso calibre com que pretendia rechaçar os sem-terra; no dia seguinte, ressurgia um dossiê da PM e do Exército, feito em 1993, que apontava *"suspeitas de ligação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) com os sandinistas (movimento revolucionário de esquerda que tomou o poder na Nicarágua no final da década de 70)"* (FSP, 26/9/2005, p.1-12); os jornais amanheciam recheados por declarações tendentes ao conflito.

Na semana passada, Rainha disse que o Movimento vai ocupar todas as fazendas da região, para começar o plantio, se o governo não resolver logo o problema. Se os fazendeiros se armarem contra as ocupações, advertiu, *"eles vão morrer com as suas próprias armas, porque para cada ação deles haverá uma reação"*. (JB, 26/09/1995, p. 5).

Os sem-terra vão continuar a invadir áreas no Pontal do Paranapanema

independentemente das medidas que devem ser anunciadas hoje pelo secretário da Justiça de São Paulo, Belisário Santos Jr., em reunião com lideranças dos sem-terra. A afirmação foi feita ontem pelo líder do movimento na região, José Rainha Júnior, 35. (FSP, 27/9/2005, p.1-14)

Para João Mendes Barreto, 50, outro dos líderes dos sem-terra, as armas mostradas pelos fazendeiros "são apenas uma forma de pressionar o governo para nos negar a terra". Barreto avisa: "Estamos reivindicando a terra, não a violência. Mas, se os fazendeiros partirem para o enfrentamento, se sobrar alguém, vai sobrar do nosso lado". (FSP, 27/9/2005, p.1-13)

Romero (Vice-presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente): Alguns fazendeiros falam abertamente que estão dispostos a defender seus direitos por conta própria, se o Estado nada fizer. É legítima defesa. (FSP, 28/9/2005, p.1-9).

A situação das lideranças do MST, para quem a Polícia havia pedido a prisão preventiva na sexta-feira anterior, foi assunto recorrente da mídia durante todos os dias daquela semana. A decretação ou não da prisão dependia do Judiciário.

Durante todo o dia de ontem, algumas emissoras de rádio da região anunciaram a decretação. "Passei a segunda-feira em São Paulo e não decretei nada. Ainda estou analisando os pedidos de prisão preventiva, mas ainda não tomei nenhuma decisão", disse a juíza à Folha por telefone. (FSP, 27/09/1995, p. 1-13)

Nesse dia 27 de setembro, o "Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema" ou "Plano do Pontal" foi apresentado pela SJDC diretamente aos atores envolvidos na sua formulação e, através da imprensa, ao público em geral (Figura 4.1).

FIGURA 4.1. APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO PLANO DO PONTAL



Extraído de: FSP, 28/09/1995, pg.1-9.

O teor do Plano pode ser lido no Quadro 4.1.

QUADRO 4.1. PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL PARA O PONTAL DO PARANAPANEMA.

PROPOSTAS DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

Com base no quadro exposto, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania propõe adotar as seguintes medidas, na busca de solução para os problemas fundiários do Pontal:

- Abrangência a toda a 10ª Região Administrativa;
- Atualização dos Planos de Legitimação de Posses nos Perímetros já julgados devolutos e que se encontravam paralisados em governos anteriores;
- Permissão de Uso a título oneroso até 500 hectares (critérios e remuneração a serem definidos em resolução conjunta da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e da Procuradoria-Geral do Estado);
- Áreas que não se enquadrarem nos critérios técnicos e legais serão arrecadadas para assentamento;
- Dinamizar a legitimação das propriedades com até 100 ha no 11º Perímetro;
- Entrega de Títulos já em fase de expedição em Mirante do Paranapanema;
- Constituição de Comissão SJDC/PGE para execução de ações conjuntas na região;
- Formalização de convênios com todas as prefeituras interessadas para legitimação/arrecadação das áreas municipais;
- Propositura de Ações Reivindicatórias na área do 11º perímetro de Mirante do Paranapanema:
 - Setembro/95 – Fazenda Arco-Íris de 2.616 ha
 - Outubro/95 – Fazendas Canaã e King Meat de 3.018 ha
 - Novembro/95 – Fazendas Santa Apolônia e Mirante de 4.257 ha
 - Dezembro/95 – Fazendas Flor Roxa e Santa Cruz de 2.310 ha
 - Janeiro/96 – Fazendas Santa Helena e Santa Carmem de 1.062 ha
 - Total: 13.263 ha
- Áreas em reivindicação: Fazendas Haroldina e Santa Rosa de 3.362 ha
- Áreas já arrecadadas: Fazendas São Bento, Santa Clara e Estrela D'Alva de 6.491 ha
 - Total Geral: 23.116 ha
- Nas ações reivindicatórias poderá ser estabelecido, por acordo ou liminar, a utilização de 500ha ou até 30% do total da área, para assentamentos provisórios, sem prejuízo do prosseguimento regular da ação;
- Inaugurar assentamentos provisórios nas áreas reivindicadas;
- Transformar em assentamentos definitivos os assentamentos provisórios das antigas fazendas São Bento, Santa Clara e Estrela D'Alva;
- Utilização de critérios técnicos para o estabelecimento dos módulos dos assentamentos definitivos, conforme a vocação da área;
- Assentamento de 2.101 famílias cadastradas pelo ITESP com perfil de assentamento;
- Reiteração dos critérios legais para assentamento (tempo de domicílio na região mínimo de dois anos, vocação agrícola, força de trabalho, idade, não ser funcionário público, não possuir propriedade rural, não ter renda de atividades não agrícolas – ex: comércio, etc.).

Fontes: FERNANDES (1996:198-199) e OESP (2/2/96, p. A-14)

Singelo em sua forma, o Plano do Pontal pretendia ser um instrumento de ação e de pacificação, mas foi recebido com muita descrença e desconfiança. MST e fazendeiros manifestavam seu descontentamento em declarações através da imprensa.

As medidas não agradaram nem aos fazendeiros nem aos sem-terra. Os pecuaristas da região criticam o Governo por não ter estabelecido prazos e critérios para as indenizações, enquanto os sem-terra exigem o

assentamento imediato na totalidade da área. (OG, 28/09/95, p. 4)

O MST criticava a proposta de antecipação de apenas 30% da área e queria 100% de todas de imediato. Segundo Rainha, "a proposta não vai resolver o problema e pode agravar os conflitos no local. As ações vão demorar muito tempo e o que precisamos é da posse imediata e permanente da terra" (DP, 28/09/95, p. 10). O Movimento também discordava da exclusão das áreas menores do que 500 ha no Plano do Governo, embora sua posição anterior ao anúncio parecesse ser outra, como indica essa matéria publicada na imprensa, noticiando justamente a participação do PT e do MST na reunião com o Governo:

Segundo Dirceu, o Governo paulista tinha garantido a representantes do MST que as terras devolutas acima de 500 ha seriam cedidas aos sem-terra. "O discurso está diferente. Agora falam em ceder apenas as terras acima de mil hectares. Isso muda muita coisa. É preciso cumprir o acordo anterior" disse Dirceu, que na sexta-feira esteve em Mirante do Paranapanema num ato público em favor dos sem-terra. (OG, 25/9/95, p.5)

Poucos dias após o anúncio do Plano, três fazendas foram re-ocupadas em Mirante do Paranapanema, todas com menos de 500 hectares. Segundo José Rainha, esse era um ato de protesto, porque "*o governo só levou em consideração o tamanho das fazendas. Eles não levaram em consideração que elas pertencem a conhecidos latifundiários e grileiros, que têm extensas propriedades em outras regiões de São Paulo e em outros Estados*" (FSP, 30/9/95, p.1-10)

Os fazendeiros, por seu turno, duvidavam de que fosse realmente possível obter a tutela antecipada das áreas e expressavam essa dúvida, mas se preocupavam principalmente com as indenizações que lhe seriam pagas "*prometendo abandonar a idéia da milícia armada apenas se o governo pagar as indenizações pelas terras*" (JB, 28/09/95, p.5), mas também se assustavam com a ampliação da abrangência da reivindicação de terras devolutas para toda a 10ª Região Administrativa, com 33 Perímetros, não mais se restringindo ao 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema. Para o presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Domingos Ishii, o acordo estaria "*levando o pânico*" à região: "*o problema está localizado apenas na região do Pontal. É um absurdo colocar todos os fazendeiros dos outros municípios, que não têm nada a ver com o problema, na mesma situação de insegurança*" (FSP, 29/09/95, p.1-8).

De fato, até ali todas as reivindicações limitavam-se ao 11º MP. Havia como que um acordo tácito entre Governo, movimento social e fazendeiros, em que todos agiam como se apenas esse Perímetro fosse devoluto. Para os fazendeiros, ali e somente

ali estava o *Pontal*, quando se referiam aos problemas dominiais da região. E o MST, mesmo nas suas declarações mais ousadas, nunca havia mencionado mais do que os 66 mil hectares daquele Perímetro. No dia anterior ao anúncio do Plano, Rainha concedera a seguinte entrevista:

Folha: O que vocês esperam da reunião?

José Rainha Jr: Nós queremos uma área de 21 mil hectares, já ocupada, para o assentamento das 2.100 famílias.

Folha: Se o Governo concordar, está tudo resolvido?

Rainha: Não. A nossa luta continua. A briga é por uma área de 66 mil hectares que pertence ao governo. Vamos continuar lutando pelo assentamento de mais famílias.

Folha: E se o governo não conceder a terra?

Rainha: Vamos mobilizar 5000 famílias e ocupar todos os 66 mil hectares. (FSP, 27/09/95, p. 1-14).

Também os fazendeiros estavam preparados para um acordo que permanecesse nesses limites. No mesmo dia, alguns fazendeiros ofereceram a possibilidade de acordo em 100% da área: "*Eles pediram, em troca da entrega das fazendas, prioridade para a avaliação técnica do valor da área e pagamento das indenizações*" (DP, 28/09/95, p. 10); "*Eles calculam que o valor das melhorias por hectare está em torno de R\$ 2 mil*" (OG, 28/09/95, p.4). Nas entrelinhas, a oferta embutia um condicionante: que valor e condições de pagamento fossem similares ao acordo da Fazenda São Bento. Era a sombra dos acordos anteriores ainda pairando no ar.

Essa reação demonstrava que ninguém havia esperado uma mudança tão radical na forma de fazer política em relação à do governo anterior, ou talvez a expectativa fosse pela sua manutenção simplesmente. O Governo Fleury tinha se portado de maneira ambígua, atendendo pontualmente alguns interesses, mas sem interferir demais, sem se posicionar ou tentar conduzir efetivamente esse processo.

A minha impressão era que o Estado jogava ali um pouco, até 1994. O Estado entendia que não tinha papel a desempenhar ali. O papel era um pouco tutelar algumas relações com o MST, mas não de conduzir um processo. Essa foi a impressão que eu tive, pelas ações que foram adotadas. Era um pouco de fazer o jogo de intervir quando chamado, é como se o Estado não tivesse terras discriminadas, ações judiciais a adotar, com uma determinada velocidade, etc. E realmente não tinha plano. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

O Fleury nunca foi simpático, nunca teve essa intenção de fazer a Reforma Agrária em São Paulo. Ele fez aquelas duas, mas só fez isso também. Precisava de um confronto por lá, até que teve uns dias que ele não agüentou. (Bill, liderança do MST, 27/05/05)

O que a gente percebia é que o Governo anterior tinha deixado um pouco essas questões nas mãos dos movimentos sociais e por orientação de um deputado estadual específico que de certa forma monopolizava essa questão da política agrária no Estado de São Paulo. Então o Governo anterior tinha deixado um pouco isso correr solto. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 02/08/05)

O Covas, eu acho que tinha outra postura. Ele tinha uma linha mais... por exemplo, aquele percentual que ele queria, não abria mão. Então eu acho que ele foi mais durão, em não abrir mão, em não ceder. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

Então fazendeiros e sem-terra talvez estranhassem essa mudança de postura. De qualquer modo, embora tivessem participado de muitas reuniões durante a formatação do Plano, sem-terra e fazendeiros não estavam satisfeitos com seu resultado. Para os sem-terra a abrangência do Plano era *insuficiente*, para os fazendeiros essa abrangência era *exagerada*. As duas declarações aparentemente opostas convergiam em um ponto: o descontentamento com o Governo porque estava fazendo algo diferente do que se esperava, indo além da sua pauta e assumindo uma posição própria que não se alinhava com nenhum dos dois segmentos exatamente.

Eles traziam uma pauta e o Governo reagia a essa pauta, foi sempre assim. A partir de setembro eles começaram a trazer a pauta e a gente discutia a pauta, até porque era uma pauta a ser respeitada do movimento social, mas a par disso havia um processo que nós tínhamos dado início, e que teria início, meio e fim. (Belisário, Secretário da Justiça de 1995 a 2000, 30/05/05).

Essa pauta própria que começou a se delinear com o anúncio do Plano do Pontal era vista pelo Movimento Sem-terra como uma intrusão ou talvez como uma extrapolação do papel do Estado, que pretendia fazer o que deveria ser feito pelo MST. Quer dizer, se o Estado arrecada cada Fazenda, mesmo que lentamente, a partir das ações do Movimento, o resultado é visto como uma conquista do MST; ao contrário, se o Estado organiza um Plano para agir massivamente e arrecadar todas as fazendas, o resultado será visto como uma dádiva do Estado.

A diferença é que o Movimento tinha uma forma de organizar os trabalhadores e essa forma era uma forma de tá conscientizando o

peçoal mesmo da necessidade de lutar, de fazer a sua luta pra que a reforma agrária mesmo haja. E aí outras vezes tinha intervenção do Estado com todo o seu aparato. E aí quando o Estado entra, com todo o seu aparato, com toda a sua... oferecendo algumas coisas, isso muitas vezes quebra a organização, né? Aí o Estado passa a dirigir um processo que vinha de anos o Movimento organizando. Aí o próprio Movimento muitas vezes perde o comando da coisa por conta que o Estado vem e... sabe que os trabalhadores véve muitas vezes de... coisas concretas, né? E muitas vezes o Movimento não tinha respostas concretas. E quando tinha a resposta concreta parecia que era uma coisa que o Estado que deu. Mas não foi o Estado que deu. Foi fruto de uma longa luta, de organização do Movimento que vem organizando desde lá da base. (Márcio Barreto, liderança do MST, 27/05/05)

SIGAUD (1977) oferece elementos suficientes para a consideração dessa hipótese, ao analisar como a conquista dos direitos trabalhistas na década de 1960 se configurou como uma graça ou uma dádiva do Governo na consciência social dos trabalhadores rurais na Zona da Mata de Pernambuco.

Esse dom teria sido dado aos trabalhadores, no mesmo estilo que os dons concedidos pelo Sr. de engenho, sendo portanto regido pela mesma lógica de reciprocidade. [...] O trabalhador não reconhece os *direitos* como adquiridos, nem resultantes de uma luta que ele teria travado sob a liderança dos Sindicatos ou das Ligas [...]. O trabalhador não vincula a mobilização política de que foi um dos principais atores, ao lado dos camponeses, ao surgimento dos direitos (SIGAUD, 1977:118).

Por essa lógica, se os assentamentos fossem vistos como algo dado pelo Estado, a lógica da reciprocidade (MAUSS, 1974) se estabeleceria para com o Governo e não mais para com o Movimento e a dádiva poderia se constituir em uma dívida de gratidão a ser retribuída, por exemplo, com o voto. Ou pior: com a cessação dos confrontos na luta pela terra, como pedia o Governo.

E os fazendeiros receavam perder o poder que desfrutavam no Estado nos últimos oito anos, preocupavam-se com os valores das indenizações, não 'confiavam' no Governo, queriam saber quando seriam pagos. E, tendo Mário Covas um perfil tão semelhante ao de Franco Montoro, havia justificativa suficiente para esse temor.

Você pega os dois pólos, tanto o Montoro como o Covas, nesses dois momentos, nesses dois Governadores, teve um rompimento com a questão do sobrenome, quem era o fazendeiro. Não importa o sobrenome! [...] Passados 8 anos, você vê essa mesma postura no Governo do Covas.

Que o Covas também: a terra é devoluta, o fazendeiro tá lá, não quero saber o sobrenome dele! Nós vamos lá. A terra é do Estado? Já tá julgada, transitada em julgado? Perfeitamente, vamos tirar lá, vamos pagar as benfeitorias do sujeito e vamos arrecadar essa terra pro movimento que tá batendo na porta e tal, tal. Precisa de terra e nós vamos tirar isso aí. Vamos indenizar? Ok, precisa pagar pra ele, tal, tal, não sei o que. Então o Montoro com o Covas eu acho muito parecido a obstinação. (Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/05/05)

Assim, o que se constituiu formalmente como um grande acordo desdobrou-se em novos conflitos que demandaram novos acordos, num processo em espiral. Tudo acontecendo em diversos planos, simultâneos e imbricados.

4.1. Os PONTOS DE DISCÓRDIA

4.1.1. A QUESTÃO DOS PRAZOS

O Plano do Pontal foi anunciado sem que houvesse ainda uma definição muito clara sobre o prazo de sua realização. Embora mencionasse datas limites para o ajuizamento das ações reivindicatórias (v. Quadro 4.1), nada havia sobre o prazo em que seriam realizadas as indenizações aos fazendeiros – e realizados os assentamentos definitivos, por conseguinte. Tal definição dependia de um equacionamento da questão financeira e a única coisa sabida nesse sentido era que não havia recursos disponíveis no Estado para as indenizações em *tantas* fazendas.

Eu me lembro que nós fizemos a apresentação do programa, fechamos aquela porta, entrei na sala dele e falei: Belisário, e recurso pra isso? Ele falou: *Eu não sei. Deus há de prover!* Não tínhamos isso, nós não tínhamos. Fechou aquela porta, o pessoal ainda atendendo a imprensa lá, eu entrei com ele naquela sala, pus a mão na cabeça: Belisário, e agora? Não tem dinheiro pra isso! Até uma fase a gente consegue negociar e o resto? – *Deus há de prover!* [Edson chora de rir] Brincadeira à parte, na verdade havia consistência no Plano. Isso que é importante. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 02/08/05)

A partir do anúncio do Plano, equacionar a questão financeira tornava-se fundamental para dar concretude à ação do Governo. O Estado passava por uma situação de arrocho fiscal e o Governador tinha anunciado a inexistência de recursos para as indenizações. Era preciso trazer o Governo Federal para participar do processo e já no anúncio do Plano o Secretário tornava pública essa intenção.

Com certeza não teremos dinheiro no orçamento do ano que vem para as indenizações. Mas temos, dentro do programa, propostas que vão permitir a arrecadação de recursos para tocar a reorganização fundiária. Ainda esperamos a colaboração do Governo Federal, já que o INCRA deve mais de R\$ 20 milhões ao ITESP. (OG, 28/09/95, p. 4)

Nessa época, o INCRA continuava vinculado ao Ministério da Agricultura. O Ministro era Andrade Vieira, fazendeiro e banqueiro, e o Presidente do INCRA era Brasília Machado, homem de sua confiança e perfil semelhante. Ambos, mas especialmente o Ministro, recebiam muita oposição dos movimentos populares da área agrária: *"Ele representa os latifundiários. Esse cara tem um compromisso com os banqueiros e com os latifundiários"* (Rainha, FSP, 10/04/95, p.1-4). A crítica se intensificou após o massacre de Corumbiara, ocorrido em agosto de 1995 e que repercutiu amplamente.

Até setembro, o Governo Federal vinha fazendo ouvidos moucos para os problemas do Pontal, mas na mesma semana do lançamento do Plano, o Presidente da República fez pela primeira vez um pronunciamento sobre a reforma agrária e nomeou um novo Presidente para o INCRA, numa decisão que foi bem recebida na sociedade.

Dirigentes de entidades de sem-terra e de proprietários rurais elogiaram ontem a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de nomear Francisco Graziano para a presidência do Inbra. "Ele atendeu nossa reivindicação apresentada em julho para que a reforma agrária ficasse vinculada à Presidência. O governo merece um voto de confiança na sua promessa de assentar 280 mil famílias. Falta demitir o ministro", disse o coordenador do MST Gilberto Portes (FSP, 28/9/95, p.1-8).

Na realidade, o INCRA permanecia vinculado ao Ministério da Agricultura, mas Graziano era próximo ao Presidente, o que lhe dava maior autonomia. Em 6 de outubro de 1995, veio a São Paulo, onde se reuniu com a SJDC e recebeu um pedido de apoio ao Plano do Pontal. A Constituição Federal atribuiu ao INCRA a obrigação de fazer Reforma Agrária e, embora no Pontal se tratassem de terras devolutas, a Secretaria considerava haver uma co-responsabilidade do Governo Federal na questão, uma vez que se tratava de assentamentos de trabalhadores rurais a serem constituídos ali. Além disso, o ITESP vinha dando suporte aos assentamentos federais em São Paulo há mais de dez anos, com assistência técnica obras de infra-estrutura, sem ter jamais recebido nada por isso. Então, por via das dúvidas, a SJDC apresentou a "conta" do ITESP ao INCRA: os investimentos realizados pelo Instituto ao longo desse período somavam R\$ 30 milhões. Mas Graziano se comprometeu a apoiar o Governo Estadual independentemente disso: *"os US\$ 23 milhões que o INCRA deve ao Governo do Estado por serviços prestados pelo*

ITESP não entraram na negociação das indenizações aos fazendeiros. Segundo ele [Belisário], a dívida permanece e será negociada à parte" (JB, 09/10/95, p. 3).

A postura de Graziano era otimista e suas declarações logo após a primeira reunião com a SJDC, voltadas fundamentalmente para a imprensa⁹⁷, sinalizavam que seria possível atender facilmente a todas as reivindicações e em prazo curto a partir da entrada do INCRA no processo: *"Incrá deve assentar mil famílias em São Paulo"* (manchete de primeira página da FSP, 7/10/95); *"Em não mais que trinta dias nós entregaremos um lote de terra ao Zé Rainha, que tanto luta pela posse da terra, brincou Graziano"* (FSP, 7/10/95, p.1-8); *"A diferença fundamental é que os fazendeiros que esperavam ter os recursos das desapropriações liberados em prazos que poderiam chegar a quatro anos receberão imediatamente, explicou Graziano"* (DP, 7/10/95, p.10).

No mesmo dia, os jornais noticiavam a intenção do MST de realizar sua primeira ação fora do 11º MP. O Movimento fornecia à imprensa data, hora e detalhes de suas ações futuras, e com isso mantinha o foco das atenções na *luta*. Na mesma página em que publicara a matéria com o Presidente do INCRA, a Folha de São Paulo, por exemplo, publicava a seguinte notícia:

MST prepara nova invasão. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) programou para a madrugada de hoje uma das maiores ocupações de terra na região do Pontal do Paranapanema, no oeste de São Paulo. A liderança do movimento afirma ter reunido mais de 3.000 sem-terra para invadir uma fazenda de 3.000 hectares da região, durante a madrugada. O nome e localização da fazenda, segundo os líderes do MST, seria mantido em sigilo até o momento da ocupação. A única informação é que a área estaria fora do 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema, cujas terras já foram consideradas devolutas e de propriedade do governo do Estado. As lideranças dos sem-terra passaram todo o dia de ontem programando a invasão. Ficou estabelecido que a caravana sairia de quatro pontos diferentes e entraria na fazenda também por quatro lados. Ainda segundo o planejamento feito pelos sem-terra, a ocupação deveria começar por volta das 4h da madrugada de hoje. A ocupação desta madrugada mostra que os sem-terra do Pontal começam a invadir fazendas fora do 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema. (FSP, 07/10/1995, p.1-8)

A imprensa também pôde acompanhar de perto a ocupação e noticiar tudo em detalhes já no dia seguinte.

⁹⁷ Eu assisti nesse período uma solicitação feita ao Secretário que é elucidativa desse ponto: que a reunião se realizasse em horário que facilitasse as coisas para a imprensa e pudesse aparecer no noticiário da TV.

Ontem, a ação começou em quatro pontos diferentes – nas fazendas São Bento, Washington Luís e Santa Clara e no acampamento 1º de Abril. O maior comboio saiu do acampamento 1º de Abril, com 45 veículos, lotados de sem-terra. Os quatro comboios chegaram à fazenda São Domingos às 5h25. Às 5h40, seis tratores começavam a preparar a terra quando apareceu José Rainha Júnior, o líder dos sem-terra no Pontal. Rainha improvisou uma entrevista coletiva. Ele explicou que a ocupação da fazenda São Domingos significa uma nova fase do movimento no Pontal. (FSP, 08/10/1995, p. 1-13)

A Fazenda São Domingos ficava no vizinho 8º Perímetro de Presidente Prudente (8º PP)⁹⁸ que ainda não estava discriminado (marrom, conforme o Quadro 1.1), quer dizer, como nunca houvera uma ação discriminatória ali, ainda não havia definição judicial sobre seu domínio, complicando a capacidade de ação do Estado. Nessas circunstâncias, tornava-se difícil precisar a ação mais adequada – uma reivindicatória estava fora de cogitação, devido à indefinição dominial; uma discriminatória levaria anos, talvez décadas para ser julgada; uma desapropriação, ainda que se comprovasse que a terra era devoluta, também dependia de definição dominial para definir quem receberia a indenização pela terra.

Mas a localização da Fazenda trazia outro elemento: Sandovalina ficava em outra Comarca, mais conservadora, e sob a alçada de outro delegado, que ingressou imediatamente com um novo pedido de prisão preventiva para os líderes do MST. Por cautela, quem passou a comandar a ocupação foi Diolinda, companheira de Rainha, que até então cuidava de tarefas internas na organização do Movimento.

Antes mesmo do Judiciário apreciar um provável pedido de despejo, ela declarava a intenção do MST de não atender a ordem judicial, porque os ocupantes da área estariam dispostos a resistir a qualquer decisão de reintegração das terras por parte da Justiça. *“Já esperamos demais por uma solução, agora estamos dispostos a fazer qualquer besteira”*, alertou Diolinda (OESP, 11/10/1995, p. A-13).

Mas, fosse ou não uma bravata, com o despejo concedido pela Justiça, um novo mega acampamento, com escola e posto de saúde, foi instalado pelo MST em barracões da CESP semi-abandonados e às margens da Rodovia de Teodoro Sampaio. Batizado de Taquaruçu, o acampamento reuniu outras centenas de famílias que dirigiram a partir daí sua ação na direção de Teodoro Sampaio e Sandovalina.

⁹⁸ Embora tenha havido aí uma série de conflitos e acordos em paralelo ao que acontecia no 11º MP, inclusive envolvendo posicionamentos judiciais e o INCRA-SP numa triangulação com o MST e o ITESP, neste trabalho eles não serão objeto de avaliação, senão naquilo que interferiu diretamente no que acontecia em Mirante.

Enquanto o MST radicalizava em sua posição, os fazendeiros, desgastados com o longo período negociações e tantas ocupações, davam declarações de apoio às ações do Governo, vislumbrando talvez a possibilidade concreta de indenizações. Uma comissão de fazendeiros de Mirante liderada pelo Sindicato Rural de Presidente Prudente vai à Secretaria declarar sua aceitação à proposta do Governo.

Fazendeiros aceitam proposta do Governo. [...] “Estamos dispostos a não contestar as ações na justiça para facilitar a resolução do projeto de reforma agrária do Governo”, argumentou Romero. Segundo ele, a principal preocupação dos fazendeiros com a proposta apresentada por Belisário há duas semanas era com a situação financeira do Estado, o que poderia prejudicar o pagamento das indenizações [...] a liberação de verba pelo INCRA abriu o caminho para um acordo. (OESP, 16/10/1995, p. A-13).

Nesse período, ocorreu a primeira aproximação do INCRA de São Paulo com o processo do Pontal, quando as fazendas relacionadas no Plano foram vistoriadas por uma equipe técnica mista, com agrônomos do INCRA-SP e do ITESP. O relacionamento entre as equipes não foi positivo: não houve consenso entre os técnicos, a respeito de metodologia e critérios de avaliação, o INCRA-SP resistia à perspectiva de participar de uma ação em terras devolutas, fechava-se na idéia da desapropriação a ser efetuada sob controle do INCRA e conforme as normas federais. A hipótese de indenização por acordo era veementemente rechaçada desde o início.

Mesmo assim, dias depois, Francisco Graziano reafirmava sua promessa em reunião com o MST: “*Acordo prevê assentamento de mais de mil famílias no Pontal em 30 dias*” (Diário do Comércio e Indústria, 19/10/95, p.5); “*pelo menos mil famílias até novembro no Pontal de Paranapanema (extremo oeste de São Paulo). A promessa foi feita pelo presidente do Incra*” (FSP, 19/10/95, p. 1-12). Essa postura assim *tão otimista* era na verdade preocupante, pois nenhuma providência concreta era apresentada para dar solidez às declarações que fazia. E a Secretaria temia o resultado dessa postura.

O Chico caiu falando nessa reunião, que foi uma reunião terrível. O Zé Rainha trouxe uma série de reivindicações e o Chico respondia: É pouco! Só isso que você quer? É pouco! Posso fazer muito mais. E é pouco, posso fazer muito mais, é pouco... Uma coisa que eu pensei: É maluco? Foi bom porque nós usamos isso, nós jogávamos em cima dele: Peraí, você prometeu, você falou na reunião, tem que fazer! Tem que cumprir! Tem que bancar! Mas ficou muito no lero-lero. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

O Chico dizia que ia fazer, que ele ia bancar, que ele ia aportar recurso no montante que a gente queria, mas... A idéia do Chico à época era resolver tudo nas áreas devolutas que já tínhamos e continuar tratando o sem-terra com terra como sem-terra. A idéia que ele tinha de movimento social era curiosa. A idéia era não dar terra, era dar o mínimo de terra necessário, o cara continuava dependente de tudo quanto é programa, era uma coisa... era menos que dar um táxi. Ou seja, dá um negócio, o cara não enche mais, isso não custa muito pra gente, isso não é nenhum programa, a gente não faz nenhum esforço, e vamo que vamo... Vambora resolver o nosso problema que são os produtores. Eu acho que isso era ideológico, ele não considerava esses caras produtores. Esses caras não seriam produtores pra ele. Ele pensa isso até hoje, os caras não são produtores pra ele. É como se eles nunca se misturassem. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/7/05).

Nessa mesma data, os fazendeiros receberam a notícia sobre a sistemática para indenizações. "No encontro de ontem, o secretário da Justiça disse como serão indenizadas as benfeitorias: uma pequena parte em dinheiro, e o resto, em Títulos da Dívida Agrária (TDAs)" e "só serão indenizadas benfeitorias ligadas à produção, como paióis, mangueirões (cercado para criar porcos), cercas, casas de colono, currais" (FSP, 20/10/95, p.1-8).

Mas essa notícia em princípio não pareceu abalar o seu apoio ao Governo, talvez porque o levantamento das benfeitorias, feito pelo INCRA e pelo ITESP somente seria concluído alguns dias adiante, revelando o valor que o Estado pretendia pagar para as indenizações. E eles mantinham a expectativa de valores pelo menos no mesmo patamar daqueles pagos nos acordos anteriores, o que se percebia na tentativa que faziam de influir na posição dos técnicos vistoriadores para valorizar suas áreas.

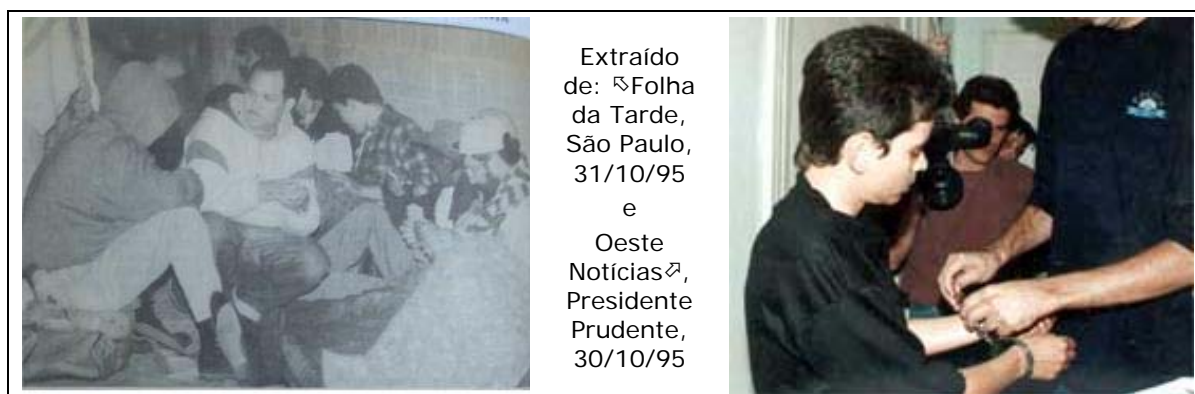
O fazendeiro tentando valorizar a benfeitoria que ele tinha, dizendo que era pastagem implantada, pastagem formada, aí nós perguntando pro fazendeiro – mas, aonde tem a pastagem? "Não, vocês não estão vendo direito", respondeu o fazendeiro, "mas lá debaixo daqueles leiteiros, tudo tem pasto". E um certo humor por trás de tudo isso porque era uma pastagem totalmente suja de leiteiro e ele querendo valorizar como pastagem implantada. (Agrônomo do ITESP desde 1994, 29/05/05)

Não obstante, o acirramento dos conflitos no Pontal continuava em passo acelerado, recebendo enorme destaque na imprensa escrita e falada. Durante todos os dias do mês de outubro, o assunto foi noticiado em destaque por todo o país. A radicalização era pintada em cores berrantes e manchetes de efeito (Quadro 4.2).

QUADRO 4.2. PROJEÇÃO NACIONAL DOS CONFLITOS NO PONTAL (OUTUBRO DE 1995).

Sem-terra voltam a invadir em São Paulo (Correio Brasiliense, 03/10/95)
Líder dos sem-terra diz que eles já deram 'trégua de quase 500 anos' (Folha de S. Paulo, 04/10/95)
Fazenda é invadida por três mil sem-terra (em Sandovalina) (O Popular, Goiânia, 08/10/95)
Líder dos sem-terra faz desafio ao Governo (Jornal do Brasil, 09/10/95)
Sem-terras ocupam hidrelétrica em São Paulo (A Tarde, Salvador, 09/10/95)
Delegado pede prisão de líder sem-terra (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 10/10/95)
Sem terra não deixam o Pontal (O Globo, Rio de Janeiro, 13/10/95)
Rainha dá ultimato ao Governo (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17/10/95)
Sem-terra ameaçam com matança de bois (Folha de São Paulo, 17/10/95)
Fazendeiros pedem intervenção federal (Folha de São Paulo, 18/10/95)
Delegado volta a pedir prisão de líder do MST (Folha de São Paulo, 19/10/95)
São Paulo, a guerra dos sem-terra (Revista Manchete, 21/10/95)
Termina hoje trégua entre sem-terra da região do Pontal e INCRA (O Estado de S. Paulo, 23/10/95)
Fazendeiros já contratam seguranças armados em SP. Secretário da Justiça diz que situação é gravíssima; polícia está em alerta. (Folha de São Paulo, 28/10/95)
Sem-terra cumprem a promessa e ocupam 2 áreas em SP (Zero Hora, Porto Alegre, 29/10/95)

No final de outubro, o Juiz de Pirapozinho expediu ordem de prisão preventiva contra José Rainha e outros líderes. Rainha conseguiu escapar, mas Diolinda e Márcio Barreto foram presos em 30 de outubro de 1995. A ampla divulgação de imagens dos líderes presos e Diolinda algemada (Figura 4.2), notícias sobre o sofrimento de seu filho pequeno, cenas de sua transferência para o Carandiru, causavam grande comoção.

FIGURA 4.2. PRISÃO DE LÍDERES DO MST (OUTUBRO DE 1995).

Propagou-se uma intensa campanha pela libertação dos presos, com o mote: *"Prenderam a Reforma Agrária!"*. Em público, o MST responsabilizava o Governo pelas prisões e pela criminalização da luta pela Reforma Agrária, mas no privado procurava seu apoio – *"o advogado deles esteve aqui, pedindo que eu declarasse a participação do José Rainha nas negociações, ou seja, ele demonstrando que era importante ter clara a participação do José Rainha no processo de negociação"* (Belisário, 14/1/98). Nesse

processo, diversas autoridades, incluindo o Governador Mário Covas, o Secretário da Justiça e o Presidente do INCRA, davam declarações à imprensa contra as prisões, sinalizando que todo o processo de pacificação do Pontal estava sendo construído por acordos envolvendo os líderes presos.

Covas afirmou em Brasília que a prisão de Barreto e de Diolinda “atrapalhou as negociações” com os acampados e invasores do Pontal do Paranapanema. Ele disse que “decisão judicial não se discute”, mas ressaltou que “as negociações com os sem-terra estavam caminhando bem” (DGABC, 02/11/95, p.10).

Numa agenda negociada com a liderança nacional do MST e políticos da região, o Governo se programou para ir ao Pontal, reunir-se com os sem-terra e com os fazendeiros, acompanhado do Presidente do INCRA. Na imprensa, entre encontros e desencontros, declarações do Governo e do MST situavam os objetivos da visita na delimitação dos prazos para os assentamentos. *“O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra quer definir amanhã acordo para assentamento de 2.100 famílias no Pontal do Paranapanema até dezembro. O governador Mário Covas (SP) disse que acerto anterior estende esse prazo para 96”* (FSP, 03/11/95, primeira página). Mas a visita serviria também para mostrar ao Judiciário e à sociedade que o Movimento estava disposto a negociar, fundamentando assim o pedido de revogação da prisão dos líderes.

Em 4 de novembro de 1995, o Governador Mário Covas concretiza essa visita, acompanhado do Secretário da Justiça e do presidente do INCRA. Na comitiva vão também os dirigentes do Instituto de Terras, deputados, prefeitos e pré-candidatos a prefeitos nas eleições do ano seguinte. No roteiro, entre inaugurações de obras em vários municípios, as reuniões com os segmentos em conflito era o momento mais esperado.

O Governador foi recebido pelos fazendeiros no *Lions Club* de Mirante com manifestações de desagrado e faixas de protesto espalhadas nos arredores do local da reunião, onde se liam frases como: “Justiça para quem?” e “Cidadania é para todos”, numa alusão ao que consideravam uma tendência da SJDC de favorecer os sem-terra – havia prazo para os assentamentos, mas nenhuma data para as indenizações. O Plano do Governo era assentar primeiro e pagar depois, contrariando o interesse dos fazendeiros.

Fazendeiros contestam governo. O governador Mário Covas, o secretário estadual de Justiça, Belisário Santos Jr., e o presidente do Incra, Francisco Graziano Neto, enfrentaram ontem um protesto de fazendeiros de Mirante do Paranapanema (SP). Os três se reuniram com cerca de 50 fazendeiros da região no ginásio do Lions Clube da cidade. Antes de chegar ao local, puderam ler as faixas afixadas nas ruas

próximas pedindo o fim da “impunidade e da violência”. [...] Para a associação, “as invasões realizadas no Pontal estão condicionadas a uma política radical de extrema-esquerda”. O vice-presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Célio Romero de Souza, disse que o governo estaria encaminhando a questão sem ouvir os produtores rurais. Belisário, visivelmente irritado, rebateu as críticas, dizendo que os fazendeiros estavam sendo consultados desde janeiro passado. (FSP, 05/11/95, p.1-13)

Com o MST, a reunião foi realizada no assentamento emergencial da Fazenda Santa Clara e presenciada por centenas de sem-terra, sendo registrada pela imprensa local e nacional. Um aperto de mão entre Covas e Gilmar Mauro, líder nacional do MST, selou o acordo quanto à fixação dos prazos para a implantação dos assentamentos, consolidando o Plano de Ação. Nesse acordo, o Governador se comprometeu a assentar as 2.100 famílias cadastradas, sendo 1.050 até 31 de dezembro de 1995, 550 até 31 de março e 500 até 30 de junho de 1996; o MST por seu lado se comprometeu com uma trégua enquanto o Governo providenciava os assentamentos.

Covas e sem-terra conseguem acordo. Os sem-terra do Pontal do Paranapanema aceitaram suspender invasões na região até junho de 96. Acordo acertado ontem entre os sem-terra e o governador paulista, Mário Covas, prevê o assentamento de 2.100 famílias até essa data – 1.050 ainda este ano. (FSP, 05/11/95, primeira página)

O acordo abriu o mais longo período de trégua, previsto para durar até 31 de dezembro de 1995, quando vencia o primeiro prazo dado pelo Governador Mário Covas. O Governo teria 50 dias de ‘paz’ para colocar em prática seu Plano de Ação. Para isso era preciso definir quem seriam as famílias assentadas dentre aquelas cadastradas, ajuizar as ações reivindicatórias e obter a tutela antecipada das fazendas. Também seria preciso definir a participação do INCRA nesse processo.

Além das providências operacionais, era preciso convencer os fazendeiros ou o Judiciário a colaborarem para o cumprimento desse prazo, o que em nenhuma hipótese parecia uma tarefa fácil. Quando o acordo com os sem-terra parecia se concretizar, era a vez dos fazendeiros radicalizarem em sua posição, voltando a insistir na fórmula utilizada nos Governos Quéricia e Fleury.

Ruralista critica acordo de Covas com MST. O presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente (SP), Sigeyuki Ishii, 56, criticou ontem o acordo feito entre o governador de São Paulo, Mário Covas, e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para a solução dos conflitos agrários na região do Pontal do Paranapanema. Ishii disse que o

governo paulista deveria ter aceito "a proposta dos proprietários rurais, que é mais racional". (FSP, 06/11/95, p. 1-9)

Assim, a trégua valia apenas para as ocupações. Quando assumiu uma posição ativa na dinâmica dos conflitos, o Governo do Estado passou a fazer parte dele, estabelecendo uma triangulação nas relações com os fazendeiros e o Movimento Social. Nesse momento, o Governo completava sua mudança de feição, deixava de ser uma autoridade distante e com ação pontual, para assumir uma posição determinante no rumo dos acontecimentos. Estava invertida a situação: agora quem estabelecia os prazos era o Estado e ele próprio é quem teria que fazê-los cumprir.

4.1.2. A QUESTÃO DA OBTENÇÃO DA TERRA

A solução desenhada no Plano para a obtenção da terra era a proposição de uma ação reivindicatória com pedido de tutela antecipada de 30% de cada fazenda. Tal medida exigia duas providências prévias: a identificação segura da fazenda e do réu da ação, pois uma ação proposta contra a pessoa errada pode ser extinta por ilegitimidade da parte, demandando uma pesquisa dominial que ligue a forma atual da fazenda e seu suposto dono àquela terra julgada devoluta na década de 1950; a identificação das benfeitorias a serem indenizadas e a melhor localização da parte da área que seria objeto do pedido de tutela, demandando uma vistoria preliminar da fazenda a ser anexada à petição inicial da ação, caso contrário, temia-se que o Poder Judiciário negasse a tutela até que essa identificação trouxesse segurança à outra parte.

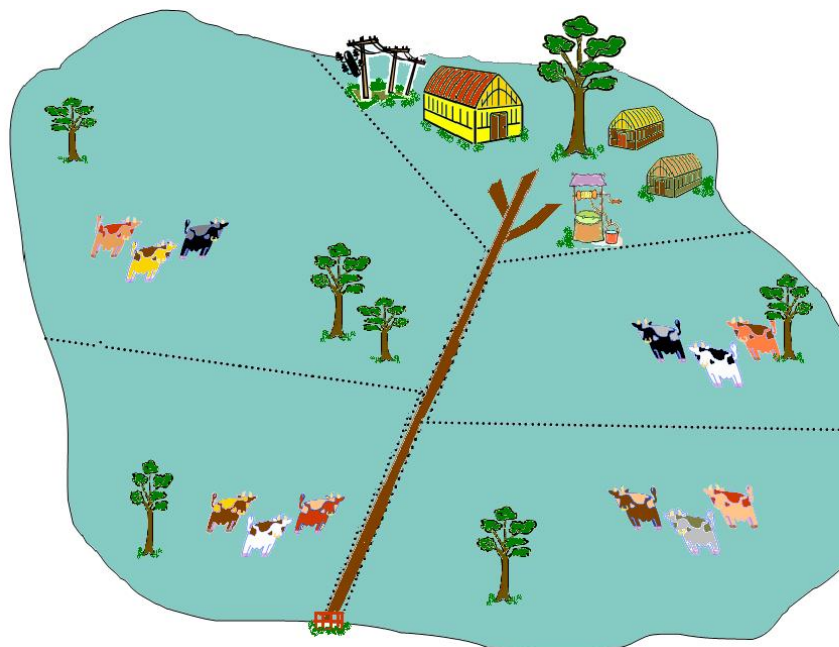
Era preciso, portanto, elaborar para cada fazenda um laudo que demonstrasse essa identificação da área e de suas benfeitorias com segurança. E, para atender à meta inicial de 1050 famílias, seriam necessárias mais fazendas do que aquelas inicialmente listadas no Plano, aumentando a dificuldade.

As fazendas no Pontal do Paranapanema, em sua maioria, têm a pecuária extensiva de corte como sua atividade principal. Sua configuração usual é a de uma grande extensão de pasto cercado em toda a volta, com algumas divisões internas (piquetes) que separam as áreas de pastagem para o manejo do gado e alguns poucos caminhos de acesso. Numa dessas divisões fica a sede da fazenda, local onde se concentram a casa do fazendeiro e dos empregados, geralmente um ou dois por fazenda.

As benfeitorias dessas fazendas costumam ser de dois tipos: as concentradas na sede, que são as construções em geral, como casas, estábulo, paiol, poço, caixa d'água, transformador de energia elétrica; e as benfeitorias espalhadas pela fazenda, que são pastagens, cercas, estradas e rede de energia elétrica, essas últimas geralmente

apenas dirigidas para a região da sede da fazenda (Figura 4.3).

FIGURA 4.3. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DAS FAZENDAS DE PECUÁRIA NO PONTAL.



Ainda em outubro, quando ainda supunham que a indenização seria prévia à entrega da área para assentamento, alguns fazendeiros autorizaram a entrada dos técnicos do ITESP em conjunto com o INCRA para fazer essa vistoria. Mas a situação tinha mudado. Possivelmente, a queda inesperada do Presidente do INCRA⁹⁹, a determinação do Governo do Estado em realizar os assentamentos provisórios sem indenização prévia e os valores apresentados nos laudos de vistoria, levaram a uma mudança de postura, que já se esboçava quando da visita do Governador ao Pontal.

Diferentemente do INCRA em uma ação de desapropriação, o ITESP não possuía o poder de ingressar na fazenda contra a vontade do fazendeiro para realizar a vistoria. Isso criava uma situação complicada, pois não havia tempo suficiente para esperar uma ordem judicial e nem clima para tentar uma entrada negociada. E, de todo modo, numa vistoria em condições normais, uma fazenda de dois mil hectares levaria de 2 a 3 dias para ser vistoriada por uma dupla de técnicos – tempo demais para os prazos em curso. Assim, naquelas fazendas ainda não vistoriadas, era necessária outra solução.

Não tinha a mínima possibilidade da gente conseguir fazer as vistorias terrestres, entrar nas fazendas e [...] apurar a realidade local. Então por isso foi escolhido fazer as vistorias pelo ar, com apoio da CESP, que

⁹⁹ Poucos dias após a visita do Governador ao Pontal, Graziano começava a cair, em função do episódio que lhe rendeu a alcunha de “corvo”, deixando o cargo antes do final do mês de novembro.

forneceu o helicóptero. Então o serviço foi feito. Foi um serviço relâmpago, né? A equipe era eu e mais dois companheiros, fomos as pessoas que estavam na ponta no trabalho, tirando fotos, caracterizando cada propriedade. Foi um serviço feito em três partes: na primeira você pegava os mapas, via se tinha terras devolutas ou suspeitas; a segunda parte foi pra campo, fez uma vistoria terrestre pra localizar mais ou menos as fazendas, porque senão na hora que estivesse no aparelho ia se perder mesmo, na hora que aquele bicho subisse a gente teria que ter alguns pontos fixos no campo pra gente não ficar sem rumo. (Técnico em Agrimensura do DRF/ITESP desde 1986, 28/05/05)

E vistoriamos num final de semana, em dois dias, vistoriamos aí parece que doze propriedades. Numa pancada só doze propriedades. E um trabalho muito complicado, porque, imagina, dentro de um helicóptero, você ter que identificar a propriedade, caracterizar a propriedade, identificar as benfeitorias, cercas, culturas, construções, o que tivesse. E, enquanto um fazia a navegação junto com o piloto, outro chegava na propriedade e ia fazendo a caracterização, outro ia fotografando, enfim, fizemos um trabalho de equipe muito interessante. Feito isso, depois foi o trabalho de estar montando aí um laudo de avaliação, que a gente chamava na época laudo de vistoria, pra então entrar com a ação reivindicatória. (Geógrafo do ITESP desde julho de 1995, 28/05/05)

Simultaneamente, uma equipe de advogados do ITESP fazia os levantamentos necessários para montar a cadeia sucessória de todas as áreas e provar, sem qualquer sombra de dúvida, que as fazendas objeto da ação do Estado ligavam-se àquela decisão judicial que declarou devolutas as terras do 11º MP.

Com os estudos dominiais e os laudos de vistoria, restava ajuizar as ações reivindicatórias e os pedidos de tutela antecipada. Mas uma nova resistência, agora interna ao Estado, viria dificultar um pouco mais as coisas. A novidade da fórmula era um dos elementos dessa resistência. Na Procuradoria, fora do Gabinete do Procurador Geral, a idéia dos acordos não era bem recebida.

Aliás, havia gente que dizia aqui na Procuradoria que esses acordos nem iam sair e que se saíssem depois podiam ser desfeitos na Justiça. Havia enormes resistências aqui na Procuradoria a esses acordos. Havia Procuradores que trabalhavam aqui dentro, inclusive, aposentados hoje, que discordavam disso completamente. (Chefe da procuradoria Regional do Pontal em 1995, 24/05/05)

Deixando claro que não concordava com esse processo, a Procuradoria

Regional tratava burocraticamente a questão, colocando em risco o cumprimento do acordo firmado pelo Governador.

...o Procurador Geral me cobrava: *Olha, que o Governador falou! Olha, que o Governador prometeu!* Mas, sinceramente, na Procuradoria, nós não estávamos dando muita importância pra isso não. [...] Agora, pra nós, essa questão de prazo, eu pelo menos aqui, à época, essa questão de prazo, pra mim era uma questão absolutamente... prazo político, era uma questão absolutamente secundária. Eu me lembro que houve cobranças do Procurador Geral pro cumprimento disso. (Chefe da Procuradoria Regional do Pontal em 1995, 24/05/05)

A resistência da Procuradoria se expressava também na eleição das fazendas para a propositura da ação judicial. Sua relação de longa data com a região fazia com que os Procuradores tivessem uma relação pessoalizada com aqueles que seriam réus nos processos, complicando ainda mais a situação. Além disso, evidenciava-se uma disputa de poder interno entre a PGE e o ITESP, causada pelo inconformismo que se manifestava na Procuradoria Regional de Prudente em relação ao seu papel nesse processo. Tendo o DRF sido subordinado à Procuradoria, tendo o ITESP desde 1991 exercido um papel meramente auxiliar na política agrária de São Paulo, tornava-se difícil assimilar a nova dimensão que o Instituto assumia, especialmente no Pontal.

Então havia uma reação contrária. Contrária mais no sentido de que se imaginava que poderia haver outras soluções, mas ninguém apresentava uma outra solução rápida. As soluções eram sempre soluções demoradas. Além do que, existia um outro problema específico com a regional de Prudente e que demorou um pouco de tempo para entrar na cabeça dos procuradores, que é um problema histórico. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Eu acho que o ITESP assumiu a coisa e atropelou a Procuradoria. Quer dizer, o que nós assistimos nesse período é o seguinte: no início a procuradoria era o órgão que tomava conta do assunto e o que aconteceu foi que o ITESP atropelou a Procuradoria, isso não tem a menor dúvida. (Procurador do Estado, Chefe da PR-10 em 1995, 24/05/05)

Foi necessário que o Gabinete do Procurador-Geral interviesse na situação e entrasse em campo para garantir a propositura das ações. *"A Procuradoria... Alguns atores não colaboravam muito, mas, como um todo, a Procuradoria reagiu bem! Eles puseram o melhor que eles tinham lá, o Zé Roberto, o Luciano..."* (Belisário, 30/7/05).

Também a queda do Presidente do INCRA e sua substituição por um

Presidente interino complicavam o andamento do Plano, relativamente aos recursos para as indenizações. O Presidente Interino era Raul do Valle, Diretor Nacional de Assentamento do INCRA e antigo combatente da causa da reforma agrária, que por isso sofrera exílio durante a ditadura militar. Dele se poderia esperar apoio. Mas, no início de dezembro, o Ministro da Agricultura informava que seu exercício no cargo era temporário e ele seria substituído por alguém de sua escolha.

Já na primeira conversa com o ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, após 30 horas de voo entre Jacarta (capital da Indonésia) e Brasília, Valle foi informado que o processo de consulta para a escolha do novo presidente do Incra começaria em janeiro, um sinal de que o ministro quer resgatar a ascendência sobre o órgão, que lhe foi retirada já com a escolha de Graziano. (FSP, 2/12/95, p. 1-8)

Ocorre que esse Ministro – banqueiro e fazendeiro, que não era visto com bons olhos pelos defensores da Reforma Agrária – já tinha manifestado publicamente sua opinião desfavorável à participação do Governo Federal na questão do Pontal. No início de novembro, ele dera uma declaração no sentido de que indenizações aos fazendeiros do Pontal deviam ser pagas e isso era um ‘problema do Governo do Estado’. O Governador Mário Covas, que não levava desaforo pra casa, indispsôs-se com o Ministro.

"Todos os problemas aqui são meus. É uma pena que não sejam dele também. Afinal, ele é o ministro da Agricultura", respondeu o governador. O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a quem cabe coordenar a reforma agrária do país, é formalmente subordinado ao ministro. "Cada um depende de reconhecer os problemas que tem. Eu reconheço o que é meu. Pensei que também era do Ministério da Agricultura", disse Covas (FSP, 7/11/95, p.1-10)

Evidentemente, a capacidade de pagamento das indenizações aos fazendeiros dependia do Governo Federal. Embora com a postura contrária do Ministro, a SJDC insistia junto ao presidente interino do INCRA e obteve receptividade.

Fundamentalmente a gente vendia que num futuro breve aquilo seria uma solução, que seria tirá-los da terra, eles não ficariam na terra. E aí nesse momento era fundamental trazer o INCRA pra dizer que aquilo era possível. O Chico Graziano disse num primeiro momento que era factível, mas ele ficou dias, semanas. E quando veio o Raul do Valle, ele falou que realmente ia propor uma negociação. E a negociação que a gente pediu a ele era que viesse uma parte em dinheiro e a outra parte seria em TDA¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Título da Dívida Agrária, da União, com resgate em até 20 anos e juros de caderneta de poupança.

A gente já sabia que era impossível que o Governo Federal pagasse tudo. O Governo Estadual não tinha um tostão pra pagar, eu já tinha tido essa conversa com o Governador. E o que o Raul do Valle me passou é que isso era razoável. Quer dizer, o Raul do Valle me estabelece a segurança de que a gente podia seguir naquele caminho, que ele tinha consistência, você oferecer o pagamento uma parte em dinheiro e uma parte em título. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/5/05)

A posição do Presidente do INCRA naquele momento contrariava a linha de ação do Ministério da Agricultura, que, na sua distribuição de recursos, privilegiava as políticas voltadas aos 'grandes produtores'. Não era algo a se conseguir no curto prazo – a burocracia em processos rotineiros já era complicada, a expectativa era de que fosse ainda mais num processo tão *sui generis*, que implicava na transferência de recursos e títulos da União (TDA), usados para pagamento da terra em desapropriações federais para o pagamento de benfeitorias em reivindicatórias de terras devolutas estaduais.

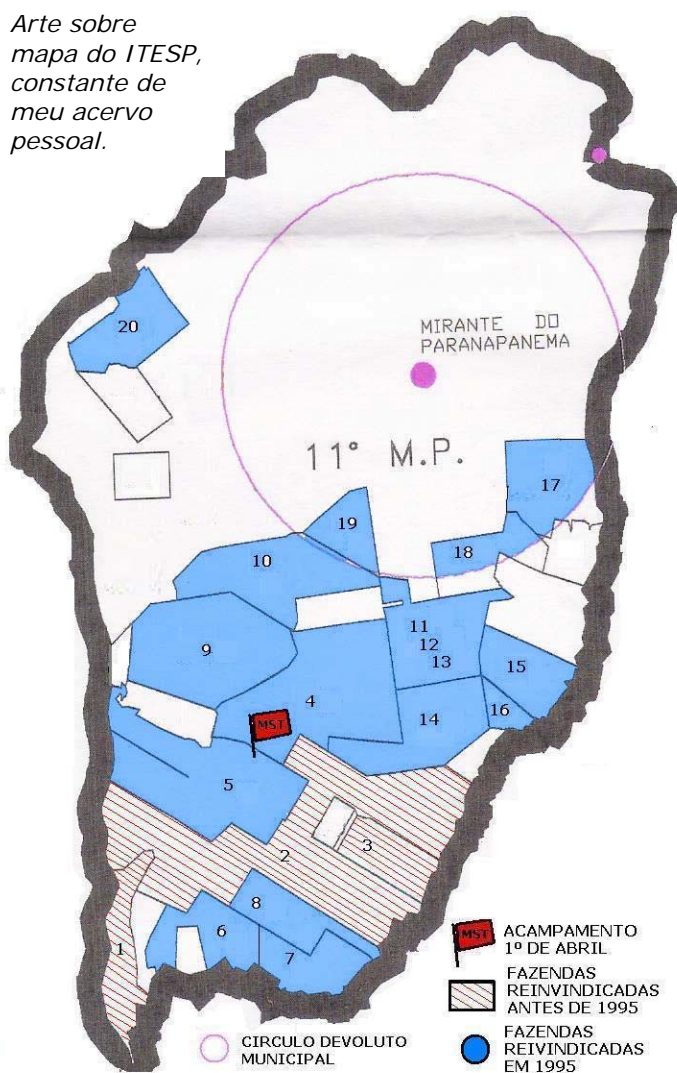
Devo dizer pra você que não era muito fácil não, porque o Ministro da Agricultura, eu não posso dizer que fosse um reformista agrário, nada no estilo. Era uma coisa conservadora, os processos de desapropriação passavam pela Procuradoria Jurídica do Ministério da Agricultura e sempre era um dilema muito grande a agilidade em tudo isso. A dificuldade, muitas vezes era até a forma meio transversa com que se procurava ou que algumas coisas não acontecessem, ou por outro lado que algumas coisas acontecessem. (Raul do Valle, Presidente Interino do INCRA de dezembro de 1995 a abril de 1996, 02/08/05)

O dia 31 de dezembro se aproximava e a situação no INCRA tornava ainda mais difícil a possibilidade de obtenção de recursos federais em tempo hábil, inviabilizando a obtenção das áreas por acordos com os fazendeiros, para quem o pagamento era a condição primeira. Restava apenas a possibilidade da tutela antecipada judicial. Então, todas as reivindicatórias foram ajuizadas, abrangendo exatamente a área necessária para cumprimento da meta de assentamento das 1050 famílias (Quadro 4.3).

Algumas áreas estavam inseridas total ou parcialmente no círculo formado por terras devolutas municipais (8 Km de raio em torno da sede do município). O Prefeito de Mirante do Paranapanema, Núbio Pinto de Medeiros, mostrava-se francamente favorável aos assentamentos e interessado em que o pessoal sem-terra do município, que não havia aderido aos acampamentos, também fosse contemplado nesse processo. Então, com apoio dos advogados do ITESP, nesse mesmo período, a Procuradoria do Município também ingressou com ações reivindicatórias para três fazendas em seu raio de ação.

QUADRO 4.3. AÇÕES REIVINDICATÓRIAS PARA ASSENTAMENTO EM 1995.

Arte sobre mapa do ITESP, constante de meu acervo pessoal.



FAZENDAS REIVINDICADAS NO 11º MP

Fazenda	Capacidade (famílias)	Área Total (ha)
01. Santa Clara	46	976
02. São Bento	183	5.190
03. Estrela D'Alva	31	784
04. Arco-Iris	105	2.616
05. Haroldina	71	1.965
06. Canaã	55	1.224
07. King Meat	46	1.134
08. Santana	29	700
09. Santa Apolônia	104	2.658
10. Mirante	57	1.540
11. Santa Rosa	24	692
12. Lua Nova	17	375
13. Santo Antônio	17	532
14. Santa Cruz	50	1395
15. Flor Roxa	39	954
16. Washington Luís	16	343
17. Santa Isabel (municipal)	70	1799
18. Santa Cristina (municipal)	35	838
19. Mirante (municipal)	23	618
20. Santa Carmem	37	1.062
Total	1.055	27.395

Quando a última ação foi ajuizada, faltavam três semanas para o encerramento do prazo dado pelo Governador. Com esse quadro, ninguém mais acreditava que fosse possível em tão curto espaço de tempo obter tantas decisões judiciais favoráveis e viabilizar operacionalmente o assentamento de tantas famílias. MST e fazendeiros declaravam na imprensa seu descrédito e intenção de reagir ao que já consideravam descumprimento do compromisso governamental: para os fazendeiros, o ajuizamento das ações era precipitado e não tinha esperado a realização dos acordos para obtenção das áreas para assentamento; para o MST o ajuizamento era tardio e já não era possível acreditar no cumprimento do prazo.

Fazendeiros vão à Justiça contra Estado. [...] O vice-presidente do sindicato, Célio Romero de Souza, disse que o governo "traiu" o compromisso firmado. Na semana passada, o ITESP (Instituto de Terras

do Estado) ingressou na Justiça com ação de tutela das áreas. O secretário de Justiça do Estado, Belisário dos Santos Jr., disse que a decisão do sindicato é política. Segundo ele, os fazendeiros sabiam que o governo pretendia acionar a Justiça para ter acesso às terras. "As benfeitorias serão pagas", disse. (FSP, 08/12/1995, p. 1-9)

Covas espera Justiça para cumprir acordo. [...] Para iniciar os assentamentos, o governo pediu à Justiça na semana passada liminar que permita a desapropriação de 26 mil hectares, correspondente a 30% da área de 11 fazendas no Pontal do Paranapanema (extremo oeste de SP). As terras são devolutas. Depois da liberação para reforma agrária, o governo do Estado terá de restituir os fazendeiros pelas benfeitorias feitas nos últimos anos. Para tentar acelerar os assentamentos, o secretário Belisário dos Santos Jr. (Justiça) manteve encontro ontem com fazendeiros. Não obteve acordo e aposta agora que a Justiça conceda rapidamente a liminar. Na sua expectativa, a decisão judicial deve ser anunciada no início da próxima semana. Belisário diz que todas as benfeitorias serão pagas. O próprio secretário admite que o governo Covas "trabalha no limite" do prazo estabelecido. Belisário, porém, afirma que o acordo com o MST será cumprido. [...] (FSP, 09/12/1995, p. 1-12)

MST promete 'janeiro quente' de invasões. Juíza do Pontal resiste em liberar terra para assentamentos e acordo de Covas com sem-terra pode fracassar. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) articula para 2 de janeiro o reinício das ocupações de terra no Pontal do Paranapanema (região no extremo oeste do Estado). O movimento promete um "janeiro quente", referindo-se à intensidade das invasões, e suas lideranças dizem não acreditar mais nos acordos firmados com o governador Mário Covas. (FSP, 13/12/1995, p. 1-11)

As ações judiciais haviam sido propostas em prazo recorde, mas a continuidade da ação do Governo permaneceria em suspenso até que fossem obtidas decisões judiciais concedendo a tutela antecipada. E era preciso conseguir a tutela de todas as fazendas, nenhuma poderia ser negada. Portanto, era indispensável convencer o Judiciário, o que não seria uma tarefa fácil, por várias razões: primeiro, o ineditismo da medida, nunca antes utilizada em ações de terra; não havia doutrina nem jurisprudência que ajudasse a firmar o convencimento do Juiz; nenhum Juiz gosta de ver sua sentença reformada pelo Tribunal de Justiça, que tem caráter bastante conservador em São Paulo, e nesse caso a publicidade agigantava o efeito de uma eventual reforma.

A Juíza de Mirante, onde corriam essas primeiras ações, era uma pessoa discreta que não dava declarações bombásticas e quase não aparecia em público. E, ao

que parecia, não se deixava pressionar. Não havia concedido prisões de líderes do MST como fez seu colega de Pirapozinho, mas também nunca protelava uma liminar de reintegração de posse. Em todos os sentidos, mantinha a 'neutralidade' que se espera do Judiciário. Assim, ficava difícil prever qual seria sua decisão no caso.

Esgotadas as possibilidades de acordo com os fazendeiros, o Executivo voltou suas baterias para o convencimento do Judiciário. Um primeiro passo foi a realização de visitas por autoridades do primeiro escalão do Executivo Estadual: o Procurador Geral e o Procurador-Chefe do Contencioso, o Secretário de Justiça e seu Adjunto, todos foram ao Pontal conversar com os juízes, num movimento discreto e distante da mídia. Era uma conversa entre os Poderes do Estado.

Nós fizemos alguns seminários em termos de passar a desenvolver a idéia. E fizemos também aquelas visitas que a gente chamava de – não era visita de advogado, era visita de Estado. Marcava-se com o juiz em tal dia, assim, todo um *misancene*. Não era como um advogado que chegava para uma audiência com o juiz, não, era o representante do Governo do Estado de São Paulo que ia ter uma audiência para discutir essa política, ou esse tipo de atuação com os juízes. [...] Autoridades do Estado, porque exatamente nós queríamos desfazer essa idéia de que naquele momento era advogado pleiteando, certo? Mas sim, era o Executivo apresentando perante o Judiciário uma política e dizendo: "*Olha, eu preciso do apoio de vocês. Se vocês não apoiarem, essa política cai toda por água abaixo*". (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Mas a Procuradoria não abria mão também do seu papel de advogado e buscava o convencimento da Juíza pela via processual. Por um lado, pintava em cores fortes o resultado de um eventual fracasso da política de assentamento em curso, por outro insistia na hipótese de obter a tutela antecipada na negociação judicial.

Nós fazíamos aquilo que nós fazemos sempre quando a gente quer apavorar um pouco, né? A gente faz o argumento '*ad terrorum*'. Ou seja, costume dizer pros procuradores, quando tem que fazer um pedido de liminar, para não esquecer de cortar o dedo no grampo quando for grampear o papel, pra respingar sangue no papel, no sentido de mostrar para o juiz a realidade. E dizendo para o juiz: "olha, o conflito social está aí armado. Não há condições do poder público, do Poder Executivo, controlar mais sem atender o mínimo das expectativas. Então, ou todos nós, autoridades, conseguimos arrumar uma solução pra isso, ou a coisa vai virar sangue. Ou seja, nós vamos ter conflitos, conflitos armados, conflitos acirrados, etc., com conseqüências imprevisíveis." Então, no

fundo era dizer que o Estado não estava inerte com relação àquela situação e que buscava uma solução. E que, não havendo solução, as conseqüências eram imprevisíveis. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Por uma ou outra razão, toda essa estratégia funcionou. Em 22 de dezembro de 1995, a Juíza de Mirante do Paranapanema concedeu a primeira tutela antecipada, na Fazenda Haroldina, mas estabeleceu prazo até 30 de dezembro para a retirada do gado.

A juíza da Comarca de Mirante do Paranapanema marcou audiência com essas primeiras fazendas, os proprietários dessas fazendas, os fazendeiros e o Estado, para verificar se se chegava a uma solução conciliadora. Em algumas delas foi possível essa solução, e ela concedeu os 30% via antecipação de tutela com a concordância do próprio fazendeiro. Em outras, os fazendeiros recusaram. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Talvez fosse um balão de ensaio para ver o resultado que a medida alcançaria, mas de qualquer modo foi uma decisão extremamente ousada e corajosa, que abria a perspectiva de que as demais liminares seriam concedidas e o Plano poderia ser posto em prática. Enfim se vislumbrava que a promessa do Governador poderia começar a ser cumprida, os assentamentos poderiam ser realizados e o Movimento Sem Terra poderia considerar essa uma enorme vitória da sua *luta*. Era a véspera do Natal de 1995 e só restava uma semana. Bastava agora que as famílias fossem para os assentamentos que lhes eram destinados.

4.1.3. A QUESTÃO DA SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

O cadastramento das famílias no Pontal havia sido motivo de desavença durante a formatação do Plano. Foi contestado e questionado por todos os lados, com alguns achando que havia mais famílias que na realidade, outros que havia famílias de menos. Mas o seu resultado, que era preliminar, baseado em critérios¹⁰¹ compatíveis com o *perfil* definido na legislação estadual, foi determinante para estabelecer o *quanto* de famílias seria assentado: 2.101. Além disso, tais critérios ajudariam a definir quem, dentre os selecionados, iria permanecer no assentamento definitivo das fazendas São Bento, Santa Clara e Estrela Dalva, sendo as demais destinadas aos assentamentos provisórios. Mas o MST não concordava com a adoção de tais critérios, por achar que as

¹⁰¹ No Plano (v. Quadro 3.1), esse ponto era registrado da seguinte forma: *Utilização dos critérios legais de assentamento (tempo de domicílio na região mínimo de dois anos, vocação agrícola, força de trabalho, idade, não ser funcionário público, não possuir propriedade rural, não ter renda de atividades não agrícolas etc.)*

famílias, que estavam há tanto tempo na *luta*, deveriam ser assentadas e ponto final. Esse quadro deu ensejo à discussão sobre qual critério deveria ser utilizado – se a *luta* ou o *perfil*; ou em outras palavras, sobre *quem* disporia do poder de determinar *quem* seria assentado. E ITESP e MST divergiam abertamente a respeito desse ponto.

Tinha algumas divergências por conta de que alguns assentados não tinham perfil de trabalhadores rurais. O perfil era tá vinculado com a terra, morar na região há dois anos, se eu não me engano... entre outros itens lá que eu não me recordo agora. [...] O critério do Movimento era que, desde que a pessoa estivesse na luta e que também não tivesse uma outra área, não teria problema nenhum de ser assentado. (Márcio Barreto, liderança do MST, 27/05/05)

Teve várias discordâncias entre o ITESP e o MST. Pro MST era todo mundo que participou da luta, principalmente os que participaram da luta deles, né? E essas famílias que participavam dessa luta deles, sem critério de exclusão, sem critério de ver realmente quem tinha condição de estar na terra, tinham direito de pegar um pedaço de terra. Nós íamos várias vezes nesses acampamentos, [...] analisávamos os cadastros, principalmente pra tá excluindo funcionários públicos e aquelas pessoas que não tinham afinidade nenhuma com a terra. (Técnico Agrícola do ITESP, desde 1992, 25/05/05)

Para o MST, o único critério de seleção admissível era a *luta*, que significava a participação nas ações pela conquista da terra, o que podia acontecer por duas formas básicas – a participação nas mobilizações (ocupações, passeatas e concentrações, por exemplo) e a participação no acampamento (permanência, tarefas internas, atividades de formação e outras). Quem estivesse fora desse critério, quem não participasse da luta, seria ‘cortado’ do assentamento, o que quer dizer que perderia o direito ao lote. Assim, o domínio do critério e de sua aplicação seria exclusivo do MST e somente quem fosse aprovado pelo Movimento seria assentado, independente de enquadramento num certo *perfil* de assentamento e mesmo que isso significasse quatro lotes numa família de quatro pessoas.

Ocorre que a *luta* tinha se alongado muito no tempo e no espaço, tornando muito fluidos esses controles e seus limites. No acampamento havia muitas famílias e muitos subgrupos, com seus respectivos representantes. Sua forma de constituição – muito recente, no caso do 1º de Abril; e com discussão política fragilizada – impedia que estivesse consolidado o processo de formação ideológica desses líderes, a quem se atribuía uma parcela importante de poder no controle dos demais acampados. Em União da Vitória, a dispersão geográfica e a necessidade de cultivar o próprio lote agravavam a

situação. Foi preciso desenvolver mecanismos de controle para manter a unidade.

Juntar o povo 100% é difícil, porque sempre você não encontra. Talvez se você chega aqui no lote o cidadão tá, se ele tiver trabalhando, mas às vezes foi pra cidade ou foi pra casa de um parente ou ficou uma semana fora. Agora lá, talvez tinha um 'andorinha' que só vinha no dia que ele sabia: *ó, dia 10 vai ter uma reunião lá, é importante*. Aí dia 10 ele tava. Mas quando for dia 11 ele não já tava mais, ficou o barraquinho lá e já não tava mais. (Coordenador de grupo em 1995, assentado na Repouso, 26/05/05)

Naquela época tinha gente que já vivia aqui, vivia, dependia daqui e muitos outros, outras pessoas, vivia na cidade, vinha final de semana pra cá, no Domingo, ou nem vinha, pagava pra outra pessoa ficar no lugar dele. (Acampada desde 1992, assentada na Santana, 26/5/05)

Assim, desenvolveu-se o mecanismo da 'diária', que era o pagamento ao movimento do valor equivalente a um dia de trabalho quando a pessoa não comparecia à atividade da *luta* considerada obrigatória. Esse pagamento podia ser realizado em dinheiro ou em espécie, como óleo combustível ou serviços mecânicos, por exemplo, ou outros itens considerados necessários à *luta*.

Tá na luta significava você tá disposto a enfrentar sol e chuva debaixo de um barraco de lona em busca de um objetivo, que é um pedaço de terra pra trabalhar. Quem não estava debaixo de um barraco de lona, estava contribuindo com a organização de alguma forma. Seja essa forma, por exemplo, tinha algumas pessoas que permaneciam na cidade, por conta de que eles tinham que fazer alguma coisa na cidade lá. Agora esses contribuía com... alguma ajuda de cesta básica, com alguma coisa pra que uma outra pessoa ficasse lá, pra... contribuir pra que ele também tivesse direito a um pedaço de terra. E tinha que participar da ocupação! Nos dias de luta, nos dias da ocupação, eles tinham que tá presente. E quase todos os domingos a gente fazia assembléias e chamadas e tinha que tá presente também. Se não tivesse presente, a gente teria um critério de 3 ou 4 faltas, seria cortado. (Márcio Barreto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Dessa forma, como era grande o número de acampados e assentados emergenciais, era possível que uma parte deles pudesse faltar à *luta* para se dedicar às suas próprias atividades de trabalho no lote ou em qualquer outra parte; também era possível que alguns pudessem continuar morando na cidade com sua família, mantendo a barraca erguida no local que lhe cabia, mas vazia ou até com um preposto; sempre

desde que pagando as 'diárias' correspondentes aos dias de falta. E o poder de atribuir falta e cobrar diária confundia-se com o poder do 'corte', concentrado nas mãos das lideranças e dos coordenadores de grupo.

1: O Movimento chamava os coordenador, fazia reunião e depois o coordenador vinha e convocava as famílias. E era obrigado a ir! Ou ia, ou tinha que pagar de 10 a 20 reais. [dirigindo-se ao outro] Quantas vezes você também teve que pagar! Tem que falar!

2: Eles dizia que o motivo era as faltas, né? As faltas que iam ser por não ir. As pessoas que não fosse pagava, pagava sim. O pessoal achava ruim! Achava ruim de pagar pelo dia que não foi ocupar as terras.

(1 e 2: Acampados desde 1991, assentados na Santana, 26/5/05)

O descontentamento com esse sistema chegava aos ouvidos da Secretaria por meio dos técnicos incumbidos do cadastro e da assistência técnica, mas também através de cartas e denúncias dos 'cortados', às vezes, acompanhadas de recibos de comprovação do pagamento da diária, demonstrando a injustiça do corte.

Inclusive, até um tempo, eu fiz uma denúncia, lá. Negócio de uma multa que eu paguei. Ai depois, eles queria me... Dizia assim que a pessoa ia pro segundo turno, quem não tivesse, não permanecesse direto nas invasão, né? Eu acho que era um modo que eles usava de querer penalizar a pessoa mode a pessoa não fugir. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

A queixa tinha argumentos: que os 'ricos' estavam sendo favorecidos pelo MST, pois eles podiam pagar as diárias e deixar os pobres como bucha de canhão; que os assentados emergenciais já tinham lutado muito no passado e estavam sendo 'cortados' porque agora precisavam cuidar também dos seus lotes, sendo que o cultivo do lote não dava dinheiro pra pagar a diária; que algumas lideranças marcavam falta por qualquer coisa para quem não gostavam e encobriam os verdadeiros faltosos; que estavam sendo marcadas faltas para qualquer tipo de desobediência às ordens dos líderes; que as faltas por doenças e outras necessidades graves não estavam sendo abonadas.

Para o ITESP – a direção e os técnicos que atuaram diretamente no Pontal – e para a Prefeitura de Mirante, o único critério admissível era o *perfil*. O exame do *perfil* implicava em uma análise individual dos cadastros, à luz dos requisitos e impedimentos estabelecidos na Lei 4957/85. Assim o poder de decidir quem seria assentado e em que

ordem de prioridade estaria com uma Comissão de Seleção¹⁰², da qual todos fariam parte. O MST resistia à Comissão de Seleção, por entender que a sua composição dava margem a manobras para beneficiar apaniguados e protegidos dos políticos – o que de fato se verificava história recente do Pontal.

É porque é oportunismo dos prefeitos, que só quer voto. Isso acontece até hoje, isso é uma droga pra nós. Também dava raiva, porque o Estado queria democratizar demais, um democratismo desgraçado, de querer fazer a seleção do povo da cidade que não tava lutando pela terra. Então esse era o grande conflito. Até hoje tem esse conflito. Pra nós é quem luta, que tá debaixo da lona, que corre atrás, é que tem o direito de entrar na Comissão de Seleção. Aí pra nós não tem conflito com o Estado. Mas quando quer pegar quem não luta pela terra, aí tem conflito. Nisso no negócio de uma cidade, aí o prefeito, o vereador, o puxa-saco lá do... e o comerciante, ou parte... às vezes eles põe gente da sociedade civil, alguns que não entende de nada, lá da câmara dos vereadores ou da secretaria de agricultura, que é quem põe o povo da cidade. Isso dava confronto e dá até hoje com nós. Sempre vai continuar. Isso é um debate que nós faz com o INCRA: seleciona quem tá na luta. Quem não tá não seleciona. O lutador, sofredor, que quer terra, que precisa dela. Então esse é um grande confronto que nós fica peitando até hoje o Estado, de não ceder pros políticos, os politiquinhos, que só quer voto, mas não luta. (Bill, liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

Para chegar a um entendimento, ITESP e MST acordaram os seguintes compromissos políticos: seriam realizadas análises em separado para cada uma das situações de cadastro (Prefeitura, 1º de Abril, União da Vitória), resultando em três listas de classificação distintas – que seriam destinadas a fazendas distintas; para os novos cadastrados haveria uma Comissão de Seleção única em que os dois membros da sociedade civil seriam necessariamente indicados pelo MST; a Comissão de Seleção adotaria como regra um bônus de pontuação para quem fosse indicado como acampado pelo MST, na lista do 1º de Abril; o mesmo bônus de pontuação seria aplicado aos municípios de Mirante do Paranapanema, na lista da Prefeitura. Até aí não havia muita inovação, pois esse tipo de bônus sempre se aplicava nos processos de seleção, e o curso dos acontecimentos seguiu sem maiores incidentes.

¹⁰² A Lei Estadual 4957/85 prevê como condição de acesso ao lote ser aprovado por uma Comissão de Seleção constituída por representantes das seguintes instituições: 1 do ITESP (Presidente), 1 da Procuradoria Geral do Estado, 1 da Secretaria de Agricultura (geralmente do escritório local), 1 do Sindicato de Trabalhadores Rurais local, 1 da Prefeitura, 1 da Câmara de Vereadores e 2 da sociedade local escolhidos pelos anteriores. Essa Comissão costumava pontuar os cadastros analisados com base em critérios como experiência rural, tamanho da força de trabalho da família, origem municipal ou regional e situação de acampado, dando-se, via de regra, o assentamento pela ordem de classificação resultante.

Os assentados emergenciais de União da Vitória haviam sido dispensados de Comissão de Seleção em 1994, mas, como tal procedimento deu-se sob circunstâncias tidas como precárias por todos, durante a formatação do Plano acordou-se que haveria uma re-seleção, realizada em conjunto pelo ITESP e pelo MST, que procuraria considerar os dois critérios, do *perfil* e da *luta*, incluindo no critério de perfil a necessidade de 'morar' ou 'tocar' o lote¹⁰³ emergencial recebido. Esse ponto configurava uma situação completamente inédita, pois se jamais em São Paulo havia acontecido uma re-seleção de todo um conjunto de assentados, menos ainda tais análises haviam sido feitas usando simultaneamente os critérios do Estado e do MST. Mas era uma exigência que agradava aos assentados emergenciais e a novidade foi creditada à participação do Estado.

O Estado fez uma seleção... As pessoas que tinha prioridade: pessoa que morava no lote, pessoa que tinha família, pessoa que era casado, que necessitava do sustento da terra, né? Que plantava e permanecia no lote. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

Logo depois do anúncio do Plano, o MST e o ITESP iniciaram uma organização interna dos controles de cada um, para discutir em conjunto depois, caso a caso. O MST possuía o seu banco de dados, que passou a atualizar com o histórico da luta de cada assentado. Enquanto isso, o ITESP analisava cadastro a cadastro, levando também em conta as observações do cadastrador e as opiniões dos técnicos responsáveis pela assistência técnica, além das informações nele contidas, sendo grampeado, em cada um, uma papeleta colorida com a avaliação institucional e sua motivação.

Simultaneamente, a Prefeitura de Mirante também tomava suas providências, para garantir que uma parte das terras fosse destinada aos candidatos residentes no município e que não estavam acampados: numa demonstração de força ou talvez para garantir a importância dos seus cadastrados, em 29/10/95, realizou uma reunião no Ginásio de Esportes do Município, para a qual convidou o DAF a expor as regras e condições de assentamento adotadas pelo Estado. Compareceu uma multidão de interessados, inclusive vindos de outros municípios da região, lotando completamente as arquibancadas e a quadra do Ginásio.

Mas o clima estava tenso no Pontal (V. Quadro 3.2) e no dia seguinte, os principais líderes do MST foram presos (V. Figura 3.8) ou se refugiaram. Então, as conversações com o Movimento ficaram em suspenso por duas semanas. Nesse ínterim houve a reunião com o Governador e foram pactuados os prazos para o assentamento.

Depois de revogada a sua prisão, já no meio do mês de novembro, alguns

¹⁰³ Tocar o lote: explorar o lote, produzir, plantar.

líderes passaram uma semana em reuniões com os técnicos na sede do ITESP, chegando a uma listagem preliminar que classificava os assentados em três blocos: os que se enquadravam nos critérios de *perfil* e de *luta*, e que teriam prioridade para o assentamento definitivo; os que não se enquadravam em nenhum deles e não teriam direito ao assentamento, seriam '*cortados*' em comum acordo; e os que se enquadravam em apenas um desses critérios, constituindo o centro da polêmica – quando se enquadravam no perfil, mas não na luta, o MST pretendia que fossem '*cortados*' e o ITESP não concordava; quando atendiam à luta, mas não ao perfil era o contrário.

Vista e revista essa listagem em um processo de discussão exaustivo, que envolveu a direção do DAF e a liderança do MST do Pontal sem que se chegasse a um consenso quanto ao terceiro bloco, adotou-se como estratégia para solução a realização de uma grande reunião, para a qual seriam convocados todos os '*cortados*'. Cada um foi convocado por escrito, por uma notificação assinada, que lhe informava o corte e sua motivação, com dia e hora para o seu comparecimento. Os convocados foram agrupados em blocos que reuniam situações com características semelhantes.

A reunião foi realizada em duas partes, em dois núcleos de "União da Vitória" – a primeira na escola da antiga Fazenda Santa Clara, das 8 da manhã até quase 14 horas; a segunda na sede da antiga Fazenda São Bento, começando às 14 horas e prosseguindo sem intervalo até as duas da manhã, num total de 18 horas seguidas. Na Santa Clara, na sala de aula maior da escola, entraram todos os convocados de uma vez, não eram muitos, e a audiência completou-se com seus vizinhos e familiares, além dos técnicos e representantes dos grupos de que faziam parte, lotando a sala. Na São Bento, na sala principal do que foi a sede da fazenda, ingressavam de cada vez os convocados de um dado bloco e os líderes dos grupos a que pertenciam esses convocados, a lotação da sala completava-se com assentados e técnicos interessados no caso, mas permaneciam ainda centenas de outros no varandão que cercava a sala envidraçada.

A reunião foi organizada com uma mesa à frente, à qual se sentavam dois representantes do ITESP e dois do MST e onde se empilhavam os cadastros dos convocados, acompanhados das notas explicativas de sua situação. Demonstrando a importância que ambas atribuíam ao processo e o respeito mútuo, participavam pessoalmente a Diretora do DAF e José Rainha, reconhecidos a essa altura como os principais líderes de cada organização. Os convocados e líderes de grupos se sentavam nos bancos mais próximos à mesa e o restante da audiência se aglomerava pela sala, inclusive sentados no chão ou em pé.

Em voz alta eram nominados os convocados de um dado bloco, verificada sua

presença, e a seguir se fazia a exposição de motivos que os levava ali, em bloco ou individualmente, conforme o caso. Quando o motivo do corte relacionava-se ao perfil essa exposição era feita pelo ITESP, o MST expunha os motivos de corte relacionados à luta. Depois se passava a palavra aos envolvidos e aos líderes de seus grupos, para que se manifestassem.

Talvez lá era do meu grupo, era um soldado meu! É ou não é? Era um soldado meu! Se eu fosse a favor do Estado, eles iam ser meu inimigo. Dizer: meu coordenador não presta! Então ali no momento, é igual um devogado: devogado não vai defender o criminoso? Lá, no Fórum? É, ali no momento eu defendi... Mas deixando que o Estado visse a parte legal! Depois eu falei: olha, se é de lei que essas pessoas lá fora não pega, então manda eles vim pra terra. Eu conversei com essas pessoas. Falei: *ó, então se seu filho, se sua filha quer terra tem que tá aqui, que nem a Sra. e eu.* Depois ela se convenceu que ela tava errada. Mas lá no momento eu tive que defender essas pessoas, que era um soldado meu. Era o meu vizinho, era uma pessoa que ocupava lá, igual a eu. Entendeu? É a mesma coisa eu sair uma semana, pra ir trabalhar lá fora e chegar e falar assim: *ó você não pega mais terra por causa dessa semana, eu ia caçar alguém pra me defender!* Eu ia caçar o meu devogado. (Coordenador de grupo em 1995, assentado na Repouso, 26/05/05)

Geralmente eram apresentadas justificativas pelos envolvidos ou alguém de sua família, e explicações ou depoimentos do líder sobre a vida pregressa desses assentados, em sua defesa ou não. Em alguns casos até os técnicos da assistência técnica direta se pronunciavam. Algumas vezes, os envolvidos denunciavam outros na mesma situação, mas que não tinham sido 'cortados', exigindo isonomia.

Com base nos argumentos expostos, a "mesa" mantinha ou revia sua decisão anterior e consultava a platéia sobre a nova decisão: a aprovação ou a desaprovação se manifestava por aplausos, brados, vaias e uma infinidade de gestos e sons coletivos. Constatando-se concordância geral, estava concluído o caso. Quando a insatisfação da platéia era maciça, a mesa confabulava e buscava soluções intermediárias, realizando acordos em público, fazendo flexibilizar posições ora do MST, ora do ITESP.

Com os elementos que nós tínhamos em mãos, o cadastro, às vezes faltava algum componente a mais e tal, que eles acabavam depois demonstrando que realmente aquelas pessoas eram merecedoras, ou por outras razões, que eles vinham acompanhando o movimento já há algum tempo e tal, que tinha lá algum perfil, embora não estivesse identificado. (Geógrafo do ITESP desde julho de 1995, 28/05/05)

O bloco dos 'velhinhos' reunia pessoas idosas, entre 70 e 94 anos, consideradas como força de trabalho igual a zero¹⁰⁴, a maioria com família no assentamento, mas que não aceitavam a inclusão no cadastro de seu filho ou filha, exigindo um lote para si. Havia os que entravam empertigados, sem ajuda ou apoio, e aqueles que entravam amparados pelos filhos, com bengalas, até o extremo da senhora que mal conseguia ficar sentada e falar seu nome. Havia uma senhora viúva com dois netos menores de 10 anos, órfãos que ela criava. As decisões tomaram duas formas: para os que não tinham família no assentamento ou que com ela não conviviam, por questões insuperáveis de honra ou violência, por exemplo, acertou-se a constituição de um lote para-rural (com 2 alqueires ou 4,8 hectares), nas proximidades da área comunitária do assentamento, destinado apenas à produção de auto-consumo, encaminhando-os para obtenção da aposentadoria, se ainda não tinham; para os que tinham família e conviviam bem com ela, mas não abriam mão de um lote próprio, acertou-se a demarcação pelo ITESP de um 'lote para-rural' no interior do lote da sua família, que retornaria à ela ao final. Os demais foram incorporados ao cadastro da família. Somente a senhora que criava os dois netos recebeu um lote integral.

O bloco dos 'andorinhas' congregava os assentados que atendiam ao perfil legal de seleção, mas não moravam no assentamento, incluindo os que pagavam a diária ao MST e outros. Receberam esse apelido dos próprios assentados, numa dupla referência: à empresa de ônibus que atendia ao assentamento, Viação Andorinha, e também à ave migratória. Assim, 'andorinha' referia-se a pessoas ausentes que apareciam somente para participar de momentos cruciais como assembleias e cadastros (os que não moram nem *tocam* o lote), mas também aos que moravam em cidades das vizinhanças e exploravam regularmente seus lotes (os que não moram, mas *tocam*).

As opiniões eram muito divididas a respeito deles, existiam justificativas para a sua condição, muitas histórias e depoimentos pró e contra. Como o grupo de arrendatários que tinha um ônibus para comparecer às assembleias e não podia *tocar* o lote porque seus contratos de arrendamento em vigor não permitiam, mas pagavam regularmente as diárias da luta. Ou os que apresentavam atestados médicos de doenças inusitadas ou circunstâncias inesperadas. Alguns alegavam a precariedade dos lotes recebidos e de sua própria condição econômica para a impossibilidade de sua moradia ou residência. Outros simplesmente apresentavam o lote impecável como argumento, alegando que não sabiam que era obrigatório morar no assentamento.

¹⁰⁴ Para o cálculo do módulo, havia critérios de pontuação da força de trabalho dos integrantes do grupo familiar baseados na idade e disponibilidade de tempo de cada um. Os menores de 10 anos e maiores de 70 recebiam pontuação igual a zero.

Para o ITESP, o critério linear seria 'cortar' os que não moravam nem tocavam o lote recebido e notificar os que só exploravam o lote para que passassem a nele morar. Para o MST, o critério seria também linear: 'cortar' apenas os que não pagaram as diárias à luta. Mas a maior parte dos assentados emergenciais concordava com o ITESP e entendia que os que moravam e tocavam o lote deveriam ter prioridade.

O cara que morava no acampamento e dependia daqui, queria o pedaço de terra primeiro. Aí teve a greve com os outros também, que pagava, queria a terra pra eles. Porque pagava. Os outros não, tinha que trabalhar pra comer. Aí começou essa briga, né? Aí ficou a briga pro Estado resolver e o Estado resolveu: aquelas pessoa que morava, que tocava o emergencial, tinha prioridade de pegar o lote. E era o certo mesmo. (Acampada desde 1992, assentada na Santana, 26/5/05)

As decisões finais de modo geral tenderam ao acordo para que os '*andorinhas*' que exploravam passassem a morar no lote, ou para os que não moravam nem exploravam, quando a justificativa era convincente, passassem a morar e explorar. Prazos foram dados, controles foram estabelecidos.

O bloco dos assentados que preenchiam o *perfil*, mas não a *luta* – também chamados de '*cortados do movimento*' - compunha-se daqueles que, depois de receberem seus lotes provisórios, em algum momento deixaram de atender às convocações do MST, para as ocupações de terra principalmente, sem pagar as diárias correspondentes. Aqui a polêmica foi extremamente acirrada, envolvendo os 'cortados', as lideranças, os técnicos da área e boa parte da audiência. Verdadeiras claque de vizinhos compareceram para impedir o que seria uma 'injustiça muito grande'. O MST argumentava no sentido de que sem a luta não haveria terra nenhuma pra ninguém e tais pessoas seriam oportunistas e egoístas, pois deixaram de apoiar a luta assim que receberam a primeira migalha, sabendo que o lema do MST era de que 'enquanto houver um sem-terra no Pontal seremos todos sem-terra'. Que a posição deles enfraquecia a luta e incentivava a desorganização e a apatia, a favor dos fazendeiros e contra a Reforma Agrária. Os 'cortados' alegavam que 'moravam e exploravam', que tinham família pra criar, que tinham atendido a todas às convocações do movimento antes, muitas vezes, mas que depois virou um 'festival de ocupações' e se eles fossem a todas não seria possível trabalhar no lote, mas não admitiam que dissessem que eles tinham faltado à luta, esquecendo o passado, que os acampamentos estavam cheios de '*andorinhas*' ricos e que eles não tinham dinheiro pra pagar as diárias muito caras.

Em alguns momentos, os ânimos se acirravam tanto que era difícil controlá-los. Tiradas de efeito. Apupos. Vaias. Exaltações. Aplausos. Havia um caso paradigmático

de um senhor da Santa Clara, defendido por todos e cujo técnico chegou a pedir demissão do ITESP quando viu o nome dele na lista de 'cortados' convocados para a reunião, pois o *'homem não parava um minuto e o lote dele era plantado até na porta da casa, mas o corte era porque ele tinha respondido mal ao Zé Rainha, por causa de um problema com seus filhos'*.

Esse velhinho era uma das pessoas que mais trabalhava na Santa Clara, que explorava... E o Zé Rainha comentava que ele não podia ficar lá porque o filho dele era um bandido, não poderia viver em comunidade, sendo que a comunidade queria que ele ficasse lá. Mas na verdade, nessa reunião, o próprio corpo técnico manifestou sua opinião de que aquilo era muita injustiça, porque o único pecado que ele tinha era manifestar sua opinião de não concordar com 100% do que o Movimento fazia ou pregava. Mas não por isso ele poderia ser prejudicado, que ele tava naquela luta há tanto tempo quanto o resto das pessoas. Então, ele se levantou contra o Zé Rainha e o próprio corpo técnico também. Foi um dos embates que teve naquele começo. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 24/5/05)

Esse senhor, já de cabelos brancos, compareceu e disse: *'olhe nos meus olhos, Seu Rainha, e me diga que eu não ajudei a luta'*. Rainha não disse isso, mas que os filhos eram muito rebeldes e o pai sempre tomava as dores deles. Discutiram, até que ele admitiu *ter uma conversa com os meninos*. Não foi cortado.

Naquele dia todo mundo ficou do meu lado, inclusive o técnico, que ele arrodeou, ficou na janela e falou pra ele: *Ó, Zé Rainha, se esse rapaz não pegar terra aqui dentro do Pontal, ninguém merece pegar!* O técnico falou pra ele na frente de todo mundo e ele ficou calado, ele baixou a cabeça e não respondeu nada. Os outros não falaram muita coisa porque tinha medo do Zé Rainha, mas na realidade ali todo mundo era a meu favor. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmem, 26/5/05)

Outros casos tiveram desfechos parecidos. Havia um reconhecimento geral do papel do MST na *luta*, mas os líderes também ouviram histórias e justificativas a que vinham recusando ouvir. Mas para alguns grupos, mais inclinados à ruptura, os líderes do MST exigiram que fossem assentados em lugares diferentes, não em União da Vitória. O acordo se fez assim, lembrando as soluções adotadas em confrontos entre vizinhos e parentes verificadas por MARQUES (2002).

Eles eram refugio lá na Santa Clara. Refugio é que tava cortado pelo Movimento lá, porque eles não seguiam a linha do Movimento, eles não queria seguir a linha do Movimento, ocupar terra... Eles tinham sido

excluídos do Movimento. Tinha um monte! Aí o Estado formou um grupo de gente e trouxe eles pra cá. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/5/05)

No caso [daquele senhor] e [daquele grupo] também, o Rainha teve que engolir, fechou o acordo. Mas falou: aquele assentamento desse pessoal, faz bem longe daqui, porque eles não vai ter nada com o movimento social, vai ser um assentamento à parte. Mas as próprias famílias também queriam ir, também não queriam ficar com o movimento. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 24/5/05)

O bloco dos 'clãs' reunia as situações em que havia mais de um cadastro para um mesmo núcleo familiar, sem que esse novo cadastro significasse um novo núcleo familiar. Incluía também alguns jovens, cujos pais estavam assentados em outros locais do Pontal. Havia casos em que o marido, a mulher e todos os filhos solteiros se cadastraram em separado; havia o caso de um casal que declarava estar separado quando na verdade todos os presentes atestaram que permaneciam juntos; havia situações em que o filho solteiro alegava estar noivo e prestes a casar; outros que integravam famílias com muitas crianças e que alegavam que o lote seria pequeno para sustentar a todos. Novamente as opiniões se dividiam muito, mas, de um modo geral, as decisões tenderam a juntar os cadastros de pais e filhos que somassem até cinco adultos e permitir que famílias muito grandes recebessem um segundo lote. Para os filhos de assentados observava-se também a situação dos pais no assentamento de origem, o tamanho da família remanescente.

O bloco dos 'proprietários de terra' referia-se àqueles que possuíam propriedade superior ao *módulo de assentamento* na região (18 ha). Alguns alegavam que a terra era de seu pai ou insuficiente para o sustento da família. Em função da quantidade de terra, adotaram-se critérios similares aos dos 'clãs' e filhos de assentados.

O bloco dos 'solteiros' congregava os cadastrados singulares, sem família no assentamento e que não possuíam força de trabalho suficiente para cultivar o lote definitivo, já por essa data definido para cinco pessoas como força de trabalho média. Incluía também alguns menores de 18 anos, alguns com as namoradas grávidas. As situações variavam da mocinha de unhas pintadas que quase nunca aparecia no assentamento até o solteirão convicto e carrancudo que tinha plantado 'na enxada' cada centímetro do seu lote. Havia os que alegavam que trariam a família se recebessem o lote definitivo, embora não a tivessem mencionado no cadastro. As decisões finais foram individuais e embasadas no histórico de cada um, especialmente o histórico de trabalho. Os menores que conviviam maritalmente foram orientados a se emanciparem, por ação

dos pais ou por casamento legal.

O bloco dos 'ex-assentados' reunia os que já tinham sido assentados anteriormente no Estado, tendo vendido, abandonado ou desistido de seus lotes. Alguns haviam sido retirados dos assentamentos originais por decisão judicial em razão de alguma infração grave às regras de assentamento. Não eram aceitos pelo ITESP por questões legais e éticas. Muitas histórias tristes foram contadas, todos pediam por uma segunda chance, às vezes terceira. Nenhum foi aceito de volta.

O bloco dos 'ex-empregados das fazendas' referia-se às famílias que trabalhavam nas fazendas em processo de obtenção para assentamento e que não eram aceitos pelo MST porque não apoiaram a luta, alguns até tendo ficado ao lado do patrão, na concepção do movimento. Mas todos tinham direito ao assentamento estabelecido no Estatuto da Terra, eram assentados compulsórios. A discussão se estendia também à localização do lote e privilégios de moradia, geralmente em casas de madeira ou alvenaria próximas à sede. Os ex-empregados alegaram sua condição de dependência do patrão para seu comportamento. As decisões garantiram seu direito ao assentamento, mas sua permanência ou não na moradia original ficou para ser discutida por ocasião da elaboração do projeto de parcelamento territorial definitivo, com a participação direta do grupo ali assentado.

O bloco dos 'funcionários públicos'¹⁰⁵ compunha-se de cadastrados em que o marido ou a mulher ou ambos eram servidores, em sentido amplo, da administração pública federal, estadual ou municipal, na ativa ou aposentados. Impedidos legalmente de serem assentados, abriu-se exceção apenas para aqueles cujos cargos eram relacionados a atividades agrícolas ou em escolas rurais (merendeiras, por exemplo) com a condição de que deixassem seus cargos até a instalação do assentamento definitivo.

O bloco de cadastrados com 'renda não-agrícola' referia-se a profissionais liberais e aposentados urbanos, ex-funcionários da CESP e até um ex-gerente de banco, quase sempre em busca de uma terrinha para complementação de renda e para satisfazer seu sonho de morar no campo. Mas a decisão foi unânime no sentido de que o assentamento não seria esse lugar.

O bloco dos 'açougueiros' agrupava um número considerável de proprietários de açougue em municípios mais ou menos próximos aos assentamentos, em São Paulo e no Paraná, incluindo alguns prósperos comerciantes de carne e gado que chegaram à

¹⁰⁵ No cadastro realizado pela Prefeitura, um número considerável de funcionários públicos municipais também se inscreveu. A Prefeitura insistia na sua aceitação, inclusive com gestões políticas, sob a alegação de que, sendo assentados, seria reduzida a folha de pagamentos conforme queria o governo federal.

reunião em caras camionetes. Aqui os argumentos de pobreza ou de prejuízos no açougue eram até utilizados, mas recebidos com apupos da platéia. Houve quem ameaçasse com ação judicial de perdas e danos, porque teriam gastado muito dinheiro no assentamento. Alguns alegavam o pagamento pontual das diárias e acusavam o MST de tê-los enganado. Os mais cínicos diziam que entendiam de gado e sua presença iria ajudar a mostrar o sucesso da reforma agrária e ensinaria os assentados a produzir. Mas a decisão unânime foi de que voltassem a seus negócios, porque os assentamentos iriam revigorar a economia regional. Um bloco similar incluía 'outros comerciantes', tais como donos de farmácias, postos de gasolina, lojas variadas e até um hotel. Com argumentos e reações em tudo semelhantes aos 'açougueiros', receberam a mesma decisão.

A sistemática adotada conferiu ao processo uma formidável coerência em termos de mérito dos casos e de rigor das decisões, afastando pressões políticas e interesses pessoais ou injustificados. Essa coerência gerou um grau de aceitação impressionante, verificada pela inexistência de recursos políticos ou formais, administrativos ou judiciais, por parte dos assentados que perderam direito ao lote, mesmo dos mais abastados. Ações de reintegração de posse não foram necessárias, os que foram definitivamente 'cortados' não resistiram ou não tiveram condição de fazê-lo. O sentimento predominante era de justiça: *"Lá no momento, muitas pessoa talvez assim não tem... Mas eu falei: ó, tá certo!"* (Assentado na Repouso).

Você lá, fazendo a entrevista com todo mundo, o pessoal do Movimento do lado, Zé Rainha, aí o maior cacete ali, o cara falava, você falava, argumentava, o Zé também. Ele ficou meio nervoso ali, porque não tinha argumentação. Todo mundo tava vendo ali, era questão de justiça. Ali estava fazendo justiça. Ali fez justiça, ali fez! Fez justiça porque tava todo mundo vendo, tava o grupo, tava você, o Movimento Sem terra, e os técnicos que conheciam as famílias. Foi interessante porque mostrou pras famílias que o que elas passaram estava registrado ali e tava sendo considerado ali, e a opinião do técnico cadastrador também obviamente estava registrada ali. Então estava colocando com muita transparência todo o processo. Então quem cadastrou estava ali e tava falando a opinião dele, se o cidadão tem perfil ou não, se faz isso ou faz aquilo, ele estava ali pra dizer por que ele achava. Todos viam porque estava sendo cortado ou não. Então isso deu muita transparência. Isso foi muito importante, porque foi nessa hora que consegui transmitir pras famílias que o que estava se propondo era uma coisa pelo menos buscando a justiça. (Agrônomo do ITESP desde julho de 1995, 10/11/05)

Os casos denunciados e as situações revistas foram objetos de novas reuniões

entre MST e ITESP, gerando uma lista final. A Comissão de Seleção também concluíra seu trabalho em relação aos acampados e cadastrados da Prefeitura. A essa altura, já se havia decidido a questão do módulo e já se tinha ajuizado as ações reivindicatórias cabíveis, bem como se estava negociando com o presidente interino do INCRA a liberação de apoio financeiro inicial aos assentados. Agora era preciso estabelecer um critério para a distribuição das famílias nas fazendas – quem ficaria no ‘definitivo’, quem iria para o ‘provisório’.

A maioria dos coordenadores morava e trabalhava nos lotes, um dos motivos deles serem coordenadores era o fato de estarem lá dentro sempre. Então, foi praticamente unânime que se usasse esse critério. Mas se a gente pegasse todo mundo que morava e trabalhava, nem todos caberiam lá. E o Movimento já tinha feito alguns sorteios por grupos e a gente não concordava com isso. Por outro lado, a gente também não queria desfazer o grupo. Então, partimos para a negociação.

A gente ficou muito tempo com o Laércio¹⁰⁶ discutindo isso, como fazer. O meio termo que a gente conseguiu foi pegar os grupos que tinham sido sorteados, ver quem que morava, usar os critérios de morar e trabalhar na terra e somar os critérios. Depois de muita discussão, já havia a perspectiva de fazer assentamento provisório, de entrar nos 30%, e tinha onde colocar todas as outras famílias. Enfim, a gente chegou no consenso. (Agrônoma do ITESP desde 1991, 17/2/98)

Em 22 de dezembro de 1995, no mesmo dia em que a primeira tutela antecipada foi concedida pela Juíza de Mirante, foi finalizada pelo MST e pelo ITESP a listagem de assentados, já organizada por assentamento, definindo as primeiras 1.051 famílias, das 2.101 previstas no Plano de Ação.

4.1.4. A QUESTÃO DO ASSENTAMENTO PROVISÓRIO

Na época do anúncio do Plano, havia uma divergência fundamental entre o MST e o Estado, relativa ao assentamento *provisório* ou *definitivo*. Para o Governo, o MST havia concordado com a idéia do provisório durante as reuniões anteriores ao anúncio do Plano, tendo inclusive dado declarações nesse sentido na imprensa. Para o MST, a concordância tinha ressalvas e só valia até a visita do Governador ao Pontal, lá, o acordo teria sido de assentamento definitivo, mas o ITESP teria sido ‘sabido’ e documentado o contrário. Evidentemente, a Secretaria não concordava com essa visão.

¹⁰⁶ Liderança do MST, assentado na São Bento.

O MST participou da construção da estratégia, mas ele tinha essa ressalva de que os 30%, até porque ele vivenciava um período de assentamentos provisórios, que era o assentamento da Fazenda Santa Clara e da Fazenda São Bento e também da Estrela Dalva, ele entendia que aquele processo dos 30% era um... um... não contemplava a proposta completa que era o assentamento em definitivo. No entanto ele entendeu que era uma estratégia do Estado no sentido de juridicamente avançar na arrecadação dessas terras, antevendo uma tutela desses 30%. Aonde que o Movimento conflituou? Apesar de ter a divergência ele concordou em levar adiante a política, aonde é que ele entra em contradição com o Estado? Numa reunião, numa audiência, numa audiência provisória que se estabeleceu como um fato político importante nessa história toda, com o próprio Governador Mário Covas e vários órgãos da política de reforma agrária, do INCRA, daqui de São Paulo, deputado Bragato... e ali se estabeleceu que se assentaria um número x de famílias, naquele período, de 2100 famílias, se não me falha a memória. É... [rindo] Se tirou daquela reunião um cronograma! Um cronograma de assentar essas 2100 famílias e saímos todos contentes com essa decisão [rindo]... Aãh... o Instituto de Terras, sa-bi-da-men-te [com ênfase], que não era possível cumprir aquele cronograma integralmente, ele do-cu-men-tou [com ênfase] que esse cronograma seria dentro dos 30% e não em definitivo. (Zelitto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

Eu vejo a ida do Governador lá como uma continuidade do plano. Ele deu os prazos pro plano, pelo menos nós reconstruímos a história a partir dali com isso, o Governador falou: *Até 31 de dezembro, tudo bem?* Quer dizer, nós demos metas pro nosso plano, mas o plano era aquele de 27 de setembro, o Governador deu as metas [com ênfase]. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/7/05)

Quando foi revogada a prisão preventiva das lideranças do MST do Pontal, José Rainha havia se comprometido a manter o compromisso firmado em sua ausência. Mas no mesmo discurso em que assegurava essa intenção, Rainha voltou a levantar a questão do provisório como motivo para o rompimento do acordo.

Segundo Rainha, o MST vai respeitar o acordo fechado com o governo paulista de não realizar invasões em fazendas da região até 31 de dezembro. [...], porém, acusou Covas de usar a mídia para tentar romper, de forma unilateral, o cronograma do assentamento definitivo [...]. "Li nos jornais que ele disse agora que os lotes serão provisórios. Se for isso, não há mais acordo. Se o governo não cumprir a sua palavra, as ocupações voltam. Os trabalhadores vão fazer a reforma agrária", disse Rainha.

(FSP, 18/11/95, p.1-10)

O assentamento provisório era uma estratégia para chegar ao assentamento definitivo, mas o movimento temia que, uma vez feita a 'festa' e assentadas as famílias, o Governo 'esquecesse' do Plano e do assentamento definitivo – o que, de fato, já havia ocorrido antes na história recente do Pontal.

Uma outra razão para o Movimento não aceitar essa proposta do Estado era que o Covas tinha dado uma data para assentar as 1.050 famílias. Com essas famílias no provisório e somando com as do definitivo dava isso aí. Só que na verdade não era um trabalho terminado. Colocar as famílias no provisório não queria dizer que o processo de assentamento estava pronto e o José Rainha temia que desse essa impressão, que o governo tendo cumprido a sua meta de colocar as famílias lá se daria por satisfeito. (Agrônoma do ITESP desde 1991, 17/2/98)

Além disso, uma das principais linhas de argumentação do MST contra a idéia do assentamento provisório sustentava-se na dificuldade de sobrevivência das famílias em área tão pequena e destinada predominantemente para a subsistência, mesmo ela sendo superior ao que elas dispunham no emergencial. De fato, para a produção de subsistência, um financiamento seria complicado, pois, sendo a maior parte da produção consumida pela família, não haveria dinheiro suficiente para o assentado pagar o crédito. Então, a Secretaria voltou à carga junto ao Governo Federal para negociar um apoio financeiro para as famílias. E, mais uma vez encontrou receptividade.

Agora, como é que a gente podia fazer isso? O INCRA tinha vários instrumentos de ação: ele tinha o PROCERA que era um crédito rural, tinha o crédito de assentamento inicial; e o ITESP trabalhava sem ter os mesmo meios materiais pra fazer isso. Então é simples: a gente faz um convênio, transfere os recursos, ele aplica e presta contas, depois o Tribunal de Contas vai julgar se as contas prestadas foram corretas, se deu certo. (Raul do Valle, Presidente Interino do INCRA de dezembro de 1995 a abril de 1996, 02/08/05)

O INCRA concedia aos 'assentados federais' (em terras obtidas pela União) três créditos iniciais, destinados a viabilizar sua instalação no assentamento: de alimentação (R\$ 240), de fomento (R\$ 600) e de habitação (R\$ 2.500), em valores da época. Tais valores, teoricamente, seriam ressarcidos quando o assentado recebesse o título de propriedade do lote. E aí sempre houve um problema, porque no Estado de São Paulo – até porque os estados não têm competência legal para fazer a reforma agrária, no sentido da distribuição da propriedade – a Lei 4957/85 reserva a titularidade da terra

ao Estado: os assentados receberão documentos de posse da área, a que terão direito enquanto cumprirem as condições do assentamento. E aí sempre houve um óbice.

Pela primeira vez na história paulista, havia a possibilidade de concessão de recursos de implantação de assentamentos do INCRA a 'assentados estaduais': pela negociação em andamento, os assentados no 11º MP, logo após a obtenção das terras pelo Estado e sua transferência para essas áreas, receberiam os créditos de alimentação e fomento. Faltava ainda a formalização do acordo entre o INCRA e a SJDC, mas o simples anúncio já era impactante, porque reforçava o Plano do Pontal, ajudava a sustentar a idéia dos assentamentos provisórios.

O Raul do Valle ajudou a construir as coisas. Quando o Raul do Valle me transmitiu essa idéia consistente de que aquilo sairia – numa reunião com o Raul que ele começou a anotar coisas e os assessores dele – eu pensei: *Putá merda! Esses caras não tão dizendo que não pode!* Eu quase beijei o Raul do Valle! Eu entendi ali com ele que não era uma disputa, que a gente ia trabalhar junto e ia ter uma saída. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/7/05)

Não obstante essas providências, o descrédito geral se propagava, ninguém – exceto o próprio Governo – acreditava que fosse cumprir a promessa do Governador.

O próprio secretário admite que o governo Covas "trabalha no limite" do prazo estabelecido. Belisário, porém, afirma que o acordo com o MST será cumprido. Lideranças do MST afirmam que vão aguardar até 31 de dezembro. Caso os assentamentos não sejam iniciados, o movimento deve voltar a ocupar terras na região. A partir de janeiro o movimento quer mobilizar 5.000 famílias no Pontal para retomar as ocupações. (FSP, 9/12/95, p.1-12)

Para [Belisário], ao preparar já ocupações de terra, "o MST mostra que está mais interessado no crescimento do próprio movimento do que nos assentamentos" (FSP, 13/12/95, p.1-11).

O MST começava a se preparar abertamente para retomar suas ações – e a liderança do processo de assentamento no Pontal. Não é que o movimento não estivesse interessado nos assentamentos, apenas não queria que eles fossem feitos sob o controle do Governo, senão sob o seu próprio controle. *"O movimento social reagiu fortemente a essa idéia do Governo assumir o seu papel. Lideranças do MST reagiram no momento em que o Estado começou a assumir um papel de protagonista nesse processo"* (Edson Vismona, 2/8/05). A questão não dizia respeito a quem *executaria* as ações para o assentamento, mas a quem *conduziria* politicamente o processo.

Por exemplo, o movimento entendia naquele momento, pelo seu acúmulo, que o Estado tinha o papel de arrecadar a terra e o movimento social gerir essa conquista. A gestão da conquista, nós entendíamos que o movimento social era a principal força de desenvolver isso. E o Estado entendia que não, que quem deveria dar a gestão – e institucionalmente de fato é isso – é o próprio Estado através dos órgãos constituídos. Isso poderia até ser feito pactuado com o Movimento e acho que quando acontecia essa pactuação havia o período em que distensionava o conflito, né? Mas essa a meu ver era a grande questão. (Zelitro, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

Algumas lideranças, José Rainha principalmente, não ocultavam a expectativa da iminente derrota da política do Estado pelo descumprimento do prazo de 31 de dezembro. Essas lideranças pareciam ver nessa hipótese um lado positivo, pelo qual o Movimento poderia retomar o seu papel protagonista e recuperar o controle ameaçado – se o Estado não conseguisse fazer o assentamento, seria o MST o único capaz de fazê-lo. Nesse contexto, abriu-se uma disputa velada de poder que envolvia a paternidade da obtenção da terra para assentamento (o Estado, com as medidas do seu Plano, ou o MST, com a força da sua luta?). Essa disputa manifestava-se nas reuniões que ocorriam nos assentamentos, onde se ultimavam os detalhes da seleção das famílias, onde o Movimento procurava responsabilizar integralmente o Governo pela promessa de assentamento naquele prazo, pessoalizando ao máximo essa responsabilização.

Lembro-me de uma reunião com dezenas de assentados, onde eu participava na condição de Diretora do DAF, em que Rainha deixou o assento ao meu lado na mesa e, dirigindo-se ao fundo da sala, ficou de frente para a mesa e de repente questionou:

- Então, Dra. Tânia, quer dizer que o Governo vai assentar mil famílias até 31 de dezembro?
- Vai!
- Mas vai ter terra pra assentar esse povo ou não?
- Vai!
- Tá vendo, pessoal? Pode ficar tranquilo que a Dra. Tânia garante que vai ter terra.

Para ser honesta, a diretoria do ITESP não tinha nenhuma garantia de que fosse conseguir cumprir o prazo, mas estava convicta de que se houvesse a mínima oportunidade poderia fazê-lo e estava decidida a fazer tudo ao seu alcance para isso. Além do mais, eu tinha sido pega de surpresa e pensei: *se não cumprirmos o prazo,*

vamos dançar em 31 de dezembro, mas se vacilar agora, vamos dançar já. Então mordeu a isca conscientemente e assumiu o risco. Risco alto, porque três semanas antes do final do prazo, os jornais já noticiavam o fracasso do Plano e a retomada das ocupações.

O governo esperava para segunda-feira a concessão de liminar, o que permitiria o início dos assentamentos até o fim desta semana. Depois de avaliar por 15 dias a ação do governo, a juíza não chegou a uma conclusão, o que inviabiliza o cumprimento do prazo definido pelo governador tucano. "Vamos cumprir nossa parte no acordo. A partir do dia 2, não tem mais hora para as ocupações", disse ontem à tarde Gilmar Mauro, dirigente nacional dos sem-terra, que atua em São Paulo. (FSP, 13/12/1995, p. 1-11)

Secretário promete assentar 1.050 famílias em 4 dias. O secretário da Justiça de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., responsável pelas negociações com o MST, disse que o governo do Estado tem condições de assentar 1.050 famílias em até quatro dias. "Em três ou quatro dias, nós podemos fazer. Para isso, estamos com toda nossa equipe no Pontal e já fizemos o levantamento de todas as pessoas que serão assentadas" disse.

Carlos Rainha, irmão de José Rainha Jr., principal líder dos sem-terra na região, ironizou Belisário: "Vamos esperar o Covas milagreiro". (FSP, 13/12/1995, p. 1-11)

Mas o Governo não havia desistido: enquanto a Secretaria desencadeava uma operação de convencimento sobre o Judiciário, o Instituto começou a se preparar para operar o *milagre*. A direção do ITESP fez uma chamada geral dos técnicos das diversas regionais de todo o Estado, expondo o problema e reunindo um contingente de 50 veículos e mais de 100 técnicos prontos e dispostos para se deslocarem a Mirante assim que as decisões judiciais fossem obtidas. Em contato com a Prefeitura do Município, viabilizou-se a locação de 20 caminhões para o deslocamento das famílias. A primeira tutela antecipada foi obtida às vésperas do Natal de 1995 e quase todo o *staff* do ITESP se instalou em Mirante do Paranapanema.

Em 22 de dezembro, a juíza de Mirante converteu em tutela antecipada do Estado aquele acordo sobre 500 hectares na fazenda Arco-Íris e, em outro acordo, estabeleceu a tutela na Fazenda Haroldina, numa rodada de negociação judicial, concedendo prazo para retirar o gado até 28 e 30 de dezembro, respectivamente. Mas a decisão demonstrava uma linha de convencimento da Juíza e se esperava que nos próximos dias ela concedesse a tutela das demais áreas por decisão liminar.

O secretário de Justiça de São Paulo, Belisário dos Santos Júnior,

anunciou ontem no Palácio dos Bandeirantes que vai assentar 1.300¹⁰⁷ famílias de sem-terra no Pontal do Paranapanema. "Vamos assentar mais que as 1.050 prometidas, vamos assentar 1.300 nos próximos dias", comemorava ele, antes de deixar a festa de Natal do governador Mário Covas (PSDB). Segundo o secretário, o governo conseguiu liminar da Justiça para ocupar 30% de duas das 11 fazendas do Pontal que serão destinadas à reforma agrária. "É uma invasão legal. Com os mesmos argumentos, conseguiremos as outras áreas", afirmou Belisário dos Santos Jr. (FSP, 22/12/95, p.1-11).

A partir daí, iniciou-se uma inversão nas expectativas. O Governo passou a ter uma maior confiança na possibilidade de sucesso do Plano e o MST assustou-se com o resultado que daí poderia advir. A expressão utilizada pelo Secretário ("invasão legal") construía para o Movimento a convicção de que o Estado pretendia usurpar seu lugar de liderança – "quem ocupa áreas é o MST!". E o movimento reagia a essa 'ameaça'.

No dia 26 de dezembro, lideranças do MST do Pontal, entre elas José Rainha, acompanhadas do Deputado Estadual da região, reuniram-se com a Diretoria do DAF para discutir as conseqüências da não-concretização dos assentamentos. Para eles, a impossibilidade de cumprimento do prazo permanecia. Foram surpreendidos pela disposição do ITESP em cumprir a palavra do Governador e pelas condições operacionais reunidas pelo Instituto, a quantidade de técnicos, carros e caminhões mobilizados. Mas o movimento tinha uma carta decisiva na manga – as famílias acampadas que estavam sob sua direção. Então, os líderes ameaçaram com a não colaboração na organização da transferência das famílias para suas novas áreas: "*sem o MST o ITESP não faz a mudança*"; a direção do ITESP respondia: "*nós queremos fazer com o MST, mas faremos com ou sem vocês*".

Em nenhuma hipótese seria tarefa fácil mobilizar mais de mil famílias em tão pouco tempo, mas, sem a colaboração do MST, a dificuldade se agigantava. Para conseguir essa proeza, o ITESP teria que fazer às vezes do movimento social, o que não era desejado por ninguém. Por isso, mais tentativas de negociação foram feitas.

No mesmo dia, nova reunião, agora com os líderes do MST e o Prefeito de Mirante, formaliza o acordo pelo qual as famílias do município (não acampadas) seriam assentadas naquelas três fazendas reivindicadas pela Prefeitura de Mirante (Santa Isabel, Santa Cristina e Mirante) e em mais uma fazenda reivindicada pelo Estado (Flor Roxa),

¹⁰⁷ Essa elevação da meta decorre de um acordo realizado com a liderança do Movimento no sentido de estabelecer um assentamento emergencial na Fazenda Haroldina, onde se situava o acampamento 1º de Abril, de modo que as famílias ali acampadas não precisassem sair para outro acampamento, mas aguardassem nesse emergencial a próxima etapa de assentamentos provisórios, previstos para 31/03/1996.

próxima à sede do município (ver Figura 4.3). O Prefeito reafirma a posição de ajudar a cumprir a palavra do Governador com apoio material da Prefeitura.

Quando o Prefeito sai, a reunião prossegue entre MST e ITESP, os dirigentes do órgão buscam evitar o rompimento, as lideranças testam os limites do Governo e exigem modificações de última hora na distribuição dos assentados nas fazendas. Num dado momento, para garantia da palavra dada, assina-se um 'documento' com uma lista de alterações acertadas (Figura 4.4). Com essas modificações, estaria pronta – em comum acordo – a listagem final dos assentados por assentamento, que seria apresentada pelo ITESP numa assembléia daí a dois dias.

FIGURA 4.4. FAC-SÍMILE DE DOCUMENTO ASSINADO ENTRE MST E ITESP

The image shows a fac-símile of a handwritten document. The text is written in cursive and lists several points. To the right of the document, there is a list of modifications in a typed font. At the bottom of the document, there are three signatures with lines pointing to labels: 'Mirante do Paranapanema 26-12/95', 'Assinatura de José Rainha', and 'Assinatura da Diretora do DAF'.

Text from the handwritten document (left):

- Grupo 20 inteiro na Sta Apolônia
- Remanejamento de 8 fam. da Sta. Apolônia p/ Canaã
- 74 famílias da 1º de abril (acampados) ficarão na Arco-Íris
- 72 famílias da arco-íris irão p/ Haroldina
- 3 famílias da Arco-Íris irão p/ outras áreas
- S. Justino irá para Canaã. ok
- fará o cadastro de outros só em janeiro
- Incluir ~~Jurandir~~ Jurandir e João Pereira Macedo
Dios Ferraz PROPRIETÁRIO Canaã
- na arco-íris e o. diminuir p/ 72 famílias da 1º de abril

Text from the typed list (right):

- Grupo 20 inteiro na Sta Apolônia
- remanejamento de 8 fam. da Sta. Apolônia p/ Canaã
- 74 famílias do 1º de Abril (acampados) ficarão na Arco-Íris
- 72 famílias da Arco-Íris irão p/ Haroldina
- 3 famílias da Arco-Íris irão p/ outras áreas
- S. Justino irá para Canaã. Ok
- fará o cadastro de outros só em janeiro
- Incluir Jurandir (Apolônia) e João (Canaã) na Arco-Íris e .: diminuir para 72 famílias na 1º de abril.

Text from the bottom of the document:

Mirante Paranapanema 26-12/95

Assinatura de José Rainha

Assinatura da Diretora do DAF

As alterações solicitadas traziam impactos de ordem operacional e política: de última hora, era necessário refazer o quebra-cabeça da distribuição das famílias, atendendo ao solicitado pelo Movimento, mas mantendo a organização em grupos e o

limite de capacidade de assentamento de cada fazenda; e essas modificações trouxeram muita insatisfação no aspecto político, pois os técnicos e posteriormente os assentados percebiam um caráter punitivo para algumas famílias e a intenção clara de privilegiar outras.

Ao propor, por exemplo, o remanejamento do grupo 20 para a Santa Apolônia, propunha-se a transferência de um grupo que fazia parte do emergencial da Santa Clara, considerada uma das melhores áreas¹⁰⁸ e onde ficava o lote do próprio Rainha, para uma área que era considerada uma das piores. Todas as famílias desse grupo enquadravam-se no critério de prioridade para o assentamento definitivo, mas eram considerados muito 'bocudos' pelo MST, por questionarem publicamente decisões das lideranças. O mesmo raciocínio podia ser aplicado para a troca proposta entre as fazendas Arco-Íris e Haroldina, que transferia assentados emergenciais (para quem foi acordada prioridade) para uma situação pior (até porque seria um novo assentamento emergencial) e colocava os acampados em situação melhor (maior lote e em área *boa*) no assentamento provisório da Arco-Íris.

Havia uma grande resistência dos técnicos de campo do ITESP quanto a essas alterações, então, foi com alguns ajustes conciliatórios que a troca se fez.

No dia 27, eu estava com a consciência pesada, porque aquela alteração da lista proposta pelo Movimento ia remanejar alguns assentados, o Grupo 20 da Santa Clara, que eram pessoas que trabalhavam, que mais se destacavam, mas que eram pessoas que, naquele momento, mais se rebelavam contra o Movimento, mais propriamente dito quanto ao Zé. [...] Daí, à noite, a gente foi lá conversar, na igreja evangélica do Grupo 20, que eles estavam destinados para a Santa Apolônia. Eles ficaram horrorizados. Daí, explicamos que a gente tinha uma outra fazenda, que estava para sair que era a fazenda Santa Carmem e que eles ficariam longe de todo esse barulho, que era uma área mais afastada que com certeza daria para eles trabalhar lá. O pessoal pegou, foi conhecer a fazenda todinha e topou. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 15/1/98)

Naquele dia a gente estava super eufórico. Nessa altura do campeonato, a gente já tinha negociado toda a lista com o Laércio¹⁰⁹, quem ia para qual fazenda. Ia ter uma assembléia no dia seguinte de manhã, às 8h na Fazenda São Bento, e a única coisa que a gente ainda tinha que fazer era apresentar uma proposta bem planejada. Inclusive o [colega] estava

¹⁰⁸ Havia na época uma avaliação informal compartilhada entre técnicos e assentados emergenciais em relação às diversas fazendas, por exemplo: Santa Clara, Arco-Íris, Canaã e Santa Cruz eram consideradas 'boas'; Santa Apolônia, Haroldina e Flor Roxa eram 'ruins'.

¹⁰⁹ Liderança do MST, assentado na São Bento.

vendo o negócio de uns caminhões para transferir as famílias e eu com [outro colega] fechando a lista. Eu saí da escolinha às 4h da manhã com a lista que a Tânia iria apresentar na assembléia para dizer: Olha gente, o plano é esse. As famílias vão para tal lugar. (Agrônoma do ITESP desde 1991, 17/2/98)

Esse dia 28 foi de fundamental importância nos eventos que se sucederam, por diversos motivos. Em Mirante, haveria a assembléia que apresentaria a programação de transferência das famílias para os assentamentos provisórios. Ao mesmo tempo, chegava a notícia de que, em São Paulo, o Governo do Estado e o INCRA assinavam um Termo de Cooperação que permitia concretizar imediatamente os aportes financeiros prometidos às famílias – os créditos de fomento e alimentação – e autorizava a realização de um convênio para o pagamento das benfeitorias das fazendas.

O governo de São Paulo e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) assinaram ontem um protocolo de intenções que torna o Itesp (Instituto de Terras do Estado) o órgão responsável pela operacionalização da reforma agrária no Estado. Com a assinatura do documento, o Itesp (órgão subordinado à Secretaria de Justiça de São Paulo) passa a fornecer suporte técnico para o assentamento de trabalhadores rurais no Estado. Entre essas atribuições estão: a medição e demarcação das terras, assistência técnica aos assentamentos e seleção de famílias a serem assentadas. Ao Incra caberá conceder crédito de implantação e produção, efetuar o pagamento de indenização de terras e benfeitorias de imóveis, acompanhar e fiscalizar os trabalhos de assentamento. (FSP, 28/12/1995, p.1-13)

Por outro lado, era o dia apazado para a tutela antecipada da fazenda Arco-Íris e o Governo do Estado já anunciava que os assentamentos estavam começando.

O secretário afirmou que o Estado começa hoje a assentar 1.050 famílias de sem-terra no Pontal do Paranapanema (extremo-oeste de São Paulo), número previsto em acordo fechado em setembro com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Os assentamentos começam pela fazenda Arco Íris, primeira propriedade com terras desapropriadas por decisão judicial. Pela estimativa do secretário da Justiça, as 1.050 famílias estarão assentadas em caráter provisório até domingo. (FSP, 28/12/95, p. 1-13)

Enquanto isso no Pontal, a Diretora do DAF chegava à sede da São Bento, munida de sua indefectível pasta preta, onde guardava mapas, listas e toda sorte de documentos, pronta para explicar a estratégia operacional para execução do Plano, mas

era informada que a decisão do Movimento já tinha sido tomada antes de sua chegada à assembléia – as famílias não iriam para as áreas provisórias.

Quando a Tânia chegou nessa assembléia na São Bento, às 8h, a situação já era outra. O José Rainha estava lá conversando com as famílias e a posição do Movimento já era outra. A Tânia levou um baita de um susto. Ela tinha chegado atrasada e o José Rainha aproveitou isso. Ela chegou, tentou defender a proposta naquela confusão, as pessoas ali ouvindo, o José Rainha colocando a questão de não concordar com a estratégia do Estado. (Agrônoma do ITESP desde 1991, 17/2/98)

Em meio ao tumulto, começou a explicar o propósito do Governo, as vantagens do plano, até que, a certa altura, afirmou que o crédito de fomento seria liberado, mas somente para quem estivesse no assentamento provisório, conforme a listagem enviada a Brasília. O MST considerou essa afirmação uma ingerência política e imediatamente cassou a palavra da Diretora.

Os ânimos se exaltaram e a conversa transformou-se em bate-boca, mais ou menos com esse teor:

- Isso é um absurdo! O Governo não pode impor essa política dos provisórios dessa forma!
- Não é imposição! O Movimento concordou com essa política! Até ajudou a fazer a lista que foi enviada à Brasília!
- Isso é mentira sua, Dra. Tânia! Nós nunca sentamos com vocês para negociar nada sobre esses provisórios!
- Mentira uma ova! Eu não sou mentirosa! Tenho aqui a prova e tem a sua assinatura, Zé Rainha!

E ato contínuo, a Diretora sacou da tal pasta aquele papel assinado dois dias antes (Figura 4.4), mostrou a assinatura de Rainha e começou a ler. As famílias, que assistiam meio atônitas ao espetáculo, reagiram imediatamente ao seu conteúdo. Um coordenador de grupo, que estava se sentindo prejudicado com a alteração do assentamento de seu grupo de Arco-Íris para Haroldina, interpelou Zé Rainha: - *Mas você não disse que o ITESP é que tinha feito essa mudança?* A resposta da Diretora foi pronta: - *Se vocês toparem mudar pra fazenda, eu volto a lista como estava antes e o caminhão passa lá hoje à tarde! – Nós topamos! – Pois então está feito, o horário dos caminhões de todos os grupos está aqui comigo pra quem quiser ver!* Nesse tumulto, as lideranças do MST começaram a convocar os coordenadores para continuar a assembléia do lado de fora da sala. E gritavam: - *Assembléia lá fora! Assembléia lá fora! Quem é do*

MST vai lá pra fora! Mas a plenária se dividiu ao meio: muitos levantaram e seguiram os líderes, mas outros tantos se dirigiram à mesa onde a Diretora mostrava mapas e tabelas, para saber qual a situação do seu grupo.

O pessoal veio perguntar para ela: Então, o que é que eu faço agora? Teve muita família que quis saber: Para onde eu vou? Meu nome está aí? Muita gente não entendeu, ou não tomou uma posição diante daquilo ou, então, estava concordando mesmo com o Estado. Então, eu vou para onde? Eu quero saber qual a minha situação agora. Teve todo aquele impasse. (Agrônoma do ITESP desde 1991, 17/2/98)

O tumulto generalizou-se e converteu-se em boataria. O embate assistido pelos assentados emergenciais e a estratégia de responsabilização pelos assentamentos, adotada pelo MST até ali, contribuía para a dificuldade de entendimento.

E daí a reunião foi conduzida pela liderança e era pra definição de lote, que o Estado ia dividir as fazendas. Só que ia primeiro dividir a São Bento. Aí depois... aí eu acabei ficando nervosa porque naquela época tava nós no emergencial lá e nós não foi tratado pra ser assentado [no definitivo] naquela reunião. Eu sei que teve a reunião grande que teve muitos que veio pro Estado e outro grupo que acompanhou o Movimento Sem Terra. Aí eles falava assim: eu não vou com o Movimento porque eu tô cansado de ocupar terra e não ter uma definição concreta. Então nós fica parecendo objeto, vai daqui pra lá, de lá pra cá... Foi o que eles colocou. Eles falava que tinha muito iludimento, que ficava iludindo as pessoa pra poder as pessoa ficar ocupando terra. Aí eles falou: Não, eu vou com o Estado, pelo menos se eu ficar eu já fico por aqui mesmo. Eu não me alembro bem porque eu saí da reunião, que eu fiquei nervosa porque nós não fomo contemplado. Então eu acabei saindo. Só que eu só ouvi boato, né? Que teve uma turma que falou que não queria acompanhar o MST e outra turma ia acompanhar a Tânia, que a Tânia fez uma reunião e que o pessoal falou assim: Não, eu vou com o Estado! Aí diz que foi separado, uns falou assim: eu vou com o Estado; outros falou: eu vou com o MST. Aí ficou dividido. Isso que eu fiquei sabendo depois da reunião, porque eu não acompanhei até o final.

P: E como é que esses boatos corriam?

Ah... aqui no assentamento até hoje é Doutor Peão. Um falava assim: eu ouvi falar que a reunião foi assim, assim! Mas era tudo Doutor Peão que falava. Um falava aqui, outro falava lá, aí de repente o assentamento tava cheio... Um ia falando pro outro. (Acampada desde 1991, assentada na Santana, 26/5/05)

Na tarde desse mesmo dia, os advogados do ITESP traziam a notícia de que a juíza de Mirante tinha concedido a tutela antecipada das demais áreas. Naquele tempo, as comunicações eram muito mais complicadas do que hoje: não havia eletricidade na maior parte da área rural e os celulares (analógicos) ainda eram um luxo caro e na maior parte do Pontal não havia cobertura de sinal. Assim, para uma notícia entrar ou sair do assentamento dependia de uma viagem até a sede do município, distante de 10 a 30 Km. Então, muitas coisas levavam até mais de um dia para serem conhecidas, a imprensa escrita e o rádio tinham um papel fundamental.

A imprensa, que assistiu a reunião (a imprensa assistia a tudo no Pontal nessa época!), imediatamente começou a divulgar o rompimento do acordo.

MST decide romper acordo e anuncia onda de invasões. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) considera, desde ontem, rompido o acordo com o governo paulista e já iniciou preparativos para uma "bateria de ocupações" no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado). "O acordo não foi cumprido", disse José Rainha Jr., o principal líder dos sem-terra na região. O pavio de nova crise foi a tentativa do governo de assentar ontem, em lotes provisórios, 94 famílias na fazenda Arco-Íris, em Mirante do Paranapanema (640 km a oeste de São Paulo). A tentativa, rejeitada pelo MST, foi feita por técnicos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo. "Na Arco-Íris, conseguiram só 500 hectares, onde já estão assentadas desde junho, em lotes provisórios, 180 famílias. Na época, fizemos um acordo com o fazendeiro Américo Lanzoni. O governo não arrecadou área alguma. É como trocar Chico por Francisco", disse à tarde, insatisfeito, Rainha. (FSP, 29/12/95, p. 1-4)

Mas a direção do ITESP e a SJDC estavam determinados a cumprirem o compromisso do Governador e tomam uma decisão: com a tutela antecipada concedida sobre todas as demais fazendas reivindicadas, os assentamentos provisórios seriam iniciados imediatamente, começando pela Arco-Íris, com ou sem o apoio do MST. Mesmo assim, a SJDC faz um movimento na direção de retomar o acordo com o Movimento, por meio de uma tentativa de conciliação com as lideranças do Pontal, com a presença do Secretário, no dia 29 pela manhã. *"O ponto era o seguinte: eles não aceitavam que os seus liderados fossem para os 30% das áreas, então a missão foi lá convencer o Zé Rainha, não de que isso era certo, mas que isso nós faríamos de qualquer jeito"* (Belisário, 30/05/05). Mas o MST se mantinha inflexível.

Na época o Movimento ficou contra porque os 30% a gente pegava e... desmobilizava o pessoal. E nós tínhamos um medo e a gente tinha certeza que o pessoal, eles iam se acomodar nos 30%. E aí ficava mais difícil de

mobilizar pra luta pra que eles conseguissem alcançar os 100%. (Márcio Barreto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

O secretário da Justiça, Belisário dos Santos Jr., principal negociador do governo, estranhou a reação dos sem-terra e anunciou que conseguiu na Justiça liminares que liberam 30% da área de nove fazendas, além da Arco-Íris. "Agora, só falta uma". Até o momento são quase 8000 hectares. "Não posso obrigar ninguém a aceitar. Mas será um absurdo, depois de tanto esforço, se as pessoas se recusarem a gozar dos benefícios. Só se for uma jogada publicitária. O MST vai levar cem anos para explicar o motivo pelo qual não deixou as famílias serem assentadas", declarou Belisário.

À noite, Rainha disse que não sabia que o governo tinha obtido mais nove liminares, mas manteve a disposição de invadir as terras. Segundo Rainha, "as liminares podem ser cassadas" porque os fazendeiros – que ocupam terras públicas – exigem os pagamentos das benfeitorias rapidamente e não aceitam o ressarcimento com TDAs (Títulos da Dívida Agrária), resgatáveis em até dois anos. "Aceitamos os 30%, mas vamos ocupar o resto. Até aceitaríamos lotes provisórios se o governo tivesse vindo renegociar e apresentasse um plano. Mas eles tentaram enfiar goela abaixo os lotes. Agora, só falo com o governador", disse Rainha. (FSP, 29/12/95, p. 1-4, declarações de 28/12/95)

Ainda naquela tarde de 28 de dezembro, em meio às controvérsias, o primeiro grupo de famílias se preparava para se mudar para o assentamento provisório da fazenda Arco-Íris, com o apoio da equipe técnica do ITESP. E logo se descobre mais uma dificuldade a resolver: as lonas velhas dos seus barracos não resistiriam à mudança.

Uma das dificuldades deles era a questão da própria moradia, porque eles tavam num barraco de lona, a maioria, bem simples. E pra eles comprarem isso já tinha sido uma dificuldade muito grande. E a vontade que eles tinham de fazer essa mudança, eles só pediam... Falavam pra nós: *Poxa! Precisava pelo menos de um pedaço de lona, mode fazer um barraquinho nesse novo local que eu tô indo, porque se eu desmanchar aqui não consigo fazer lá.* Porque a lona já tava velha, as madeiras também bastante velhas. (Técnico Agrícola do ITESP desde 1992, 25/05/05)

Acionada pela SJDC, a Casa Civil do Governo enviou um caminhão carregado de bobinas, cada uma com 100 metros de lona preta, ao escritório do ITESP em Mirante, que chegaria ao amanhecer do dia seguinte. Para aquele dia, com dinheiro arrecadado entre funcionários, foram comprados dois rolos de lona preta em Mirante. Os técnicos

voltam a campo para dar prosseguimento à mudança, mas ainda têm um receio: para chegar até a fazenda Arco-Íris, precisariam passar por dentro do Acampamento 1º de Abril, onde se encontravam as famílias que o MST tinha pretendido alocar na mesma área da Arco-Íris. Desde o cadastro, há 6 meses, ninguém do ITESP de Mirante tinha voltado àquela área, sendo o trabalho de assistência técnica desenvolvido apenas em União da Vitória. Qual seria o seu estado de espírito? Aceitariam que outras famílias fossem assentadas na área que o MST lhes destinou ou haveria um confronto?

Então a direção do DAF vai até o acampamento. Conversando com seus coordenadores de grupo, o DAF promove uma assembléia, usando o palanque do próprio MST, e, numa linguagem que misturava jargões do Movimento e do Estado, explica a eles todo o *trabalho* que estavam desenvolvendo: a estratégia dos assentamentos *provisórios*, a prioridade da Arco-Íris para o pessoal de União da Vitória que estava na *luta* há mais tempo, a proposta de um assentamento emergencial ali na Haroldina até 31 de março de 1996, quando metade dos *grupos* iria para uma outra fazenda onde seriam assentados provisoriamente, e procurava demonstrar a 'justiça' dessa proposta.

A Diretora se compromete a destinar a eles a primeira fazenda arrecadada até aquela data. Alguns coordenadores mais ligados ao Movimento tentam contestar, mas são silenciados pela maioria: os acampados aceitam e concordam com as explicações do Estado. Mais: ajudam os técnicos a localizar a área do assentamento provisório, aonde eles vinham plantando ("*Cuidado com a nossa mandioca!*") e até a cortar a lona preta em tamanhos adequados para a construção das barraquinhas. No final da tarde, o primeiro caminhão carregado de mudança atravessa sem problemas o acampamento (Figura 4.5).

FIGURA 4.5. CAMINHÃO DE MUDANÇA ATRAVESSANDO O ACAMPAMENTO 1º DE ABRIL



Foto: Técnicos do ITESP no Pontal, 1995.

Era bem tarde da noite quando, finalmente, as primeiras 94 famílias estavam instaladas no assentamento provisório da fazenda Arco-Íris. Com o *know-how* adquirido, a equipe do ITESP estava pronta para prosseguir: a três dias do final do prazo, a meta do Governador começava a parecer factível.

Mas um receio ainda impregnava o espírito da equipe do ITESP: a rádio “Doutor Peão” divulgava que as lideranças do MST tinham aceitado a reunião com o Secretário na manhã do dia 29, mas a conciliação com o Governo estaria condicionada a mudanças na Direção do ITESP, mudanças que poderiam significar uma alteração de rumo no trabalho que vinha sendo desenvolvido e deixar os técnicos em situação difícil: *“Aí os técnicos pensaram: e aí? Nós vamos ficar na berlinda, né? Batendo com os caras de frente, num senso de justiça, e agora vamos ficar sem ninguém por trás pra segurar? Aí vai ficar difícil, né?”* (Agrônomo do ITESP desde julho de 1995, 15/1/98).

A relação entre o MST e o ITESP ficou muito desgastada. A liderança realmente não tava concordando com as mudanças e nós com toda orientação pra ser feita e chegou um tempo assim que não tinha mais conversa com eles. Eles não quiseram mais conversar com a Diretora na época, não queriam mais negociar com ela, não queriam mais conversar, e chegou ao ponto deles colocarem que eles só queriam conversar ou com o Governador ou com o Secretário da Justiça. [...] Eu lembro que de bate pronto ele veio. Dum dia pro outro ele veio. (Técnico Agrícola do ITESP desde 1992, 25/05/05)

A reunião aconteceu cercada de expectativa de todos os lados e transcorreu num clima tenso que decorria das cartadas políticas mais ou menos ocultas que ali se jogavam: estava em jogo o comando político da ação no Pontal e o MST aliou-se ao deputado da região na tentativa de obter (ou recuperar) o comando do ITESP; estava em jogo o controle do Movimento sobre sua base, seriamente abalado, e o MST tentou de todas as formas reverter a transferência das famílias para a Arco-Íris; estava em jogo o prestígio de cada parte, enfim, e isso podia significar um enfraquecimento do Movimento no Pontal. Essas questões definiram o andamento da reunião que transcorreu em dois momentos.

No primeiro momento, num grande salão cercado de uma verdadeira multidão, discutiu-se em público a proposta do Governo, a questão dos provisórios e tudo o mais que já tinha sido discutido inúmeras vezes antes. Os mesmos argumentos se repetiam e a reunião não avançava, porque não era esse realmente o ponto.

Foi no Rotary Club, em Mirante. O Secretário foi, o Deputado Estadual da região, o Movimento Sem Terra todo ali, praticamente, em peso,

imprensa, os técnicos, um clima pesadíssimo, muito pesado mesmo [com ênfase]. Ali estava discutindo a política do Governo, o Secretário foi lá pra dizer: Olha, a política do Governo é essa! (Agrônomo do ITESP desde julho de 1995, 15/1/98)

As lideranças do movimento social me afirmam que não poderiam liberar seus liderados para irem para os assentamentos, e eu jogava com a informação que o ITESP me passava que eles queriam mesmo ir. Não só o ITESP me passava, mas o ITESP tinha me levado aos lugares, e a gente tinha dito isso diretamente a eles, nós não tínhamos aceitado a interlocução exclusiva do Movimento. [...] A um determinado momento fica claro pra Secretaria, pro Secretário, que o Movimento queria avanços, claro, mas avanços muito definitivos tirariam poder do Movimento. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/5/05)

A segunda parte da reunião transcorreu numa sala reservada, sem a presença da imprensa – a pedido do MST – e ali as verdadeiras questões, ocultas, entraram em discussão. A retomada da convivência política entre o Estado e o movimento social naquele momento dependia das soluções que se desse a essas questões. Revendo hoje à distância aquelas cenas tenho a estranha sensação de que foi um ringue de luta.

Num primeiro lance, o Movimento, apoiado pelo Deputado, tenta derrubar a direção do ITESP. Essa intenção já estava sendo anunciada como vitória para a base do movimento, deixando assentados e técnicos apreensivos.

A Arco-Íris foi a primeira fazenda a mudar. A gente tava lá, inclusive tava até almoçando, aquela coisa, aí falou: *Olha, aconteceu isso, vamo derrubar o Secretário, por conta disso...* O movimento social e o pessoal do Movimento, os militantes do Movimento passavam avisando na área dos 30%: *Olha, tá tendo uma reunião lá em Mirante e isso aqui tudo vai acabar e vocês vão ter que voltar, porque tá tudo errado o jeito que o ITESP tá fazendo.* E ficou aquele negócio temeroso, tenso. [...] Volta e meia ia um técnico nosso buscar alguma coisa, uma água, enfim, e passava lá e trazia notícia. *Olha, o negócio tá pegando fogo lá! Tem glebeiro, movimento social, político, tudo dentro daquele Rotary lá!* Aí chegavam informações desencontradas. Falavam que o Secretário ia cair, que o Movimento ia tomar conta de tudo, que iam derrubar o Jonas, iam derrubar a Tânia, aquela coisa toda, que tava tudo errado. A gente ficava meio apreensivo, sem saber realmente o que tava acontecendo, principalmente o pessoal que tava no campo, sem informação nenhuma. Mas, ficava ali e batendo o pé e convencendo o pessoal: *Não, vocês têm que ficar aqui na área, independente dessa reunião que tá acontecendo lá,*

a gente tá cumprindo uma orientação. Vocês tomaram posse dessa área de 30% e fica aqui. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/05/05)

Não era a primeira vez que o MST anunciava a derrubada da direção do ITESP¹¹⁰. Já havia uma articulação anterior nesse sentido que vinha desde o confronto do cadastramento, mas nessa reunião a moeda era mais forte: a retomada dos entendimentos com o Governo do Estado. Com habilidade, o Secretário aparou o golpe.

Chegou um momento da reunião que tava tão difícil por conta do clima, que a reunião tava num salão grandão, foi transferida pra uma sala menor, onde a imprensa não participou. E aí o Movimento Sem Terra pediu a sua cabeça, pediu que queria outros interlocutores do Governo pra tratar daquele assunto porque a interlocução do Estado não estava sendo adequada e poderia complicar ainda mais a situação de conflito na região. O Secretário, tava no centro da mesa, na cabeceira, botou a mão direita no ombro do Jonas, falou assim: *O Jonas é o Coordenador do ITESP.* Botou a mão esquerda no teu ombro, falou: *Dra. Tânia é a Diretora do DAF.* E falou: *Esses daqui são os meus interlocutores. Da mesma forma que eu não interfiro em quem é o interlocutor do movimento social, falo com quem vem aqui, eu não posso admitir que vocês interfiram com os meus interlocutores.* Aí deixou mais do que claro, pro Movimento Sem Terra e pro Deputado. Ficou claro pra todo mundo. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 10/11/05)

Não se tratava ali de uma questão pessoal, simplesmente, mas da remoção de um obstáculo a desígnios políticos nunca antes contestados pelos governos anteriores. O Instituto tinha crescido muito durante os seis meses que separavam dezembro de 1995 de sua quase extinção. Nunca antes o ITESP obtivera a força que tinha naquele momento e, ao mesmo tempo, nunca antes fora tão resistente às influências políticas, seja do lado que fossem. Esse comportamento se materializava nas ações da direção, principalmente no DAF, e contrariava aos interesses do MST no Pontal e do Deputado.

O Bragato, eu tinha forte ligação com ele, na época, o que não se queria ali era perder o controle da situação. Esse controle que eu digo é... quem queria dar as notas às coisas eram o MST e o Bragato, que era o político mais influente, na época lá, né?

P: Porque, em certo momento, era tão importante pra vocês derrubarem a gente do ITESP?

¹¹⁰ Quando do cadastro, no programa do MST na rádio de Teodoro Sampaio, Rainha já declarava: *"Esse bando de irresponsável pode ter seguro que nós vamos botar para a rua. Tô com audiência com o deputado Mauro Bragato [...] essa meia dúzia de irresponsável vai pedir demissão do cargo porque vai ter vergonha. Ou seja, se nós não demitir, eles vão pedir demissão porque vai ter vergonha de sair de lá chutado"* (30/7/95).

Eu? [ela se diverte com a pergunta] Sinceramente? Eu?! Não tinha muito isso não, era coisa lá do MST, do Bragato... Mas pra mim isso não era um fator.

P: Então, porque eles queriam isso?

Primeiro, porque você era uma pessoa que não abria... Não é que não abria espaço, você não era... fácil de manejar politicamente. Existia um grupo no ITESP que você comandava, não era um grupo assim... pro Bragato, que era do lado do Governo, do Covas, entendeu? Sempre a gente foi tido... eu, era ligada ao Bragato, mas nem tudo que a gente falava eu concordava, né? Não era aquele grupo do PSDB, grupo político, entendeu? Que o Bragato podia chegar em você lá e pedir pra você ajeitar a situação de um companheiro dele, que precisasse ajeitar a situação dele em algum lugar no ITESP. O ITESP era assim... não era político-partidário, de ajeitar a situação de ninguém, todo mundo trabalhava pra valer, as pessoas naquela época acreditavam na luta da reforma agrária. [...] Então naquela época, você era a pessoa mais forte, você comandava aquele grupo. Não tinha, aparentemente, lá pro Bragato, não tinha vínculo partidário, entendeu? Não fazia concessões. [...] Eu acho que o pau a nível político era mais por causa disso. E o MST, porque não conseguia manipular muito, porque, embora eu seja bastante favorável ao MST, eu acho que eles manipulavam muito o pessoal que não tinha poder de raciocínio assim mais rápido. Eles manipulavam também a grande massa... (Assistente Social, do grupo político do Deputado, 7/11/05)

Mas as atitudes da direção eram representativas de idéias presentes na instituição de longa data, constituídas desde o tempo dos técnicos militantes do IAF, incorporadas a sua ética e compartilhadas pela maioria dos seus técnicos. Por essa razão também, eles se preocupavam com o desfecho desse primeiro *round*.

Quando eles pediram a cabeça, foi muito desgastante pra todo mundo, porque estava anunciada essa posição que eles iam tomar. Essa daí foi brava! Porque as outras quedas de braço foram lá no campo, trabalho, mas essa foi estritamente política. Armaram toda uma situação política e foi uma tacada política grande, inclusive com um deputado da região, ativo, tal. E anunciaram: agora sai! E se não sair o pau vai quebrar. [...] Quando o Secretário foi firme, o sentimento foi: agora o caminho é esse! Não vai ser mudado! Vamos fazer isso! A política que foi proposta vai ser seguida e não vai ser interrompida por conta de orgulho ou sentimento de perda de poder do MST. Mas ao mesmo tempo a gente sabia que o clima ia ser pesado, como realmente foi. (Agrônomo do ITESP desde julho de 1995, 15/1/98)

Então o movimento partiu para o segundo ataque, contra famílias que haviam se mudado na noite anterior para o assentamento provisório da fazenda Arco-Íris. Numa tentativa evidente de penalizar os desobedientes, condicionava a retomada das conversações ao retorno da combinação anterior: essas famílias iriam para a fazenda Haroldina e os acampados para a Arco-Íris. A justificativa era de que os acampados já vinham plantando mandioca ali, desde o acordo com o fazendeiro, mas o argumento era fraco, pois todos sabiam que as ramas de mandioca plantadas, trazidas do Paraná, estavam infectadas e morrendo, com frustração de 100% da safra. O Movimento insistiu, dizendo que as famílias tinham ido para lá a contra gosto, forçadas pelo ITESP, pois eram militantes e preferiam seguir o sorteio do Movimento. Nesse ponto o Secretário fez uma proposta irresponsável: *“então estamos de acordo, a gente vai lá, oferece as condições e propõe pras famílias que elas mudem; elas topando, fazemos a mudança”*. A habilidade do Secretário conseguia encerrar também esse ponto, sem um motivo de rompimento.

Finalmente, o Movimento revelou sua real preocupação, com o processo de substituição que estava acontecendo, com os técnicos do DAF ocupando o lugar das lideranças no processo de ocupação dos provisórios. A ação do Estado, da forma como estava sendo conduzida, enfraquecia o Movimento e poderia resultar em sua quebra, na perda de suas bases. Esse argumento sensibilizava tanto o Secretário como a direção do ITESP e tinha sustentação na realidade.

Em nenhuma hipótese se pode dizer que isso ocorria porque houvesse na SJDC ou no ITESP uma intenção deliberada de enfraquecer o Movimento. O Secretário, com seu histórico pessoal em defesa da causa dos direitos humanos (ver nota no início deste capítulo), era visto pelo MST como um aliado dos movimentos sociais, e responsável pelo avanço da política de reforma agrária para a região.

Há de se reconhecer por parte do MST que o Estado de São Paulo, coordenado pelo Governador Mário Covas, definiu uma política de mediar e de... esses acordos, na perspectiva de que no Pontal do Paranapanema tivesse um Plano de Reforma Agrária [...]. E o Dr. Belisário impulsionava essa política, ele tinha um carisma, tinha uma definição, até por sua história, de ter vindo de ligação com a igreja e com os movimentos, não no sentido de ser um militante, mas no sentido de ter esse lado humanitário dele, né? (Zelitro, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

Mas a proposta do Governo era também e em grande parte inspirada nas idéias de técnicos e dirigentes do próprio ITESP, que desde o Governo Montoro eram engajados e traziam consigo o ideal de reforma agrária, como reconhece o Secretário:

“No ITESP as pessoas eram claramente identificadas com uma visão da questão da reforma agrária e com a necessidade de darem uma colaboração no estabelecimento de políticas públicas naquela área; isso até antecedia minha chegada lá, eles tinham a noção de muitas possibilidades e gostariam de implementar” (Belisário, 30/5/05); e alguns técnicos mais antigos do Instituto viam um risco efetivo de que, com a intensidade da vontade de tornar realidade o ideal, um processo de substituição das lideranças pelo Estado pudesse acontecer no Pontal naquele momento, embora entendendo que havia responsabilidade da própria direção do Movimento nisso.

Um sério risco é o Estado ocupar o papel de liderança do movimento social. Na questão do Pontal do Paranapanema, acho que a gente esteve muito próximo disso. Até pra poder garantir o processo, a gente foi pra linha de frente disputar. E isso em alguns momentos criou um conflito. [...] Naquele momento, embora a gente estivesse fazendo um discurso de Estado, na prática a gente estava disputando hegemonia com os movimentos ali dentro. Eu acho que era necessário fazer aquilo, porque a gente tinha uma política a ser implementada e a gente precisava fazer aquilo, com que aquela política, não é que fosse seguida por todos, mas que fosse conhecida por todos. E como existia um conceito parcial das lideranças, aquela informação não estava chegando pra quem podia decidir se queria ou não queria. Então a gente foi empurrada por uma posição sectária das lideranças naquele momento. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1983, 21/10/05)

Porque podia ter acontecido duas coisas: E se o Governo entrasse com tudo numa ação muito mais arrojada no sentido de realmente esvaziar o Movimento? Porque tinha essa preocupação: O Governo vai esvaziar o Movimento e vai pegar toda a base. Só que as pessoas que estavam no Governo não estavam tão interessadas em substituir o Movimento. Só que o Movimento não sabia, o Movimento agiu com essa insegurança. Aí partiram pra ignorância, como é chamada, né? Partiram pras cabeças! (Agrônoma do IAF/ITESP desde 1983, 31/5/05)

O perigo do processo de substituição era uma preocupação no Instituto desde os tempos do IAF. Analisando as relações entre os técnicos – politicamente engajados – e os assentados naquele período, D’INCAO (2000) esclarece que o engajamento político desses técnicos devia-se ao seu compromisso ético, mesmo quando isso se tornava um complicador durante o exercício do seu papel ambíguo de ‘militante’ e ‘bom profissional’.

Um exemplo desse complicador é a duplicidade de papéis que esses técnicos acabam por assumir quando acumulam as funções da assessoria para a qual são contratados, com a de atores, eles mesmos, do avanço da

política de assentamentos na qual estão engajados. O maior risco, nesse caso, o de se substituírem aos trabalhadores, transformando-se em demandantes de seus supostos interesses e inibindo, com isso, a participação política dos mesmos. (D'INCAO, 2000: 76)

Embora no Instituto, em 1995, a maior parte dos técnicos tivesse outras origens e muitos não tivessem aquela vocação militante original dos tempos do IAF, não se pode dizer o mesmo da direção do DAF, e o sentido de sua atuação era reconhecido pelas lideranças do MST, para quem essa diretoria era um núcleo militante que resgatou a idéia original do órgão.

Um núcleo da Diretoria do ITESP resgata, a meu modo de ver, em que pese toda a contradição que se produziu naquele período, resgata a filosofia do órgão que foi criado naquele período da Nova República e que tinha como objetivo mesmo de desenvolver a Reforma Agrária a partir de um propósito técnico, de um propósito... de um aporte técnico bem constituído, que nasce o Instituto de Terras. (Zelitto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

Dessa forma, embora naquele momento específico ITESP e MST estivessem desgastados e se digladiando, havia sob essa tensão um sentimento de respeito mútuo e um espírito de aliança quanto aos objetivos comuns, que poderia ter permitido a realização de um acordo satisfatório naquela reunião. Mas não foi o que aconteceu. Apesar de que formalmente a reunião se encerrou com um acordo – que propiciou uma saída honrosa para o MST – na prática ele não se concretizou.

Pelo acordo firmado, as mudanças das famílias para os provisórios seriam acompanhadas pela coordenação regional, em cada assentamento. Ocorre que eram 20 caminhões e 50 carros do ITESP mobilizados para esse processo, para garantir que ele fosse concluído daí a dois dias. Nem o MST conseguia mobilizar tantas lideranças em tão pouco tempo, nem o Estado concordava com atrasar o cumprimento do prazo. Não havia tempo sequer para uma assembléia: a equipe técnica estava em campo e a postos; as mudanças podiam começar no minuto final da reunião.

Ainda houve uma tentativa de acompanhamento do MST em algumas áreas, mas a dificuldade de comunicação gerava uma série de informações e contra-informações que desembocava numa sucessão de atritos, agravados pela indisposição entre os técnicos da base e as lideranças intermediárias que se mantiveram fiéis à orientação do MST. Aparentemente em função disso, pouco tempo depois da reunião a liderança do MST desiste do entendimento com o Estado e orienta seus militantes a impedir as mudanças para o assentamento provisório. No dia seguinte, os jornais

amanheciam retratando essa disposição.

Belisário dos Santos Jr., esteve no Pontal do Paranapanema na tentativa de neutralizar a decisão do MST de reiniciar invasões de fazendas a partir de terça-feira [2/1/96]. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no entanto, não voltou atrás em sua decisão. O secretário disse que os funcionários do Itesp devem passar o reveillon fazendo os assentamentos. Nos próximos dias, segundo Belisário, 900 famílias devem ser assentadas na região. [...] O secretário espera que os assentamentos desmotivem as invasões programadas pelo MST. Mas Rainha não assumiu o compromisso de suspendê-las. (FSP, 30/12/95, p.1-6)

Assim, paradoxalmente, o único ponto da reunião em que houve acordo foi aquele que levou à concretização do rompimento entre o Estado e o MST. Nos dias que antecederam o Ano Novo, a pacificação pretendida pelo Plano do Pontal ainda parecia muito, muito longe, e uma batalha campal estava prestes a ser travada.

4.2. DIAS DE MUDANÇA

Ao meio-dia de 29 de dezembro, sexta-feira, a contagem regressiva para o prazo final dado pelo Governador já era feita em horas. A partir do encerramento da reunião com o MST, iniciou-se uma operação coordenada para a realização das mudanças das famílias para os assentamentos provisórios antes da meia-noite do dia 31 de dezembro. Os eventos que se sucederam naqueles três dias ficaram marcados de forma indelével na lembrança de todos os que se envolveram na operação de mudança, especialmente os técnicos do ITESP radicados naquele município.

A tutela antecipada de todas as áreas foi concedida na tarde do dia 28, podendo ser executada a partir da manhã do dia 29. A decisão da Juíza, tão em cima do prazo final, havia sido um fator de susto e suspense para todos e complicava a operação de mudança, mas, por outro lado, também complicava a reação dos fazendeiros na obtenção de contra-ordens judiciais durante o final de semana em que ela se realizou. *“Foi interessante. Não foi uma decisão precipitada, foi muito pensada e teve um efeito curioso porque concedendo nessa data dificilmente poderia ser cassada antes do vencimento do prazo”* (Belisário, 14/1/98).

Assim, enquanto eu pessoalmente fui com o oficial de Justiça fazer a imissão na posse das áreas de tutela antecipada para o Estado, mais de 100 técnicos do Instituto, vindos de todas as partes do Estado, saíram a campo simultaneamente (sem

celular nem rádio), preparados para conversar com as famílias e ajudar a preparar suas mudanças, coordenar a utilização dos caminhões, providenciar a distribuição das lonas pretas, cuidar da logística (alimentação, água, combustível). Depois que todas as áreas foram recebidas, eu e outro membro da minha equipe de direção circulávamos pelas áreas, atendendo a problemas isolados e apoiando o andamento dos trabalhos.

Evidentemente, não será possível nem interessante reproduzir a cronologia desse episódio, mas tentarei mostrar, por fotos e relatos dos atores que o viveram, as razões e as marcas que ficaram desse processo. Onde *“cada um de nós passou por uma experiência acho que única”*, como me disse um agrônomo.

4.2.1. A BATALHA DOS ARGUMENTOS

A postura de apostar no fracasso do Estado tinha deixado o Movimento numa situação complicada: se voltasse atrás, estaria a reboque do Estado; mantendo a posição de confronto, corria o risco de perder uma parte de sua base. Então as lideranças resolveram lutar por ela.

ITESP e MST tentavam, cada um a seu modo, convencer as famílias a seguirem sua orientação e irem – ou não irem – para os provisórios. De um lado, o MST contava com alguns coordenadores de grupo e suas lideranças regionais, de outro lado, o ITESP tinha a equipe técnica de Mirante reforçada por técnicos vindos de todas as partes do Estado e os diretores do DAF. Com a confusão resultante da guerra de informações em campo, o primeiro grande desafio era o do convencimento (Quadro 4.4).

Todos no assentamento emergencial já sabiam que aquele seria um dia decisivo. A expectativa fazia com que todos ficassem atentos ao discurso de cada ‘lado’.

Chegava na área e ia chamando as famílias, fazia uma roda. A gente já tinha avisado as famílias há alguns dias. Quase todos já sabiam pra onde iam. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Nós tava na Santo Antônio [parte da fazenda São Bento], mas já era só pra tirar a lavoura e depois ir pro Kurata [fazenda Santa Cruz], o nosso foi sorteado pro Kurata. Quanto nós tava na Santo Antônio o nosso sorteio, nós sabia que a nossa fazenda daquele povo ia ser no Kurata. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Cruz, 26/5/05)

Quando chegava o carro já juntava todo mundo em volta pra saber do que se tratava. Era a gente. Ia explicar pras pessoas do que se tratava, as vantagens de você mudar, tal. Atrás, batendo boca, eles dizendo ao contrário, que não era vantagem, que não era o definitivo e tal e coisa.

(Agrônomo do ITESP desde 1994, 24/5/05)

QUADRO 4.4. REUNIÃO DE ARGUMENTAÇÃO COM AS FAMÍLIAS.



Foto: Técnicos do ITESP no Pontal, 1995.

Era o povo do Estado na frente, dando lona e com caminhão pra nós mudar, e o povo do Movimento atrás: não sai, não sai, que vocês vão pegar a terra. E mês que vem você pega terra e sai, não sai...

(Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

Na época o Movimento ficou contra porque os 30% a gente pegava e... desmobilizava o pessoal. E nós tínhamos um medo e a gente tinha certeza que o pessoal, eles ia se acomodar nos 30%. E aí ficava mais difícil de mobilizar pra luta pra que eles conseguisse alcançar os 100%. (Márcio Barreto, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Para alguns grupos que já estavam decididos, não foi preciso muita argumentação. É possível que se tratassem de descontentes com o Movimento, por terem sido anteriormente 'cortados' ou terem se sentido penalizado de alguma forma. Mas não era o que ocorria na maior parte dos casos.

Em alguns casos era tranquilo, pelo fato das famílias não terem recebido a visita do pessoal do MST. Quando era tudo tranquilo, a gente chegava lá, o pessoal já tava esperando, a gente chegava geralmente 2, 3 técnicos, mais um ajudante, mais um caminhão, e pegava todos os materiais, colocava em cima do caminhão. As famílias, algumas iam em cima, outras iam dentro de carro, e nós partíamos pra tá levando essas famílias. [...]

P: E quando o MST tinha passado lá, o que acontecia?

Isso ocorreu bastante. Tudo combinado, você chegava naquele dia lá, chegava na parte da manhã pra fazer a remoção e chegava lá não encontrava as famílias. Aí você ia na casa de um, na casa de outro,

conversar o que tinha acontecido, né? [...] As famílias falavam que o pessoal do MST dizia a eles que, caso eles fossem pra essas áreas de 30%, eles iam ficar esquecidos ali, porque seria muito mais difícil de você tá conseguindo pegar o lote definitivo. Esse era o maior argumento deles que eu me recordo. (Técnico Agrícola do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Nos casos em que a liderança do MST exercia influência sobre as famílias, a formação da convicção das famílias dependia muito do viés ideológico que perpassava os debatedores (técnicos e lideranças do MST) e as próprias famílias. Em alguns casos foram horas de discussão.

Eles tinham medo de sair. Por exemplo, eles tinham medo de ir pra uma fazenda e ser despejados da fazenda. Então eles não acreditavam nessa coisa. Porque a ocupação deles à margem de linha, à margem de estrada era um local que... como se diz assim... que não tinha influência, né? [...] o fazendeiro não ia tirar. Então eles ficavam com medo. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Era uma situação complicada, porque o Estado estava arriscando, colocando as famílias numa área onde não se tinha muitas certezas quanto à arrecadação e seus prazos. Isso foi colocado para eles. Um pessoal questionou: *Que garantia a gente tem?* A gente respondia que o Estado também não tinha garantia, mas estava junto com eles, é um risco que a gente ia correr juntos. (Sociólogo do ITESP desde 1991, 17/2/98)

As famílias a princípio ficavam em dúvida, porque eles vinham de acampamento, né? Acampamento trabalhado intensamente pelos movimentos sociais. Aí vinha o Estado, falava uma coisa um pouco diferente do que pregava o MST... Então, a princípio eles ficavam um pouco em dúvida. (Agrônomo do ITESP desde 1994, 25/5/05)

No começo foi difícil, foi relutante. O pessoal baixava a cabeça, virava as costas pra gente e não escutava, não escutava, foram horas e horas e horas de conversa. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/5/05)

Demorava no mínimo uma hora, a duas, três, depende do local. A gente dependia de convencer uma pessoa, principalmente representante do movimento, a participar e a incorporar junto com o grupo. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Teve caso até de famílias que ficaram. Tipo assim, de 20 famílias, 17 foram, 15 foram. No outro dia a gente voltava pra tá conversando com essas famílias, com essas 5, numa questão de convencê-las mesmo de que isso seria interessante pra elas. (Técnico Agrícola do ITESP desde

1992, 25/5/05)

Os técnicos do ITESP usavam um arsenal de truques e paciência. Na sua estratégia de convencimento havia vários tipos de discurso, que variavam conforme aquele viés. Havia o discurso do pragmatismo, que consistia em explicar o mecanismo de execução do plano e a estratégia dos provisórios para alcançar o lote definitivo.

Falamos: Olha, gente, a gente não sabe o que o Movimento tá falando, mas a gente tem que ir pra essa área, ocupar essa tutela antecipada dos 30%, porque se a gente não ocupar isso aí, a gente vai perder. Hoje vocês tão aqui nesse emergencial de 10 ha, com menos de 1 ha por famílias, e vocês tão aqui há um bom tempo, pelo que eu sei. E vocês indo pra um provisório de 5 ha, 7 ha que seja, tendo a possibilidade de você tá no mesmo imóvel indo pro seu definitivo, com 15 ha, 20 ha. Pode demorar um ano? Pode! Mas pode sair daqui dois meses. Provisório? Aqui vocês tão num provisório definitivo. Passar pra um provisório um pouquinho maior, qual é o problema? E o número de famílias que tão indo é o número adequado aproximado que vão se transferir pro restante da fazenda, pros 70%. Futuramente, a única coisa que você vai ter que mudar é dar mais alguns passos, andar mais alguns metros e você vai estar no seu lote. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/5/05)

Nós colocávamos o nosso lado, né? Que caso eles fossem pra essas áreas de 30%, isso seria uma maneira de tá avançando a negociação com os fazendeiros. Pois fazendeiro nenhum na época queria ter como vizinho os assentados, era por um motivo, era por outro, sempre assim, eles imaginavam essas famílias como marginais, como pessoas do mal. Isso nós tínhamos em mente que avançaria o processo de negociação e aceleraria os processos judiciais. Nós acreditávamos que se essas famílias fossem pras áreas de 30%, seria muito mais fácil de tá pegando o definitivo. (Técnico Agrícola do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Havia o discurso do legalismo, que consistia em mostrar a legalidade do processo todo e o respaldo da Justiça ao assentamento provisório.

Eu dizia que estava trabalhando no Instituto de Terras e que aquilo que nós távamos fazendo era dentro da lei, nós estávamos respaldados pra ocupar uma determinada área. Nós não íamos invadir uma área. E sim fazer uma espera, uma sala de espera, para ter aquela propriedade. Era tudo planejado e respaldado pela Justiça. Não tinha nada errado ali. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 25/5/05)

E havia também o discurso ideológico usado principalmente pelos técnicos

mais antigos e de maior formação política para aqueles que estavam mais renitentes.

As famílias não estavam convencidas. Na verdade não estavam nem convencidas nem não convencidas, mas não tavam subindo no caminhão. O técnico estava esgotando seus argumentos, parecia que já tinha esgotado. Eu cheguei nessa hora, ele já não tava mais tendo argumentação. E tinha uma liderança do MST que chegou de cavalo lá e também... Tava num impasse, né? Eles não tavam nem muito convencidos nem desconvenidos. As pessoas tavam discutindo muito a política do Governo e do MST. Era de tardezinha, caindo o dia já, praticamente o pôr-do-sol, aquela rodinha em torno do técnico e ele: *Vamos lá, minha gente, que o Governo garante. E o MST falava: Não, que o Governo é isso, aquilo e aquilo outro.* Então tava muito Governo e MST. Tava muito pequena a discussão, eu achei, muito ali na disputa Estado e MST. Então eu procurei fazer o discurso da reforma agrária, nem um nem outro tá aqui se não for pela Reforma Agrária. Eu falei: *Olha, não faz sentido a gente estar aqui, é virada do ano, tá todo mundo aqui, os técnicos estão aqui, o ITESP só existe por conta da reforma agrária, não faz sentido a existência do ITESP se não for pra fazer assentamento. Nós estamos aqui discutindo a melhor, no nosso entendimento, a forma que é possível fazer o assentamento.* Fiz um discurso meio por aí, de que não fazia sentido pensar que o Estado queria sacanear com os trabalhadores rurais, porque a missão do ITESP era justamente apoiar os trabalhadores rurais na construção dos assentamentos. Meses depois essa liderança veio me falar que lembrava desse discurso e que convenceu a ele, em função desse discurso. Não era uma liderança muito expressiva, era um chefe de grupo, mas convenceu e em 5 minutos eles tavam colocando as coisas e subindo no caminhão. (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)

Do lado das famílias, o discurso dos técnicos e do MST chegava filtrado pela sua própria condição e experiência nos acampamentos, que lhes fazia ponderar os dois discursos e tomar sua decisão. Havia uma condição generalizada de cansaço das famílias e de insegurança das ocupações, que traduzia o discurso dos técnicos numa perspectiva de estabilidade, de conseguir a terra sem precisar mais fazer ocupações de terra.

O pessoal já não acreditava muito porque já vinha cansado, de tanto tempo debaixo do MST, e luta lá, e vem despejo, e aquelas muitas histórias, né? Aí o cara vê um que vai fazer milagre mais rápido: Vou pular pra ele! Aí o pessoal veio pro lado do ITESP. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/5/05)

O Movimento só levava as família pra ocupá. Só ocupá, só ocupá. Então as

peessoas já tava cansado de ficar ocupando as fazendas. Então houve lá um acerto: quem vai pro lado do Estado fica desse lado, quem vai ficar do lado do Movimento fica do outro. Mas ninguém queria ir pro lado do Movimento, veio só pro lado do Estado, porque o Estado queria assentar as famílias. (Acampado desde 1991, assentado na Santana, 26/5/05)

Não precisou falar muito... era só isso que eu falei: a parte legal quem faz é o Estado. O Movimento não dá terra, o Movimento ocupa. O Movimento não dá terra na parte legal. A conversa era só essa. E [as lideranças] dizia que, aqueles que queria ficar lá pelo Movimento do MST, eles iam cortar a terra por eles mesmo. Então ficou aquela polêmica. Eles diziam que nós vamos cortar a terra, e o ITESP falava assim: não, a parte legal quem faz é o Governo. Lá no meu grupo todo mundo saiu. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

E havia um outro fator a que nenhum dos técnicos entrevistados se referiu, mas que para algumas famílias parece ter sido importante no processo de tomada de decisão: o apoio financeiro conseguido pelo Estado junto ao INCRA para os assentados na área provisória. Para os assentados emergenciais, que até ali tinham recebido quase nenhuma ajuda para plantar, isso podia fazer uma grande diferença: não se tratava mais apenas da terra, mas era terra e algum recurso para plantar. E com a ruptura entre o ITESP e o MST, o acesso a ambos podia estar só do lado do Estado.

Aí virou o Movimento e o ITESP. Aí decretou: Quem quiser ficar no Movimento, fica aí, só que não pega o fomento! E quem não quiser pegar o fomento, fica com o Zé Rainha, só que não pega mais terra. Aí o que a gente diz? Foi uma revolução danada, né? Muito pessoal que era do Movimento já passou pro lado do ITESP, o ITESP trazia o pessoal... E o cara precisava do fomento. Que eu vou te dizer, aquele fomento foi uma mula! Foi mil e quinhentos contos que eu apliquei e tá até hoje aí! Então o pessoal dizia: *Tem que seguir o ITESP, eu não vou ficar aqui nesse emergencia!* E o Movimento dizendo: *Fica aí!* [...] Aí o pessoal viu que perdia o povo, né? Por causa do fomento, o povo partiu pro lado do ITESP e já saiu fora do Movimento. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/5/05)

Tivemos a reunião aí ele [o técnico] convidou: *ó, o povo que quiser passar pro ITESP, nós vamos ponhá no provisório, vai ter a documentação pra pegar financiamento...* porque lá não pegava nada, do Movimento lá não pegava nada. Nada nada nada nada. Então... nós já tinha sido sorteado pra ir pra aquela fazenda mesmo... aí nós aproveitemos e fomos. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

Por outro lado, o estranhamento em relação à decisão tomada pela direção do Movimento de resistir à ida para os assentamentos provisórios é possível que também tenha exercido um papel importante. Embora durante todo o período desde o anúncio do Plano até a data de obtenção das tutelas antecipadas, as declarações do MST na imprensa fossem no sentido da discordância com o assentamento provisório, durante esse mesmo período, na prática, junto à base de assentados e técnicos o Movimento adotou todas as providências para sua concretização. Então a base não entendia a resistência das lideranças, que lhes parecia repentina e incoerente.

Ah, porque esse sorteio quem fez foi eles [o MST]. Era concordado, que já era um modo de pegar a fazenda, né? Era um modo já de pegar a metade ou os 30% ou a fazenda, o que fosse. Era em cima dessa... Era um tipo de uma ocupação. O cabra tando lá dentro era inda até melhor pro Movimento, pra desapropriar a fazenda. Que nem o cabra tá na beirada da estrada é uma coisa, agora quando nós já pulemo pra dentro é outra. Então já é uma força a mais, o cabra tando nos 30%. E aquilo ali... ói, [...] era até melhor pra negociar. Porque depois que o cabra se achar com a metade, com um pouco da fazenda já ocupado, já mexido, ele pensa duas vez pra negociar. [...] ele quer negociar, porque quebra um pouco a força dele, né? Agora hoje diz que não pode mais... invadir... e a fazenda que é invadida não é negociada, não é desapropriada, não sei porque... (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

Antes da gente marcar os dias da mudança, a discussão com o Movimento vinha assim num consenso de que a gente ia topa enfrentar essa área dos 30%. Inclusive, a idéia dos 30% partiu de uma experiência do próprio Movimento de negociar previamente com os fazendeiros uma área, para depois possibilitar um acordo futuro. Só que na hora que saiu a autorização para a gente iniciar o processo de mudança, o Movimento de forma repentina e estranha mudou de posição totalmente e passou a não concordar com a mudança achando que isso ia atrapalhar a luta deles e seria até um golpe nosso para esvaziar a luta. (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 15/1/98)

Assim, a ruptura foi considerada surpreendente para a maior parte da base e entre assentados e técnicos as explicações para isso resvalavam na questão do poder, não constituindo razão suficiente para recusar a possibilidade de acesso a terra.

Eu acho que era algum tipo de poder. Pelo meu entendimento, era algum poder. É que nem a polícia civil, militar, cada um quer ser de um jeito, as duas polícia civil e militar não combina, pode trabalhar no mesmo local mas um trabalha de um jeito outro trabalha de outro. Entendeu? Um num

quer ser inferior do outro, cada um quer ser superior. Ninguém quer ser inferior. Então eu acho que esse mesmo tipo de coisa era o Movimento... não sei se ainda é hoje, que eu não tenho participado de reunião nenhuma, mas era assim. Um queria mandar mais. O Movimento falava assim, que ele que ocupava. O ITESP falava: nós que faz a parte legal... Aí tinha uma rixazinha ali no meio, não sei se chegou a alguma conclusão, mas naquele tempo tinha... tinha essa polemicazinha. Tinha uma divisaozinha de poder. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05)

Porque aí ele [o MST] não fez tudo do jeito que ele queria, né? Porque aí o Estado começou a entrar, a pagar loteação, assentar o povo. E não fazia... porque ele queria era só juntar gente e fazer movimento. Você vê, ele desapropriou a Sta. Clara, e não assentou ninguém. Depois desapropriou aquela S. Bento e não assentou ninguém. Cada vez que tinha uma turma ele juntava mais. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmem, 26/5/05)

Então acho que foi um puro erro de avaliação, por querer manter a hegemonia da liderança do processo e a perspectiva de achar que não acontecendo isso ele não conseguiria mobilizar mais famílias, que a idéia do MST era mobilizar ainda mais gente, né? Ainda mais pessoas no Pontal, fazer do Pontal uma grande cidadela, tal. (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/5/05)

Ah, eu sei lá! Eles [o MST] tinha um porém, assim, um jeito deles, que eles achava que era importante o cara ficar lá porque ele não saía assentando pra ninguém e a gente teria como brigar em outra fazenda. E pra gente, que já tava cansado, que já tinha notícia que já ia assentar o povo... (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/5/05)

O ITESP contava ainda com mais um elemento a seu favor. A Diretora do ITESP, 'mesmo sendo mulher' já tinha fama de ser 'durona' e 'corajosa' e de 'trabalhar dia e noite', em função dos episódios de enfrentamento do Movimento na questão do cadastro e da seleção das famílias, quando demonstrou 'fazer o certo'. No embate que foi assistido por centenas de assentados e amplamente divulgado pela via do "Doutor Peão", ela venceu um confronto moral quando provou não ter mentido na questão dos provisórios. Essa característica era um fator de motivação adicional da equipe técnica, mas, principalmente, isso a tornava confiável aos olhos dos assentados emergenciais, fazendo a relação de confiança assumir um caráter pessoalizado.

O ITESP tinha você [Tânia], você tinha coragem de falar as coisas pros fazendeiros, o fato de você ser mulher, isso também pesava... Porque existe machismo nessa área, né? Você era dirigente do ITESP, é mulher, é

baixinha... e ainda invocava!? Isso pesa! [...] Você metia medo no bom sentido, você enfrentava ele [Zé Rainha], sabia colocar, dizer não ou dizer sim. Mas você tinha posição, né? Clara e definida. (Assistente Social do DRF/ITESP desde 1989, 07/11/05)

Aquela vez daquela reunião lá, que a Senhora foi lá e resolveu o problema, eu senti que o Estado estava tudo do meu lado. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmem, 26/5/05)

Eles [os técnicos] falaram que nós tinha que vim pra cá porque tava saindo um emergencial, falou que a Tânia tinha feito uma reunião e que tinha colocado essas terras e que ia sair o definitivo mais recente e que nós não ia precisar ficar sofrendo num alqueire e meio, que era mais um pouquinho. Aí nós não ficou muito contente não, né? Porque tinha que remover as coisas pra lá... Mas só que nós ouviu falar que a Tânia era uma pessoa muito competente e nós acreditou. Nós daquele Grupo acreditou na pessoa da Tânia, nós não conhecia ela, mas o que a gente ouvia falar que era uma pessoa que tinha uma grande competência, aí nós falou: *'mbora!* Ainda teve alguns que fal'assim: *Nós já tamo sofrendo a tanto tempo aqui debaixo desses barraco acreditando que amanhã nós vai pegar um lote, agora nós vai acreditar, né? Mesmo que seja uma mulhé mesmo, porque os home não tá valendo mais nada!* Ainda brincou, sabe? Aí nós falou: *Nós vai acreditar.* E nós acreditou e nós viemo pra cá. Foi assim. (Acampada desde 1991, assentado na Santana, 26/5/05)

O comentário é que ia uma turma pra um assentamento, outra pra outro, e a turma sabe que a senhora trabalhava de dia e à noite. Correndo com uma turma pra um assentamento e outra pra outro e se não fizesse daquele jeito ali, se não fosse a senhora, até hoje tava todo mundo enrolado. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmem, 26/5/05)

O processo de convencimento continuou até a manhã do dia 31, quando a última família do último grupo foi contatada – algumas vezes a argumentação chegava a ser individualizada (Figura 4.6).

E praticamente a totalidade das famílias acabou aderindo à proposta do Estado e se transferindo para os provisórios.

Na verdade, as famílias são pragmáticas, né? Onde ela sente que dá certo, onde ela, depois de 4 anos de acampamento, percebeu, e sempre que é uma coisa oficial ela tem essa força ainda, uma coisa que vem do Governo do Estado tem esse apelo de credibilidade. (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)

FIGURA 4.6. CONTATO INDIVIDUAL COM AS FAMÍLIAS.

Depois de algum tempo, as lideranças do Movimento se convenceram de que já não havia o que fazer e se retiraram da disputa: o processo tinha se tornado irreversível. E, como todas as principais lideranças tinham sido destinadas para o assentamento definitivo, sua resistência teve um significado político importante, mas não implicou em baixa na contagem das famílias assentadas. O sentimento em ambos os lados relacionava-se com a questão de vitória e derrota numa batalha política.

E nós perdemos essa luta política com o Estado, né? Você deve saber, nós perdemos essa luta política. Porque o Estado, através do seu órgão, conduzido pelos seus diretores, levou a melhor por conta que, tanto institucionalmente ficou... correto, né?, como os próprios trabalhadores assentados, que já estavam num processo de desgaste, cansado da luta cotidiana pela terra, eles optaram também por esse caminho, isso é verdadeiro. (Zeliro, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/5/05).

Eu acho que o mecanismo de persuasão do ITESP, do Governo, em mostrar o seu trabalho, conseguiu quebrar. A gente conseguiu, entre aspas, vencer, né?, nessa altura do campeonato aí, o movimento social. Não é vencer, é mostrar pro pessoal que tava acampado que essa foi... O bom senso prevaleceu. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/5/05)

Talvez esse sentimento, que já se verbalizava entre os técnicos desde o final daquela reunião entre o Secretário e o MST, e que foi crescendo e se fortalecendo pela receptividade das famílias durante o processo de convencimento, tenha sido um fator decisivo no embate e tenha contribuído para por em prática uma operação que por todos os aspectos parecia impossível.

4.2.2. UMA LONGA JORNADA

Das 1.300 famílias consideradas assentadas em dezembro de 1995, uma boa parte não precisaria sair de onde estava: eram aqueles destinados aos assentamentos definitivos, constituídos nas Fazendas São Bento, Santa Clara e Estrela Dalva; e aqueles do Acampamento 1º de Abril, que permaneceram em um assentamento emergencial na própria Fazenda Haroldina. É possível estimar que isso abrangia algo em torno de 400 famílias. Então era preciso fazer a mudança de 900 famílias em três dias, o que não pode ser considerado uma tarefa fácil.

A mudança era a gente pegar o pessoal do emergencial e... Mas pegar firme mesmo, pegar com caminhão, pegar as coisas dos caras, umas 3 casas, mesa, fogão, e botar no caminhão e levar as barracas, as coisas, lona preta... Nós junto com eles. Não era fácil, não. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Se fossem 300 famílias por dia, considerando que havia 20 caminhões para o transporte de seus pertences e cada um podia carregar em média a mudança de 3 famílias, cada caminhão deveria fazer pelo menos 5 viagens de ida e volta por dia. Considerando o tempo de carregar e descarregar o caminhão, o tempo de trajeto, que variava de 10 a 30 Km em estrada de terra (quando havia estrada!), e o tempo que geralmente se despendia para a reunião e o convencimento das famílias fica evidente que em uma jornada normal de 8 horas de trabalho de um órgão público não seria possível cumprir tal meta. Então a jornada foi longa. Na verdade, muito muito longa.

Aí aconteceu de tudo, né? A gente trocava o dia pela noite, trabalhava de noite, de madrugada, pra tá lá a postos, pra tá colocando as famílias conforme ia saindo as liminares da Justiça. A regularização ia demarcando as áreas dos 30% e o ITESP ia entrando com as famílias pra já tomar posse daquela área lá. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/5/05)

A jornada começava muito cedo a cada dia, com uma reunião de organização dos trabalhos, onde os técnicos participavam das tomadas de decisão e eram orientados em conjunto quanto aos procedimentos a adotar. Essa reunião – quase uma assembléia com tanta gente – cumpria dois papéis: montar a estratégia do dia e avaliar os problemas enfrentados na véspera, propiciando unidade na ação da equipe.

A gente tinha um quartel general aqui em Mirante, chamava quartel general que era o escritório de base lá, onde todas as... a... Como é que a gente pode falar? Onde todas as posições do dia e estratégias eram tomadas nessas reuniões. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/5/05)

Na parte da manhã todo dia a gente se reunia no escritório. Se reuniam os técnicos, a Diretora na época, pra gente tá traçando os trabalhos a serem executados. Essas reuniões aconteciam bem cedo. Uma coisa que vai ficar marcada é o pique que o pessoal tinha naquela época. A gente trabalhava até tarde da noite, tarde da noite ainda se reunia, batia um papo, fazia uma avaliação de como se deu aquele dia, das dificuldades que existiam, no outro dia cedo, antes das 7 horas, você já se encontrava novamente com aquela equipe, traçava o plano daquele dia e saía pra campo. (Técnico Agrícola do ITESP desde 1992, 25/5/05)

E saía em grupos. Cada grupo de pessoas, cinco, seis pessoas pra determinado local, pra se fazer o encaminhamento dessas pessoas que tavam acampadas pra essas áreas de 30%. Saía com rolo de lona no carro, cortava, levava bobina de lona dentro do carro, cortava, entregava pra essas famílias, ajudava a fazer a mudança e montar o barraco e... enfim, tudo isso aí. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/5/05)

Mas, apesar da rotina estafante, os técnicos 'não sentiam o cansaço' e as famílias estavam 'contentes'.

Uma coisa que marcou foi aquela união, uma união assim que as pessoas não mediam esforços e não tinham cansaço. Eu nunca vi um negócio desse, era interessante aquilo, que a gente chegava tarde, tinha vezes que chegava tarde da noite mesmo [...] aí tinha que tá cedo, antes das 7 horas, e nova reunião! (Técnico Agrícola do ITESP, desde 1992, 25/05/05)

As famílias... ficava todo mundo contente, porque o Estado entrou e dividiu o povo, né? Cada um foi pro seu lote no emergencial. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmem, 26/5/05)

Era um clima bom, eu acho. Era uma mudança otimista, o clima que me passava era de otimismo. As famílias, por mais que era uma situação precária, havia uma sensação de otimismo, de vitória das famílias. Quer dizer, a discussão da militância, o discurso mais ideológico, não aparecia nas famílias. Uma vez convencidas, elas iam pra fazer o que tinha que fazer. Convencidas, elas encaravam e iam. (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)

Todos se sentiam participando de processo que poderia mudar a vida dessas famílias, mudar a cara do Pontal. *"No final de 95, foi aquela revolução!"* (Técnico Agrícola, 25/5/05). Nesse processo criou-se uma proximidade entre os técnicos e as famílias, onde a solidariedade entre as bases se exercia em palavras, mas também pela força dos braços que se davam em ajuda.

Deu muito trabalho. Não foi só trabalho de conversa, não. Foi trabalho de conversa e trabalho de mão mesmo, de pegar mudança do companheiro, que tinha muitas pessoas que não tinha condições, que todo mundo tava fazendo suas mudanças, então nós tínhamos que ajudar. Pra coisa andar. (Agrônomo do ITESP desde 1993, 25/5/05)

Então, assim o mutirão que juntou mais gente, mais foi nesse dia, que todo mundo tava lá. [...] E virou muita gente, deu muita gente. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

Aí todo mundo ajudava, né? Ajudava! Um tipo de mutirão. Das famílias, que tava se mudando, e de nós técnicos, todo mundo acabava se envolvendo naquilo lá. Não era assim só apenas mudança, os trens das pessoas, além dos bens, havia os animais, os pequenos animais que eles tinham, e também a questão de lona, de madeira ou bambus, né? Pra se montar os barracos nas áreas que eles iam. Quando eles mudavam pra essas áreas provisórias, lá não tinha nada. Eles iam entrar lá num meio dum coisa, não tinha nada! Então tinha que levar no mínimo alguma lona e alguma madeira, alguma coisa pra se montar os barracos, se colocar as coisas deles lá e começar a trabalhar, né? (Agrônomo do ITESP desde 1994, 25/5/05)

Quando já cortou no Kurata [Santa Cruz] já foi uma pessoa lá, do Estado, e foi um topógrafo e mediu. Nós ajudamo ele medir: vai dar tantos metros de altura por tantos de largura [...], entendeu? Foi em 95, tivemos acompanhamento do Estado. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

Pegamos no trampo mesmo. Pegamos, colocamos a mudança em cima de caminhão, nós ajudávamos as pessoas colocar a mudança em cima de caminhão, a mesma coisa quando chegava no local, descer mudança de caminhão... A última mudança ocorreu era dia 31 de dezembro umas 9 horas, 10 horas da noite. No dia 31 de dezembro de 1995. Então foi assim. (Agrônomo do ITESP desde 1993, 25/5/05)

As histórias das mudanças são recheadas de emoção e casos pitorescos. Nos Quadros 4.5 a 4.8 a seguir, reproduzo algumas das imagens e dos 'causos' que me foram relatados, na expectativa que transmitam a dinâmica desse processo.

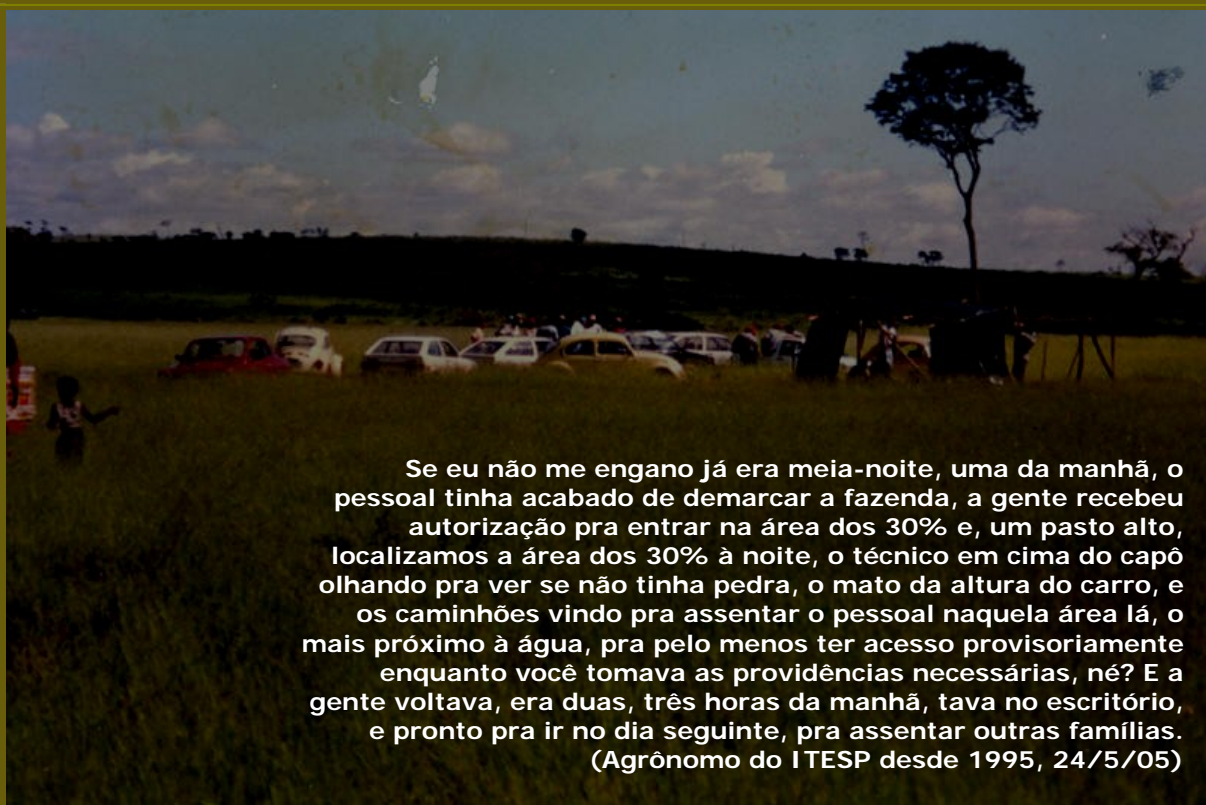
QUADRO 4.5. AS COISAS NO CAMINHÃO.



Fotos: Técnicos do ITESP no Pontal, 1995.

QUADRO 4.6. OS CAMINHOS DIFÍCEIS.

E no caminho sempre tinha vários contratempos, né? Porque eram áreas não muito transitadas, porque eram fazendas grandes, então, o caminho era muito ruim. Você se deparava várias vezes com buracos, então tinha que tá parando, pra tá tampando o buraco pro caminhão passar... Isso os próprios técnicos e aquelas famílias que estavam ali junto. Naquela vontade que eles tavam, eles inclusive iam até primeiro do que nós, com aquela ânsia de chegar no local de moradia deles, onde seria o novo sítio deles. Então isso era comum. A gente se deparar com madeira na estrada, com buraco, tinha que parar pra tá removendo isso ou tampando o buraco. E alguns companheiros até se depararam com pontes caídas e tinham que atravessar o rio. Então às vezes você tinha que voltar, procurar outro caminho. (Técnico Agrícola do ITESP, desde 1992, 25/05/05)



Se eu não me engano já era meia-noite, uma da manhã, o pessoal tinha acabado de demarcar a fazenda, a gente recebeu autorização pra entrar na área dos 30% e, um pasto alto, localizamos a área dos 30% à noite, o técnico em cima do capô olhando pra ver se não tinha pedra, o mato da altura do carro, e os caminhões vindo pra assentar o pessoal naquela área lá, o mais próximo à água, pra pelo menos ter acesso provisoriamente enquanto você tomava as providências necessárias, né? E a gente voltava, era duas, três horas da manhã, tava no escritório, e pronto pra ir no dia seguinte, pra assentar outras famílias. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/5/05)

QUADRO 4.7. A SOLIDARIEDADE.



Era bem tarde, uma hora, duas da manhã. A gente tinha acabado de levar o último grupo daquele dia no provisório.

Aí fizemos um círculo de luz com os carros, pra poder montar os barracos e eles não passar a noite no relento lá. Era uma turma cortando a lona, outra tirando o mato e outra já montando os barracos, tudo junto, misturado, técnicos e assentados.

Aí quando a gente acabou, tava cansado, mas satisfeito,

pegamos o rumo de Mirante, aquela fila de carrinhos dos técnicos. Ia pro boteco comer um quibe que ninguém tinha jantado. Aí foi quando a gente viu, lá longe, aquele último caminhão chegando e um fusquinha batendo atrás: era um que não tinha topado vim e [o técnico] ficou lá insistindo, insistindo... até que ele resolveu e veio. Então, sem combinação nem nada, todo mundo virou os carros de volta. Voltou pra ajudar.

(Agrônoma do DRF/ITESP desde 1991, 15/1/98)

É uma coisa assim que tinha que fazer e fez e deu certo e foi feito, mas era uma coisa inusitada [...] ver o [agrônomo], por exemplo, que é uma sumidade da conservação de solo do Brasil, com livro publicado e tudo, quase se aposentando ou já aposentado na época, e puxando trena! Lá sem camisa, tal. Então era uma coisa assim bem interessante, das pessoas, todo mundo... Todo mundo no campo! Gente da sede, gente do campo, todo mundo se envolvendo e puxando trena e fazendo na marra, então um envolvimento muito grande da equipe técnica como um todo.

Até quem não ia pra campo se sentia meio deslocado. *Pô! Queria tá lá ajudando...!*

(Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)



Fotos: Técnicos do ITESP no Pontal, 1995.

QUADRO 4.8. A SENSÇÃO DE VITÓRIA.

Aí tava todo mundo correndo pra lá e pra cá, gritando grito de vitória [...] e nós também tinha grito de vitória. Então é uma história que eu nunca, nunca vou esquecer.

(Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/5/05)

As famílias ficavam tudo contente!

(Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmem, 26/5/05)

Foto: Técnicos do ITESP no Pontal, 1995.

Quando a última família foi assentada, faltando poucas horas para o Ano Novo, a sensação de vitória era geral nos assentamentos, compartilhada entre as famílias e os técnicos. E ali, naqueles pastos longínquos, o sentimento do dever cumprido se juntava à alegria da terra prometida, fazendo parecer que 1996 seria um novo ano na história do Pontal.

Mas o sentimento de vitória era apenas do ITESP, da SJDC e dos assentados da base. Fazendeiros e lideranças do MST compartilhavam outro sentimento: o de que teriam sido derrotados e, quiçá, traídos pela ação do Governo Estadual.

4.3. ANO NOVO, VIDA NOVA.

Desde o primeiro dia do ano de 1996, a maior parte dos fazendeiros¹¹¹ preferiu investir na resistência judicial para recuperar as áreas sob tutela do Estado. Até aquele que havia feito o acordo para a permanência do Acampamento 1º Abril, ingressou com medida judicial contra a decisão da Juíza de Mirante. Os advogados dos fazendeiros utilizaram diversos instrumentos jurídicos para esse intento, mas não obtiveram sucesso imediato. As negociações com a Secretaria, porém, permaneciam suspensas e os fazendeiros começaram a solicitar audiência direta com o Governador.

O primeiro mandado judicial contra a posse das terras foi apresentado pelo fazendeiro Armando Lazzarini, dono da Fazenda Haroldina, na última terça-feira no Tribunal de Justiça de São Paulo. Segundo o vice-presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Célio Romero de Souza, o mandado foi negado. “O tribunal negou uma decisão imediata, mas informou que vai analisar a situação, o que demandará tempo, e isso não nos interessa”, afirmou Souza. Segundo ele, os fazendeiros devem ingressar com mandados de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal), em Brasília. Os fazendeiros vão argumentar que a forma como o governo estadual se apossou das terras é inconstitucional. (FSP, 02/01/96, p. 1-8)

O Governo não enfrentava só a ruptura das conversações com os fazendeiros. Também desde o primeiro dia de 1996, o ‘diálogo’ entre o Governo Estadual e o MST acontecia quase exclusivamente através da imprensa (Quadro 4.9). Foram ‘conversas’ duras, recheadas de críticas e acusações, num tom de agressividade crescente, até que a ruptura ocorre, no final do mês de janeiro.

Ainda houve uma última conversa entre o MST e a SJDC, onde José Rainha, recebido pelo Secretário, foi “se queixar da forma como os assentamentos provisórios foram feitos. [...] Além disso, o líder pediu a substituição dos interlocutores do governo na região” (FT, 4/1/96, p.6). A partir daí, o Movimento já não queria mudar somente a Direção do ITESP, mas pretendia alterar o comando na própria SJDC. Declarava à imprensa que não falaria mais com o Secretário, mas apenas com o Governador. O Superintendente do INCRA tentou agendar a reunião entre MST e Governador, mas o Governador foi duro em sua resposta: “se o movimento não tem mais diálogo com o Secretário da Justiça, não há diálogo também com o Governador” (JB, 26/1/96, p.8).

¹¹¹ Somente o fazendeiro da Arco-Íris declarou sua intenção de não recorrer da decisão judicial.

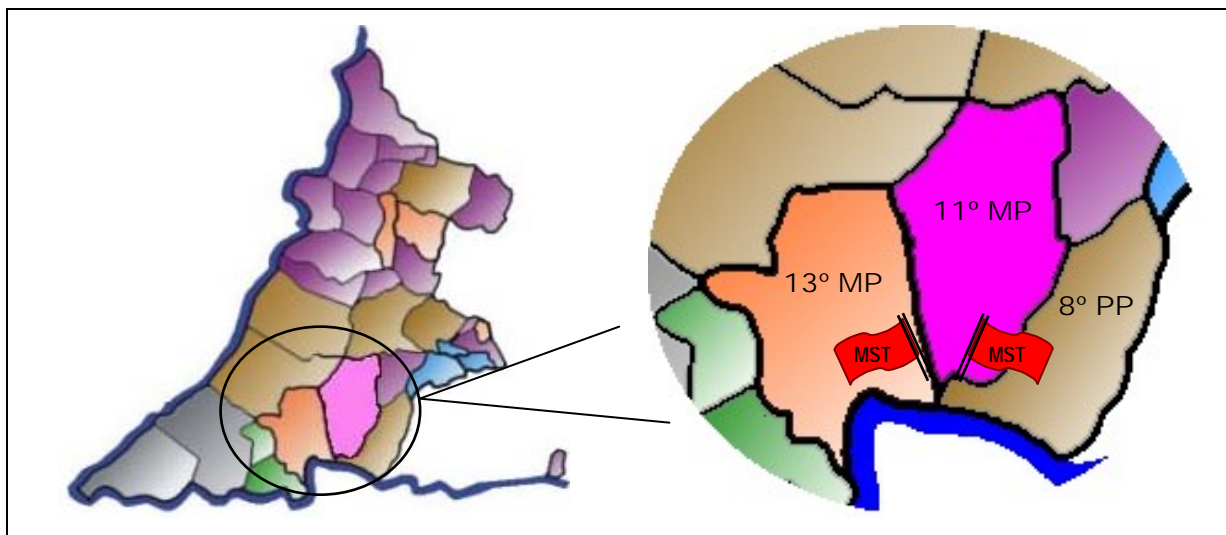
QUADRO 4.9. 'DIÁLOGO' MST X ESTADO NA FOLHA DE SÃO PAULO (JANEIRO/1996).

<p>Sem-terra deixam assentamentos de Covas. [...] “O governo do Estado jogou essas pessoas neste local como atira animais, não dando condições para elas ficarem aqui. Não há nem estrada de acesso à área e muito menos água para consumirem” afirmou Bueno (2/1/96, p.1-8)</p>
<p>Governo nega abandono de lotes por sem-terra. “Não nos cobrem reforma agrária cinco dias depois do início de um assentamento”, disse ontem o secretário da Justiça. [...] “O que acontece”, disse Tânia, “é que os homens chegam primeiro para tomar posse da terra. Depois, voltam para buscar a família e os pertences”, afirmou. (3/1/96, p.1-10)</p>
<p>Covas esfria 'janeiro quente' dos sem-terra. Ontem, José Rainha Jr., líder dos sem-terra, lamentava que o acordo de 4 de novembro tenha sido verbal. “Esse é o problema.” (4/1/96, p.1-7)</p>
<p>Famílias resistem a abandonar lotes no Pontal. “O governo jogou sujo. Chegou com lona, caminhão, jogou as pessoas no meio de um pasto, sem infra-estrutura. Quem não aceitasse a terra daquela forma tinha de assinar um documento em que abria mão do direito em qualquer outro lugar”, disse Gilmar Mauro. (9/1/96, p.1-10)</p>
<p>Belisário dos Santos Jr., principal negociador do governo, rebateu a direção do MST. “Ninguém quer sair da terra. O MST está tendo atritos com as famílias. É coisa maluca, é falta de perspectiva do MST. Estamos colocando a infra-estrutura” disse o secretário. (9/1/96, p.1-10)</p>
<p>MST reconhece divisão entre famílias sem terra. Metade das 1.054 famílias assentadas em lotes provisórios na região não está seguindo a orientação do MST de deixar os lotes, admitiu ontem José Rainha, líder dos camponeses. (10/1/96, p.1-8)</p>
<p>MST volta a articular invasões no Pontal. Os sem-terra do Pontal do Paranapanema (SP) se preparavam ontem à noite para reiniciar as invasões na região. O líder José Rainha deve passar a integrar a direção nacional do MST. (20/1/96, p.1-9)</p>
<p>Secretário de Covas diz que MST precisa se modernizar. “Acontece que eles se assustaram com o cumprimento da promessa. O governo que mais tem mostrado vontade de fazer a reforma agrária é o que está enfrentando o maior número de ações do MST. Fleury só fez uma ação reivindicatória de terras e não houve essa pressão. Parece que o MST estava preparado para o crescimento do movimento, mas não para a vinda da reforma agrária” (Entrevista, 22/1/96, p.1-4).</p>
<p>Rainha contesta o secretário. O governo de São Paulo não tem política real de reforma agrária. [...] José Rainha Jr., líder do MST no Pontal, diz que agora só fala com o governador Mário Covas (PSDB). Hoje, ele vem a São Paulo: “Se o governador vai receber ou não, não sei, mas vamos lá”, afirma Diolinda. (22/1/96, p.1-4)</p>
<p>Covas não atende Rainha. O governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), decidiu ontem não receber o líder dos sem-terra no Pontal do Paranapanema (SP), José Rainha Jr., por considerar que o seu interlocutor na questão da reforma agrária é o secretário de Justiça, Belisário dos Santos Júnior. (23/1/96, p.1-10)</p>
<p>MST ocupa outra fazenda. Rainha acabou admitindo que a invasão da São Domingos foi uma retaliação. “Entramos por uma questão política com o Estado”. Rainha quer a troca dos dirigentes do Itesp (Instituto de Terras de São Paulo), que não estariam “falando a mesma língua” de Covas. (23/1/96, p.1-10)</p>
<p>“Eu não decido com quem falo do MST e eles não decidem a minha equipe”, rebateu Belisário Jr. (23/1/96, p.1-10)</p>

Na verdade, toda essa ‘conversa’ de um mês pela imprensa poderia ter se passado em uma ou duas reuniões. Mas o nível de radicalização não permitia e a imprensa alimentava – e se alimentava – da controvérsia. Embora o quadro apresente apenas notícias retiradas da Folha de São Paulo, como exemplo, o mesmo se repetia na imprensa nacional e de modo ainda mais incisivo na imprensa local.

O Movimento fez novas ocupações em duas fazendas bem próximas, fora do 11° MP (Figura 4.7), em Sandovalina e em Mirante, ambas em área 'não devoluta'¹¹².

FIGURA 4.7. OCUPAÇÕES FORA DO 11° MP NO PONTAL (JANEIRO DE 1996)



O Delegado de Polícia de Sandovalina apreendeu veículos¹¹³ utilizados na ocupação e pediu mais uma vez a prisão preventiva dos líderes do MST. O mandado foi expedido pelo Juiz de Pirapozinho: Diolinda foi presa, com mais três líderes – Rainha conseguiu escapar novamente com Márcio Barreto. No mesmo dia, o Governo do Estado declarou-se contrário às prisões, mas o MST ainda responsabilizava o Governador, e decidiu aumentar o tom do confronto, intensificando as ocupações.

Polícia prende 4 líderes dos sem-terra. Após liderarem invasões de duas fazendas, eles foram levados à prisão sob acusação de formação de quadrilha. (FSP, 26/1/96, p.1-6)

Governo se diz surpreendido e critica decisão. O secretário-adjunto da Justiça do Estado de São Paulo, Edson Vismona, declarou ontem que foi “surpreendido” pela decisão do juiz Fernando Marcondes. “Foi uma decisão politicamente negativa”, afirmou. (FSP, 26/1/96, p.1-6)

Diolinda culpa Covas por prisões. [...] Segundo o MST elas decorrem do não cumprimento dos acordos assinados com os sem-terra. (JT, 27/1/96, p. 3)

¹¹² O 8° PP em Sandovalina (marrom) ainda não tinha sido discriminado e no 13° Perímetro de Mirante (laranja) o Estado havia desistido da ação discriminatória na década de 1940 ou 50, dando ao Perímetro o status de 'particular'. As divisas desses perímetros existem apenas em mapa, não há marcos no local.

¹¹³ O delegado de Sandovalina, confirmou que foram apreendidos dois caminhões, um trator, quatro carros e mil litros de combustível transportados irregularmente. Ao todo foram utilizados mais de 70 veículos, entre caminhões, caminhonetes e carros. (FSP, 22/1/96, p.1-5)

Sem-terra decidem intensificar confronto. O MST optou por endurecer com o governo. Isso significa que invadir terra permanece, para a entidade, como a “forma prioritária de luta” pela reforma agrária no país. (FSP, 29/1/96, p.1-10)

Nesse local, não apenas o Delegado¹¹⁴ e o Juiz foram mais ‘linha dura’ na repressão às ações do Movimento, mas também os fazendeiros se alinhavam à ala mais radical. Houve um tiroteio contra o Acampamento Taquarucu, localizado na Rodovia em frente à fazenda e o MST começou a prometer responder no mesmo nível.

Na noite da última sexta-feira, segundo registro da Polícia Militar, “três ou quatro homens armados”, que se encontravam no interior da fazenda, fizeram disparos de revólver contra o acampamento, sem ferir ninguém. (FSP, 29/1/96, p. 1-10)

Walter Gomes prometeu invadir novamente a Fazenda. “Vamos ocupar novamente e dessa vez todas as cercas da fazenda serão destruídas” [...] “Vamos concentrar nossas forças e se eles derem tiros também vão receber”, afirmou. (JT, 30/1/96, p.3)

Esse quadro levou o Sindicato Rural de Presidente Prudente e o MST a solicitarem novamente audiências com o Governador. Ambos os lados entendiam ser necessárias mudanças na política implementada pelo Governo do Estado em relação ao Pontal. Os pedidos foram transmitidos pelo Senador Eduardo Suplicy, mas Covas negou a audiência e reafirmou a posição do Secretário como responsável pela política agrária.

Embora o Secretário parecesse ter sido descartado por ambos os lados como interlocutor do Governo, a reunião ficou agendada para a semana seguinte.

Covas se nega a receber sem-terra e fazendeiros. O governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), recusou ontem os pedidos de audiência solicitados pelos sem-terra e pelos fazendeiros do Pontal do Paranapanema (SP) [...]. Segundo o senador, Covas preferiu – antes de eventual encontro no Palácio dos Bandeirantes – que fosse agendada uma nova negociação com o secretário de Justiça, Belisário dos Santos Jr., seu interlocutor na questão agrária. Suplicy agendou então novo encontro (segunda-feira) do secretário com os ruralistas (11h) e com as lideranças do MST (13h). Tanto os sem-terra como os fazendeiros vão comparecer, “em respeito ao senador”, mas acham que o secretário não tem mais condições de resolver o problema. (FSP, 30/1/96, p.1-12)

Com o que parecia ser um processo de debilitação política do Secretário, os

¹¹⁴ O Delegado de Polícia de Sandovalina chegou a comparar o MST à máfia, no pedido de prisão preventiva.

fazendeiros reafirmavam sua proposta de acordo, mas desde que o Governo aceitasse uma variante da sistemática da época dos Governos Quércia e Fleury: eles repassariam o correspondente a 25% das fazendas e seriam regularizados. *“Os fazendeiros propõem pagar em dinheiro ao Estado o valor de 25% das terras públicas que ocupam. “Com esse dinheiro, Covas compraria uma única área para assentar os sem-terra e não prejudicaria os produtores”, disse Ishii [Presidente do Sindicato Rural]”* (FSP, 30/1/96, p.1-12).

O Movimento fazia coro ao desgaste, afirmando que os assentamentos não existiam senão no papel: as famílias os teriam abandonado. *“Segundo Walter Gomes, [...] o Itesp não teria levado ‘mais que 150 famílias’ para as áreas”* e *“o MST diz que esses assentamentos foram uma ‘fraude’. Carlos Rainha, irmão de José Rainha Júnior, disse que ‘nenhuma família assentada permanece no local’ ”* (FSP, 1/2/96, p.1-10).

Em janeiro, o ITESP tinha destinado um volume significativo de seus recursos orçamentários¹¹⁵ para o atendimento das demandas mais emergenciais. Estradas começaram a ser abertas, lotes provisórios foram demarcados, grandes caixas d’água foram adquiridas e caminhões pipa da Prefeitura faziam o abastecimento emergencial uma vez por semana. Mas isso não era suficiente para fazer frente às necessidades de implantação dos assentamentos. Assim, havia realmente muitos problemas e o ITESP temia que a precariedade da situação pudesse reverter a relação de confiança tão recente e estabelecida sob uma base tão precária.

Nesse contexto, o Secretário foi ao Pontal, no final de semana anterior à reunião agendada com fazendeiros e MST, onde foi visitar os assentamentos – e a imprensa foi com ele, como era de se esperar – para fazer uma “vistoria” na situação das áreas provisórias e das famílias. Fazendo uma maratona por todas as áreas, constatou que a situação ainda era precária, mas as famílias estavam lá e permaneciam confiantes e esperançosas na ação do Estado. Mas essa confiança não significava submissão.

Em cada assentamento, o Secretário foi recepcionado por uma roda de reunião, onde se expunham os problemas e eram cobradas as soluções (Figura 4.8). Em todas as reuniões, os coordenadores dos grupos entregavam suas cartas de reivindicação e cobravam um prazo para a sua solução (Figura 4.9).

¹¹⁵ A proposta orçamentária do Estado geralmente é elaborada no mês de agosto e encaminhada em setembro à Assembléia Legislativa para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Assim, sendo a meta de assentamento estabelecida em novembro, o ITESP não disporia de recursos suficientes para recepcionar o aumento de demanda dos assentamentos provisórios, que, em número de famílias, quase equivalia a tudo que o Governo Estadual tinha realizado anteriormente em terras do Estado (ver Quadro 2.6).

FIGURA 4.8. REUNIÕES NOS ASSENTAMENTOS PROVISÓRIOS



Imagens de: CB, 2/2/96, p.17 (acima)
e DGABC, 2/2/96, p.1 (no destaque, onde
Belisário lê carta entregue pelos assentados)

FIGURA 4.9. FAC-SÍMILE DE CARTA ENTREGUE NOS ASSENTAMENTOS PROVISÓRIOS.

Assentamento Provisório Santa Cruz
1 de fevereiro 1996

Prezado amigo secretário
da justiça e defesa da Cidadania
Sr. Belisário Santos Junior

O grupo 18 do assentamento provisório
Santa Cruz vem por intermédio de
sua visita no nosso assentamento
respeitosamente agradecer por tudo
que até agora tem nos ajudado
e assim reforça-nos a nossa
consideração e respeito, pedindo
que sempre nos ajude e terá
nosso apoio.

Vimos também tendo esta
oportunidade pedir-lhe que nos
ajude liberando o proceca através
do Estado, pedir-lhe também uma
ajuda alimentar para que nos
tenhamos força para chegar
ao nosso objetivo, também pedimos
para resolver o problema da água
da saúde, da educação, transporte
sementes e as máquinas da
Cedasp para fazer as curvas e
as bacias para a melhor conservação
do solo. e para finalizar também
vamos lhe pedir para que se

for possível acelerar a liberação
do resto da terra.

Tudo isto nos lhe pedimos se
for possível e desde já lhe
agradecemos sua visita pedindo
que retorne sempre e todos
sejam bem recebidos por nos
assinado os componentes do

Grupo 18

Carolina Rós da Silva
Danilo Luciano de Sá
Jucelino de Silva Teixeira
Francisco Cassis da Silva
Antonio grupo da Costa
José Carlos Anjos
Oscar. Ovídio de Lima
João Carlos dos Santos
Luís Carlos Pimenta
José Jerônimo Pitt
Abílio rocin
Feniraldo Rumaão
Euzélio da Cunha, Oliveira
José Roberto de Jesus
Volúvio de Almeida
João Cláudio de Jesus
João Carlos dos Santos
SERGIO ALBERTO CARVALHO COSTA
Rafael Augusto de Souza = SIVALDO BISPOFOFRA
São Francisco Xavier - Afonso Pereira Mourada
Milton dos Santos

O rompimento não havia desorganizado – pelo menos não ainda – os grupos que o Movimento tinha formado, eles subsistiam mesmo sem a orientação que recebiam anteriormente, ou talvez sem a mesma intensidade. Então cada grupo entregava sua cartinha. Desuniformes na forma, mas similares em conteúdo, dezenas de cartas em folhas de caderno, somando centenas de assinaturas, reivindicavam a obtenção dos 70% restantes para o assentamento definitivo e também a infra-estrutura necessária, crédito e apoio para seus projetos produtivos. Com raras exceções, o tom das cartas era amistoso e de respeito, mas sempre demonstravam plena consciência do direito que tinham. O Secretário se comprometeu com a agilização das providências necessárias, mas voltou certo de que as famílias não pretendiam desistir dos lotes recebidos.

Belisário dos Santos Jr. (foto) tem uma explicação para as considerações de líderes do Movimento dos Sem-Terras sobre o abandono das áreas conseguidas pelo Governo do Estado para assentamento. Conta que os assentados ainda possuem plantações nos acampamentos onde estavam. “Por isso, precisam manter um pé no passado e outro no presente”, justificou ele. (DP, 5/2/96, p.7)

Simultaneamente, o Movimento havia articulado uma caravana da sociedade civil para “*desmascarar a fraude dos assentamentos*” e igualmente visitar o Pontal. A imprensa reproduzia as declarações do Movimento e se criava um forte sentimento de descontentamento com as ações do Governo Estadual, que era agravado pelas prisões das lideranças; e organizações das mais respeitáveis, entre elas várias ligadas à igreja e a área de direitos humanos – área de atuação do Secretário, participaram da visita, que se realizou no dia seguinte da visita do Secretário.

Ontem, uma comissão integrada por 25 pessoas visitou os assentamentos. O deputado estadual Renato Simões (PT), frei Beto (Alberto Christo Libânio) e o presidente de honra da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Aziz Ab'Saber, protestaram, depois da visita, contra o que chamaram de “precárias condições” de vida dos assentados. (FSP, 3/2/96, p.1-8)

Logo à chegada, a comitiva foi recepcionada pelos acampados de fora do 11º MP (v. Figura 4.7), onde o MST insistiu em sua convicção de que as famílias estavam indo embora dos assentamentos, pela sua precariedade. Ocorre que as lideranças do Movimento tinham se distanciado muito das famílias e talvez não conhecessem seu real estado de espírito. Assim, acabaram levando a caravana para iniciar a visita pelo assentamento provisório da Fazenda Canaã, que reunia um dos principais grupos

dissidentes¹¹⁶ do MST. A caravana encontrou uma surpresa: no lugar da bandeira do MST tremulava a bandeira nacional e ali o Movimento foi vaiado pelas mais de 100 famílias assentadas; mas isso só agravava a impressão desfavorável ao processo. A visita foi suspensa e a maior parte das conclusões eram negativas: as famílias estariam “largadas no meio do pasto”, eram “manipuladas pelo Estado”, que queria “quebrar o movimento social”. Mas, embora alguns também tivessem percebido que as famílias não pretendiam desistir, a pressão sobre a Secretaria tornou-se intensa.

Frei Beto disse que ter verificado que as famílias estão vivendo “muito precariamente”. “O curioso é que essas pessoas têm grande paciência de esperar por uma solução”, afirmou. (FSP, 3/2/96, p.1-8)

A própria Comissão de Justiça e Paz me chamou que alguém lá, algum desavisado, assinou um manifesto, que não se faz isso, não se leva pessoas pra onde não tem nada. Que era a tese aparente do Movimento Sem Terra, que o Estado deveria fazer tudo e depois entrar. Quer dizer, como que a gente faria isso? Como é que eu resolveria as nossas relações com o Poder Judiciário e com o Ministério Público a quem eu dizia: Olha, nós vamos pegar essa terra e usar pra isso. Quer dizer, eu não teria argumentos jurídicos, se não puser alguém lá é porque não tinha conflito. Então eles acenavam com uma possibilidade que era atraente pra quem não refletia, pra quem não dedicasse um minuto pra reflexão, porque o Judiciário jamais me confirmaria as liminares nos 30% se não levasse gente pra lá, se não começasse a trabalhar a terra. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/5/05)

Ao retornar do Pontal, aquelas organizações foram ao Secretário da Justiça denunciar o que haviam visto e cobrar mudanças na política do Governo. No entanto, a Secretaria tinha reforçado *‘in loco’* sua convicção de que o Plano estava correto.

Quando chegam 30 entidades, eu falo: Olha, os senhores não estão satisfeitos? Vamos consultar as mil pessoas que foram assentadas. O senhor me dizer que não está satisfeito tem um valor importante – eu dizia pro Presidente da SBPC – o senhor é uma pessoa notável, e outras pessoas por quem tenho grande consideração estão sentadas aqui na mesa, mas as pessoas que não estão aqui sentadas, as mil que foram assentadas, elas me dizem que querem ficar, como é que eu faço com isso? Elas entendem e elas confiam. Essa é uma aposta. Quer dizer, se os senhores estivessem aqui representando essas mil pessoas, mas os

¹¹⁶ No Assentamento Canaã teve início uma articulação para fundar um ‘novo movimento’: “Esperança Viva”, que perdurou por alguns anos, chegando a reunir 600 famílias, e mais tarde desapareceu. As lideranças do MST acusavam o ITESP de ter organizado esse movimento como parte da estratégia de ‘quebrar’ o MST.

senhores não estão. Os senhores estão acompanhados exatamente do Movimento, que não confiou. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/5/05)

Enquanto eu discutia com eles eu tinha a certeza – era uma mistura de intuição com plano bem bolado – eu tinha a certeza [com ênfase] de que estávamos fazendo coisas absolutamente acertadas. (Belisário, 30/7/05)

O Secretário tinha uma certeza que decorria da palavra ouvida dos assentados diretamente, enquanto as entidades adquiriam sua certeza das palavras das lideranças do Movimento, porque possivelmente para elas a palavra das lideranças equivalia à palavra dos liderados, numa outra vertente do processo de substituição. ABRAMOVAY (2005) se refere a esse tipo de substituição quando analisa que, na lógica de implantação dos assentamentos, em que prepondera a negociação com as lideranças, os movimentos são mais do que representantes das famílias, as lideranças são os protagonistas enquanto as famílias permanecem virtualmente ausentes.

Embora com críticas, a ação do Governo do Estado nos assentamentos provisórios começou a ser reconhecida, até mesmo na imprensa.

É inegável que o governo foi ágil, abriu estradas, fez vacinação, começou a limpar um alqueire por lote para o plantio, obteve verba e pôs caixas-d'água. Assim, ganhou famílias antes na órbita do MST. Mas há receio até mesmo entre as famílias que romperam com o MST e, como elas dizem, “optaram pelo Estado”. “É preciso acelerar os 70%” é a frase mais dita pelos acampados provisoriamente, que almejam lotes definitivos. (FSP, 19/2/96, p.1-8)

A posição da maior parte das famílias assentadas era em sentido contrário à orientação do MST: elas aceitavam o assentamento provisório, aceitavam aquela situação precária – que não era pior do que a situação do acampamento – na medida em que tinham a perspectiva de que esse era o caminho para a conquista do seu objetivo: a terra, o assentamento definitivo. O MST reconhecia essa divergência, que creditava à despolitização das famílias.

Ah! Pra quem não tem nada já é alguma coisa. É o início do lote! É a mesma coisa, o cabra chegasse numa data e o dono da data ceder lá 30% mode ele fazer um barraquinho, ele já tá dentro da data. Amanhã, se ele conseguir pegar o resto da data, ele entra. Tudo é o início, né... Ali já foi um pedacinho. Ali é a mesma coisa você dar uma bala pra uma criança e dizer que vai dar o pacote todo. Já foi o início da criança de pegar confiança. Porque a maioria do pessoal, se não tivesse aquele pedacinho

do provisório, ou aquela mixaria, ele não ficava. E no meu caso, se não me dá aquele pedacinho, eu não tinha ficado. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/5/05)

Gilmar Mauro explica que nos últimos cinco meses a luta pela terra se acirrou e o movimento teve que se dedicar a isso. “Essa dedicação não nos permitiu fazer o trabalho de politização das bases. [...] As famílias estão lutando há muito tempo e chegaram a uma fase de desgaste. À medida que há uma proposta de assentamento do governo estadual, mesmo que provisória, é natural que parte dessas famílias aceite a proposta do governo, contrariando o Movimento”, diz. (JB, 25/2/96, p.14)

Durante todo esse processo, embora as declarações na mídia continuassem duras, em reuniões reservadas com o apoio da igreja, iniciavam-se entendimentos para reverter o rompimento: *“A Folha apurou que governo e líderes do MST têm mantido conversas reservadas sobre a região”* (FSP, 20/2/96, p.1-5).

Eu falei com muita gente, eu falei com a Justiça e Paz, eu falei com os Dominicanos, eu falei com gente que animava por baixo esse movimento e eles entenderam bem que eu tinha razão. Tanto que em abril nós tivemos que fazer uma reunião, era um momento tenso, eles estavam invadindo outras áreas, e eu queria que passasse pra eles a idéia que nós não estávamos fracionando o Movimento Sem Terra, mas que o próprio Movimento estava se fracionando ao não querer negociar com um interlocutor que tinha se revelado sério. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/5/05)

Quando a coisa ficou mais grave, em 1996, eu levei essa discussão pra dentro da igreja e falei: Ó, a gente não quer desconstruir o MST. Quando ficou grave, eu dava como exemplo o erro de avaliação deles no final do ano de 1995, eles avaliaram mal e perderam mil pessoas! Eu dizia pra eles: passem menos tempo em tentar combater o Secretário e lembrem-se de que isso dura muito pouco, o mandato do Covas dura 4 anos! A igreja talvez foi a primeira que tenha entendido isso, o Beto, o Frei Beto. Eu falei: Beto, nós temos 4 anos, não tem mais! E nem sei se eu tenho os 4 anos! Então, ou isso fica definitivo – os assentamentos e o assentamento definitivo do ITESP, a Fundação ITESP – ou isso tudo volta pra trás. Quer dizer, nós fizemos uma jogada muito arriscada: nós saímos à luz do dia pra dizer o que a gente queria, ou a gente obtém ou a gente é destruído. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/7/05)

Não obstante, a espiral dava voltas e as coisas ainda podiam piorar. No mesmo dia em que a caravana da sociedade visitava o Pontal, o Estado perdia a primeira

liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ) – isso implicaria na revogação da tutela e na retirada dos assentados naquela área, aliás, aquela mesma Fazenda Canaã que recebera a visita da caravana.

Nós tivemos um problema com o Judiciário, que foi a revogação de uma liminar aqui no Tribunal de Justiça. Uma decisão jurídica revogou uma das liminares e criou uma outra expectativa de sinal trocado para os fazendeiros, foi um momento crítico. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/5/05)

Nos dias imediatos, outros dois fazendeiros, estimulados por essa decisão, recorreram ao TJ e mais duas liminares foram derrubadas pelo 3º Vice-Presidente do Tribunal paulista.

A Secretaria, porém, estava convicta do acerto do Plano também no seu aspecto jurídico, e fez um duplo movimento: através da Diretora do DAF havia informado em primeira mão aos assentados naquela área sobre o problema e as providências que tomaria, de forma que quando a notícia se tornou pública, os assentados não se surpreenderam com ela, e isso, de certa forma, contribuiu para reforçar os laços de confiança entre a base dos assentados e o Estado; ao mesmo tempo, a Secretaria reagiu imediatamente pela via judicial, em conjunto com a Procuradoria. O Secretário ainda tentou convencer aquele Vice-Presidente do TJ a mudar sua posição, mas não obteve sucesso. Então, a SJDC e a PGE foram a Brasília interpor recurso contra a decisão do TJ.

Num dos casos, o fazendeiro utilizou um recurso então existente, já que a nova lei de agravo de instrumento ainda não estava em vigor, ele utilizou do remédio do mandado de segurança contra a decisão da Doutora Catarina. E neste mandado de segurança foi concedida a liminar revogando a decisão, ou seja, aquele grupo de sem-terra que iria para aqueles 30% da fazenda dele não iriam mais tendo em vista a revogação da decisão. Isso nos deu a oportunidade de alçar ao Superior Tribunal de Justiça com o pedido de suspensão desta liminar dada no mandado de segurança pelo fazendeiro. Foi quando nós encontramos o ministro Romildo Bueno de Souza na presidência do STJ e que teve muita coragem. Ficou sensibilizado com o que estava acontecendo, e ele próprio deu uma decisão que hoje, o argumento que ele utilizou nessa decisão, hoje é texto do ritual do processo civil. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/5/05)

A conversa que eu tive aqui [em São Paulo] foi jurídica, eu não consegui sair do jurídico na conversa que tive com o Desembargador Relator aqui em São Paulo, mas a conversa lá foi política, foi uma conversa

absolutamente não jurídica, uma conversa bastante em termos de conflito etc e foram restabelecidas as liminares. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/5/05)

Assim, o pleito foi atendido rapidamente, eliminando a possibilidade de despejo: os assentados poderiam permanecer na área.

Ontem, o presidente do STJ, Romildo Bueno de Souza, suspendeu a liminar dos fazendeiros por achar que a manutenção do dispositivo pode comprometer a ordem pública. O dono da fazenda Haroldina, que também venceu no TJ paulista, pode perder agora no STJ. (FSP, 24/2/96, p.1-8)

A decisão do STJ estabelecia uma nova sinalização em relação ao caso. Na área do direito, uma decisão do STJ prevalece sobre as decisões dos Tribunais Estaduais e dos Juízes de Comarca, portanto, embora não seja obrigatória para os Juízes, acaba adquirindo um papel de orientação de conduta. É como se dissesse: não adianta decidir diferente porque o recurso será aceito e a decisão contrária será revogada. A perspectiva jurídica favorável aos fazendeiros fora eliminada: o caminho voltava a ser o do acordo.

A decisão dele [Presidente do STJ], suspendendo os efeitos da liminar obtida pelos fazendeiros foi de extrema importância política. Primeiro, porque prestigiou a decisão da juíza de primeira instância o que possibilitou aos juizes, com mais tranquilidade, conceder tutelas antecipadas. E, mais importante do que isso, fez ver aos fazendeiros que aquele brocardo do direito continua valendo, cada vez mais: mais vale um mal acordo do que uma boa demanda. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/5/05)

A tentativa de acordo com o Estado tornava a se colocar como uma alternativa viável para os fazendeiros de Mirante porque estava claro que a resistência judicial não era um caminho possível, mesmo no longo prazo – as terras já haviam sido declaradas devolutas pelo próprio judiciário: *“O país inteiro sabe que aqui carregava essa, qual seria a denominação, que é... terra devoluta”* (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/5/05). E também não havia a hipótese dos acordos serem firmados como no tempo em que o fazendeiro é quem tinha a iniciativa, não seria possível ficar com a fazenda em troca de 25% de sua área ou de seu valor. Então, restava a alternativa de discutir a indenização das benfeitorias.

Uma primeira rodada de negociação foi tentada, sem sucesso, porque os fazendeiros mantinham a expectativa de indenização elevada, como fora no caso da São Bento, como se fosse uma compra e venda disfarçada de indenização de benfeitorias. Na São Bento, os valores elevados decorreram da inclusão no laudo de avaliação das

benfeitorias da operação de desmatamento da terra para transformação em pastagem, mas o ITESP sabia que isso havia sido feito há muito tempo e sem despender recursos, com mão de obra de “arrendatários” que desmatavam e entregavam a pastagem formada em troca da utilização da terra por três anos. Assim, também essa hipótese não era aceita – nem pelo ITESP, que fazia as avaliações, nem pelo INCRA, que se propunha a pagar as indenizações – e o acordo nessas condições foi refutado.

O presidente do Incra, Raul do Valle, disse ontem que não vai pagar o desmate e a destoca (retirada de tocos de árvores após derrubada), como exigiram os ruralistas na primeira rodada de negociações. Em média, os fazendeiros querem receber R\$ 1.800 por hectare de benfeitorias. O governo quer pagar R\$ 350. O Estado não vai pagar pela terra propriamente dita, declarada devoluta (pública). O governo acha absurda a pretensão dos fazendeiros. Em 1965, foto aérea das fazendas mostrava que não havia mais mata ali e que toda a madeira nobre fora retirada. (FSP, 9/3/96, p.1-6)

Um pouco mais à frente, uma nova decisão do STJ revoga a prisão preventiva das lideranças do Movimento, presas desde 25 de janeiro, e permite o retorno daquelas que estavam foragidas. *“Por decisão unânime, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) revogou ontem a prisão dos sem-terra Diolinda Alves de Souza, seu marido, José Rainha Júnior, e outros quatro trabalhadores rurais”* (FSP, 13/3/96, p.1-12).

É provável que as duas decisões do Superior Tribunal de Justiça tenham trazido influências favoráveis ao plano de ação para o Pontal, aumentando o nível de segurança judicial da tutela antecipada nas reivindicatórias, e também à percepção de que os sem-terra não eram bandidos e o que faziam tinha um viés social, não policial. De toda forma, os Juízes de outras comarcas seguiram os passos da Juíza de Mirante – *“Alguns me solicitaram cópia das sentenças que eu dei”*, disse-me ela uma vez – e em 31 de março concediam tutela antecipada permitindo que novos assentamentos provisórios fossem instalados, em diversos municípios da região, incluindo Presidente Venceslau, reduto do que havia restado da UDR.

E, fruto das reuniões de conciliação, o Movimento concordava em participar desse processo. A pacificação voltava a se desenhar na linha do horizonte.

Governo e sem-terra promovem assentamento de famílias no Pontal. Estado assumiu a tutela de 30% das áreas de quatro fazendas para colocação de 525 famílias. [...] MST do Pontal do Paranapanema decidiu participar junto com o governo do Estado, [...] sexta-feira teve um encontro com o Secretário da Justiça, Belisário dos Santos Jr., em São

Paulo, quando a participação conjunta foi acertada. Com o acordo firmado na reunião, o MST também assumiu compromisso de não promover novas invasões no Pontal. (OESP, 4/4/96, p. A-15)

A liderança do MST e a Diretora do DAF realizaram uma assembléia conjunta no Acampamento Taquaruçu, onde definiram em comum acordo quais famílias iriam para os novos assentamentos, situados fora do Município de Mirante. Essas famílias já tinham sido cadastradas e aprovadas pela Comissão de Seleção em 1995, mas, em lugar de seguir rigorosamente a ordem da listagem de classificação, optou-se por agrupá-las por local de origem ou preferência, procurando direcionar cada grupo ao assentamento que seria criado o mais próximo do município indicado – em março ou em junho próximo. Assim, 325 famílias desse acampamento e 200 remanescentes do Assentamento Emergencial 1º de Abril foram remanejadas para os novos assentamentos provisórios¹¹⁷. Aparentemente, já ninguém mais duvidava que o Governo do Estado conseguisse cumprir a última etapa do Plano.

Com essa paz relativa, era possível ao Movimento cuidar de sua organização e ao Governo cuidar da infra-estrutura dos assentamentos provisórios. O aumento brusco do número de famílias trazia a necessidade de enormes movimentações financeiras e operacionais – não era possível ao ITESP sozinho dar conta dessa empreitada. Organizou-se então uma reunião, onde o ITESP apresenta as necessidades dos assentamentos a uma platéia de Secretários perplexos com a dimensão do problema. *"Desse jeito, essa reforma agrária vai ser melhor que a do Allende"*, brincou o Governador, para em seguida determinar, categórico: *"Esse Plano é de Governo, não é só da Secretaria da Justiça, todos têm que participar! Agora cada um vai dizer quanto vai colocar nisso."*

Parecia que faltava apenas prosseguir na estratégia para implantar os assentamentos definitivos, o que implicava em conseguir que o INCRA repassasse os recursos necessários e convencer os fazendeiros a fazer os acordos e entregar as terras. Se dependesse do Presidente do INCRA, tudo seria simples. Ele estava firmemente decidido a colaborar, embora enfrentasse toda ordem de resistências internas. Mas o avanço das negociações dependia da Superintendência de São Paulo, que não tinha estrutura e já havia se manifestado contra os acordos desde a primeira aproximação.

Eu tinha uma responsabilidade muito grande no sentido de não jogar gasolina numa coisa que por si já era explosiva. Basta ver que os jornais da época, todo dia se abria: fazenda tal foi invadida, fazenda tal ocupada,

¹¹⁷ Esses assentamentos se situavam nos municípios de Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Caiuá e Piquerobi (para sua localização, ver Figura 1.2) e os acontecimentos a eles relacionados não serão abordados nesse trabalho, mas implicaram em conflitos de outra natureza, envolvendo a UDR, políticos e grupos de sem-terra locais, a formação de um 'novo movimento', invasões nos assentamentos e despejo.

mais 500 famílias, formou-se tais acampamentos, etc. Então, eu busquei sempre, durante a minha gestão, o diálogo como forma de resolução de conflitos. [...] Mas sempre você ia encontrar algum tipo de resistência burocrática, porque se você introduzia procedimentos novos etc você sempre tava desafiando alguém que sempre trabalhou de uma forma que ele considerava estar certa. Eu me lembro que tem uma frase do Maquiavel que diz o seguinte: *Não existe nada mais difícil de fazer, mais duvidoso de fazer triunfar, do que implantar idéias novas, porque o inovador vai encontrar sempre a resistência daqueles que se beneficiavam das leis antigas; e ele não vai contar senão com o apoio túbio daqueles que se beneficiarão das novas, porque é da natureza humana só acreditar nas coisas quando elas acontecem.* Então, se você aplica isso na condução de um órgão público, é isso. (Raul do Valle, Presidente Interino do INCRA de dezembro de 1995 a abril de 1996, 02/08/05)

Com esse quadro, as negociações com os fazendeiros do 11º MP em torno do valor das benfeitorias estavam muito difíceis, por duas razões: a primeira era essa resistência da própria Superintendência do INCRA, que não priorizava as negociações para o acordo e dificultava administrativamente os trâmites necessários para a utilização dos recursos federais nesse processo; e a segunda era a expectativa de valor dos fazendeiros, que se baseava no patamar de valor da São Bento, muito elevada.

Era uma resistência que eu focaria muito mais nos escalões intermediários da administração, principalmente nas instâncias regionais, por entender que o negócio do INCRA é a desapropriação de terras e que esse não era um processo de desapropriação nos moldes que o INCRA desenvolvia rotineiramente. E eu diria que sempre existiu um certo tabu nessa questão da avaliação de benfeitorias, que também não era um assunto... em qualquer avaliação de imóveis rurais, as benfeitorias sempre era o ponto mais frágil, o ponto mais discutido, etc. Então isso criava um temor por parte dos técnicos de assinar os laudos, de participar da avaliação de benfeitorias, todo mundo era muito resistente. Então a gente tinha esse nível de resistência. (Dirigente nacional do INCRA em 1997, 20/10/05)

O Superintendente do INCRA de São Paulo, na verdade, apostava suas fichas na desapropriação das fazendas em Sandovalina, que seria feita com a concordância de alguns fazendeiros, e já tinha inclusive publicado o valor solicitado para a desapropriação das áreas. Essa medida também tinha a preferência dos fazendeiros e do MST, porque em uma desapropriação são pagas terras e benfeitorias por valor de mercado, e porque a totalidade da área pode ser destinada a assentamento num prazo menor, se não houver resistência do desapropriado. Mas, sobre o 8º Perímetro (marrom, conforme Quadro 1.1

e Figura 1.4) incidia a suspeita de serem terras devolutas, e a Procuradoria – consultada no processo – informou essa condição ao INCRA, complicando a situação. Com a dúvida sobre o domínio, a quem pagar o valor das terras? E, sem receber o valor da terra, o fazendeiro não concordava com a desapropriação.

Então, aconteceu o episódio de Eldorado de Carajás, em 17 de abril¹¹⁸. Em resposta, o Governo Federal anunciou a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MPF)¹¹⁹ e a ele subordinaria o INCRA. A imagem de Eldorado de Carajás era trazida para o Pontal em muitos discursos, sendo comuns naquela época expressões como “Pontal será o novo Carajás”. Essa imagem era usada também pelas lideranças locais do MST. Descontente com a dificuldade que o INCRA-SP encontrava de desapropriar as fazendas em Sandovalina, dias após o episódio do massacre, Rainha já criticava o Governo Federal e o Governo do Estado.

Rainha critica Governo. Criação de novo ministério é desnecessária, diz. [...] Rainha culpou o Governo Federal pela situação de tensão no campo. “O Governo não tem dado poderes para o INCRA desapropriar terras e não sinaliza com medidas concretas para resolver os problemas” [...] Segundo o líder sem-terra, a situação é explosiva e “pode haver um novo Eldorado do Carajás no local [Sandovalina], se nada for feito” [...] Rainha acusa o governo do Estado de ter invalidado um acordo firmado entre os sem-terra e o INCRA para o assentamento das famílias. [...] Rainha não descartou novas invasões. (JT, 24/4/96, p.6A)

É possível que a questão em relação a Sandovalina tivesse por trás um interesse não declarado: se aquelas fazendas fossem desapropriadas logo, aqueles acampados que permaneceram sob orientação do MST receberiam seus lotes definitivos antes dos que optaram por seguir a orientação do Estado, demonstrando, de certa forma, o ‘acerto’ da linha de conduta do MST. Embora uma liderança nacional do Movimento houvesse reconhecido erros nessa conduta (“*Não vamos abandonar essas famílias. Sabemos e não temos medo de reconhecer nossos erros*”, Gilmar Mauro, FSP, 19/2/96) e promettesse mudanças nesse aspecto (“*haverá mudança de métodos. Ali, o MST se preocupou mais com sua imagem externa e relaxou na conscientização dos sem-terra*”, Idem), parecia que essa opinião não era compartilhada pela direção local, ou pelo

¹¹⁸ Em 10 de abril de 1996, cerca de 3.500 famílias organizadas no MST, organizam uma marcha a Belém, para cobrar o cumprimento de promessas do Governo. Em 16 de abril, os trabalhadores bloqueiam a estrada PA-150, nas proximidades do município de Eldorado de Carajás, exigindo comida e ônibus para prosseguir a caminhada. Negociações foram abertas, mas canceladas no dia seguinte. Os trabalhadores voltam a bloquear a estrada e às 16 horas do dia 17 de abril de 1996, o que seria uma desocupação da estrada transforma-se num massacre: 17 trabalhadores rurais foram mortos e 56 ficaram feridos. (BARREIRA, 1999)

¹¹⁹ Só alguns à frente, o MPF sairia da condição de ministério extraordinário para a de ministério regular, como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

menos não por José Rainha.

Desde que retornara à região, depois que a ordem para sua prisão fora revogada, Rainha começara a declarar no Programa Canto da Terra, conduzido pelo MST na rádio de Teodoro Sampaio, que os recursos do PROCERA¹²⁰ somente seriam liberados através do MST, que as “ovelhas desgarradas” somente não morreriam de fome se retornassem ao Movimento, e coisas desse gênero¹²¹. E não ficava apenas no discurso: nas reuniões da Comissão Estadual do PROCERA, que analisava os projetos de financiamento e os aprovava ou rejeitava, iniciou-se uma batalha surda entre o MST e esses assentados em função da liberação dos recursos, que se materializava numa disputa entre os representantes do MST e do DAF na Comissão.

A Comissão do PROCERA em São Paulo, embora composta por apenas cinco membros¹²², tinha por prática permitir a participação de convidados que, dependendo de seu status, poderiam participar apenas no início, expondo seus interesses e projetos – situação em que se enquadravam as lideranças locais dos assentamentos, ou poderiam permanecer até o final da reunião – situação dos dirigentes do INCRA, do DAF e do MST. Analisando as atas de suas reuniões em 1996, pode-se verificar que esse embate muitas vezes envolvia o próprio José Rainha, o Superintendente do INCRA e a Diretora do DAF.

Ao mesmo tempo em que admitia na imprensa que havia uma divisão nas famílias dos assentamentos provisórios (Quadro 4.9), desde janeiro a cooperativa ligada ao MST do Pontal apresentava um projeto de financiamento *“para aquisição de 50 tratores equipados com diversos implementos, no valor de R\$ 2.888.202,00 para beneficiar mais de 1.050 famílias”* (Ata da Reunião de 16/1/96, p.1). O projeto não havia sido elaborado em conjunto com o DAF “dada sua morosidade”, mas a Comissão entendia que a participação do Departamento, como órgão de assistência técnica, era imprescindível. E se acertou que o DAF faria uma discussão com os assentados para referendar esse projeto. Mas tal ajuste não podia funcionar, porque as relações entre MST e ITESP estavam estremecidas e, além disso, a equipe técnica do DAF era contrária ao projeto, como declara aquele mesmo agrônomo que fizera o projeto da farinha mesmo sem vínculo empregatício.

¹²⁰ Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária, administrado pelo INCRA.

¹²¹ Aparentemente, essa discussão havia se originado a partir da recusa de uma parte dos assentados de pagar uma ‘taxa’ sobre os créditos iniciais recebidos do INCRA: “O MST pediu, não impôs, que cada família desse para a luta R\$ 50 dos R\$ 840 de fomento do governo. No meu grupo, ninguém deu. Com R\$ 50, faço compra e a família passa duas semanas” (FSP, 19/2/96, p.1-8).

¹²² Eram membros da Comissão Estadual do PROCERA: o representante do INCRA-SP, que presidia a Comissão; o representante do Banco do Brasil; o representante do órgão de assistência técnica (no caso, o DAF); o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (FETAESP) e o representante dos assentados, escolhido no encontro estadual dos assentados do MST.

Eu, como técnico, como téc-ni-co, eu precisaria de um respaldo melhor pra fazer um projeto pra 50 tratores traçados. Respaldo que eu digo é: Esses 50 tratores traçados têm área suficiente pra eles? Não precisaria de menos tratores pra fazer isso aí? As pessoas estão capacitadas para tal? Já têm um contrato de produção? Já têm um contrato pra execução de um trabalho? Então, o trabalho técnico em cima dos 50 tratores pode até ser que um técnico do ITESP depois fizesse, desde que mudasse o planejamento em si. Porque esses 50 tratores não cabiam dentro da reforma agrária naquela época. Essa é a opinião técnica. Só e exclusivamente técnica minha e acho que da maioria dos técnicos. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Havia uma divergência também quanto ao método. O MST privilegiava o trabalho coletivo e apostava na obtenção de projetos que, de certa forma obrigassem a adoção dessa estratégia. Assim havia sido desde a Gleba XV, mas naquele tempo os técnicos compartilhavam dessa aposta.

E isso nos valeu alguns equívocos, desde a nossa assistência técnica lá, até equívocos de formulação da própria política pública. Então, por exemplo, acho que no mínimo essa questão de você vincular concessão de crédito, de vincular uma série de coisas, à obrigatoriedade de você ter uma cooperativa, de você ter uma associação, é algo muito perigoso, no mínimo acho que isso tem que ser relativizado, embora dê uma boa discussão, deve ser relativizado. Eu me lembro que boa parte das intervenções que a gente fazia nos projetos de assentamento, o discurso já partia daí, entendeu? (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 10/1/05)

Mas os 'equívocos' do passado tinham resultado em que essa não era mais a opinião do ITESP, para quem a estratégia do trabalho coletivo somente seria válida se partisse dos próprios assentados, sem ser imposta. *"E hoje acho que isso é um negócio absolutamente perigoso e chega a ser um desserviço do ponto de vista da organização popular, da organização social"*, disse esse mesmo agrônomo. E o ITESP entendia que para o projeto desses tratores não tinha havido discussão suficiente com a base.

Nós fomos em Curitiba, fizemos um projeto... projeto bonito! Sadio, hein? Quem é que não queria um projeto daquele? O homem falou: foi o projeto mais bonito em termos de implemento... ele teve aquelas máquina, montadora, a fábrica e tudo, falou que nunca ninguém comprou uma compra daquela. E o Movimento, em nome da reforma agrária, comprou.

O dono da New Holand que falou. Nós conversemos com ele mesmo, fiquemos um dia lá, tudo por conta da firma, ele mandou o ônibus levar nós, nós acionemos foi dois representantes técnicos de Prudente, e levou

nós. Tudo por conta da firma. Foi umas quarenta e tantas pessoas, todos os representantes de grupo foi. Todas aquelas pessoas que tinha um projeto de um trator, né? Mas aí depois uns falava que não gostava da cor, porque o trator era azul. Outro falava que não queria porque fulano não trabalhava, fulano trabalhava demais e ia acabar o trator...

P: Mas tinha sido combinado antes com as famílias?

Tinha. No meu grupo tinha feito a reunião, Ave Maria! Vamo pegar um trator daquele? Vamo! Aí nós vamo enricar! Só que depois que pegou começa a dar é briga.

P: E o trator era bom?

Era bom! Só era grande pra serviço pequeno, só era um trator grande. Talvez o serviço lá de fazer com um tratorzinho simples, o cabra logo ia fazer com um traçado. Se vai fazer uma planta... o trator traçado não presta pra fazer planta, pra plantar um cereais. Mas é o que cê tem... O serviço pequeno dum 75 fazer você tava com um trator traçado.

P: Mas vocês não tinham discutido isso quando fizeram o projeto?

Não, não. Que o pobre é... aquela pessoa sem estrutura, entendeu? Nunca teve. Falou assim: Ah, tem um trator. O cabra quer saber o tamanho? Podia ser uma Engesa¹²³ daquelas de 8 pneus, o cabra queria. É ou não é? Depois foi ver o problema depois que tava com o problema na mão. Ai, esse trator é muito grande! Mas já tava com ele, já tinha assumido uma dívida, entendeu? Mas lá o cabra pegou porque quis. (Assentado na Repouso, ex-coordenador de grupo, 26/05/05)

Eu fui o único técnico que fui lá em Curitiba junto com o pessoal, na Ford, tal. Foi convidado pelo Movimento um do ITESP, fui eu. Aí tivemos o curso, o pessoal [liderança] meio separado e tal e eu junto com o pessoal [assentado]. Mas foi muito bom! Foi um bate-papo mais político do que técnico, porque eu tenho certeza que seria ótimo se tivesse um curso. Foi mais uma apresentação da firma, quem era a firma. Foi um dia só, não foi um curso, foi mais uma visita. Essa reunião não tinha nada a ver com a compra dos tratores. A decisão de compra não foi tomada ali, foi tomada de outra maneira. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Assim, quando foi a campo discutir a idéia da aquisição de tratores, os técnicos e a maior parte dos assentados decidiram pela utilização do crédito em projetos de menor monta – projetos de implantação de infra-estrutura nos lotes, poços, etc, atividades de subsistência e pecuária leiteira para aproveitamento das pastagens já

¹²³ Máquina de grande porte utilizada em obras como estradas e hidrelétricas – imprópria para agricultura.

formadas, além de tratores de pequeno porte. E uma boa parte das famílias apresentou projetos alternativos – em grupo ou individuais – caracterizando uma disputa pelos recursos limitados do PROCERA, onde cada assentado tinha direito a um teto máximo de R\$ 7.500,00¹²⁴. Para o MST isso significava mais uma interferência política do Estado.

A gente sonhava que os trabalhadores fossem assentados, produzisse, trabalhasse em forma de cooperativas... Isso também tinha uma grande dificuldade dentro do próprio Estado quando a gente tentava trabalhar os assentamentos de forma coletiva. Tipo de dificuldade porque me parece que até os próprios projetos que o Estado vinha apresentando pros trabalhadores na época não casava um pouco com um projeto coletivo. O Estado em si não tinha um projeto claro pros assentamentos na área de investimento, tanto é que... até dá dando resultado... Mas na época, quando a gente trabalhava uma forma coletiva de tentar alguma cultura alternativa, os projetos que o Estado tinha na época através da assistência técnica era mais vaca, cerca e não sei que... vaca, cerca e... que era mais fácil de fazer os projetos. E esse era um projeto que o Movimento Sem Terra na época sempre vinha contra.

Eu não tenho a certeza não, mas que tinha alguma coisa orquestrada, organizada por parte do Estado tinha, né? Uma disputa de projeto... mas não sei qual o projeto que o Estado tinha, mas que na verdade... o Movimento também não tinha um projeto bem claro, mas lutava pra que tivesse um projeto coletivo, o pessoal se organizasse através de cooperativas, de associações, com todas as dificuldades, mas de vez em quando tinha intervenção do próprio Estado, do Governo Federal e atrapalhava muito o processo. (Márcio Barreto, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

O DAF informara à Comissão da discordância dos assentados, verificada em campo, e sugeria a anuência da assembléia da Cooperativa como condição para a aprovação do projeto, mas o MST entendia que tal não era necessário.

Segundo o Sr. José Rainha, a Comissão estaria extrapolando suas funções, na medida em que lhe caberia simplesmente apreciar tecnicamente os projetos. Ressaltou ainda que o dinheiro do PROCERA na verdade pertence aos trabalhadores rurais, e que o DAF estaria querendo prejudicar o projeto da cooperativa.

O representante do DAF na Comissão ponderou que na verdade o DAF não é contrário ao projeto, mas defende que um projeto dessa envergadura

¹²⁴ O projeto de 50 tratores apresentado pelo MST referia-se às 1.050 famílias, comprometeria uma parte do crédito de cada uma delas, com o que uma boa parte não concordava.

não pode ser aprovado se não ocorrer uma aprovação pela Assembléia Geral da Cooperativa. Afirmou, ainda, que existem grupos de assentados que não são favoráveis ao projeto, e que a melhor forma de encaminhar a discussão é com transparência e participação.

O representante do MST afirmou que considera a posição do DAF como uma intervenção não desejada na Cooperativa; é da competência do Movimento decidir se será feita ou não uma assembléia para aprovar o projeto. Em resumo, o MST é contra vincular a aprovação do projeto à exigência de uma aprovação dos cooperados. (Ata da Reunião da Comissão Estadual do PROCERA, de 11/4/96, p.2).

No final da reunião, com registro em ata do voto em contrário do DAF, o projeto foi 'pré-aprovado', condicionado à apresentação de documentos fiscais e nova versão do projeto, incluindo estudo de viabilidade e capacidade de pagamento, mas não seria necessária aprovação em assembléia. O projeto 'pré-aprovado' significava que os recursos ficariam reservados até que as exigências fossem atendidas, impedindo a utilização desses recursos em outros projetos, mas sem sua liberação imediata.

No mesmo dia em que Rainha protestava pela imprensa contra a falta de poderes do INCRA e contra a proposta de criação de um Ministério de Política Fundiária, aconteceria uma nova reunião da Comissão do PROCERA, onde a liderança do MST defendia a diminuição dos poderes do DAF e o aumento da representação do Movimento, além de que, pela proposta do MST, somente o INCRA e os representantes do MST teriam direito a voto, sendo os demais 'consultores'.

A seguir, o Sr. José Rainha Júnior, representando o MST, apresentou à Comissão a proposta da entidade para alterar o funcionamento da Comissão Estadual do PROCERA: segundo a proposta, o número de representantes ligados ao Movimento deve passar para três, sendo um representando a CCA [Cooperativa Central dos Assentados], um representando a Coordenação dos Assentados e um representando o MST. A Comissão permaneceria presidida pelo INCRA, e o representante do agente financeiro e da assistência técnica, no caso de São Paulo o Banco do Brasil e o Departamento de Assentamento Fundiário (DAF) participariam da reunião na qualidade de consultores, sem direito a voto. (Ata da Reunião da Comissão Estadual do PROCERA, de 24/4/96, p.1).

Essa proposta não foi aprovada e DAF e MST continuaram se enfrentando nas reuniões da Comissão. O acordo firmado com a SJDC para participação do MST nos assentamentos provisórios não impedia que, sob as aparências, as relações fossem de conflito no plano técnico.

Uma comissão de representantes dos assentados provisórios lotou um ônibus e veio participar da reunião seguinte, para afirmar a importância de seus projetos e protestar contra a aprovação da aquisição de 50 tratores, pelo volume financeiro que representava e *“também protestaram contra a falta de discussão do projeto com os assentados”* (Ata de 8/5/96, p.1). Mas, na disputa pelo crédito, o DAF se colocava ‘do lado dos assentados provisórios’ e o INCRA ‘do lado do MST’. A articulação entre José Rainha e a Superintendência do INCRA incluía a questão da desapropriação das fazendas em Sandovalina, e também a disputa pelo crédito do PROCERA. Então os assentados provisórios não obtiveram êxito: a Superintendência do INCRA informou que os projetos já aprovados teriam prioridade e não havia mais recursos para novos projetos.

Os assentados retornam a Mirante insatisfeitos, mas continuam pressionando¹²⁵. No final do mês de maio, uma moção de repúdio ao Superintendente do INCRA de São Paulo foi aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores de Mirante, *“em razão da grotesca discriminação que o mesmo, gratuitamente, tem dirigido aos trabalhadores assentados do Município de Mirante do Paranapanema, bem como para com o nosso próprio Município”* (Moção de Repúdio, 27/5/96). A moção foi enviada para diversas autoridades, incluindo o novo Ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann.

O Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MPF) fora criado em 28 de Abril e Raul Jungmann, que vinha do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), assumiu a pasta, anunciando a acumulação do cargo de Presidente do INCRA. Raul do Valle deixou a Presidência dessa autarquia e praticamente toda a equipe anterior foi substituída. Com essa mudança, seria preciso explicar – de novo – todo o Plano para o Pontal, toda a sua estratégia e ganhar o apoio do Governo Federal novamente.

E aí explicar o trololó todo: nós temos as fazendas, nós temos as áreas, nós temos o movimento social, nós temos os fazendeiros. E aí, a gente tinha organizado no final de setembro aquele plano que era o enredo de uma peça, que já tava sendo ensaiada, alguns atores não sabiam ainda que eles iam participar, porque eles tinham sido convidados, mas o papel deles não tinha sido registrado ainda. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05)

Mas isso não seria tão simples assim. Não bastassem as resistências na Superintendência Estadual, o alto escalão também resistia, especialmente em relação aos aspectos jurídicos que envolviam a discussão da negociação. O INCRA em São Paulo não aceitava a hipótese de encerrar uma demanda judicial por acordo e a experiência de

¹²⁵ Possivelmente, aqui se estrutura efetivamente o embrião do Movimento Esperança Viva, dissidência do MST, que teria sido organizado pelo ITESP, conforme a opinião de lideranças do Movimento Sem Terra.

Brasília de acordos em desapropriações não parecia ser muito diferente.

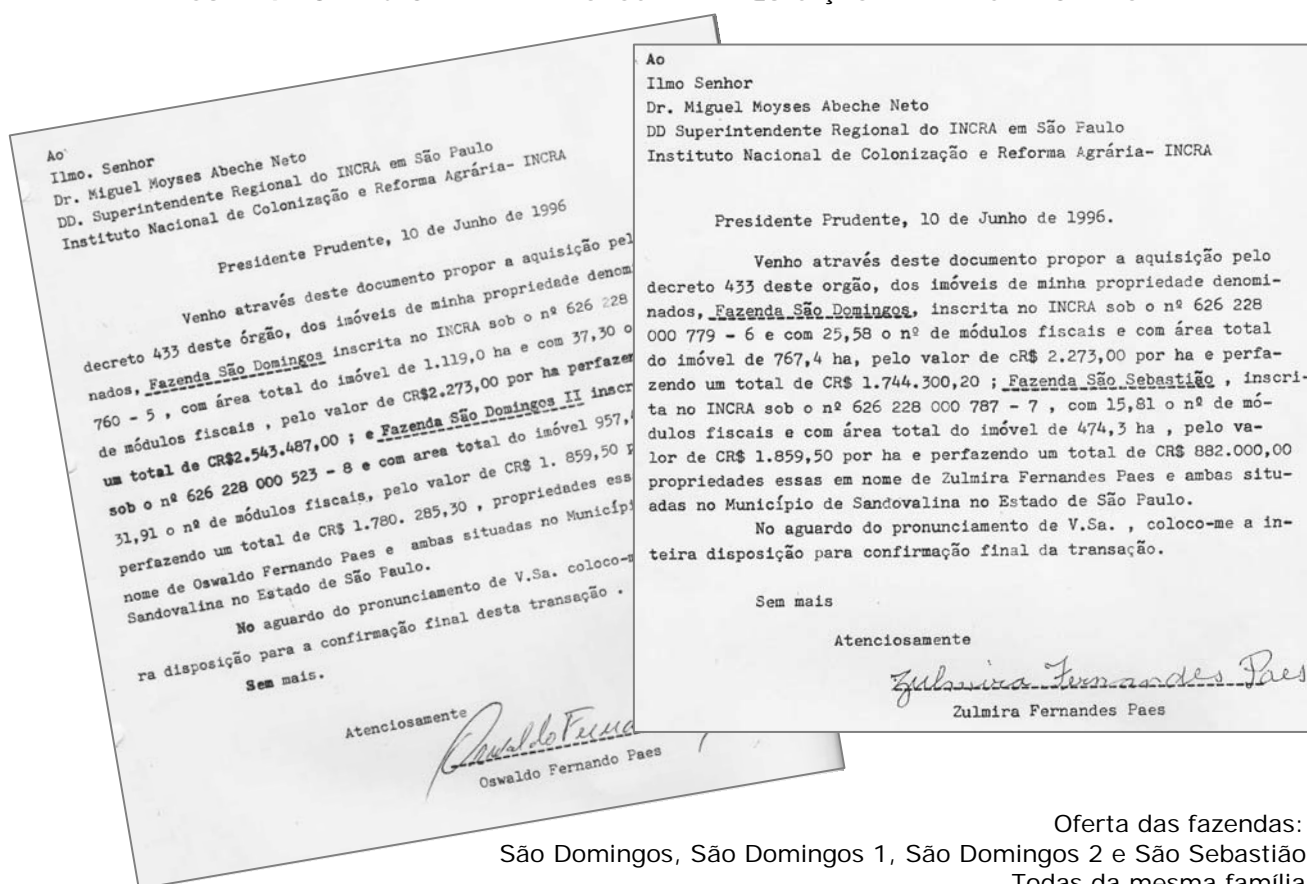
O INCRA tinha uma forma muito estranha de fazer negociação. Ele terminava só fazendo negociações pra extinguir litígios judiciais e não pra resolver conflitos fundiários. Essa era a diferença. Em São Paulo estávamos procurando uma negociação pra resolver os conflitos fundiários existentes. O INCRA até então fazia acordos pra extinguir ações de desapropriação e aí fazer acertos de valores, havia reduções de prazos com relação às TDAs, coisas com previsão legal. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 28/7/05)

Em função disso, a formulação proposta pelo Estado de São Paulo era recebida com estranheza logo no início, e, tal como ocorrera na Procuradoria em São Paulo, a primeira reação foi de rejeitar a idéia e procurar outras fórmulas jurídicas.

Teve uma certa dificuldade até se encontrar uma forma de fazer isso. Porque essa questão das reivindicatórias, que implicava na seqüência num acordo pra que se obtivesse a arrecadação da área, como isso era uma relação entre o Estado e o particular, ficava muito ao sabor do particular que poderia não concordar. [...] Então, o INCRA pressionado pelo clima de tensão social e de conflitos que ali ocorria, entendia que precisaria de uma solução mais rápida, não daria pra aguardar essa solução negociada. Aí surgiu realmente uma idéia, uma engenharia jurídica, no sentido de que a União promoveria a desapropriação por interesse social para fins de reforma Agrária, realizaria o depósito do valor da indenização, o Estado ingressaria na ação como interessado, aliás, na ação a União já chamaria o Estado pra integrar a lide, o Estado ingressaria na ação sob o argumento de que as terras eram públicas estaduais e não do particular, em razão da ação discriminatória em curso, com julgamento ou não, que foram reivindicadas, e esse depósito ficaria bloqueado até que se resolvesse entre as partes, entre Estado e particular quem era o proprietário, enquanto isso a União obteria a imissão provisória na posse do imóvel que possibilitaria realizar os assentamentos. (Dirigente Nacional do INCRA em 1996, 28/7/05)

Com a pressão exercida por José Rainha e pelo Superintendente do INCRA-SP, chegou a testar essa 'engenharia' em Sandovalina, aonde os fazendeiros chegaram a oferecer a propriedade para 'aquisição' pelo INCRA (Figura 4.10), mas essa oferta estava condicionada ao pagamento do valor integral da área, tornando a fórmula impraticável.

FIGURA 4.10. FAC-SÍMILE DE PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE ÁREAS EM SANDOVALINA.



Oferta das fazendas:
São Domingos, São Domingos 1, São Domingos 2 e São Sebastião
Todas da mesma família

Algumas desapropriações foram feitas pontualmente e aí que entra o outro componente: é que em se tratando de desapropriação por interesse social pra fins de reforma agrária, os proprietários resistiam muito à desapropriação, e normalmente eles faziam questionamento judicial [...]. Então o INCRA terminou recuando nessa sua idéia, até porque ele terminou sucumbindo várias vezes com relação a essa história da vistoria preliminar, da classificação, ali já impugnadas através de medida cautelar, de produção antecipada de provas. Isso aconteceu na São Domingos e outras, eles terminaram provando que era produtiva e invalidando a edição do Decreto. Se editasse o Decreto, aí atacavam o Decreto sob o argumento de que a notificação não foi válida. Depois de ajuizada a ação, quando conseguia ajuizar, aí vinha a discussão sobre valores e elevava os valores. E o Judiciário, ele tinha a tendência, ressalvadas algumas exceções, de sempre deferir liminares contrárias ao interesse do INCRA, da reforma agrária. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 28/7/05)

Entrementes, o conflito entre as famílias dissidentes e a liderança do MST prosseguia na Comissão do PROCERA, com os representantes das famílias comparecendo

em massa a todas as reuniões, geralmente em ônibus cedidos pela Prefeitura de Mirante. Ao longo dessas reuniões, os 'lados' da questão vão ficando claramente demarcados.

A Diretora do DAF solicitou então a palavra, afirmando que desde janeiro o DAF vem alertando a Comissão para a gravidade da situação dos assentados de Mirante [...] e que no momento a situação está ficando insustentável [...]. Também afirmou que os 50 tratores adquiridos através da [cooperativa] não estão beneficiando a maioria das famílias assentadas em Mirante, e que este projeto poderia ter sido liberado em parcelas, permitindo a realização de outros financiamentos urgentes.

O Superintendente do INCRA, por sua vez, afirmou que a aquisição dos tratores pela [cooperativa] foi assumida pelo órgão em função de compromisso, assumido em dezembro de 1995, entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a Presidência do INCRA. Acrescentou, ademais, que considera que o DAF vem atuando no sentido de dividir os trabalhadores rurais nestes assentamentos.

A Diretora do DAF não aceitou esta afirmação. Disse que os técnicos de campo estão trabalhando na área quotidianamente com as famílias assentadas, e que perceberam que, em primeiro lugar, o projeto não foi adequadamente discutido com os legítimos interessados, uma vez que muitos demonstraram preferência por outros tipos de equipamentos, e que esta demanda não foi levada em conta pela [cooperativa]; e, em segundo lugar, afirmou que tem notícia de que a maioria dos tratores não está sendo utilizada nos assentamentos. (Ata da Reunião da Comissão Estadual do PROCERA, de 13/6/96, p.2).

A cada uma dessas manifestações, os presentes manifestavam seu apoio ou desaprovação, com aplausos, gritos, vaías e apupos de toda ordem. Convencidas de que o Superintendente estava do 'outro lado', os representantes dos assentamentos provisórios declaram sua intenção de permanecer na sede do INCRA até que seus projetos fossem aprovados. A Comissão impõe a retirada de todos para a sala de espera e, quando apenas seus cinco membros estão reunidos, *"decidiu aprovar os projetos de investimento de subsistência [...], excluindo-se aqueles destinados para aquisição de máquinas e equipamentos"* (Ata da Reunião de 13/6/96, p.4).

Desde abril, o MST não havia promovido novas ocupações no Pontal, nenhuma notícia a respeito fora registrada em nenhum órgão de imprensa. O confronto pelos recursos (e, de certo modo, pela ascendência sobre as famílias assentadas) fora travado em surdina. Mas em junho, uma semana após essa reunião, as ocupações do MST no Pontal voltam a repercutir na mídia, só que dessa vez o alvo eram as fazendas

reivindicadas no 11º MP, em Mirante. Sob a liderança de Rainha, as famílias que permaneciam acampadas em Taquaruçu – aguardando serem assentadas naquelas fazendas de Sandovalina – e outras vindas do Paraná, ocuparam os 70% restantes das áreas em que foram instalados os assentamentos provisórios. A motivação para essas ocupações, segundo o MST, seria o descumprimento da meta de assentamento do Governo Estadual, mas ainda faltavam duas semanas para o final do prazo e as famílias dissidentes – e também a Secretaria – entendiam haver outros motivos: seriam represálias por sua dissidência, o MST pretendia prejudicar seu assentamento definitivo.

MST volta a invadir terras em São Paulo. O movimento dos sem-terra reiniciou as invasões no Pontal do Paranapanema (SP). Os sem-terra ocuparam três fazendas em Mirante do Paranapanema. Segundo o MST, o governo do Estado de São Paulo não teria cumprido compromisso de assentar 2.100 famílias até este mês. (FSP, 18/6/96, capa)

Os assentados, que ocupam áreas provisórias de 30% das propriedades reivindicadas, não concordam com as invasões de diversas fazendas pelo grupo do líder do MST no Pontal, José Rainha Jr. Temem que a destruição de cercas e pastagens com o roubo de madeira e arame prejudique o projeto de assentamento realizado pelo Estado. [...] a decisão de retomar as invasões teria sido decidida pelo MST em represália aos assentados das áreas de emergência, que não concordaram em repassar para o movimento a comissão de 2% sobre o valor de um crédito de R\$ 2,2 milhões aprovados para o grupo [...].

Belisário dos Santos Júnior disse ontem que a ação de Rainha no Pontal tem um caráter perverso. “Aparentemente a invasão tem o objetivo de apressar a ação do Governo Estadual” comentou o Secretário. “Na realidade, é um ato contra a reforma agrária que pretendemos para aquela área” (OESP, 20/6/96, p. A-18).

O clima era pesado. Para chegar aos 70% das fazendas, os grupos ligados ao MST tinham que passar pelas estradas que cortavam os assentamentos provisórios dessas mesmas fazendas e faziam isso utilizando justamente aqueles tratores financiados pelo PROCERA. Pelo plano de ação, esses 70% seriam destinados à ampliação dos lotes desses assentados, quando se obtivesse o assentamento definitivo. Então, o sentimento reinante era de provocação. A dissidência entre as famílias se ampliava: participavam acampados, pessoas ‘de fora’ vindas do Paraná, mas também uma fração das próprias famílias assentadas nos provisórios que se mantinha fiéis ao MST – vizinhos, às vezes. Então, as notícias eram de confronto iminente.

Quando nós tava no emergencial da Santana, eu lembro que chegou 12

trator novo, que nós tinha comprado. Esse Fordão, aí, azul. Nós ocupou uma fazenda com o tratorzão novinho. Ocupamos Canaã, King Meat...

P: Mas lá também não tinha um assentamento provisório?

Tinha, mas era aqui em baixo. O pessoal tava nessa área aqui, ó! [mostrando a parte alta do assentamento]. (Assentado na Santana, ex-coordenador de grupo, 26/05/05)

O clima de tensão aumentou tanto que o próprio delegado [de Mirante] convidou os líderes para um encontro ontem à tarde, quando pediu calma [...]. Na noite de terça-feira [...] continuavam concentrando forças na Fazenda King Meat, pretendiam invadir a sede da Fazenda Canaã, uma propriedade vizinha, onde mora um dos principais líderes dos dissidentes. [...] assentado na Fazenda Santa Apolônia disse que, se os invasores ultrapassarem os limites dos 30% da propriedade, será impossível evitar um confronto. (OESP, 20/6/96, p. A-18).

A Secretaria da Justiça seguiu imediatamente para a área do conflito, promovendo reuniões nas fazendas que tinham sido invadidas de apaziguamento e garantindo às famílias que aquelas áreas ainda seriam destinadas a elas. As fazendas invadidas foram Haroldina, Canaã e Santa Cruz, onde se encontravam alguns dos principais líderes da dissidência ao MST. Durante uma dessas reuniões, passou uma camionete com a caçamba cheia de militantes e bandeiras do Movimento e gritos e ofensas eram dirigidas de parte a parte. O Secretário Adjunto dizia: *"Deixa passar! Deixa passar, que depois eles vão sair"*.

Nesse processo, houve um momento difícil em que estavam começando a caminhar pra um confronto entre as famílias que seguiam a política do Governo e entenderam esse processo gradual de ocupação de terras e aquelas que não seguiam, fomentadas pela direção do MST. E chegou um momento em que diziam: Se vierem aqui nós vamos confrontar. Não era entre fazendeiros e MST, era entre famílias do movimento.

Havia o boato de que essas famílias de fora iam ser colocadas, porque o MST ia assumir o controle, o Secretário ia cair, etc. E lá fui eu fazer o papel de apaziguar os ânimos dessas famílias que estavam a ponto de entrar em confronto direto com aquelas lideradas pelo MST. Felizmente, eles acreditaram na gente e entenderam que esse processo não ia ter volta e que eles podiam ficar tranquilos e não aceitar provocações. E nós fomos ao MST e dissemos: Vocês tão fora, essa fazenda é nossa e acabou. E pros assentados provisórios: Não entrem em confronto, não precisa, porque nós vamos retomar essa fazenda toda. Era um momento

complicadíssimo, porque ou eles acreditavam na gente ou... E a gente não tinha muito que oferecer, era só a nossa palavra. Mas isso foi um patrimônio que nós conquistamos. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Nessas reuniões, a Secretaria não tinha a oferecer senão a sua palavra porque não tinha conseguido ainda avanços concretos em relação aos assentamentos definitivos. Mercê do INCRA-SP, que era contrário às negociações, os acordos com os fazendeiros permaneciam em banho-maria. Os 'invasores' foram despejados ou se retiraram em pouco tempo, mas a solução efetiva para a questão passava pelo assentamento definitivo.

As famílias assentadas em Mirante em conjunto com a Prefeitura deram início a uma tentativa de aproximação com os fazendeiros do 11º MP. Em cada assentamento provisório, elegeu-se uma comissão de negociação que tinha por objetivo reunir-se com o fazendeiro respectivo para demonstrar sua situação precária e fazer um apelo em direção à retomada das negociações. O Prefeito pessoalmente e alguns vereadores intercediam junto aos fazendeiros e procuravam mostrar as vantagens da solução negociada. Muitos fazendeiros se mostraram receptivos e receberam os assentados, a quem deixavam claro que aceitavam negociar, mas o entrave era a inexistência de recursos para esse fim. E, na percepção da Secretaria e do ITESP, enquanto dependesse do INCRA-SP, essa solução não aconteceria.

O INCRA-SP era uma ficção, era um órgão que tinha 20 advogados e 4 agrônomos, era a idéia que me passava. Era um órgão que tinha sido estourado na gestão do Collor, que tinha sido esvaziado e tava sendo recomposto, mas não tinha sido recomposto ao nível estadual ainda. [...] Nós tínhamos que trazer o Governo Federal, porque o Governo Federal é quem ia dar o respaldo econômico e financeiro pra isso. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/5/05)

A Secretaria deu início então a uma forte investida em direção à consolidação dos assentamentos, mirando simultaneamente em Brasília e no Pontal. Tratava-se de dar visibilidade aos aspectos positivos do Plano e da firme intenção do Governo de concretizá-lo. Era a vez do Estado usar as entidades de direitos humanos e a mídia para pressionar a favor de sua proposta.

Hoje o Secretário de Justiça de São Paulo, fez uma exposição sobre a atuação do Estado na questão da reforma agrária no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) e impressionou principalmente o chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori.

“Vamos levar essa experiência paulista ao Incra como sugestão para incrementar a reforma agrária no País” entusiasmou-se Gregori. (Diário de Bauru, 26/6/96, p. 24)

Se não bastasse toda a argumentação política, o Ministério descobriria uma razão adicional para participar da ação no Pontal: São Paulo repercutia na mídia muito mais do que qualquer outro Estado.

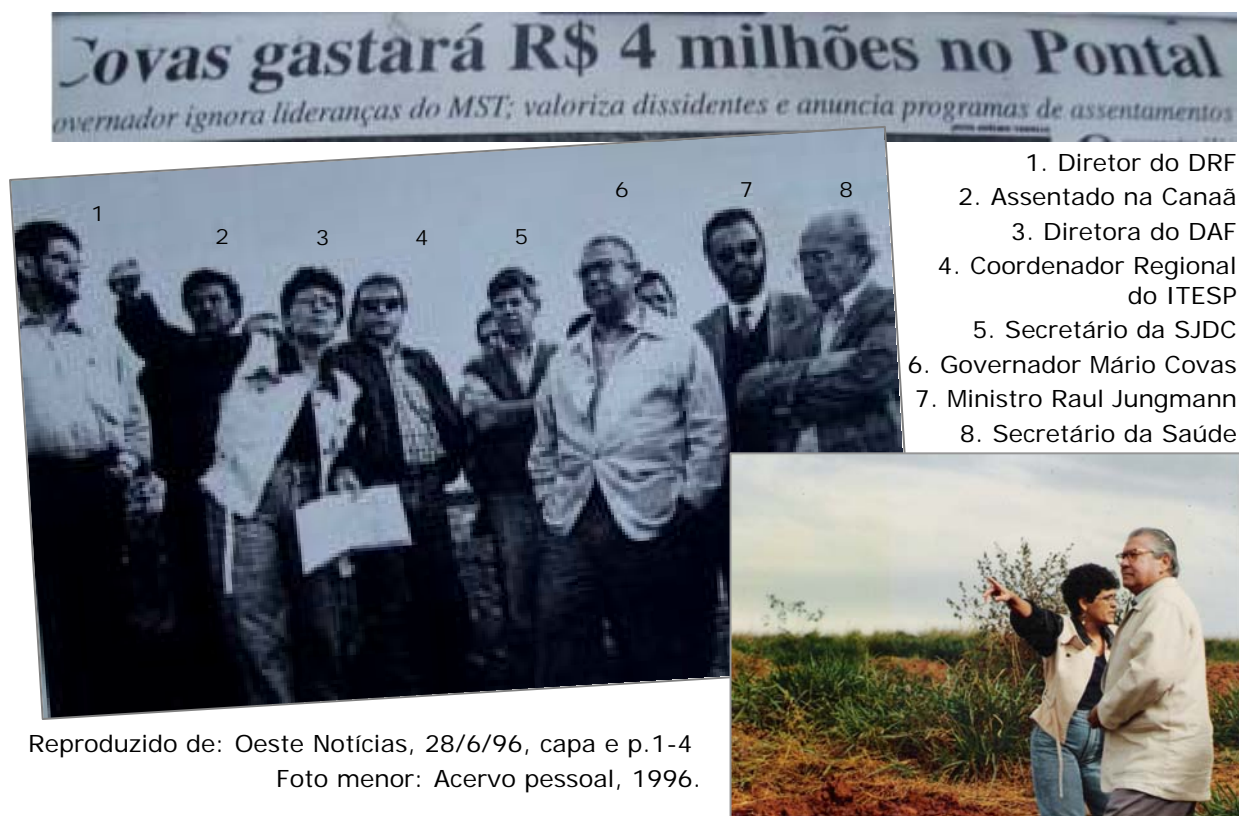
Eu cunhei uma frase numa reunião, que eu dizia: Nós precisamos, Ministro, ser pragmáticos, nós precisamos mapear as áreas emblemáticas. Ele falou: *Como assim?* Eu disse: *Olha, nós temos aqui Zona da Mata, Pernambuco, Sul do Pará e o Pontal. Faz uma marola no Pontal, chega aqui uma onda havaiana.* Foi essa a expressão que eu usei. Porque lá tem toda a imprensa, a imprensa tá presente fácil, tem cidades como Prudente, apoio... Lá é vitrine! Usei também essa expressão: vitrine. O que demora de chegar do Sul do Pará... Eldorado veio porque morreu 17, mas quando morre um não dão uma nota! O negócio é o Pontal, precisamos tomar cuidado com o Pontal! O Pontal foi a primeira região beneficiária de Eldorado de Carajás. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 1/8/05)

O Ministro nasceu escaldado pela questão de Eldorado, né? O grande medo sempre... E ele, como era muito articulado, ele sempre tava monitorando áreas de risco. E sempre o Pontal foi tido como área de risco, principalmente pela visibilidade. Então ele se preocupava muito com o Pontal. Eu sempre achei, pessoalmente, que o Pontal sempre foi muito mais teatro, né? Porque é totalmente diferente a sociedade de Presidente Prudente, as relações sociais, dos atores reais. Não é como Marabá! Quer dizer, no Pará, matar um e jogar no rio ainda é uma coisa de rotina. Em São Paulo, é lógico que pode ter, mas é outro estágio civilizatório. Então eu sempre achei que lá os riscos eram muito menores, embora uma morte ali teria uma repercussão... Sei lá! Então essa preocupação do Jungmann. (Dirigente Nacional do INCRA em 1996, 29/7/2005)

Dois dias depois, o Governador foi ao Pontal visitar os assentamentos provisórios, levando com ele uma enorme caravana com todos os Secretários que assumiram responsabilidade sobre obras e serviços nos assentamentos, mas também foi acompanhado pelo Ministro Raul Jungmann (Figura 4.11). Lá a comitiva andou de ônibus pelos assentamentos durante um dia inteiro e o próprio Governador puxava o cordão, sentado no primeiro banco ao lado do Ministro ou descendo para ver de perto um detalhe, sempre atento às explicações. No final da visita, o Governador anunciou a liberação de mais R\$ 3 milhões, que se somariam a R\$ 1 milhão que vinha sendo

investido pelo ITESP nos novos assentamentos do Pontal.

FIGURA 4.11. JUNGSMANN E COVAS VISITAM OS ASSENTAMENTOS



Covas [...] gostou dos resultados demonstrados pelos assentamentos criados no final do ano passado. “Os assentados já plantaram feijão e milho e têm escolas. A terra começa a produzir. Isto é reforma agrária. Não basta ter um pedaço de chão. É preciso tirar vida dele”. O Ministro da Reforma Agrária também gostou do que viu. Jungmann não conhecia assentamentos no Pontal do Paranapanema e disse que a região é um modelo ao país. (OESP, 28/6/96, p. 1-4)

Na verdade, não era apenas o Governo Federal que precisava ser convencido a participar, internamente no Estado nem todas as Secretarias dedicavam o mesmo empenho em apoiar a execução das obras e serviços nos assentamentos. A SJDC e o ITESP vinham driblando algumas resistências por meio do capital pessoal de seus dirigentes, mas isso não resolvia quando o problema esbarrava em alguém avesso ao programa. Nesse caso, a intervenção do Governador era crucial.

O Governador era o grande fator. Mas o Governo não era o Governador só. Nós tínhamos alguma oposição na Secretaria da Agricultura, nós tivemos uma falta de colaboração na Secretaria do Trabalho, havia

algumas antipatias a programas que nós tínhamos, havia algumas disputas, algumas fraquezas. [...] Às vezes não tínhamos as respostas que desejávamos, na velocidade que precisávamos. Mas eu lidava bastante bem com isso. Eu me relacionava com instituições e com pessoas. Então, a Secretaria tal não reage como a gente achou que devia reagir? Nós nos damos com determinados componentes, determinadas pessoas, o chefe de determinados programas, etc. Então nós começamos a encaixar as duas coisas: a relação com as instituições e a relação com as pessoas de boa vontade do Governo. Eu sabia que você forma o Governo a partir de discussão de programas e administra a partir de corporações. Eu sabia quais eram as corporações razoavelmente boas e quais eram as lideranças. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05)

O próprio Governador jogava seu prestígio para fazer com que o Plano do Pontal avançasse. É possível que a partir daí, o interesse do Ministério sobre o que acontecia em São Paulo tenha se aguçado, pois as negociações com os fazendeiros passaram a ter o acompanhamento constante de representantes do Ministério e do INCRA de Brasília. Dirigentes nacionais da área de conflitos e da área fundiária do INCRA intervieram na questão. E quanto mais aumentava a pressão de Brasília, mais se revelava a divergência entre o INCRA-SP e o ITESP. E o conflito na esfera institucional incorporou esses atores, que se posicionaram 'do lado' do ITESP.

Era péssimo! Porque o INCRA local, teve uma época que eu grudei nele a pedido do Presidente, aí eu vi a essência do pensamento da burocracia do INCRA. Eu falava: São Paulo se justifica fechar o INCRA, não faz o menor sentido aquilo! Vende o prédio e aplica tudo na reforma agrária, vale a pena. Não faz o menor sentido por causa do ITESP, ele funciona, tem muito boa estrutura... Então eles viviam assim uma frustração, os funcionários do INCRA eram frustrados, porque a gente fez acordo com o Estado e eles creditavam a fragilidade do INCRA ao acordo federal. Eles queriam fazer o que o ITESP fazia, aí entrava numa discussão corporativa muito forte, né? Eles chegaram a fazer um manifesto pra soltar pelos INCRA do Brasil, que Brasília estava esvaziando... Então a relação era muito ruim. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 1/8/05)

O Ministro, no entanto, estava convencido de que deveria haver participação federal na questão do Pontal. E, por ordem de Brasília, novas tentativas de negociação deveriam ser feitas para as fazendas do 11º MP, em Mirante. Mas não havia acordo possível, a Superintendência em São Paulo prosseguia em sua estratégia de tentar a desapropriação em Sandovalina e resistir à realização dos acordos em Mirante, pela

cultura da instituição, mas também pela disputa de poder com o ITESP.

Internamente não estava pacificado que o INCRA deveria ter uma participação no processo de negociação de indenização de benfeitorias. Nunca foi uma coisa pacífica que houvesse unanimidade dentro do Instituto de que essa é uma coisa importante e temos que fazer. Existia clareza na alta direção do Instituto, mas havia muita resistência por parte do corpo técnico e por parte das outras instâncias, principalmente as instâncias estaduais, sempre houve uma resistência muito forte à execução desse programa. (Dirigente nacional do INCRA em 1997, 20/10/05)

Era uma coisa muito da cultura do INCRA e também era um jeito de querer inviabilizar a relação nossa com o ITESP, né? De pôr areia no caminhãozinho do ITESP. Porque tinha recurso ia viabilizar um monte de áreas, ia sair um monte de assentamento do ITESP! Quer dizer, aquela coisa do espaço político. E eles queriam dar sempre a palavra final do INCRA-SP. Aí a opção era: com eles seria impossível! E nós tivemos que atropelar, porque também eles eram contrários a fazer aquele tipo de negociação com aquela sensibilidade. Daí nós tivemos que formalmente atropelá-los. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 29/7/05)

Desde junho, após o confronto envolvendo as áreas reivindicadas, o MST parecia ter se retirado das discussões envolvendo o 11º MP, dedicava-se exclusivamente às discussões sobre crédito para a sua Cooperativa e à obtenção de novas fazendas no 8º PP em Sandovalina e no 13º MP, por meio de tentativas de negociação direta com os fazendeiros, representados pelo Sindicato Rural de Prudente. Entre ameaças de ocupação, em julho, uma reunião selou um acordo direto entre as partes, que girava em torno de duas possibilidades: a proposta de ceder o equivalente a 25% da fazenda e ficar com o restante, que vinha sendo defendida pelos fazendeiros de longa data, ou a proposta de receber o valor integral da fazenda (terra e benfeitorias), mas pagas pelo MST através de um financiamento público. Os fazendeiros e o MST tinham mais um ponto de consenso: o descontentamento com as ações do Governo Estadual.

MST e fazendeiros anunciam acordo. O entendimento foi anunciado pelo principal líder do MST na região, José Rainha. Segundo ele, os fazendeiros informaram estar dispostos a entregar suas terras para reforma agrária mediante indenização do valor investido em benfeitorias. Os sem-terra, por sua vez, aceitam pagar a indenização desde que o governo crie um crédito especial para as desapropriações. “Ganhamos a guerra sem dar um tiro”, disse Rainha. [...] Segundo José Rainha, os fazendeiros e os sem-terra estão igualmente insatisfeitos com as

desapropriações feitas no início no ano, na região do Pontal. “Os fazendeiros não receberam um tostão pelas indenizações. Nós estamos insatisfeitos porque só foram desapropriadas 30% das terras de seis fazendas e as famílias assentadas estão sem nenhuma assistência”, afirmou Rainha. (FSP, 25/7/96, p. 1-12)

Segundo Sigeyuki Ishii, há duas propostas em discussão e ambas agradam aos proprietários rurais. A primeira medida, defendida pelos ruralistas, sugere que os fazendeiros recolham o valor equivalente a 25% de suas terras para um fundo destinado ao assentamento dos sem-terra. Em troca, o Estado reconheceria o direito pleno e definitivo dos fazendeiros da região sobre suas terras. A maior parte das fazendas do Pontal não tem escritura de propriedade e é considerada área devoluta, embora ocupada há muitas décadas. O MST, por sua vez, defende que os fazendeiros sejam indenizados pelo investimento feito em benfeitorias e propõe, inclusive, que os próprios sem-terra paguem a indenização por meio de uma linha de crédito especial do governo. (FSP, 26/7/96, p. 1-7)

Mas nem todos os fazendeiros concordavam com a idéia de negociação e a UDR começa a ressurgir das cinzas e estimular a radicalização contra o MST e o Estado.

A recriação da UDR (União Democrática Ruralista) no Pontal do Paranapanema aprofunda o racha existente entre produtores rurais e a atual diretoria do Sindicato Rural de Presidente Prudente na condução dos assuntos sobre reforma agrária. O vice-presidente do sindicato, Joel Amaro Mascarenhas, disse à Agência Folha, por telefone, que esse grupo é dissidente do sindicato e age “à revelia” da sua diretoria. “O sindicato tem se pautado no trabalho de amplo diálogo, tanto com o governo quanto com os sem-terra. Esse grupo quer outros caminhos e não tem o nosso endosso” (FSP, 15/9/96, p. 1-13).

A Secretaria aceitou a hipótese da negociação de cessão da área, mas naquelas áreas ainda não julgadas devolutas e se comprometeu a elaborar uma proposta de decreto que estabelecesse critérios e condições para a realização de tais acordos¹²⁶. Embora o Estado procurasse deixar claro que esse tipo de proposta não se aplicava ao 11º MP, a perspectiva de que pudesse haver uma solução mais vantajosa, por um lado, e a possibilidade de uma linha de atuação mais radical dos fazendeiros, estimulava a resistência aos acordos. E a postura do Superintendente corroborava essa posição.

O Superintendente vinha adotando iniciativas isoladas e que contrariavam as

¹²⁶ O compromisso foi cumprido com a edição do Decreto 42.041/1997, mas sua aplicação se restringiu a algumas áreas do 14º e do 15º Perímetros de Teodoro Sampaio.

posições do Ministério há algum tempo, em diversas questões. Chegou a faltar em reunião de negociação com fazendeiros em Mirante (OESP, 26/6/96, p. A-17) e desautorizar o Governo do Estado publicamente ao reconhecer como válida uma certidão de propriedade emitida sobre terras devolutas (FSP, 7/8/96, p. 1-10). Mas a gota d'água ocorreu em meados de setembro quando, em função de ocupações em prédios públicos – inclusive a Delegacia Federal da Fazenda em São Paulo, o Ministro proibiu as negociações com o Movimento e o diálogo tornou-se áspero entre MST e Ministério.

“Enquanto esse ‘ministrinho’ não quiser falar com a gente, milhares de trabalhadores vão para as ruas”, disse Gilberto Portes de Oliveira, um dos coordenadores do MST [...]. “A invasão da delegacia da Fazenda é um equívoco, uma provocação, a exemplo da invasão da Superintendência do Incra em Cuiabá”, disse Jungmann [...] que “reitera o propósito de não negociar com o MST sem o compromisso com os direitos humanos e a integridade do patrimônio público, que é de todos” (FSP, 3/9/96, p. 1-8)

Mesmo assim, o Superintendente de São Paulo agendou uma reunião com o MST e os fazendeiros no Pontal, mantendo a sua realização após ter sido desautorizada. Em decorrência disso, no mesmo momento em que Ministro e Secretário anunciavam R\$ 30 milhões para os acordos de indenização dos fazendeiros para as quase 50 áreas reivindicadas no Pontal e que a liberação desses recursos ia “reduzir o clima de tensão no Pontal”, o Superintendente anunciava que pretendia “definir critérios para a realização da reforma agrária no Pontal” (OESP, 16/9/96, p. A-14) e estabelecia uma “pauta de compromissos” (FSP, 16/9/96, p.1-6) com Zé Rainha que envolvia outras fazendas.

O Ministro demitiu o Superintendente no dia seguinte, declarando que “ele tinha ordens para não negociar” (OESP, 18/9/96, capa). Em nota à imprensa, o Ministério informou que a substituição visava “dar seqüência às relações” entre os governos federal e estadual, pois ao governo paulista “compete a liderança das ações no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado de São Paulo). É função do Incra auxiliá-lo e apoiá-lo.” (FSP, 18/9/96, p. 1-13).

O Superintendente deixava o cargo, às vésperas da realização daquela reunião, em meio a acusações e contra-acusações que envolviam desde insubordinação até intervenção, passando por suspeita de corrupção¹²⁷. O Coordenador do ITESP passou a ser o novo Superintendente do INCRA e a Diretora do DAF o substituiu na Coordenação

¹²⁷ O Superintendente demitido “deixou o cargo atirando para todos os lados e foi duramente criticado por Jungmann” (DP, 19/9/96, p. 9). O novo Superintendente denunciou uma “negociata em processo de compra de cinco fazendas no Pontal do Paranapanema” envolvendo o antecessor (DP, 25/9/96, p. 11), pois este teria determinado a aquisição de terras devolutas como se fossem particulares, mas o ex-superintendente entendia que “houve foi uma crise de ciúmes do Secretário e do Ministro”, porque ele estaria “prestes a pacificar a região com um grande acordo entre sem-terra e fazendeiros” (FT, 26/9/96, p. 8)

do ITESP. As manifestações de desagrado vinham de todos os lados.

Lamentável. O [Superintendente] vinha se mostrando uma pessoa de amplo diálogo. Estou temeroso sobre o que pode acontecer daqui para a frente na região. (Presidente da UDR, FSP, 19/9/96, p. 1-10).

A Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Inbra divulgou ontem nota oficial repudiando a demissão do superintendente do órgão em São Paulo (FSP, 19/9/96, p. 1-10).

A direção nacional do MST considera “uma provocação” do ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, a demissão do superintendente do Inbra (FSP, 19/9/96, p. 1-11).

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) anunciou ontem a suspensão de trégua de invasões de terra no Pontal do Estado, diante da demissão do superintendente do Inbra [...] Em troca da trégua, [o Superintendente] havia assumido o compromisso de conseguir recursos do governo federal para assentar imediatamente 1.100 famílias no Pontal. (FSP, 19/9/96, p. 1-11)

O descontentamento com a mudança no rumo político das conversações com o INCRA-SP resultou numa crescente radicalização das atitudes do MST e da UDR. Sucediavam-se rompantes, ameaças, tiroteios... Guaritas eram construídas em fazenda, uma jornalista chegou a ser atingida e alguns sem-terra cavaram trincheiras em seus barracos para se proteger (Figura 4.12).

FIGURA 4.12. IMAGENS DA RADICALIZAÇÃO DOS CONFLITOS



↻ Guaritas em fazendas (FSP, 17/9/96); trincheiras em acampamentos (FSP, 25/10/96) ↻.

Mas os novos dirigentes deixavam claras a integração das ações e a priorização da estratégia definida no Plano do Pontal pelas duas esferas de governo. Sem a válvula de escape da resistência velada da Superintendência do INCRA, as negociações no 11º MP tomaram novo impulso. Uma nova tentativa foi realizada, com a participação de um dirigente nacional do INCRA.

Por exemplo, estive uma vez com o Jungmann, no ministério da Reforma Agrária, ele falou: nós não podemos intervir no Pontal. Lá não é problema nosso, é problema do Estado, nós não podemos desapropriar, nós não sabemos quem é o dono, se é o Estado ou o particular. Então, nós não podemos intervir lá no Pontal, não podemos desapropriar. Então, o que ele faz: repassa o recurso pro Itesp e o Itesp negocia. [...] Bom, então veja bem. Mesmo nas reivindicatórias, ce sabe que tem decisões... né? Então o pessoal, pô, fica naquela dúvida. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

Então, em 27 de setembro de 1996, exatamente um ano após o lançamento do Plano do Pontal, os primeiros acordos de indenização de benfeitorias foram realizados.

O governo paulista e o Incra anunciaram acordo com donos de cinco fazendas do Pontal do Paranapanema (região oeste). O Incra pagará benfeitorias feitas em terras devolutas, e nelas serão assentadas 374 famílias de sem-terra. Acordos com outras 33 fazendas estão sendo negociados. (FSP, 28/9/96, primeira página)

Quando esses primeiros acordos foram realizados, houve dois movimentos divergentes entre os fazendeiros.

Para um grupo, liderado pelo Sindicato Rural de Presidente Prudente, prevalecia a busca individual do acordo mais vantajoso, que resultava numa articulação circunstancial para pressionar pela elevação dos valores.

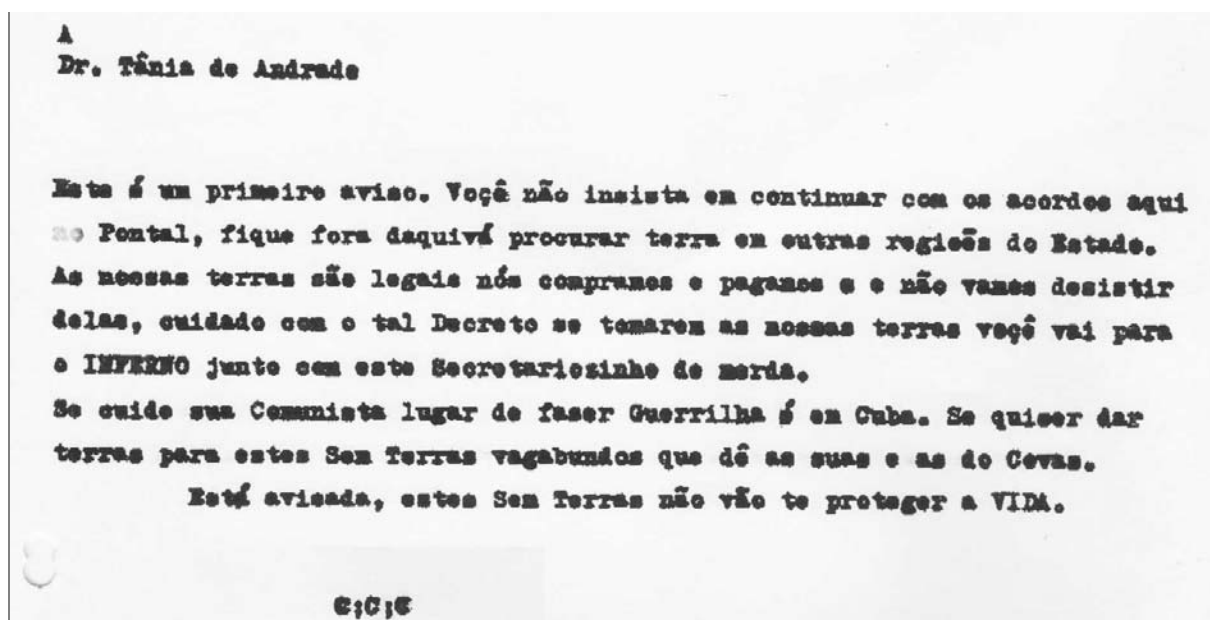
Cada um queria um acordo melhor pra si. Entendeu? Nenhum tava pensando no outro. Nunca vi um fazendeiro aqui vir fazer acordo, vir procurar pra fazer acordo, dizendo: olha, porque o meu companheiro, o meu vizinho... Absolutamente. Cada um queria o seu benefício. (Chefe da Procuradoria Regional do Pontal em 1995, 24/05/05)

Eu fiquei impressionado com duas coisas: a vontade que eles tinham de negociar, mas ao mesmo tempo como eles estavam preparados também pra não deixar barato! Eles não tavam assim numa situação... Eles tavam preparados pra impor resistência com relação a preço. E também os primeiros acordos tiveram aquela dificuldade natural, porque você cria um fato que vai virar referência, então ninguém queria, né? Porque aquilo ia

estabelecer um patamar. Depois que você fizer 3 acordos num patamar, aquilo fixa esse patamar. Você pode discutir com o cara que a área dele não é exatamente como aquela, mas o padrão ficou estabelecido. Então teve bastante resistência pra se estabelecer esse padrão. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 29/7/05)

Para outro segmento, capitaneado pela UDR, prevalecia a radicalização na resistência à proposta de solução negociada, que resultava em manifestações na mídia favoráveis à violência armada, chegando a extremos em carta anônima de ameaça aos representantes do Estado (Figura 4.13).

FIGURA 4.13. FAC-SÍMILE DE CARTA DE AMEAÇA: RADICALIZAÇÃO CONTRA OS ACORDOS.



A própria UDR fez publicamente inúmeras ameaças públicas de acirramento e chegou a anunciar a adesão dos fazendeiros a uma estratégia do não-acordo, mas, na verdade, a liderança que exercia sobre a maior parte dos fazendeiros era difusa e intimidativa, enquanto o Sindicato Rural de Presidente Prudente estimulava os acordos. No final eram os interesses econômicos e individuais que prevaleciam.

Eu recebia fazendeiros aqui que falavam pra mim: Dr., eu não quero nem saber de UDR, odeio a UDR. Não quero nem saber de UDR, eu não tô nessa, eu tô querendo fazer acordo no meu caso, acabar com meu caso e acabar minha história. [...] Eles tinham muito medo de serem considerados traidores. [Um fazendeiro] me falou isso n vezes. Que ele tinha muito medo de ele fazer acordo e ser considerado pela classe dos fazendeiros um traidor. Mas eu nunca senti que houvesse uma articulação entre eles. (Chefe da Procuradoria Regional do Pontal em 1995, 24/05/05)

Inclusive eu presenciei um ato lá, que nós tava no shopping, na praça da alimentação, [um fazendeiro] cumprimentou um companheiro dele e o cara não estendeu a mão pra ele. Aquilo me doeu. Bom, ele foi meu companheiro de diretoria, um cara religioso, né? E ele pensou diferente. Ele preferiu sair duma situação de aborrecimento e no lugar disso... E muitos deles pensam a mesma coisa. Então, que daí essa situação que você tá... Por exemplo, eu aconselhei várias pessoas: *Vai embora. Negocia e vai embora!* (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

E depois de algum tempo, nem mesmo os integrantes da UDR mantinham essa resistência, que foi reduzida a praticamente zero.

A UDR também, aos poucos foi quebrando aquela resistência também. No começo, eles eram totalmente radicais, né? Mas com o passar do tempo a UDR também foi mudando de postura, por exemplo, eu ouvi algumas vezes o Nabham achar que é melhor o acordo. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

Acho que quebrada a resistência inicial, principalmente ideológica, de tá sentando com o Estado pra assentar sem-terra nas terras que eles consideravam deles, da família deles e tudo mais, a gente teve um período de negociação bastante razoável, teve um período assim que não teve mais essa discussão em termos ideológicos, a gente teve mais uma briga em relação a valores. Eles sempre buscaram supervalorizar as suas terras, mesmo aquelas terras degradadas, com erosão, vossoroca, tudo, eles sempre achavam que era a melhor fazenda do Pontal, sempre tinham esse discurso pra apresentar. Mas buscaram uma compensação econômica e paralelamente ao que se tinha em termos de fronteiras agrícolas e de recursos pra comprar novas terras, eles compraram, acharam que fizeram um negócio razoável e fecharam acordo. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 27/11/04)

Pela tranquilidade e o valor era condizente. Bom, naquela época também o pessoal teve uma felicidade que conseguiu com as privatizações que as TDAs eram bem aceitas, às vezes sem nenhum deságio. Então o fator sorte contribuiu. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

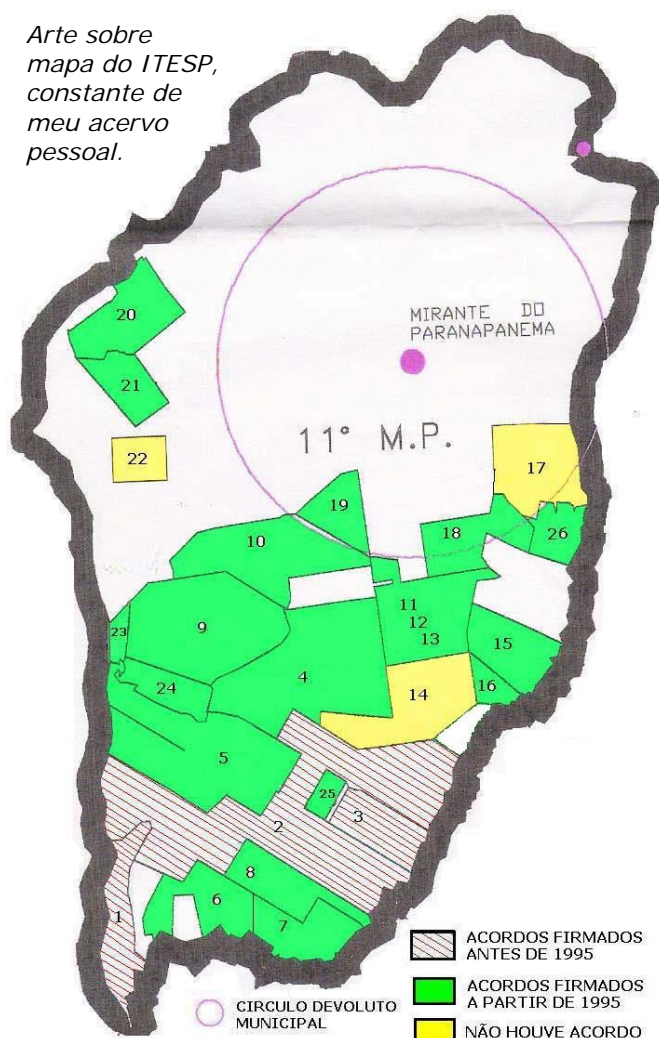
E assim no 11º MP todas as fazendas tornaram-se assentamentos definitivos¹²⁸, mesmo algumas que nem haviam sido reivindicadas judicialmente, por

¹²⁸ Mesmo nas três fazendas do 11º MP em que não houve acordo, os lotes provisórios foram ampliados para lotes definitivos e o excedente de famílias foi remanejado para outras fazendas, em assentamento definitivo.

terem área inferior ao mínimo estabelecido de 500 hectares (Figura 4.14).

FIGURA 4.14. ASSENTAMENTOS NO 11° MP

Arte sobre mapa do ITESP, constante de meu acervo pessoal.



ASSENTAMENTOS NO 11° MP

Fazenda	Fam.	Área (ha)
01. Santa Clara	46	976
02. São Bento	183	5.190
03. Estrela D'Alva	31	784
04. Arco-Iris	105	2.616
05. Haroldina	71	1.965
06. Canaã	55	1.224
07. King Meat	46	1.134
08. Santana	29	700
09. Santa Apolônia	104	2.658
10. Mirante	57	1.540
11. Santa Rosa 1	24	692
12. Lua Nova	17	375
13. Santo Antônio 1	17	532
14. Santa Cruz (30%)	17	294
15. Flor Roxa	39	954
16. Washington Luís	16	343
17. Santa Isabel (munic) (30%)	70	492
18. Santa Cristina (municipal)	35	838
19. Mirante (municipal)	23	618
20. Santa Carmem	37	1.062
21. Santo Antônio 2	25	518
22. Santa Rosa 2 (30%)	13	232
23. Marco II	9	243
24. Alvorada	21	565
25. Nossa Sra. Aparecida	9	175
26. Santa Lúcia	24	597
Total	1.123	27.317

OBS:

1. Nas áreas onde não houve acordo, os 30% obtidos foram transformados em assentamentos definitivos, reduzindo o número de famílias assentadas e aumentando seus lotes para o módulo adequado, remanejando o excedente de famílias para outros assentamentos definitivos.
2. As áreas menores que 500 ha nas proximidades dos assentamentos foram negociadas por iniciativa dos próprios fazendeiros e transformadas em assentamentos definitivos de imediato.

Não era muito a proposta do Movimento, mas do Estado com os emergenciais. E daí conseguiu aquele Município ter hoje mais de 28 ou 30 assentamentos¹²⁹ e assentou uma base de 1500 famílias naquele momento. (Bill, liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

¹²⁹ Esses números são diferentes dos apresentados na Figura 4.14 porque, nesse mesmo município, em perímetros vizinhos, foram implantados mais alguns assentamentos.

Com o tempo, as manchetes sobre os conflitos no Pontal foram saindo da cena nacional, sendo substituídas por outras relativas aos acordos de obtenção de terras para assentamento, praticamente restritas à imprensa local (Figura 4.15).

FIGURA 4.15. NOVOS ACORDOS NO PONTAL



Extraído de: Oeste Notícias de Presidente Prudente, 14/2/97, p. 1.

Em 1997, diálogo entre a SJDC e o ITESP, os fazendeiros e a liderança do MST passou a ser funcional e marcado pela cordialidade. O Plano do Pontal incorporava-se aos poucos ao cotidiano das relações e até 1998 houve acordo em 90% dos casos de ação reivindicatória sobre terras devolutas na 10ª Região Administrativa do Estado.

4.4. O VÔO DO BESOURO

O Plano do Pontal fora uma ousadia em muitos sentidos: porque inovara no aspecto jurídico; porque apostara na negociação de forma sistemática, apesar das resistências; porque representou uma nova dinâmica de ação do Estado que em muitos momentos e para muitos dos atores sociais envolvidos parecia impossível acontecer.

É como a conversa do besouro: se o besouro soubesse que pelas leis da física ele não poderia voar, ele talvez não voasse. Nós não tínhamos uma idéia tão profunda de todo esse processo maluco e construímos uma proposta nossa. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC entre 1995 e 2000, 2/8/05)

Durante o Governo Covas, em todos os Perímetros já julgados devolutos no Pontal, o Estado ajuizou dezenas de ações reivindicatórias sobre todas as fazendas com área superior a 500 hectares, mesmo em locais aonde o movimento de luta pela terra ainda não tinha produzido ocupações e confrontos.

Então, no período, o Covas pegou tudo, não só o 11º Perímetro, como pegou área como Venceslau, Caiuá, Bernardes, esses outros lugar, Piquerobi, mais outras áreas. Então numa porrada só, nessa região, no final de 95 pra 96, saiu várias áreas, abrangeu mais municípios além do município de Mirante do Paranapanema. (Bill, liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

E em todos os demais Perímetros ainda não julgados devolutos onde foram localizadas fazendas com área superior a 500 hectares, outras dezenas de ações discriminatórias foram ajuizadas. Em todos os casos, a estratégia de obter o encerramento da ação por meio de acordo foi utilizada, e em boa parte houve sucesso.

Então 1995 foi o ano do estabelecimento das relações e da confiabilidade e do papel que o Estado tinha. Depois, no ano seguinte já, embora com manifestações mais complicadas na sociedade, quando a gente começou a ter o movimento social lá plantando, fazendo pão, colhendo milho, o que acontece? Acontece em 1996 que tudo que a gente incluiu e colocou no papel e a cumplicidade das relações que a gente estabeleceu, pro lado entre as agências de Estado, e em direção à União, em direção ao fazendeiro, em direção ao movimento social, e aí movimento social eu falo lideranças, gente acampada, gente assentada... nós conseguimos começar a criar esperança. Nós restabelecemos padrões de confiabilidade na ação do Instituto, na ação do Governo, estabelecemos um caminho pro Instituto, estabelecemos metas pros assentamentos. E essa confiabilidade é curiosa, o Governo vai parando de falar em metas e prazos, que nós é que nos impusemos, porque em 30 de junho de 1996 estouramos as metas e aí continuamos. [...] Então esse primeiro ano foi uma das relações assim... das mais instigantes. Aí, já com os primeiros convênios firmados, com os primeiros concursos, começa a haver uma aposta de profissionalismo e de eficiência – que é um princípio constitucional a eficiência – e começa a aumentar o grau de confiança. Aí começa a se

criar um outro clima, já era uma questão de eficiência, e o ITESP vai puxando eficiência atrás de eficiência, e os assentamentos vão se desenvolvendo. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Alguns anos depois, mais de 70 acordos de indenização de benfeitorias haviam sido firmados, milhares de famílias estavam assentadas em definitivo na região. Depois de um certo tempo, os acordos começaram a ser firmados antes mesmo do ajuizamento das ações reivindicatórias, de forma que algumas ações tiveram duração de menos de uma semana, ou seja, apenas o tempo suficiente para a homologação judicial do acordo. Onde o acordo não foi possível, as ações ajuizadas – algumas poucas reivindicatórias, boa parte das discriminatórias e todas aquelas desapropriatórias de Sandovalina – ainda permaneciam tramitando quando este trabalho estava sendo escrito, dez anos depois.

Mas, embora os conflitos não tenham sido eliminados das relações sociais no Pontal do Paranapanema – nem seria possível esperar que isso acontecesse – o nível de exacerbação da violência foi muito reduzido. E ninguém foi morto.

As imagens e histórias a seguir (Quadros 4.10 a 4.14) todas se referem a Mirante do Paranapanema e objetivam permitir ao leitor compartilhar os efeitos de ordem social e econômica, mas também a emoção que decorreram da conjugação da *luta* com a ação estatal na execução do Plano do Pontal.

QUADRO 4.10. TERRA, DIGNIDADE

Desde 1991 foi aquela luta em questão dos acampamentos, né? Luta pela terra, foi um conflito muito grande que teve naquela época, assim, da briga pela terra com os fazendeiros, muita pressão... e a gente teve muito sofrimento naquela época, mas aquilo serviu até de lição de vida pra gente. Sentimos hoje feliz por aquilo ter acontecido, porque se não tivesse acontecido a gente não estaria hoje na condição de vida boa que a gente se encontra.

(Assentada na Santana, acampada desde 1991, 26/5/05)

Tem um pedaço que toda vez que eu vou lá, toda vez que eu entro lá, eu me recordo. Ali na Haroldina, na sede da Haroldina, um dia que tava lá os fazendeiros todos, grande parte dos fazendeiros tava lá, também tinha lá na porta da fazenda um monte de acampados, um monte de acampados! Lotado de Movimento Sem Terra lá. Um monte de acampados! E onde foi feito a assinatura dos acordos, um monte de fazendeiros pra entregar as áreas, tava o Secretário e todos nós estávamos lá na sede. E assinando os termos de acordo lá. Aquela confusão toda, aquilo ali me marcou. E aí firmou lá os acordos e foi anunciado isso para o público... Tinha um cordão na frente da Haroldina e aí tava lá um monte de polícias protegendo essas pessoas, né? Aí eles foram embora e eu lembro que o pessoal tudo entrou lá pra dentro, liberou tudo lá pra dentro, todo mundo feliz. (Agrônomo do ITESP desde 1993, 25/5/05)

O que mais me marcou foi as ocupações porque sofremos muito com as ocupações, mas no final foi um final feliz porque somos assentado e somos digno agora. Essa que é a minha marca, né? Ruim no começo, mas pro fim foi bom... Então é só coisa boa! Que se não tivesse ocupação também não tinha terra, então a terra é através de uma luta, que é a luta pela vida digna. (Assentado na Santana, acampado desde 1991, 26/5/05)

QUADRO 4.11. TERRA, MORADIA



Fotos:

1995 a 1998 – Técnicos do ITESP no Pontal

2005 – Tânia Andrade

1995 – casa de lona
(assentamento emergencial)

1996 – casa de madeirite
(assentamento provisório)

1998 – ampliação em alvenaria
(assentamentos definitivos)

2005 – casas de alvenaria
(assentamentos definitivos)



QUADRO 4.12. TERRA, EDUCAÇÃO

O que marcou minha vida, muito assim, a história da nossa vida, foi a luta pela educação.

Quando nós chegou aqui que não tinha escola, tava ainda com os filho embaixo de um barraco de lona, e nós tudo unimo as mulheres na associação e fomos atrás de conseguir a escola do Pé de Galinha. Foi uma das coisas que mais marcou minha vida. Aí eu continuei na liderança do Movimento... Eu entrei pra Coordenação do Movimento Sem Terra, eu entrei pra coordenação da educação, movimento da educação, pra lutar pela educação.

Então foi uma coisa que marcou muito porque foi através daquela luta que a gente fez, daquele trabalho de desenvolvimento, que hoje nossas criança tem escola digna, tem filho de assentado hoje fazendo faculdade... Então foi através daquela luta que nós conseguiu mostrar pro Estado que nossos filho realmente precisava da escola, assim, da educação. E é isso que a gente ficou feliz né? Minha vida marcou demais naquele período. Que a gente conseguiu que tivesse escola. Aí veio vindo, com essa luta, com a saúde, educação... Não foi fácil, né? Mas a gente conseguiu. A história da educação. A história da educação nos assentamento foi o que mais marcou minha vida. Hoje eu sou muito contente de saber que meus filhos estudam aqui, uns conseguiram fazer faculdade, colégio agrícola, sabe?, tudo vindo aqui dos assentamento, né? Então, por exemplo, Tem pessoas fazendo odonto no Paraná... então assim, a gente tem alegria por isso. Uns tão cursando advocacia, já... Mesmo que ele saiu daqui e não tá mais, teve aluno que chegou pra mim e falou assim: Nazaré, hoje eu sou grato porque a Escola do Pé de Galinha permitiu pra mim ter dois anos a mais de educação, se eu tivesse perdido não tinha conseguido fazer um curso bom, tá entendendo? Senão tinha atrasado, tinha desanimado. Então, graças à luta... isso marca muito a vida da gente, né? Acho que pra mim, eu falo sempre, né?, se for pra não lutar mais eu já tive... assim... tive um privilégio na minha vida, porque eu sei que muitos hoje tá cursando um curso bom graças à coragem que eu tive naquela época de enfrentar, que pra mim também não foi fácil não. Deixei meus filhos, marido... Ele cozinhou 3 anos, ele cozinhou, praticamente ele criou aquela garota [mostra a filha de 6-7 anos], sozinho. Que eu vivia lutando.



E hoje eu conheço todos os assentamento, as estrada do assentamento, todas as estradas como a palma da minha mão, até os desvio, eu conheço todos. Fui atrás de aluno, fui atrás do pai. Hoje eu me sinto realizada, de saber que nossos filhos tem... Meu menino mesmo, com 16 anos ele termina o 3º colegial. Pelo fato de que se eu não tivesse lutado ele não estaria terminando com 16 anos, né? Então eu tô realizada. Então a luta da educação foi a que mais me deu muita força pra lutar... (Assentada na Santana, vereadora em Mirante, 26/5/2005)

QUADRO 4.13. TERRA, TRABALHO



Distribuição de calcário – 1996



Plantio – 1998



Produção de leite e estufa – 2005



Fotos:

1996 a 1998 – Técnicos do ITESP no Pontal

2005 – Tânia Andrade

QUADRO 4.14. TERRA, ALIMENTO

Eu estava trabalhando num assentamento em Mirante chamado King Meat. Até hoje eu ainda me emociono quando eu falo. Um determinado dia eu cheguei pra fazer uma visita em um dos lotes. Cheguei lá pra fazer a visita, andei pra olhar uma lavoura de feijão e depois o assentado pegou e me chamou pra entrar na casa dele. Até então, a casa muito simples, parte de alvenaria, parte de madeirite. Porém, na hora que eu entrei na sala dele, aí na hora de sentar não tinha sofá. Eu tive que sentar em cima de um saco de arroz. E eu me emociono porque naquele momento ele começou a contar a história de vida dele, que ele era de Mirante, que vários dias ele saiu pra trabalhar, ele levava arroz e farinha, quando muito ele tinha um ovo pra comer, e quando não, foram várias as vezes em que ele saiu da casa dele com a marmita nas costas, subiu em cima de um caminhão pra ir trabalhar, aí o dono da lavoura chegar e mandar: Ó, fulano, ciclano, beltrano, incluindo ele, incluindo ele!, descer. Porque não tinha mais serviço praquelas pessoas. E naquele dia, a gente sentado ali, ele batia a mão num saco de arroz, batia a mão num saco de feijão, ele me falando, em volta da casa dele tinha abacaxi, tinha manga, ele tinha abóbora, ele tinha mandioca plantada, ele criava galinha no terreiro, e hoje, negócio é o seguinte: ninguém mandava descer de cima de um caminhão! E ao mesmo tempo ele não comia mais arroz puro. A partir do momento que ele passou a ser assentado, a partir daquele momento, ele tinha o que comer na casa dele. Ele se privava de algumas coisas, mas faltar, digamos, o que comer e com qualidade, pra ele não faltava. E ele começava a contar essa história, as lágrimas desciam do olho dele, que era um senhor já de idade. Então, até hoje, quando eu lembro essa história eu mesmo me emociono porque... [ele enxuga uma lágrima furtiva] Aquele dia lá foi difícil, aquele dia lá.
(Agrônomo do ITESP desde 1996, 25/5/05)

Um cara tinha pegado lote na Haroldina e ele tava lá e não tinha nada. Nada. Só tinha o barraquinho e o lote, nem cercado não era. A única coisa que ele tinha era uma telazinha que ele cercou um pedacinho lá, uns 10 x 8 mais ou menos. Aí beleza, a gente trabalhando naquele trabalho todo, indo pra lá, vindo pra cá, ajeitando, fazendo projeto, depois de 4, 5 meses eu fui lá conversar com ele. Fui falar com ele, ele falou: Ó, rapaz, to só comendo mandioca e abóbora e batata... Eu pensei que ele ia reclamar! Pensei que ele ia reclamar disso aí. Mas na realidade ele tava me contando era contente, que ele tinha tirado aquilo lá já da terra, entendeu? E eu falei: Pô, esse cara tá ferrado! Só comendo batata, tal, pensei que ele ia reclamar. Não. Ele veio, me abraçou, e foi lá e mostrou pra mim onde é que ele tava tirando o alimento dele. Aquilo foi muito marcante pra mim. Aquilo lá... Olha, acho que vou ficar velhinho e ainda vou lembrar daquilo lá.
(Técnico Agrícola do ITESP desde 1996, 25/5/05)

É assim, né? Hoje aqui tem conforto, em vista do que a gente vivia. Hoje tem conforto, véve... Tem energia, geladeira, televisão... A condição de vida melhorou, né? Você tem fartura dentro do lote, dentro de casa, você não vê miséria... Isso que é importante, né? Ter a barriga cheia... você não ver seu filho ter vontade de comer alguma coisa e você falar: ai, não posso dar. Muito difícil, né? Porque geralmente hoje a renda dessas pessoa cresceram bastante, então isso é viver a vida digna. Por isso tem que ter reforma agrária! Isso é uma luta que acho que não pode parar! [...]

Pelo fato que se tivesse reforma agrária, se a pessoa ficasse na terra, essas FEBEM hoje a gente não via rebelião. Eu vejo assim: eu tenho 4 filho, meus filho todos estuda. E hoje é muito difícil você ver falar que um filho de assentado tá lá roubando ou fazendo alguma coisa, porque ele está lá ocupado com a mente dele... [...]

Por mais que o assentado... se justifica que o assentado não sabe produzir, às vezes criticam isso... Mas o assentado tá sobrevivendo, ele não tá lá nas periferia roubando, ele não tá lá desempregado, ele tem ocupação. Muita ou pouca, ele tem nesse lote. [...]

Reforma agrária é que traz dignidade às família. Reforma agrária é que traz barriga cheia, esperança de vida. Eu falo pelos meus filhos. Meus filhos falam: eu vou lutar, fazer faculdade, todo o possível, mas eu não quero sair do sítio... Porque? Porque a gente tem uma renda do sítio é uma renda boa, uma renda que dá pra sobreviver tranqüilo... [...]

E é a renda que nós tira do sítio. Meus filhos mesmo falam: meu negócio é criar vaca leiteira, produzir, saber que todo mundo tem barriga cheia, isso é a mentalidade de um jovem que tem um solo, que é da reforma agrária. O filho do camponês ele sempre quer ser camponês, ele sempre vai ter amor pela terra... (Assentada na Santana, 26/05/05)

Talvez esse fecho fuja um pouco do objeto da dissertação, Talvez eu tenha caído na armadilha da emoção. Mas eu não podia deixar de encerrar essa *história* sem lembrar aquela frase já famosa do 'nosso' Zé Gomes: *Por pior que seja, a reforma agrária sempre traz casa, comida e trabalho...*



*CAPÍTULO 5:
HONRA, AMOR E ÓDIO NOS
CONFLITOS DO PONTAL.*



Arte sobre foto do acervo ITESP

5. HONRA, AMOR E ÓDIO NOS CONFLITOS DO PONTAL.

*Así como el cosmos necesita "amor Y odio", fuerzas de atracción y de repulsión, para tener una forma, así la sociedad necesita una relación cuantitativa de armonía y desarmonía, de asociación y competencia, de favor y desfavor, para llegar a una forma determinada.
(SIMMEL, 1977:267).*

Se o observador externo, ao seguir a sucessão de conflitos e acordos que se verificou no Pontal em 1995 e 1996, ficou com a impressão de que nunca se chegaria ao fim, captou um ponto essencial para entender essa questão – os conflitos não se resolvem e acabam, eles se (re)compõem e assumem novas configurações. E, ressalte-se, não se trata *do conflito* do Pontal, mas de um *conjunto de conflitos* imbricados e inter-relacionados, que se desenvolvem em vários planos. Por essa razão, os conflitos não se encerram com a propositura nem mesmo com o final de ações judiciais ou com a conquista de uma reivindicação, eles se reconfiguram em um processo espiral que tende ao infinito.

Quem pretender analisar as relações que hoje se dão entre as famílias assentadas, ou entre elas e suas lideranças, ou entre elas e o Governo, certamente perceberá uma nova teia de conflitos se desenvolvendo, em outros planos de relações, com outras motivações, com outros propósitos.

Há uma idéia corrente de que o conflito seja uma manifestação de algo, em

si, *mau* – o conflito quebraria a unidade social vigente, levaria à dissociação. Conforme o ponto de vista adotado, seria preciso eliminá-lo (ou acirrará-lo), para evitar (ou acelerar) a transformação social que esta dissociação poderia ocasionar. Mas o fato é que, se desde sempre o conflito está presente em todas as formas sociais conhecidas, faz parte das relações no seio da humanidade, é preciso aprender a conviver e lidar com ele. Não se trata de dizer, ao inverso, que o conflito seja *bom*, mas que ele é uma forma de sociação, no dizer de SIMMEL:

Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação. E de fato, os fatores de dissociação – ódio, inveja, necessidade, desejo – são as *causas* do conflito; este irrompe devido a essas causas. O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes. (MORAES F°, 1983:122)

No Pontal, o que se viu foi um conflito coletivo de grandes proporções. Não se tratava de um *dualismo divergente*, mas de muitos, cruzados, superpostos por vezes, em que os interesses muitas vezes se confundem e as posições muitas vezes se alternam, na medida em que esses dualismos vão se revelando e resolvendo.

Na avaliação dos entrevistados sobre a configuração dos conflitos no Pontal, é unânime a caracterização dos sem-terra e dos fazendeiros como *partes* em conflito, cabendo ao Estado o papel de *intermediário* ou *mediador* (esse ponto será tratado adiante). No entanto, as narrativas apontam diretamente para a existência concreta de atritos e focos de conflito entre cada uma dessas *partes* e o Estado, que converte o próprio Estado também em *parte*. O Estado assume o papel de parte em relação ao MST, quando impõe mecanismos legais de cadastro e assentamento, por exemplo; e em relação aos fazendeiros quando impõe as reivindicatórias e estabelece critérios e métodos relativos às indenizações das fazendas em terras devolutas. Assim, pode-se desenhar uma relação desses três atores, num esquema de relacionamento triangular, em que todos se comunicam diretamente.

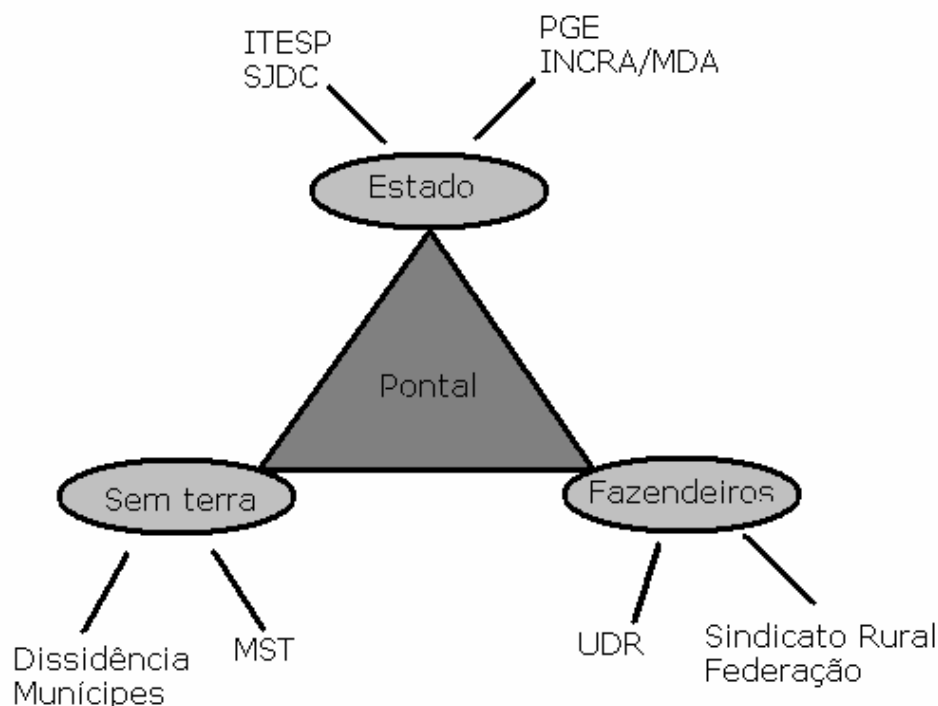
Mas as narrativas indicam também a existência de conflitos internos entre os segmentos que compõem essas três partes, de forma que cada uma delas se apresenta dividida e se compõe de sub-partes que conflitam entre si, ainda que isso não seja imediatamente visível e nem represente um sentido de ruptura suficiente para que a unidade de cada parte se desfaça.

Os sem-terra, que aparecem representados pelo MST, entram em conflito

internamente em relação às estratégias relacionadas aos assentamentos provisórios e aos métodos das lideranças do MST; os fazendeiros conflitam entre si em relação aos acordos com o Estado e à forma de resistência acerca de suas fazendas; o Estado tem conflitos internos quanto ao modo de pacificar o Pontal e ao uso das terras devolutas.

O que as narrativas demonstram é que os três atores principais – sem-terra, fazendeiros, Estado – ainda que internamente divididos, configuram-se como unidades dialéticas, cuja posição no conflito varia conforme o jogo de forças internas a cada momento, num esquema simbólico de relacionamento que represento de forma simplificada na Figura 5.1.

FIGURA 5.1. ESQUEMA SIMBÓLICO DE RELACIONAMENTO NOS CONFLITOS DO PONTAL



O que se pretende analisar aqui não é, evidentemente, quem estava 'certo' ou 'errado' em cada situação; ou especular se as coisas poderiam ser diferentes caso esse ou aquele ator agisse dessa ou daquela maneira.

No sentido empregado pelo filósofo Ortega Y Gasset, entendo que cada ator quando age em sociedade, age em função do que ele é e traz consigo de sua vivência pessoal e também em função das circunstâncias do fato social que ele vive – as que constroem o fato social e as que dele derivam. Não creio que se fossem outras as pessoas envolvidas, ainda que representando o mesmo triângulo protagonista, tudo se passasse exatamente da mesma forma; mas também não creio que sob outras

circunstâncias, aquelas mesmas pessoas agissem exatamente como agiram. Vale dizer: não me filio à linha do determinismo do fato social sobre os indivíduos, mas entendo que cada indivíduo reage ao fato social pela interação do que ele é como pessoa com as circunstâncias vividas, num intercâmbio que se desenvolve também em espiral.

A análise neste capítulo foca, então, a forma como esses conflitos se desenvolveram e em quais planos de relações, para tentar entender que elementos se intercambiaram entre o pessoal e o fato social que levaram a determinadas atitudes que sobressaem no desenrolar da história de conflitos do Pontal. Nesse sentido, do exame dessa verdadeira epopéia narrada nos capítulos anteriores, destaco aqui algumas questões que merecem um olhar mais prolongado.

Por que a data de 31 de dezembro tornou-se tão importante? Uma das pessoas entrevistadas fazia à época o seguinte questionamento: *"Por que mudar o pessoal à noite e tudo? Pra que esse trato todo que tem que ser tão rápido assim, por que tem que ser dia 31 de dezembro, com esse sacrifício todo? Não pode ser dia 10 de janeiro?"*. Essa pergunta leva a uma outra: o que levou a que um motivo de menor importância frente à luta pela reforma agrária (a data exata em que as famílias iriam para a terra) se transformasse no pivô de uma ruptura tão exacerbada entre o Movimento e o Estado e o Movimento e sua base?

Por que nesse processo o MST rachou com o ITESP, seu aliado de tão longa data, se à frente da instituição estavam diversas pessoas cujo compromisso histórico com a reforma agrária era reconhecido? Como entender a divergência do MST e sua postura ambígua ao longo de todo o processo? E por que as famílias acampadas não seguiram o MST, se estavam há anos sob sua liderança? O que faz com que se opere essa inversão, pela qual o "Estado" – o *inimigo* tão arraigado que por tanto tempo e até tão recentemente se punha francamente ao lado dos senhores da terra – recebesse das famílias um voto de confiança em detrimento da orientação de quem sempre conduziu a luta a seu favor?

E, como entender que o atendimento, ainda que parcial, de uma reivindicação do movimento social pudesse gerar tanta discórdia? Como entender que, quando pela primeira vez na história do Pontal um Governo se estruturava para ter uma ação planejada de democratização do acesso a terra, justamente aqueles que seriam seus principais 'beneficiários' estivessem insatisfeitos?

Em outro sentido, por que a questão dos assentamentos provisórios se tornou tão importante, se os assentamentos emergenciais anteriores disponibilizavam ainda menos terra para as famílias assentadas? Que motivações estariam na base de tanta

insatisfação, se medidas parciais ou paliativas tomadas por governantes anteriores não tinham causado esse efeito, como se viu ao longo da história dos conflitos no Pontal?

O descontentamento entre os fazendeiros aparentemente era mais compreensível e talvez pudesse ser explicado pela expectativa frustrada que eles tiveram. Afinal, a ação do Estado era um movimento claro de enfrentamento de seu domínio sobre as terras do Pontal e no final de 1995 eles ainda não tinham visto "*nem cheiro de dinheiro*", ao mesmo tempo em que começavam a perder parte de 'suas' fazendas. Todo o seu discurso em público voltava-se à questão das indenizações, seus valores, prazos e condições de pagamento. Mas seria só uma questão financeira o que estava em jogo?

E o que explica as resistências internas, às vezes veladas, outras escancaradas, vividas no interior do Estado ao se tentar pôr em prática um plano de ação que aparentemente havia sido construído sob a égide do consenso? Seria algo decorrente do matiz ideológico dos agentes estatais envolvidos ou uma resultante da própria configuração das estruturas burocráticas envolvidas na questão?

O que estava realmente em jogo em cada eixo dos conflitos? Como eles se desenvolviam? Que conflitos eram esses, afinal?

Os conflitos no Pontal ocorreram em vários planos de enfrentamento, que envolviam de questões de honra a relações de poder, políticas e institucionais, relações pessoalizadas, mas também relações que só podem ser entendidas sob a égide dos grupos sociais ou comunidades. Neste capítulo serão abordados alguns desses planos do conflito, aqueles que considere mais relevantes para o entendimento dos principais momentos da história narrada, sem esquecer o papel da imprensa nesse processo.

Infelizmente não será possível abordar um aspecto crucial – e certamente presente – relativo aos conflitos de classe entre fazendeiros e sem-terra, em razão do número insuficiente de entrevistas com fazendeiros, que permita embasar as análises com seus depoimentos.

Pela mesma razão, não serão abordados nesse capítulo os conflitos internos existentes – e significativos – entre as facções dos fazendeiros (UDR, Sindicato Patronal e Federações) e entre a liderança dessas facções e a base dos fazendeiros.

Esses aspectos foram percebidos na pesquisa nos depoimentos dos outros atores sociais, mas o principal material de que disponho relativo aos fazendeiros, a transcrição de seus depoimentos junto à Câmara Federal em 1997, diz respeito principalmente aos conflitos de Sandovalina, posteriores ao episódio de Mirante do

Paranapanema sobre o qual incide o recorte deste trabalho.

5.1. DESAFIOS DE HONRA

A grande razão para que a data de 31 de dezembro de 1995 se tornasse tão importante está em que ela surgiu de um compromisso de honra¹³⁰.

A partir de 4 de novembro¹³¹, estabeleceu-se um prazo para a execução das ações governamentais na região. Mas, mais do que isso, selou-se um pacto: quando o Governador Mário Covas e Gilmar Mauro apertam as mãos em acordo no Pontal, o Governador se compromete a assentar mil famílias até 31 de dezembro e o MST se compromete a aguardar o cumprimento desse compromisso sem realizar novas ocupações. Esse acordo, selado por um gesto, não foi assinado nem formalizado em papel, mas foi registrado e reproduzido por toda a imprensa. E testemunhado por centenas de sem-terra.

Covas fecha acordo com os sem-terra. Com um aperto de mão às 14 horas de ontem, o Governador Mário Covas (PSDB) e Gilmar Mauro, da coordenação nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST), fecharam um acordo para o assentamento de 2.100 famílias de trabalhadores do campo em terrenos do Pontal do Paranapanema. (DP, 05/11/95, p.7)

O aperto de mão foi um gesto simbólico no qual a garantia do compromisso era a honra de cada um. Alguém honrado não falta à palavra dada, alguém honrado não mente. O próprio Governador inaugura essa linha de argumentação, mas ela tem ecos profundos entre os próprios sem-terra.

O não cumprimento de uma “palavra dada” e a traição ferem profundamente os valores e a moral camponesa, fato que aponta para a quebra de um pacto, dando os elementos para o início de um conflito. (BARREIRA, 1999:138)

Analisando o episódio na perspectiva em que BOURDIEU (1965) aborda os conflitos de honra na sociedade cabília, a mão estendida do Governador em direção ao líder do MST configurou-se em um movimento de dupla sinalização: por um lado era um desafio, por outro honrava o MST com um tratamento de igualdade – ninguém desafia senão quem considere digno de ser desafiado, um seu igual em honra. Assim, a única

¹³⁰ Não se pode negar que havia pressa na ocupação das áreas após a obtenção das liminares de tutela antecipada, mas isso não necessariamente exigia a conclusão da transferência das famílias até essa data exata, sendo razoável supor que pudesse se estender por alguns dias a mais sem prejuízo jurídico aparente.

¹³¹ A importância dessa data é atestada pela liderança do MST: “Eu lembro que era um tipo de um confronto, nós e o Estado, depois da reunião que aconteceu com o Mário Covas” (Bill, liderança do MST, 27/5/05).

resposta possível era exatamente a aceitação – subtrair-se ao compromisso-desafio lançado seria uma atitude condenável aos olhos de todos, equivalente a se colocar como inferior em honra. O desafio era tão mais instigante quanto mais tocava nos pontos de honra de cada um, elementos de alto significado moral e que devem ser defendidos: para o MST era a *ocupação*, manifestação máxima da sua *luta*; para o Governador era a *palavra* dada, manifestação máxima de seu *caráter*.

Gilmar Mauro, coordenador nacional do MST, tentou evitar que o movimento assumisse o compromisso de não invadir novas áreas, mas foi pressionado pelo governador a assumir publicamente a negativa de novas ocupações. (FSP, 05/11/95, p.1-13)

"Só assumo compromisso que eu posso cumprir. Não vou prometer mais, porque não quero ser chamado de mentiroso. [...] Se eu não cumprir o que estou prometendo, podem me chamar de mentiroso e dizer que eu quebrei um acordo firmado", declarou Covas. (DP, 05/11/95, p.7)

O acordo se fez como uma troca, uma barganha, que punha em jogo os pontos de honra de cada um. E é exatamente por esse motivo que havia nessa troca o risco de se transformar em competição. Quando mais da metade do prazo ajustado havia passado e as dificuldades operacionais pareciam superar a capacidade do Governo de cumprir sua palavra, a discussão sobre a honra ganha espaço e se torna uma ameaça.

"Vamos cumprir nossa parte no acordo. A partir do dia 2, não tem mais hora para as ocupações", disse ontem à tarde Gilmar Mauro, dirigente nacional dos sem-terra, que atua em São Paulo. O MST suspendeu as invasões de terra no Pontal no último dia 4 de novembro, quando Covas fechou o acordo. Na ocasião, Covas disse à Folha que o assentamento de 1.050 famílias até o fim deste ano "era o máximo" que podia ser feito para que ninguém fosse, depois, chamado de "mentiroso". (FSP, 13/12/1995, p. 1-11)

O prazo de 31 de dezembro de 1995 passa a ser um prazo fatal para o ITESP e a SJDC, de forma que manter a palavra do Governador configurava um ponto de honra também para seus dirigentes.

O nosso desespero era cumprir a palavra do Governador. Um dia com a palavra do Governador descumprida poderia ser um suicídio e nós só estávamos... Em dezembro, talvez, foi o momento mais importante porque cumprida a primeira palavra do Governador, jamais se poderia dizer: *Ah, ele também não cumpriu, ele também...* (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Mas o mais interessante é que o cumprimento do prazo tornou-se ponto de honra também para os técnicos, especialmente os que atuavam em campo no Pontal. Quando perguntados por que razão eles tinham se dedicado tanto em cumprir aquela meta, por que trabalhavam como trabalharam, sem horário, a resposta mais ouvida era *"porque tinha que fazer"*. Os técnicos tomaram para si esse compromisso.

A gente optou por fazer até porque... tinha que fazer, né? Esse espírito do ter que fazer, fazia mesmo. Na verdade os técnicos eram cúmplices das famílias e da situação toda, fazer a coisa dar certo. Essa interpretação de que tem que dar certo, acho que pegou todo mundo. *Tem que dar certo! Tem que fazer!* (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)

Tinha um compromisso do Governador, num prazo determinado de assentar um número x de famílias e a gente tinha que cumprir esse prazo. Tinha que cumprir porque existia o compromisso político dele de assentar x famílias até o período tal, ele nos passou a incumbência, a gente tinha que dar conta do recado. Por isso a gente trabalhava, trabalhava sábado, trabalhava domingo, trabalhava de noite. A gente tinha um compromisso, né? Tinha o compromisso do Governador e a gente tinha o compromisso de cumprir o compromisso! (Agrônomo do ITESP desde 1994, 25/5/05)

A honra e principalmente o desafio de honra têm um caráter acentuadamente individual, de motivação da conduta, que segue regras de consciência e valores pessoais. *"Porém, a honra também é coletiva e pode se fixar num grupo social: famílias, raça, pátria, seja qual for a comunidade com a qual se identifique"* (PITT-RIVERS, 1992:18). Nesse caso, importa verificar de que modo a honra do Governador tornou-se a honra do próprio ITESP e porque se incorporou à honra coletiva dos técnicos do Instituto.

No caso dos dirigentes, para além do temor da explosão de ocupações que o MST anunciava para 2 de janeiro, parece razoável supor uma percepção de que uma manchete de jornal trazendo ao Governador a pecha de mentiroso pudesse alterar todo o rumo da política agrária paulista, retirando dela a prioridade que começava a receber do Governo. Os dirigentes do ITESP, em particular, temiam que o Governador arrefecesse ou tirasse o pé do acelerador na corrida pelas terras do Pontal.

Observe-se que há duas faces da honra: a individual que correspondente ao aspecto ético, à virtude ou à consciência; e a honra social que corresponde ao reconhecimento externo, à precedência. *"Essa distinção salienta o fato de que se o rei ou o Presidente da República [ou o Governador do Estado] é a fonte da honra (é ele que distribui 'as honras'), existe uma outra, que é a aclamação da população, o reconhecimento público das qualidades honrosas"* (PITT-RIVERS, 1992:22).

Mas no caso dos técnicos, parece estar em jogo um jogo de identidades que foram se estabelecendo e se reforçando ao longo do tempo. No ITESP, e mesmo entre os sem-terra, Mário Covas é visto quase como um sucessor do Governador Montoro e o principal vínculo que os unia era a determinação de fazer a “reforma agrária”, a coragem de tomar as terras do Pontal das mãos erradas e fazer o certo, fazer justiça.

Os dois melhores governos que teve em São Paulo que eu conheci é o Franco Montoro, que desapropriou a Gleba XV, e o Governador Mário Covas... os dois têm nome com os assentado até hoje, que mais ajudou na reforma agrária e nos conflitos do Pontal. (Bill, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

O Covas tem na cabeça dele que a questão de uma justiça social maior, essa coisa toda, necessariamente passa por uma questão da distribuição de terras. [...] Então os dois governos, com um hiato de oito anos, têm uma certa semelhança na ação: Não importa! O sobrenome é Junqueira, o sobrenome é Lemos, o sobrenome é fulano de tal, nós vamos lá e vamos retirar essa terra porque existe na sociedade uma área que está sendo prejudicada e eu quero que isso seja incorporado no meu processo de desenvolvimento social, então eu quero recuperar isso aí. Eram muito parecidos os dois, com esse hiato de oito anos entre um e outro. (Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/5/05)

O Governador tinha uma resposta assim, pelo menos na minha área: *É o melhor? Então nós vamos fazer. É o certo a fazer isso? Então nós vamos fazer!* Nós nunca fizemos nada assim: *Ah! É o possível, tenho 80 fazendas pra tomar, vamos tomar 30, que assim a gente não mexe muito...* Isso foi uma coisa que não houve. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Determinação, coragem, o certo, justiça, expressões muito caras ao “povo do ITESP”, que fazem parte do vocabulário da honra e são compartilhadas pelo Governo, com um Governador que havia reconhecido a importância do ITESP para a reforma agrária e um Secretário que admitia seu caráter de grupo defensor de certos valores.

À minha época, foi seguramente preponderante a vontade de fazer do Instituto de Terras um instrumento valioso, importante, eficiente, em relação à questão da reforma agrária e à questão de trabalhar bem a questão fundiária. Em relação a estabelecer uma justiça nas relações com a terra, uma justiça mais... Século XX nas relações com a terra. [...] Então eles tinham uma coisa especial que era essa ligação com a terra e que os levava... O ITESP parecia uma ONG, vamos chamar assim. É uma forma mais clara de dizer. Numa ONG as pessoas trabalham às vezes até

profissionalmente, mas a ONG se constituiu por alguma finalidade e as pessoas têm uma vida dedicada a isso. O ITESP foi a coisa mais parecida com uma ONG que eu já vi dentro do Estado. Eles tinham alguma coisa especial! (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Quando o Governo reconhece essa característica do ITESP e permite que ela se fortaleça, passa a ser ao mesmo tempo reconhecido pelo ITESP como favorável ao que é certo, quer dizer, com o mesmo vínculo com a questão agrária na base de suas ações. Era como se houvesse uma honra do ITESP de que o Governador passou a fazer parte quando colocou sua honra pessoal a serviço da reforma agrária. *“Os critérios segundo os quais a honra é concedida dependem da identidade de cada comunidade e do ponto de vista coletivo comum a ela”* (PITT-RIVERS, 1992:22). Desse modo, esses reconhecimentos cruzados fazem parte de um jogo de identidades e estabelecem a cadeia pela qual a assimilação do compromisso foi possível.

Existia uma afinidade do Governador ao técnico, no confiar no programa, no propósito, na execução. Você tinha uma dificuldade, sabia que tinha acesso ao Secretário, se o Secretário tinha dificuldade, sabia que tinha acesso ao Governador. Era uma linha direta. Havia uma sintonia entre o técnico e o Governador porque havia um compromisso: eu não estou sozinho. Então a gente falava pra um técnico, falava pra uma Diretora: vai lá, às 11 da noite, a pessoa ia. E se acontecesse alguma coisa, ela sabia que se o Secretário tivesse que ir pra lá às 5 da manhã, ele estaria lá. Havia ali um compromisso, um entrosamento, uma relação de total credibilidade. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

As coisas se encaixavam naquela época: era funcionário e Diretor, como Diretor e Governador, como Diretor e Secretário da Justiça... A gente percebe que quando fala família ITESP, não era só nós funcionários, nós tínhamos um apoio muito grande do Secretário da Justiça, do Mário Covas, né? Que era uma pessoa que a gente percebe que tinha a reforma agrária no sangue, uma pessoa que desde o início acreditou naquela luta, né? Era uma coisa bonita de se ver naquela época. E a gente sempre comenta que depois da morte dele acabou! Acabou aquele apoio, acabou aquela pessoa que acreditava... Quantas vezes Mário Covas veio aqui em Mirante? Visitar! Que ele participou de toda essa loucura que ele dizia, né? De começar a mexer com fazendeiro que desde 1947 essas áreas eram consideradas devolutas e nunca nenhum Governador teve a coragem de querer mexer com isso. E ele, através desses loucos que ele dizia: Vocês são tudo loucos! Deu todo apoio e depois ele veio conferir na prática, né?

Quantas vezes ele veio visitar os assentamentos! (Técnico Agrícola do ITESP desde 1992, 25/5/05)

Então a atitude era essa, né? Era por isso que a equipe... Você perguntou se ela sentia poderosa? Poderosa no sentido de: eu tô fazendo o que é certo! Não é o meu chefe imediato que vai falar pra eu fazer errado, porque ele também faz certo. Eu agia da mesma forma, porque eu percebia que o meu superior imediato fazia assim. E assim por diante. Era uma cadeia, né? (Agrônomo do ITESP desde 1995, 10/11/05)

Quando o MST ameaça retirar a honra do Governador pelo descumprimento da palavra dada (assentar em 31 de dezembro), ameaça também colocar em risco "*o que é certo*", uma política que começava a ser desenvolvida e lhes parecia séria, porque fazia parte do *código moral* do Instituto. Assim contribuí para transformar essa data num ponto de honra de toda a equipe do ITESP, que reage e investe todos os seus esforços para impedir que isso aconteça, assumindo para si o "*compromisso de cumprir o compromisso*".

E esse ponto de honra coletivo reforçava-se e se tornava ainda mais importante em razão da postura anterior assumida pelas lideranças locais do MST, pois, de certo modo, era uma oportunidade do grupo do ITESP de responder a "ofensa" coletiva que haviam recebido no episódio do cadastro, quando foram "atacados" publicamente por essas lideranças em um programa de rádio.

Quando o Zé Rainha falou de "técnico de mão branca", tava se referindo ao pessoal do cadastro, mas todo mundo ficou... puto da vida, né? Ficou revoltado. Sentia ofendido igualmente, mas não tinham sentido diretamente. Era com o corpo a ofensa, com o corpo do ITESP. Eu lembro, teve roda de comentário, tal. (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)

Um outro aspecto da honra própria do grupo aparece ao ter sido posto em cheque pelo desafio que lhes é lançado em sentido contrário: ninguém fora do ITESP parecia acreditar na possibilidade de que aquele prazo fosse cumprido. Dessa forma, o grupo, que atribuía a si mesmo o epíteto de competente e defensor histórico da reforma agrária, sentindo-se desafiado em sua capacidade de cumprir o prazo, encontrou nesse desafio novas forças para provar seu valor e seu compromisso com a *missão*: quanto mais impossível, mais desafiador e instigante parecia o desafio, mais empenho e quase orgulho em participar da "loucura" de cumprir o impossível.

Tinha duas palavras que todo mundo falava: correria e loucura. Ah! Tamo na correria, correria, loucura... Era muita coisa, muito rápido, e as

peças não tinham tempo. Falta de tempo, correria... Por conta disso, sempre tinha uma reclamação, mas era uma reclamação... pró-forma, vamos dizer assim. [...] Não tinha muita racionalização de se isso dava ou não dava hora extra, se remunerava ou não remunerava... Todo mundo chegava 7, 8 horas da noite. Chegava no escritório essa hora era batata! Tava todo mundo chegando de campo ainda. Isso, um animava o outro também nessa situação. Era uma animação meio daquele negócio lá: *Putá loucura! Correria!* Mas no fundo acho que todo mundo gostava de um ser um pouco mais louco que o outro, era uma competição de loucura talvez. (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 6/6/05)

A união era unânime. Era um consenso de todos de ter que fazer um trabalho, de que aquele trabalho era importante pras famílias, principalmente pras famílias, daquela região, que viviam numa situação tensa, difícil, principalmente com os proprietários. Era um trabalho que era uma missão do ITESP e foi desempenhado muito bem por todos os funcionários e a direção. (Técnico Agrícola do ITESP desde 1995, 31/5/05)

Havia sempre conversas entre as pessoas com relação a ITESP, MST, fazendeiros, enfim, no Pontal. O corpo técnico do ITESP sempre foi muito voltado... todos tinham bastante confiança nas coisas que o ITESP tava fazendo. No relacionamento com os fazendeiros ou no relacionamento com o MST, em divergências que porventura tiveram com uns ou com outros, a postura dos funcionários era sempre voltada pra instituição. Não havia por parte dos funcionários que eu me lembre uma coisa assim de ser contra a instituição, não poder falar, não querer... entendeu? De achar que a postura da instituição numa eventual divergência tava sendo errada. (Agrônomo do ITESP desde 1994, 24/5/05)

Por outro lado, a atitude do Movimento revela o impacto que o compromisso de honra teve na organização. Como não podia deixar de ser, o desafio lançado pelo Governador foi pessoal: embora dirigido ao MST, foi um determinado líder que se viu – solitariamente – frente à responsabilidade da decisão de apertar ou não a mão estendida em sua direção. Note-se que a prática do Movimento costuma ser a de evitar acordos firmados diretamente com o Governo – *“precisamos consultar as bases”*, é a saída recorrente. Mas esse era um desafio de honra e a decisão não podia ser outra senão a aceitação: *“recusar a mão oferecida implica numa recusa da honra”* (PITT-RIVERS, 1992:28). Isso não quer dizer que houvesse vontade do Movimento em cumprir com a combinação imposta por essa via, apenas não podia ser ele mesmo a dar causa ao seu rompimento.

O líder que assumiu o acordo com o Governador era uma liderança nacional

que passou a atuar no Pontal em função da ausência daquele que era considerado o líder principal do MST na região, José Rainha, foragido em razão de uma ordem de prisão preventiva. Quando essa ordem foi revogada e Rainha retornou, comprometeu-se publicamente com o acordo firmado, mas talvez nem ele, nem o restante da liderança tenham assimilado coletivamente o compromisso. Quase imediatamente, a crítica ao acordo se revela nas declarações de lideranças regionais e nacionais à imprensa.

Barros [liderança sem-terra] disse que o MST no Pará não aceitará um acordo semelhante ao feito com os sem-terra no Pontal do Paranapanema (SP). (FSP, 6/11/1995, p. 1-9)

Libertados, sem-terra prometem invasões. [...] Diolinda e Barreto estavam detidos no complexo penitenciário do Carandiru (zona norte de São Paulo). O juiz argumenta que, resgatada a ordem pública e o Estado de Direito no Pontal do Paranapanema, as prisões preventivas se tornaram desnecessárias. O "resgate da ordem" teria sido alcançado depois que o governo do Estado e o MST fecharam acordo que resultou na suspensão de novas ocupações na região. [...] À saída, Diolinda disse que as invasões vão continuar. Segundo ela, "o movimento dos sem-terra vai passar por cima do programa neoliberalzinho de Fernando Henrique e por cima da política de assentamento do Covas (Mário Covas, governador de São Paulo). João Pedro Stédile, dirigente do MST, seguiu o mesmo tom: "Nós não podemos ver latifúndio improdutivo que entramos, é um vício". (FSP, 17/11/1995, p. 1-8)

Nas declarações de Rainha, já no primeiro dia de seu reaparecimento em cena, o compromisso de cumprir o acordo está justaposto à busca de motivos para o seu rompimento, motivos que, pelas regras do desafio de honra, deveriam vir de quem o fez.

Segundo Rainha, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) vai respeitar o acordo fechado com o governo paulista de não realizar invasões em fazendas da região até 31 de dezembro. [...] Rainha, porém, acusou Covas de usar a mídia para tentar romper, de forma unilateral, o cronograma do assentamento definitivo das 2.101 famílias cadastradas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na região. "Li nos jornais que ele disse agora que os lotes serão provisórios. Se for isso, não há mais acordo. Se o governo não cumprir a sua palavra, as ocupações voltam. Os trabalhadores vão fazer a reforma agrária", disse Rainha. (FSP, 18/11/1995, p. 1-10)

É o mesmo PITT-RIVERS (1992) quem situa entre os princípios da honra, além da impossibilidade de recusar o desafio vindo de quem lhe é igual ou superior em

honra, também a imputação da mentira (o *mentis*) com o objetivo de inverter as regras (ou as armas) do próprio desafio.

O *mentis* implica então uma inferioridade, ao mesmo tempo que uma inconstância de vontade que se assemelha à traição. Mas o *mentis* assegura igualmente – é sua função prática – que o ofendido e não o ofensor tenha o direito à escolha das armas. (PITT-RIVERS, 1992:21)

Se o Governador passasse por mentiroso, estaria desonrado e suas regras perderiam a validade, o Movimento poderia novamente ter o comando das ações no Pontal, e, retomando a *luta* (as ocupações), retomaria o comando da reforma agrária. Então, imputar o *mentis* passa a ser essencial para o Movimento e para o Governo.

Ontem, Gilmar Mauro declarou que, se Covas não cumprir o acordo, passará a ser chamado de "governador mentiroso". "Estamos recuperando as gravações de TV e rádio onde ele disse que poderia ser chamado de mentiroso se não cumprisse sua palavra", afirmou o dirigente do MST. (FSP, 13/12/1995, p. 1-11)

Quem mente. [...] O secretário disse ainda que os líderes do MST não podem chamar Covas de mentiroso porque quem descumpriu o acordo foi o próprio movimento. "Quem não abandonou terras invadidas depois do acordo foi o movimento", disse. (FSP, 13/12/1995, p. 1-11)

Num desafio dessa natureza, vencer nem sempre é o mais importante, o que realmente conta para a honra de ambos os contendores é ter coragem para o combate. *"Pois, curiosamente, o fato de sair vencido não significa a desonra. [...] 'Ter satisfação' não implica ter razão, mas apenas ter a coragem de lutar"* (PITT-RIVERS, 1992:20). Por isso é até possível que o vencido, ao final, reconheça a razão do vencedor e o código moral que o movia, como se verifica no caso em questão.

Eu acho que o Instituto de Terras ele foi... responsável e fiel à política do seu... do Governo que lhe orientava, né? Do Governo Mário Covas. O Instituto de Terras deixou o Governador Mário Covas de forma confortável pra tomar aquela medida, né? Caso o Instituto de terras não fizesse isso, o movimento social manteria a sua pressão a todo o vapor e colocaria o Governo em dificuldade, mesmo tendo a intenção de se fazer uma política de reforma agrária. Naquele momento acho que foi uma decisão bem acertada do Instituto de Terras em defesa da política do seu Governo. (Zelitto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Por fim, foi um desafio de honra e o *mentis* que estabeleceram o ponto de cisão entre a liderança e as famílias lideradas pelo Movimento no Pontal. O líder sem-

terra desafiava a Diretora do ITESP, chamando-a de mentirosa, quando um documento “provou” sua própria mentira naquela reunião em 28 de dezembro (V. Figura 4.4 e texto que a segue), a inversão do *mentis* desonrando-o perante os sem-terra. Evidentemente, não está aí a *causa* do rompimento entre as famílias e a liderança – há razões mais profundas para isso, já se verá – mas ter marcado o momento da ruptura evidencia a existência de *códigos morais* nessa *comunidade sem-terra*.

E nesse ponto entra em questão um outro aspecto, que diz respeito a esses códigos e à forma como eles influenciaram em outro plano os conflitos no Pontal.

5.2. CÓDIGOS E COMUNHÃO

Há uma questão preliminar que é crucial para o entendimento desse ponto: existiria uma ‘comunidade’ sem-terra? As famílias assentadas emergencialmente no Pontal seriam uma comunidade? E, indo mais longe, os próprios técnicos do ITESP ao demonstrarem pautar-se por códigos morais compartilhados, não teriam também um sentido de comunidade?

Toda a descrição dos acampamentos e assentamentos emergenciais que foi efetuada nesse trabalho – sua localização itinerante, seu tamanho, seu crescimento heterogêneo etc. – poderia fazer crer que no Pontal não se encontravam comunidades rurais no sentido que usualmente se adota. As comunidades humanas idealizadas em boa parte dos estudos antropológicos apresentam atributos definidores dessa condição de ‘comunidades’, tais como a distinção, a pequenez, a homogeneidade e a auto-suficiência – ou mesmo uma territorialização específica, no caso das comunidades rurais.

Mas, conforme REDFIELD (1965), o que importa desses estudos é a forma de pensamento para a compreensão da humanidade, o método de observação e análise sendo tão importante quanto as concepções que permitem comparar as partes, sem deixar de lado que as comunidades fazem parte de um todo. Dessa forma, torna-se possível estudar também comunidades em que tais atributos característicos estarão presentes em grau menor, como os assentamentos¹³².

Os elementos constitutivos do que seja uma comunidade rural têm sido abordados por diversos autores.

¹³² Cf. REDFIELD: “There are the various kinds of agglomerations of residents to be found within the modern city. There are also the little communities to be found in frontier regions: the lumber camp, the settlement of laborers drawn to some mine or dam or plantation. These last communities are small, perhaps, and distinct, but they are in many cases heterogeneous.” (1965:5).

CÂNDIDO (1987 [1964]), ao falar da solidariedade dos *bairros caipiras* de São Paulo fala de agrupamentos estruturados, marcados pela solidariedade que se expressava na vida lúdico-religiosa e nos auxílios mútuos entre seus participantes, por onde se estabelecia o limite da cooperação e dos deveres dos seus integrantes. Considera que o *bairro* é "a unidade em que se ordenam as relações básicas da vida caipira, rudimentares como ele. É um mínimo social" (p. 74) e logo adiante ressalta: "o *bairro* não é uma unidade rígida e exclusiva" (p. 75). Mas, embora com essa ressalva, o aspecto territorial, ainda que difuso e maleável, para ele é fundamental.

No mesmo sentido, QUEIROZ (1973) vê o *bairro rural paulista* como uma unidade mínima de povoamento definida por uma forma específica de territorialização e pelos vínculos sociais que unem seus integrantes, em que o 'sentimento de localidade' é o traço psicológico que demonstra a consciência grupal. Isto porque "o *bairro* se organiza de maneira igualitária, isto é, os indivíduos que o formam pertencem ao mesmo nível social" (p. 133).

Ainda que ocorra em grupamentos dessa natureza uma diferenciação interna social e econômica, MEYER (1979) aponta para uma possível homogeneidade construída na oposição *riqueza x pobreza* que coloca do lado *rico* o proprietário de terras e do lado *pobre* todos os demais que dele dependem em alguma medida.

A existência de uma estratificação social interna à vila na qual alguns *agricultores* e *bodegueiros* são considerados "amelhorados" não torna inconsistente a imagem generalizada de *pobreza*, na medida em que o fundamental é a relação que a vila como um todo estabelece com o proprietário. [...] A esse nível, as distinções sociais desaparecem e a população da vila é vista como uma coletividade de iguais – os pobres – que só se distinguem do proprietário [...]. (MEYER, 1979:55)

Para BAILEY (1971:8), uma 'comunidade' é definida por um conjunto comum de valores e categorias que dão a seus integrantes a possibilidade de se reconhecer enquanto tal pelo compartilhar de idéias sobre como as coisas são e como as coisas devem ser, por esse conjunto que lhes permite verbalizar o mundo social e natural a seu redor e compartilhar uma definição das coisas boas e das coisas ruins da vida. Por esse enfoque, perde sentido vincular um grupamento social a elementos fixos de um conceito genérico, se não for possível captar o elo de ligação de seus membros, em termos de valores compartilhados a partir dos quais o próprio grupo se constrói. Nessa mesma direção podem ser consideradas as 'normas morais' a que se refere PITT-RIVERS (1971).

GEERTZ (1999 [1959]) ao estudar a organização social das aldeias balinesas

já havia verificado que a descrição territorial usual das aldeias camponesas não encontrava ressonância na vida real, pois não encontrara *"uma unidade territorial orgânica que coordena todos os aspectos da vida em termos de residência e propriedade fundiária"* (p. 279), demonstrando a existência de uma natureza múltipla e composta que permitia a incidência de alto grau de variação dos mesmos componentes. Dessa forma, o estudo de um grupo social específico pode se dar por diversos prismas, conforme o plano de organização social em foco, sendo necessário para sua análise o cruzamento sistemático desses vários *planos de organização* teoricamente separáveis.

Essa é a perspectiva de COMERFORD (2003), ao analisar as relações sociais em regiões rurais de Minas Gerais, onde *"tudo apontava para distintos modos e princípios de conectar-se socialmente, envolvendo as mesmas pessoas em distintas situações sociais e de acordo com diferentes critérios de classificação e localização social"* (p. 18).

Assim também MARQUES (2002) percebe os *"vínculos de vários tipos, as relações de solidariedade, de poder e de dependência, os 'valores culturais', as formas de apaziguamento, a articulação de múltiplas esferas sociais"* (p. 38) que se expõem e se compõem nas tramas sociais no sertão de Pernambuco.

De tudo isso, constrói-se para mim a convicção de que, para além das fórmulas prontas e enquadramentos automáticos, ou mais do que a busca do atendimento de requisitos pré-concebidos, o estudo de grupamentos sociais demanda verificar qual o plano de análise apropriado e que conjunto de valores ali se compartilha, para então estabelecer os limites de inclusão e exclusão dos seus membros, bem como a imbricação desse plano escolhido com o todo – nesse sentido, os assentados e o próprio ITESP podem ser considerados *'comunidades'*.

Por essa razão, parece-me possível analisar os conflitos também pelo plano das relações sociais envolvendo as duas organizações – MST e ITESP, aqui consideradas ambas como grupos sociais, a partir dos códigos morais e valores compartilhados em cada uma e de sua influência nos episódios do Pontal do Paranapanema, na perspectiva apresentada por BAILEY (1971) e PITT-RIVERS (1971).

ITESP e MST nasceram praticamente juntos em São Paulo e trazem, desde a sua origem, elos de ligação reconhecidos por ambos: a ação do Governo Montoro, a causa da reforma agrária, a cumplicidade dos militantes fundadores, a hierarquização e a forma de organização em regionais no Estado, quase coincidentes geograficamente. As novas lideranças da Gleba XV e os técnicos *"fundadores"* do novo órgão (então IAF) participaram juntos do Congresso de criação do Movimento Sem Terra em 1985. A partir daí até 1995, o órgão do Estado e o movimento social agiam de forma parêntica e

interativa, sem maiores conflitos, ambos reconhecendo a importância de um e outro, compreendendo as fragilidades respectivas e procurando ajudar-se mutuamente. A natureza dessa relação é atestada por depoimentos de técnicos e integrantes do MST.

Apoiando o movimento de ocupação pelo Padre e a liderança, ligados a Pastoral da Terra, o Governo se agita para resolver de forma pacífica a questão [...]. Neste mesmo mês de outubro [de 1983] é aberta a possibilidade de se fazer a transferência das famílias e dar início na prática ao primeiro assentamento do Estado dentro das novas concepções agrárias definidas pelo Governo de oposição que havia vencido as eleições diretas em São Paulo. [...] Coube a mim a missão de fazer a transferência e dar início ao assentamento, [...] era pesada a missão, os jornais principalmente o Estado de São Paulo noticiava diariamente sobre a "invasão" e suas conseqüências e desdobramentos [...], mas a missão era de transferir as famílias com sucesso, sem alarde, para evitar possíveis barricadas na estrada dos que pudessem se indispor, fazendeiros, prefeitos da região, à transferência. Eu deveria contratar uma frota de ônibus no local tudo sem que ninguém soubesse principalmente os repórteres do Estadão, o qual poderia antecipar o local da transferência e com isso impedi-la. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1983, 13/2/98)

Pressionado pelo Governo da época [Fleury, 1991], o Instituto de Terras pediu a nossa saída da agrovila 1 [da Gleba XV], que nós foi negociado pra uma área de reserva e ficou três, quatro meses e daí nós organizou mais gente e viemos pro município de Mirante do Paranapanema, Fazenda São Bento. [...] A gente foi descobrindo, juntamente com pessoas do próprio órgão do Instituto de Terras que era empenhada na reforma agrária, que o lugar mais avançado na lei, na justiça e que tinha sido julgado o 11º Perímetro em Mirante do Paranapanema. [...] eu acho que o Estado, no órgão dessa época, preferia ficar do nosso lado, porque seria um acordo amigável e ficava do nosso lado, o ITESP. (Bill, liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/5/05)

Em meados de 1995, o ITESP assumiu nova expressão na política agrária paulista. Revigorado pelo Governo Covas, passou a ser ouvido, tornou-se peça fundamental na elaboração do Plano do Pontal, recebeu recursos e teve seu quadro ampliado, com o ingresso de novos técnicos de origem variada, desde antigos 'militantes' da reforma agrária dispersados pelo Governo anterior que retornavam, até jovens recém-formados que ingressavam em seu primeiro emprego.

Mas de onde eles vinham importava pouco: o seu vínculo se formava a partir da vontade de *apoiar* o homem do campo e *fazer* reforma agrária. "*O Itesp eu falo que*

tava do lado do trabalhador, da justiça social. Dentro do corpo, da época, isso era uma opinião generalizada" (Administrativo do ITESP desde 1995, 24/5/2005). Entre os técnicos, o valor compartilhado pelo qual estavam dispostos a sacrifícios e riscos era a realização dos assentamentos e a consolidação do ITESP, também para sair da condição incerta em que viviam, em busca da construção de um futuro melhor para si e para as 'suas' famílias (seus familiares e os dos assentados). A direção do ITESP era vista como a grande condutora desse processo.

Com esse período, com essa diretoria do Instituto de Terras, tendo à frente esse núcleo de militantes de reforma agrária, ele resgata o papel do órgão, que é o papel de fato desenvolver a reforma agrária e, sobretudo, no Pontal do Paranapanema. (Zelitto, liderança do MST assentado na São Bento, 27/05/05)

Entre os técnicos da equipe e entre eles e a direção se construiu um código moral compartilhado: ser acomodado ou ser considerado um mero cumpridor das obrigações contratuais era *ruim*; mas ser dedicado e *querer* trabalhar, ter coragem de fazer o que tivesse que ser feito pelas famílias e não medir esforços para *fazer* era *bom*. Nesse contexto, *mobilizar*-se e dar tudo de si constituía-se numa obrigação imposta pelas circunstâncias, garantidora de uma reciprocidade entre iguais que abrangia aos técnicos do Pontal, mas se estendia a todo o Estado.

Nossa, eu fico até arrepiado! [mostra o braço] Na época a gente trabalhava com o coração, sabe? Tanto é que a gente não se limitava naquela função ali administrativa do escritório. Nossa! Quantas e quantas vezes eu fui pro assentamento, fazer coisas que não estava pertinente a minha função. Mas por quê? Porque você acreditava, você queria de qualquer forma dar a sua parcela de contribuição, em todos os setores dentro da instituição. (Administrativo do ITESP desde 1996, 25/05/2005)

Acho que tem um pouco esse senso do coletivo, no caso dos técnicos, né? Um coletivo mobilizado que estimula você também a se mobilizar. Sob risco de você ser justamente colocado como: Bom, você foi convocado pra vir aqui e não dá conta do recado? Então você vai embora! Até pra não ter esse deslocamento, esse julgamento coletivo, eu creio, né? (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 06/06/05)

Em 1995, todos os técnicos do ITESP participaram da disputa, tomando para si a responsabilidade pelo sucesso da '*missão*', todos se dispunham ao 'esclarecimento' dos assentados quanto à proposta institucional, trabalhavam em horários esdrúxulos, envolviam-se. Principalmente: todos tinham noção da importância do seu papel pessoal nesse processo.

Por mais críticas que pudessem ser feitas, as pessoas sabiam exatamente qual era o papel que tinham que cumprir lá. Acho que isso pesou muito. Por outro lado, acho que existia um poder, no bom sentido, de traçar um plano e ter ferramentas pra que aquele negócio funcionasse. Você tinha uma direção firme que fazia com que aquilo funcionasse, você tinha diretores que sabiam exatamente qual era o papel a cumprir, então você tinha um caminho mais claro. Mesmo que a gente tivesse que pegar alguns atalhos, que fazer alguns desvios, a gente logo voltava pro caminho e sabia o que tinha que fazer. (Agrônomo do IAF/ITESP desde 1984, 10/11/05)

Dessa forma, a atuação no ITESP agregava, invocando, entre seus integrantes, imagens de amizade e família.

A gente até chamava, era a família ITESP, na época. Todos tinham o mesmo pensamento, tinha o mesmo objetivo, tanto o funcionário aqui do grupo de campo, como os diretores, e, na pessoa da Diretora, tava muito em contato com nós, né? Se deu uma grande amizade, mas com muito profissionalismo... Era considerado a família ITESP mesmo. Acho que pelo contato que nós tínhamos, pela confiança que nós tínhamos, pela confiança que eles tinham em nós... Quando eu falo família ITESP, porque nós éramos uma família! Porque nós ficávamos o dia inteiro juntos, passamos Natal, Ano Novo, juntos, nós aqui, funcionários, Diretor... (Técnico Agrícola do ITESP desde 1992, 25/05/05)

Nesse sentido, o ITESP funcionava como um grupo social em que, embora não houvesse 100% de concordância em todos os aspectos, a coesão baseava-se no cumprimento da *'meta'* maior da instituição: realizar os assentamentos. Essa coesão foi construída através do fortalecimento dos laços internos do grupo, especialmente através do diálogo aberto e pela participação conjunta, em regra conduzidos diretamente pela principal liderança do ITESP naquele momento. A própria conscientização sobre a meta maior da instituição era também compartilhada.

Esse comprometimento, eu acho que vinha da própria instituição, né? Dos valores que a instituição tinha, das coisas que eram pregadas, das coisas que eram repassadas, do convívio que a gente tinha com os dirigentes, que eu acho isso importante. Às vezes era uma administração um pouco rígida, mas a gente tinha... a gente tinha... a gente podia se expressar, falar o que sentia. Então a gente tinha esse contato. A informação me parece que ela descia e subia ao mesmo tempo. (Administrativo do ITESP desde 1996, 25/05/2005)

Todo mundo que tava lá era bastante aberto e bastante acessível,

militante da questão agrária, mas tinha um grupo que era muito próximo a você, tinha um pessoal lá do Pontal que era muito chegado [com ênfase], o que você levasse...! Acho que por admiração, você dava muito apoio. Você não era aquela Diretora muito formal, também você não era estranha à direção do ITESP, você já tinha sido do DAF, você já tinha dado aquela passada pelo ITESP antes de ir para a CESP, você imprimia na equipe... ânimo, dava auto-estima. A gente vivia uma situação na época... a gente não ganhava muito mal, a gente tinha um salário legal, tinha carro pra trabalhar com tranquilidade, quilometragem. Então, o ITESP era um local que você tinha liberdade pra se colocar. Eu, por exemplo, em determinados momentos, me coloquei contra e tive liberdade pra me colocar contra. Então, as pessoas conseguiam fazer aquilo que acreditavam, e naquele momento toda a equipe do Pontal acreditava naquilo mesmo, a equipe deu o sangue por acreditar. Mas você imprimia arrojo, tem que fazer! E o pessoal não fazia com raiva, nada, nunca vi ninguém fazendo com raiva as coisas. Você passava arrojo pra equipe, tinha uma coisa de respeito também, tinha liberdade, de ligar pra São Paulo, falar... A gente nem respeitava muito hierarquia no ITESP, né? As pessoas falavam com você na hora que queriam, você tava sempre no Pontal, e vamos fazer, vamos ficar juntos, você comandava o processo. (Assistente Social do DRF/ITESP desde 1989, 7/11/05)

Por outro lado, as lideranças do MST, tinham dificuldade em manter esse mesmo nível de coesão interna em seu grupo, enfrentando questionamentos e 'rachas' em relação à estratégia e métodos de *luta* escolhidos, como reconhece uma liderança:

Bom, a meu ver, também na base assentada essa divisão se deu, né?, os assentados, num primeiro momento, eles aderiram muito mais à proposta direcionada pelo Instituto de Terras, é. E aí eu particularmente achei que foi uma falha muito grande dos diretores de jogar o aparato de Estado contra o movimento social. É claro que o aparato de Estado ia ser muito mais bem sucedido. Mas reconheço que o mais principal desse conflito aí é a natureza de cada quem. O movimento social de um lado, com sua filosofia, com sua estratégia de mudança, de fazer a revolução e... né?, entre aspas essa revolução, fazer mudanças profundas, e do outro lado o Estado brasileiro que tem suas amarras, que até hoje tem suas grandes amarras na institucionalidade. (Zelitro, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Reconhecendo na adesão à proposta do Estado um sentido negativo, até mesmo contrário à *luta* do Movimento, que seria decorrente talvez da submissão ao 'aparato do Estado', a liderança passa a adotar a linha da segregação daqueles que

manifestavam discordância.

...é que o Zé Rainha, naquele movimento dele, ele escolheu aquela turminha dele e excluiu os outros. [...] Aí complica tudo. Porque aí muitos que tão ali dentro ele exclui, às vezes até umas pessoas que trabalha, umas pessoas trabalhador, ele exclui. E às vezes pega e joga no meio ali às vezes nego mau elemento que não compensa. Ele escolhia uns que já tava trabalhando mais ele ali e outros era aqueles que viviam ali fazendo bem o que ele queria. A família dele! Aquela família toda que ele adorava, mesmo, que ele colocou ali. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmen, 26/05/05)

Desse modo, o sentimento que prevalecia era de que o MST segregava e, se as imagens de amizade e família também são evocadas, vêm no sentido de anotar a sua ausência ou a sua distorção.

A gente sabia que alguns grupos eram tratados com mais... a liderança tratava melhor alguns grupos. Vamos se dizer... Alguns grupos tinha... Que nem no caso nosso, nós era do fundão, quando nós vinha saber... Não tinha aquele acompanhamento que nem o Grupo do Seu Nilo que era na frente, o Grupo do Seu Nilo era dos mais chegado. E pode ver que foi mais a turma dele que ficou naquele assentamento, o pessoal que tava lá. E o resto que tinha menos contato, não tinha muita afinidade... foi mandado pra fora! Foi pra outras regiões. Afinidade era assim... até mesmo amizade. Porque às vezes um grupo criticava algumas decisões que o MST tomava, então ele criticava. Ah! Tá ocupando terra, só fica ocupando e a terra não sai! Tem assembleia todo dia direto e põe nós pra caminhar nas caminhadas e essa terra não sai. Aí começava um tipo dum atrito, né? E aquele grupo ficava... não ficava esquecido, né? Mas ele não ficava bem visto que nem aquele grupo que tava ali presente, que num criticava, que agüentava tudo mais calado. (Acampada desde 1991, assentada na Santana, 26/05/05)

Eu acho errado, né? Todos têm que ser tratado igual, como numa família é tratado. Deveria, vamos supor, se é duzentas famílias, ser tratado igual, né? Igualdade é igualdade para todos. Mas não era, infelizmente não era. A diferença é que tratava um grupo bem e outro mais ou menos. Então era assim. (Acampado desde 1991, assentado na Santana, 26/05/05)

Esse comportamento pode parecer surpreendente, se não conhecermos as raízes das relações entre a liderança e os trabalhadores rurais e a forma como elas se desenvolveram durante a *luta*.

Essas famílias vinham se constituindo como grupo desde o começo da década de 90, a partir dos diversos chamamentos do Movimento para a luta pela terra. Geralmente eram trabalhadores rurais avulsos, bóias-frias, boa parte com experiência também em serviços nas pequenas cidades das redondezas, nos Estados de São Paulo e principalmente no Paraná. Havia grupos formados em torno de familiares ou conterrâneos, mas a maior parte era composta aleatoriamente, como explica uma liderança intermediária do MST na época:

Aí o pessoal vinha chegando: Como é seu nome? Fulano de Tal. Chega pra cá! Você vai querer terra? Vou. Então, dá o seu nome, dá os seus dados aqui. Fazia entrevista, via quem era ele... Perguntava quem era ele, que que ele vinha fazer no acampamento, se ele queria terra mesmo, a família dele, que lugar que ela era... aí ele entrava num grupo. Aí teve vez que nós teve lá de 122 grupo, até 126 grupo nós teve. Quando chegava de 10, 15 pessoa, fazia outro grupo. Também existia muito que o pessoal vinha um grupo grande dalguma cidade, eles falava: Nós quer fazer um grupo entre nós. Eles mesmos faziam um grupo. (Acampado desde 1992, ex-coordenador de grupo, 26/05/05)

Outros relatos demonstram a variada origem e sublinham o anseio comum.

Eu morava no Paraná. Aí um dia meu irmão arrumou um povo lá e ia trazer num ônibus. Nesse tempo eu trabalhava com trator, trabalhava avulso, por dia. Aí ele convidou pra nós vir e eu vim, mas vim assim só tipo de fazer uma visita no povo. Aí cheguei e ele: Rapaz, você gosta, sempre teve vontade de pegar terra, porque você não vai? (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05)

A minha história é que eu tinha um irmão assentado na Gleba XV, e isso foi mais ou menos em 85. Aí naquela época eu fui fazer uma visita no assentamento e eu vi ele lá, assentado, tirando um leitinho, plantando uma rocinha... e como que a gente morava na cidade não tinha condição de viver. Aí eu vi que o melhor negócio era quando tivesse assim um acampamento pra nós ir se acampar pra ver se eu conseguia um pedacinho de terra. Aí foi quando a gente foi dá o primeiro passo de conhecer esse negócio de reforma agrária e tal, aí a gente veio pra cá. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/05/05)

Meu marido era filho de produtor rural e tinha o sonho pela terra. E minha mãe morava em Teodoro. Aí foi na época que a gente veio pra cá e aí quando chegou um dia chegou um convite do Movimento Sem-terra pra ir pro acampamento. (Acampada desde 1991, assentada na Santana, 26/05/05)

A decisão partiu da minha pessoa mesmo, né? Que eu era fã de pegar uma terra e com o desemprego aí foi onde que levou eu chegar até a terra, lutei muito, peguei as minha terra. Antes eu tava em Limeira, lá eu era metalúrgico, mas antes eu era agricultor. (Acampado desde 1991, assentado na Santana, 26/05/05)

Mas de onde eles vinham também não importava tanto: o seu vínculo se formava a partir da vontade de ter terra e da coragem de lutar por ela, do reconhecimento mútuo da própria condição de trabalhador sem-terra. Entre os acampados, o valor compartilhado pelo qual estavam dispostos a enormes riscos e sacrifícios era a obtenção de um pedaço de terra para trabalhar, para sair da condição incerta em que viviam, em busca da construção de um futuro melhor. O MST sempre foi visto como o grande condutor desse processo.

O que vejo na luta é o seguinte: primeiro, sem o Movimento Sem Terra o governo não teria tomado a providência que tomou, o programa do Covas de arrecadação de terras mais o trabalho do DAF, é que se deu o maior número de assentados existente. (Assentado na Canaã, dissidente do MST, 20/02/98)

O Movimento do MST tem uma parte muito importante nisso aí... é de forçar, de invadir, né? Porque se o fazendeiro, se ele chegar e vê a fazenda dele bonitinha, o cabra passando lá no asfalto, ele não vai se incomodar, agora se ele vê o povo é já lá dentro quebrando, ele vai pensar duas vez: ó, eu vou negociar isso aqui! (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05)

Entre as famílias acampadas e entre elas e a liderança construiu-se um código moral de que todos participavam: ser acomodado ou ser considerado um 'andorinha'¹³³ era *ruim*; mas ser trabalhador e *querer* a terra, ter coragem de acampar e participar ativamente da luta era *bom*. Nesse contexto, participar das ocupações constituía-se numa obrigação imposta pelas circunstâncias, garantidora de uma reciprocidade entre iguais que abrangia aos acampados e também aos assentados 'emergenciais'.

Eles faz um convite, né?, vai quem quer. Que ninguém vai amarrar ninguém que nem um cachorro e levar lá. O cabra convida: ó, vai ter uma ocupação ali, não sei que, pra ajudar os companheiros... Que a gente também foi ajudado, né? Quando nós veio pras invasão tinha outras

¹³³ 'Andorinha' era o apelido pejorativo dado aos ausentes: "É andorinha, o que não permanece no local, no acampamento, é andorinha. Ele faz o barracinho dele lá e no dia da assembléia alguém avisa ele, deve ter algum do grupo que fica. Ó, fulano, tale dia tem uma assembléia muito importante aqui, ou vai cortar terra, ou vai invadir, alguma coisa... então ele vem, mas ele não fica" (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05).

peessoas que ajudou nós invadir a fazenda, então... É a mesma coisa o cara tá com uma roça no mato e fal'ssim: ó, fulano, vai dar uma diária, um dia pro cidadão ali, mode ele eliminar o mato dele. Ele vai. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05)

A *luta*¹³⁴ era o grande fator unificador dos integrantes do MST no Pontal. Para os líderes, a *luta* significava o conjunto de esforços para a obtenção da terra, as manifestações políticas, as ocupações, a resistência no acampamento. Mas eles deixaram, porém, de considerar um dos significados mais utilizados pelos trabalhadores rurais, que chamam *luta* ao seu labor cotidiano para sobreviver. Assim, a palavra *luta* passou a ter duas representações distintas entre a base e a liderança.

Mas já se viu como a *luta* tinha se alongado no tempo e no espaço, tornando fluidos os controles e seus limites; como as muitas famílias e muitos subgrupos, sua dispersão geográfica e formação política incompleta tornavam cada vez mais difícil manter a organização necessária para as ocupações; como isso contribuiu para o surgimento do mecanismo da 'diária', que era uma 'contribuição' ao Movimento do valor equivalente a um dia de trabalho quando a pessoa não comparecia à atividade considerada obrigatória; e como essa exigência repercutiu negativamente entre as famílias sem-terra.

Com a diária, uma parte dos acampados e assentados emergenciais – aqueles que podiam pagar – passou a faltar à luta para se dedicar às suas próprias atividades de trabalho no lote emergencial ou em qualquer outra parte; outros continuaram morando na cidade com sua família, mantendo a barraca erguida no local que lhe cabia, mas vazia ou até com um preposto; mas todos pagando a contribuição correspondente aos dias de falta. Quem faltasse e não pagasse a diária teria sua falta anotada e algumas faltas acumuladas fariam com que seu nome fosse 'cortado' da lista do MST – o poder de atribuir falta e de cobrar diárias confundia-se com o poder do 'corte', concentrado nas mãos das lideranças.

Tinha que participar da ocupação. Nos dias de luta, nos dias da ocupação, eles tinha que tá presente. E quase todos os domingos a gente fazia assembléias e chamadas e eles tinha que tá presente também. Se não tivesse presente, a gente teria um critério de 3 ou 4 faltas, seria cortado. (Márcio, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Assim, em lugar de compartilhar os assentados se viam 'cortados', ao invés

¹³⁴ COMERFORD (1995) trata das variações de significados que uma mesma palavra – *luta* – pode assumir em contextos diferentes, distinguindo também ele duas acepções para o termo: uma que se relacionava às práticas de "mobilização" e busca da "união" no âmbito de "movimentos dos trabalhadores", a outra se referindo ao cotidiano dos "pobres" em seu trabalho.

de participantes, sentiam-se presos.

Naquele tempo ainda tinha muita gente porque tinha uma lei, né? Falava assim que a pessoa tinha que ser acampado, tinha que ficar acampado lá, senão não pegava terra, se saísse ia ser penalizado. [...] Tipo os coordenador, aqueles delegado, militante, né? Falava assim: É, se a pessoa sair é um 'andorinha', se ele sair, depois quando for cortar a terra aí ele vai ficar pra segundo turno, não vai pegar primeiro. Então acho que era um modo deles penalizar a pessoa. Porque com isso eles deixava a pessoa mais presa ali. Então naquele tempo era pesado ali. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05)

A *luta*, cujo objetivo central para os acampados era o sonho da terra, mudara de rumo e passou a ser contra o Estado burguês, em busca de 'mudanças profundas' na sociedade, para o que seria necessário reunir mais e mais adeptos, num processo visto como interminável. Paradoxalmente, quando surge a oportunidade 'legal' de um pedaço de terra, mesmo que pequeno e provisório, a liderança fica contra. Rejeita a terra e quem a oferece, deixando a base – técnicos e famílias sem-terra – perplexa.

O ITESP tava do lado do próprio Movimento, mesmo eles sendo contra, porque a gente tava brigando pra eles, pra luta deles, pra melhoria deles. Eu não via porque o Movimento achar que tava do lado do fazendeiro. Fazendo tudo que foi feito em 1995, de 95 pra cá... Eu não entendo. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 24/05/05)

Então muitas vezes ficava aquela briga. O ITESP queria uma coisa, mostrando um lado... certo, né? O Movimento também mostrava o lado certo, mas um lado que tinha que ter o pessoal, o povo. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/05/05)

Ó, fia, a gente vivia... a gente fica dividido, fia, fica dividido. Quer dizer, tanta coisa e cê fica dividido... é que nem um doente quando não tem mais cura, tudo que... vai no curador, no benzedor, no médico, ele vai em tudo, ele se apega com tudo. O cabra... sei lá, se apavora, né? E aquela ansiedade de pegar o lote, ele se desespera. Às vezes o cabra faz até coisa que ele nem queria fazer, muitas pessoas, talvez pouco conhecimento, pessoas que não tem assim... pouca cultura também, então ele se apavora e talvez vá até pro lado errado. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05)

Aí eles [famílias] fal'ssim: *Eu não vou com o Movimento porque eu tô cansado de ocupar terra e não ter uma definição concreta. Então nós fica parecendo objeto, vai daqui pra lá, de lá pra cá...* Aí foi o que eles

colocou. Eles falavam que tinha muito iludimento, que ficava iludindo as pessoa pra poder as pessoa ficar ocupando terra. Aí eles falou: *Não, eu vou com o Estado, pelo menos se eu ficar eu já fico por aqui mesmo.* (Acampada desde 1991, assentada na Santana, 26/05/05)

Numa inversão de expectativas, o Movimento vai perdendo seu papel de condutor da conquista da terra e a *ocupação*, como forma de luta pela terra, têm seu sentido esvaziado.

No começo era só ocupações, mais nada! Só acreditava em ocupações. Com o passar do tempo, foi descreditando, devagarinho, foi descreditando, descreditando... (Acampado desde 1991, assentado na Santana, 26/05/05)

Porque o negócio era o seguinte: se cada um pegasse um pedaço de terra ele ficava sem gente prá fazer as ocupação dele. É isso que eu falo pra sra., que quando o governo negociava um pedaço de terra, ele corria lá fora e trazia o dobro de gente. Quer dizer que ali ele misturava uma coisa com a outra. Em vez de assentar aqueles que estava ali sofrendo pra depois ele arrumar outra turma pra outro canto, então ele juntava tudo. Que ele quer é movimento, é gente. Quanto mais gente tiver misturado no meio, mais... ele não tá perguntando se é trabalhador, se é bagunceiro, quem é que seja. Quer gente, volume. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmen, 26/05/05)

Os principais valores do grupo acampado eram pouco a pouco depreciados, os seus códigos morais iam sendo rompidos. O *'bom'* virou ser *'andorinha'*, desde que pagasse a diária, ser trabalhador não importava mais; a coragem de lutar virava em *cansaço* e *querer trabalhar* a terra passara a ser *'ruim'*, sinônimo de acomodação.

Teve uma reunião lá, aí ele [Zé Rainha] fal'ssim: É... o povo pobre, pega uma mixaria, uma misgaia, e se acomoda, pensa que tá rico. Aí eu falei com ele: Ô, Zé, isso aí é comigo? Aí ele fal'ssim: Se a carapuça serviu... serve pra você mesmo, que nunca mais eu vi você numa invasão, numa ocupação, numa passeata, na caminhada... Aí eu falei: Ó, mas quando eu vim pro Movimento da reforma agrária, eu vim pra pegar terra pra mim trabalhar, e eu andando pelas estradas eu num trabalho. Se eu largar meu serviço lá, quem vai cuidar do meu serviço? Entendeu? (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05)

Nesse contexto, o Movimento distanciava-se da base em diversas direções: institucionalizava-se, deixando de estar presente em campo com a mesma frequência.

Na nossa época [do início do acampamento] foi uma época muito boa,

porque assim sempre o Zé Rainha, o Venzel, o próprio Márcio, eles sempre estavam presentes! O pessoal não deixava assim de costas, como se diz, ficar semanas e semanas... Só quando eles iam viajar. Mas aí eles tavam passando, sempre presentes, junto com a gente. Na época, nessa fase, o Movimento foi muito atual, né? Atualizava sempre ali com as famílias. (Acampada desde 1991, assentada na Santana, 26/05/05)

Hoje mudou, né? Hoje é diferente. Hoje você vê, geralmente o povo vai tudo pro escritório, não sei o quê... lá não, lá era dentro do acampamento. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/05/05)

Ao mesmo tempo, o MST defendia categorias estranhas ao trabalhador, privilegiadas pelo poder do 'dinheiro', traduzido na capacidade de 'contribuir', mas não necessariamente de 'lutar'.

...e por conta disso também tinha alguns que tinha alguns bens, né? Não significava que era rico, mas tinha uma casa boa, tinha um carro do ano... Mas não tinha terra. Mas isso foi fruto de longos anos de trabalho nas barragens. Então a gente achava que aqueles que tinha um carro bom e tinha uma casa também tinha direito de ter um lote. Porque também tava querendo trabalhar. Isso não significava, que se ele tinha um carro bom, ele não era um sem-terra. É lógico que passava uma visão de burguês, não sei o que, mas... isso foi fruto de 5, 10 anos de trabalho e se o cara vendesse aquilo ali é lógico que ele ia conseguir comprar um sítio, mas ele ia começar do zero, né? Ele não ia ter nada. Ia ter um sítio, mas... (Márcio, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Em certo momento, mesmo sem deixar de reconhecer o papel do Movimento na luta pela terra, as famílias assentadas perceberam que para manter seus códigos precisariam romper com as lideranças e apoiar-se nos agentes do Estado, que pareciam comungar de seu principal valor – o sonho da terra. "... *aunque su poder en principio es mal aceptado por el pueblo, se le respetaba por su habilidad y su conformidad general con las normas morales del pueblo*" (PITT-RIVERS, 1971:173).

Depois que o Estado entrou aí a turma criou coragem, porque o pessoal tava muito desanimado. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmen, 26/05/05)

Em grupos sociais desse porte, a possibilidade de surgimento de conflitos em seu interior é elevada. Tratando do assunto, SIMMEL considera que há dois modos de proteção do grupo contra conflitos internos, que permitem manter o grupo unido mesmo com 'consideráveis doses de hostilidade':

[...] a solidariedade orgânica, onde o todo supre os danos de conflitos parciais; e o isolamento, onde o todo se preserva de tais danos. A escolha correta entre esses dois métodos, ou sua correta combinação, é naturalmente uma questão vital para todo grupo, da família ao Estado, da associação econômica à coligação espiritual. (MORAES F°, 1983:143)

Dessa forma, é possível supor que o ITESP e o MST tenham adotado cada um desses diferentes métodos no tratamento das divergências internas, com resultados distintos: reforçando a coesão do grupo na instituição oficial; ampliando o distanciamento interno no movimento social.

Talvez por isso o Movimento Sem Terra, que foi muito infeliz nesse posicionamento que ele teve, porque as famílias cansadas e almejando um pedaço de terra, ao invés do Movimento... Que foi uma luta! Acho que aquilo ali foi em função da própria organização do Movimento, que batalhou ali e tal. Teve um Governo que se sensibilizou por isso e fez alguma coisa, mas se não fosse as famílias ali, sei lá se tinha isso... Aí as famílias viram nesse Governo e na equipe técnica que tava atuando um aliado. Falou: *Peraí! Esses caras são nossos aliados, meu! Esses caras não são sacanas! São nossos aliados! Porque o Movimento Sem Terra tá querendo sacanear esses caras? Porque o Movimento Sem Terra não tá junto com eles brigando por uma coisa que a gente quer? A gente tá com o Movimento Sem Terra porque a gente quer a terra, e a terra tá aí, nós tamos conseguindo. E agora que veio o Estado, que é o poder, que tem o poder pra fazer esse tipo de coisa, porque o Movimento tá brigando com quem quer fazer?* Então foi aí que eu acho que eles foram infelizes, porque as famílias viram um aliado. *Opa, deixa eu ir pra cá, porque pra cá eu tenho futuro.* Não é nem 'prum lado' ou 'pro outro', é pra cá num sentido bom: *deixa eu ir pra onde que eu quero que é a terra.* E a gente tava levando eles pra terra. Falamos: *Movimento Sem Terra, vamos levá-los pra terra!* Movimento Sem Terra não quis, porque acho que ele que queria fazer isso, né? Acho. Mas ele não pode fazer, quem tem que fazer é o Governo, é o Estado. Então acho que eles se perderam, as famílias não. Viram um aliado pra atingir o objetivo que elas queriam: a terra. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 10/11/05)

Mas, mais do que isso, é possível supor que, ao adotar tal estratégia, o MST tenha dado início ao processo de ruptura que fez com que as famílias 'passassem para o lado do Estado': pelo rompimento de códigos sociais na constituição de privilégios aos mais próximos; pelo distanciamento da base, que impediu a percepção do esgotamento das famílias em relação àquela forma de *luta*; pelo despreparo enfim do 'corpo' da

organização para um enfrentamento como o que ocorreu com o ITESP.

E nós perdemos essa luta política com o Estado, né? Você deve saber, nós perdemos essa luta política. Porque o Estado, através do seu órgão, conduzido pelos seus diretores, levou a melhor por conta que, tanto institucionalmente ficou... correto, né?, como os próprios trabalhadores assentados, que já estavam num processo de desgaste, cansado da luta cotidiana pela terra, eles optaram também por esse caminho, isso é verdadeiro. (Zelitro, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/5/05)

Mas que não haja equívocos: mesmo reconhecendo um papel importante para o ITESP, é o movimento social – o MST e suas lideranças, especialmente José Rainha, com sua personalidade tão retumbante como controvertida – que permanece no imaginário social do Pontal como o grande herói de todo esse processo, o verdadeiro responsável com sua garra e com sua luta pelo avanço dos assentamentos.

E tanto as famílias e as lideranças do MST como os técnicos do ITESP guardam a visão de serem aliados, apesar dos conflitos, por compreenderem que ambos buscavam a melhor forma de fazer a mesma coisa em prol da reforma agrária.

5.3. COMPETIÇÃO, AUTORIDADE E CARISMA

Por sua motivação e desenvolvimento, o conflito entre o MST e o ITESP adquiriu um caráter de *competição*, na perspectiva em que SIMMEL toma esse termo, revelado pelos "*esforços paralelos de ambas as partes em relação ao mesmo prêmio*" (MORAES F^o., 1983: 135), isto é, a realização dos assentamentos no Pontal.

Tinha alguns conflitos, sim, mas... [ele ri, sem jeito], mas... conflitos até mesmo por conta de percepção, tipo questões políticas, mesmo, né? É que na verdade, muitas vezes até... havia... pensamentos diferente no modo de concretizar os assentamentos, em relação até mesmo ao modo de organizar os assentamentos. Tinha uma briga entre... briguinhas entre... briguinhas, não, brigonas, né? Entre o comando do Instituto de Terras e o comando do MST. (Márcio Barreto, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Abertamente, as duas organizações 'competiam' pelo controle do processo de assentamento. Anunciando a intenção de assentar as famílias e "resolver o problema" no Pontal, o Governo do Estado através do ITESP inicia o cadastro das famílias para selecioná-las segundo os critérios daquela Lei 4957/85; o MST reage publicamente, mas ao final, negocia e o cadastro é realizado. Em relação ao tamanho e disposição dos lotes,

o MST já havia ‘cortado na corda’¹³⁵ os lotes e feito o sorteio dos grupos pelas fazendas, mas ao final, os critérios técnicos de parcelamento da área levam a um rearranjo. Quando chega enfim o dia da mudança, para lotes provisórios, o MST muda de idéia, rompe com o Estado e procura convencer as famílias a permanecerem onde estavam e prosseguirem na luta pelo lote definitivo. Mas a maior parte das famílias “passa para o lado do Estado” e se muda para os lotes provisórios.

Se para o ITESP o critério predominante era o atendimento do candidato a um certo perfil legal, para o MST só devia ser considerado o critério da participação na *luta*, cuja definição seria dada pelo próprio movimento. Essa disputa fica bastante clara num Programa de Rádio, na fala do líder principal do MST à época:

Eu fico imaginando como pode ter um cara tão burro e besta como o diretor do Instituto de Terras, que primeiro não tem vergonha na cara de chegar e dizer pra um trabalhador que está há 3 anos, há 4 anos acampado, se é aposentado ou solteiro, que não pega a terra [...]. Nós não vamos respeitar de forma alguma esses burocrata, incompetente, irresponsável, de vir para o acampamento pra poder dizer que fazem o cadastro do jeito dele. Nós é que sabemos. [...] Só aceitamos o cadastro feito por parte do Movimento e aqui com os técnico e diretor aqui da região, que conhece o nosso trabalho. [...] E o cadastro, nós vamos começar a fazer eles sim, a partir do dia 7. [...] Então eu conclamo todos vocês que fizeram as fichas com nós, vá imediatamente ao acampamento, convide seus vizinho, seu amigo, você mesmo que não fez o cadastro, vá pro acampamento pra fazer seu cadastro pra nós pegar terra. No dia 7 começa o cadastramento. (José Rainha, Programa Canto da Terra, Rádio Universal, Teodoro Sampaio, 30/07/95)

Dez anos depois, outra liderança do MST, confirma essa posição:

Também dava raiva, porque o Estado queria democratizar demais, um democratismo desgraçado, de querer fazer a seleção do povo da cidade que não tava lutando pela terra. Então esse era o grande conflito. Até hoje tem esse conflito. Pra nós é quem luta, que tá debaixo da lona, que corre atrás, é que tem o direito de estar na Comissão de Seleção. Aí pra nós não tem conflito com o Estado. Mas quando quer pegar quem não luta pela terra, aí tem conflito. (Bill, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

Igualmente, os técnicos do ITESP reconhecem a diferença de critérios:

¹³⁵ ‘Cortar na corda’, ‘puxar trena’: expressões para designar a demarcação rústica dos lotes de assentamento, feita diretamente no campo, sem apoio da topografia.

...era um cadastro muito rigoroso, onde se tinha a preocupação de estar orientando os cadastradores para não deixar passar algumas coisas, observar os furos, ver se efetivamente o pessoal morava lá, ver se existia algum tipo de plantação. [...] Uma das coisas que a gente queria levantar era o fato das famílias estarem divididas, com os filhos solteiros pegando outro lote, às vezes até 2 ou 3 filhos, ou seja, uma família podia estar com até 5 lotes. Anotávamos ainda a questão dele estar morando ou não, de ter outra atividade fora do lote, uma outra atividade não agrícola, por exemplo, posto de gasolina. [...] O caso do cara que tinha um posto de gasolina era um dos mais extremos. Mas tinha outros casinhos, de officinazinha na cidade, funcionário público, etc. (Agrônoma do ITESP desde 1992, 17/02/98)

Para SIMMEL, a competição é uma forma de luta indireta, em que não se pretende o aniquilamento do adversário, nem há claramente uma posição defensiva e outra ofensiva, *“pela razão de que o prêmio da disputa não está em mãos de nenhum dos adversários”* (MORAES F^o., 1983:135), e a nenhum deles se dirige, especificamente, mas provavelmente se dirige a terceiros. Cada participante tem consciência mútua da intenção do outro e de sua concentração para esse fim, quase como se não existisse um adversário, mas somente a meta a ser alcançada. *“Cada parte combate seu adversário sem se voltar contra ele, sem tocá-lo, por assim dizer”* (Idem, p. 137).

No Pontal, a intenção de fazer a reforma agrária era mutuamente reconhecida entre o Estado e o movimento social. Ainda que, à época, parte das lideranças do MST desconfiasse de que a verdadeira intenção do Governo era destruir o Movimento¹³⁶, essa posição foi revertida.

Nós achávamos que o Estado, ele não era... Ele tinha uma posição, através do seu órgão, em defesa da reforma agrária. Apesar dos confrontos, ele era defensor da reforma agrária. [...] A crítica é que no ITESP tinha quadros, militantes que eram qualificados tecnicamente; qualificados ideologicamente; qualificados politicamente... E que usaram isso naquele confronto. Quase estraçalhou o MST do Pontal. (Zelitro, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Diferentemente de outros estados, que o Estado age de total forma diferenciada, total parcialidade, aqui o Estado pode ter agido parcial, mas foi parcial pro lado dos trabalhadores. Pro lado da sociedade mesmo, que tava lutando pra que as terras voltasse pro Estado. Tinha alguns conflitos, sim, mas até mesmo por conta de concepção [...], de pensamento

¹³⁶ *“Para os sem-terra, o governo tentou dividir os sem-terra ao fazer ali assentamentos a toque de caixa, sem infra-estrutura”* (FSP, 08/01/96, p. 1-6).

diferente no modo de concretizar os assentamentos. (Márcio, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

[Covas] investiu dinheiro em seu órgão responsável, investiu em estrutura... E também na frente do órgão estava uma pessoa que tinha vontade de fazer a reforma agrária, mais ágil, e o Secretário nessa época também, era um cara mais humano também, eu acredito, eu acho que é um dos Secretários, pro nosso Movimento, que passou ali, é um dos melhores que nós conhecemos, era o Secretário da época do Governo Covas. Simpático e queria que acontecesse. (Bill, Liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

Se o MST *apesar dos confrontos* reconhecia o papel do Governo Covas, este, por seu turno, apesar de ressentir-se por não ter sua ação compreendida pelo Movimento, entendia que este era fundamental para a reforma agrária e para a democracia. Eu mesma, na condição de dirigente do órgão, ouvi essa orientação do Governador, no sentido de que tínhamos que "*fazer o que tinha que ser feito*", mas sempre alertando que "*não podemos quebrar o movimento*".

O MST se equivocou muito na estratégia de lidar com as pessoas, eles não entenderam ou não formalizaram com a intensidade que deviam o espaço que eles tinham. E no fundo isso facilitou a nossa ação. Eles não explicitaram com a gente uma cumplicidade... de companheiros. À época, eu dizia a eles: *Olha, nós temos muito mais pra esse lado do que vocês pensam...* Mas o fato deles terem agido com uma estratégia equivocada, até porque eles queriam criar... Essa resistência nos ajudou, essa resistência deles não nos prendeu. Nós podíamos ter criado isso com vinculações e ter criado, *aspas, lealdades*, que não seriam devidas. Acho que seria difícil criar lealdades não devidas, porque contra isso eu sempre me insurgia. A gente não estabeleceria isso. Mas eles também não nos exigiram isso, eles trataram a gente como se fosse um governo... Enfim. (Belisário, Secretário da SJDC entre 1995 e 2000, 30/07/05)

É nesse aspecto que a competição se diferencia de outros tipos de conflito: nela cada concorrente quer alcançar uma dada meta por si mesmo, direcionando para esse fim a sua força, mas sem pretender destruir o adversário. O que não quer dizer que seja um conflito ameno, "*em intensidade e esforço apaixonado, esse tipo de competição é igual a todas as outras formas de conflito*" (SIMMEL *In*: MORAES F^o., 1983:136).

MST e ITESP estavam, portanto, em *competição* pela realização dos assentamentos no Pontal; do seu ponto de vista, ambos queriam o melhor para os assentados e concentraram seus esforços nessa direção, em função disso organizaram

suas estratégias, disputaram publicamente, mobilizaram-se. *"Vai todo mundo"*, diziam os técnicos do ITESP; *"conclamo todos vocês"* chamava a liderança do MST pela rádio.

O comando, a voz de comando, vamos fazer e tal, você tem que dar conta, isso pesa. A partir de 1995 o ITESP tinha proposição, tinha voz ativa e ação, uma diretiva. Não havia uma diretiva antes, era manutenção. O Plano do Pontal foi um processo de voz de comando mesmo, guerra, né? Vamos partir pra fazer coisas. [...] De repente tá todo mundo na rua, ninguém chamou ninguém, vai. Aí quando você tá você fica, e ficando você tá chamando mais gente. Então um pouco é isso. Mobilização que faz as coisas ganharem uma dimensão que não tinha antes, ou em princípio não era pra ter. Uma coisa que era uma tarefa... vira uma missão? (Agrônomo do DAF/ITESP desde 1990, 06/06/05)

O Instituto tinha um comando, ele tinha um núcleo dirigente, de pessoas históricas, preparados, militantes da reforma agrária, convictos da sua função. No entanto, eles também tinham o Estado como uma instituição que tem seus limites, e eles trabalhavam com esses limites. Bom, por ter esse comando, isso vinha da diretoria do ITESP até o último técnico de campo, isso funcionava... eh... verticalmente, chegava até... lá do cume à base. E claro que isso incidia sobre a base assentada também. Do outro lado o MST também tinha seu comando, né? E isso também incidia dos seus dirigentes mais reconhecidos publicamente até o último militante que atuava na reforma agrária. Isso era dois... [rindo] eram de fato duas instituições se enfrentando permanentemente nesse conflituoso tema que é a reforma agrária. (Zeliro, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Com uma inflexível concentração na meta, qualquer resultado beneficiaria a todos, pois na competição *"isto não serve apenas ao propósito comum de ambas as partes, como também permite ao vencido beneficiar-se com a vitória do vencedor"* (SIMMEL, In: MORAES F^o., 1983:136).

A divergência era de forma. [...] O verdadeiro conflito era com os fazendeiros. Com o ITESP eram contradições não antagônicas. (Zeliro, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Num plano mais político, a competição entre o MST e o ITESP revela outro aspecto abordado por SIMMEL (MORAES F^o.,1983), relativo à subordinação, em que os assentados apresentam-se como foco da disputa. Por esse ângulo, o exercício do poder sobre os assentados contrapõe as noções de autoridade e prestígio aplicadas às organizações e seus principais líderes.

Conforme PITT-RIVERS (1971:176), *"se pode ver que oposta à estrutura de amizade construída sobre as relações pessoais no povoado, existe uma estrutura de autoridade desenvolvendo-se desde o Estado central e definida explicitamente por suas leis"*¹³⁷. Esses dois sistemas se entrecruzam provocando equilíbrio das relações sociais, tratando-se não de grupos rivais, mas de sistemas de relações rivais, e que nem sempre são rivais, mas freqüentemente são aliados. Porém, quando surge o conflito, uma das vontades certamente irá se sobrepor à outra.

ITESP e MST agiam de longa data como aliados, complementando-se. Mas, o ITESP exercia sobre os assentados uma autoridade institucional relacionada à sua condição de Estado, pela qual fazia cumprir as regras legais para o assentamento. Por outro lado, a liderança do MST inegavelmente se exercia por meio do prestígio de seus líderes junto à massa acampada e assentada. Ao disputar o controle do acesso ao assentamento, as duas organizações disputavam a superioridade no controle da relação de subordinação e superordenação em relação às famílias assentadas. Para SIMMEL, autoridade e prestígio são duas formas distintas de demonstração de superioridade em relações desse tipo:

Um poder supra individual – Estado, Igreja, escola, família ou organizações militares – investe a pessoa de uma reputação, uma dignidade, um poder de decisão final, que nunca fluiria de sua própria individualidade. [...] Uma outra nuance de superioridade, designada como "prestígio", deve ser distinguida de "autoridade". O prestígio carece do elemento de importância subjetiva; carece da identificação da personalidade com um poder ou norma objetivos. A liderança por meio de prestígio é inteiramente determinada pela força do indivíduo. [...] A superioridade por meio do prestígio consiste na habilidade de "arrastar" indivíduos e massas e fazer deles seguidores incondicionais. (MORAES F°, 1983:109-110)

Essa disputa pela superioridade transparece na fala pública do principal líder do Movimento:

Por outro lado, tem a tal da diretora do DAF, que vem conversar com os assentados, que diria que ia fazer um projeto técnico [...] que no lote definitivo que vai refazer o projeto. Vai refazer coisíssima nenhuma! Os trabalhador que estão nos projetos já com lote sorteado definitivo podem continuar seu trabalho normal. Só nós do Movimento Sem-terra é que temo autoridade pra mandar vocês parar. (Zé Rainha, Programa Canto da

¹³⁷ Tradução livre.

Terra, Rádio Universal, Teodoro Sampaio, 30/07/95)

A base das duas organizações, composta pelos assentados e técnicos, percebe claramente essa situação e se situa em relação aos lados em confronto, como demonstram os depoimentos seguintes:

Aí depois o Estado chegou e convidou nós pra participar, pra passar... quem quisesse sair, né? Uns ia ficar pelo movimento, lá do Zé Rainha, e outros, como foi o nosso caso, pulemos pro lado do Estado. Diz que o Estado fazia a parte legal, falei: Bom, então eu vou do lado do que vai fazer a parte legal. O movimento só ocupava fazenda, desapropriava, e o Estado que fazia os assentamento legal, pois bom, então eu vou pro lado do que vai fazer o papel legal. (Acampado desde 1992, assentado na Repouso, 26/05/05)

Me lembro do dia que eu fui fazer o cadastro no assentamento, eu cadastrei um que perguntou para mim: *Escuta, quem manda aqui? É o Estado ou é o Movimento?* E na hora me pegou de surpresa, não sabia o que responder para o cara. Eu falei para ele que o Estado iria parcelar a terra e a terra estava vindo através do Estado. Nessa época já havia um clima tenso. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 17/02/98)

Dessa forma, as famílias se viram envolvidas na disputa entre duas organizações fortes, que se posicionavam historicamente como seus defensores, em que o ITESP jogava com seu poder de 'autoridade' do Estado, capaz de fazer cumprir a Lei, enquanto o MST jogava com seu 'prestígio' construído através da luta, simbolizado no *Movimento*, única força capaz de fazer o Estado cumprir a Lei:

Nós vamos mostrar pro Estado quem é que vai dar terra [...] porque as únicas terras que temos aqui na região conquistada foi fruto da organização do trabalhador, num acordo feito com o governador do Estado e agora com o Presidente da República. [...] E se eles atrasar nessa audiência do dia 2, nós vamos dividir essas terras por nossa conta. E vamos entregar o lote a cada companheiro. (Zé Rainha, Programa Canto da Terra, Rádio Universal, Teodoro Sampaio, 30/07/95)

Essa dimensão do cumprimento da lei nos discursos de ambas as partes, chamando a si a responsabilidade por sua efetivação, caracteriza também a disputa pela obediência dos assentados, no sentido em que WEBER trabalha essa questão.

A disposição de uma ou várias pessoas de se submeter à imposição de uma ordem – desde que o decisivo não seja o simples medo ou motivos racionalmente ponderados, ligados a um fim, mas a existência de idéias de legalidade – pressupõe a crença na *autoridade* em algum sentido

legítima daquele ou daqueles que impõem essa ordem. (WEBER, 2000:23)

Por outro lado, se para as instituições e as lideranças médias, a disputa se punha mais pela noção de autoridade *versus* prestígio, para as lideranças principais do ITESP e do MST o conflito muitas vezes assumia ares de disputa de carisma, recorrendo à concepção weberiana sobre a dominação do líder carismático.

Weber apontou três tipos básicos de dominação – tradicional, carismática e legal – que, embora não sejam encontrados puros, mas mesclados em diferentes combinações, são importantes para a compreensão da estrutura da dominação existente nas situações reais. Na disputa pela dominação carismática, verificada no Pontal, a presença pessoal dos líderes adquire grande expressão em todo o processo, seja pela posição que ambos ocupavam à frente de suas organizações, seja pelas suas características pessoais bastante parecidas (oratória, capacidade de convencimento, etc.), alargando o embate para além do institucional, chegando à disputa pessoal pela liderança, através do *carisma* do líder.

O Zé Rainha tinha um poder de convencimento muito grande da massa e o pessoal tava todo mundo concentrado ali dentro, uma situação difícil, tal. A mídia também dava um destaque muito grande pro movimento naquela época. Então, o Estado era um pouquinho... os técnicos um pouco meio reféns da situação. Até 95, 96, naquela virada, quando o pessoal passa pro assentamento provisório. Mas antes era um pouquinho... bem mais complicado, né? (Agrônomo do ITESP desde 1992, 24/05/05)

No começo eu acho que ele [Rainha] queria fazer as coisas meio por conta dele, não sabe? Queria levar o mundo nas costas. Só que depois, aí ele pegou o ritmo. Porque no começo, antes da Sra. [Diretora do DAF] entrar aqui no Pontal, eu acho que ele queria fazer as coisas tudo do jeito dele. Só que depois que a sra. entrou aqui... aí foi uma pedra no sapato dele. (Acampado desde 1992, assentado na Santa Carmen, 26/05/05)

Você era boa de argumentação, aí batia de igual com o Zé Rainha, no sentido da argumentação, tal, e ele não tinha muito espaço, por conta que ele era muito bom de discurso, mas de argumentação de fato, critério, de coisas, não. Então aí acabava dando porrada. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 10/11/05)

Eu acho que é militância *versus* carisma, que pra mim são coisas um pouco diferentes, militância e carisma. Que daí é assim, a capacidade de uma pessoa chegar num lance e falar assim: Pô, o que você tá vendo aqui, meu? É um jornal folheado a ouro. O cara tá vendo que é de papel, preto e não sei o que, mas a pessoa chega lá e consegue dourar a folha

de papel. E as pessoas que estão lá e vão trabalhar conjuntamente, envolvidas porque tão sensibilizadas, elas se defrontaram com pessoas que têm carisma, com esse grupo, e daí chegam lá e dizem que isso é importante de fazer. (Agrônomo da SEAF/ITESP desde 1986, 31/05/05)

Mas essa disputa de autoridade e carisma revela um aspecto dos conflitos que foi constantemente evidenciado por todos os atores: a disputa de poder. Ela está presente nas relações entre MST, ITESP e Secretaria, mas também e principalmente entre as instituições do próprio Estado, dando origem a um outro plano de análises.

5.4. REDES DE PODER

Em toda essa história, de forma mais ou menos explícita, há sempre um foco sobre a questão do poder, sempre estão mais ou menos visíveis relações e disputas de poder entre os atores sociais. Ao abordar essa discussão do poder, será utilizada a perspectiva posta por Foucault, captando o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar.

[...] penso que não há um poder, mas que dentro de uma sociedade existem relações de poder – extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes níveis, onde umas se apóiam sobre as outras e umas contestam as outras. (FOUCAULT, 2003:153)

Por esse ponto de vista, não se fará o estudo do poder em seu centro, exercido por suas formas regulamentares e legítimas; nem da identificação (nem sempre possível) de quem tem o poder e porque o exerce assim; nem mesmo da dominação maciça e homogênea, seja individual, de grupos ou de uma classe sobre outras. Em nossa história, revelaram-se múltiplos jogos de poder, ramificados, estratificados, que se dão em diferentes pontos da rede de relações sociais e que envolvem as partes em conflito, mas também as relações internas em cada uma delas. Desse modo, a abordagem privilegiará as relações onde o poder se materializa e exerce por meio de instituições e mecanismos, ultrapassando as regras de direito e se corporificando em técnicas e instrumentos de intervenção material.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são

sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 1996:183)

Com esse fundamento, importa fazer uma análise ascendente do poder, sobre a maneira como fenômenos, técnicas e procedimentos atuam desde seus níveis mais baixos, e a partir daí se expandem, se deslocam, se modificam; para chegar a como são assimilados por fenômenos mais globais. Nessa perspectiva, o poder será visto de forma múltipla, não localizada em um ponto determinado da estrutura social, mas disseminado e reproduzido em toda ela, funcionando como uma trama de muitos nós, como uma rede de dispositivos de poder que a todos abrange. Para demonstrar esse ponto de vista, a análise incidirá sobre alguns pontos dessa rede no Pontal, onde as disputas de poder se faziam sentir.

A disputa de poder entre o ITESP e as lideranças do MST no Pontal transparecia claramente nos episódios do cadastramento e da seleção das famílias, ainda que esta disputa tivesse o caráter de competição. O que estava em jogo era um poder de controle sobre os assentamentos e sobre as famílias assentadas, que era percebido por todos os envolvidos.

Acho que é a política, né? Sei lá, acho que tinha medo do ITESP vir e passar a perna nele. Quer dizer, ele ganhou o povo, articulou o povo, o povo tava debaixo dos pés dele, quando pensa que não já chegou esse bichinho com nome de ITESP, já começou a articular o pessoal. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/5/05)

Pode ser por receio deles perderem a força ou de perder um certo domínio que eles tinham sobre as famílias acampadas ou assentadas em projetos emergenciais. Porque quando eles estavam na beira de estrada ou na beira de linha, em acampamento, eles tinham praticamente um controle total sobre as famílias. (Agrônomo do ITESP desde 1994, 25/5/05)

Poder sobre as pessoas que dependiam em determinado momento do Movimento. Naquelas andanças, naquela idas e vindas e assentamento provisório, eles dependiam só do Movimento, eles não tinham interlocução direta. À medida que aquele povo se transformasse em assentados, eles teriam uma outra interlocução, que era a interlocução técnica. O assentado não falaria com o movimento social pra ter uma ligação técnica com o Governo, falaria com o Instituto de Terras. Nós romperíamos, não o Movimento, mas nós romperíamos a exclusividade do Movimento de se relacionar com o Governo, porque os assentados também teriam uma relação. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Eu acho que foi uma coisa muito mais de tática deles não perderem a base, do que efetivamente o Zé Rainha achar que aquilo não ia dar certo.

Eu não acho que ele achava que aquilo lá não ia dar certo. E agora vou dividir o poder com esses caras do Governo do Estado e... como é que fica depois? (Agrônoma do IAF/ITESP desde 1983, 31/5/05).

E nós perdemos essa luta política com o Estado, né? Você deve saber, nós perdemos essa luta política. Porque o Estado, através do seu órgão, conduzido pelos seus diretores, levou a melhor por conta que, tanto institucionalmente ficou... correto, né?, como os próprios trabalhadores assentados, que já estavam num processo de desgaste, cansado da luta cotidiana pela terra, eles optaram também por esse caminho, isso é verdadeiro. (Zelitro, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

FERNANDES, analisando os episódios de 1995, concluiu que se tratava de uma disputa por espaço político, que punha MST e ITESP em rota de colisão permanente: *“o Itesp procurava ocupar um espaço político no interior do conflito para assumir o controle do processo de enfrentamento entre as partes envolvidas”* (1996:194).

WEBER entendia a política, *lato sensu*, como qualquer liderança em ação, no sentido da existência de direção e comando independente em situações que objetivam a extração de obediência dos comandados. *Stricto sensu*, política se relaciona à direção ou influência sobre a direção do Estado; *“política constitui o conjunto de esforços tendentes a participar da divisão do poder, influenciando sua divisão, seja entre Estados, seja entre grupos num Estado”* (WEBER, 2003:9).

O *‘espaço político’* da disputa entre MST e ITESP se dava principalmente no plano técnico, quase sempre através de embates das cúpulas, em que o foco da disputa era como fazer os assentamentos, quais as regras a seguir ou não. Nesse sentido o ITESP parecia não ser considerado *“Estado”* para as lideranças do MST, razão porque tantas vezes demonstravam pretender colocar o Instituto no seu *devido lugar*, recorrendo inclusive ao próprio *“Estado”* para isso – e os vários pedidos para a demissão dos dirigentes do ITESP vêm nessa direção.

Eu vou perguntar, inclusive eu tô nessa audiência agora do dia 2, para perguntar ao Governador, quem é que manda no Estado e dá as ordens? [...] nós já estamos com uma audiência marcada com o Secretário, marcado com o Deputado e vamos dizer o seguinte: Nós não aceitamos de forma alguma esse cadastro aqui! [...] e eu posso dizer pra vocês, eu não dou 30 dias pra tá tudo na rua. Porque tamanha irresponsabilidade, incompetência aqui, nós vamos levar ao conhecimento do Governador e vamos pedir a demissão deles do cargo. (José Rainha, Programa Canto da Terra, Rádio Universal, Teodoro Sampaio, 30/07/95)

Rainha acabou admitindo que a invasão da São Domingos foi uma retaliação. “Entramos por uma questão política com o Estado”. Rainha quer a troca dos dirigentes do Itesp (Instituto de Terras de São Paulo), que não estariam “falando a mesma língua” de Covas. (FSP, 23/1/96, p. 1-10)

As declarações da liderança do MST no seu programa de rádio semanal evidenciaram esse embate, que se reproduzia nas páginas dos jornais. Mas era no dia a dia dos assentamentos que a rede do poder se revelava em toda a sua plenitude: cada técnico, cada militante sentindo-se detentor do poder, participava da disputa. Não é raro encontrar relações que envolvem poder entre a assistência técnica e os agricultores por ela atendidos, mas se trata quase sempre de um poder que vem pelo saber técnico, pela suposta superioridade de conhecimento que o técnico teria sobre o agricultor – o episódio envolvendo a aquisição dos tratores vem nesse sentido. No Pontal, porém, não se tratava apenas desses *saberes*, mas principalmente da concepção do que é *o certo*.

O técnico ia atrás. Não enquadrava no critério, ou enquadrava antes e passou na seleção, mas depois alguma coisa estava errada. Aí fazia laudo, tal. Um laudo, dois laudos, três laudos, aí tirava o cara. Aí os técnicos se sentiam poderosos. Não pelo poder de tirar o cara, mas por estar convicto e tranqüilo de estar fazendo uma coisa correta e estar fazendo com a decisão dele, e ninguém vai intervir na decisão dele. Então, poderosos nesse sentido. (Agrônomo do ITESP desde 1995, 10/11/05)

Todo mundo que tava ali sabia que o Movimento tava mostrando qual era o caminho a ser perseguido e tal, e por detrás vinha o ITESP, com certeza. Por quê? Porque o Movimento não tinha capacitação de ter um técnico, pra você plantar e tal. O Movimento não tinha isso. O que o Movimento precisava? Precisava do povo pra poder ocupar terra, pra no fim, depois vir o ITESP pra conseguir dominar, ensinando o pessoal a plantar, cultivar, essas coisas. Então foi diferente. Um partiu pro lado do povo, que precisava tá cada vez mais fazendo manifestação, crescer cada vez mais. E o ITESP já pro outro lado, tipo deixando o Movimento um pouco de lado, e o ITESP tomando conta, mostrando o que fazer na terra e não mais ocupação. Tipo uma mensagem: Você tem que ver que a partir do momento que você tem a terra, você não é mais uma pessoa que tem que ocupar e tal. E o pessoal foi começando a entender essa mensagem. (Acampado desde 1992, assentado na Santana, 26/05/05).

E a liderança classificava a atitude dos técnicos do ITESP de *ciúme*.

E sabe porque, Walter? A outra coisa é que eu disse recentemente em entrevista à Folha de São Paulo que nós, em 10 anos, vamos assentar 20

mil famílias. E o Estado, os incompetentes que estão aí dos técnicos, não conseguem fazer nada e estão com um verdadeiro ciúme do nosso trabalho. (José Rainha, Programa Canto da Terra, Rádio Universal, Teodoro Sampaio, 30/07/95)

Talvez esse “ciúme” possa ser explicado porque, além do controle dos assentamentos, a disputa de poder entre o ITESP e o MST envolvia o controle das próprias ações do Governo – seja na realização dos acordos para a obtenção das terras, seja na implementação do processo mesmo de assentamento. Para o Movimento, União da Vitória representava o ponto máximo desse controle: *“as únicas terras que temos aqui na região conquistada foi fruto da organização do trabalhador, num acordo feito com o Governador [Fleury]”* (José Rainha, Programa Canto da Terra, Rádio Universal, Teodoro Sampaio, 30/07/95). Já se viu que o Governo Fleury tinha permitido ao Movimento um domínio muito maior da situação no Pontal do que o Governo Covas vinha fazendo.

O movimento entendia naquele momento, pelo seu acúmulo, que o Estado tinha o papel de arrecadar a terra e o movimento social gestionar essa conquista. A gestão da conquista, nós entendíamos que o movimento social era a principal força de desenvolver isso. E o Estado entendia que não, que quem deveria dar a gestão, e institucionalmente de fato é isso, é o próprio Estado através dos órgãos constituídos. (Zelitro, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

O movimento social perdeu o controle do Governo. O movimento social num determinado momento tinha feito um jogo que ele achava que era um jogo bom, quer dizer, eles estavam invadindo, negociavam um pouco, invadiam um pouco... [...] Quer dizer, o Estado se atribuiu um papel, foi um pouco diferente, foi exatamente o contrário. Nisso surgiram dificuldades de relacionamento, porque eles gostavam muito do papel anterior do Estado, que tinha poucas falas e só quando era puxado por eles. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Era nessa dimensão que a disputa de poder chegava à Secretaria da Justiça, para quem a prática do MST era de estabelecer relações de troca, nas quais a moeda do Movimento era sempre a não ocupação por um certo período.

O Movimento negociava separadamente com todo mundo, até porque o Movimento tinha uma prática de estabelecer relações de troca. É uma relação curiosa, quer dizer: *vocês fazem o que eu peço e a gente dá uma determinada trégua*. Não é que: *vocês fazem o que deve ser feito*. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Nos discursos públicos, as ações de luta do MST são atribuídas quase sempre

à omissão do Estado e à falta de políticas que equacionem a questão agrária, que de certo modo 'obrigam' o Movimento às ocupações e não lhe permitem dar trégua ao Estado. "*Não adianta pedir trégua*". "*Historicamente já foi dada uma trégua grandíssima, de quase 500 anos. Quem tem de dar trégua para nós é o Estado, que ainda não fez a reforma agrária*", dizia Gilmar Mauro (FSP, 04/10/95, p. 1-10). Mas, de fato, durante a formulação e principalmente durante a implantação do Plano do Pontal houve tréguas anunciadas e suspensas a todo instante, pelos motivos mais variados e sempre repercutindo amplamente na imprensa – algumas duraram por um único dia.

O acordo prevê uma trégua nas ocupações até segunda-feira, quando a direção do Incra em São Paulo vai se reunir com o MST no Pontal de Paranapanema para iniciar um levantamento sobre as áreas que serão desapropriadas. (FSP, quarta-feira, 19/10/95, p. 1-12)

Sem-terra do Pontal do Paranapanema festejaram o acordo com o governo, mas rechaçaram ontem, em assembléia no acampamento 1º de Abril, o pedido de trégua reiterado anteontem pelo presidente do Incra (FSP, quinta-feira, 20/10/95, p 1-8).

José Rainha Jr., líder dos sem-terra no Pontal, concordou com a proposta e deu uma semana de trégua nas invasões na região. Em troca do assentamento provisório e da liberação dos créditos, o Incra e o governo paulista esperam a interrupção imediata das invasões de terras na região. (FSP, 04/11/95, p. 1-11)

Os sem-terra estão condicionando a trégua de invasões de fazendas no Pontal do Paranapanema à desistência do governo de despejar as famílias dos barracões da Usina de Taquaruçu, em Teodoro Sampaio. (Gilmar Mauro, FSP, 11/11/95, p. 1-14)

Assim, a trégua nas ocupações era muitas vezes apenas uma moeda de barganha nos jogos de poder disputados entre o Estado e o movimento social.

Mas, se entre Estado e Movimento a disputa de poder tinha uma face pública e ruidosa, muito ao gosto da imprensa, internamente os dois lados passavam por disputas mais veladas que também merecem análise.

No lado do Movimento, essa postura pode ter sido um agravante aos problemas internos enfrentados pela organização, contribuindo para uma visão de banalização da *luta* e para o enfraquecimento dos vínculos entre os sem-terra. Por um lado, as ocupações iam deixando de se vincular ao objetivo de conquista de uma determinada fazenda para se tornar em resposta imediata às contrariedades da liderança, e por outro lado, a multiplicação das ocupações sem um objetivo palpável para

os sem-terra complicava as relações na base, cansada e dividida entre a participação obrigatória na ocupação e o cultivo necessário de seu lote emergencial, passível de ser submetida às penalidades de ambas as partes. Já se tratou desse ponto nesse trabalho.

Inegavelmente, porém, era no lado do Estado que as disputas internas de poder se faziam sentir de forma mais vigorosa. Lá, onde se desenvolvia a elaboração e a execução das políticas relacionadas ao Pontal do Paranapanema, essa disputa assumia uma face burocrática, mas se configurava também em uma disputa política.

De longa data vinham as disputas de poder entre os órgãos estatais atuantes na questão agrária paulista. Isso ocorria, em parte, porque o ITESP era uma organização *sui generis*. Diferenciava-se da maior parte do aparato estatal por diversas questões, especialmente aquelas relacionadas ao sentido de *missão* existente em seu corpo técnico e à natureza dessa missão, voltada aos interesses dos trabalhadores em detrimento dos poderosos.

Nesse âmbito, duas vertentes da disputa de poder interna podem ser caracterizadas: uma em que o foco se dá sobre a égide da burocracia estatal e seu papel no interior dos organismos de Estado; outra em que vem à tona o matiz ideológico de pessoas e grupo atuantes no Estado.

Dois pressupostos históricos podem ser apontados para a formação do Estado capitalista moderno no Ocidente: o resgate da racionalidade formal do direito romano e a especialização de um corpo administrativo – a burocracia. A evolução do Estado capitalista propiciou a substituição gradativa da administração realizada por notáveis ou por aqueles que a exercem como cargo honorífico ou hereditário, em favor de funcionários contratados, que decidem sobre as necessidades da vida cotidiana, tanto na esfera civil como militar, levando a que o domínio efetivo fosse se concentrando cada vez mais nas mãos da burocracia especializada. Daí decorrem as duas categorias de funcionários públicos, mencionadas por WEBER (1999): os *especializados* e os *políticos*.

O funcionário político é aquele que via de regra tem o exercício de suas funções associadas às do detentor do poder em diferentes momentos, é o que pode ser desligado, transferido, demitido ou posto à disposição a qualquer tempo. Já o funcionário especializado tem uma relativa independência nesse aspecto, já que sua atuação se restringe a ‘administrar’ de modo ‘imparcial’. Embora ambos tenham seu *locus* no mesmo espaço de atuação – o escritório, e sejam ambos formalmente funcionários públicos assalariados, a diferença entre o funcionário político e o especializado é de essência, conforme o sentido de sua posição. Deles se esperam coisas diferentes.

Ao contrário do funcionário especializado, o político não pode se contentar com o cumprimento lépido de regulamentos e ordens, com o cumprimento honesto de seus deveres: isso, que bastaria para caracterizar um 'funcionário' competente, o tornaria um mal 'político'. E não se trata apenas da natureza dessa atuação, da capacidade de decisão e organização, de sua criatividade e capacidade intelectual, que de ambos são requeridas – a diferença está na natureza da responsabilidade de um e outro. Suas ações se encontram sob princípios de responsabilidade inteiramente diferentes. O funcionário político tem responsabilidade própria e exclusiva, de que não pode se eximir ou transferir para outrem, enquanto o funcionário 'autêntico' age sob a responsabilidade do mandante, que lhe reserva a execução minuciosa e abnegada de uma determinação superior, ainda que lhe tenha objeções.

E ainda, se para o funcionário especializado deve ficar reservada a atuação imparcial e a competência técnica, para o político Weber destaca três 'qualidades decisivas': paixão, sensação de responsabilidade e sentido das limitações.

Colocada a serviço de uma causa, faltando, porém, o correspondente sentimento de responsabilidade, como elemento fundamental da atividade, a paixão não cria o líder político. Isso requer a existência de um sentido dos limites. Essa é a qualidade psicológica fundamental do político: sua habilidade para permitir que os fatos ajam sobre si, mantendo a calma interior do espírito, sabendo manter o sentido de distância ante os homens e as coisas. (...) A força de uma personalidade política pressupõe, em primeiro lugar, a paixão, a responsabilidade e o sentido de proporção (WEBER, 2003: 83-85).

Essas duas categorias de funcionários essencialmente distintas enfrentam-se cotidianamente e se enfrentavam nas questões relacionadas ao Pontal. Como resultado desse processo, é comum ocorrer uma determinação superior "demorar" a ser cumprida pelo corpo da instituição, algumas vezes essa determinação chegar totalmente distorcida ou dela nem se tomar conhecimento lá onde a ação deveria ser executada. O grande diferencial que se observa neste trabalho é que esse conflito deixava de ocorrer no interior do ITESP, em função da alta coesão interna como já se viu, mas se verificava exacerbado entre a direção do ITESP com a base de outras instituições postas como parceiras. Ou seja, a resistência maior às determinações emanadas dos funcionários políticos da direção do ITESP e SJDC vinha dos funcionários especializados das instituições responsáveis pela execução de certas partes do plano do Pontal. No dizer do então Secretário da Justiça: "*havia algumas antipatias a programas que nós tínhamos, havia algumas disputas, algumas fraquezas*" (Belisário, 30/7/05).

Entre Governo Federal e Estadual, por exemplo, a partir dos entendimentos que levaram à assinatura do convênio para o Plano do Pontal, as autoridades políticas reconheciam-se mutuamente como parceiras, com afinidade de objetivos em relação ao plano do Pontal. Mas, no aspecto operacional, a situação era bem outra, com inúmeros problemas para a execução do planejado.

O diálogo com o Governo Federal foi de um momento de dispersão, de não ter um interlocutor muito presente e constante, para uma relação mais duradoura, mais consistente, buscando resultados mais efetivos. Aí com compromisso político por parte do Ministro e com mecanismos de ação mais efetivos que foram criados nesse processo de estruturação do próprio Ministério, aí as coisas começaram a avançar de uma outra forma. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

As relações com o Governo do Estado de São Paulo sempre foram muito cooperativas, eu diria que havia uma convergência de objetivos entre o Governo Federal e o Governo do Estado de São Paulo na realização da reforma agrária e havia, portanto, uma atuação harmônica em relação ao que se deveria fazer no ponto. Eu estou falando da direção do INCRA e da direção do Instituto de Terras e da direção da Secretaria da Justiça, acho que mesmo entre os mandatários, Ministro, Governador, também havia esse entendimento. Nas instâncias regionais, ou seja, no INCRA regional nós tínhamos problemas, marcadamente uma resistência técnica em participar desse processo de obtenção das terras pela via da negociação. (Dirigente nacional do INCRA em 1997, 20/10/05)

A forte resistência dos funcionários especializados do INCRA – a “Casa” como eles se autodenominam – manifestava-se em emperramentos burocráticos de toda ordem nas ações que deveriam ser conjuntas, evidenciando uma outra característica da burocracia, tal como formulada por Weber, em que a especificidade das funções e seu exercício continuado pelos burocratas se manifestam através de um *saber oficial*.

[...] a posição de poder de todos os funcionários fundamenta-se em conhecimento, em dois sentidos. Primeiro, o conhecimento especializado, adquirido na preparação específica – um saber ‘técnico’ no sentido mais amplo da palavra. [...] A este se acrescenta o conhecimento, somente acessível aos funcionários pelos meios do aparato oficial, dos fatos concretos que determinam suas ações: o saber oficial. (WEBER, 1999:564-565).

Manipulando o poder de quem detém esse saber, a “Casa” se insurgia às determinações políticas da direção, valendo-se de pareceres, manifestações e

questionamentos em processos internos e externos, e tentava por todas as formas ao seu alcance manter sob seu controle as ações no Pontal, procurando inviabilizar a parceria com o ITESP para que o próprio INCRA executasse aquelas ações, ou, ao contrário, tentando caracterizar a ação no Pontal como algo “estadual”, fora da esfera de competência do INCRA, portanto.

O Estado de São Paulo, através do seu órgão de terras, ele estava na frente das soluções pras questões de reforma agrária. E aí realizava uma atividade que a Superintendência do INCRA de SP entendia que era uma atividade privativa dele, porque o INCRA, sobretudo SP, via nessa ação inovadora uma coisa que eles não concordavam muito, eles achavam que a Reforma Agrária deveria ocorrer pela via da desapropriação. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 28/7/05)

Em todos os órgãos que você for examinar, eles têm uma grande questão que é o burocratismo. Você sabe que se criam nos órgãos públicos, sejam estaduais, federais, estamentos de interpretação, principalmente jurídicos, que no final se tornam intransponíveis. [...] Isso acontecia da mesma forma naquele tempo, o INCRA é um órgão federal, o ITESP é um órgão do Governo do Estado, como é que você pode fazer uma coisa que tinha até um certo caráter de competitividade por espaço? (Raul do Valle, Presidente do INCRA, entre 1995 e 1996, 2/8/05)

Eu lembro de alguns casos, que tinha um parecer jurídico dentro do processo questionando o convênio, a legitimidade do ITESP de receber recursos em TDAs para pagar benfeitoria, discutindo as negociações... Ora, essa coisa estava superada pelo convênio! Convênio assinado, com parecer jurídico, etc. Aí foi que acertei com o Superintendente que não passava mais por lá, o processo vinha do ITESP e passava direto pra Brasília. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 28/7/05)

As acirradas disputas resultantes acabaram determinando uma espécie de intervenção dos funcionários políticos em Brasília sobre a “Casa”, em São Paulo.

Essa questão de relacionamento entre a União e Estado através de seus órgãos, isso é histórico na República, isso acontece em todas as áreas. Eu acompanhei bem essa questão entre INCRA-SP e o Instituto de Terras. E por mais que fizesse uma tentativa de aproximação, e uma orientação no sentido de que o importante é que caminhassem juntos e que dividissem esse espaço de atividades, isso não era possível no Estado de São Paulo. [...] Então, como a Superintendência do INCRA-SP não atendia essa diretriz, ou não entendia a diretriz ou não acompanhava, na verdade o que terminou acontecendo foi que terminou o INCRA Nacional e o MDA

centralizando. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 28/7/05)

Esse desfecho confirma Weber, quando este autor assevera que os momentos de crise e inovação são situações em que o funcionalismo burocrático não responde à altura das necessidades, "*os políticos têm que constituir o contrapeso do funcionalismo*" (WEBER, 1999:564) e as características do funcionário político devem prevalecer sobre o funcionamento regular do serviço público.

Na esfera estadual, a PGE era um outro importante parceiro com o qual o entendimento entre as direções políticas coincidia com a resistência de seus funcionários especializados, motivada por razões semelhantes em forma: a utilização do saber oficial e a disputa por competência institucional como instrumentos de poder burocrático.

Havia muita discussão do tipo – deve-se buscar tal convênio, não aquela medida, etc. E eu sempre proibi essas discussões na procuradoria dizendo aos colegas: bom, para buscar tal fazenda, há quais óbices? Então, vocês me apresentem por escrito tais óbices que nós vamos apresentar ao cliente, que era na ocasião, o Itesp. Se, ele mesmo assim não quiser topiar, cumpre a nós como advogados, tentar buscar uma solução. Então, o inconformismo era muito mais na inexistência da política fundiária pela PGE do que pela própria medida processual, ou aquilo que estava se passando. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

É complicado, porque o Estado se manifestava oficialmente através do ITESP. Quer dizer, o ITESP era um órgão chave. Porque no início era a Procuradoria com mais intensidade, mas logo o ITESP assumiu a dianteira do negócio. Na verdade, eh... o grande... digamos, o grande problema que eu tinha com o ITESP é que nós nos transformamos em secretários de luxo, a Procuradoria se transformou num secretário de luxo. Porque as coisas vinham prontas do ITESP. Quer dizer, o que a gente fazia aqui? A gente formalizava. Quer dizer, a Procuradoria e o ITESP, a relação mudou. Primeiro a Procuradoria era quem mandava entre aspas, depois o ITESP era quem mandava. E a Procuradoria era um secretário. O que me deixava extremamente... [rindo] extremamente bravo, à época, entendeu? (Chefe da Procuradoria Regional do Pontal em 1995, 24/05/05)

As relações entre ITESP e PGE eram agravadas porque havia ainda um aspecto de subordinação em jogo, decorrente da não aceitação da alteração hierárquica, em função da origem do Instituto e suas relações anteriores com a Procuradoria.

O ITESP é oriundo do Departamento de Regularização Fundiária, que era um órgão da Procuradoria Geral do Estado. E, portanto, se submetia aos ditames, as ordens, etc. do Procurador Geral do Estado. E esses colegas

mais antigos... Não diria que não se conformavam, mas não compreendiam que a partir daquele momento a política fundiária do Estado não era mais da Procuradoria. A política fundiária passou a ser da Secretaria da Justiça, através do ITESP. Então, esse tipo de conflito era um conflito insuperável, ou seja, você não consegue romper uma cultura que vinha há 20, 30 anos, de uma hora para outra. [...] Em 95 o Itesp resolveu agir, exatamente dentro desse plano, etc. Antes, ele não incomodava, porque não havia realizações. Não havia planificação das realizações. Eram problemas pontuais, era apagar um incêndio aqui, apagar um incêndio ali, então não atrapalhava. A partir do momento em que passou a ter um plano, vamos fazer assim, etc., aí, vamos chamar assim, os históricos falaram: opa! Tem agora alguém que está dando as cartas? É mais ou menos isso. E o meu trabalho lá com os meus procuradores de lá era dizer pra eles: sim, tem alguém que tá dando as cartas. E eu até brincava com eles: Graças a Deus! (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Outros havia, mas esses dois casos são exemplares. Em ambos, pareceu funcionar a conduta descrita por Weber para os funcionários políticos e os funcionários especializados. A direção política impôs-se e a avaliação do resultado, considerado por todos favorável, indica um reconhecimento pela necessidade dessa imposição.

Mas o que eu quero dizer pra você é o seguinte, apesar de tudo, revendo a coisa agora, eu acho que nós vivemos um período aqui excepcional, em que havia uma direção no Estado, e aí eu tô falando Estado como um todo, o Gabinete da Procuradoria, a Secretaria da Justiça, etc, no sentido de que as coisas precisavam acontecer, os acordos precisavam ser feitos e as pessoas precisavam ser assentadas. (Chefe da Procuradoria Regional do Pontal em 1995, 24/05/05)

Então, a melhor coisa que Brasília fez foi trabalhar direto com o ITESP. Não se justificaria outra coisa, quer dizer, você tem um instituto com uma tremenda duma logística dessa! Se todo Estado tivesse um instituto como o ITESP, a gente já tinha partido pra uma coisa muito mais abrangente. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 1/8/05)

E também, se havia resistências desse tipo no interior do Estado, havia também uma rede de contatos pessoais, construída pelos integrantes do ITESP ao longo dos vários anos, desde a sua criação na década de 1980. Nessa rede, o capital pessoal prevalecia sobre as estruturas e regras burocráticas, e por meio dela muitos caminhos eram aplainados permitindo superar as dificuldades oriundas dessa disputa de poder.

O ITESP era o grande fator dessa articulação, no que havia de

cumplicidade em relação à reforma agrária em todos os órgãos do Estado. Quem era quem e tal, eu fui saber por via do Instituto de Terras. Eu tinha uma cumplicidade com a Procuradoria Geral do Estado, mas eles me diziam: *Fulano conhece muito bem isso, e Beltrano conhece muito bem isso, e aquele nos ajudará e aquele outro nos ajudará muito...* Etc etc. Então a gente sabia quem era quem. Por exemplo, na Casa Civil tem um homem que trabalha o Vale do Ribeira, e ali tem Ciclano que é homem nosso... E aonde eu ia chegando nessas pessoas, as pessoas pegavam carona na vontade política que a gente expressava, pegavam carona nisso. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Há ainda um outro aspecto dos conflitos, relacionado ao matiz ideológico, em que entram em jogo as disputas de poder internas no Estado nos diferentes governos, e se refere à busca de influência sobre a ação política do Estado, levada a efeito pelos representantes das diversas classes sociais. O espaço de discussão da política agrária, por exemplo, que na gestão Quércia era quase privativo dos grandes fazendeiros, foi muito mais democratizado na gestão Covas, em que o acesso livre a SJDC era retratado pela distribuição equilibrada dos assentos ao redor da grande mesa em que se travavam as discussões do Plano do Pontal.

Interessante que, sendo o Estado historicamente apropriado por uma das classes nessa questão – a dos grandes fazendeiros – o que chama a atenção, e leva até mesmo a rótulos é a não permissão de apropriação explícita por nenhuma das classes. Tal postura passa a ser considerada por muitos como tendência pró-trabalhador.

O comentário era que o ITESP era a favor dos sem-terra. Se chegou a cogitar... Eu ouvia comentários que o Instituto de Terras era um braço do movimento social. Isso às vezes em função do empenho que o ITESP tinha na solução dos conflitos. Jamais houve essa comparação, essa idéia de que o ITESP era a favor dos fazendeiros. O que o pessoal achava, era o que eu ouvia, que haveria uma aliança, né? Entre o Instituto de Terras e o MST. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 28/7/05)

Eu não chego a ter uma interpretação bem elaborada do que os fazendeiros pensavam a respeito do Estado, mas a gente ouvia, por exemplo, os fazendeiros, inclusive o próprio [Presidente do Sindicato Rural], taxar o Fernando Henrique e o Mário Covas de comunistas, né? [rindo] (Zelitto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

“Isso aqui virou uma terra sem lei, onde quem manda são os sem-terra”, diz Joel Amaro Mascarenhas, 56, coordenador da Comissão do Pontal, montada pelo sindicato. (FSP, 04/10/95, p. 1-10)

A exacerbação dessa disputa de poder de teor ideológico teve como ponto alto a atuação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), que elaborou um projeto de “parceria” com os fazendeiros em que arrendatários plantavam algodão em grandes fazendas sob suspeita de serem devolutas, trazendo benfeitorias como o terraceamento que permaneceram na fazenda após o término do contrato, sem ônus para o fazendeiro.

Algumas pessoas, alguns grandes proprietários, que estavam com suas áreas degradadas, então, pra viabilizar uma recuperação dessas áreas, criou-se algo chamado *projeto do algodão*. Onde a princípio o Governo estaria viabilizando uma linha de crédito pra que alguns produtores pudessem estar plantando algodão nessas áreas. Só que o que na realidade viria era junto com o algodão, viria todo o trabalho de recuperação das áreas que estavam degradadas, terraceamento, recuperação com aplicação dos corretivos. Ou seja, estariam trabalhando e ao mesmo tempo deixando a área prontinha pra que pudesse estar voltando novamente com a pastagem. Então, a princípio eram áreas que estavam muito degradadas. Quem plantava eram agricultores arrendatários que pegavam a área e, além de tá fazendo todo o trabalho de recuperação, ainda teriam que pagar uma renda pro fazendeiro. A Secretaria da Agricultura entrava nisso aí somente viabilizando os técnicos pra elaboração de projetos pra viabilizar linhas de crédito, ou seja, financiamentos pra que os arrendatários pudessem tá trabalhando nessas áreas. (Agrônomo da SAA entre 1993 e 1996, 25/5/05)

A proposta, conhecida como “projeto do algodão” ou “bolsão de arrendamento”, objetivava se tornar uma alternativa de acesso a terra em substituição aos assentamentos, além de ser uma fonte de recursos para dar uma aparência de produtividade às fazendas.

“Há duas visões claras sobre o melhor caminho para a reforma agrária no Brasil: a que propõe a desapropriação de terras e a distribuição de lotes e a que deseja contornar a concentração fundiária” anunciava a Folha de São Paulo, ao introduzir a proposta¹³⁸, e prosseguia: “Francisco Graziano¹³⁹, ex-presidente do Incra, o órgão responsável pela reforma agrária, acredita que várias medidas podem ser adotadas simultaneamente, inclusive [...] a intermediação de terras por bolsas de arrendamento ou a retomada de projetos de colonização” (FSP, 19/5/96, p.1-12). Mas esse discurso da “busca” por uma ação alternativa do Estado não conseguia disfarçar a disputa interna de poder que o projeto significava realmente.

¹³⁸ Esse projeto, embora começasse a ser concebido em 1996, só veio a ser lançado efetivamente em 1997, razão pela qual não está incluído na narrativa deste trabalho, cujo recorte temporal se encerra em 1996.

¹³⁹ À época, Secretário de Agricultura do Governo Covas, nomeado após sua saída do INCRA.

Significava uma nuvem de fumaça. Significava um nada, que não tinha uma consistência técnica muito forte, mas trazia um elemento perturbador que era o seguinte: *Olha, tudo isso que vocês estão fazendo é bobagem, eu posso fazer uma coisa muito melhor com outro projeto.* Ou seja, de certa forma descredenciando todo o processo de avanços que nós tivemos. E afirmando que não, que tudo aquilo era uma perda de tempo e que ele tinha uma outra visão e que ele estava com a razão. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

O setor mais ruralista dos fazendeiros se organizou no sentido de falar: Não, não precisa de reforma agrária nessa região, se a gente pegar e implantar uma cultura que consuma a mão-de-obra, a gente resolve esse problema do desemprego e trazemos riqueza pra região da mesma forma. Não precisaria tomar as terras dos fazendeiros pra se fazer assentamento, porque no entendimento dessa classe isso aí não traria retorno econômico pra região. O que poderia se fazer pra resolver: implantava a cultura do algodão como uma bolsa de arrendamento e que isso geraria emprego na região, sem perder a terra, sem precisar fazer reforma agrária. (Agrônomo do ITESP desde 1992, 24/5/05)

O discurso que se tinha era no sentido de viabilizar terra pra quem quer produzir, esse era o discurso. Então, por isso, é que acabava se pegando os arrendatários, grandes arrendatários, né? Não era naquela época agricultura familiar, era uma agricultura totalmente mecanizada. (Agrônomo da SAA entre 1993 e 1996, 25/5/05)

O projeto principal ocorreu na fazenda de uma família de políticos importantes em parceria com uma indústria de óleo de algodão. *"Os proprietários da fazenda, o ex-governador de São Paulo e ex-ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, e seu genro, Jovelino Mineiro, tomaram a iniciativa de propor o projeto à Secretaria da Agricultura"* (FSP, 29/4/97, p. 5-3). Mas tanto peso político inicial não impediu os problemas que terminaram por inviabilizar o projeto.

Pouco mais de um ano após o lançamento do projeto, o mesmo jornal constatava trabalho ilegal de crianças de 11 a 14 anos colhendo algodão, adultos e adolescentes trabalhando sem registro em carteira, uso de caminhões, caminhonetes e carretas puxadas por tratores no transporte dos trabalhadores, o que também era proibido por lei devido ao risco de ferimentos graves em caso de acidente, além de reclamações de atraso de uma a duas semanas no pagamento, caracterizados como autênticos bóias-frias. *"Com um saco de pano pendurado no corpo, os colhedores trabalham a maior parte do tempo curvados, puxando a pluma dos frutos do algodoeiro.*

Depois de encher o fardo, têm de carregá-lo até a balança, num percurso que pode chegar a 50 metros. O peso do fardo varia de 25 kg a 35 kg" (FSP, 16/6/98, p. 1-12).

O projeto não funcionou, tanto é que dois anos depois já tinha se afundado. Ou seja, depois das terras recuperadas, o projeto afundou. Naquele momento, uma análise que nós fazíamos, era o seguinte: se o arrendatário passasse cinco anos pagando o valor da renda da época, durante cinco anos ele pagava o valor da propriedade, isso só pagando a renda, além de todo o trabalho que ele já fazia de deixar a propriedade totalmente recuperada. (Agrônomo da SAA entre 1993 e 1996, 25/5/05)

Fracassou. Não sei o que aconteceu, mas não deu certo, não foi bem sucedido. E teve pressão também. Agora é só soja, do próprio dono. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 95, 24/05/05)

Fracassado em praticamente todos os aspectos – com a possível exceção apenas dos próprios fazendeiros que tiveram suas terras recuperadas por meio das atividades financiadas pelos arrendatários – o projeto era bastante representativo da cooptação ideológica exercida pelos poderosos no aparato estatal. Mas, a forma de sua veiculação através da imprensa como uma opção aos assentamentos abre um outro plano de análise, que inclui o papel da imprensa nos conflitos do Pontal.

5.5. JOGOS DE CENA

É comum na atualidade atribuir-se à imprensa o epíteto de quarto poder, numa referência a que ela complementaria a repartição de poderes exercendo como que um controle social sobre os outros três: Legislativo, Executivo e Judiciário. Essa imagem poderia se associar a uma posição de imparcialidade da imprensa, cuja finalidade maior seria "informar" a sociedade sobre a "verdade", mas parece melhor se associada a uma posição de poder, cuja finalidade seria mais "formar" uma "verdade" para a sociedade.

[...] a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade. (BOURDIEU, 1997:24)

Desvendando esses mecanismos da construção utilizados pela mídia, Bourdieu

os classifica de violência simbólica¹⁴⁰ exercida de uma forma 'perniciosa', pelos quais o "que se pretende um instrumento de registro torna-se um instrumento de criação de realidade" (BOURDIEU, 1997:29). Alguns desses mecanismos parecem perfeitamente aplicáveis ao que assistimos no Pontal.

A atenção dada pela imprensa ao Pontal nos anos de 1995 e 1996 é facilmente verificável em qualquer pesquisa na Internet, nas páginas dos principais jornais de circulação nacional – centenas de matérias surgem em resposta à combinação dos argumentos de pesquisa: MST, Pontal, conflito e sem-terra. Vários desses veículos chegaram a criar espaços especiais, vinhetas e logotipos dedicados a destacar a questão.

Ilustrativa, a Figura 5.2 demonstra o MST e a PM dividindo o primeiro plano da fotografia com a imprensa, durante uma negociação para a desocupação de uma fazenda por determinação judicial. Detalhe: para dois líderes sem-terra e um policial há pelo menos seis símbolos da imprensa em destaque (microfones, câmeras e gravadores).

FIGURA 5.2. PRESENÇA MACIÇA DA IMPRENSA NOS CONFLITOS DO PONTAL.



Reproduzido de: OG, 12/10/1995, p. 3.

Na perspectiva da análise de BOURDIEU (1997), isso se deve a dois fatores combinados: a lógica da concorrência, que resulta em uniformização e banalização, decorrente de todos fazerem a mesma coisa, copiando-se mutuamente na tentativa de

¹⁴⁰ "A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com freqüência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la" (BOURDIEU, 1997:22).

fazer *antes* ou *melhor* o que o outro faz; e a necessidade que a imprensa tem de trabalhar o extraordinário.

Os jornalistas, *grosso modo*, interessam-se pelo excepcional, pelo que é excepcional *para eles*. O que pode ser banal para outros poderá ser extraordinário para eles ou ao contrário. Eles se interessam pelo extraordinário, pelo que rompe com o ordinário, pelo que não é cotidiano – os jornais cotidianos devem oferecer cotidianamente o extra-cotidiano, não é fácil... Daí o lugar que conferem ao extraordinário ordinário, isto é, previsto pelas expectativas ordinárias, incêndios, inundações, assassinatos, variedades. [...] A visão cotidiana de um subúrbio, em sua monotonia e seus tons cinzentos, não diz nada a ninguém, não interessa a ninguém, e aos jornalistas menos ainda. (BOURDIEU, 1997:26-27)

Todos falavam do Pontal, o que evidentemente obrigava a todos falarem do Pontal, mesmo que fosse para se repetirem ou repetirem uns aos outros; e todos falavam do Pontal porque lá havia conflito, “o conflito” que assumia um caráter excepcional extraordinário.

A narrativa de um ex-Presidente do INCRA para uma situação de conflito exacerbado no Rio Grande do Sul, naquele mesmo período, confirma essa conduta usual da imprensa: só o conflito interessa, a pacificação é anti-notícia.

Quando eu cheguei, quando desembarquei no aeroporto lá em Porto Alegre, tinha um batalhão de caras, da Globo, da RBS, de todos os meios de comunicação me entrevistando, me perguntando o que eu tinha vindo fazer... Eu falei: eu vim dialogar com o Movimento pra encontrar aqui uma solução pra todos esses problemas. [...] Daí, voltei pra Brasília, trabalhei, trabalhei, trabalhei... e tudo que nós tínhamos imaginado aconteceu. [...] Aí nós fomos pra imprensa: Eu trago pra esse Estado uma boa notícia, quando eu vim aqui tava quase uma guerra civil. Agora as coisas aparentemente estão bem encaminhadas, solucionadas, ninguém se machucou aqui, as pessoas estão contentes... Saiu uma notinha desse tamanho. Porque isso não é uma notícia, é uma anti-notícia. É alguma coisa que foi resolvida. O que é notícia é o conflito e a não resolução dos problemas. (Raul do Valle, Presidente Interino do INCRA entre 1995 e 1996, 02/08/2005)

E não era diferente no Pontal. Houve ocasiões em que o ato em si das ocupações de terras foi acompanhado e transmitido pela televisão. Isso decorre do papel determinante da mídia nas lutas e manifestações sociais, que leva à produção de “*manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a*

interessar às pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por elas, obterão sua plena eficácia" (BOURDIEU, 1997:30).

Nesse processo, a mídia alimentava o conflito e se alimentava dele, jogando com frases de efeito e muitas vezes acirrando o desentendimento (V. Quadro 4.9, que reproduz um mês de 'diálogo' tenso através da imprensa). Nesse sentido, as duas notas a seguir demonstram bem como o que poderia ser uma 'boa notícia' – um novo acordo entre Governo e MST para a suspensão das ocupações – se transforma habilmente em desgaste e manutenção do conflito.

MST promete 'janeiro quente' de invasões. Juíza do Pontal resiste em liberar terra para assentamentos e acordo de Covas com sem-terra pode fracassar. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) articula para 2 de janeiro o reinício das ocupações de terra no Pontal do Paranapanema (região no extremo oeste do Estado). O movimento promete um "janeiro quente", referindo-se à intensidade das invasões, e suas lideranças dizem não acreditar mais nos acordos firmados com o governador Mário Covas (PSDB). (FSP, 13/12/95, p. 1-11)

Covas esfria 'janeiro quente' dos sem-terra. O governo de São Paulo conseguiu esfriar, ao menos por enquanto, o "janeiro quente" de invasões alardeado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado). [...] Embora não descarte novas ocupações de terra, Rainha voltou a dizer ontem em "dar um tempo", após reunir-se em São Paulo com o secretário da Justiça, Belisário dos Santos Jr., interlocutor do governador Mário Covas (PSDB). (FSP, 4/1/96, p. 1-7)

Na busca de "cobrir o conflito", a imprensa publicava qualquer coisa, às vezes sem qualquer senso crítico. Jornalistas pareciam não ler o que o seu próprio jornal escrevera e publicavam informações contraditórias, muitas vezes tratando declarações como fatos, muitas vezes resultando em um clima de debate aparente.

Bourdieu (1997) classificava em dois grupos as polêmicas aparentes estabelecidas em função e por meio da mídia: há os debates verdadeiramente falsos, em que as pessoas se opõem de maneira combinada, mas sem que entre elas exista uma divergência real, como nos casos de debates televisivos entre candidatos do mesmo extrato político, por exemplo; e os debates falsamente verdadeiros, em que a própria mídia opera uma série de censuras e controles do que se diz e faz no debate, impondo a tensão por mecanismos sutis, como o tom e a maneira de formulação da pergunta.

A polêmica a respeito dos assentamentos provisórios é bem representativa

desse aspecto. O Quadro 5.1 reproduz alguns trechos dessa polêmica em um dos maiores jornais paulistas, mas ela se travou também em outros meios de comunicação.

QUADRO 5.1. A POLÊMICA DOS ASSENTAMENTOS PROVISÓRIOS (1995).

PROPOSTA DE COVAS AOS SEM-TERRA DO PONTAL.

- Destinar para assentamentos **provisórios** dos sem-terra até **30% do total da área de nove fazendas** que ocupam terras devolutas do Estado, que ocupam 3.978 hectares.
- Transformar em assentamentos definitivos os acampamentos provisórios nas fazendas São Bento, Santa Clara e Estrela D'Alva, que somam 6.491 hectares.
- Inaugurar assentamentos **provisórios** nas fazendas Haroldina e Santa Rosa, com área de 3.362 hectares.

(FSP, 28/9/95, p. 1-9) [ver também Figura 4.1]

O MST **defende** a implantação de assentamentos **definitivos** já e **rejeita** a criação do que denomina "favelas rurais" – aquilo que o governo chama de assentamentos **provisórios** ou emergenciais. (FSP, 18/10/95, p. 1-14)

Governo propõe assentamentos **provisórios**. Covas e Graziano repetem hoje em reunião com sem-terra propostas feitas em encontro anterior. [...] o assentamento **definitivo** de 1.000 famílias e o assentamento **provisório** de outras 1.100 – contemplando todas as famílias cadastradas pelo governo. (FSP, 04/11/95, p. 1-11)

Covas e sem-terra conseguem acordo. Os sem-terra do Pontal do Paranapanema aceitaram suspender invasões na região até junho de 96. Acordo acertado ontem entre os sem-terra e o governador paulista, Mário Covas, prevê o **assentamento de 2.100 famílias** até essa data – 1.050 ainda este ano. (FSP, 05/11/95, primeira página)

O governador Mário Covas (PSDB) prometeu há cerca de um mês assentar em lotes **definitivos** no Pontal 1.050 famílias até o final deste ano, outras 525 até março de 1996 e mais 525 até junho. Rainha, porém, acusou Covas de usar a mídia para tentar romper, de forma unilateral, o cronograma do assentamento **definitivo** das 2.101 famílias cadastradas pelo Incra na região. "Li nos jornais que ele disse agora que os lotes serão **provisórios**. Se for isso, não há mais acordo. Se o governo não cumprir a sua palavra, as ocupações voltam. Os trabalhadores vão fazer a reforma agrária", disse Rainha. (FSP, 18/11/95, p. 1-10)

Em 4 de novembro, o governo do Estado prometeu às lideranças do MST assentar 1.050 famílias em lotes **definitivos** no Pontal até 31 de dezembro e mais 1.050 até junho de 1996. Na semana passada, **o governo mudou o discurso** para "lotes **provisórios**". (FSP, 22/11/95, p. 1-12)

Ontem, Gilmar Mauro declarou que, se Covas não cumprir o acordo, passará a ser chamado de "governador mentiroso". [...] "**Primeiro, prometeu assentamentos definitivos. Depois, falou em provisórios**. E agora não consegue cumprir nem isso". (FSP, 13/12/95, p. 1-11)

Belisário dos Santos Jr., principal negociador do governo, estranhou a reação dos sem-terra. Ele anunciou ontem que conseguiu na Justiça liminares que liberam **30% da área de nove fazendas**, além da Arco-Íris. São quase 8.000 hectares. "Não posso obrigar ninguém a aceitar. Mas será um absurdo, depois de tanto esforço, se as pessoas se recusarem a gozar dos benefícios. Só se for uma **jogada publicitária**", declarou Belisário. (FSP, 29/12/95, p. 1-4)

"Aceitamos os 30%, mas vamos ocupar o resto. Até aceitaríamos lotes **provisórios** se o governo tivesse vindo renegociar e apresentasse um **plano**. Mas eles tentaram enfiar goela abaixo os lotes. Agora, só falo com o governador", disse Rainha. (FSP, 29/12/95, p. 1-4)

Acompanhando a evolução das "notícias" é possível ver como em apenas 90 dias o discurso do Governo – que se mantinha o mesmo desde a edição do Plano de Ação – foi sendo alterado pela imprensa, que, à guisa de "informar" a sociedade, construiu a

“verdade” mais conveniente aos seus propósitos: alimentar-se do conflito e vencer a concorrência.

Somente em fevereiro de 1996 a *falsa* polêmica teve fim, quando a Secretaria da Justiça redistribuiu aos jornais a cópia do mesmo material fornecido à imprensa em setembro de 1995, quando do anúncio do Plano do Pontal (Figura 5.3).

FIGURA 5.3. FAC-SÍMILE DO PLANO DO PONTAL: ASSENTAMENTOS PROVISÓRIOS.



Reproduzido de: OESP, 2/2/96, p. A-14.

Além do jogo de palavras, a imagem se constitui em poderoso instrumento de construção da ‘verdade’. Uma mesma imagem pode significar muitas *verdades*, conforme o texto que a acompanhe. “A foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler – legendum –, isto é, com muita frequência, lendas, que fazem ver qualquer coisa. Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência” (BOURDIEU, 1997:26).

Um exemplo interessante desse efeito se expressa na interpretação da imagem transmitida pelas fotografias dos encontros entre o Secretário da Justiça e as lideranças do MST. Em busca de ‘retratar’ o confronto, a imprensa privilegiava a publicação de atitudes aparentemente ameaçadoras, caras feias, dedos em riste,

imagens enfim da discórdia (Figura 5.4). Nesse contexto, a conduta dos atores era muitas vezes alterada pela simples presença das câmeras da imprensa.

Uma vez publicaram uma foto minha, com a liderança com o dedo erguido na minha direção e a manchete dava a entender que havia uma relação de ameaça e submissão ali. A partir dali, se tinha um fotógrafo, eu sempre erguia o dedo para falar com as lideranças, mesmo que a conversa fosse a mais banal: *'Bom dia, como vai? E a família?'* Eu ali com o dedo em riste. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

FIGURA 5.4. A LINGUAGEM DAS IMAGENS NO PONTAL.



À esquerda: DGABC, 2/11/95, p.10. À direita: OESP, 18/1/96, p. A-13.

Mas também por essa conduta de valorizar o conflito, a mídia teve um papel que pode ser considerado relevante em duas situações complementares: o crescimento da visibilidade do MST e o ingresso efetivo do Governo Federal na questão do Pontal.

Por essa época, ele [o MST] tem uma grande explosão em termos de representatividade, porque a imprensa começou a dar uma grande visibilidade ao Movimento, às ocupações. A FETAG, por exemplo, não tinha essa visibilidade, eles tinham outro tipo de trabalho, era mais com ocupantes de terras, com posseiros, não era um movimento organizado para ocupar terra. O fato de ocupar terra e chamar o conflito no vermelho vivo, sob o foco de uma imprensa que também tinha ganhado por aquela oportunidade uma importância grande. Porque as coisas ocorriam *on line*, né? Acontecia isso [mostrando a ponta da unha], no mesmo dia você já tava na televisão, as pessoas ficavam sabendo, etc. (Raul do Valle, Presidente Interino do INCRA entre 1995 e 1996, 02/08/05)

Olha, nós temos aqui Zona da Mata, Pernambuco, Sul do Pará e o Pontal. Faz uma marola no Pontal, chega aqui uma onda havaiana. Foi essa a

expressão que eu usei. Porque lá tem toda a imprensa, a imprensa tá presente fácil, tem cidades como Prudente, apoio... Lá é vitrine! Usei também essa expressão: vitrine. O que demora de chegar do Sul do Pará... Eldorado veio porque morreu 17, mas quando morre um não dão uma nota! O negócio é o Pontal, precisamos tomar cuidado com o Pontal! (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 1/8/05)

Visibilidade crescente significa poder crescente no mundo da política. Com essa lógica, iniciou-se uma verdadeira disputa pelo espaço na mídia entre o movimento social e as organizações do Estado.

O Movimento quis jogar pra platéia! A platéia era favorável. Não a platéia deles lá, com essa eles perderam, mas a platéia da mídia, eles tavam muito acostumados com a mídia! Tinham todo um tratamento pra falar com a mídia, à época eles tinham o espaço que eles quiseram. [...] Pra nós também tinha que ter um espetáculo, porque o Governo se faz da publicidade de determinados atos. O Governador ir lá era um espetáculo! (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/7/05)

Nessa disputa de lances espetaculares, por exemplo, o MST levou uma caravana de notáveis da sociedade civil para destacar os pontos críticos dos assentamentos do Pontal, conseguindo uma repercussão imensa na imprensa (FSP, 3/2/96, p.1-8). Mas a resposta não tardou: o Governo levou uma caravana de notáveis autoridades do Estado para destacar os pontos positivos do que estava fazendo (OESP, 28/6/96, p. 1-4). Cada um jogava com suas estrelas, com aqueles representantes "bons de mídia", cujo carisma ou veemência assegurassem a conquista dos espaços necessários. Por um lado o Secretário da Justiça era instado a tocar violão no Programa do Jô Soares quando pretendia falar de política agrária, por outro José Rainha ocupava o centro dos holofotes da mídia, com suas frases de efeito e discursos aguerridos, enquanto a prisão de Diolinda se convertia em notoriedade a ser explorada.

Diolinda no pontal da fama. Fosse um mês e meio antes, Diolinda Alves de Souza – líder dos trabalhadores sem-terra no Pontal do Paranapanema (interior paulista) – passaria despercebida. Mas naquela quarta-feira, 6 de dezembro, se encontrava em São Paulo justamente porque pretendia desfrutar da notoriedade repentina. Pela manhã, iria fazer fotos para a Revista da Folha. À tarde, agendaria uma futura participação no "Programa Livre", do SBT. À noite, estaria mais uma vez diante das câmeras: o "Opinião Nacional", da TV Cultura, queria entrevistá-la ao vivo. No dia seguinte, conversaria com um repórter do jornal "The New York Times". (Revista da Folha, 17/12/95, p. 14 a 17 – matéria de capa)

No auge dos conflitos, houve até uma novela¹⁴¹ exibida em horário nobre na maior rede de televisão, tratando da temática dos conflitos pela terra, e cujos impactos se faziam sentir sobre os personagens da vida real.

Havia componentes ali complicadíssimos: a preocupação federal, a movimentação do MST, as marchas e tudo mais, novelas temáticas em cima dessa questão. E aquilo poderia ser um período difícilíssimo, se nós não tivéssemos no primeiro ano definido uma linha de ação. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

A gente tava vivendo aquela tensão, o Rainha no ápice, tinha a novela... Você não queira saber o que era tá numa reunião com a novela! O que isso potencializou... A gente acompanhou isso, é pesquisa, do Palácio, tal. Com a novela, o Movimento Sem Terra tava no ápice. Assim eles chegaram ao ano de 1997, a Marcha sobre Brasília foi em abril de 1997, eles tinham 82% de aprovação na classe média! (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 1/8/05)

José Rainha Jr., criticou ontem o modo como a questão agrária é retratada na novela "O Rei do Gado", da Rede Globo. [...] Segundo Rainha, a direção da Globo estaria orientando o autor: "Todos sabem que a Globo não está engajada na luta pela reforma agrária". Para o coordenador regional do MST no Pontal, Walter Gomes, "Regino foi criado pela direção da Globo visando distorcer a imagem dos sem-terra". (FSP, 11/7/96, p. 1-12)

A arte imitava a vida em pleno horário nobre, e, se pretendia ditar padrões de conduta para os sem-terra, também promovia a imagem do fazendeiro bonzinho que fazia acordo por sua própria iniciativa e consciência – e de fato, isso aconteceu, embora em apenas um caso, único e isolado. Mas, também ali, o foco era o conflito, do qual a imprensa fez parte o tempo todo. No seu plano específico que se sobrepunha à vida real, ela alimentava, valorizava e moldava o conflito, ao sabor de suas próprias conveniências, e assim também o integrava.



¹⁴¹ Trata-se da novela "O rei do gado", de Benedito Ruy Barbosa, que estreou em 17/06/1996 na Rede Globo de televisão, abordando a temática da disputa pela posse da terra, onde um fazendeiro "consciente" e apaixonado por uma bóia-fria se relaciona de forma humanitária com os sem-terra que lhe disputam a fazenda. Em: <http://dirce.globo.com/Dirce/canal/0.6993.IP680-700.00.html> acesso em 10/1/2006.

*CAPÍTULO 6:
MEDIÇÃO, NEUTRALIDADE E
RELAÇÕES DE PODER.*



Arte sobre foto do Acervo ITESP

6. MEDIAÇÃO, NEUTRALIDADE E RELAÇÕES DE PODER.

*A construção do Plano foi o mais abrangente e intenso processo de negociação coletiva já assistido no Estado e na área da Reforma Agrária. [...] Houve muitas idas e vindas, vários recuos e retrocessos, às vezes vinculados mais às expectativas de espaço na mídia do que propriamente a questões ideológicas. [...] Passo a passo eram construídos os parâmetros que norteariam a ação do Estado. Cada ponto foi estabelecido por acordo, através de negociação entre todos os atores. [...] Nem sempre se chegava a um consenso total; por vezes os acordos eram descumpridos, outros esquecidos assim que se deixava a sala de reuniões, mas na essência estabeleceu-se um grande pacto para o Pontal.
(ITESP, V. 6, 2000, p.72-73)*

O Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema, apesar do nome extenso, em sua origem não dispunha de mais do que duas páginas. Esse documento, que podia ter sido só mais um pedaço de papel ou uma carta de intenções esquecida como tantas outras, consolidava as diretrizes gerais norteadoras da ação do Estado e sua elaboração ainda prosseguiria ao longo dos meses seguintes, completando-se muitas vezes já no plano fático.

Duas mudanças podiam ser assinaladas de início em relação à forma de agir anterior: os órgãos do Estado demonstravam intenção de agir de modo mais integrado e o Governo pretendia assumir um papel protagonista.

Então eles começaram a conviver com ações conduzidas sem necessária

relação com a pauta que eles estabeleciam. Eles traziam uma pauta e o Governo reagia a essa pauta, foi sempre assim. A partir de setembro eles começaram a trazer a pauta e a gente discutia a pauta, até porque era uma pauta a ser respeitada do movimento social, mas a par disso havia um processo que nós tínhamos dado início, e que teria início, meio e fim. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

No final de dezembro de 1995, o Plano assumiu uma forma mais complexa, passando a ter objetivos estratégicos e fases da ação governamental. A nova apresentação do Plano está sintetizada no Quadro 6.1.

QUADRO 6.1. A VERSÃO FINAL DO PLANO DO PONTAL (SÍNTESE).

O Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema tem os seguintes objetivos estratégicos:

- Reintrodução de formas mais eficientes e sustentáveis de produção agropecuária, através da promoção de projetos de assentamento;
- Reinserção do Pontal do Paranapanema enquanto região de importância econômica, através da regularização fundiária e eliminação das incertezas dominiais, com a dinamização de seu mercado local e regional;
- Recuperação ambiental de áreas hoje degradadas pela exploração extensiva, através da recomposição florestal de áreas de preservação permanente e de Reserva Legal Obrigatória (protegidas por lei) nos assentamentos;
- Distensão social gerando um clima propício para um novo ciclo de desenvolvimento na região e promovendo a convivência harmoniosa das terras regularizadas.

O Plano prevê 3 fases:

Primeira Fase – Arrecadação de Áreas Devolutas e Assentamento – com as seguintes ações:

- Identificação e cadastramento de todas as famílias acampadas, para seleção;
- Identificação de todas as propriedades julgadas devolutas com área superior a 500 ha, e realização de vistorias expeditas para levantamento das benfeitorias;
- Reivindicação de tutela antecipada de 30% dessas propriedades, por acordo ou medida liminar judicial, para promoção de assentamentos provisórios, até a arrecadação total das áreas;
- Integração de outros órgãos governamentais para viabilizar o assentamento provisório das famílias nas áreas tuteladas;
- Realização de acordos com os detentores dos imóveis, com recursos repassados pelo Incra para indenização das benfeitorias, sendo 70% em Títulos da Dívida Agrária e 30% em moeda corrente;
- Realização dos assentamentos definitivos;
- Aplicação da política de assentamentos do ITESP e integração com outras Secretarias de Estado para a implantação e consolidação dos projetos.

Segunda Fase – Acordos nas Áreas ainda Não Discriminadas – com a propositura de ações discriminatórias para a realização de acordos na mesma base dos anteriores (indenização de benfeitorias sendo 30% em moeda e 70% em TDA) e estudo de novas modalidades de acordo; realização dos assentamentos.

Terceira Fase – Edição de Lei de Terras – a partir de ampla discussão com os agentes sociais e políticos sobre os aspectos da regularização não discutidos anteriormente, e estudos técnicos, econômicos e jurídicos para definir a situação dos imóveis com áreas entre 100 ha e 500 ha e outras situações pendentes não resolvidas nas fases anteriores.

Mas uma terceira inovação se colocava nessa versão final do Plano: a idéia da mediação de conflitos, que já vinha sendo posta em prática, agora aparecia mais claramente no objetivo estratégico de distensão social e na previsão da realização de acordos para a solução das pendências em cada fase do Plano.

O histórico da ação do Governo do Estado de São Paulo sempre havia sido o de atuar pontualmente e reagir às demandas postas pelos sem-terra e fazendeiros, dedicando-lhe maior ou menor atenção conforme o afinamento ideológico do Governador. Em século e meio da história de conflitos no Pontal, quase sempre o Estado tinha sido conivente ou se submetido ao poder dos fazendeiros, como ficou claro ao longo do primeiro capítulo. Se a partir de 1983, com o Governo Montoro, essa prioridade pareceu se inverter, o alcance das medidas propostas teve fôlego curto. Nenhum plano de ação foi consolidado naquele período e logo o Governo Quéricia repôs a história do Pontal no curso '*natural*' da história agrária brasileira, devolvendo aos fazendeiros a prioridade política ameaçada. O Governo Fleury tinha agido de forma híbrida, com medidas paliativas que tratavam pontualmente o problema, concordam agentes do MST e Estado.

O Fleury, eu acredito que torcia pra que saísse um bem bolado, uma negociação amigável, que seria melhor pra ele do que uma intervenção mais radical por parte do governo. E também seria bom ele ficar de bem com o fazendeiro. Como ele é governo, político, né? Se ficasse de bem com nós e com o fazendeiro, isso seria interessante pro próprio governo dele. (Bill, liderança do MST, assentado na Gleba XV, 27/05/05)

A própria idéia de intervenção que o governo Fleury queria fazer, era do tipo de intervenção... um chega pra lá, um tapa boca, resolve, acalma, etc. Ao passo que o governador Covas com a visão de estadista que tinha, queria exatamente uma solução mais definitiva para o problema. Ou seja, não apenas um remédio passageiro. O que fez mudar completamente a forma de atuação na região. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Com o Plano do Pontal, o Governo Covas se punha como mediador entre sem-terra e fazendeiros, buscando acordos, por exemplo, quanto ao tamanho das áreas a serem utilizadas para assentamento que implicavam em que os fazendeiros detentores de terras devolutas maiores do que 500 ha – querendo ou não – deveriam devolvê-las ao Estado mediante indenização das benfeitorias construídas. Se isso transformou a resistência violenta em resistência negocial dos fazendeiros, por outro lado assegurou a suspensão das ocupações das áreas menores e daquelas áreas maiores durante o processo de negociação, apesar das turbulências.

Mas esse, como se viu, não foi um processo tranqüilo. Havia interpretações divergentes sobre o acordado, havia mal-entendidos reais ou forjados, e mesmo desentendimentos posteriores sobre o real significado de cada medida. Em períodos mais críticos, houve agressões, ocupações de prédios, ameaças de morte, denúncias falsas, dissidências e todo tipo de conflitos dentro do conflito.

A nova forma de atuação inaugurada com a experiência do Plano do Pontal desencadeou uma série de conflitos que demandaram mediações que levavam a acordos que geravam novos conflitos que desembocavam em novos acordos, numa espiral infinita em várias frentes simultâneas e imbricadas. Gravitando ao redor dos atores principais – sem-terra, fazendeiros, Estado – posicionavam-se outros, que se apresentavam de forma dúbia, ora apoiando os sem-terra, ora aos fazendeiros, às vezes a ambos, às vezes trocando de posição no decorrer do processo de negociação. Mas entre eles, surgiram também outros mediadores, que se colocaram em momentos de maior crise

Assim, dentro do conflito maior, iam surgindo novos conflitos pontuais ou localizados, que levavam à necessidade de configuração de novos acordos dentro do acordo principal. No acordo maior – o próprio Plano do Pontal – as partes em conflito eram mais claras e tinham mais bem definido o seu papel, mas nos desdobramentos nem sempre isso acontecia. Se na formatação do Plano era possível identificar como categoria social os atores envolvidos, no momento da execução as relações sofrem novo tipo de divisão, entre a base e a liderança. A liderança era quem efetivamente realizava as negociações e os acordos mais gerais para a formatação do Plano, porém os acordos de efetivação mesma do Plano ocorriam com a participação da base, em campo.

Nesse processo, a maior dificuldade vinha do papel de mediador que o próprio Estado se atribuiu e que parecia ser aceito por todos. Se na configuração do Plano o Estado exercia um papel de mediador entre sem-terra e fazendeiros, no intuito da não violência e do desenvolvimento, no estabelecimento de limites e na pactuação de posturas relativas às pessoas e as terras em conflito; no desdobramento do Plano, os conflitos passaram a contrapor o Estado e uma daquelas partes, ou segmentos do próprio Estado entre si, ou facções dos trabalhadores, ou facções dos fazendeiros... estabelecendo ambigüidades e dubiedades em diversas direções, revelando interesses contrariados e resistências insuspeitas, oriundas de motivações variadas.

Nessas circunstâncias, com a tradição de atuação parcial a favor dos senhores da terra, como se mantém a condição de mediador? Como se lida com a ambigüidade de ser mediador e parte simultaneamente? As práticas adotadas teriam realmente permitido implementar um processo negociado em igualdade de condições para as partes? Ou

acabou prevalecendo a atuação autoritária do Estado, com paternalismo ou substituição em relação aos trabalhadores rurais?

Mediação de conflitos, em sentido jurídico, é algo que surge com força nas últimas décadas, dentro de um espectro de soluções alternativas de disputas, tendentes a evitar o envolvimento judicial. Se a inovação busca a redução de tempo e recursos gastos em processos judiciais, atende também e principalmente ao desejo de resolver mais efetivamente as questões, na medida que a solução encontrada satisfaça de forma aceitável aos litigantes.

Hoje, e cada vez mais se vê a decisão do Juiz como autoritária, se ele decide por um dos lados ele age autoritariamente. A decisão é necessária, sempre e desde que a mediação não tenha tido sucesso. Mas não deve ser pelo processo de confronto que a tentativa de solução de conflito deve começar. A gente começa pela construção de uma saída que as pessoas todas aceitem, que seja razoável. Os princípios constitucionais, os quatro primeiros artigos da Constituição falam de coisas muito interessantes: pluralismo, harmonia, não à discriminação, igualdade, solução pacífica de conflitos... Então eles vão empurrando pra uma solução de conflito que não antagonize as partes. Eles falam de construção da legitimação da solução dada. Então tem que mudar a noção, a justiça tem que partir da idéia de que as pessoas têm que se dar bem. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

De fato, a decisão de um juiz *impõe-se* às partes e assim muitas vezes se faz prolongadora ou renovadora dos conflitos (WATANABE, s/d; ROSA, 1981). Pode ser que satisfaça integralmente a uma das partes e assim descontente completamente a outra. Pode ser que encontre uma solução intermediária, mas ainda assim descontente a todos, pois que talvez não atinja o cerne da questão, na ótica de cada uma das partes, negando simultaneamente a cada uma delas justamente o que mais desejava.

O arcabouço jurídico brasileiro passou a incorporar o instituto da arbitragem¹⁴², recentemente estendido inclusive às empresas estatais, até então obrigadas legalmente à solução judicial dos litígios envolvendo seus contratos. Na atualidade se discute no Congresso Nacional também a hipótese de regulamentação da mediação de conflitos, em sentido estrito.

Essa *novidade* motiva uma breve discussão prévia sobre a mediação de conflitos e sua inserção nas práticas do direito, bem como sobre a pretendida postura do mediador, no âmbito do campo jurídico e das relações que ali se desenvolvem.

142 Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996.

6.1. O PODER-SABER E AS PRÁTICAS DO DIREITO.

Quando procura estabelecer a relação entre o poder e o saber, Foucault desnaturaliza o conhecimento como intrínseco ao homem, para situá-lo como construído por práticas sociais constituídas historicamente e formadoras elas próprias de um certo sujeito de conhecimento, equilibrando sua análise sobre o triângulo poder, direito e verdade. Considera necessário desmontar o grande mito ocidental de que a verdade nunca pertence ao poder político, ou que onde há o saber e ciência em sua verdade pura não pode mais haver poder político. Isso porque *"por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder"* (FOUCAULT, 2003:51).

Por essa perspectiva, o autor reconstrói a história dos conflitos em sua inserção no direito, apontando linhas de evolução no seu tratamento e no papel da autoridade e do poder político, a partir do velho Direito Germânico, que se constituiu antes da invasão do Império Romano e que marcou todo o direito feudal.

Nessa conjuntura, o direito era apenas uma maneira regulamentada de fazer a guerra, ritualizando os atos de vingança privada para caracterizá-los como vingança judiciária, a *'forma ritual da guerra'*, sendo possível interromper tais hostilidades com um pacto, firmado pelos adversários com o auxílio de um árbitro que age *'de acordo com eles e com seu consentimento mútuo'*.

O sistema que regulamenta os conflitos e litígios nas sociedades germânicas daquela época é, portanto, inteiramente governado pela luta e pela transação; é uma prova de força que pode terminar por uma transação econômica. Trata-se de um procedimento que *não* permite a intervenção de um terceiro indivíduo que se coloque entre os dois como elemento neutro, procurando a verdade, tentando saber qual dos dois disse a verdade; um procedimento de inquérito, uma pesquisa da verdade nunca intervém em um sistema desse tipo. (FOUCAULT, 2003:57-58).

No direito feudal, vigia o sistema da prova. Tais provas podiam ser relacionadas à importância social de um indivíduo, seu peso, sua influência; ou à pronúncia correta de determinadas fórmulas; ou terem um sentido mágico-religioso ligado aos juramentos; ou ainda os ordálios, que consistiam em provas corporais e físicas, de luta com o próprio corpo. Sempre relacionando, em suma, a prova com um conteúdo de batalha, ligado à descoberta do mais forte, não da verdade. Guerra ritual, em que a *'autoridade só intervém como testemunha da regularidade do procedimento'*.

A partir do fim do século XII e por toda a segunda metade da Idade Média,

passa a ocorrer uma poderosa transformação nas práticas judiciárias, que vai substituir o sistema de provas pelo inquérito, que introduz uma determinada maneira de saber, uma condição de possibilidade de saber, que marcará todo o direito ocidental doravante, conforme o autor.

Nesse período consolida-se a acumulação da riqueza e do poder das armas nas mãos de alguns, que, em outra vertente do mesmo processo, constituem e controlam o poder judiciário, alterando a justiça para retirar dos indivíduos o direito de resolver diretamente seus litígios. O poder judiciário passa a se impor como poder exterior, político. Surge a figura do procurador e a noção de infração, que transformam uma relação particular de dano pessoal em uma relação pública de ofensa, que exige reparação, ao soberano, ao Estado, à lei.

O inquérito como fonte de verdade judiciária tem características importantes para a prática jurídica: o poder político como personagem essencial; o questionamento em busca da verdade não sabida; a destinação aos notáveis, às 'pessoas consideradas capazes de saber', do poder de determinar a verdade; a liberdade de formulação coletiva da verdade concedida aos notáveis; a questão da culpa, oriunda do modelo das inquisições da igreja durante a Idade Média e que se situam também em sua origem.

O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder. (FOUCAULT, 2003: 78)

Mais à frente, a partir do *Panopticon*, de Bentham, insere-se um novo elemento relacionado à vigilância e ao exame, pelo qual perde importância a reconstituição de um acontecimento, para privilegiar a vigilância permanente sobre a conduta, que deve ser conforme à regra. Na construção desse elemento, o Estado se apropria de mecanismos de controle social, como aqueles exercidos pelos grupos organizados na Inglaterra em relação aos seus membros, e aqueles representados pelas *lettres-de-cachet* na França, que eram de certa forma espontâneos.

Foucault associa tal transformação à nova forma assumida pela produção, à alteração do caráter simplesmente territorial da riqueza para a forma de acumulação localizada de mercadorias, estoques, depósitos, máquinas, e à multiplicação da pequena propriedade, que passaram a exigir vigilância e enquadramento das condutas para sua submissão às novas formas de trabalho. No processo de estatização progressiva de mecanismos que tinham caráter de controle por baixo, de autocontrole, ocorre o

deslocamento dessas instâncias de controle para os grupos que detinham o poder, para o Estado.

E assim, por sucessivas transformações, o direito passa a incorporar as relações de poder às práticas judiciárias, num processo de monopolização progressiva do saber-poder, da possibilidade de determinação da verdade e da culpa, bem como da punibilidade e extensão da reparação para a infração cometida.

A discussão da atuação do Estado nos conflitos sempre terá por base a visão ideológica do aparato estatal embutida na análise efetuada. Trata-se de remeter à formação do próprio Estado e às suas funções sociais. Para KRADER (1970), os estudiosos desse tema se dividem em dois campos: os que consideram o Estado o princípio organizador de todas as sociedades; e os que consideram o Estado presente apenas nas sociedades mais complexas, estratificadas em classes, sendo o Estado o instrumento especializado de Governo da classe dominante dessa sociedade.

É conhecida e assimilada por boa parte dos estudiosos a posição marxista de que o Estado é a estrutura da classe dominante para subordinação de todas as outras classes. Outra forte corrente sociológica posiciona-se na perspectiva weberiana, que procura perceber em todas as ações sociais o seu fundamento intrínseco ou ato reflexo motivador, e assim relativizam a avaliação monolítica do Estado. Para Weber, *“o Estado nacional também repousa em bases psicológicas profundas entre as amplas camadas economicamente dominadas da nação e de modo algum é apenas uma ‘superestrutura’, a organização da classe economicamente dominante”* (COHN, 1986:73). Tratando do Estado brasileiro, FAORO lança o conceito de *patrimonialismo*, pelo qual o Estado não seria o aparato de toda a classe dominante, mas sim daquela parcela dessa classe que dele se apropria. Explica assim a luta renhida no interior da própria classe dominante pelo controle do aparelho estatal.

Mas, de qualquer ótica, parece indiscutível que o Estado seja um órgão de dominação, que detém o monopólio da força num dado território, numa dada sociedade. Conforme KRADER, *“o Estado é o órgão fundamental de poder em qualquer sociedade em que se encontre. É um órgão para a integração social, a regulação interna e a defesa externa [...] um órgão secundário de integração social, porque serve às necessidades das diferentes classes sociais desigualmente”* (1970:50).

Um dos mais discutidos instrumentos de dominação do Estado é o Direito Moderno, aqui considerado como o arcabouço jurídico estatal. Desde a Revolução Francesa, o Direito vem evoluindo no que é conhecido como as três gerações dos direitos – de liberdade, de igualdade e de solidariedade.

A evolução dos Direitos Humanos, verificada em nível mundial, fez incorporar à agenda política os chamados direitos de 3ª geração, numa revisão ampliadora da idéia geral de Direitos Humanos, por força da própria dinâmica da História. Conforme SANTOS JR (s/d:3), essa evolução foi determinando sucessivos patamares de consciência: *"Inicialmente tal consciência formou-se em torno da palavra LIBERDADE; depois da idéia de IGUALDADE; em seguida e por fim, do conceito de SOLIDARIEDADE"*. Essas constituiriam, em síntese, as chamadas três gerações dos direitos.

Assim também entendem BREDARIOL & VIEIRA (1998): na **primeira geração** de direitos encontram-se os direitos civis, conquistados no século XVIII, que correspondem aos direitos individuais de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, direito à vida, segurança e todos os que embasam a concepção liberal clássica; e também os direitos políticos, alcançados do século XIX, que dizem respeito à liberdade de associação e reunião, de organização política e sindical, à participação política e eleitoral, ao sufrágio universal e outros, também chamados direitos individuais exercidos coletivamente, que acabaram se incorporando à tradição liberal. Já na **segunda geração** situam-se os direitos sociais, econômicos ou de crédito, conquistados no século XX: direito ao trabalho, saúde, educação, aposentadoria, seguro-desemprego e todos aqueles que garantem o acesso aos meios de vida e bem-estar social.

A noção clássica de cidadania a considera composta dos direitos civis, políticos e sociais. Já se verifica aqui uma primeira tensão interna entre esses direitos (liberdade x igualdade), no que diz respeito à atuação do Estado – deve ser mínima, assegurando ao máximo a liberdade dos cidadãos; ou deve ser forte, em busca da igualdade entre eles? Prevalece o direito do indivíduo ou o dos grupos sociais?

Mais à frente, em meados do século XX, surge a **terceira geração** de direitos, cujo titular é agora a própria humanidade: direito à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente e todos aqueles relativos aos interesses difusos da humanidade (BREDARIOL & VIEIRA, 1998).

Uma nova noção de cidadania nasce com a concepção de que o cidadão tem *direito a ter direitos*, e o situa nos planos da liberdade individual, do bem estar social e da responsabilidade pública para com a humanidade. Essa noção enseja a constituição de sujeitos sociais ativos e acrescenta uma nova tensão interna para o Estado – deve agir em função do presente, conforme os interesses dos indivíduos e grupos sociais; ou voltar sua ação em direção ao futuro, ao interesse da humanidade e das futuras gerações?

Mas essas tensões revelam uma visão segmentada dos direitos humanos. A superação de uma noção compartimentada dos direitos humanos, dando lugar à

percepção de sua indivisibilidade, vem ocorrer, ao nível das Nações Unidas, com a Resolução nº 32/130 da Assembleia Geral da ONU, emprestando aos direitos humanos um caráter de universalidade, tanto nos planos normativo quanto operacional (MUYLAERT, s/d).

Com essa percepção, os direitos sociais e econômicos funcionam como verdadeiras garantias sócio-econômicas do exercício de direitos individuais e políticos, e não há como se separar os direitos individuais e políticos dos direitos sociais e econômicos (MAGALHÃES, s/d). Mais: é preciso compreender como todos esses níveis de direitos se incorporam ao direito que toda a humanidade tem de continuar existindo e se desenvolvendo, submetendo e integrando as liberdades dos indivíduos e os direitos de igualdade dos grupos sociais à perspectiva de solidariedade humana.

Nesse sentido e tratando especificamente de políticas públicas, MUYLAERT (s/d) conclui que a exigibilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais se consolida mediante o imediato atendimento dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos, mas também na concreção do direito ao desenvolvimento, desde os planos internacional e do direito comunitário.

Em Viena, a Conferência Internacional de Direitos Humanos estabeleceu que o princípio da indivisibilidade e da universalidade dos Direitos Humanos e a sua integração efetiva passam pela integração de todos os direitos – os civis, os políticos, os econômicos, os sociais e os direitos ligados à solidariedade. Nesse sentido o direito de propriedade não pode sobrepujar jamais o direito à vida e ao desenvolvimento. E o acesso à terra integra o direito ao desenvolvimento, que é um dos direitos de terceira geração. (ANDRADE, 2001:186)

E aqui se retorna à questão agrária e do desenvolvimento, trazendo para o Estado uma perspectiva de ação integradora, planejadora e orientadora desse desenvolvimento, estabelecendo seus rumos, e determinando os limites e possibilidades de exercício dos direitos individuais. Essa função para o Estado brasileiro está explícita na própria Constituição Federal de 1988, como entende Guilherme Amorim Campos da Silva, especialista em Direito Constitucional e Desenvolvimento.

Está explícito, em nossa Carta, o dever de que o desenvolvimento deva ser promovido e coordenado pelo Estado.

Nessa direção, deve ser defendida a idéia de que não haja apenas desenvolvimento, e sim desenvolvimento auto-sustentável, numa relação que otimize o uso de recursos naturais e sua respectiva conservação, bem como preserve o relevante papel dos princípios constitucionais na

definição de políticas públicas que sejam implementadoras da coordenação destes elementos existentes. (SILVA, 2004: 171)

O que se depreende de toda essa discussão, é a inexistência de uma estrutura monolítica voltada 'exclusivamente' aos interesses de uma única classe, seja do ponto de vista do Estado ou do Direito. De fato, no Brasil, o arcabouço jurídico encerra tanta complexidade e contradições que se torna quase inexpugnável ao leigo, mas contempla desde institutos de proteção incondicional da propriedade até institutos de direito das novas gerações, no que poderia parecer ambigüidade ou nova estratégia de dominação.

De vez em quando, o Estado se colocou numa posição de neutralidade moral, como árbitro entre os códigos conflitantes. Essa tem sido uma maneira de reificar o Estado e de colocá-lo, sem justificativa, fora do alcance do julgamento moral da sociedade ou sociedades que ele governa. (KRADER, 1970: 167).

Ou pode se tratar simplesmente de adaptação a novos tempos. Tratando da crise brasileira e do papel do Estado contemporâneo, SADER situa:

O Estado também é importante como um instrumento de democratização da sociedade. Para isso, ele deve constituir-se como um poder que nega a si mesmo, estimulando a crescente socialização da política e o desenvolvimento de uma esfera pública não estatal, tão poderosa quanto possível. Portanto, reafirmar a importância do Estado não se confunde com uma nostalgia do Estado tradicional. Devidamente renovado, ele pode vir a recriar relações sociais e incentivar formas de vida mais solidárias. É do futuro que estamos falando. (2000: 78).

Com a ampliação dos movimentos de luta pela terra e a disseminação dos conflitos no campo, o Estado tem tido chamado a um papel cada vez mais significativo na mediação desses processos, trazendo um elemento adicional à discussão dessa questão.

6.2. MEDIAÇÃO E PODER.

É preciso entender como as relações de poder se desenvolvem na mediação dos conflitos e compreender de que forma o mediador, genericamente considerado, situa-se nessas relações.

COOLEY (2001), tratando do direito americano, situa um amplo espectro de mecanismos de solução de disputas, que vão da menor à maior formalidade: negociação, conciliação, facilitação, mediação, mediação-arbitragem, arbitragem, procedimentos

determinados por tribunal, procedimentos híbridos e julgamentos por tribunal, sendo a negociação pura o único processo em que as partes se relacionam sem a ajuda de um terceiro não envolvido. E aponta a mediação em sentido estrito como um dos principais processos desse leque.

Na mesma linha, o jurista brasileiro ROSA (1981) já classificava os modos de encaminhamento de um conflito em quatro tipos básicos: negociação direta, mediação *stricto sensu*, arbitramento e intervenção do aparelho judicial, sendo os três últimos considerados como mediação *lato sensu*.

Sobre a mediação em sentido estrito os autores convergem, principalmente em relação ao papel desempenhado pelo mediador, como denotam os grifos que realizo nas citações a seguir:

A mediação em sentido estrito é o processo pelo qual o conflito é 'tratado' com a intervenção de terceiros, que não as partes em conflito, terceiros esses que tentam levar essas partes a um acordo que solucione, ou 'organize o conflito' [...] não em função dos méritos das pretensões das partes, como numa 'decisão', mas sim tendo em vista os interesses das partes, manifestados pela sua disposição de negociar e chegar a uma acomodação aceitável. (ROSA, 1981:50)

Teoricamente, creio ser possível fazer distinções: na mediação, o terceiro é neutro, procura criar as condições necessárias para que as próprias partes encontrem a solução, mas não intervém no sentido de adiantar alguma proposta de solução (WATANABE, s/d:48).

A mediação pode ser definida como um processo em que um terceiro desinteressado (ou parte neutra) ajuda os contendores na consecução de um acerto voluntário quanto a suas diferenças por meio de um acordo que pautar seu comportamento futuro. Os ingredientes essenciais da mediação clássica eram (1) seu caráter voluntário [...] e (2) a neutralidade do mediador, ou sua total falta de interesse no deslinde (COOLEY, 2001:24).

Assim, o mediador aparece como alguém neutro, capaz de situar-se fora dos interesses das partes e ser ele próprio alguém desinteressado do processo, capaz de ser ele próprio alguém acima de suas disputas.

Essa lógica da neutralidade, no sentido de imparcialidade, é comum no campo do direito e, em princípio, incide até mesmo nas decisões judiciais, onde o juiz deve ser imparcial desde o início do processo até a formação de sua convicção, quando então pode decidir a lide e impor essa *decisão* às partes. Da mesma forma ocorre na arbitragem, em que um julgador, privado e escolhido ou aceito pelas partes, profere uma

decisão com força impositiva sobre elas.

Nesse contexto, o juiz e o árbitro são detentores de uma carga de poder irresistível porque legitimada pela sociedade e pelas próprias partes em disputa. A diferença fundamental na mediação está em que o terceiro – mediador – deve permanecer neutro ou imparcial até o final do processo, sem proferir qualquer *decisão*, mas ajudar as partes a negociar e superar o conflito conforme a decisão delas mesmas. Como se abrisse mão da parcela de poder que cabe ao julgador, para ajudar as partes a encontrarem o equilíbrio em sua própria disputa de poder, da qual ele estaria ausente.

Ou seja, não importa a opinião que possa formar o mediador sobre o mérito das questões, sobre as provas ou a justeza da versão de cada parte – não há julgamento. O que importa na mediação é que as próprias partes analisem (com a ajuda do mediador) os fatos em questão e possam chegar a um acordo que satisfaça a ambas, no qual cada parte abre mão daquilo que ela considera possível para alcançar o que considera essencial ou viável. Daí a razão e importância da isenção do mediador, necessária para que ele possa facilitar que se alcance o acordo, sem pender para nenhuma das partes, sem entrar na disputa de poder que há por trás do conflito.

Sem entrar aqui na possibilidade prática desse feito, parece importante analisar essa pretendida postura do mediador. Como ele se situa na teia de relações de poder que envolve a disputa e o acordo? Como a mediação é possível nessa conjuntura?

O acordo caracteriza-se como uma forma de pacificação [...] que exige a concordância entre as partes com respeito a seus termos; eles não são impostos por terceiros estranhos à disputa. Nesse sentido, o acordo parece antitético à forma da Justiça mediar a pacificação... (Ana Claudia Marques, 2002:67)

O mediador de conflito poderia, à primeira vista, ser considerado como alguém sem poder na relação conflituosa, quase como que num retorno ao direito feudal, onde a autoridade cumpria a função de apenas testemunhar a regularidade do procedimento. De fato, na mediação clássica – e ficaremos nela, por ora – o mediador deve se abster de *decidir* o litígio, quer dizer, de proferir ele uma decisão que se imponha às partes como uma sentença. A conduta esperada para o mediador é a de um facilitador, alguém que assegura a comunicação entre as partes e as auxilia a encontrar o termo de acordo. Mas, fica a pergunta, tal posição implica em ausência de poder?

O mediador, se não cumpre o papel do inquiridor formal do direito, aquele que é capaz de descobrir ou determinar a verdade, por outro lado deve ajudar a desvendar a verdade, para que cada integrante do conflito possa *ver* e *ouvir* a versão do

outro. Então, se não se trata de decidir qual dos lados têm a razão, trata-se de buscar a verdade ou a razão que há em cada percepção dos fatos.

O mediador também não tem a função do julgador, de proferir uma sentença e determinar o justo para as partes, a despeito do que elas pensem ou desejem ao final do processo, não lhe cabe definir e impor o que compete a cada um realizar para a solução do conflito, a partir da pretensão inicial de cada um. Mas deve antes ajudar a encontrar o termo de acordo possível, conforme e na medida do que desejem as partes ao final do processo.

Da mesma forma, o mediador não tem a função do procurador ou do árbitro, de se substituir às partes e por elas tomar uma decisão quanto ao que é razoável para o estabelecimento do acordo, quando ele pode existir. Deve apoiar o processo de tomada de decisão conjunta, em que mais do que o mérito ou a justiça do caso, importa a satisfação das partes. Nesse sentido, um dos papéis mais cruciais da mediação está em permitir que a solução encontrada para o conflito não impeça, mas, ao contrário, venha a permitir a continuidade das relações para o futuro entre as partes.

Ora, num litígio, as partes buscam ajuda porque por elas mesmas não conseguem, ou acreditam não conseguir, chegar a um acordo, o que na maior parte das vezes está relacionado à desigualdade entre os envolvidos ou à falta de capacidade de diálogo e empatia entre os litigantes.

A Justiça parece preencher o vácuo das relações desiguais, ou então, ela define a desigualdade de modo mais decisivo, fornecendo os meios para sua solução. [...] (MARQUES, 2002:64)

Lançando uma ponte no vácuo de desigualdade entre as partes, a Justiça demonstra desempenhar um papel não exclusivamente punitivo sobre as disputas. Mesmo sem me deter muito aqui a este respeito, convém não menosprezar, também, a qualidade de seu arbítrio, que pode ir mais além do que as disposições legais aplicadas às partes, impessoais e vindas de cima, visando sua acomodação mais efetiva. (MARQUES, 2002:65)

Ainda que ambos tenham se disposto de antemão ao acordo, na medida em que concordam com a mediação, essa disposição por si só não estabelece a empatia ou a igualdade, estando muitas vezes relacionada à incerteza ou lentidão do processo judicial. De que forma um terceiro, sem poder de decisão, pode fazer com que se percebam e caminhem para um acordo?

O poder do mediador parece ser de outra natureza, ele é outro tipo de autoridade. A mediação só funcionará se houver uma relação de confiança e respeito que

a reveste de solenidade. O mediador está autorizado pelas partes a conduzi-las ao acordo, e nesse sentido ele tem o poder do discurso. Quando o mediador faz uma pergunta, ela não significa mais uma inquirição, em que a resposta será julgada e classificada em termos de verdade ou inverdade. Quando ele concede a oportunidade da fala a uma parte está sinalizando à outra para que se cale, para que ouça, veja e compreenda. Quando sintetiza e, de certa forma, traduz o que ouviu, cumpre um ritual de desvendamento da verdade, onde ocupa o lugar de quem pode falar.

O mediador tem o poder do discurso, da presença autorizada, da fala solene. E tem o poder de controlar o discurso das partes, conduzi-los. Ele pode formular o que a parte não deve dizer, pode propor o que a parte não ousa enunciar.

Mas, na mediação, ninguém é obrigado a chegar a um acordo. Ela pode se encerrar a qualquer momento, independentemente de haver chegado ou não a um resultado. A mediação prossegue somente enquanto todos os envolvidos assim o querem e consentem. Nesse sentido, o poder do mediador é delegado pelas partes e por elas é limitado. É um poder compartilhado, na medida em que pode ser desautorizado ou suprimido. Mas sem dúvida são relações de poder as que se travam durante a mediação e nelas o mediador ocupa sempre uma posição de destaque.

A partir daí, é necessário analisar teoricamente a neutralidade ou imparcialidade desse mediador situado numa teia de relações de poder que envolve a disputa e o acordo, no centro dessas relações de poder. Que neutralidade seria essa? Que interesses o mediador tem ou deixa de ter?

Na concepção de Bourdieu sobre a *economia dos bens simbólicos*, as trocas são regidas por duas propriedades fundamentais: a existência de uma *verdade dupla*, que decorre da dualidade, da ambigüidade das relações; e o *tabu da explicitação* em que a verdade da troca está sempre oculta, implícita, e tudo se passa como se não houvesse interesse.

Compreender esse processo implica abandonar a teoria da ação racional, da racionalidade econômica, da intencionalidade direta, para assumir uma dimensão mais complexa, com lógicas diferenciadas. Se as visões fundadas na racionalidade econômica tendem a avaliar todo ato desinteressado como farsa, hipocrisia, interesse escondido; outras visões tendem a avaliar tudo como não econômico, virtuoso. Na leitura de Bourdieu, a lógica da ambigüidade permite captar as duas verdades.

A noção de *interesse* deve ser associada a um sentido de impulso vital que move as ações sociais, inclusive nas áreas consideradas como lugar de desinteresse,

porque todos os *jogos* sociais têm alvos e alvos suscitam interesses, constituindo uma espécie de *libido social específica* que "*transforma as pulsões em interesses específicos, interesses socialmente constituídos*" (BOURDIEU, 1999:141).

Nesse sentido, condutas desinteressadas podem existir por um apelo de honra, de piedade ou virtude, mas também porque o '*habitus*'¹⁴³ incorporado obriga a agir dessa forma, mediante mecanismos e sanções que relembram permanentemente a obrigação do desinteresse. São necessárias, portanto, condições objetivas para a constituição de disposições duradouras de desinteresse e para a manutenção delas, por seu reforço constante. "Se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado" (BOURDIEU, 1999:153).

Retomando a questão da mediação dos conflitos, cumpre indagar como os princípios da neutralidade operam nessa área e compreender de que forma o mediador, genericamente considerado, situa seus interesses para ser neutro. Em outras palavras, cumpre investigar o *habitus* desse campo.

No direito brasileiro, o termo *interesse* é utilizado com dois significados principais: o de interesse processual, também chamado interesse de agir; e o interesse da parte, também chamado pretensão.

O interesse processual define "a relação de necessidade existente entre um pedido e a atuação do Judiciário [...], a necessidade de se recorrer ao Judiciário para a obtenção do resultado pretendido, independentemente da legitimidade ou legalidade da pretensão" (GRECO Fº, 1993:80). A pretensão é o interesse expresso no pedido da parte, a providência pretendida pelo interessado mediante processo judicial. Evidentemente, a existência de interesse processual não quer dizer ainda que o interesse da parte será atendido, que sua pretensão será satisfeita.

Essas duas esferas de interesse que envolve as partes serão apreciadas pelo juiz, que deverá ser neutro ou imparcial – vale dizer, isento de interesse.

A imparcialidade do juiz é pressuposto de toda atividade jurisdicional. A imparcialidade pode ser examinada sob um aspecto objetivo e um aspecto subjetivo. No aspecto objetivo, a imparcialidade se traduz na equidistância prática do juiz no desenvolvimento do processo, dando às partes igualdade de tratamento.

[...] Todavia, para que se concretize a imparcialidade objetiva, é preciso

¹⁴³ Conforme Bourdieu (2002:61): *habitus* é um conhecimento adquirido e também um haver, indica a disposição incorporada, quase postural, de um agente em ação, o 'lado ativo' do conhecimento prático.

que o juiz seja subjetivamente imparcial, isto é, que seja verdadeiramente um estranho à causa e às partes.

O juiz, que de qualquer modo esteja vinculado à causa, por razões de ordem subjetiva, tem comprometida a sua imparcialidade e, portanto, não deve atuar no processo. (GRECO Fº, 1993:238-239)

A imparcialidade do juiz é erigida em princípio, garantidor da funcionalidade do direito, pelo qual o juiz situa-se entre as partes e acima delas, sendo condição essencial para que a relação processual se instaure validamente.

A imparcialidade do juiz é uma garantia de justiça para as partes. Por isso, têm elas o direito de exigir um juiz imparcial: e o Estado, que reservou para si o exercício da função jurisdicional, tem o correspondente dever de agir com imparcialidade na solução das causas que lhe são submetidas. (CINTRA, GRINOVER & DINAMARCO, 1993:51)

Para assegurar essa imparcialidade do juiz, a constituição brasileira lhe estipula garantias e vedações, e o direito prevê normas de conduta que, se descumpridas, podem trazer a nulidade do processo, bem como sanções concretas ao juiz que as infringir. E até a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, estabelece que: "*toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, de ser ouvida publicamente e com justiça por um tribunal independente e imparcial, para a determinação de seus direitos e obrigações ou para o exame de qualquer acusação contra ela em matéria penal*" (grifei).

Essa imparcialidade assume o caráter de regra de conduta, condição objetiva que possibilita e simultaneamente obriga a atitude desinteressada do juiz no processo – verdadeiro *habitus* jurídico, que é transportado para a noção de neutralidade incorporada à representação do mediador.

Com a autoridade de quem trabalha com processos de mediação desde o final da década de 1970, o professor e jurista americano John Cooley assevera:

De longe, a qualidade mais básica de um bom mediador é a capacidade de permanecer neutro. O mediador não deve ter qualquer interesse no resultado da mediação e deve ser capaz de permanecer objetivo enquanto auxilia as partes na consecução de um acordo que satisfaça suas respectivas necessidades. (COOLEY, 2001:71)

Assim, o princípio da neutralidade opera no sentido da constituição de um '*habitus* desinteressado' para o mediador, que não deve ter 'qualquer interesse' no processo em que se envolve, quer dizer, nenhum interesse relacionado à *pretensão* das

partes. De modo que a representação que se constrói por essa fórmula configura a regra do jogo e fundamenta a postura prescrita e esperada para o mediador – não agindo conforme a regra, ele corre o risco de ficar fora do jogo da mediação.

Quando as representações oficiais daquilo que um homem é oficialmente em um espaço social dado tornam-se *habitus*, elas se tornam o fundamento real das práticas. (BOURDIEU, 1999:152)

Mas o *desinteresse* do mediador recai somente sobre o resultado do processo de mediação, não sobre o processo em si, sua instauração, andamento e conclusão. Seu interesse na instauração do processo de mediação atua em sentido oposto ao do interesse processual, visa afastar a necessidade de procedimento judicial para o deslinde do conflito. Seu interesse no andamento célere do processo e na sua conclusão por um acordo satisfatório relaciona-se à proliferação das práticas de mediação e, portanto, ao seu próprio sucesso como mediador. E esse interesse específico não é contestado.

Mesmo em relação ao mérito da questão, que diz respeito à pretensão das partes, *pode ser* que o mediador não permaneça totalmente isento, sendo *contaminado* por uma das partes na medida em que se convença dos seus argumentos em um dado ponto, e passando a *influenciar* mais ou menos discretamente os resultados do processo, ainda que sua opinião não tenha força impositiva. É o que se depreende do relato de COOLEY (2001:71-72) acerca das características e capacidades do mediador.

Nessa perspectiva, a concepção de neutralidade e desinteresse encerra uma *verdade dupla*, que decorre da ambigüidade das relações entre as partes e o mediador – onde se espera isenção e ao mesmo tempo *interesse*, *investimento* do mediador na consecução *ágil* do acordo; interesse que, no entanto, não pode ser ostensivo para que o acordo não se torne negativo por ter sido *apressado*. Da mesma maneira, a explicitação da polêmica pelas partes numa sessão de mediação destina-se a esclarecer os fatos e circunstâncias que os envolvem, mas também revela um conteúdo emocional tendente a *contaminar* o mediador favoravelmente ao interesse de quem expõe, embora tal contaminação (desejado) não deva jamais ser explicitada (indesejado), para não levar à rejeição do mediador. É o *tabu da explicitação* que mantém a verdade da troca sempre oculta, implícita, fazendo com que tudo se passe como se não houvesse interesse.

A leitura de Bourdieu permite captar as duas verdades dessa lógica ambígua, situando o *desinteresse* do mediador nem como farsa nem como virtude, mas como 'habitus', como interesse desinteressado, à maneira da nobreza nas sociedades em que a honra ainda é elemento constitutivo importante: "*a nobreza é a nobreza como corpo, como grupo que, incorporado, toma corpo, disposição, habitus, torna-se sujeito de*

práticas nobres e obriga o nobre a agir nobremente" (BOURDIEU, 1999:152).

Ao que tudo neste singelo estudo indica, a mediação de conflitos – subcampo do campo jurídico – pode ser considerada *um desses universos cuja lei fundamental é o desinteresse*. Lugar em que prevalece o interesse simbólico, onde o sentido do jogo é o interesse pelo desinteresse, que se traduz em disposição desinteressada, incorporada, postural. Com esse *'habitus'*, o mediador, conduzido à neutralidade processual, pode encontrar uma incitação para se superar e produzir atos para além de suas intenções e dos seus próprios interesses. No sentido que *'noblesse oblige'*.

6.3. DE PARTE A MEDIADOR, DE MEDIADOR A PARTE.

O Governo do Estado ingressou na história do Pontal na condição de *parte* dos conflitos. Com raras exceções, atuou parcialmente a favor dos grandes fazendeiros, fazendo valer suas pretensões em detrimento dos que contra eles se insurgiam. Em 1995, o Governo Covas, através da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, propõe-se a deixar a condição de *parte* para postar-se como *mediador* dos conflitos, o que não pode ser considerada uma tarefa fácil, especialmente por se tratar de conflitos coletivos de tão grande proporção e envolvendo partes historicamente tão desiguais.

Para COOLEY (2001), a mediação não é necessariamente adequada em todas as situações, não sendo recomendada quando há um grande diferencial entre as partes em termos de conhecimentos ou poder, pois haveria o risco do mediador cair na difícil situação de tentar ser neutro e ao mesmo tempo colocar em equilíbrio a situação desigual de conhecimento e de poder. O risco seria transformar a mediação em prestação de aconselhamento, jurídico ou de outra natureza, à parte mais fraca, e tornar o mediador mais imponente com a mais forte – ou seja, o mediador tornar-se em parte.

Reconhecendo essa descrição para a situação do Pontal, nesse ponto é importante verificar se a atuação da SJDC conseguiu seguir pelos caminhos que levam a um processo de mediação e averiguar se houve algo que a desviou desse processo em algum momento e quais as conseqüências disso. Nesse sentido, da discussão anterior sobre a mediação, é possível destacar alguns elementos essenciais para essa análise:

- Participação voluntária na negociação;
- Relação de confiança e respeito para com o processo;
- Busca de um acordo que pautar seu comportamento futuro;

- Condução do processo por terceiro *desinteressado* (ou parte *neutra*), reconhecido e autorizado pelas partes para a condução do acordo;
- Mediador com o poder do discurso, da fala solene, mas sem o poder da decisão impositiva.

A participação nas negociações do Plano do Pontal, durante sua formatação e execução era voluntária.

As partes compareciam às reuniões de negociação por sua própria decisão, ainda que essa decisão estivesse condicionada aos fatos sociais vivenciados e à pressão deles decorrente. Mas sua participação era voluntária porque não seria possível coagi-las a comparecer contra sua vontade, como pode acontecer em um processo judicial, por exemplo. As partes sentavam à mesa de negociação porque tinham a perspectiva do acordo, mesmo que pretendessem obter a maior vantagem possível nesse processo, elas queriam alcançar isso por meio de um acordo e, portanto, essas partes dispunham-se a ele. Sua participação era assim um ato de vontade consciente.

Tudo que fizemos na Secretaria não era obrigatório, eles podiam ter ido a Juízo, os fazendeiros, o MST... Não precisariam ter sentado à mesa. Quer dizer, sentá-los à mesa era um princípio de vitória. Ou seja, quando eles estavam sentados à mesa nós tínhamos ganho um pouco. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05)

O Sindicato Rural sempre procurou fazer um trabalho de mediação através do diálogo, não através de violência. [...] Então, o Covas também fazia o papel dele. Agora eu não reclamo em nenhum momento, a gente sempre procurou o diálogo. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

Os movimentos sociais, também, acho que teve naquele momento amadurecimento de compreender que era possível, apesar da contradição antagônica entre fazendeiros e sem terras, era possível estabelecer um diálogo na perspectiva de se encaminhar uma proposta de reforma agrária, tendo em vista que o Movimento vivenciava um momento confortável pra fazer esses acordos, porque ele estava no auge de sua força social, de mobilização, enfim. (Zelitro, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Observe-se, porém, que participação voluntária não implica necessariamente em participação sincera ou participação de boa-fé. A ausência de boa-fé é considerada um dos principais obstáculos à consecução de acordos praticáveis. A esse respeito, as observações de Cooley são claras:

Outras situações não conducentes à mediação incluem aquelas em que as partes na disputa têm um histórico de negociações de má fé. Partes que se recusaram a lidar corretamente uma com a outra provavelmente tampouco serão corretas com o mediador. Essas partes normalmente fazem ofertas de acordo por intermédio do mediador e depois as retiram ou as tornam mais onerosas a fim de ganhar vantagens em termos de negociação. Muitas vezes elas negam fatos que ocorreram, quando estes realmente ocorreram, ou afirmam terem ocorrido fatos que não se verificaram. Essas circunstâncias tornam difícil de desempenhar a função do mediador, e às vezes tornam o mediador totalmente ineficaz. Os acordos a que se chega pelo engano, pelas falsas alegações, raramente são duradouros, e, portanto, o tempo gasto pelas partes na mediação muitas vezes é perdido. (COOLEY, 2001:65)

A história narrada neste trabalho evidenciou que os acordos iniciais firmados na construção do Plano de Ação do Pontal expressavam um consenso apenas aparente entre as partes, que nem todos pretendiam realmente cumprir. As reviravoltas e dificuldades que cercaram a execução do acordado possivelmente têm suas raízes nessa falha primordial. Evidentemente, o histórico das relações entre Estado, fazendeiros e sem-terra no Pontal constituía uma base de desconfiança, que impedia uma relação inicial de boa-fé das partes entre si e delas para com o mediador. Foi preciso tempo e esforço para reverter gradualmente esse obstáculo, como se viu.

Talvez isso só tenha sido possível porque havia uma postura de respeito pelo processo de negociação. A posição de mediador a que se propôs o Estado era reconhecida e aceita por todos os envolvidos.

As partes compareciam às reuniões e nelas se portavam com respeito, bem como eram respeitadas. A relação de confiança foi sendo construída gradativamente, ainda que inicialmente a desconfiança prevalecesse. No processo de construção do Plano, mesmo que tantos e novos conflitos daí se originassem ou até provavelmente em razão deles e da postura coerente adotada pelos representantes do Estado, as partes passaram a reconhecer no Governo Covas interlocutores confiáveis e ver no Plano do Pontal um processo sério de negociação.

Há de se reconhecer por parte do MST que o Estado de São Paulo, coordenado pelo Governador Mário Covas, definiu uma política de mediar e de... esses acordos, na perspectiva de que no Pontal do Paranapanema tivesse um Plano de Reforma Agrária. (Zelitto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

Antes da implementação do Plano do Pontal, o processo de negociação

das terras devolutas era nulo, era um zero. Não havia plano de negociação. Somente com o advento desse Plano é que as coisas começaram a clarear e haver um rumo para as questões das terras devolutas no Pontal. (Dirigente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, fazendeiro no Pontal, 16/01/98)

O acordo que se buscava e que se construiu com o Plano do Pontal pretendia ser e foi um balizador para os relacionamentos futuros.

Todos os pontos enunciados no Plano de Ação divulgado em 27 de setembro foram cumpridos, ainda que não houvesse consenso total sobre determinados itens ou que algumas partes mudassem de idéia em determinados momentos, e apesar dos jogos de cena e disputas de poder que se travavam em seus bastidores. Mas, a partir do plano, as condutas estavam pautadas pelo acordo que levou a sua formulação e, com maior ou menor resistência à implementação do acordado, o plano acabou prevalecendo. O Plano representava assim a materialização de um termo de acordo formal e executável.

Antes do Plano do Pontal, os processos de negociação de terras eram esporádicos, visando solução de focos de conflitos localizados, o que não resolvia o problema fundiário da região como um todo. O Plano veio solucionar essa problemática, dando uma solução geral para os problemas de invasão de terras e, em consequência, uma possibilidade de pacificação da região. Os avanços mais expressivos foram as negociações voluntárias de glebas sujeitas a conflitos ou não, o que possibilitou a aquisição de uma considerável extensão de terras e o consequente assentamento de milhares de famílias. (Vice-Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, fazendeiro no Pontal, 19/02/98)

A UDR também, aos poucos foi quebrando aquela resistência também. No começo, eles eram totalmente radicais, né? Mas com o passar do tempo a UDR também foi mudando de postura, por exemplo, eu ouvi algumas vezes o [Presidente da UDR] achar que é melhor o acordo. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

A condução do processo se dava por um terceiro desinteressado em relação à pretensão das partes – o Estado, cujo real interesse era a obtenção dos acordos para a pacificação da região.

Quando reivindicava a terra para fazer assentamentos, o Estado não pretendia essa terra para si, a finalidade não era aumentar o seu patrimônio, por exemplo. As ações do Governo do Estado não foram utilizadas para prejudicar os inimigos ou para beneficiar os amigos: nenhuma terra foi reivindicada para finalidade

diferente daquelas previstas, nenhuma fazenda que se enquadrasse nos critérios deixou de ser reivindicada, nenhuma indenização foi paga com critérios diferentes dos estabelecidos, nenhuma terra obtida deixou de ser utilizada da forma planejada. A ação reivindicatória só tinha sentido para fazer valer o acordo de pacificação pactuado com as partes – fazendeiros e sem-terra – e que o Governo assumiu como plano de ação.

O Estado era um terceiro desinteressado, por uma simples razão: aquelas terras são nossas desde 1950, ou antes disso. Há discriminatórias até mais antigas. E nunca reivindicamos nada. E mais: se não tivesse havido o Movimento lá, nós estaríamos hoje em 2005 com terras discriminadas em 1940, 1950, sem pedirmos essas terras. Sem pedir essas terras! Então, na realidade, eu posso dizer tranquilamente que ali o Estado era desinteressado. Desinteressado no sentido de não ser parte do processo. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

O próprio Estado na época, o ITESP, acreditava muito na possibilidade da negociação pela via da reivindicatória, se esforçou bastante no sentido de que a União adotasse essa medida, na expectativa de que pudesse avançar nas negociações. E o Estado foi muito firme com relação a isso. (Dirigente nacional do INCRA em 1996, 28/7/05)

Mas esse *desinteresse*, que se caracteriza como a inexistência de um interesse próprio, no sentido de pretensão própria, e que é aceitável para o mediador, não significa uma neutralidade absoluta.

Entenda bem, qual é o objetivo da mediação, sob pena de você achar que ali não era uma mediação – e eu acho que era. A mediação em que o Estado participa ou de alguma forma a mediação numa situação de conflito, ela nunca é neutra completamente. Eu nunca me vangloriava de ser neutro. Até porque não eram duas partes, né? Eram muitas partes. Eram várias pessoas de igual nível social, pessoas de diferentes *status* sociais, enfim, nós mediamos vários conflitos: com o próprio Estado, com os fazendeiros, entre os sem-terra, então havia muitas... Ali a mediação estava secundada pela necessidade de se compor vários objetivos, alguns deles constitucionais, inclusive. A diminuição da exclusão, a utilização de áreas devolutas, a necessidade de recuperação de áreas devolutas, a necessidade de estabelecimento de políticas justas no campo, a necessidade de recuperação de um nível mínimo de poder econômico pra algumas pessoas... Tinha várias coisas: a questão da exclusão, a questão de uma situação de conflito e de violência que era complicada, a questão da propriedade, se não da terra, do investimento feito. Então havia vários bens envolvidos, a mediação não era neutra. Ela sabia razoavelmente

como sair. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

O agente do Estado em sua atuação em qualquer área deverá observar sempre os princípios do interesse público e obedecer aos preceitos constitucionais. Evidente que a mediação estatal não poderia ser diferente, ou seja, o mediador estatal não poderia em nome da 'neutralidade do mediador' ser conivente com a pactuação de acordos que infringissem o interesse maior da sociedade. Aliás, rigorosamente falando, nenhum mediador – público ou privado – pode colocar em jogo o interesse público.

Às vezes, a negociação de um conflito pode ser percebida como a violação de políticas públicas ou do interesse público, como em casos de processos envolvendo questões de meio ambiente ou de legislação antitruste. Nessas situações, se ocorre a mediação cediça, as agências governamentais federais, estaduais ou locais muitas vezes intervêm para representar e proteger o interesse público. (COOLEY, 2001:62)

Por essa razão, quando o conflito envolve questões dessa natureza, é usual considerar-se o caso como não adequado para um processo de mediação privada, se não houver justamente a participação de um agente estatal.

A presença de um desses indicadores poderia constituir base suficiente para declinar o uso da mediação para resolver uma determinada disputa. Indicadores desfavoráveis para a mediação: [...] As partes estão envolvidas em disputa que afeta diretamente o interesse público, e o governo não está representado. (COOLEY, 2001:69-70)

Terra devoluta é espécie de terra pública e, portanto, tem sua disponibilização subordinada ao interesse público – o que está disciplinado na Constituição Federal, na Constituição Paulista e na legislação infraconstitucional de âmbito federal e estadual. Por essa razão os limites impostos a essa disponibilidade devem ser obrigatoriamente observados, o que é válido para os processos judiciais e extrajudiciais, como a mediação.

Sendo assim, a observância pelo mediador estatal desses e outros limites estabelecidos na legislação como ponto de partida para as negociações não descaracteriza a atividade da mediação, pois esta poderá incidir sobre os direitos disponíveis, buscando estabelecer acordos dentro dos limites admissíveis e pactuando as regras de conduta para os acordos firmados. Tal como aconteceu no Pontal.

As normas eram de acordo com... a lei do Estado, de acordo com... tudo amparado pela lei. [...] tinha os acordos que áreas até 100 ha seriam regularizadas naquela época, que era a tal da lei Franco Montoro que permitia que a área fosse regularizada até 100 ha, acima de 500 ha teria que ser feito o acordo, não podia ser regularizada. Tinha algumas

fazendas que foi feito acordo que era acima de 100, entre 100 e 500, mas isso foi poucos. Mas geralmente quem fez esses acordos das áreas pequenas é porque tinha também alguma outra área grande já na região, então eles se obrigaram a fazer acordo nessas áreas pequenas. (Márcio Barreto, Liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05)

Os mediadores estatais eram reconhecidos e autorizados pelas partes para a condução do acordo. Isso não quer dizer necessariamente uma aquiescência sem reservas a tudo que esses mediadores propuserem ou enunciarem no processo de construção dos acordos. Significa antes uma legitimação da pessoa do mediador e uma delegação tácita ou explícita para que ele conduza o processo, para que ele conduza as reuniões de negociação, enuncie o que as partes aparentam desejar e muitas vezes não querem ou não podem expressar, e tenha a iniciativa de formular os termos do acordo possível a cada passo.

Sentá-los à mesa era a prova de que eles legitimavam ou começavam a legitimar a pessoa que conduzia a reunião como mediador, ainda que eu estivesse no espaço deles, ou eles estivessem no meu espaço. Então isso era uma primeira vitória. Por isso, eu sempre agradecia a presença deles no início, porque era um dado da conquista e da cativação, e um processo de sedução pra uma idéia. Pra mim era magnífico exercitar isso, eu gostava de estar no meio dessa disputa. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Nesse aspecto é crucial o perfil pessoal dos mediadores, sendo importante entender quem eram e como agiam os responsáveis por cumprir esse papel.

O mediador tem que ser uma pessoa respeitada, porque ele não tem o jurídico ali. O árbitro tem, se ele decidir uma coisa as pessoas têm que cumprir, mas o mediador nasce da legitimação construída pelas partes. Então ele depende um pouco do cargo que ele exercita, mas ele depende das condições pessoais, do momento pessoal que ele está vivendo, das situações que cercam aquele momento, que são fluidas, às vezes. Isso talvez seja a redenção da pessoa, né? A pessoa é importante. Com todo o coletivo que você construa, com todos os processos, todos os times que você monte, o individual permanece absolutamente fundamental. Aquela pessoa, na direção do ITESP, no Governo do Estado... É naquele momento que tinham que acontecer as coisas. Por isso eu tenho a idéia da importância da nossa passagem ali. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

O Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Belisário dos Santos Jr, era

o principal mediador do Estado na questão agrária paulista.

Advogado de presos políticos desde 1970, Belisário foi obrigado a ter contato com os presos políticos e com a repressão, o que para ele era uma convivência muito complicada, mas exigia ouvir os dois lados. Nos anos 1980, ao participar de negociações de processos democráticos, integrou muitas missões na América Latina, ao lado de grandes nomes uruguaios e argentinos como Leandro Despui e Alejandro Artucio, a quem ele se refere como 'monstros sagrados'. Nesse processo, aprendeu que pessoas davam idéias boas e idéias absurdas, mas todas deviam ser ouvidas com respeito.

A valorização do outro é mais do que um princípio de direitos humanos: é um princípio da negociação. O cidadão quando se sente valorizado ele é peça fundamental na mediação, que muitas vezes é quase que informal, não é um processo a que ele tem que se submeter. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Sua sólida formação na área de direitos humanos completou-se com a experiência como mediador de violentas rebeliões nas prisões paulistas, quando esteve à frente da Secretaria de Administração Penitenciária, durante os primeiros seis meses do Governo Covas. Ali ele aprendeu na prática que o mediador deve ser franco e aberto, mas deve ser firme e não pode mentir. E à frente da SJDC firmou sua convicção de que os processos negociados combinam melhor com a democracia. E, principalmente, ele adquiriu a convicção de que estava agindo 'certo'.

O elemento de convicção era fundamental, entre outras coisas, você acreditar que aquilo era o melhor. [...] eu tinha a certeza, era uma mistura de intuição com plano bem bolado, eu tinha a certeza de que estávamos fazendo coisas absolutamente acertadas. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/05/05).

Ele e Edson Vismona, seu Secretário Adjunto – cuja origem era totalmente diversa, como advogado de empresas e com foco de atuação nos processos relacionados à qualidade – juntos formavam uma dupla interessante na SJDC, em que as características pessoais se complementavam.

Tínhamos personalidades completamente diferentes. O Edson às vezes era muito turrão, e é importante às vezes ser turrão. O Governador era, né? E eu era às vezes extremamente passional, eu sabia claramente em nome de que valores eu estava lá, não estava só por conta de um partido, eu estava por conta de idéias, que era o que o Governador tinha. As idéias precediam ao partido, eu não estava lá burramente em nome de um partido, eu estava lá em nome de uma situação, de valores que eu achava

que eram importantes para a cidadania. Então eu mediava conflitos de uma forma mais... menos apaixonada. E o Edson era paixão pura! E nós tínhamos alguns embates por conta disso, mas administramos bem. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 18/01/06).

Nessa composição do Secretário com o Adjunto, o Belisário sempre foi mais tranquilo, paciente, um exercício até às vezes zen do Secretário; e eu não, sempre fui mais explosivo, às vezes respondia de uma forma mais irritada. E a gente de certa forma ponderava esses dois lados: o Belisário com um lado mais tranquilo e eu mais nervoso, vamos dizer assim, mais irritado, mais impaciente com algumas das provocações, enfim. E isso foi bom também, essa composição foi muito interessante, porque às vezes eu era mais afoito, o Belisário dizia: calma, não é o momento. E às vezes era o contrário: Não agora vamos pra porrada e vamos falar grosso! E a gente ponderava essas duas coisas. O falar grosso e o passar a mão. Mas não era o capital de um e de outro. Eu aprendi a passar a mão e o Belisário desceu o porrete muitas vezes, né? (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Os Secretários adotavam uma conduta de participação pessoal e constante nos processos de negociação. Diferentemente do usual em cargos dessa magnitude, eles estiveram diversas vezes em campo no Pontal e lá tinham contato direto com todos os envolvidos nos conflitos e com as condições mesmas em que eles se davam.

Então a preocupação que se tinha de envolver – às vezes a gente ficava até um pouco envolvido demais – era uma coisa muito respeitosa, muito fraterna. A forma de lidar com os problemas, a proximidade com o público alvo, era muito grande! O ITESP me dava a proximidade com o público alvo... (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Essa disposição eu acho importante: o agente público tem que sair do Gabinete. De um lado ele tem que abrir o Gabinete pra discussão, de outro lado ele tem que sair e ele mesmo enfrentar uma questão mais delicada, ele não pode se apegar a certos formalismos. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Importante ressaltar também a postura do próprio Governador, com larga tradição democrática, sua postura sempre aberta ao diálogo fortalecia e incentivava a que a conduta da Secretaria e do ITESP tivessem essa mesma orientação. Também era conhecida sua posição favorável à Reforma Agrária, demonstrada desde os tempos da Constituinte, quando ele era Senador.

Muitas vezes, em momentos de crise aguda, o Governador inteveio

pessoalmente, participando de reuniões, recebendo as partes em audiência, indo ao Pontal, onde se comportava informalmente e se misturava aos assentados (Figura 6.1).

FIGURA 6.1. COMPORTAMENTO INFORMAL DE MÁRIO COVAS NO PONTAL.



Acima: Covas cumprimenta família assentada.
(foto: acervo pessoal, s/d.);

No destaque:
"Governador come banana ao lado do líder sem-terra José Rainha" era a legenda da foto
(foto: Pierre Duarte/Folha Imagem)

O Governador gostava de governar! Ele queria fazer aquilo! Ele gostava de falar do assentado... Nós não contávamos com a boa vontade de inúmeros setores do Governo, alguns não tinham nada a favor da gente, o Governador mandava que se fizesse daquela forma! Nós estivemos por um fio em várias vezes. Mas tivemos bom parceiros. As grandes disputas do ITESP foram travadas com grandes parceiros. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Mas o Governador sempre deixou claro para todos – dentro e fora do Governo – que a condução do processo cabia à SJDC. "se o movimento não tem mais diálogo com o Secretário da Justiça, não há diálogo também com o Governador", dizia Covas, no momento em que a ruptura do diálogo era a maior ameaça (JB, 26/1/96, p.8).

Um terceiro elemento mediador era o que estava à frente da implementação

do Plano e integrava a direção do ITESP¹⁴⁴, quase sempre atuando como responsável pelas negociações em campo, a partir dos critérios do Plano, tais como a negociação direta de valores de indenização das fazendas e a aplicação das regras para assentamento, por exemplo. Mesmo antes de ocupar a direção máxima do ITESP, a diretora do DAF foi admitida pelos Secretários para exercer a liderança na execução do Plano e na pactuação dos acordos decorrentes de seus desdobramentos, numa relação de confiança fundamental para um processo de mediação complexo como esse do Pontal.

Muito da consistência do nosso trabalho se devia a sua presença e a sua liderança. Nos momentos decisivos, a gente tinha a confiança de que você estava lá. Se tivesse que estar lá às 11 da manhã, às 11 da noite, à meia-noite, às 3 da manhã, você estaria presente. E o que você dizia nós tínhamos absoluta fé no seu trabalho. Várias vezes nós fomos confrontados: não, não é assim! Mas a gente tinha conversado com você. Aí volta a valer aquela relação de confiança: o que você nos dizia, nós assumíamos; o que nós dizíamos pro Governador, o Governador assumia; em momento nenhum houve dúvida. Você nunca nos deixou sozinhos e vice-versa. Era uma confiança mútua, havia essa relação. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Parece-me importante destacar que havia uma ligação entre esses três mediadores que ultrapassava o aspecto puramente profissional, para ingressar num vínculo também emocional que misturava a afinidade pessoal com o reconhecimento de uma causa comum que os motivava e reforçava sua convicção de que faziam 'o certo'. Assim, eles se *identificavam*.

Então essas pessoas construíram uma história que é impossível você dizer que possa ter nascido sem emoção, sem cumplicidade, sem ligações... As pessoas colaboram pra isso. Sem emoção, sem as pessoas, sem compromisso, sem atitude individual também, se somando, essas histórias não acontecem.

O Edson sempre foi uma pessoa na qual eu tinha extrema confiança. Nós montamos juntos o programa da área de justiça. Ele era muito pró-ativo, ele não se limitava a cumprir diretrizes fixadas em comum, ele sabia o que era pra fazer, pra fazer acontecer aquela política pública, então a gente se complementava muito. E fizemos coisas de que nos orgulhamos.

¹⁴⁴ Embora na hierarquia oficial ocupasse um cargo superior, o então Coordenador do ITESP não foi apontado pelos Secretários ou pelos demais entrevistados como exercendo uma função tão destacada nesse processo. De certa forma, ele e vários outros funcionários do ITESP exerceram um papel de mediação, quando participaram dos processos de seleção dos sem-terra, das reuniões de negociação do valor das benfeitorias com os fazendeiros e principalmente nos episódios da mudança para o assentamento provisório nos últimos dias de 1995, mas a análise recairá apenas sobre os três apontados como principais responsáveis pela mediação naquele período.

Há coisas que eu nunca sei se foi ele que fez, se foi ele que deu a idéia, ou eu. Enfim, realmente era uma interação muito, muito grande.

Falando de você, eu acho que o que nos identifica é a emoção no contato com os nossos temas e a emoção no contato com os nossos públicos, vamos chamar assim. Isso nós temos muito parecido. Você chora à toa, às vezes mais do que outras pessoas, eu me emociono rapidamente também. Eu me envolvo emocionalmente, mas temos também ambos um distanciamento, às vezes em algumas situações nós sabemos ficar distantes. Mas você constrói o detalhe, você planeja desde o início.

Eu tenho talvez uma liderança mais rústica, uma coisa mais geral, mas ampla. Eu me vejo bem dentro das grandes construções que não foram criadas por mim. E muita gente usou bem a sua capacidade de liderança naqueles tempos. E do processo de liderança nasce muito azulejo pra construção da mediação. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Mas, se internamente no ITESP e na SJDC, havia segurança entre os responsáveis pela mediação sobre o papel a desempenhar em conjunto e por cada um, o mesmo não ocorria em campo. A posição na linha de frente dos conflitos foi a que mais teve dificuldade para ser legitimada pelas partes, como era de se esperar. Muitas e muitas vezes, a posição desse mediador foi questionada pelas partes ou foi submetida a testes de poder na sua relação com a Secretaria, como se viu.

Ele [ITESP] cumpria os dois papéis, né? Ele era mediador nas relações pra fora. Nas relações com a institucionalidade, principalmente, ele era mediador. Mas nas relações diretas entre MST, com o movimento social e o próprio órgão, ele... [pausa pensativa] Mas a gente tinha bem claro que nós não estávamos numa contradição antagônica. Era uma contradição, mas era de natureza não antagônica. (Zelitto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

Eles [fazendeiros] chegavam a ligar assim, em termos de que a gente viesse na sensibilização, pra agilizar o acordo deles e tal. Era a questão de valores, eles queriam... achavam que vocês [ITESP] estavam arrojando muito. Mas lógico que isso era o interesse pessoal deles, a questão era de valores mesmo. Gozado... E, às vezes, questão de pressa também. (Dirigente nacional do INCRA entre 1996 e 2002, 29/7/05)

Uma explicação possível para isso decorre de que nessa linha de frente era onde mais se confundiam os papéis de mediador e executor do Plano, o que levava o Estado de volta à posição de parte no conflito – embora se tratasse de um novo conflito

que se desdobrava dos acordos e dos conflitos anteriores. Desse modo, ao cumprir simultaneamente o papel de executor das ações decorrentes dos acordos e mediador dos novos conflitos que daí surgiam, o agente estatal nessa posição passava a viver uma dualidade bastante complicada.

Não é pra qualquer Governo esse papel, essa dualidade de executor de uma ação e mediador do mesmo processo. Não é pra qualquer Governo. Um Governo pra conquistar isso, tem que demonstrar que ele está participando, que ele está ouvindo, que ele está interagindo, que ele não está ali só pra executar. Ele entende esse processo todo e utiliza desse processo de negociação pra atingir os fins que foram negociados. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

O exame dessa questão leva ao outro elemento destacado para a análise, relacionado ao poder do discurso, da fala solene, mas sem o poder da decisão impositiva, que deve caracterizar o processo de mediação.

O mediador estatal recebe o poder do discurso da legitimação que lhe é conferida pelas partes e da solenidade que lhe é transmitida pela condição de autoridade do Estado. Mas o poder do discurso se materializa através do lugar de onde fala o sujeito, como também da sua própria capacidade de fazer uso desse lugar e da palavra que lhe é dada a controlar.

No caso em estudo, para os dois mediadores principais, o lugar do discurso era simultaneamente o cargo e o espaço da SJDC, sem dúvida a mais solene das Secretarias de Estado em São Paulo, sendo o Secretário da Justiça quem dá posse a todos os demais integrantes do secretariado e quem se relaciona mais de perto com o Poder Judiciário. Na Secretaria havia uma sala solene, onde se faziam as reuniões mais importantes para a formatação dos acordos (V. Figura 3.3 e texto que a segue), mas a solenidade do cargo acompanhava o Secretário-mediador e seu Adjunto em todos os espaços por onde eles passavam. Isso lhes proporcionava uma condição de mobilidade interessante para os objetivos da mediação, onde o jogo da formalidade-informalidade contribuía para a equidade, amenizando as diferenças de poder entre as partes.

O Secretário era uma figura que a gente usava. Em alguns momentos precisava criar impacto, se dizia: *Ó, o Secretário precisa vir aqui!* O Secretário precisa vir aqui era eu. Então o Secretário botava uma roupa, punha uma cara, era eu, enfim.

Eu usava espaços. Usei o espaço da minha casa pra algumas negociações, usei o espaço da Igreja São Domingos pra outras negociações, usei o espaço do Palácio do Governo. São espaços que contribuem com alguma

mística do espaço. Eu recebi os líderes do MST na minha casa! (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

No caso da Diretora do DAF, esse lugar não era automaticamente reconhecido, por duas razões: o seu cargo não era tão importante na *ordem do discurso*, e não havia muita solenidade nas relações entre o DAF e os fazendeiros ou os sem-terra, ao contrário. Pouco antes de 1995, o que marcava essa relação era muito mais uma condição de subordinação que tinha dupla origem: ora derivava do poder político conferido aos fazendeiros e às lideranças sem-terra pela atuação híbrida do Governo Fleury, ora resultava do utilitarismo produzido pela camaradagem entre lutadores da reforma agrária.

Então esse lugar teve que ser conquistado e foram necessários muitos testes de poder até que ele estivesse assegurado. Somente quando o Secretário e em seguida o Governador demonstraram publicamente e de forma inequívoca o vínculo que havia entre as posições assumidas pelos vários níveis de representação do Governo na área agrária, bem como a unidade existente na condução do processo de interlocução no Pontal, somente então esse lugar foi efetivamente reconhecido.

Assim, se esse processo de conquista pôs à prova sua condição de liderança na implementação do plano, também teve como efeito um estreitamento da relação de proximidade entre os mediadores e um reforçar dessa mesma condição de liderança, que passou a ser reconhecida por todos os envolvidos no processo de mediação.

Você era uma pessoa, por exemplo, que não dependia do cargo pra ser líder, você tinha um perfil como Diretora, pós-Diretora, enfim, você tinha qualidade, você tinha uma opção na história. E você tinha uma ligação com o tema, você tinha uma ligação com as pessoas, aquilo fazia parte da sua história. Não era o cargo que você tava fazendo lá, você tava desenhando o seu projeto de vida. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

O Instituto tinha um comando, ele tinha um núcleo dirigente, de pessoas históricas, preparados, militantes da reforma agrária, convictos da sua função. [...] isso funcionava... eh... verticalmente, chegava até... lá do cume à base. E claro que isso incidia sobre a base assentada também. (Zelitto, liderança do MST, assentado na São Bento, 27/05/05).

Gostaria de acrescentar a atuação da Sra. Tânia, Coordenadora do ITESP, que através do seu ideal deu e dá tudo de si para a implantação e sucesso do Plano de Ação do Pontal, e também através dos funcionários do ITESP envolvidos no processo. (Vice-Presidente do Sindicato Rural de Presidente

Prudente, fazendeiro no Pontal, 19/02/98)

Talvez a principal característica nessa relação era que os responsáveis pela mediação não agiam sós, mas, ao contrário, possuíam um espírito de equipe tão arraigado que era percebido por todos, internamente no ITESP e na SJDC, como já se viu, mas também externamente, e que reforçava sua capacidade de ação em sincronia.

No Governo de São Paulo eu não vi diferenças. O Governo de São Paulo tinha todo o interesse e todo mundo lá era favorável a isso. Não percebi atores conflitando com essa questão. Nós tivemos lá sentados, até com o Governador, e todo o Governo de São Paulo estava interessado nessa possibilidade. Não vi ninguém destoar. (Dirigente nacional do INCRA entre 1996 e 2002, 29/7/05)

Ali, formou-se – pelo tempo, pelo esforço, por merecimento ou o que seja – formou-se um time e havia uma sincronia nesse time. Você já jogou futebol? A gente não precisa olhar prum tal lugar pra passar a bola, a gente sabe que o outro tá lá, e se não tiver, vai correr pra lá. O futebol é exemplo mais claro, porque tem muita gente, muita gente correndo. É um balé, aquela coisa, se um vai pra lá, outro vem pra cá, é bonito isso! E tem que ter isso, as pessoas têm que se dar bem, não pode ser bom só. Ser bom não é a maior qualidade pra jogar bem, é o cara que cria. A imagem de time é exatamente essa, as pessoas sabem que um depende do outro e que as pessoas se defendem. O Governador jogava muito assim. Ele tinha essa qualidade e a Secretaria era conduzida de forma a proporcionar esse resultado. Ele falava, recebia você, sabia o seu nome, ele se dava bem com você, gostava de você, recebia o Jonas, às vezes recebia outros técnicos, quantas vezes... Conhecia o nosso povo, conhecia o público alvo... Isso proporcionava muito essa sincronia, os canais estavam muito abertos! As pessoas estavam muito dispostas pra isso. Eu tinha uma história de um dever que vinha da minha formação, eu estava à disposição, eu estava completamente ali. Eu não era professor à noite, eu era Secretário. À noite, de madrugada, de manhã... O que é melhor fazer no fim do ano? É ir pro Pontal? Então vamos pro Pontal! Essas coisas explicam a sincronia. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Por outro lado, o poder do discurso advinha também da notória habilidade de uso da palavra dos Secretários. Cada um com seu estilo, a sua capacidade de argumentação era *poderosa*. E, conscientes disso ou não, eles se alternavam estrategicamente no discurso, de acordo com a ocasião e a necessidade, como demonstra um caso pitoresco citado por ambos.

Muitas vezes, o Edson foi resolver situações extremamente complicadas. Havia situações em que eu deveria ir, havia situações em que a gente deveria mandar o italiano. Havia situações de enfrentamento em que eu me saía melhor, situações em que a ironia, em que a diplomacia, em que o cargo falava mais alto, e aí eu ia; havia situações em que o coração, a indignação pura e a resposta na ponta da língua eram melhores, e o Edson ia. Numa briga notável com a liderança da UDR, lá em Prudente, em que foi ele a debater, eu vi o acerto de tê-lo mandado, porque ele disse as coisas que precisavam ser ditas, enfim. (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 18/01/06).

Olha, nunca foi muito pensado nada disso. Repito: nós não sentamos um belo dia e falamos: vamos fazer assim, assado. Foi indo, foi indo. Chegava hora que subia a temperatura, a gente jogava água na fervura, tinha hora que vinha pra cima da gente, a gente devolvia na mesma moeda. Aquela minha participação naquele evento lá de Prudente era tudo que um Secretário não podia fazer. Ou seja, o Secretário foi pro bate-boca com o auditório. E apontava a la Jéferson e falava: *Vocês estão em cima de pasto sujo!* E daqui eu via, tinha uma moça assim que quase quebrava a caneta quando eu falava. Eu passava o dedo assim, apontando pra todos no auditório... Rigorosamente, aquilo não era o papel de um Secretário. Mas eu não podia ficar quieto. Na hora o sangue subiu, não tinha ninguém do lado pra falar: calma... Não, o sangue subiu. E foi muito interessante, porque a partir dali a UDR até que baixou um pouco o tom. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

Mas essa é uma habilidade a ser usada com cuidado pelos mediadores, que devem agir de forma respeitosa com as partes e sem se impor a elas pelo discurso.

Na mediação clássica, o mediador não pode valer-se do poder de condução do processo de acordo para impor uma decisão às partes. Cabe a elas e somente a elas estabelecer o acordo possível e aceitável por elas mesmas. Quer dizer, o mediador não pode usar o poder do discurso que ele detém e a sua autoridade de conduzir o processo para outra finalidade que não seja a criação das condições para a obtenção do acordo.

Mas já se viu que o mediador também não pode deixar de observar o interesse público, como condição a partir da qual o acordo pode ser estabelecido. Se as partes não chegarem a um entendimento que respeite o interesse público compete ao mediador privado encerrar a mediação sem acordo, pois nada mais lhe restará a fazer.

É aqui que surge um diferencial importante em relação ao que ocorreu na mediação estatal desenvolvida no Pontal do Paranapanema. Nesse caso, o mediador

dispunha de um certo poder coercitivo sobre as partes, que consistia na capacidade de ação e na força reguladora do Estado, que aqui incidia sobre as terras devolutas e sobre os assentamentos.

Essa força do Estado – seu poder de império – é um poder coercitivo inerente à condição de Estado e pode permanecer latente durante todo o processo de mediação em andamento. Mas o agente estatal sempre poderá lançar mão desse poder se o acordo não for alcançado.

Porque o mediador, no nosso caso, o Governo-mediador é um negócio muito complicado. O Governo dificilmente assume esse papel de mediador. Mas nós sabíamos definir claramente até que ponto nós estávamos mediando, até que ponto nós tínhamos que implementar uma decisão. Ou seja, a gente negociava, negociava, negociava, mas sempre afirmando: ao final desse processo, se não houver um acerto, nós vamos agir. Nós nunca colocamos na negociação a moeda do 'não vamos agir'. Isso era pra nós ponto de honra, não tinha o que discutir. Mas todos sabiam disso. As partes sabiam que a Secretaria estava ali naquele momento procurando uma solução, uma outra opção, mas sempre com o bastão na mão! O Secretário explicava pra eles: Isso é indisponível, jamais vou falar pra vocês que não vou cumprir uma decisão, estou aqui discutindo como cumprir. E isso valia pros dois lados. (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)

É como se o Estado ao adotar a posição de mediador deixasse entrever permanentemente que ele pode a qualquer momento retornar à condição de parte e ingressar na briga, mas fizesse isso apenas para deixar ainda mais claro que sua opção realmente era o acordo.

É evidente que havia coisa pra pôr na mesa: Se o senhor não fizer isso... Isso é legal de fazer, se o senhor não fizer isso... 'n' vezes eu falei isso. – *E se a gente não fizer?* Principalmente os advogados, que queriam argumentar. – *E se a gente não fizer?* – Vamos ter que construir de outro jeito. Não havia uma ameaça, as conversas nunca terminavam mal. Elas implicavam em transmitir uma idéia, eu queria transmitir uma idéia de que aquilo era coisa boa, mas que a gente podia fazer de uma outra forma. Quer dizer, não era ter um plano B necessariamente montado para ali. Investir ali era importante, fazer junto com aquelas pessoas era importante. Que é uma característica da política pública: Pode fazer sozinho? Pode. Então não faz, faz em conjunto. Ali estava a legitimação da política, ainda que ela pudesse na fotografia sair com outra cara ou sem aquela forma. Veja, eu não precisava ter conversado com ninguém,

entrava com as liminares, não dava tempo deles se prepararem, nada, pronto, acabou. Mas não era essa a história. E se fizesse desse jeito, nós teríamos hoje cinquenta ações em curso! Cinquenta inimigos! (Belisário, Secretário da SJDC de 1995 a 2000, 30/07/05).

Numa situação de conflito coletivo rural, que envolve partes historicamente tão desiguais em poder e força, a mediação como forma de composição dos conflitos é pouco recomendável exatamente pela inexistência no processo de mediação clássico de um fator capaz de equilibrar um pouco essa desigualdade. Talvez esse poder coercitivo latente do Estado seja esse fator que faltava e dê ao mediador estatal condição privilegiada para agir em situações dessa natureza.

No Pontal, o poder dos fazendeiros nos conflitos pela terra sempre esteve associado a sua condição de 'proprietário', que lhes garantia a um só tempo poder político, econômico e social. Detendo o monopólio da posse da terra eles detinham também o poder de subordinar os trabalhadores rurais em várias frentes – pelo controle do emprego, pelo controle da produção, pelo controle da permanência na terra.

É bem verdade que o Movimento Sem terra vinha questionando e causando incômodos e rupturas nessa rede de poder, num processo de luta eficiente e de grandes proporções, como reconhecem os próprios fazendeiros:

Então, um dia me perguntaram: Por que o pessoal não fez o acordo com o governo Quércio, que era 10%? A minha resposta foi o seguinte: Naquela época não existia o Movimento Sem Terra, nem o Zé Rainha, e o pessoal achou que não ia acontecer nada. (Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente em 1995, 24/05/05)

Mas também é inegável que a condição de 'proprietário' dava aos fazendeiros o poder de manter judicialmente (e violentamente) os trabalhadores do lado de fora das fazendas, em condições precárias e desgastantes, garantindo aos fazendeiros o controle do processo de acordo que só ocorria sob suas – vantajosas – condições.

Nessas circunstâncias, o processo de mediação já nasceria prejudicado, se esse desequilíbrio de poder não fosse revertido. Ao assumir a hipótese de utilizar a medida judicial para obter as terras necessárias ao assentamento – o que vinha explícito já na formulação original do Plano de Ação, construído num processo de negociação mediada pelo Estado – o Governo Estadual já assinalava sua posição de força.

Mas isso não bastou para promover o equilíbrio de poder entre as partes. Foi preciso o Estado se utilizar eficazmente daquele poder coercitivo latente para que a condição efetiva do acordo pudesse ser obtida. Foi preciso obter o acesso forçado a uma

parte da terra (que afinal era do Estado), por meio de decisões liminares judiciais, para que as condições de concretização do acordo maior estabelecido no Plano do Pontal fossem alcançadas. Foi preciso, enfim, que o Estado, através da Procuradoria, assumisse a condição de parte em conflito com os fazendeiros, para equacionar o conflito maior entre os sem-terra e os fazendeiros.

Ora, é evidente que numa conciliação para você conseguir um acordo, você precisa primeiro mostrar à outra parte que ela tem algo a perder, porque enquanto ela não tiver nada a perder, não há acordo possível. Por isso, nós nos tornamos parte processual, mas essa parte processual visava exatamente essa conciliação. Então, na realidade, o ingresso com a ação era assinalar pro fazendeiro – sente pra conversar, porque, senão, pode demorar mais tempo ou menos tempo, mas eu vou tomar sua terra. É preferível você perder agora mediante certas condições ou perder lá no final sem nenhuma das vantagens de agora? Então, era na realidade, como se o Estado estivesse mostrando a sua garra. “Olha, estou mostrando aqui, não quer sentar? Não. Então, vamos pra briga!” Mas o objetivo que estava por trás era exatamente a conciliação, a solução do problema. (Chefe do Contencioso da PGE entre 1995 e 2001, 31/05/05)

Guardadas as proporções, um processo similar se verificou na relação com a liderança dos sem terra. Ao garantir a aplicação dos limites legais ao processo de seleção de quem seria assentado, por exemplo, o Estado, através do ITESP, para equacionar o conflito maior entre sem-terra e fazendeiros, assumiu a condição de parte em conflito com os sem-terra.

Era nesses momentos, em que a dualidade do mediador-executor surgia com mais intensidade, que entravam em cena outros mediadores, cumprindo o papel de ajudar a recompôr a relação entre o Estado e as partes em conflito. Nesse sentido, pode ser considerada a participação da igreja, por meio do Frei Betto, por exemplo, bem como a atuação de alguns políticos como o Senador Suplicy e o Deputado Greenhalgh. Em escala mais localizada, o Prefeito de Mirante, Núbio Medeiros, exerceu esse papel. E, um ou dois anos à frente, também o Ministério Público, por meio da criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento da questão fundiária, adotou algumas posturas de mediação. Não foi possível aprofundar a pesquisa em relação a esse ponto, mas a atuação desses mediadores apareceu como tendo um caráter pontual e episódico.

Havia, portanto, três posições nesse conflito: de um lado o sem-terra, de outro o fazendeiro e no meio do caminho o Estado. Essa triangulação que o Estado fez ao utilizar o seu poder de força reflete a forma de agir do poder público em geral: aplicam-

se limites para atender a determinadas necessidades de interesse público, retomam-se terras pra atender a determinadas necessidades de interesse público.

Nesse processo todo, para atingir seu propósito de pacificação, o Estado precisou ser parte entre as duas partes em conflito. Agindo dessa forma, o Estado não impôs a sua decisão: entre os fazendeiros, por exemplo, há aqueles três ou quatro que se recusaram ao acordo e até hoje litigam na Justiça em defesa das terras que consideram suas; mas o Estado impôs a idéia do acordo como alternativa ao litígio judicial – impôs quase que a *necessidade* do acordo. E a partir dessa posição de força pôde retornar ao processo de mediação, que ao final permitiu concretizar praticamente todos os acordos propostos (mais de 70!) e possibilitou a retomada do diálogo com e entre as partes, mesmo com aqueles mais radicais¹⁴⁵.

Avalio que avançou, foi positivo. Eu tenho dito que o governo tem um mérito, esse governo aqui com o ITESP, foi o que mais arrecadou terra em todos os tempos. No aspecto político, ter enfrentado os fazendeiros e pela primeira vez pegado de volta o que é seu. Eu acho que esse é um valor fundamental que nós temos valorizado. (José Rainha Jr., líder do MST, assentado no Pontal, 16/01/98).

O plano fez também com que o movimento dos produtores rurais, através do Sindicato de Presidente Prudente e das lideranças do MST, sentassem várias vezes à mesa para negociação. Isso foi decisivo no processo de paz no Pontal. (Dirigente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, fazendeiro no Pontal, 16/01/98)

Sociologicamente, o que aconteceu no Pontal pode ser classificado como um processo de mediação, não resta dúvida. Juridicamente, porém, acredito que fique alguma controvérsia; possivelmente a classificação seria em direção a um processo híbrido. Evidentemente, a ação do Estado não foi uma mediação clássica, mas com toda certeza foi eficaz – e parece ter sido eficaz exatamente porque foi *sui generis*.

Talvez o Estado não deva mesmo exercer uma mediação clássica, talvez isso nem faça sentido. Talvez o sentido da mediação estatal esteja justamente em ser *sui generis*, em valer-se da condição de Estado para, usando seu poder coercitivo latente quando isso for necessário, criar a condição primeira para que as partes sentem-se à mesa em busca do acordo: negociar com maior equilíbrio de condições e com respeito.

Em busca de uma maior estruturação nessa direção, o ITESP, ao se tornar

¹⁴⁵ Até o ano de 1998, quase todos os fazendeiros firmaram acordos, incluindo mais de trinta vinculados a UDR.

uma fundação pública¹⁴⁶, criou uma Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários, com um quadro de funcionários especializados para exercer essa atividade nos conflitos pela posse da terra no âmbito do Estado, onde a atuação ocorre em duas frentes combinadas:

- Preventivamente, por meio de estudos sistemáticos das dinâmicas sociais que balizam a direção da instituição na adoção de medidas ou políticas públicas que vão ao encontro dos anseios da sociedade; e
- Tópicamente, por meio da presença constante, ética e imparcial, nos focos de conflitos, potenciais ou existentes.

A Assessoria atua com atribuições calçadas nos seguintes princípios explicitadores de seu papel: respeito aos direitos humanos; solução pacífica; presença constante; postura ativa e propositiva; compreensão dos reais interesses; continuidade dos canais de negociação; cumprimento dos compromissos; respeito à autonomia; respeito às instâncias de decisão; garantia da interlocução (Quadro 6.2).

QUADRO 6.2. PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO DO ITESP EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS.

Propor o diálogo e estar disposto ao diálogo é um dos principais fundamentos do Itesp ao lidar com conflitos fundiários. Implica o relacionamento com agentes que possuem interesses múltiplos e divergentes e em apresentar propostas que possam ser objeto de consenso. [...]

O conflito fundiário deve ser visto de forma integral – trata-se da reivindicação de um grupo de famílias por terra, o que é mais abrangente do que a reivindicação por esta ou aquela área; e não burocrática – trata-se de buscar uma solução efetiva, o que vai mais além da simples informação sobre as limitações e impedimentos de determinada área. Por trás das estatísticas e processos existem vidas envolvidas e o conflito deve ser visto em suas reais dimensões. [...]

A partir desta concepção, a experiência acumulada pelo Itesp na mediação dos conflitos fundiários pode se traduzir nos seguintes *princípios*:

- *Respeito aos direitos humanos*: O Itesp defende e atua no sentido de respeitar à cidadania e aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, entendendo a cidadania como uma via de mão dupla, por onde transitam direitos e deveres; a legalidade e o respeito aos direitos humanos são os parâmetros que estabelecem o âmbito da atuação do órgão.
- *Solução pacífica*: O Itesp busca a solução negociada e pacífica, sem o emprego da violência ou vandalismo e com respeito à dignidade humana em todos os momentos, desde quando há a ordem de desocupação da área até quando a solução atende aos interesses reivindicados.
- *Presença constante*: A presença *in loco* dos técnicos do Instituto nas situações de conflito permite acompanhar de perto a sua evolução, a condição física e emocional dos envolvidos, o reconhecimento das lideranças e sua disposição de ânimo, subsidiando a tomada de decisões políticas adequadas à realidade dos fatos e aos objetivos pretendidos.
- *Postura ativa e propositiva*: A mediação de conflitos exige uma postura ativa, embora não impositiva, na proposição de soluções, baseada na independência e legitimidade do órgão,

¹⁴⁶ O ITESP tornou-se fundação pública pela Lei Estadual 10.207, de 8/01/99, regulamentada pelo Decreto 44.294, de 4/10/99. A Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários foi criada pelo Regulamento Geral da Fundação ITESP, substituindo o antigo Centro de Solução de Conflitos Fundiários (Quadro 2.8).

condição fundamental para lidar com interesses contrários; a necessária firmeza e autoridade de órgão estatal responsável pela mediação não deve ser confundida com inflexibilidade ou autoritarismo.

- *Compreensão dos reais interesses:* É necessário identificar e entender em profundidade as reais reivindicações e interesses em jogo, os aspectos e facções envolvidos, compreendendo a dinâmica própria do conflito e possibilitando uma intervenção calçada na realidade.
- *Continuidade dos canais de negociação:* O Itesp se empenha na abertura e manutenção dos canais de negociação com todos os setores envolvidos nos conflitos – pelo lado dos trabalhadores, dos fazendeiros e dos órgãos de governo: movimentos, sindicatos, organizações não governamentais, organismos de estado, associações, facções, grupos etc.
- *Cumprimento dos compromissos:* A posição de mediador impõe a necessidade de zelar pelo cumprimento dos compromissos assumidos entre e pelas partes, respeitando e exigindo respeito aos prazos e outras condições dos acordos efetuados, o que é indispensável para a seriedade do processo de negociação.
- *Respeito à autonomia:* O Itesp respeita as organizações e movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra, independentemente do seu tamanho ou da orientação política e ideológica que apresentam, considerando todos os grupos que atuam de forma legítima. Diante das disputas e divergências entre as organizações de trabalhadores rurais sem terra, procura-se sempre o caminho do diálogo e da negociação para resolver os impasses.
- *Respeito às instâncias de decisão:* São respeitadas as decisões dos movimentos sociais, evitando sempre qualquer possibilidade de ingerência ou cooptação. No entanto, o Itesp procura estar sempre atento aos anseios dos trabalhadores rurais que são a base dos movimentos, ou seja, aqueles que mesmo sendo parte integrante dos movimentos nem sempre encontram-se em condições de expressar seus desejos e interesses através das organizações.
- *Garantia da interlocução:* O Itesp garante o diálogo com todos os movimentos e organizações, independentemente das diferenças que guardam entre si, mantendo abertos os canais de diálogo também com os grupos que não se integram ou que divergem dos movimentos organizados.

(Extraído de: ITESP, 2000, V. 6, p. 15-18)

Esses princípios, que refletem em boa medida as práticas de mediação adotadas pelo Estado no Pontal, constituem um razoável ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada sobre a hipótese concreta de utilização sistemática da mediação de conflitos em nosso país.



CONCLUSÕES

Alguém para lembrar

Era um homem singular
A personalidade forte e
guerreira
Trazia marcas inconfundíveis
Que a todos impactava
Tinha a ousadia do político
E a cautela financeira do
cidadão
A postura aberta do democrata
Com a solidariedade do cristão
E o sentido da honra acentuado
Pela teimosia da convicção
Que era turrão nosso espanhol!
Mas com os sem-terra era doce
Paciente e compreensivo
Também ele um lutador.
Mas era um homem,
 não era um santo
E também dava carão.

Era um homem especial
Quantas vezes no Pontal
Sorriso aberto, olhos brilhantes
Vi marejarem emocionados
Pela beleza rústica de uma
gente
Que moldava a terra
com as próprias mãos
A coerência de uma vida
inteira
Em defesa da Reforma Agrária
Frutificando em determinação
Mas era um homem,
 não era eterno
E um triste dia ele se foi.

Quando morreu Mário Covas
A terra parou um instante
E o sem-terra soluçou
Ah! Gigante e inesquecível
Governador de todos os
paulistas...
Conosco fica o seu exemplo
E a saudade no coração

TMOA
2006



Arte sobre foto do acervo pessoal

CONCLUSÕES

Numa sociedade como a nossa, para lançarmos uma semente tão generosa como a da mediação, precisaríamos preparar muito bem o terreno e as nossas academias para que os futuros profissionais do Direito entrem no mundo prático com uma mentalidade mais compromissada com a sua atuação social. (Kazuo Watanabe, s/d, pg. 49)

Ao concluir este trabalho e, incorporando as observações extremamente pertinentes ofertadas pela Banca Examinadora, repassar alguns pontos que se destacam para reflexão, ficam algumas certezas e outras tantas dúvidas que merecem aprofundamento.

Numa primeira perspectiva, o trabalho convida à reflexão sobre a relação entre o Estado e o movimento social.

A pergunta subliminar que permeia todo o relato dos Capítulos 1 a 4 pode ser feita em termos bem populares: *por que o barril de pólvora do Pontal não explodiu?* Se tinha tudo para dar errado, se o pior cenário para o conflito – morte, sangue, convulsão social – era descrito e anunciado, se talvez até fosse esperado pelos vários agentes, por que, afinal, esse pior cenário não se concretizou?

A hipótese acadêmica está fundamentada na ação de mediação desenvolvida pelo Estado, que pode ser analisada pelos enfoques objetivo e subjetivo.

Pela dimensão objetiva, verificou-se um equilíbrio entre os contendores nos diversos momentos das batalhas que compuseram o conflito maior relacionado ao Plano

de Ação para o Pontal. Por um lado, o Poder Executivo paulista dispunha do poder de império estatal relacionado ao direito público, que lhe impunha o dever-poder de agir, por outro a movimentação social e política tanto de fazendeiros como dos sem-terra que mobilizava a imprensa e parcelas dos Poderes Legislativo, Judiciário e do próprio Poder Executivo, amenizava a força da ação estatal e equilibrava a relação entre sem-terras e fazendeiros, bem como entre esses segmentos e o Estado. E esse equilíbrio – tenso – obrigava em certa medida ao acordo.

Pela dimensão subjetiva, chama a atenção a descrição de um quadro de funcionários com um espírito de corpo diferente da burocracia clássica weberiana. No auge do confronto no Pontal, os funcionários demonstraram incorporar e se lançaram efetivamente na defesa de *valores coletivos*, que eram assumidos pelo grupo, em oposição ao movimento social cujas lideranças resvalaram em alguns momentos pela defesa de *interesses*, de caráter individual ou voltado a pequenos grupos.

Uma discussão sobre a participação social, buscando explicações que ajudem a compreender os fatos também por esse aspecto, possivelmente na perspectiva ética e filosófica de Habermas, é algo a que será preciso retornar no futuro, como me instiga a Banca Examinadora.

Nesse ponto, uma segunda pergunta diz respeito às condições de possibilidade de atuação do Estado como mediador em conflitos coletivos. Frente às posições contrapostas, envolvendo a racionalidade econômica e a ética, os interesses de classe e o interesse público, *pode o estado ser mediador?*

Ao longo da análise, evidenciou-se que as categorias sociais não atuam de forma monolítica nas suas relações entre si ou com o Estado, mesmo quando se tratam de categorias que têm uma marca forte de classe, como os fazendeiros ou os sem-terra ligados ao MST. Também ficou perceptível que o Estado não atua como um bloco único a favor de uma ou outra classe, ou pelo menos não naquele período específico. Ainda que, em qualquer desses segmentos, possa haver uma tendência predominante que orienta sua atuação, esta não será monolítica. Em cada um desses segmentos internamente há dissensões que integram sua unidade dialética.

Daqui se depreende que em conflitos coletivos, que contrapõem sem-terra, fazendeiros e o Estado, há mais do que posições unitárias e de classe envolvidas. Confirmando hipóteses já levantadas por outros autores, vários dos quais mencionados neste trabalho, constata-se que os conflitos sociais, como as relações sociais em geral, ocorrem em múltiplos planos. Planos diferentes, mas imbricados.

Um mesmo episódio de conflito pode ter fatores simultaneamente relacionados a questões pessoais ou coletivas; pode envolver aspectos como honra, prestígio e carisma, ou aspectos de poder econômico e político; pode haver um desenvolvimento interno a uma das partes, em que entram em jogo valores e códigos morais compartilhados, ou pode haver jogos de cenas e espetáculos voltados ao público externo, em que a imprensa pode exercer papel fundamental.

Em termos práticos, isso quer dizer que não há, em um conflito coletivo rural, um único foco a ser priorizado em busca da pacificação, mas, ao contrário, inúmeros aspectos devem ser levados em consideração e equacionados ao mesmo tempo.

Em consequência, por ser também uma relação social, a mediação igualmente se desenvolve em vários planos, especialmente quando trata de conflitos coletivos. Há o plano jurídico que envolve questões como o exercício regular do direito de propriedade e suas derivações, como a posse ou a indenização, por exemplo; há o plano do interesse público, que diz respeito aos direitos e garantias constitucionais e ao interesse maior da sociedade; mas há também outros planos de relações que dizem respeito às diferenças culturais, econômicas e sociais, que implicam em níveis distintos de conhecimento e poder, e que devem ser considerados.

Durante o trabalho de pesquisa foi perceptível a interferência do aspecto de ideologia de classe na mediação, a exemplo do comportamento da UDR; porém não foi possível realizar uma abordagem mais criteriosa do tema, principalmente pela dificuldade de acesso aos fazendeiros. Nesse sentido, seria importante investigar em outro estudo, as razões pelas quais aqueles poucos fazendeiros não fizeram acordo; ou, por outro lado, verificar como se operou a mudança de posição dos fazendeiros vinculados a UDR em relação ao acordo, levando-os de uma posição de recusa coletiva a uma adesão maciça aos termos do Plano, nas mesmas condições aceitas anteriormente pelos fazendeiros sob influência do Sindicato.

A existência desses vários planos de conflitos e acordos, como se viu no Capítulo 5, que se influenciam permanentemente, resulta na possibilidade de troca de lugares e de papéis ao longo da mediação, estabelecendo uma alternância prática entre a condição de parte e de mediador.

Desse modo, no Pontal, o Estado adotou a condição de parte em relação a cada uma das partes em conflito, para poder prosseguir com a ação de mediação; mas também houve momentos em que as próprias famílias assentadas agiram diretamente na mediação do conflito entre o ITESP e a liderança do MST, ajudando a encontrar acordos aceitáveis no impasse referente à adoção dos critérios para a definição do acesso ao lote.

Essa troca de papéis favoreceu ainda o surgimento em episódios específicos de mediadores outros, cuja presença foi detectada na pesquisa como importante, mas que não foi possível investigar mais a fundo nessa etapa do estudo. Seria interessante aprofundar o conhecimento sobre a participação de mediadores como a igreja, que exerceu papel fundamental no processo de reaproximação da liderança do MST com a Secretaria em momentos de maior acirramento, como aquele que se deu logo após a mudança das famílias para os assentamentos provisórios. Também seria interessante verificar qual o significado da interferência no processo de mediação de agentes políticos – prefeitos, deputados e senadores – buscando entender que razões os levam a ingressar nesse processo e que papel efetivamente exercem.

Entretanto, a mais importante conclusão desse estudo vem na direção de que é *possível* o Estado pôr-se na condição de mediador, quer dizer: a mediação estatal pode ser uma prática adotada consciente e sistematicamente em conflitos coletivos e pode resultar em acordos aceitáveis.

A inexistência de uma estrutura monolítica de Estado em favor de uma única classe confere ao Estado a possibilidade de que ele se coloque na posição de mediador, ao mesmo tempo em que não assegura que o Estado sempre possa estar nessa posição.

Ou seja, a condição de possibilidade do Estado como mediador está relacionada a um duplo aspecto: o aspecto negativo envolve todas as circunstâncias que cercam a formação do Estado brasileiro, sua conformação autoritária e sua disposição histórica a serviço dos poderosos, que ainda hoje remanesce e está impregnada em boa parte de sua estrutura; o aspecto positivo abrange as alterações que vêm sendo impressas nessa mesma estrutura pelas dinâmicas sociais mais recentes, especialmente aquelas tendentes à ética, à busca da igualdade, liberdade e solidariedade, que derivam dos direitos humanos como majoritariamente compreendidos na atualidade.

Diante dessas considerações, uma pergunta – na verdade, uma inquietação – remanesce: seria possível uma política estatal de mediação de conflitos?

Evidente que a resposta a essa questão não poderia ser fornecida em um estudo em nível de mestrado, mas algumas pistas importantes para essa reflexão podem ser apontadas. E aí, retorna-se àquela pergunta de fundo: por que a mediação no Pontal foi bem sucedida, apesar dos percalços?

Em primeiro lugar, salta aos olhos que há uma relação clara com o perfil dos mediadores, em sua atuação fundada em princípios sólidos, em que primavam pelo respeito aos direitos humanos e à democracia, mas também por sua integridade ética e

compromisso com o interesse público, por sua firmeza e clareza de objetivos em direção à consecução do acordo. Mas se esse é um aspecto primordial, certamente não é o único.

Penso que foi fundamental a autonomia de sua ação na condução da mediação dos conflitos, o respeito com que essa ação foi tratada pelo Governo, mesmo nos momentos de maior crise. Havia uma compreensão nos diversos níveis de Governo envolvidos na política agrária sobre a responsabilidade de articulação daquela política, que impedia duplicidade de comando e garantia a efetividade das decisões internamente. Isso ocorreu porque havia um Governador de fato comprometido com essa linha de ação e que garantiu sua efetividade.

Mas, por mais que seja necessário apoio político para que uma ação estatal de mediação possa ser implementada, mediadores estatais não podem estar subordinados à instabilidade conjuntural que advém da alternância periódica do perfil político-ideológico do mandatário¹⁴⁷. O impacto dessa questão pode ser observado nas palavras de quem foi mediador nos conflitos do Pontal e Secretário Adjunto da SJDC: *"Depende do Governo. Se o Governo está alinhado com os poderosos, ele só vai aumentar essa encrenca, não faz mediação. E o Governo que não consegue identificar essa relação patrão-empregado começa a trabalhar em falso"* (Edson Vismona, 2/8/05).

É importante considerar que o crescimento da consciência dos movimentos vem determinando também uma mudança de qualidade nas reivindicações por eles apresentadas. A organização incipiente dos trabalhadores rurais, que na década de 1980 tinham na conquista de um pedaço de terra a sua principal bandeira, deu origem a movimentos fortemente organizados que não se contentam com o papel de meros coadjuvantes do desenvolvimento nacional.

Por mais que possam ser divergentes (e como são!!!) as opiniões sobre os métodos adotados por esse ou aquele movimento social, o fato é que a compreensão sobre sua lógica e dinâmica é condição *sine qua non* para pretender adotar políticas públicas de impacto em relação aos conflitos fundiários.

Neste sentido, o Estado deve ter uma presença constante junto aos movimentos sociais, no intuito de entender sua dinâmica e entender suas necessidades, atuando em busca de evitar a exacerbação da violência, nos limites da ética e da transparência. Equivale a dizer que se faz necessário pensar numa prática estatal de mediação que seja autônoma, estável e duradoura.

¹⁴⁷ Em São Paulo, por exemplo, depois da morte de Mário Covas, o Governo foi se postando novamente e cada vez mais do 'lado' dos fazendeiros e a ação estatal na área agrária foi refluindo até ao ponto de, alguns dias antes da conclusão deste trabalho, a direção do ITESP ser entregue à responsabilidade de um integrante ativo da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão representativo dos fazendeiros no Brasil.

Talvez fosse possível e necessário organizar um segmento estatal especializado na mediação, como ocorre em outros países. Nos Estados Unidos, há um setor de mediação estatal em vários níveis de governo, desde o federal. Em alguns estados americanos, esse é um serviço público disponível para quem o procure, exigindo que as duas partes em questão declarem a vontade de se submeterem ao processo de mediação. Em outros Estados, a mediação é um requisito ao ingresso da ação judicial, uma etapa prévia obrigatória, que, em alguns locais, pode ser impeditiva do ajuizamento da ação, se o mediador atestar a má fé das partes, por exemplo.

Pensar um *lugar* para a mediação estatal remete à discussão sobre o melhor espaço para sua organização no âmbito do Estado. Há três Poderes no Estado e para cada um é possível vislumbrar vantagens e desvantagens relativas à eficácia da ação de mediação.

Situar um setor de mediação estatal no Poder Judiciário, considerado talvez o mais solene e respeitado dos Poderes, traria a vantagem de dotar de importância o instituto da mediação pela proximidade com o julgador, que, na inexistência do acordo, poderá vir a decidir o caso. Mas essa proximidade poderia ser também uma desvantagem, na medida em que contribuiria para uma descaracterização da mediação, que poderia ser vista como uma etapa preparatória do processo judicial, ou algo assim. Seria preciso observar a experiência internacional de mediação obrigatória quando ela funciona como requisito prévio à propositura da ação judicial para aprofundar essa discussão.

Instituir um setor de mediação no Poder Legislativo, considerado talvez o mais aberto dos Poderes, teria a vantagem de marcar a mediação estatal com o símbolo da democracia e do pluralismo de idéias. Mas exatamente essa conformação poderia se tornar em desvantagem pela possibilidade e oportunidade de interferência política partidária mais exacerbada.

Um setor de mediação situado no Poder Executivo, como se viu, enfrentará a dualidade do papel de executor-mediador e as conseqüências que isso acarreta para a mediação. Uma dessas conseqüências é a alternância previsível entre a situação de parte e mediador, considerado o Executivo como um todo. Mas isso talvez pudesse ser contornado exatamente pela constituição de um setor especializado, em que o agente estatal da mediação não se confundisse com o agente estatal da execução dos acordos que envolvam políticas públicas.

Preliminarmente, cabe ressaltar que a mediação estatal não se confunde com uma ouvidoria, como ocorre hoje em alguns Estados e na União.

A ouvidoria guarda uma lógica interessante de ser observada. Representa uma postura de transparência do poder público para a sociedade que se sentindo mais participante, passa a exigir maior qualidade e eficácia dos serviços prestados. Na página da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman – Seção São Paulo, encontra-se uma definição interessante:

Em linhas básicas, o ouvidor/ombudsman é definido como um representante do cidadão, zeloso de seus legítimos interesses junto às instituições públicas ou privadas nas quais atuam. (...) O conceito de ouvidoria, hoje, é uma ferramenta de consolidação da democracia. É um canal de participação do cidadão em relação às organizações. O ouvidor representa o cidadão junto à organização. (Associação Brasileira de Ouvidores, www.abosaopaulo.org.br, 2005).

A publicação do ITESP relativa à política do Instituto para mediação de conflitos fundiários apresenta a seguinte definição para o ato de mediar conflitos:

Mediação, no sentido amplo do termo, é toda a intervenção de um terceiro elemento que possibilita a interação entre os termos de uma relação (...) mediar um conflito é estar presente em todos os seus momentos, buscando soluções pacíficas e negociadas nos instantes críticos e construindo soluções globais para a situação como um todo. (ITESP, vol. 6, 2000:6).

Assim, as atuações de uma ouvidoria e de um grupo de mediação de conflitos, são opostas, embora complementares, fundamentalmente porque a primeira representa o cidadão dentro da instituição, e a outra requer a presença de um terceiro ator, *neutro*, que deve buscar soluções pacíficas e negociadas.

O ITESP seguiu esse caminho, ao criar sua Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários, com atribuições baseadas em uma carta de princípios bem explicitada (V. Quadro 6.2).

Seria necessário aprofundar o conhecimento sobre essa experiência institucional, para conhecer melhor sua dinâmica, resultados e dificuldades. Mas uma primeira dificuldade já pode ser vislumbrada, relacionada à resistência interna – previsível – nos demais níveis de Governo à mediação feita por iguais, quando o conflito envolve partes do próprio Executivo, como no exemplo a seguir, que envolveu técnicos daquela Assessoria do ITESP.

Eu me lembro de um momento, em que uma área de uma Secretaria foi ocupada e o Secretário veio desesperado, sem conhecimento disso, desse processo, indignado, enfim. Eu acalmei o Secretário e disse a ele: *Olhe,*

*fique tranqüilo que eu estou encaminhando pra lá técnicos que vão ser mediadores desse processo. E os técnicos foram, acompanhados do Chefe de Gabinete desse Secretário. Terminou aquele processo, o Secretário me liga, preocupadíssimo: Vismona, você mandou duas pessoas que não me apóiam! Eu falei: Quem disse que era pra apoiar? Eu falei pro senhor que eram mediadores, eu mandei dois mediadores. E ele: *Eles foram lá e começaram a conversar, conversar, conversar...* Em momento nenhum colocaram a posição do Estado, que nós queremos a desocupação imediata daquela área. Eu falei: *Repito! Eles são mediadores*. E ele não aceitava bem isso, ele não entendia: *Esses dois técnicos defenderam o movimento!* Eu: *Não, eles foram mediadores, eles foram tentar entender o que era possível fazer de saída e talvez colocar uma posição deles*. Ou seja, se alguma parte não tem ali um processo muito claro da negociação, do que pode ceder e do que não pode, o mediador pode ter legitimidade de propor uma terceira solução, cada um tem uma visão e o mediador pode apresentar uma terceira solução, que pode ser a saída daquele processo. E é isso que nós estamos fazendo! (Edson Vismona, Secretário Adjunto da SJDC de 1995 a 2000, 2/8/05)*

Mas talvez isso seja apenas uma dificuldade temporária que faça parte de um aprendizado necessário, integrante do processo de instalação de uma atividade dessa natureza. Ou talvez a localização desse setor pudesse ser repensada, para situá-lo em posição mais solene na hierarquia oficial ou em um setor mais 'neutro' do que a Fundação interessada na realização de assentamentos em terras públicas.

Por essa linha, o Ministério Público se coloca como uma alternativa de *lugar* para a mediação estatal. Para que isso ocorra, seria preciso aprofundar o conhecimento sobre a sua atuação: estudar os processos de obtenção dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), em tese negociados; investigar aquele episódio de mediação no Tocantins, no conflito relacionado à barragem, em que a expectativa inicial de várias ações civis se converteu em acordos firmados em dezoito TAC; em suma, conhecer os resultados e problemas da atuação do Ministério Público em situações de negociação.

Uma dificuldade inicial previsível pode estar relacionada à postura dos seus integrantes. É conhecido no campo jurídico o 'apego' de boa parte dos promotores ao processo judicial, bem como há inúmeras queixas acerca da utilização autoritária do inquérito civil, por exemplo, que levam à proposição desabrida de ações civis. Talvez aquela dualidade do mediador-executor fosse ainda mais exacerbada, tratando-se nesse caso da possibilidade de ação judicial, o que poderia converter a mediação em ameaça para ambos os lados. Mas quem sabe tal situação pudesse ser superada exatamente pela

constituição de um setor especializado em mediação.

Em qualquer hipótese, porém, será preciso ter claro que a mediação estatal deve estar fundada em princípios sólidos de atuação e seus mediadores devem ter um perfil adequado a essa atividade.

Fica claro, assim, que não deve prosperar a idéia de que a mediação de conflitos pode ser realizada por posturas improvisadas e pessoais – mediar conflitos é uma ciência, na qual valores como ética, democracia, respeito, equidade e justiça devem estar sempre presentes.

Espero que as reflexões desse trabalho possam contribuir na construção de uma prática estatal de mediação, que, ao incidir sobre os conflitos coletivos rurais, possa ajudar a compor as divergências e reduzir a violência, preservando os interesses maiores da sociedade e abrindo a possibilidade de diálogo e convivência entre os que divergem.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Um novo contrato para a política de assentamentos*. In: OLIVA, Pedro M. [org.]. *Economia brasileira – perspectivas do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. CACV, 2005. p. 355-375.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *O que é fome*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra Prometida: As comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ANDRADE, Tânia. *De terra e raiz, de conflito e de sonho*. In: *Revista de Direitos Difusos*: IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública – vol 22, 2003
- ANDRADE, Tânia. *Reforma Agrária e Função Social da Propriedade*. In: *Encontro Brasileiro de Direitos Humanos*, 1º, São Paulo, 1999. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 2001. p. 185-193. (Série Eventos; 8)
- ANDRADE, Tânia. *Três Perguntinhas Difíceis*. In: *Revista Reforma Agrária*: ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária – vol 28/29, 1999. p. 25-48.
- ANTONIO, A. P. *Movimento social e organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos da Alta Sorocabana no período 1960-1990*. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo – USP.
- BAILEY, F. G. *Gifts and poison*. Oxford: Basil Blackwell, 1971.
- BARREIRA, César. *Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás*. In: *São Paulo em Perspectiva*. Outubro/dezembro. 1999, vol.13, nº 4, p.136-143.
- BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

- BOBBIO, Norberto. ***Estado, governo e sociedade; por uma teoria geral da política***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BORGES, Paulo T. ***Institutos Básicos de Direito Agrário***. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. ***O poder simbólico***. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. ***Razões práticas***. São Paulo: Bertrand, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. ***Sobre a televisão***. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. ***O sentimento da honra na sociedade cabília***. In: PERISTIANY, J. G. ***Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas***. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. p. 157-195.
- BREDARIOL, Celso & VIEIRA, Liszt. ***Cidadania e política ambiental***. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CANDIDO, Antonio. ***Os parceiros do Rio Bonito***. 7ª edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CINTRA, Antônio C. de A.; GRINOVER, Ada P. & DINAMARCO, Cândido R. ***Teoria Geral do Processo***. 9ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.
- COHN, Gabriel (org.). ***Max Weber***. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1986.
- COMERFORD, John Cunha. ***Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural***. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003. (Coleção Antropologia da Política; 22)
- COMERFORD, John Cunha. ***Falando da luta, observações sobre a noção de luta entre trabalhadores rurais***. In: ***Comunicações do PPGAS***, Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1995, nº 5, p. 39-60.
- COOLEY, John W. ***A advocacia na mediação***. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- CORDEIRO, Domingos S. de A. ***Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão***. Fortaleza: Imprensa Universitária/Universidade Federal do Ceará, 2004.
- DINAMARCO, Cândido R. ***A reforma do Código de Processo Civil***, 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- D'INCAO, Maria Conceição. ***Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo: Notas sobre os impasses da assessoria técnica estatal***. In: ***Cultivando sonhos: Caminhos para a assistência técnica na Reforma Agrária***. 2ª edição, revista e ampliada. São Paulo: ITESP : Páginas & Letras, 2000. (Cadernos do ITESP; 7) p. 59-93.

- DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DREIFUSS, René. **Política, poder, Estado e força – uma leitura de Weber**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro**, volume 1. 9ª edição. São Paulo: Globo, 1991.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro**, volume 2. 2ª edição, revista e aumentada. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A judicialização da luta pela reforma agrária. In: SANTOS, J. V. T. dos [org.], **Violências no Tempo da Globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A Justiça do Lobo: Posseiros e Padres do Araguaia**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 10ª edição. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FRANCISCO, F. C. de. **Análise ambiental e conseqüências do desmatamento no município de Presidente Prudente no período de 1917 a 1986**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1989.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3ª edição. São Paulo: Kairós, 1983.

- FREYRE, Gilberto. ***Casa Grande & Senzala***. 12ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- GARCEZ, Angelina N. R. ***Leis de Terra do Estado da Bahia***, 2ª ed. Salvador: Secretaria da Agricultura, Faculdade Rui Barbosa, 2001.
- GEERTZ, Clifford. ***Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa***. (1959) In: Mosaico, Revista de Ciências Sociais; vol 1, nº 2. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo; Centro de Estudos Gerais, 1999.
- GODOY, Luciano de Souza. ***Direito Agrário Constitucional, O Regime da Propriedade***. São Paulo: Atlas Jurídica, 1998.
- GOHN, Maria da Glória. ***Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos***. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRECO Fº, Vicente. ***Direito Processual Civil Brasileiro*** – Volume 1. 8ª edição, atualizada. São Paulo: Saraiva, 1993.
- GRZYBOWSKI, Cândido. ***Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo***. Petrópolis: Vozes, Fase, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. ***Raízes do Brasil***. 8ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” (ITESP). ***Sítios e ‘Situantes’: planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais***. 2ª edição, revista e ampliada – São Paulo: Páginas & Letras, 2000 – (Cadernos do ITESP; 8).
- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” (ITESP). ***Mediação no campo: estratégias de ação em situações de conflito fundiário***. 2ª edição, revista e ampliada – São Paulo: Páginas & Letras, 2000 – (Cadernos do ITESP; 6).
- INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” (ITESP). ***Terra e cidadãos: aspectos da ação de regularização fundiária no Estado de São Paulo***. 2ª edição, revista e ampliada – São Paulo: Páginas & Letras, 2000 – (Cadernos do ITESP; 4).
- INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). ***O Pará no Século XXI: Oportunidades para o desenvolvimento sustentável***. Belém: IMAZON, 1998. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/arquivos/13199.pdf>

- IOKOI, Zilda M. G. *et alii* [orgs.] **Vozes da terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2005.
- JUSTO, Marcelo Gomes. **Capim na fresta do asfalto: conflito agrário violento e justiça**. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, Fapesp, 2002.
- KRADER, Lawrence. **A Formação do Estado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2ª edição. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. Tese (Livre Docência em Geografia), Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente, 1981.
- MAGALHÃES, José L. Q. **A Nova Democracia e os Direitos Fundamentais**. Minas Gerais: CAD – Centro de Atualização em Direito (sem data). Disponível em: <http://www.cadireito.com.br/artigos/art01.htm>
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Círculo do Livro. Tradução de Antonio D'Elia. (sem data)
- MARQUES, Ana Cláudia D. R. **Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. (Coleção Antropologia da Política; 17)
- MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência – a questão política no campo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Vol.II. São Paulo: EPU / EDUSP, 1974.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989
- MENDES, Alexandre Marques. **O conflito social de Guariba, 1984-1985**. Franca: UNESP, 1999.

- MEYER, Doris Rinaldi. ***A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste: v.9)
- MISSE, Michel. *Sobre o 'Conceito' de Conflito Social*, In F. A. de M. ROSA (org.), ***Direito e Conflito Social.*** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MORAES F°, Evaristo de [organizador]. ***SIMMEL, Georg: sociologia.*** São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais; 34)
- MUYLAERT, Sérgio. ***Direitos fundamentais e políticas públicas: o estado da arte.*** (sem data). Disponível em: http://www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/revista/online/rev12_sergio.html
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. ***Curso de Direito do Trabalho.*** 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. ***A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.*** *Estudos Avançados*, IEA/USP, v. 15, n. 43, p. 185-206. São Paulo 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. ***As (in)justiças no Pontal do Paranapanema.*** In: *AGB Informa*, nº. 59. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1995.
- OLIVEIRA, F. & PAOLI, M. C. [org.] ***Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global.*** 2ª Ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 2000.
- ORTEGA Y GASSET, Jose. ***Ni vitalismo ni racionalismo.*** Obras completas, vol. III, Revista de Occidente, Madrid, (sem data). Disponível em: <http://usuarios.lycos.es/Cantemar/Vitalismo.html>
- PADUA, Suzana Machado. ***Educação ambiental como um instrumento de integração entre conservação e uso sustentável dos recursos naturais: o caso do Pontal do Paranapanema, São Paulo.*** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UNB. Brasília, 2004.
- PEREIRA, Raimundo R. [Editor] ***Retrato do Brasil.*** São Paulo: Editora Política, 1984. Volumes II e III.
- PINTO, Luiz de Aguiar Costa. ***Lutas de famílias no Brasil: introdução ao seu estudo.*** 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1980.
- PITT-RIVERS, Julian. *A doença da honra.* In: GAUTHERON, Marie & CZECHOWSKY, Nicole

- [orgs.]. ***A Honra, imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco***. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 17-32.
- PITT-RIVERS, Julian. ***The People of the Sierra***. The University of Chicago Press. London, 1971.
- PRADO JR, Caio. ***Formação do Brasil contemporâneo***. 19ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRADO JR, Caio. ***A questão agrária***. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRIGOGINE, Ilya. ***Carta para as futuras gerações***. Caderno Mais. Folha de São Paulo, 30/1/2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. ***O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios***. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. ***Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade***. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.
- REDFIELD, Robert. ***The little community and peasant society and culture***. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.
- RODRIGUES, Ricardo J. P. ***Desenvolvimento nas ações políticas da sociedade civil dentro e fora do congresso nacional***. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema3/pdf/006223.pdf
- ROSA, F. A. de Miranda. A importância do conceito de mediação para o estudo das relações entre direito e conflito, In F. A. de M. ROSA (org.), ***Direito e Conflito Social***. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- RUSCHEINSKY, Aloisio. Memória e conflito: Movimento social e violência. In: J. V. T. dos SANTOS (org.), ***Violências no Tempo da Globalização***. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SADER, Emir. Será preciso refundar o Brasil, In C. BENJAMIN & L. A. ELIAS (org.), ***Brasil: crise e destino***. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- SANTOS Fº, Clarício. ***A posse do futuro: a resistência dos posseiros e suas mediações nos conflitos de terra na região de Tocantins***. Dissertação de Mestrado, UFPE, CAPES, 1990.
- SANTOS JR, Belisário. ***Direitos humanos priorizados pela justiça***. (sem data) Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/desc/belisar.html>

- SANTOS, Boaventura de Souza. ***Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade***. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SIGAUD, Lygia M. ***As condições de possibilidade das ocupações de terra***. In: *Revista Tempo Social*, vol. 17, nº 1, p. 255-280. São Paulo, 2005.
- SIGAUD, Lygia M. ***Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana***. In: *MANA, Estudos de Antropologia Social*, vol. 10, nº 1, p.131-163. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2004.
- SIGAUD, Lygia M. ***A idealização do passado numa área de plantation***. In: *Contraponto* 22, v. II, p.115-126. Rio de Janeiro, 1977.
- SILVA, Guilherme Amorim C. ***Direito ao Desenvolvimento***. São Paulo: Método, 2004.
- SILVA, José Gomes da. ***A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio***. Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1996.
- SIMMEL, Georg. ***Sociologia 1: Estudios sobre las formas de socialización***. Alianza Universidad: Madrid, 1977.
- TRECCANI, Girolamo D. ***Violência e grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará***. Belém: UFPA, ITERPA, 2001.
- VEIGA, José Eli da. ***A reforma que virou suco. Uma Introdução ao Dilema Agrário do Brasil***. Petrópolis: Vozes. 1990.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. ***O Camponês, um trabalhador para o capital***. In: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, vol. 2, nº 1, p.13-78. Brasília, 1985.
- WARREN, Ilse Sherer. ***Rede dos movimentos sociais***. São Paulo: Loyola, 1993.
- WARREN, Ilse Sherer e KRISKE, Paulo. ***Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais***. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- WATANABE, Kazuo. ***Modalidade de Mediação***, In *Seminário Mediação: um projeto inovador*. Série Cadernos do CEJ, 22, sem data.
- WEBER, Max. ***A Política como vocação***. Brasília: UNB, 2003.
- WEBER, Max. ***Economia e Sociedade, Fundamentos da sociologia compreensiva***, vol. 1. 3ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- WEBER, Max. ***Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva***. Volume 2. Brasília: UNB, 1999.

DOCUMENTOS

Câmara Federal. Transcrição da Reunião 0166/97. Comissão Externa – Pontal do Paranapanema. Brasília, Câmara dos Deputados, setor de taquigrafia, 3/4/97. Disponível em: www.camara.gov.br; link: Publicações e Estudos; link: Publicações oficiais da Câmara dos Deputados; data: 26/08/1997.

Câmara Municipal de Vereadores de Mirante do Paranapanema. Moção de Repúdio nº 12/96, de 27/05/1996.

Cartas dos Assentados. Cartas manuscritas, entregues em 01/02/96 por representantes de Grupos dos Assentamentos em Mirante do Paranapanema.

Comissão Estadual do PROCERA. Atas de reuniões ocorridas nas datas: 16/01; 06/02; 11/04; 24/04; 08/05; 13/06; 10/07; 31/07; 05/09; 16/09; 01/10 e 27/11/96.

CNA. **CNA Brasil – 50 anos**. Brasília: CNA Brasil, 2001. (Coletânea Estudos Gleba; 16)

Depoimentos para o “livro do ITESP”, colhidos em 1998 e transcritos pelo ITESP. Esse livro não chegou a ter concluída sua organização.

ITESP. **A criação da Fundação Instituto de Terras**. 2001. Mimeo.

ITESP. **Plano de Cargos, Carreiras e Salários**. Disponível em www.itesp.sp.gov.br, acesso: janeiro/2006.

INCRA. **Relatório de Atividades – INCRA 30 anos**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrut/rel30anos/rel30anos3.htm>, acesso: janeiro/2006.

Memória de Reunião. **A situação atual e as perspectivas da Reforma Agrária no Estado de São Paulo**. Assembléia Legislativa do Estado, 15/12/1994. Mimeo.

MST. **Documento básico do MST – aprovado pelo VI Encontro Nacional**. Piracicaba, fevereiro de 1991.

PSDB. **Propostas setoriais – Governo Mário Covas, compromisso com o povo**. São Paulo, setembro de 1994.

SJDC. **Relatório de atividades 1995 – 1998: Quatro anos de compromisso com o povo**. São Paulo, dezembro de 1998.

Técnicos do DAF e do DRF. **Documento básico para as discussões de questões agrárias em São Paulo**. Versões de: 22/1/1991; 14/1/1991; 2/1/1991.

PERIÓDICOS

Jornal A Tarde (Salvador)
Jornal Correio Brasiliense (Brasília)
Jornal da Tarde (São Paulo)
Jornal Diário de Bauru (Bauru, São Paulo)
Jornal Diário do Grande ABC (Grande São Paulo)
Jornal Diário Popular (São Paulo)
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)
Jornal Folha da Tarde (São Paulo)
Jornal Folha de São Paulo (São Paulo)
Jornal O Estado de São Paulo (São Paulo)
Jornal O Globo (Rio de Janeiro)
Jornal O Imparcial (Presidente Prudente)
Jornal O Popular (Goiânia)
Jornal Oeste Notícias (Presidente Prudente)
Jornal Zero Hora (Porto Alegre)
Revista da Folha (São Paulo)
Revista Manchete (São Paulo)
Revista Veja (São Paulo)

PÁGINAS NA INTERNET

<http://www.mediar-rs.com.br/>

www.abosaopaulo.org.br

www.amazonia.org.br/

www.cadireito.com.br/artigos/

www.camara.gov.br

www2.camara.gov.br/publicacoes/

www.cpdoc.fgv.br/

www.dhnet.org.br/

www.dirce.globo.com/

www.eatlas.sp.gov.br/

www.econ.fea.usp.br/

www.faespsenar.com.br/

www1.folha.uol.com.br/fsp/arquivo.htm

www.google.com.br

www.incra.gov.br/

www.itesp.sp.gov.br/

www.justica.sp.gov.br/

www.landlessvoices.org/

www.mst.org.br/

www.perfil.fundap.sp.gov.br

www.pt.wikipedia.org/

www.puc-rio.br/sobrepuc/depto/direito/

www.scielo.br/

www.sindicatoruralprudente.com.br/

www.stf.gov.br/institucional/galeria/

www.udr.org.br/

www.usuarios.lycos.es/Cantemar/Vitalismo.html

www.veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/index.html

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)